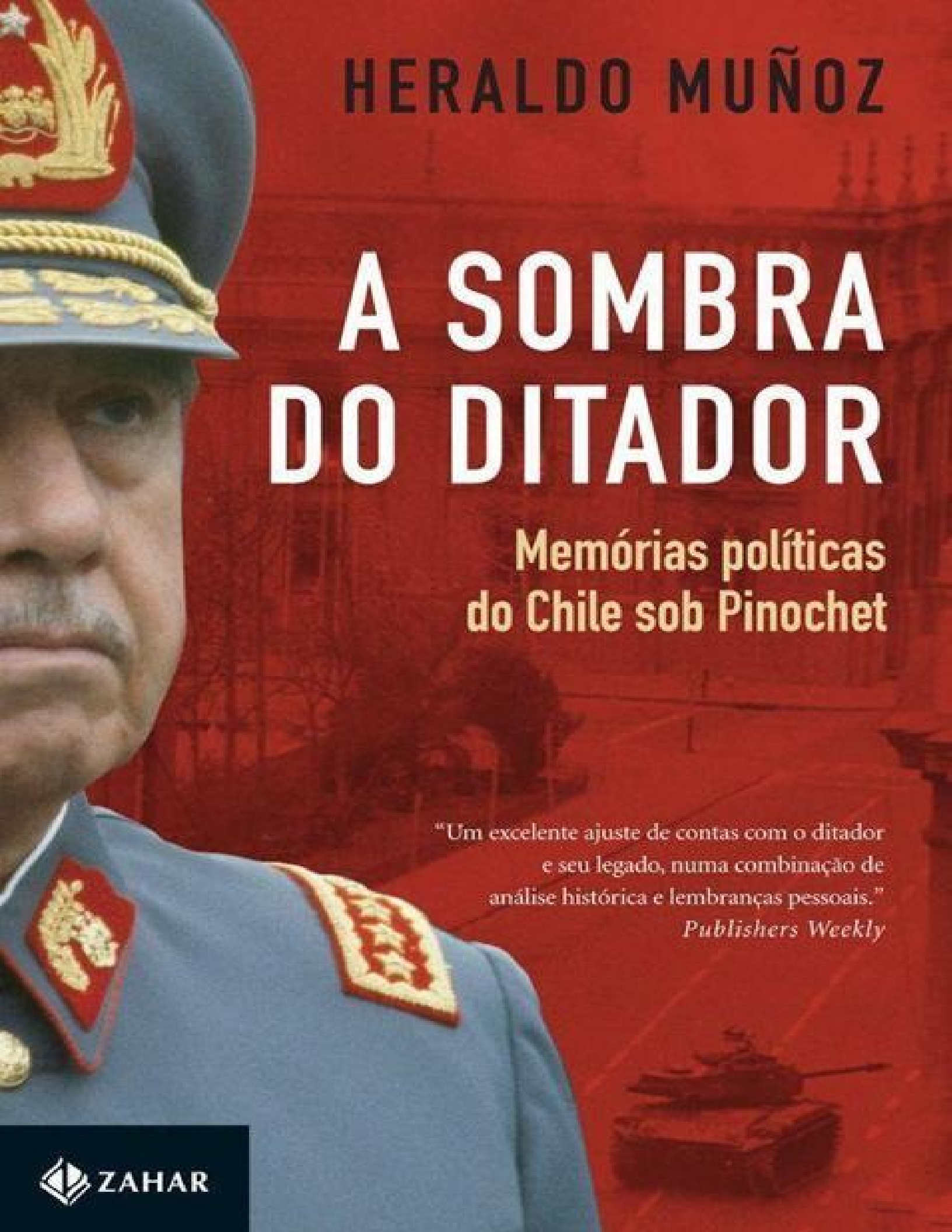


HERALDO MUÑOZ

A SOMBRA DO DITADOR

Memórias políticas do Chile sob Pinochet

"Um excelente ajuste de contas com o ditador e seu legado, numa combinação de análise histórica e lembranças pessoais."
Publishers Weekly

ZAHAR

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros, disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.Info*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível.



Heraldo Muñoz

A sombra do ditador

Memórias políticas do Chile sob Pinochet

Tradução:
Renato Aguiar

ZAHAR

Para Pamela

Sumário

Prefácio

1. Um 11 de setembro diferente

2. Os dois Pinochet

3. O poder de ditar

4. O alcance global de Pinochet

5. O regime nas cordas

6. Matar Pinochet ou derrotá-lo com um lápis

7. Governando com o inimigo

8. Perdido em Londres

9. Reviravoltas da fortuna

10. A longa sombra de Pinochet

Referências bibliográficas

Créditos das imagens

Agradecimentos

Índice remissivo

Prefácio

O general Augusto Pinochet é um dos políticos latino-americanos mais conhecidos no mundo. Gostem os chilenos ou não, o nome do ex-ditador é lembrado na Ásia, África, Américas e Europa por motoristas de táxi, embaixadores, ambulantes e presidentes. Pinochet está na mesma categoria que Francisco Franco, Joseph Stálin, Ferdinand Marcos e o xá do Irã.

O nome do ditador chileno não deslizou para a obscuridade com sua morte, em dezembro de 2006. Em outubro de 2007, cerca de 100 estudantes que realizavam uma manifestação na Universidade de Teerã contra o presidente Mahmoud Ahmadinejad, exigindo a libertação de colegas presos, cantavam: "Ahmadinejad é Pinochet. O Irã não será o Chile!" Ao concorrer às eleições presidenciais de 2008, o ex-campeão de xadrez Gary Kasparov acusou Vladimir Putin de ser o Pinochet da Rússia, e foi se aconselhar com ex-dissidentes chilenos. O ex-ditador do Chade, Hissene Hebré, era amplamente conhecido como "o Pinochet africano".

Diversos líderes mundiais encontraram inspiração para entrar na política precisamente quando se uniram à causa da democracia chilena. A luta do Chile contra Pinochet tornou-se um célebre pleito internacional. O atual movimento global em prol dos direitos humanos emergiu dos protestos e denúncias em todo o globo contra a ditadura de Pinochet, liderados pela Anistia Internacional e numerosas ONGs de direitos humanos.

A derrubada do presidente socialista Salvador Allende por Pinochet, em 1973, levou o premier soviético Leonid Brejnev a reverter sua política habitual e a endossar o princípio da luta armada em países do Terceiro Mundo. A lição dada pelo golpe violento de Pinochet e pela posterior perda de influência do Partido Comunista no Chile foi tão importante para Moscou que o medo soviético de "um novo Chile" desencadeou a invasão do Afeganistão pela URSS, em 1979, para apoiar o regime comunista de Cabul.

A prisão do ex-ditador em Londres, em 1998, como decorrência do mandado expedido por um juiz espanhol, anunciou uma grande mudança na administração do direito internacional no tocante a ex-chefes de governo. A partir daquele momento, nenhum ex-tirano podia estar certo de escapar do sistema global de Justiça.

Mas há controvérsias quando se trata de Pinochet e seu legado. Margaret Thatcher via-o como um baluarte contra o comunismo e um líder em matéria de

privatização de empresas estatais – e reivindicou ativamente a libertação do ex-ditador. O Chile serviu como um laboratório bem-sucedido para Milton Friedman, ganhador do Prêmio Nobel de Economia, e suas teorias monetaristas, adotadas por economistas chilenos formados na Universidade de Chicago. O Chile de Pinochet se tornaria depois o bom aluno do Fundo Monetário Internacional (FMI), a inspiração do Consenso de Washington, o conjunto de diretrizes ditadas pelo FMI que apontavam o rumo a ser seguido pelos países a fim de "pôr a casa em ordem do ponto de vista econômico" e crescer. A planejada reforma da Previdência Social do presidente George W. Bush foi inspirada na mudança do sistema de pensões imposto por Pinochet em 1980 – e mais tarde implantado em muitos países.

Nos anos 1970, o Chile de Pinochet foi foco de um debate sem precedentes no Congresso americano sobre as ações clandestinas dos Estados Unidos e a política de direitos humanos. As audiências marcaram o início do questionamento do Executivo pelo Legislativo a respeito da condução da política externa. Richard Helms foi o primeiro diretor da CIA a ser processado, por deixar de responder, no Senado, a perguntas sobre a investigação que se fazia do caso chileno. Os nomes de Richard Nixon e Henry Kissinger tornaram-se inextricavelmente vinculados a Pinochet e ao Chile. Ambos dedicaram tempo e recursos extraordinários à erradicação do que percebiam como uma "ameaça vermelha" nas Américas, e apoiaram Pinochet com entusiasmo.

O propósito deste livro é investigar o impacto de Pinochet na história contemporânea, bem como os vários significados e símbolos que sua figura evoca. Não se trata de uma biografia, mas de uma análise de sua época e de seu legado. Num sentido, são minhas memórias políticas acerca de Pinochet e seu tempo. Por causa do ditador, muitas vidas mudaram, e nossos planos anteriores passaram a se subordinar à prioridade do combate à ditadura. Como complemento às minhas experiências, lancei mão aqui de inúmeras entrevistas com pessoas importantes, de documentação confidencial e da vasta cobertura jornalística no período Pinochet, para narrar acontecimentos e detalhes de muitos episódios desconhecidos do público em geral.

Pinochet não corresponde exatamente à caricatura de ditadores latino-americanos que vemos em filmes de Hollywood ou no grande romance de Gabriel García Márquez, *O outono do patriarca*. Certamente não foi um Bismarck – tampouco apenas mais um Somoza. Foi um intelectual limitado que, situado numa encruzilhada histórica, dirigiu um processo de mudanças no Chile com poderoso impacto internacional.

A maioria dos ditadores latino-americanos administrou economias desastrosas. Pinochet foi exceção. De início, pendeu para as políticas econômicas

nacionalistas. Foi o almirante José Toribio Merino quem o pressionou para aceitar um novo modelo econômico, exatamente como outrora o pressionara para se juntar ao golpe. Merino foi o verdadeiro líder do movimento militar – e o líder virtual do "golpe econômico". Mas, tal como em 11 de setembro de 1973, quando não tinha escolha a não ser aderir – embora tenha assumido o controle, uma vez a bordo –, Pinochet aceitou o plano econômico dos Chicago Boys e tornou-se aos poucos um verdadeiro defensor do projeto. Sem esse modelo econômico revolucionário, o general seria um capítulo menor na história dos ditadores militares latino-americanos.

Embora para muitos ele encarne o emblema da crueldade no século XX, em consequência dos resultados econômicos que obteve alguns o veem como o líder que, apesar do regime tirânico, levou a nação à recuperação econômica e lançou as bases do crescimento e da modernização. A pergunta angustiante é: Pinochet era necessário? Poderia o Chile ter alcançado a atual prosperidade sem ele? Este livro tratará dessas questões.

A ideologia de Pinochet era o interesse próprio. Em tempos de compromissos e causas veementes, sua política era a *realpolitik*: ser pragmático, parecer neutro e cultivar a confiança daqueles que tinham poder e autoridade. Militar na ativa por mais tempo que qualquer outro soldado no mundo, Pinochet foi acima de tudo um sobrevivente. Não obstante todas as suas fraquezas éticas e intelectuais, ele tinha um notável instinto de poder.

O general Pinochet não era um ditador absoluto, embora quisesse sê-lo. Acumulou um poder enorme, mas reconhecia suas limitações. Sabia como exercer autoridade e era esperto o bastante para confiar em seus conselheiros próximos, os quais, em geral, escolhia muito bem. Não era inteligente, mas astuto. "Ele não chegou aonde chegou lançando mão de um esquema cuidadosamente planejado, mas tirando vantagem de circunstâncias favoráveis", disse-me o ex-presidente chileno Patricio Aylwin.

Em última análise, Pinochet foi o produto acidental de uma polarização pela qual o mundo passou no final da década de 1960 e começo da de 1970, como resultado de vários fatores: a intensificação das políticas anticomunistas nos Estados Unidos em resposta à Revolução Cubana; as doutrinas de segurança nacional adotadas pelos regimes militares sul-americanos; os distúrbios de 1968 em Paris; a sufocada Primavera de Praga; a Guerra do Vietnã; os protestos antiguerra do movimento por direitos civis nos Estados Unidos; o movimento guerrilheiro de Che Guevara na Bolívia; o massacre dos estudantes na Praça Tlatelolco, na Cidade do México; e até a vigorosa mensagem anticapitalista do Vaticano.

Essa realidade internacional se refletiu no Chile. As tensões locais se

aprofundaram quando a esquerda socialista começou a reivindicar mudanças revolucionárias, a direita defendeu o *status quo* com ferocidade crescente e o centro, em vez de desempenhar um papel pragmático, ficou imóvel entre as tendências polarizadas do país. Por conseguinte, os partidos se mostraram incapazes de formar coalizões de maioria para governar, e rompeu-se o consenso político.

Este livro começa com os acontecimentos de 11 de setembro – não o de 2001, mas um 11 de setembro diferente, o dia do golpe de Estado de 1973, que pôs fim ao governo constitucional do presidente Salvador Allende no Chile. Aderindo ao golpe no último minuto, Pinochet ascendeu rapidamente ao poder supremo, tornando-se o *primus inter pares* de seus colegas, criando uma ditadura pessoal e transformando a polícia secreta num instrumento de terror. Fez uma parceria com os Chicago Boys a fim de usar a ditadura para reerguer um sistema produtivo arruinado e tentar "recriar" a economia e a política chilenas.

A princípio Pinochet foi recebido calorosamente pela Casa Branca, mas a complexa relação entre Chile e Estados Unidos se tornou mais difícil quando a polícia secreta do ditador assassinou Orlando Letelier, antigo ministro de Salvador Allende, nas ruas de Washington; e mais tarde, quando o modelo de desenvolvimento econômico de Chicago começou a vacilar, com consequências políticas inevitáveis. Pinochet personificava o dilema que os Estados Unidos viviam havia décadas na América Latina. Ele encarnava as políticas de livre mercado que Washington advogava para as nações em desenvolvimento, mas derrubara um governo democraticamente eleito e mantinha o poder pela repressão. Era um firme combatente da Guerra Fria, mas não conseguiu entender que, com o enfraquecimento da União Soviética, os Estados Unidos precisavam menos dele – e que ele absolutamente não era mais necessário depois que o conflito Leste-Oeste teve fim.

No começo dos anos 1980, a luta pela democracia começou a sair da clandestinidade e a desenvolver atividades abertas, das quais fui participante ativo. Havia muita discordância sobre a melhor estratégia para lutar contra Pinochet. O Partido Comunista optou pela luta armada – o braço armado do partido até tentou matar o ditador –, enquanto os demais mudaram a estratégia inicial de protestos e adotaram a controvertida participação no plebiscito de 1988, em que Pinochet, sob sua própria Constituição de 1980, foi candidato único numa votação decisiva entre "sim" e "não". A chocante vitória do "não" anunciou o último capítulo do domínio do general.

Quando a democracia voltou ao Chile, em 1990, Pinochet não foi embora. Alguns argumentaram que os governos democráticos administravam a economia com eficiência, mas que aquela era uma democracia sob a tutela de Pinochet, já

que ele continuava no leme do Exército e depois se estabeleceu no Congresso, como senador vitalício.

Em outubro de 1998, para surpresa do mundo, Pinochet foi detido numa clínica em Londres, por violação dos direitos humanos, a pedido do juiz espanhol Baltasar Garzón. Quando as autoridades britânicas permitiram que o general retornasse ao Chile por motivos de saúde, em março de 2000, ele finalmente foi acusado pela lei chilena e posto em prisão domiciliar como criminoso. Ironicamente, não caiu em desgraça por acusações de violação dos direitos humanos, mas por uma investigação relacionada a terrorismo, levada a efeito nos Estados Unidos, a respeito de dinheiro não declarado que vinha escondendo, sob vários nomes fictícios e de membros de sua família, em contas no Riggs Bank e em outras instituições no mundo inteiro.

Pinochet morreu em dezembro de 2006. Antes disso ele viu, um a um, seus colaboradores mais próximos irem para a cadeia, alguns responsabilizando-o diretamente. Embora estivesse sob prisão domiciliar quando morreu, jamais foi condenado por qualquer dos crimes de que era acusado. Quase quatro décadas depois do massacre de seus oponentes políticos, ainda não se encontraram os corpos de muitos chilenos desaparecidos.

Pinochet marcou uma geração de chilenos e atingiu um número incontável de pessoas no mundo todo. Para muitos compatriotas, ele produziu a perda esmagadora da inocência. Mais uma vez Dom Quixote foi derrotado. Nós acreditávamos que nosso país era diferente do resto da América Latina e não cairia presa dos horrores de uma ditadura. Alguns de nós teríamos seguido vidas totalmente diferentes se Pinochet não tivesse existido. Muitos, como eu, decidiram que a única escolha moral era lutar contra ele e contribuir para a restauração da democracia no Chile. Estou entre os afortunados para quem a luta acabou bem, embora vá carregar para sempre profundas cicatrizes emocionais da era Pinochet.

1. Um 11 de setembro diferente

NA MANHÃ EM QUE O GOLPE COMEÇOU quase me tornei o primeiro terrorista suicida do mundo.

Nas primeiras horas de 11 de setembro de 1973, a insurreição militar contra o governo constitucional do Chile estava bem adiantada. Minha esposa, Pamela, e eu morávamos com minha mãe viúva em Estación Central, bairro operário não muito distante do centro de Santiago. Eu voltara depois da meia-noite de Valparaíso, na costa do Pacífico, 120 quilômetros a oeste de Santiago, que fora visitar na função de supervisor nacional dos Armazéns do Povo – programa de distribuição de alimentos inovador e altamente eficaz que estava sendo implantado em favelas de todo o país, com o apoio do governo.

Eu planejara dormir até tarde, mas fui acordado por volta das 7h30 pelo noticiário no rádio, relatando movimentos incomuns de tropas. Alarmado, pulei da cama, tomei banho e me vesti depressa. Uma explosão ensurdecedora – depois nós compreendemos que fora o estrondo de um caça supersônico – sacudiu as janelas da nossa casa enquanto eu tomava café. O rádio nos informou que a Marinha chilena se rebelara em Valparaíso e que tropas do Exército ocupavam as ruas de Santiago. Embora ainda não fosse evidente, Salvador Allende, o primeiro e único presidente marxista democraticamente eleito, estava sendo deposto.

Peguei meu revólver 32 e corri para o quartel-general do Partido Socialista local, uma casa do final do século XIX situada ali perto, na rua Grajales. Nenhum dos membros mais antigos da liderança estava presente, mas cerca de uma dúzia de jovens membros do Partido já trabalhavam arduamente para destruir arquivos que, se descobertos, poriam a vida dos militantes em risco. Em ocasiões anteriores, já tínhamos discutido o que fazer no caso de um golpe; minha primeira tarefa era recuperar as quatro bananas de dinamite que eu escondera na casa de meu amigo Marcos, e parti a pé para a rua Toesca, onde ele morava.

Uma longa fila de caminhões militares passou roncando, cheia de soldados armados, em farda de combate, todos usando braçadeiras cor de laranja. Estavam conosco ou contra nós? Não dava para dizer. Como se revelou mais tarde, as tropas com braçadeiras laranja se rebelavam contra o governo. E quanto ao comandante em chefe do Exército, o general Augusto Pinochet? Ele se

comportara como um soldado leal nos últimos meses – e eu me perguntei se estaria resistindo ao golpe.

Marcos só era politicamente ativo em seu local de trabalho; em nosso bairro, mantinha um comportamento discreto, de modo que sua casa era um local seguro, o esconderijo ideal para nós. Ele estava pálido e perturbado quando me cumprimentou à porta. Nós nos sentamos à mesa na sala de jantar por uns minutos, ouvindo as últimas notícias. Ninguém ainda pronunciara a palavra "golpe", mas a rádio Corporación, pró-governo, divulgava boletins urgentes – o que reconheci como agourentas mensagens "codificadas" alertando para um golpe em andamento. Claramente, não se tratava da reprise do golpe tentado por um renegado regimento de tanques em Santiago, três meses antes, que logo foi reprimido. Estávamos num grave apuro.

Eu dera instruções precisas a Marcos sobre a dinamite e confiei-a a seus cuidados. As bananas tinham de ser giradas no intervalo de alguns dias, senão a nitroglicerina começaria a "suar", tornando-se altamente instável. Mas quando fomos à despensa onde os explosivos estavam escondidos, fiquei chocado de ver o tecido azul que envolvia as bananas – encontrava-se totalmente encharcado. Qualquer movimento abrupto seria o bastante para detoná-las.

"Por que você não girou a dinamite como eu disse?", gritei.

Marcos estava agitado demais para explicar; apenas resmungou que tinha esquecido. Obviamente escondera a dinamite na despensa e, talvez por medo, jamais a tocara outra vez. Eu não tinha escolha: coloquei com cuidado o pacote mortal sob o casaco e me despedi de Marcos. Eu não voltaria ao quartel-general do Partido, alvo mais que óbvio dos militares. Em vez disso, combinamos nos reagrupar numa fundição próxima, a Maestranza Jemo, cujos trabalhadores eram todos socialistas ou comunistas.

Minguados raios de sol atravessavam as nuvens espessas quando eu saí para a rua. Fiz o melhor que pude para parecer indiferente quando passaram outros caminhões militares. Eu carregava quatro bananas de dinamite altamente instáveis e uma arma. Se fosse parado, seria preso – e aí, quem poderia saber?

Assim que cheguei à fábrica, guardei a dinamite num grande tambor de metal. Àquela altura, os jovens socialistas do quartel-general do Partido também já haviam conseguido chegar à fábrica, vindos pelos telhados. Sem contar os trabalhadores (tão concentrados nas suas próprias discussões que nos ignoraram sumariamente), havia cerca de dez de nós. Eu me aborreci porque nosso chefe de segurança do Partido, um homem imenso, do tamanho de um jogador de futebol americano, não estava ali (anos mais tarde soube que se refugiara numa embaixada), mas fiquei impressionado com o fato de que mais de uma pessoa estivesse presente e pronta para lutar até a morte.

Alguém disse que devíamos destruir nossas carteirinhas do Partido Socialista, então peguei a minha e rasguei – não foi tarefa fácil, pois era espessamente plastificada. Veio então um boletim de rádio anunciando o que todos já sabíamos – um golpe estava de fato em andamento. Algumas poucas estações simpáticas ao governo continuaram a transmitir por um tempo, mas foram silenciadas uma a uma. Logo, logo somente as estações anti-Allende continuavam no ar, difundindo um fluxo constante de canções e marchas militares. Alguém perguntou o que devíamos fazer.

"Nós temos de defender o governo constitucional de Allende", declarei. *Mas com quê?*, pensei amargamente. Nosso estoque de armas consistia em quatro bananas de dinamite que representavam mais perigo para nós que para qualquer outra pessoa, uma carabina Mauser que datava da Segunda Guerra Mundial, quatro armas leves, inclusive a minha. Mal tínhamos munição, e nossos adversários eram soldados profissionais com armamento pesado.

Não que eu fosse um completo amador. Alguns meses antes eu fora selecionado para receber treinamento paramilitar. Ao longo de seis semanas, cerca de uma dúzia de socialistas de diferentes partes do país reuniram-se diariamente numa bela mansão semiabandonada na rua da Catedral, no centro de Santiago. Nunca soubemos os nomes dos nossos colegas de turma, pois no primeiro dia o professor nos instruiu a adotarmos pseudônimos. Pela mesma razão, nunca soube o nome do professor, embora ele tenha nos dito que fora membro da facção Eleno (do ELN, Exército de Libertação Nacional) do Partido Socialista, que tinha ido para a Bolívia em meados dos anos 1960 a fim de lutar ao lado do exército guerrilheiro de Che Guevara.

O professor nos ensinou a disparar armas leves e como montá-las e desmontá-las no escuro. Aprendemos a sobreviver clandestinamente, a seguir alguém sem ser observado e a detectar vigilância. Também fomos treinados em manuseio de explosivos. Um dia, o instrutor explicou, talvez apenas de brincadeira, por que é importante armar a banana de dinamite com as mãos para trás do corpo. Assim, disse ele, se a dinamite explodir, "vai levar um pedaço de sua bunda, e não a parte da frente da sua anatomia". (Eu pensei no comentário dele aquela manhã, enquanto conduzia as quatro bananas de dinamite apertadas contra o peito.)

À parte os treinos de tiro ao alvo, eu só tinha usado a arma uma vez, para autodefesa. Durante as eleições legislativas de março de 1973, alguns amigos socialistas e eu tínhamos ido de carro até um bairro violento ao sul do Clube Hípico, um hipódromo de Santiago, para pichar propaganda política em muros e paredes de edifícios. Mal terminamos, e uma gangue de direita começou a nos insultar e ameaçar. Quando já íamos embora, de repente apareceu um Austin Mini atrás de nós, com armas cuspindo fogo pelas janelas. Nós nos jogamos no

chão do caminhão, entre as latas de tinta. Eu e outro homem descarregamos nossas armas em direção ao Mini, acertando o para-brisa, o que convenceu o motorista deles a desistir da perseguição. Esse é o resumo da minha experiência de combate.

Todos sabíamos o que devíamos fazer. No caso de um golpe, fomos instruídos a nos dirigir para locais seguros predeterminados, onde seriam distribuídas tarefas oficiais e armas de assalto. Porém, um membro do grupo da fábrica sugeriu que tomássemos a iniciativa ali mesmo, imediatamente. Ignorando o fato de que a dinamite estava instável e que nosso poder de fogo era um tanto limitado, sugeriu que fizéssemos um ataque de surpresa contra a delegacia de polícia local, o 8º Distrito, para apreender armas mais pesadas, como metralhadoras e rifles automáticos. Eu não tinha objeções ao plano, desde que tivéssemos certeza de que a delegacia apoiava o golpe e que conhecêssemos as medidas de segurança adotadas por eles. Sugeri que um de nós fizesse um reconhecimento. Um voluntário saiu de imediato e voltou dez minutos depois.

"Impossível", disse ele. "Todo o quarteirão está isolado. Não pude nem chegar perto da delegacia. Além disso, eles colocaram metralhadoras pesadas em posições bem-defendidas."

Nós ainda estávamos discutindo o que fazer quando a voz do presidente Allende ecoou no rádio. Eram 10h15 da manhã. Aquele seria seu último discurso.

NAQUELE MOMENTO, O PRESIDENTE ALLENDE estava no palácio presidencial de La Moneda, preparando-se para entrar em combate contra as forças rebeldes, acompanhado pelos guardas da sua segurança pessoal, do Grupo de Amigos del Presidente (GAP). Com ele estavam alguns membros das Investigaciones (a Polícia Civil), seus médicos pessoais e alguns funcionários do governo. Allende escolheu permanecer no palácio e resistir às forças rebeldes porque pensou que era seu dever defender a República; também esperava ganhar algum tempo para que tropas e forças paramilitares leais viessem em seu socorro. Muitas testemunhas e jornalistas registraram o que aconteceu no palácio naquele dia.

Na noite anterior, o presidente Allende recebera hóspedes em sua residência, na rua Tomás Moro, 200, na abastada região leste da cidade. Às 21h30, ele jantava com Carlos Briones, ministro do Interior; Orlando Letelier, ministro da Defesa; um jornalista amigo dele, Augusto Olivares; seu conselheiro político, o espanhol Joan Garcés; a primeira-dama, Hortencia "Tencha" Bussi; e a filha Isabel, que acabara de voltar do México. Isabel levara dois paletós de presente para o pai.

“Espero poder usá-los”, comentou ele, sombrio.

“A situação está ruim?”, perguntou Isabel. Allende não respondeu.

O presidente chegara atrasado ao seu próprio jantar, pois tivera uma reunião com o ministro das Relações Exteriores, Clodomiro Almeyda, que acabava de chegar de um encontro com o Movimento Não Alinhado na Argélia. Pela primeira vez em semanas Allende sentia-se moderadamente otimista. Para resolver seus problemas com a oposição, ele decidira propor um plebiscito nacional sobre o impasse relativo aos setores público e privado da economia. Ele planejava fazer o anúncio no dia seguinte.

O programa econômico de Allende não pretendia alcançar uma forma extremada de socialismo. Seu governo tinha definido que conglomerados mineradores, grandes companhias, bancos e latifúndios seriam objeto de expropriação, com a finalidade de estabelecer um setor de “propriedade social” que coexistiria com um setor de propriedade mista e outro de propriedade privada da economia. Mas, com o passar do tempo, fábricas ou fazendas cada vez menores eram tomadas por trabalhadores ou ativistas e colocadas sob controle do Estado.

O Partido Socialista, ao qual eu pertencia, e o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR, na sigla em espanhol: Movimiento de Izquierda Revolucionaria) tinham radicalizado o processo político rumo ao socialismo, desconsiderando o fato de que Allende galgara à Presidência da República representando uma pluralidade de interesses e que a coalizão de governo da Unidade Popular ocupava a minoria das cadeiras no Congresso. Por sua vez, a extrema direita e a Casa Branca de Nixon não deram a Allende qualquer chance, lançando uma campanha de desestabilização e terror contra ele e a economia chilena mesmo antes de o presidente tomar posse. O diálogo promovido pelo cardeal Raúl Silva Henríquez, entre o governo e os centristas democratas cristãos, então aliados à direita, tinha fracassado. A única opção para evitar um golpe militar ou a guerra civil era, segundo Allende, um plebiscito no qual os eleitores seriam chamados a confirmar a Presidência da República do Chile. O presidente achava que perderia o referendo e, nesse caso, estava pronto a renunciar para evitar novos confrontos.

O jantar foi interrompido pela notícia de que dois caminhões cheios de soldados rumavam às pressas para Santiago, vindos da cidade de Los Andes, cerca de 80 quilômetros a nordeste. Orlando Letelier conseguiu entrar em contato com o general Herman Brady, o chefe do Exército em Santiago, que inicialmente respondeu nada saber sobre a situação. Mais tarde, compreendendo que o comando militar tinha inadvertidamente mobilizado suas forças antes do que fora combinado para o golpe, Brady ordenou que as tropas retornassem,

afirmando tratar-se de um deslocamento normal antecipado dos exercícios para a parada militar do Dia da Independência, em 19 de setembro. O jantar acabou às duas da manhã, e Allende retirou-se para dormir. Apenas poucas horas depois ele soube a verdade – seu governo estava sendo atacado.

Às 6h30, o presidente foi acordado por um guarda do GAP, Hugo García, que lhe passou um telefonema urgente do general Jorge Urrutia, dos Carabineros, a força nacional da Polícia Militar, transmitindo-lhe uma mensagem do chefe de polícia de Valparaíso: os fuzileiros navais tomavam posição de combate nas ruas, ocupavam setores-chave e interrompiam as comunicações da cidade portuária com o restante do país. Dúzias de líderes políticos e sindicais já haviam sido presos. Se tivesse passado a noite em Valparaíso, em vez de voltar para casa tarde, eu seria encurralado.

Allende ordenou que telefonassem imediatamente para o almirante Raúl Montero, comandante em chefe da Marinha, e para o general Augusto Pinochet, comandante em chefe do Exército, mas não foi possível completar as chamadas. As linhas telefônicas de Montero tinham sido cortadas por seu próprio pessoal durante a noite; ele fora exonerado sumariamente de sua função pela relutância em juntar-se ao golpe. Allende telefonou para a casa de Pinochet. Disseram-lhe que o general estava tomando banho e ligaria de volta em poucos minutos. Nesse ínterim, Alfredo Joignant, diretor das Investigaciones, ligara para o presidente confirmando a insurreição em Valparaíso.

Mais uma vez Allende só conseguiu localizar um funcionário militar, o general Herman Brady. Ordenou que ele mandasse tropas do Exército a Valparaíso para reprimir a insurreição. Brady prometeu fazê-lo, mas não cumpriu a palavra. Já estava recebendo ordens de outros comandos.

Poucos minutos depois, os golpistas cortaram todas as linhas telefônicas da residência presidencial, agora totalmente isolada do mundo exterior. Allende decidiu ir para o La Moneda, no centro de Santiago. Abandonando seu traje formal, usava uma blusa de gola olímpica cinza com motivos marrons, calça cinza e sapatos pretos. Sempre elegante, vestiu um paletó de tweed cinzento. Ele se aprontou para o combate pegando seu rifle automático AK-47 Kalashnikov e saiu. Uma inscrição na coronha da arma dizia: “Para Salvador Allende, de um companheiro de armas. Fidel.”

O contingente do GAP que acompanhava Allende era formado por 23 homens armados com duas metralhadoras .30 e três RPG-7 (lançadores de foguete de fabricação russa), mais seu arsenal pessoal: rifles AK-47, pistolas P-38 e revólveres Colt Cobra. Allende ordenou que parte da equipe ficasse para trás, a fim de proteger sua esposa. Então, às 7h20, a comitiva de automóveis – quatro Fiats 125 azuis e dois veículos blindados brancos – zuniu para o centro. Além

dos guardas de segurança, Allende estava acompanhado pelo dr. Danilo Bartulín, por Joan Garcés e Augusto Olivares. Sete membros do GAP receberam ordens de ficar com os carros para um caso de emergência e, se ocorressem combates, tomar posição na porta ao lado, do Ministério de Obras Públicas. Os demais acompanharam Allende para o interior do palácio.

Por volta da mesma hora em que Allende chegou ao La Moneda, o ministro Orlando Letelier estacionava em frente ao Ministério da Defesa, apenas 100 metros adiante, acompanhado pelo motorista e sua escolta militar, o tenente-coronel Sergio González. Ao se aproximarem da entrada, González tirou a pistola da cartucheira e apontou-a contra o peito de Letelier. O ministro foi informado de que estava preso e levado ao gabinete do general do Exército Sergio Arellano. Este e o almirante Patricio Carvajal vinham coordenando o golpe a partir de um posto de comunicações no interior do Ministério da Defesa.

Os outros líderes do golpe eram o comandante em chefe da Força Aérea, general Gustavo Leigh, que se encontrava estacionado na Academia da Força Aérea, no bairro de Las Condes, em Santiago; o coronel Nilo Floody, na Escola Militar do Exército; e o general Augusto Pinochet, que estava longe, nos contrafortes dos Andes. Apesar da distância da ação, a posição de Pinochet fora designada como Posto Número 1.

Allende gostou de ver que o general José Maria Sepúlveda, o chefe dos Carabineros, estava no palácio presidencial. Imaginou que a força de 40 mil homens comandada por Sepúlveda estivesse do lado do governo constitucional.

Por volta de 7h55, Allende falou brevemente à nação, confirmando que oficiais da Marinha tinham se rebelado em Valparaíso, mas declarou que a situação em Santiago era normal. O presidente estimulou os trabalhadores a “assumirem seus postos, irem para as suas fábricas e permanecerem calmos e serenos”.

Quando Allende terminou de proferir essas palavras, três tanques Sherman eram posicionados no lado norte do La Moneda, enquanto seus comandantes aguardavam a ordem de atacar. Quatro caças a jato Hawker Hunter, carregados com foguetes Sura, tinham sido despachados para a capital, da cidade de Concepción, cerca de 520 quilômetros ao sul; a primeira missão dos seus pilotos era bombardear os transmissores das estações de rádio pró-governamentais.

O presidente Allende deu nova ordem para que entrassem em contato com o general Pinochet, mas ele estava incomunicável.

“Pobre Pinochet. Deve estar preso”, disse Allende.

Uma testemunha desse episódio, o jornalista Carlos “Negro” Jorquera, que anos mais tarde trabalharia para mim no Ministério das Relações Exteriores, acredita que a preocupação de Allende com Pinochet fosse sincera. Naquela

altura, o presidente ainda pensava que a insurreição se restringia a um setor da Marinha.

“Problemas com a nossa Marinha outra vez, capitão”, disse Allende a seu ajudante de ordens da Marinha, o capitão Jorge Grez.

O general Sepúlveda tentou falar com seus comandantes de polícia ao telefone. Conseguiu contatar alguns deles, mas ninguém parecia ter qualquer informação. Outro mau sinal foi que o subsecretário do Exército, coronel Rafael Venezuela, leal ao governo, acabava de ter sua entrada barrada no Ministério da Defesa.

Às 8h42, duas estações de rádio ligadas aos rebeldes, Minería e Agricultura, transmitiram música marcial e o hino nacional, seguidos por uma mensagem oficial das Forças Armadas comunicando que se constituíra uma Junta Militar formada pelos comandantes em chefe do Exército e da Força Área, Pinochet e Leigh, pelo almirante José Toribio Merino e o general César Mendoza, que tinham assumido o comando da Marinha e dos Carabineros, respectivamente. Eles exigiam que o presidente Allende renunciasse de imediato. Não havia esperanças. As Forças Armadas não estavam divididas. Não havia tropa leal para socorrer o presidente.

Allende reagiu falando à nação uma vez mais. “Eu não renunciarei”, declarou, desafiador. “Vou permanecer e informar a nação sobre a atitude absurda de soldados que se recusam a honrar seu juramento.”

Os militares responderam secamente. “Se o La Moneda não for evacuado antes das 11 horas, será atacado por terra e pelo ar.”

Ninguém no palácio presidencial podia acreditar. Com certeza a Força Aérea não iria destruir o edifício histórico simbolicamente tão significativo. Mas a situação continuava a se deteriorar. Um a um, os carros blindados estacionados fora do palácio se afastaram; os Carabineros, que haviam se espalhado defensivamente em volta do perímetro do La Moneda, agora faziam parte do sítio. As fronteiras do país foram fechadas, nenhum voo comercial saiu de terra, as comunicações internacionais foram interrompidas. O Chile estava sob controle militar.

Allende apareceu brevemente numa das sacadas da fachada norte para ver o que estava acontecendo na rua; uns poucos espectadores o aplaudiram e acenaram para ele. Por volta de 9h15, ele telefonou para o ministro da Defesa e falou com o general Ernesto Baeza. Sugeriu que os comandantes do golpe se encontrassem com ele no palácio, a fim de buscarem uma solução razoável para a crise. Baeza consultou Pinochet, que rejeitou prontamente a proposta.

“Allende não é um sujeito franco, você sabe”, disse Pinochet ao almirante Carvajal. “Se quiser, ele pode vir ao Ministério da Defesa e render-se aos

comandantes em chefe.” Carvajal telefonou para o La Moneda, reiterando que Allende não tinha escolha exceto renunciar e garantindo que um avião particular estaria à sua espera para transportá-lo, e à sua família, até o país de sua escolha.

Rejeitando veementemente o ultimato, o presidente optou por dirigir-se ao país mais uma vez, pela rádio Magallanes, a única estação pró-governamental ainda no ar. Naquela altura, seus únicos apoios vinham de um bando de socialistas trancafiados no Banco Central, a uma quadra de distância do palácio. Eles tinham tentado chegar ao La Moneda, mas foram impedidos pelas tropas terrestres. O chefe do pequeno destacamento de segurança presidencial do GAP interceptara outro contingente armado de oito socialistas, instruindo-os a retornarem ao QG central do Partido, na rua San Martín, queimarem todos os documentos partidários e depois buscarem refúgio até se reorganizarem.

O GAP tomou posição no interior do La Moneda e começou a trocar tiros com as forças militares (os Carabineros dentro do palácio não abriram fogo). Enquanto isso, os ajudantes queimaram os documentos privados do presidente e guardaram em segurança a Declaração de Independência do Chile, um documento histórico insubstituível, datado de 1818 (que afinal foi consumido pelo fogo).

Allende deu ordens para que seus adidos militares saíssem, de modo que não tivessem de combater suas próprias forças. Eles telefonaram ao almirante Carvajal, no Ministério da Defesa, para informar que estavam abandonando o palácio, e saíram por uma porta lateral, conhecida como Morandé 80.

Uma terceira mensagem da Junta Militar anunciou que qualquer civil não autorizado que fosse pego portando armas ou explosivos seria imediatamente executado. O toque de recolher começaria às seis da tarde. Eu estava na fábrica de metais quando a advertência foi publicada, mas ela não significou muito para mim. Minha única preocupação era resistir ao golpe e morrer, se necessário.

Nesse ínterim, líderes do GAP e o ex-chefe da Polícia Civil, Eduardo “Coco” Paredes, médico que era membro do Partido Socialista e leal a Allende, discutiam planos para resgatar o presidente. Se de algum modo Allende pudesse fugir do palácio, havia um bunker subterrâneo para onde poderia ser levado, construído especialmente para ele sob uma casa segura. Mas não havia saída, o palácio estava inteiramente cercado.

Às dez horas, Allende recebeu um emissário do Partido Socialista, Hernán del Canto, ex-ministro do seu gabinete. Del Canto afirmou que os socialistas estavam prontos a lutar e só esperavam a palavra do presidente para começar o combate. Instou Allende a fugir do palácio e liderar ele próprio a resistência.

“Eu não vou sair do La Moneda. Sei o que devo fazer. Quanto ao Partido Socialista, por que pede minha opinião agora, quando há muito tempo já não se

preocupa com ela? Diga a seus camaradas que eles deviam saber o que fazer neste momento", respondeu o presidente com austeridade.

Foi um diálogo áspero. Desde as eleições de 1970, o presidente Allende vinha perdendo o apoio da liderança do seu próprio partido, que o considerava propenso demais a fazer acordos com os militares e com os adversários políticos. O país tinha se polarizado entre os partidários e os oponentes de Allende, enquanto a coalizão de governo se via cindida entre comunistas moderados – de quem Allende se sentia politicamente mais próximo – e socialistas mais radicais, que, no entanto, ficaram ao lado de Allende naquele momento tão crítico.

Do outro lado da rua, na frente do La Moneda, alguns franco-atiradores do GAP posicionados no Ministério de Obras Públicas abriram fogo contra as tropas que avançavam do sul. Os homens que vinham do norte enfrentaram uma barreira de artilharia disparada dos telhados do Ministério das Finanças, do Banco Central e de outros edifícios próximos. Mas estes eram os únicos defensores de Allende. Um dos agentes de segurança do GAP instalou uma metralhadora .30 numa das janelas do segundo andar do palácio, mas em poucos minutos foi gravemente ferido e levado para um hospital de emergência no centro. Mais tarde, foi sequestrado do hospital pelos militares, e nunca mais se soube dele.

As IOhIO, o presidente declarou que queria fazer outro pronunciamento – e este foi o último – pela rádio Magallanes. "Calem-se, calem-se todos, o presidente vai falar à nação", ordenou o jornalista Carlos "Negro" Jorquera aos que se encontravam na sala. Levantando-se e apoiando-se em sua escrivaninha, Allende pegou o microfone e fez um discurso que jamais será esquecido por aqueles que o ouviram:

> Seguramente esta é a última oportunidade em que poderei me dirigir a vocês. A Força Aérea bombardeou as torres da rádio Portales e da rádio Corporación.
>
> Minhas palavras não são de amargura, mas de decepção, e elas serão o castigo moral dos que traíram o juramento que fizeram. …
>
> Só me cabe dizer aos trabalhadores: eu não vou renunciar! Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade do povo. E lhes digo que tenho certeza de que a semente que entregáramos à consciência digna de milhares e milhares de chilenos não poderá ser ceifada definitivamente. …
>
> Dirijo-me … ao operário, ao camponês, ao intelectual, àqueles que serão perseguidos, … porque, em nosso país, o fascismo já está presente há muitas horas nos atentados terroristas, explodindo as pontes, cortando as ferrovias, destruindo os oleodutos e os gasodutos, diante do silêncio dos que tinham a obrigação de agir. E estavam comprometidos. A história os julgará.
>
> Sem dúvida a rádio Magallanes será silenciada, e o timbre tranquilo da minha voz não chegará a vocês. Não importa, vocês continuarão a ouvi-lo. Eu sempre estarei com vocês.
>
> Ao menos a lembrança que terão de mim será a de um homem digno, que foi leal à lealdade dos trabalhadores. O povo deve defender-se, mas não se sacrificar. O povo não deve se deixar arrasar, desmoralizar e tampouco humilhar.

Trabalhadores da minha pátria: tenho fé no Chile e no seu destino. Outros homens superarão este momento triste e amargo, em que a traição pretende se impor. Pois fiquem sabendo que, muito mais cedo do que tarde, novamente se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre para construir uma sociedade melhor.

Viva o Chile! Viva o povo! Vivam os trabalhadores!

O discurso só foi interrompido uma vez, quando uma bala estilhaçou a janela do gabinete. As últimas palavras de Allende inspirariam a resistência e assombrariam os militares da Junta durante anos. Consciente da derrota, ele não convocou um levante armado, pois sabia que podia resultar num banho de sangue. Ao mesmo tempo, decidiu que não se deixaria pegar vivo, temendo que isso sugerisse a legitimidade da insurreição.

Na Maestranza Jemo, meus camaradas e eu, trespassados por uma emoção que se avizinhava do desespero, ficamos reduzidos ao silêncio. Para milhares de chilenos, naquele momento, toda esperança parecia perdida. “Eu me pergunto o que fará o general Prats”, disse um dos meus companheiros, referindo-se ao ex-comandante em chefe do Exército, conhecido constitucionalista que havia renunciado ao posto poucas semanas antes.

“Não sei”, respondi, “mas um general da reserva tem zero de influência. Estamos por conta própria agora, e devemos ir para os nossos esconderijos, esperar instruções.”

“O que eu faço com a Mauser?”, perguntou o dono da arma, um rapaz magro com uma barba no estilo hippie. Carregava a antiga espingarda num estojo de violão, o que absolutamente não parecia suspeito, pois ele tinha toda a aparência de um músico.

“Não a leve para casa”, aconselhei. “Esconda-a na casa de algum parente próximo que seja politicamente neutro, para o caso de precisar dela mais tarde.”

Eu sabia que a arma não seria útil, mal tínhamos munição para ela. A dinamite que eu havia carregado, correndo tanto risco, era inútil também. Mesmo assim, nós a escondemos e acondicionamos. Considerei a hipótese de colocá-la no meio da rua como armadilha para um dos caminhões do Exército que passavam, mas tive medo de que alguma criança curiosa pudesse pegar o pacote ou chutá-lo.

Saímos da fábrica por volta das 11h. Decidi investigar por que havia tanta movimentação militar no nosso bairro, e então segui os caminhões do Exército e os veículos blindados até a Alameda, a avenida principal que divide Santiago em dois, de leste a oeste. Na esquina da Alameda com a rua Bascuñan erguia-se uma arena esportiva de três mil lugares conhecida como Estádio do Chile. Havia uma grande concentração de soldados fora de seus muros. Os parcos ônibus que ainda circulavam estavam cheios de pessoas que tentavam voltar para casa. As poucas lojas que tinham ficado abertas baixaram suas portas de metal enquanto eu

observava.

Um caminhão lotado de operários de fábricas da zona sul de Santiago, guardados por soldados, se aproximou do prédio. O Estádio do Chile tinha se transformado num campo de detenção. Minha prima Virginia logo estaria presa no interior de seus muros; o cantor popular Victor Jara seria torturado e assassinado em algumas horas. Mais tarde saberíamos que a maioria dos prisioneiros da Junta foi levada para outro lugar, para o muito mais amplo Estádio Nacional, um campo de futebol descoberto com lugar para seis mil pessoas.

Enquanto caminhava para meu esconderijo – a casa de uma socialista cujo marido, motorista de táxi, era simpatizante de Allende –, perguntei-me o que teria acontecido à organização do Partido, que deveria nos trazer ordens e, mais importante, armas de fogo. Não muito longe dali, pude ouvir explosões e tiros: era o cerco final ao La Moneda.

A rádio Magallanes foi silenciada às 10h25, no meio de uma declaração do Partido Comunista Chileno (PCC) condenando o golpe e conclamando todos os militantes a esperar instruções – que nunca chegariam. No palácio, o presidente Allende disse a todos os carabineiros da guarda presidencial que podiam partir, mas sem suas armas. O chefe da guarda deu a Allende seu próprio capacete, que o presidente usaria no combate. Allende também permitiu que todo o serviço de pessoal, sobretudo o da Marinha, abandonasse o La Moneda. Então, convocou todos os ajudantes, ministros, altos funcionários, médicos e pessoal de segurança remanescente à sala Toesca, no segundo andar, um salão normalmente reservado às cerimônias formais. Ele falou com emoção, mas muita calma.

> Eu não vou renunciar. Não vou sair do país e não vou sair do La Moneda. Vou lutar até o fim. Agradeço a todos a lealdade, mas não deve haver vítimas desnecessárias. A maior parte de vocês é jovem, tem esposa e filhos. Vocês têm um dever com eles e com o Chile. Esta não será a última batalha. Às mulheres, … eu só peço que abandonem o palácio. Aos camaradas que não têm deveres específicos a desempenhar, ou que não saibam usar armas de fogo, peço que saiam agora.

Quando o presidente acabou, houve um profundo silêncio. Nenhuma palavra foi dita durante o que parecia ser uma eternidade. Então, seus últimos partidários, muitos deles com lágrimas escorrendo pelas faces, começaram a cantar o hino nacional, seguido de gritos de “Viva Allende!”.

O presidente desceu ao primeiro andar e foi para um pátio interno, chamado Jardim de Inverno. Sobre uma mesa jaziam dispostos os rifles automáticos SIC, a munição e as máscaras de gás deixadas pelos carabineiros. Os que sabiam como usar as armas pegaram-nas. Depois que as mulheres partiram (duas esconderam-se no palácio até o amargo desfecho), Allende obrigou seu assessor

Joan Garcés, cidadão espanhol, a ir embora também, acompanhado pelas duas filhas do presidente, Isabel e Beatriz.

"Vá e conte a nossa história ao mundo", disse Allende ao espanhol. Nos anos seguintes, Garcés se tornaria ativista pleno da causa chilena e um dos mais firmes e constantes inimigos de Pinochet. Os militares tinham prometido um jipe para tirar as mulheres do La Moneda, mas ele jamais chegou. Elas tiveram de buscar refúgio nas oficinas próximas do jornal *La Prensa*, da oposição democrata cristã.

Irritado com a lentidão da ofensiva contra o Palácio de la Moneda, o general Pinochet entrou em contato com o almirante Carvajal no Ministério da Defesa. "Os tanques estão atacando?", perguntou. "E quanto à infantaria? Eles não chegaram ainda?" Carvajal informou que o local estava cercado por soldados e que os tanques tinham aberto fogo. "Creio que nossas tropas logo poderão tomar o palácio", concluiu o almirante.

"Certo. Mas às 11h em ponto temos de bombardear o La Moneda por ar, porque esse sujeito não vai se render", disse-lhe Pinochet.

O general Gustavo Leigh ficou frustrado. Pouco antes tinha se recusado a providenciar escolta militar para as mulheres que queriam deixar o local. "São táticas para ganhar tempo. Vou atacar com meus aviões imediatamente", gritou ele para seus homens.

Porém, às 11h15, os caças a jato ainda estavam para chegar. Depois de seu longo voo desde o Chile meridional e dos ataques às torres transmissoras de rádio, eles tiveram de reabastecer. Isso não só aumentou a frustração de Leigh como também, o que era mais importante, o deixou embaraçado perante seus colegas do Exército. Pinochet não escondeu a contrariedade e ordenou ao general Brady uma ofensiva total por terra. Tiros de artilharia, morteiros, mísseis e balas de grande calibre açoitaram a fachada lateral norte do palácio. Seus defensores responderam com uma salva de armas de mão. O presidente, que desde os tempos de caça era conhecido como exímio atirador, juntou-se ao tiroteio.

José Tohá, ex-ministro do Interior, considerava Pinochet um amigo, já que o general tinha ido à sua casa inúmeras vezes. Ele pediu ao almirante Carvajal para solicitar ao general que suspendesse o bombardeio enquanto convencia Allende a render-se. O almirante Carvajal telefonou a Pinochet para comunicar a proposta.

"Rendição incondicional! Nada de negociações. Está ouvindo? Rendição incondicional!", gritou Pinochet.

"Positivo. Rendição incondicional. E mantemos a oferta de levar Allende e sua família para fora do país?"

“Todos aqueles filhos da mãe lá dentro, o sr. Tohá, aquele sr. Almeyda, todos esses desgraçados sujos que estavam prestes a arruinar a nação têm de ser presos, colocados num avião, com a roupa do corpo”, respondeu Pinochet. “No que diz respeito a Allende, mantemos a oferta de um voo para fora do país, mas o avião cai em pleno voo. Certo, meu velho?”

“Certo, entendido”, respondeu Carvajal, incapaz de conter uma gargalhada. Anos mais tarde, gravações desses diálogos foram descobertas e publicadas.

Mas Allende não quis se render. Ele enviou o general Sepúlveda, leal chefe dos Carabineros, ao Ministério da Defesa para negociar uma trégua. Veículos blindados da polícia pegaram Sepúlveda no palácio, mas, em vez de levá-lo ao Ministério, seus subordinados informaram que os Carabineros tinham se juntado aos rebeldes. Convenceram-no de que nada mais havia a fazer, e levaram-no para a segurança, no clube dos oficiais.

Por volta das 11h55, foguetes disparados de dois Hawker Hunter de fabricação inglesa penetraram o segundo andar do La Moneda. Uma bola de fogo vermelho-alaranjado irrompeu no teto, e a explosão fez vários ocupantes voarem literalmente pelos ares. No corredor do primeiro andar, o presidente Allende virou-se para seu amigo de longa data, Carlos “Negro” Jorquera: “Nós não estamos com medo, Negro, estamos?”, perguntou. “Com medo, não; nós estamos nos borrando de pavor, isso sim!”, respondeu Jorquera.

O fogo se propagou pela estrutura do telhado e também no “pátio das laranjeiras”, aberto no lado sul do palácio. (Muitos anos mais tarde, essa área do La Moneda abrigaria o meu escritório, quando fui ministro e secretário-geral do governo.) Os ataques continuaram. Quatro caças a jato passaram oito vezes sobre o prédio, disparando 18 foguetes Matra Sned de 12 quilos. O som agudo dos foguetes caindo e as explosões quando atingiam o alvo puderam ser ouvidos em toda Santiago. O palácio estava em chamas.

Homens em helicópteros lançaram granadas de gás lacrimogêneo no interior do edifício, mas tiveram de retirar-se por causa do fogo de metralhadoras pesadas vindo do interior. Setenta e sete pessoas ainda estavam com Allende, e a maioria continuava lutando. Um tanque Sherman e um veículo blindado também foram forçados a recuar ao receberem tiros de bazuca e o fogo de metralhadoras .30 manuseadas pelos guardas do GAP. Allende, deitado no chão, continuava a atirar com seu rifle automático. Franco-atiradores do GAP, encorajados pela resistência no Palácio de la Moneda, abriram fogo dos edifícios próximos.

Enquanto isso, na residência presidencial, a esposa de Allende, Tencha, e cerca de 15 guardas do GAP tomaram posições defensivas. As tropas atacantes foram saudadas por salvas de tiros de rifles automáticos AK-47 e de uma metralhadora .30. Obrigados a recuar, os atacantes pediram apoio aéreo. O

general Gustavo Leigh concordou. Como o tempo estivesse encoberto, mandaram um helicóptero a fim de “fixar o alvo” para os aviões de combate. O helicóptero se retirou depois de ser atingido por dúzias de balas, mas chegaram dois caças a jato Hawker Hunter, guiados pelo helicóptero e por fotografias.

O primeiro piloto disparou o foguete contra uma comprida estrutura que se assemelhava ao edifício principal da residência, tal como aparecia nas fotos. Ele cometer um grande erro – seu míssil atingiu um dos anexos do Hospital da Força Aérea, a poucos quarteirões de distância do alvo. O segundo jato corrigiu o erro, acertando em cheio a residência. Pinturas de artistas famosos da América Latina foram destroçadas, móveis antigos voaram em pedaços. A primeira-dama sobreviveu escondendo-se sob uma mesa. Guardas do GAP a escoltaram para fora da casa e depois até a embaixada do México, a poucos quilômetros dali. Em grande desvantagem de armamentos, os defensores remanescentes colocaram suas armas e munições em três camionetes e saíram às pressas para tentar juntar-se aos grupos paramilitares de resistência. Quase imediatamente alguns moradores começaram a saquear as ruínas fumegantes da mansão abandonada.

Eram 13h15, e o tiroteio no La Moneda ainda não acabara. O ministro das Finanças, Fernando Flores, telefonou ao general Baeza e sugeriu um cessar-fogo para que uma delegação do La Moneda pudesse caminhar até o Ministério da Defesa a fim de negociar a rendição. Três emissários liderados por Flores foram escoltados até o Ministério. Nesse exato momento, Pinochet telefonou. Carvajal o informou da delegação que se aproximava e dos termos de rendição que tinham oferecido (as condições de Allende incluíam a formação de um governo militar que respeitasse o estado de direito e os direitos sociais dos trabalhadores, e a cessação imediata do bombardeio de bairros e favelas operários). Antes que Pinochet pudesse protestar, o almirante disse que, claro, a ideia não era negociar coisa alguma – ele simplesmente prenderia a delegação assim que ela chegasse. Pinochet aprovou: “Minha opinião é que devemos agarrar todos esses cavalheiros e mandá-los para fora do país, a qualquer lugar que quiserem. E então, em pleno voo, a gente começa a jogá-los para fora do avião”, gracejou ele.

No palácio, “Coco” Paredes, ex-chefe da Polícia Civil, recebeu um relatório do quartel-general afirmando que os militares controlavam todo o país. Foi a gota d’água. Quando ele trouxe a notícia, Allende concordou em render-se. Os emissários ao Ministério da Defesa foram informados da rendição incondicional e presos em seguida.

“Ordem de rendição. O presidente deu ordem de rendição!”, gritou Paredes, andando rápido pelo edifício. Todos os seus partidários fizeram fila para deixar o palácio. Allende declarou que seria o último a sair. Paredes ligou para o Ministério da Defesa, anunciou que o presidente tinha se rendido e solicitou um

veículo.

O general Javier Palacios, encarregado de aceitar a rendição e ocupar as ruínas do La Moneda, irrompeu no palácio com um comando de assalto do Exército e o pessoal do serviço de informações. Os soldados arrombaram a porta lateral, a Morandé 80, incitando vários médicos, jornalistas e policiais civis que estavam no primeiro andar a sair. Desavisados da ordem de rendição, alguns poucos seguranças do GAP ainda dispararam suas armas. O general Palacios foi levemente ferido na mão. Depois de serem desarmados, os guardas foram agredidos com violência.

Allende permaneceu no segundo andar, na sala Independência. Enquanto os homens ocupavam a parte inferior do edifício, ordenou que seus últimos companheiros descessem.

"Allende nunca se renderá!", gritou ele às suas costas, e então ouviram um barulho abafado. Momentos depois, o dr. Patricio Guijón correu de volta à sala Independência para pegar uma máscara de gás, justo a tempo de ver o corpo do presidente contorcendo-se violentamente sobre uma cadeira, em consequência de dois tiros que havia disparado sob o próprio queixo com um rifle automático, que sustinha entre os joelhos. O médico foi a única testemunha de um suicídio que seria mantido em segredo durante três décadas. O dr. Guijón segurou o rifle, sentou-se ao lado do corpo de Allende e esperou que os militares chegassem, para, na condição de médico, confirmar a morte do presidente.

Ao ouvir que Allende estava morto, Enrique Huerta, o chefe de cerimonial do palácio, pegou sua metralhadora e se preparou para retomar o combate.

"Allende morreu. Longa vida ao Chile!", gritou ele.

Um dos líderes do GAP tirou-lhe a arma. Não havia mais sentido algum em continuar resistindo.

ANTES DE SEGUIR ATÉ O LOCAL SEGURO INDICADO, corri até minha casa para ver se estava tudo bem com minha mulher. Nascida e criada numa pequena cidade da Pensilvânia, ela só saíra dos Estados Unidos uma vez, para uma viagem de quatro dias a Montreal, antes de mudar-se para o Chile. Embora tivesse me ajudado a distribuir comida no bairro, Pamela não era ativista. A polarização e a violência extrema da política chilena eram chocantes e incompreensíveis para ela, e estava em andamento um golpe militar que podia nos matar a ambos.

Nós nos conhecêramos no interior do estado de Nova York, no campus de Oswego da Universidade do Estado de Nova York (Suny), onde eu cursara a graduação graças a uma bolsa do Institute of International Education. Aos 18 anos, me vi às margens do lago Ontário, numa cidade mundialmente conhecida

pelas nevadas recordes, e não perto da cidade de Nova York, como esperava. Como Allende fora eleito presidente, convenci Pamela a me acompanhar ao Chile. Três dias depois de chegarmos a Santiago, Pamela e eu nos casamos.

O tratamento de choque de Pamela em termos de política revolucionária começou no dia do nosso casamento, 28 de novembro de 1972. Depois de uma cerimônia civil particular, que ela não entendeu, pois não falava sequer uma palavra de espanhol, tomamos um café, vimos um filme búlgaro entediante e fomos a uma manifestação de massa em apoio a Allende na Alameda. O presidente viajaria no dia seguinte para Nova York a fim de falar na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

No dia 11 de setembro de 1973, enquanto tiros pipocavam a distância e eu me preparava para entrar na clandestinidade, me despedi da recente esposa; não sabia o que ia acontecer comigo nem quando poderia vê-la novamente. Disse-lhe para ir com a minha mãe à casa de uma tia nas proximidades e prometi que telefonaria assim que pudesse.

Só duas pessoas deviam estar no local seguro para onde fui. Por volta das duas da tarde, porém, outras começaram a chegar.

“O local não é mais seguro com tanta gente assim”, protestei. Carmen, a dona da casa, insistiu para que todos os que não deviam estar ali saíssem, e eles finalmente obedeceram. Nesse ínterim, nós nos perguntamos o que teria acontecido com nossas prometidas armas. Alguém falou que logo chegariam veículos para nos pegar, trazendo armas, e nos levariam para onde fosse indicado.

Arnoldo Camú, membro da Comissão Política do Partido Socialista e chefe da seção paramilitar, tinha armas e estava pronto para o combate. Às dez horas, porém, a Comissão Política do Partido Socialista, dirigida pelo secretário-geral, o senador Carlos Altamirano, decidiu que, para o Partido, que tinha uma estrutura paramilitar fraca, combater seria um ato de heroísmo inútil. Ele ordenou um recuo e, com outros líderes, se dirigiu para seu esconderijo.

Às 12h45, os chefes políticos e paramilitares dos partidos Socialista, Comunista e do Movimento da Esquerda Revolucionária – que não tinha apoiado o governo de Allende – se encontraram na fundição Indumet. O representante do Partido Comunista anunciou que sua organização ordenara a retirada de seus militantes, pois acreditava que o controle militar do país já era absoluto. Os membros do Movimento de Esquerda Popular (MIR, em espanhol) ainda não tinham conseguido reaver as armas do grupo. O membro da comissão política do Partido Socialista, Del Canto, relatou que o Partido ordenara a retirada de seus militantes paramilitares.

Às 13h Camú recebeu um telefonema desesperado do Palácio de la Moneda,

pedindo socorro. Desobedecendo às ordens do partido, despachou imediatamente dois furgões para fazer um reconhecimento das vias entre a fábrica e o palácio presidencial. Ambos retornaram com informações desencorajadoras: os militares haviam montado barreiras, impedindo o acesso ao centro da cidade. Camú propôs que eles se aproximassem do palácio por outro trajeto. Mas a discussão acabou abruptamente quando alguém gritou que ônibus e veículos blindados transportando carabineiros tinham chegado à porta da fábrica.

Os policiais cercaram a fundição e abriram fogo. Os operários da fábrica tinham recebido armas da equipe de Camú, e, assim como os demais participantes do encontro, responderam atirando. O impasse sangrento durou várias horas, mas, por volta das 15h30, os trabalhadores da Indumet se renderam às tropas policiais já então reforçadas.

Enquanto isso, as forças de Camú tinham escapado do cerco e se deslocado para a fábrica têxtil Sumar, onde outro grupo de socialistas se reunira. Uma nova batalha eclodiu, desta vez com um helicóptero Puma do Exército. O helicóptero foi obrigado a retirar-se ao ser atingido por mais de uma dezena de tiros, um dos quais ferira o piloto. Os socialistas decidiram dirigir-se para outra fábrica, a Madeco-Mademsa; atravessaram La Legua, favela fortemente pró-Allende. Combates já haviam eclodido por ali, entre um contingente da polícia e alguns socialistas que foram emboscados quando iam se juntar a Camú.

O destacamento socialista reforçado, apoiado por moradores locais, sobrepujou o poder da polícia. Chegou outro ônibus cheio de carabineiros pesadamente armados, e uma segunda batalha começou. Um estudante universitário que usava um RPG-7 foi atingido na cabeça pela bala de um policial e morreu. Outro combatente resgatou o lançador de foguetes e disparou. Propelida a foguete, a granada atravessou o para-brisa do ônibus, ferindo gravemente o motorista. Por sorte, contudo, não explodiu. Os policiais saltaram do ônibus e correram para se proteger, enquanto os homens de Camú e os militantes locais lançaram uma saraivada de artilharia que deixou o ônibus totalmente destruído. Diversos carabineiros morreram no combate, mas todos teriam perecido se a granada não tivesse falhado.

Essas poucas escaramuças foram os principais pontos de resistência armada contra o golpe, apesar de centenas de militantes como eu terem esperado em vão por instruções e armas. Muitos anos mais tarde, Carlos Altamirano admitiu que a esquerda fracassara miseravelmente na defesa do governo constitucional. A liderança do Partido Socialista não apenas deixou de fornecer um suprimento significativo de armas, mas também de comunicar qualquer instrução coerente a seus militantes não regulares armados ou desarmados.

Pouco depois da morte de Allende, contingentes combinados do Exército, dos

Carabineros e da Força Aérea atacaram La Legua com tanques e aviões, dando início a uma operação punitiva que tinha em mira todos os moradores. Mais de 200 pessoas foram presas. Algumas foram torturadas até a morte, outras desapareceram. Camú foi assassinado poucos dias depois, ao tentar escapar da prisão perto do centro de Santiago.

NO FINAL DA TARDE, a luta no La Moneda havia muito acabara. Os seguidores de Allende estavam deitados de bruços, em fila, na calçada da rua Morandé, no lado leste do prédio ainda em chamas. Ali mesmo foram repetidamente espancados; um tanque estava parado apenas a alguns centímetros de distância de seus corpos, ameaçando passar por cima deles a qualquer momento; rajadas de metralhadoras foram disparadas acima de suas cabeças. Ministros e altos funcionários do governo foram levados para o Ministério da Defesa; depois seriam conduzidos de avião para um campo de prisioneiros improvisado na ilha Dawson, local isolado na Patagônia chilena. Dois ônibus da Marinha chegaram para levar os demais defensores derrotados do palácio para a caserna do regimento Tacna do Exército, poucos quilômetros ao sul. As ruas estavam desertas e caía uma chuva fina.

Em Tacna, Enrique París, psiquiatra amigo íntimo de Allende, foi quase imediatamente separado dos outros. Foi torturado e assassinado, e seu corpo desapareceu. (Três décadas mais tarde, outro Enrique París serviria no Palácio de la Moneda como chefe de gabinete pessoal do presidente Ricardo Lagos.)

“Todos vocês serão executados”, gritou o coronel Joaquín Ramírez para os prisioneiros quando entraram na caserna. Mais uma vez foram severamente espancados. Quarenta e oito horas mais tarde, caminhões militares chegaram, comandados por um oficial que trazia uma lista de todos os que estavam dentro do palácio em 11 de setembro. Os profissionais das Investigaciones foram entregues às mãos de um inspetor de polícia que garantiu sua soltura. Os 24 homens remanescentes – guardas de segurança, advogados, sociólogos e funcionários do governo – foram colocados nos caminhões, mãos e pés amarrados com arame, e transportados para um estande de tiro a cerca de 30 quilômetros de Santiago, onde foram assassinados a sangue frio na mesma noite. “Coco” Paredes, o ex-chefe das Investigaciones, foi cruelmente torturado antes de morrer.

No local seguro onde eu estava chegaram outros hóspedes inesperados, alguns trazendo armas portáteis. A presença deles representava um imenso risco para a segurança. Com o cair da tarde, o céu carregado ficou ainda mais escuro depois da notícia da morte de Allende. Passamos a noite em claro. A qualquer

momento, pensávamos, seríamos pegos e levados para um lugar onde receberíamos armas e ordens. Mas, com o passar do tempo, ninguém apareceu nem chegou qualquer informação nova, exceto a propaganda da mídia controlada pelos golpistas, que atacava Allende e seu modo de vida pretensamente luxuoso. Nossas esperanças se dissiparam.

Por volta das 19h, enrolado num tapete, o corpo do presidente foi transportado do Palácio de la Moneda para o Hospital do Exército. O almirante Carvajal deu a Pinochet a notícia da morte , e logo se impôs a questão do enterro.

“Coloque-o num caixão de pinho a bordo de um avião com a família”, disse Pinochet a Carvajal. “Que o enterro seja em outro lugar, em Cuba! Senão, vai haver agitação na cerimônia fúnebre. Até morto o sujeito é um problema!”

Por fim Pinochet decidiu autorizar um discreto enterro no Chile. No dia seguinte, os restos mortais do presidente foram sepultados no cemitério de Santa Inés, em Viña del Mar. “Que saibam todos que aqui jaz o presidente constitucional do Chile”, declarou corajosamente sua esposa, à beira do túmulo, com os soldados postados a uma distância ameaçadora. Em setembro de 1990, quando a democracia voltou ao Chile, Allende receberia um enterro adequado, na presença de chefes de Estado estrangeiros de todo o mundo e dos líderes da regenerada democracia chilena. Eu estava presente, então.

Mas esse novo enterro só ocorreria depois de décadas; muitos outros estavam fadados a morrer entre os dois sepultamentos de Salvador Allende. No dia do golpe, 36 pessoas foram mortas, incluindo carabineiros e soldados. Não houve luta. O próprio Pinochet declarou posteriormente: “Para todos os efeitos, o combate durou quatro horas.” No final de 1973, menos de quatro meses depois, o número de mortos subira para 1.823 – ou 119 pessoas por semana.

Na madrugada de 12 de setembro, deixei meu esconderijo e fui para a casa de minha tia, tomando um caminho longo e indireto por ruas laterais. Muitos direitistas do bairro me conheciam, e eu não podia ignorar a necessidade de tomar essas precauções. Encontrei minha jovem esposa americana quase em estado de pânico; ela jamais vivera um dia semelhante, de sublevação e ódio impotente. Eu tampouco, embora tivesse sido intelectualmente preparado para a eventualidade. Depois que saíramos do “inseguro local seguro”, chegou um contingente militar superarmado, em vários caminhões, para revistá-lo. Eu escapara da prisão dessa vez, mas minha esposa e eu teríamos de viver escondidos. O Chile tinha mudado literalmente da noite para o dia. Como milhares de outros partidários de Allende, eu teria de tomar medidas desesperadas para continuar a viver.

Seriam necessários 17 anos para recuperarmos a democracia e a liberdade que perdemos em 11 de setembro. Pinochet governava o Chile.

2. Os dois Pinochet

O GENERAL AUGUSTO PINOCHET, comandante em chefe do Exército chileno, estava cheio de dúvidas. Aderir ao golpe poderia ser um tiro pela culatra, custando-lhe a carreira, ou pior, a vida.

Conflitos políticos sérios dividiam o Chile em dois blocos antagônicos: o governo Allende, composto sobretudo pelos partidos Socialista e Comunista, e a oposição, liderada pelo Partido Nacional (PN), de direita, e pelo Partido Democrata Cristão (PDC). O diálogo entre as duas forças fora rompido quando os antagonistas radicalizaram suas posições e, como subproduto, politizaram atores-chave, como o Judiciário e as Forças Armadas. A convicção de que o país encontrava-se num impasse total tinha se apossado dos chilenos de todas as colorações políticas e se disseminava no meio militar; Pinochet sentia a pressão de seus subordinados para que tomasse uma atitude em relação a Allende.

Na tarde de sábado, 8 de setembro, o general do Exército Sergio Arellano, apelidado “o Lobo”, informou Pinochet, na casa deste em Santiago, dos detalhes sobre o plano de golpe, advertindo-o de que, mesmo que nenhum dos oficiais superiores participasse, os comandantes de escalão inferior assim o fariam. “Eu não sou comunista”, rosnou Pinochet, batendo na mesa. “Merda!” Porém, apesar de toda aquela veemência, Arellano informou o general Gustavo Leigh, comandante em chefe da Força Aérea, de que Pinochet ainda relutava em comprometer-se com um lado ou com outro. Pinochet prometera telefonar a Leigh, mas não ligou naquela tarde.

Gustavo Leigh partilhou suas preocupações com o almirante José Toribio Merino. Na manhã seguinte, domingo, 9 de setembro, Merino chamou à sua casa o almirante Sergio Huidobro, comandante em chefe dos Fuzileiros Navais no porto de Valparaíso, passou-lhe uma carta para entregar pessoalmente a Pinochet e deu-lhe ordens de usar todo o seu poder de persuasão para fazer o general embarcar no projeto. Huidobro escondeu a carta dentro do sapato e foi para seu carro, acompanhado pelo oficial da Marinha Ariel González. Uma hora depois – rápido demais para terem feito a viagem de 90 minutos a Santiago, e menos ainda a viagem de volta – os dois enviados retornaram. O almirante Merino teve um sobressalto de pânico ao vê-los, mas nada havia de errado. Numa nota cômica digna de Keystone Cops,[1] os oficiais tinham percebido que não possuíam dinheiro para pagar o pedágio da autoestrada. Quando finalmente encostaram o

carro na frente da casa de Pinochet, naquela tarde, perceberam que a filha mais nova do general, Jacqueline, comemorava seu aniversário de 15 anos.

O domingo foi um dia cheio para Pinochet. Por volta do meio-dia, ele fora convocado à residência presidencial, na rua Tomás Moro. Depois de receber notícias sobre a ordem pública, o presidente comunicou-lhe seus planos de convocar um plebiscito para resolver o impasse político nacional. O conselheiro de Allende, Joan Garcés, lembra a expressão de surpresa no rosto do general ao receber a notícia. “Isso muda tudo”, disse Pinochet. Enquanto o general e o presidente estavam reunidos – a última vez que se veriam –, o senador Carlos Altamirano, secretário-geral do Partido Socialista, fazia um discurso inflamado numa manifestação, no qual aludia lugubremente a complôs militares planejados contra o governo e prometia responder com resistência popular.

Quando os enviados de Merino, acompanhados pelo almirante Patricio Carvajal, foram anunciados na casa do general, descobriram que Pinochet já recebia um visitante notável: o general Gustavo Leigh (usando uma blusa de jogging, em vez de uniforme, a fim de não chamar a atenção). Enquanto as festividades do aniversário prosseguiam em outra parte da casa, Leigh disse abruptamente a Pinochet que tinha chegado a hora de agir.

“Você tem de tomar uma decisão”, declarou ele, “porque nós e a Marinha vamos em frente, mesmo sem o Exército.”

“Isso pode custar nossas vidas”, respondeu Pinochet. Ele sabia que Merino e Leigh eram aliados e que iriam se apoiar mutuamente. Mas que apoio tinham nas suas respectivas fileiras? Além disso, Merino não era o comandante em chefe da Marinha.

Huidobro entregou a Pinochet a carta de Merino, cujo conteúdo era o seguinte: “Gustavo e Augusto: O ‘dia D’ será 11 de setembro, e a hora, seis da manhã. Augusto: se não comprometer as suas tropas desde o começo do movimento, não teremos possibilidade alguma de sucesso nem viveremos para ver o futuro. Qualquer problema ou desacordo, por favor discuta com o almirante Huidobro, que está autorizado por mim. Esperando sua compreensão, envio-lhe minha consideração. José Toribio Merino.”

Merino dera instruções para que tanto Pinochet como Leigh assinassem a carta na mesma hora, como expressão formal de entendimento. Pinochet não podia continuar indeciso. Ele teria de se declarar favorável a um ou a outro lado, e na presença de quatro testemunhas, todas de outros setores das Forças Armadas.

Leigh assinou imediatamente. Pinochet, nervoso, apresentou a desculpa de que não conseguia encontrar uma caneta e seu sinete pessoal.

Enquanto Leigh olhava com desdém para o chefe do Exército, o almirante

Huidobro se ofereceu para emprestar-lhe uma caneta. Pinochet hesitou. Finalmente, quando não pôde mais adiar, assinou a carta e colocou nela o seu sinete. Mesmo assim, escreveu uma pequena mensagem pedindo que o golpe começasse uma hora e meia mais tarde, a fim de que as divisões do Exército espalhadas em todo o país tivessem tempo de se comunicar umas com as outras. O chá oferecido por sua mulher às esposas dos generais do Exército, a se realizar em 11 de setembro – poucas horas antes os Pinochet haviam encomendado pessoalmente doces e salgados numa confeitaria –, teria de ser cancelado.

O golpe estava em curso.

PINOCHET JAMAIS PERTENCEU À RAÇA DOS OFICIAIS. Duvida-se que tenha ao menos cogitado alcançar o posto de comandante em chefe do Exército. A perspectiva de acabar governando o país com mão de ferro por 17 anos teria parecido inimaginável para qualquer pessoa que o conhecesse quando ele ainda era um jovem oficial desinteressante. Seu sucesso improvável se deve ao fato de evitar os riscos, a uma capacidade sobrenatural de seguir seus próprios conselhos e, acima de tudo, a uma atitude de deferência servil e obediência incondicional aos superiores. Sua estratégia era ocupar discretamente o papel secundário, perto do poder, mas em segundo plano e fora de perigo – embora pronto a agir no instante em que uma oportunidade se apresentasse.

Quando indagado sobre o que falava quando se encontrava com o presidente Allende, Pinochet disse: “Eu nunca falava; só escutava. Quando fala, a gente revela as ideias.” Numa entrevista a María Eugenia Oyarzún, jornalista que, pela amizade com Pinochet, seria premiada com vários postos de alto escalão durante seu governo, ele confessou: “Eu sabia que se você dissesse alguma coisa talvez não fosse promovido. Desde criança aprendi que um superior sempre tem razão. Com o passar do tempo compreendi que este nem sempre é o caso, mas ainda preferia o silêncio.” A política de Pinochet – manter a boca fechada e “sempre desconfiar” – elevou-se ao plano de filosofia pessoal.

Pinochet jamais primou pela capacidade intelectual. Ao contrário dos dois comandantes em chefe do Exército que o precederam, os generais Ren Schneider e Carlos Prats, não era um líder nato. Mas tinha persistência e disciplina. Nascido no bairro de Almendral, em Valparaíso, em 25 de novembro de 1915, Augusto José Ramón Pinochet Ugarte sempre quis ser militar. Quando criança, gostava de assistir às paradas militares porque admirava, como iria se lembrar, “os uniformes e o aspecto marcial dos militares”, a “maneira como tratavam as pessoas segundo a patente”. Seu passatempo favorito era brincar com soldadinhos de chumbo. O pai, agente da alfândega, tinha acalentado a esperança

de que seu filho e xará se tornasse médico. Mas Avelina, a mãe enérgica, de vontade forte, apoiou o menino na vocação.

Pinochet foi educado numa família de classe média alta. As crianças tinham uma governanta, María, e Augusto frequentou escolas particulares em Valparaíso (o Seminario San Rafael e o Colegio de los Sagrados Corazones) numa época em que isso significava um privilégio reservado a poucos. Eles moravam numa casa confortável de dois andares com vários quartos e um grande salão com piano.

Os pais de Pinochet eram disciplinadores austeros. Ele jamais esqueceu uma experiência de aprendizagem: a pesada surra da mãe quando atrapalhou uma ida às compras choramingando porque queria um barco de brinquedo. “Não conheci qualquer outro modo de vida a não ser a disciplina militar”, declarou uma vez. Pinochet candidatou-se à Escola Militar em 1929, mas era jovem demais e foi rejeitado. Em dezembro de 1931, sua mãe insistiu para que ele se candidatasse de novo, mas foi recusado, dessa vez por ser considerado fisicamente franzino. Finalmente, em 1933, aos 16 anos, se candidatou pela terceira vez e foi admitido.

A Escola Militar funcionava, na época, num edifício clássico, imponente, na avenida Blanco Encalada. Uma igreja próxima, na mesma rua, Virgen del Perpetuo Socorro, ainda tem na parede uma placa de mármore com a inscrição: “Obrigado, Santa Mãe de Deus. Ajude-me sempre. Segundo-tenente A. Pinochet, 1936.” Pinochet agradecia à Virgem por sua graduação na Escola Militar. Quando criança, eu passei por aquela placa algumas vezes em meu caminho para a missa, porque a casa em que cresci ficava apenas a alguns quarteirões do lugar.

Pinochet tinha uma veia musical e era inclinado a acreditar em milagres, em espíritos e no sobrenatural. Eis como se recorda da morte do pai: “Vi a alma de meu pai quando deixou seu corpo material. Eu estava de pé diante da cama quando uma espécie de fumaça desceu; ele se levantou da cama, veio até mim, ficou ali uma fração de segundo e então se foi.” O espírito de seu pai não foi o único que ele viu em casa. “Um dia eu estava lavando as mãos e vi outra pessoa bem ao meu lado, lavando as mãos também”, contou Pinochet a Maria Eugenia Oyarzún. Aficionado de cartomantes e astrólogos, confessou que sempre usava um anel de ouro com um rubi quadrado e o símbolo de sagitário como amuleto da sorte. “O anel me dá sorte, e eu sou supersticioso”, admitiu.

Pinochet nunca foi um bom estudante na Escola Militar, e seu desleixo lhe trouxe problemas. No começo dos anos 1950, um folheto que preparou para a Academia de Guerra do Exército incluía um mapa das fronteiras do Chile com Argentina, Bolívia e Peru contendo erros tão evidentes que uma queixa formal

foi protocolada pela Marinha, alegando que o documento podia colocar em risco algumas das reivindicações de soberania chilena. Graças a um superior solidário, o lapso foi esquecido. Em 1968, o coronel Pinochet publicou um livro intitulado *Geopolítica*. O texto, que tocava em assuntos que iam de história a economia e geografia, contém um mapa dos Estados Unidos com as principais cidades e situa a capital na costa do Pacífico, revelando a confusão do autor entre a cidade de Washington, D.C., e o estado de Washington.

Depois da graduação na Academia de Guerra do Exército, em 1936, Pinochet foi nomeado para a Escola de Infantaria em San Bernardo, subúrbio de Santiago. Lá ele se desfez de algumas das fraquezas juvenis, impressionando seus contemporâneos como jovem oficial firme e cavaleiro esmerado, atributos bastante apreciados. Com altura acima da média (pouco mais de 1,80m), usava um bigode bem-cortado e exibia uma figura enérgica em uniforme. Depois de promovido a tenente, Pinochet, então aos 28 anos, casou-se com Lucía Hiriart, de apenas 20 anos, filha do senador Osvaldo Hiriart, membro do Partido Radical, antimilitarista e líder do movimento franco-maçom chileno. Mantendo-se fiel à sua filosofia de seguir os ares políticos dominantes, Pinochet entrou para a maçonaria em 1941, fato que suas biografias oficiais não mencionam.

A influência do sogro antimilitarista e os tempos turbulentos pelos quais passava ensinaram Pinochet a manter a boca fechada e evitar a política. Mónica Madariaga, prima do general, lembra-se de que o tutor de Pinochet na Escola Militar, general Alfredo Portales, aconselhou-o a “jamais chamar a atenção na sua carreira, pois os outros ficarão com inveja; tampouco seja o último. Para progredir na carreira militar, fique bem no meio, na massa anônima”. Ele levou muito a sério o conselho do general.

A esposa de Pinochet não apreciava o baixo status social e os magros salários da vida militar, e convenceu Pinochet a deixar o Exército por um tempo e trabalhar com seu pai no setor privado. Ele não aguentou nem seis meses. Apesar de todas as deficiências da carreira, decidiu que a vida militar era o seu ambiente. Por que a jovem Lucía escolheu um militar como marido, esse é um mistério. Mas, quando escolheu, exigiu que Pinochet lhe desse um destino superior na vida. Como Lady Macbeth, incitou o marido, alimentou sua ambição de poder e convenceu-o de que ele devia cultivar relações com pessoas poderosas – e de que talvez tivesse de fazer coisas más para obter sucesso.

Pinochet serviu na Escola Militar na década de 1940, época em que foi fundado o Grupo de Oficiales Selectos (GOS), associação secreta de militares dedicada a purgar oficiais corruptos das fileiras do Exército e aprimorar o profissionalismo do estamento. (A inspiração vinha do Grupo de Oficiales Unidos, agremiação peronista argentina.) O coronel Ramón Alvarez, diretor da

Escola Militar, era o líder. Apesar da simpatia pelos objetivos do GOS, o ministro da Defesa condenou essa organização secreta por considerar que representava uma quebra inaceitável na cadeia de comando, e afastou Alvarez e seu assessor, o tenente-coronel Eduardo Yañez, dos respectivos postos na Escola. Uma grande delegação de oficiais e cadetes manifestou sua indignação contra essa atitude marchando até a estação de trem para despedir-se ruidosamente de Yañez. Pinochet, porém, ficou em casa, embora compartilhasse a opinião de seus companheiros de arma. “Nós consideramos o afastamento dos nossos coronéis uma infâmia”, lembraria ele mais tarde. Apesar de tudo, teve o cuidado de não deixar que seus sentimentos o levassem até o ponto de participar de uma manifestação irrefletida.

Assim que foi promovido a capitão, em 1946, Pinochet solicitou transferência para a cidade de Iquique. Preferia ficar longe de Santiago e das lutas de poder. A política era perigosa, e os políticos, incapazes de agir com rapidez e eficiência. O toma lá da cá das negociações e as concessões exigidas para formar o consenso democrático não atraíam Pinochet.

O capitão Pinochet se afeiçoaria ao porto de Iquique, no árido deserto setentrional, e à sua vida no local. Em janeiro de 1948, foi encarregado de chefiar um campo de detenção situado no povoado abandonado de Pisagua, cujos presos eram comunistas. O presidente do Chile na época, Gabriel González Videla, fora eleito em 1946, com o apoio decisivo dos comunistas, mas, em 1948, rompeu com seus ex-aliados e decretou a chamada Lei de Defesa Permanente da Democracia; o PC foi posto na ilegalidade, os jornais comunistas foram fechados, os eleitores comunistas apagados dos registros eleitorais oficiais e muitos deles presos e deportados.

Em seu livro cuidadosamente elaborado sobre o golpe de 1973, *El día decisivo*, estruturado como uma longa entrevista dada a um jornalista fictício, Pinochet reconstrói e embeleza sua história de vida, retratando a si próprio como anticomunista coerente e homem de ideias firmes. Em seu relato, um dos prisioneiros de Pisagua era antigo administrador (*intendente*) da região de Tarapacá e militante comunista. Antes de ser detido, durante um período de carência econômica, sempre garantiu que o regimento de Pinochet recebesse alimentação suficiente e sempre dera a ele e a seus oficiais assistência ilimitada em qualquer problema. Obviamente Pinochet agora afirmava: “Esses gestos de boa vontade destinavam-se a coagir os elementos burgueses; um meio de ajudar os marxistas a se infiltrarem e difundirem sua doutrina.”

Pinochet afirmou mais tarde que sua experiência em Pisagua tinha sido seminal para ele, engendrando sua desconfiança com relação aos comunistas e propiciando-lhe uma educação indelével sobre os males da esquerda. Pinochet

disse ter experimentado, no campo de prisioneiros, uma epifania que mudou sua vida. Foi lá que compreendeu como os comunistas eram perigosos. “Quanto mais eu conhecia aqueles prisioneiros e ouvia seus pensamentos, ao mesmo tempo que estudava Marx e Engels, mais me convencia de que estávamos enganados sobre o Partido Comunista. Não era só mais um partido. Era um sistema que virava as coisas de cabeça para baixo, descartando toda lealdade e toda crença.” E acrescentou: “Fiquei preocupado com a possibilidade de que aquelas ideias prejudiciais e contagiosas se espalhassem por todo o Chile.”

Testemunhos dos ex-prisioneiros de Pisagua contam uma história bem diferente. Pinochet é carinhosamente lembrado como oficial amigável e ameno, de conversa fácil e com convicções democráticas. Não se preocupava em especial com os comunistas, sem dúvida não demonstrava qualquer sinal de obsessão com o pensamento político deles e tampouco parecia odiá-los.

Depois de uma breve transferência para Santiago, Pinochet foi novamente mandado para fora da capital, dessa vez para as cidades carboníferas meridionais da Companhia Carbonífera de Schwager. Depois, como coronel, chefiou a zona em estado de emergência. González Videla, que pusera os comunistas na ilegalidade, ainda estava no poder. Nesse último posto, Pinochet teria supostamente aprimorado seus conhecimentos sobre as táticas e doutrinas dos comunistas no campo de ação, já que os sindicatos dos mineradores contavam com muitos membros do PC.

Um ano mais tarde, Pinochet retornou a Santiago assombrado, como declarou mais tarde, com seu “espírito e consciência” acerca da “preocupação sobre até onde o Chile poderia ser levado pelo movimento comunista”. Porém, “quando expressei meus receios em conversas com amigos”, conta pesarosamente, “eles riram e responderam que o Chile jamais se tornaria comunista”.

É altamente improvável que Pinochet tenha sido indiscreto a ponto de criticar o Partido Comunista em público, mesmo entre amigos. Sua aversão ao debate político e, mais importante ainda, a prudência proverbial que o levava a manter um perfil discreto e controlar com cuidado a língua provavelmente o fizeram guardar para si todas as suas opiniões críticas sobre o comunismo, se é que de fato ele as tinha. Não faltam indícios da extrema cautela de Pinochet.

Durante o começo dos anos 1950, um ex-ditador populista do Chile (1927-31), Carlos Ibáñez del Campo, foi democraticamente eleito presidente com base numa plataforma política antitradicional. Problemas de governança levaram Ibáñez a considerar a ideia de um golpe interno em sua própria presidência, a fim de impor um regime autoritário. Seu plano foi frustrado, contudo, quando um grupo de oficiais militares, de capitães a coronéis, organizou um movimento conhecido como La Línea Recta, que se opunha firmemente aos regimes

ditatoriais. O grupo tinha base na Academia de Guerra do Exército, onde, por coincidência, Pinochet era professor.

O presidente a princípio tentou cooptar o movimento, mas depois se voltou contra seus líderes, mandou prendê-los e perseguiu-os; até os subalternos sofreram sérios reveses na carreira. Pinochet estava no "olho do furacão", mas conseguiu escapar ileso. Ele não figura em qualquer relato contemporâneo desse episódio traumático na história do Exército, e suas autobiografias passam pelo fato em silêncio. Pouco depois Pinochet deixou Santiago novamente e se transferiu para o Equador, como membro de uma missão militar que o afastaria e à sua família do país de 1956 a 1960. Quando retornou ao Chile, foi nomeado para Antofagasta até 1963. De 1964 a 1968, Pinochet foi vice-diretor da Academia de Guerra do Exército em Santiago, onde ensinava seu tema favorito, geopolítica.

Em meados da década de 1960, a política e a sociedade chilenas passaram por um processo de polarização quando o presidente Eduardo Frei Montalva implementou sua "Revolução em Liberdade". Associado à Aliança para o Progresso do presidente Kennedy, o programa defendia a reforma agrária, o fortalecimento dos sindicatos de trabalhadores, melhor educação para os pobres, e novos e ambiciosos programas sociais como meio, entre outras coisas, de impedir o avanço político da esquerda e esvaziar o apelo da Revolução Cubana. Os conservadores que apoiaram Frei sentiram-se então traídos, porque se opunham vigorosamente à reforma agrária e às políticas na área social, que consideravam radicais. O Partido Democrata Cristão viveu um período de grande agitação interna quando os militantes progressistas protestaram contra o que viram como incapacidade do governo de levar a cabo mudanças sociais significativas. A polarização e a instabilidade que se desenvolveram ao longo da década de 1960 plantavam as sementes da divisão do Chile que iriam florescer no governo de Salvador Allende.

A situação econômica dos militares chilenos se deteriorara consideravelmente ao longo de toda a década de 1960. Os salários dos oficiais do Exército já eram inferiores àqueles de seus companheiros das outras armas, e os cortes de orçamento do governo Frei tinham exacerbado a situação. Em maio de 1968, cerca de 70 capitães e majores pediram demissão em massa da Academia de Guerra, como forma de protesto. O episódio representava uma quebra séria na disciplina e provocou a demissão tanto do chefe do Exército quanto do ministro da Defesa, mas, ainda assim, o governo autorizou um aumento de soldo para o Exército.

Onde estava Pinochet – o vice-diretor da Academia de Guerra – enquanto todas essas coisas aconteciam? Mais uma vez, ele foi capaz de evitar um

posicionamento público. Pinochet viajara para os Estados Unidos, numa segunda lua de mel, no começo de 1968, no momento mesmo em que a crise começava a espocar. Quando voltou, viu-se em posição de segurança, fora do quadro institucional, e concordou em tornar-se chefe de gabinete do general que comandava a divisão de Santiago. Em 1969, voltou à sua amada Iquique, como chefe interino da VI Divisão do Exército. Logo em seguida foi promovido a general de brigada.

Por um breve período, Pinochet ocupou o posto civil administrativo de governador regional, e foi nessa função que se envolveu num conflito com os comunistas. Quando estudantes radicais tomaram uma escola industrial em Iquique, Pinochet se recusou a negociar com eles. Em vez disso, respondeu pela força, cortando água, eletricidade, telefones e suprimentos de comida da escola, e ordenando que a polícia a cercasse. Membros comunistas do Congresso denunciaram as atitudes de Pinochet, que, por estar o Chile em época de eleição, ameaçavam desencadear uma grave crise política. O subsecretário do Interior telefonou a Pinochet e informou-lhe que o ministro da Educação estava a ponto de aceitar as reivindicações dos estudantes.

“Eu disse que não era mais papista que o papa, e que, se as autoridades de Santiago queriam resolver a crise a seu modo, que assumissem a responsabilidade”, relembrou Pinochet. Mais uma vez ele agiu de modo pragmático. Quando um superior lhe dava uma ordem – mesmo que discordasse dela, mesmo que ela lhe causasse embaraço –, ele recuava, sem se deixar envolver emocional ou politicamente no assunto em questão.

Os problemas econômicos do Exército persistiam, e os oficiais novamente se impacientavam. Durante as celebrações do Dia da Independência, em 1969, a escolta militar do presidente Frei chegou intencionalmente atrasada à cerimônia. Vários oficiais de alta patente foram para a reserva antes do tempo em consequência desse ato de insubordinação. Num processo bem mais sério, o general de brigada Roberto Viaux, chefe da divisão do Exército na cidade setentrional de Antofagasta, foi acusado de conspirar contra o governo e recebeu ordens para renunciar. Poucos dias depois, em 21 de outubro, tomou pela força o comando militar do Regimento Tacna, em Santiago. Reinava a confusão; não estava claro, de início, se o Exército como um todo se voltaria contra o governo Frei.

O general de brigada Augusto Pinochet estava em Santiago, e seus subordinados em Iquique tentaram desesperadamente entrar em contato com ele. Ninguém sabia onde se encontrava, ninguém sabia de que lado ficaria. Depois de extrair promessas do governo no sentido de aumentar o salário dos oficiais e implantar outras melhorias nas condições do Exército, Viaux se rendeu. Mais

tarde ficou claro que o golpe tinha fracassado, e então Pinochet reapareceu em Iquique.

Pinochet era amigo íntimo de Viaux e o visitara em Antofagasta várias vezes, tendo até se hospedado em sua casa; Viaux também visitara Pinochet em Iquique. Sem dúvida Pinochet sabia algo a respeito das intenções do amigo. *Camiño recorrido*, o quarto volume de sua biografia oficial, mal menciona essa importante rebelião, dedicando-lhe apenas meia página, mesmo assim com referências obscuras. “Muitas coisas aconteceram”, escreveu Pinochet, “algumas verdadeiras, outras nem tanto.”

Em *El día decisivo*, Pinochet alega que sempre criticara as medidas tomadas contra o general Viaux, embora não haja qualquer indício nem algo parecido a uma queixa de Pinochet sobre a ida forçada do amigo para a reserva. Porém, numa entrevista que deu a pesquisadores da Chilean Finis Terrae University e a ex-assistentes, publicada postumamente, em dezembro de 2006, Pinochet chega mais perto da verdade: Viaux “queria que eu aderisse [à rebelião] marchando até o sul, para tomar o governo”, admite. “‘Você está dizendo besteira’, eu disse. ‘Há dois mil quilômetros até Santiago, e eles podem nos fazer em pedaços no caminho. … Esqueça.’” Sempre pragmático, Pinochet se recusou a arriscar o pescoço pelo amigo. Seguindo os ventos dominantes, ficou quieto e obedeceu às ordens – e assim continuou sua escalada para o poder militar.

Considerando sua longa história de cautela e calculada indefinição, é difícil acreditar que Pinochet tenha reagido à eleição de Salvador Allende em 1970 como ele relata em *El día decisivo*. Na noite de 4 de setembro de 1970, afirma Pinochet, ele reuniu seus oficiais e o pessoal dos quartéis-generais do Exército para comunicar seu desgosto com a eleição de Allende para a Presidência da República. “O país vai se perder sob a dominação marxista”, ele afirma ter dito. “O povo do Chile foi enganado; aparentemente, eles não sabem aonde o marxismo-leninismo vai nos levar. … Estou no final da minha carreira. O desafio de salvar o Chile estará agora nas mãos de vocês.” É quase impensável que ele pudesse ter feito comentários tão inflamados diante de um grupo considerável de pessoas. Suas palavras poderiam facilmente vazar e chegar aos ouvidos do governo recém-eleito ou do comandante em chefe do Exército, que era constitucionalista.

Na verdade, longe de resistir ao poder de Allende, Pinochet dele se beneficiou. O comandante em chefe Ren Schneider confirmou Pinochet em seu posto, sob instrução de Allende. Schneider, assassinado em outubro de 1970, durante uma tentativa frustrada de sequestro promovida pelo governo Nixon, foi substituído por outro constitucionalista, o general Carlos Prats. Cerca de dois anos mais tarde, antes do golpe, Pinochet prestou uma homenagem insincera ao

general Schneider, que fora assassinado, disse ele, “porque defendia as nossas instituições democráticas … e os princípios legais que todos os homens de armas juraram respeitar e obedecer”. (Durante os primeiros anos de sua ditadura, Pinochet perdoaria os assassinos de Schneider.)

Com a aprovação de Allende, o comandante em chefe Carlos Prats nomeou Augusto Pinochet comandante da guarnição do Exército em Santiago. Só um general de confiança teria sido indicado para um posto de alto escalão na capital. Em novembro de 1971, como comandante da guarnição de Santiago, ele foi o anfitrião de Fidel Castro durante sua visita ao Chile. Embora Pinochet afirmasse depois que fora apenas friamente cortês com o líder cubano, testemunhas descreveram sua atitude como calorosa e de admiração. Anos mais tarde, Fidel disse a um alto funcionário peruano entrevistado por mim que, naquela visita de 1971, Pinochet o havia presenteado com um livro de sua autoria autografado.

No Dia do Exército, 19 de setembro de 1971, Pinochet comandou a parada militar anual. O presidente Allende quebrou o protocolo e convidou o general para o palanque presidencial a fim de congratulá-lo pessoalmente pela boa exibição. No final de 1971, Pinochet tornou-se chefe do Estado-Maior do Exército, a segunda posição na linha de comando. Eficiência, disciplina e lealdade foram os traços que permitiram a Pinochet ganhar a confiança do presidente e subir tão alto na hierarquia. Embora não fosse brilhante nem sofisticado como seu predecessor Carlos Prats, conseguiu arranjar as coisas tornando-se confiável, aparentemente leal e sempre agindo “segundo as normas estabelecidas”.

Desde o sucesso da coalizão Unidade Popular de Allende nas eleições de 1970 e sua ascensão à Presidência da República, o Chile se polarizara cada vez mais. A eleição democrática de um candidato do Partido Socialista tinha estimulado os sonhos de mudança revolucionária entre trabalhadores, camponeses, estudantes e profissionais liberais que se identificavam com a esquerda. Ela também despertou temores nas elites, em particular na classe empresarial, além de ser o foco de uma preocupação crescente entre as Forças Armadas.

O Chile tornou-se um ímã para intelectuais e artistas de todo o mundo e para os políticos progressistas que vinham conhecer pessoalmente a “via pacífica para o socialismo”. Foi no Chile, em 1971, que François Mitterrand e Fidel Castro se encontraram pela primeira vez. Naqueles dias, assisti a uma palestra de Angela Davis[2] e nunca me perdoei por perder um concerto de Duke Ellington. Exilados de todos os regimes ditatoriais da América Latina – Argentina, Brasil e Uruguai, para citar apenas alguns – fluíam para o Chile. Havia muito os chilenos já tinham esquecido o que era uma ditadura, e com frequência se referiam a essas nações como “repúblicas de banana”.

Em outubro de 1970, Joan Garcés escreveu que o presidente Allende pretendia construir o socialismo “no interior de um regime legal de multipartidarismo, pluralismo e respeito das liberdades públicas, individuais e sociais”. Garcés prosseguiu criticando a “teoria foquista” de Régis Debray, que defendia a exportação da experiência revolucionária cubana para os demais países da América Latina, argumentando que o filósofo e ativista francês não entendia bem os traços específicos do processo político chileno. Infelizmente, apesar de todo o idealismo da revolução democrática chilena, sua administração da economia foi desastrosa.

De acordo com o programa de Allende para criar um setor de “propriedade social”, no dia do golpe de 11 de setembro, 500 companhias tinham sido transferidas para a área de propriedade social, oito delas expropriadas e as demais postas “sob intervenção”. O Estado assumia oficialmente o controle administrativo da companhia sem transferir a propriedade, por meio de poderes executivos baseados numa lei que datava da breve “República Socialista” de 1932. Outras foram compradas pelo Estado a preços abaixo do mercado.

Certo número de conglomerados industriais estrangeiros e nacionais foi nacionalizado, expropriado ou posto “sob intervenção”. Só as minas de cobre de propriedade de empresas norte-americanas foram nacionalizadas pelo consenso de todas as forças políticas chilenas, por meio de um decreto do Congresso. Ao mesmo tempo, ações ilegais da International Telephone and Telegraph Company (ITT), que trabalhara com a CIA fornecendo recursos para uma tentativa de golpe que impedisse a posse de Allende, desencadearam novas desapropriações de companhias estrangeiras por parte do Estado. Os membros dos partidos de direita acreditavam que suas propriedades eram saqueadas pelo governo Allende. As multinacionais, em particular as norte-americanas, estavam furiosas com a perda de seus investimentos.

No início do governo Allende, os salários aumentaram e os preços foram mantidos artificialmente baixos, mas a capacidade ociosa de produção permitiu uma expansão da economia. Como os preços dos produtos estavam congelados, a demanda cresceu, o investimento caiu, a produção desabou verticalmente e muitas empresas faliram.

Até 1972, contudo, a maioria dos chilenos ainda acreditava estar fazendo história e mostrava-se disposta a se sacrificar. Muitos de nós pensávamos que as insuficiências em certos setores da economia podiam ser compensadas por campanhas maciças de trabalho voluntário. Lembro-me de ter trabalhado vários fins de semana seguidos, no começo de 1973, numa fábrica de gás liquefeito, no complexo industrial de Cerrillos, a oeste de Santiago, carregando caminhões com tanques de propano. Nós mal almoçávamos e não fazíamos pausas, mas

todos sentíamos que realizávamos algo importante. Julgávamos que o problema principal da economia chilena era que a direita estava determinada a provocar seu colapso, em aliança com o governo dos Estados Unidos.

Esses temores tinham base na realidade, não na fantasia. Com efeito, grupos paramilitares de direita como Pátria e Liberdade e a Brigada Rolando Matus sabotavam as linhas elétricas de transmissão, estradas de ferro, oleodutos e fábricas estratégicas, prejudicando a economia e acirrando o clima já tenso e inseguro. A radicalização crescente da coalizão governante e a má administração evidente da economia, contudo, tiveram grande parcela de culpa na hiperinflação (260% em 1972), no crescimento florescente do mercado negro e nas longas filas que os consumidores eram obrigados a enfrentar para comprar mercadorias cada vez mais escassas e com preços congelados. Em resumo, a economia do Chile estava fora de controle e caía vertiginosamente.

No começo de 1973, o chefe do Partido Socialista do meu distrito deu-me ordens urgentes para irmos à fábrica de jeans El As, perto de minha casa, em Estación Central, no subúrbio de Santiago. “Vá ajudar aquela gente”, disse-me ele, referindo-se aos trabalhadores. “Eles tomaram a fábrica. Estão pedindo orientação e mencionaram especificamente o seu nome.” El As era uma fábrica de jeans modesta, mas bem-administrada, que empregava cerca de 35 trabalhadores, sobretudo mulheres.

Quando cheguei à fábrica, as trabalhadoras estavam em pânico. Elas não sabiam se tinham feito a coisa certa, pois o proprietário as advertira de que “elas iam pagar” se tomassem a fábrica. Além disso, confessaram, a ideia da ocupação não fora delas. Enrique “Quico” López, um amigo socialista do bairro, pressionara as mulheres a agir daquele modo. O que mais as assustava era que, depois de terem tomado a empresa, López chegou com armas para organizar a defesa, dando-lhes ordens de tomar posição no telhado e na porta dos fundos, mas as trabalhadoras não queriam aquilo. Eu lhes garanti que nada tinham a temer. Instei-as a continuar produzindo jeans e prometi ver o que podia fazer para regularizar a situação da fábrica, agora *de facto* nas mãos do Estado. Era uma situação insana – uma fábrica de jeans com menos de 40 trabalhadores se tornara parte do setor social ou estatal da economia!

Poucos meses depois do golpe, a fábrica foi reaberta, sob o controle do seu antigo dono, mas os problemas estavam longe de ter acabado. Alguns anos depois, ela foi fechada, quando a economia do Chile se transformou – seguindo a receita de Chicago idealizada pelo economista e ganhador do Prêmio Nobel Milton Friedman e defendida por Pinochet, que advogava a primazia da desregulamentação e das vantagens comparativas. El As foi à falência diante da competição dos baratos jeans asiáticos.

Durante o governo Allende, ou você era a favor do presidente e das mudanças socialistas ou era radicalmente contra. Famílias se dividiam por causa das diferenças. Cada setor queria levar a cabo sua própria revolução. Ameaças de violência armada da esquerda e da direita evocavam o espectro da guerra civil. O caos econômico crescente preocupava as Forças Armadas. Ainda mais agourenta, na opinião deles, era a afirmação frequentemente repetida pelo MIR e por meu próprio partido de que o povo devia pegar em armas para defender o governo se ocorresse uma insurreição militar. Embora muitos suspeitassem de que os partidos da coalizão do governo estivessem totalmente despreparados para o combate, os militares presumiam que eles representavam uma ameaça real ao seu monopólio do controle de armas. Ninguém sabia quantas e que tipo de armas havia em mãos civis.

Em outubro de 1972, a oposição pressionou pela aprovação de uma lei de controle de armas, que tornava obrigatório relatar toda arma de fogo em mãos de civis e autorizava as Forças Armadas a promoverem buscas de armamentos. As tensões aumentaram quando fábricas do Estado e prédios ligados aos partidos da Unidade Popular ou a sindicatos de trabalhadores tornaram-se passíveis de buscas não anunciadas, levadas a efeito pelos militares, que quase sempre eram conduzidas com grande violência.

Com a polarização crescente do Chile, alguns líderes militares iniciaram um complô. Pinochet não era um deles. Em 2 de novembro de 1972, Allende nomeou Carlos Prats, então comandante em chefe do Exército, para o Ministério do Interior, entregando outras duas pastas a oficiais superiores das Forças Armadas. Todos nós ficamos surpresos com a ousada manobra e não sabíamos como entender aquilo. Allende erradicara a possibilidade de golpe ao encher seu gabinete de membros das Forças Armadas, ou permitira que os militares usurpassem o poder? Estava cooptando a oposição ou atendendo a seus reclamos? Qualquer que fosse a interpretação dada ao estratagema de Allende, teria ele deixado de neutralizar as tensões crescentes no seio das Forças Armadas?

A nomeação de militares para o gabinete de Allende fora precedida por uma greve de associações empresariais, caminhoneiros, lojistas e médicos, que resultou em alguns confrontos violentos. A chamada “greve dos patrões”, em outubro, foi organizada e financiada pela CIA. Um dia, durante a greve, inspetores do governo receberam ordens de obrigar os proprietários a reabrirem suas lojas nas movimentadas áreas comerciais da rua Meiggs e da Alameda. Pediram que eu e cerca de outros oito socialistas os acompanhassem e apoiassem caso houvesse problemas. Enquanto os inspetores quebravam os cadeados e forçavam a abertura das portas de metal, um advogado da associação empresarial

discutia furiosamente com eles. Então, um pequeno comboio de automóveis parou no meio-fio e pôs para fora seus passageiros – um bando heterogêneo de militantes paramilitares de direita portando correntes, cassetetes e bastões de madeira. Nosso grupo, desarmado e sobrepujado pelo deles, retirou-se para uma obra ali perto. Poucos minutos depois, voltamos com barras de ferro e cerca de dez trabalhadores com seus capacetes de segurança; juntos, vencemos os direitistas, e as lojas foram reabertas. O incidente é ilustrativo da percepção de que havia um cenário anárquico no país.

Apesar da tensão crescente, Pinochet permaneceu alinhado com o governo. Quando o presidente Salvador Allende viajou para o exterior, no final de novembro de 1972, o comandante em chefe do Exército Carlos Prats, que então ocupava o Ministério do Interior, foi nomeado vice-presidente interino, formalidade constitucionalmente necessária. Pinochet deu um coquetel comemorativo, no qual surpreendeu seu superior exibindo a faixa presidencial no peito. O general Prats se sentiu constrangido com a extravagante exibição de lealdade de seu segundo na linha de comando.

A perspectiva de confrontação violenta aumentou quando a coalizão da Unidade Popular do presidente Allende conquistou seis cadeiras a mais nas eleições parlamentares de março de 1973, representando um aumento substancial do apoio popular, mas ainda aquém da maioria absoluta. Os linhas-duras da oposição pretendiam conquistar dois terços do Congresso para propor o impeachment do presidente. Em vez disso, eles sofreram um revés eleitoral que só lhes deixou uma opção: o golpe de Estado.

Em 29 de junho de 1973, o II Batalhão de Blindados, regimento de tanques baseado em Santiago, rebelou-se. Os tanques avançaram rapidamente em direção ao La Moneda. O general Prats soubera dos planos com 48 horas de antecedência e detivera o comandante do regimento. Armado com uma submetralhadora Thompson, Prats comandou as tropas leais do Exército e sobrepujou os insurgentes.

Onde estava o vice-comandante Pinochet? Em vez de juntar-se a seu chefe no combate, escolheu naquela manhã ir ao quartel de Buin, situado num bairro ao norte de Santiago, comandado por um coronel conhecido por suas posições radicais contra o governo. Mais tarde, no mesmo dia, Pinochet foi visto à frente de uma coluna de soldados do Regimento de Buin, usando farda de combate e marchando para o La Moneda. De que lado ele estava? Apoiaria os rebeldes ou daria luta a eles? Quando se encontrou por acaso com o subchefe da Polícia Civil, Pinochet pediu notícias.

“As forças leais têm a situação sob controle”, respondeu o policial.

“Estou usando um uniforme de combate para defender o governo

constitucional”, disse Pinochet, e continuou seu caminho. O policial declarou que passaria uma nova mensagem de rádio para o La Moneda avisando que o vice-comandante do Exército estava a caminho.

No portão principal do palácio, Pinochet encontrou-se com o general Prats, a quem abraçou, assegurando que tinha tudo sob controle. Mas ele falara prematuramente. Na confusão, franco-atiradores posicionados em edifícios próximos abriram fogo contra Orlando Millas, o ministro da Economia, exatamente quando ele entrava no palácio para comparecer a uma reunião política de apoio ao presidente. Apenas alguns minutos antes, Pinochet garantira ao subsecretário do Interior, Daniel Vergara, assim como a Prats, que a ordem fora restabelecida. Vergara ficou furioso e tentou denunciar Pinochet, mas nenhum dos presentes quis saber de críticas a um soldado tão leal. Na verdade, no encontro político no Palácio de la Moneda, um dos participantes, Enrique Correa, líder de esquerda, me disse que se recordava de alguém pedir de repente ao comandante em chefe Prats, “numa voz exageradamente alta”, permissão para se dirigir ao presidente; era Pinochet, que Correa reconheceu porque estivera com ele uma vez. Pinochet fez um pronunciamento curto mas comovido perante Allende e seus convidados, pedindo medidas duras contra os rebeldes.

O presidente promoveu uma série de mudanças de gabinete no dia seguinte, entre elas a exoneração de José Tohá do Ministério da Defesa. Tohá, que também servira como ministro do Interior, era um membro antigo e altamente competente do círculo íntimo de Allende. Pinochet por muito tempo cultivara sua amizade, enviando presentes a seus parentes e visitando-o para um drinque amigável em muitas tardes de domingo. Ao saber dos planos de Allende, Pinochet tentou interceder em benefício de Tohá. Quando o presidente informou Tohá sobre a preocupação de Pinochet, o ex-ministro observou: “O bom e velho Pinochet. Ele não compreende que seus impulsos ingênuos podem lhe custar a carreira um dia desses, se forem mal compreendidos como interferência política.” (Tohá foi preso e morreu durante o governo Pinochet.)

Uma passagem que ilustra o hábito que Pinochet tinha de agradar foi relembrada pelo falecido senador comunista Volodia Teitelboim: “Nós estávamos no La Moneda durante uma das muitas mudanças de gabinete em 1973. Pinochet e eu não conseguimos encontrar nosso lugar na cerimônia, então ficamos juntos de pé, no fundo da sala.” Teitelboim nunca estivera com Pinochet antes. O general tomou a iniciativa: “Que bom encontrar-me com o senhor, senador”, declarou. “Sabe, eu estou com ciúme do senhor.” “Ora, por quê?” “Porque sempre que o vemos na televisão, minha esposa, Lucía, me cutuca nas costelas e diz: ‘Por que você não pode falar tão bonito como ele?’” Teitelboim ficou com a impressão de que Pinochet era um homem astucioso, que sabia

como fazer amizades úteis.

Em seu próprio relato da insurreição de 29 de junho, em *Camino recorrido*, Pinochet reescreve a história, afirmando que rumou para o centro com o Regimento Buin a fim de impedir qualquer resistência paramilitar ou popular – convocada por Allende – de "atacar nossos irmãos em armas". "Nós teríamos reagido violentamente contra aquela gente", escreveu. A insurreição, acrescentou, "arruinou os preparativos para a ação militar contra o sr. Allende, que planejávamos, com cuidado, executar no final de julho." Mas Pinochet não estava envolvido em conspiração alguma, como mostram claramente as evidências históricas. No dia 29 de junho, ele apenas registrava para que lado soprava o vento, e seguia o curso dominante.

Depois do fracasso do golpe, Allende convocou uma reunião de cúpula em sua residência na rua Tomás Moro, para a qual convidou políticos destacados, oficiais superiores, inclusive Pinochet, e líderes sindicais trabalhistas, com o objetivo de discutirem o caminho a seguir. Pinochet aconselhou Allende a adotar contramedidas em caso de uma nova tentativa de golpe. "Proponho que o senhor estabeleça seu comando no Regimento Tacna, e não no La Moneda, coordenando suas ações defensivas com os trabalhadores", falou Pinochet.

Em 30 de junho, com a aprovação do general Prats, foi criado um Comitê dos Quinze, reunindo cinco representantes de alto nível de cada setor das Forças Armadas. A ideia era coordenar esforços para evitar outro golpe, mas as reuniões do comitê serviram na realidade para os generais e almirantes divulgarem abertamente suas queixas contra o governo Allende. Pinochet tentou impedir a discussão política na primeira sessão do comitê, mas foi em vão, pois a maioria dos integrantes concordou que, antes de propor soluções, eles teriam de analisar a situação nacional.

Ao anoitecer do dia desse golpe, eu participei de uma marcha na qual alguns manifestantes brandiram armas de fogo de pequeno calibre e porretes em frente ao Palácio de la Moneda. Olhando para trás, percebo que era uma lamentável demonstração de fraqueza, não de força. Era evidente que Allende não podia dispor de qualquer capacidade independente de resistência. O mais sério obstáculo para o golpe era o general Prats, firme em sua defesa do governo constitucional. Então teve início uma campanha para seu afastamento, que chegou ao clímax em 21 de agosto, quando as esposas de militares realizaram uma manifestação humilhante diante da casa do general. As mulheres se reuniram ostensivamente para entregar uma carta à esposa de Prats, reclamando dos sofrimentos de seus maridos em consequência das políticas de Allende, mas as coisas saíram do controle. Os manifestantes, alguns deles oficiais da ativa, chamaram Prats de covarde e espalharam ração de galinha diante de sua porta.

Um capitão do Exército uniformizado gritou: “O general Prats não representa o Exército. Ele é um traidor!” Quando Pinochet chegou para demonstrar solidariedade a seu comandante, acompanhado pela esposa Lucía, que trazia flores para a mulher de Prats, foi vaiado e insultado. Finalmente tiveram de chamar a polícia.

Prats deu ordens a Pinochet para exigir uma declaração de apoio de seus generais. Sem isso, disse ele, não seria mais capaz de comandar. Se Prats deixasse o comando do Exército, isso afetaria também o governo de Allende. Desde 9 de agosto, o “gabinete de segurança nacional” tinha incorporado os três comandantes das Forças Armadas e o chefe da Polícia Nacional. A pasta de Prats era então a da Defesa.

Pinochet teve um encontro com os generais e expressou sua ira com a manifestação. Tinha sido “humilhante e vergonhosa”, disse ele; as mulheres se comportaram como “verdureiras comuns de rua [*verduleras*]. Tal afronta a um general”, esbravejou, “só pode ser limpa com o sangue de generais” – frase que seria particularmente relembrada. Os oficiais de alta patente que tinham se juntado às esposas na manifestação seriam punidos, disse Pinochet; além disso, ele exigiu a renúncia de cada general cuja esposa tivesse participado do ato. Mas, apesar de toda a barulheira, nenhum dos generais renunciou, e todos se recusaram a publicar uma declaração de apoio a Prats.

Para aumentar a tensão, no mesmo dia a Câmara Baixa do Congresso chileno publicou um pronunciamento político oficial contra o governo Allende, declarando-o culpado de atos anticonstitucionais. Prats estava convencido de que o golpe era iminente desde 3 de agosto, dia em que as conversações entre o governo e os líderes democratas cristãos foram rompidas por causa da exigência de formação de um novo gabinete com até dois terços de representantes das Forças Armadas, e os demais, de personalidades independentes. Allende não podia aceitar aquilo, refletiu Prats anos mais tarde; teria sido um “golpe branco” (*un golpe seco*).

Prats renunciou em 23 de agosto, não sem antes recomendar que Allende indicasse Pinochet para sucedê-lo. O presidente promoveu Pinochet ao posto mais elevado do Exército. Mais tarde, o general Prats ponderou: “Eu acreditei que, se o general Pinochet me sucedesse – tendo ele demonstrado tanta lealdade –, havia uma possibilidade de que a situação crítica do país se desanuviasse.” O novo comandante do Exército estava numa posição crítica. Allende o instruiu a restaurar a ordem nas fileiras do Exército, exigindo a renúncia imediata de todos os generais suspeitos de conspirar contra o governo constitucional.

A revista direitista *PEC* predisse que Pinochet não iria durar muito em seu novo posto. Citando sua observação de que a afronta a um general “só pode ser

limpa com o sangue de generais", a publicação observou secamente: "Até aqui, Pinochet não foi capaz de extrair sequer uma gota do sangue de nenhum dos seus generais", e o novo comandante em chefe do Exército era conhecido como um homem "que falava alto com os homens que estavam abaixo dele, mas sem voz alguma para com os que estavam acima dele".

Em questão de dias, Pinochet compreendeu que não podia afastar qualquer general se quisesse sobreviver, e deu a má notícia ao presidente. Allende não gostou, mas convenceu-se de que afastar os suspeitos de complô só iria apressar o temido golpe militar.

Enquanto isso, as relações entre Allende e as outras duas armas, a Força Aérea e a Marinha, continuavam se deteriorando. No começo de agosto, o comandante da Força Aérea, César Ruiz Danyau, renunciou ao Ministério. O presidente obrigou-o a deixar também o posto na Força Aérea, e Danyau se revoltou. A crise foi temporariamente debelada quando Allende nomeou Gustavo Leigh para comandar a Força Aérea, em 20 de agosto. Como Leigh se recusara a servir no gabinete de Allende, o presidente indicou um oficial general de patente mais baixa para o posto ministerial.

A Marinha vinha tramando contra Allende desde meados de julho. O comandante em chefe da Marinha, Raúl Montero, era constitucionalista, mas o almirante José Toribio Merino e outros almirantes questionavam abertamente a autoridade de seu superior. Nessas circunstâncias, na sexta-feira, 24 de agosto, Montero apresentou sua renúncia a Allende, mas ela não foi aceita. Os almirantes insistiram na exoneração de Montero, e em 7 de setembro Allende concordou em nomear Merino. O tiro dos conspiradores da Marinha saiu pela culatra quando um jornal de direita publicou a notícia sobre a nomeação iminente, e o presidente respondeu deixando as coisas como estavam.

Os chefes dos partidos da Unidade Popular sugeriram a Allende uma manobra: prender os conspiradores golpistas e usar a força para defender o governo. Mas Allende fez aos líderes partidários uma preleção sobre a mudança democrática dentro do estado de direito e a lealdade constitucional das Forças Armadas. O que mais preocupava Allende naquele momento, disse ele, era o Exército. Ele suspeitava do plano de segurança interna da instituição, e decidiu então falar com Pinochet.

Como narra em detalhes no livro *El día decisivo*, uma noite, no final de agosto, Pinochet foi convocado para um encontro de madrugada na residência de Allende. Alarmado, acordou sua esposa e filhos e os levou para a casa da filha mais velha. Pinochet escreveu que, na ocasião, tinha certeza de que "alguém havia traído o grupo de oficiais [que planejavam o golpe]. … Sem dúvida minha vida estava em perigo". Quando chegou à residência de Allende, às 3h30, a sala

de estar do presidente parecia transformada num tribunal. Vários ministros estavam presentes, inclusive Orlando Letelier, bem como vários líderes políticos da coalizão Unidade Popular. “Pensei que era o fim”, escreveu Pinochet. Outro general do Exército, Orlando Urbina, também estava ali. Então, poucos minutos depois, todos se levantaram e o presidente entrou na sala. Pinochet recordou que Allende vestia “terno escuro e chapéu de marta. Estava envolvido numa capa azul com gola de pele e forro vermelho. Foi como se o próprio demônio tivesse entrado na reunião”.

Allende perguntou a Pinochet sobre sua rotina naquele dia, sondou sua opinião sobre certos generais e então se queixou das ações terroristas perpetradas pela direita. Pinochet afirma ter ouvido sem fazer comentários, exceto descrever brevemente suas atividades do dia, inclusive a ida a uma sessão de competições militares na Academia de Guerra.

Depois de ouvir as queixas de Allende sobre a oposição, Pinochet falou: “Senhor presidente, eu gostaria de me solidarizar com os seus problemas e preocupações porque também sou a favor da ordem. Mas devo deixar claro que não sou um general Rojo” – referindo-se a Vicente Rojo, o general que, durante a Guerra Civil Espanhola, alinhou-se com os republicanos apesar de não ser de esquerda. Perto do raiar do dia, Pinochet deixou a residência presidencial, dando carona ao general Urbina. Antes de morrer, Urbina confidenciou que ele e Pinochet tinham ido e voltado da casa de Allende no mesmo carro, fato que Pinochet omite na sua biografia. Aparentemente Pinochet quis dramatizar, sugerindo que só ele era alvo da suspeita do presidente.

Na versão altamente revisada de Pinochet sobre os acontecimentos, ele já planejava secretamente o golpe militar muito antes do encontro, e só fingia lealdade. Ele nem sequer sabia que os verdadeiros conspiradores do golpe vinham se encontrando havia meses na residência de um advogado conservador no exclusivo bairro de Lo Curro, em Santiago. Gonzalo Vial, historiador que foi ministro da Educação durante o regime de Pinochet, escreveu uma biografia do general em que concluía: “Não há uma palavra, nem sequer uma insinuação, de que [Pinochet] favorecesse ou aceitasse, mesmo hipoteticamente, sob qualquer perspectiva, e muito menos que preparasse um golpe militar ou qualquer coisa semelhante.” Vial acrescenta categoricamente que “Pinochet jamais conspirou com ninguém contra Allende, até que a situação já estivesse bem avançada, em setembro de 1973”. Isto é, até aquele domingo, 9 de setembro de 1973, quando os generais Leigh e Merino o forçaram a aderir a um golpe já em andamento.

NA VÉSPERA DO GOLPE, Pinochet levou a esposa e os filhos mais novos para a

Escola de Montanhismo em Río Blanco, Los Andes, um campo do Exército próximo à fronteira com a Argentina. Pinochet dissera certa vez, referindo-se aos generais que ele mais admirava, que "todos compartilhavam um fator comum: deixavam uma opção de retirada, no caso de as coisas darem errado, quando não tinham certeza do sucesso." Se o golpe fracassasse, a família Pinochet poderia fugir para a Argentina. O comandante da Escola de Montanhismo, coronel Gustavo Cantuarias, ofereceu aos seus distintos hóspedes os melhores quartos no cassino dos oficiais. O coronel Cantuarias era amigo íntimo de Carlos Prats e também constitucionalista. No dia seguinte, ele resistiria às ordens de prender os trabalhadores das minas de cobre; em 12 de setembro, acusado de ser simpatizante de Allende, foi preso e transferido para a Escola Militar do Exército. Morreu três semanas depois, supostamente por suicídio. Pinochet nada fez para ajudá-lo.

No dia 11 de setembro, Pinochet acordou às sete horas; o motorista foi buscá-lo, mas, em vez de ir diretamente para o seu posto de comando, no Centro de Telecomunicações de Peñalolen, fez um breve desvio e passou na casa de um dos seus filhos mais velhos. Quando Pinochet não se apresentou na hora, os outros conspiradores ficaram preocupados. O general Oscar Bonilla estava prestes a tomar o lugar de Pinochet.

Assim que chegou, informou a seu ajudante de ordens que um golpe militar estava em curso. "Desculpe-me, general, mas não posso acompanhá-lo nisso", disse o subordinado. "Certo", respondeu Pinochet, "o senhor está preso." O período de vacilação de Pinochet tinha acabado, e sua atitude endurecera, numa determinação impiedosa. Era hora de o comandante em chefe do Exército assumir o controle. Como tão amiúde Pinochet havia observado, um indivíduo deve ser capaz de obedecer às ordens, mas também deve saber dá-las. Pinochet estava prestes a mostrar ao mundo um lado totalmente diferente.

No final da tarde de 11 de setembro, quando o golpe estava plenamente consumado, Pinochet recebeu um telefonema do almirante Patricio Carvajal. "Nós programamos uma reunião de comandantes em chefe aqui no Ministério da Defesa, compreendeu?"

"Não", respondeu Pinochet. "Os senhores têm de vir a Peñalolen."

O general do Exército já assumia a propriedade do golpe. Quando se mostrou logisticamente impossível transportar os outros comandantes aos contrafortes dos Andes – o tempo chuvoso tornou o pouso de helicópteros perigoso demais –, Pinochet concordou com um encontro no meio do caminho. Por volta das sete da noite, os comandantes se reuniram na Escola Militar do Exército. O almirante Merino e Cézar Mendoza, o novo chefe dos Carabineros, nunca tinham se encontrado antes e foram devidamente apresentados. Pinochet sabia quanto era

secundário o papel que desempenhara no golpe, comparado com o dos demais, e sentia-se nervoso. Via no general Gustavo Leigh um rival na disputa de poder e não confiava plenamente no almirante Merino.

Durante o longo e desorganizado encontro que se seguiu, os quatro líderes decidiram prorrogar o estado de sítio, possivelmente romper relações com o bloco soviético e com Cuba e dar a notícia da morte do presidente Allende por meio de um comunicado escrito. Uma Junta Militar tinha de ser constituída, mas quem a presidiria? O general Leigh argumentou que a questão devia ser resolvida com base na antiguidade. Como ele havia assumido o seu posto de comandante da Força Aérea três dias antes de Pinochet ser elevado a comandante em chefe do Exército, declarou-se chefe por direito da Junta. Pinochet discordou, argumentando que o que importava não era a antiguidade dos comandos, mas das instituições sob suas ordens. Como o Exército havia sido criado antes da Marinha, e a Força Aérea fora criada antes dos Carabineros, ele devia chefiar a Junta.

Segundo *El día decisivo*, essa discussão já tivera lugar no domingo, 9 de setembro, quando o general Gustavo Leigh e o almirante Sergio Huidobro pressionaram Pinochet para aderir ao golpe, uma das muitas afirmações dúbias dos escritos de Pinochet. Anos mais tarde, José Toribio Merino afirmou que o general lhe oferecera a liderança, mas que ele havia recusado. Em vez disso, os quatro oficiais teriam firmado um acordo verbal de cavaleiros: Pinochet presidiria em nome do Exército, mas a presidência da Junta seria rotativa entre as forças. No entanto, isso nunca aconteceu.

Finalmente, os quatro líderes prestaram juramento como membros da Junta. A imagem do general Leigh está gravada na minha memória, praticamente berrando na televisão, dizendo que os militares iam “erradicar o câncer marxista do Chile”. Eu não tenho lembranças específicas de Pinochet naquela data, nem do que ele disse.

A Junta logo nomeou um gabinete, o qual, com exceção das pastas da Justiça e da Educação, era constituído por membros das Forças Armadas e dos Carabineros. A escolha do ministro da Educação foi difícil. Ninguém conseguia pensar em um nome, até Pinochet se lembrar de que tivera um bom professor muitos anos antes, na Escola Militar. Em questão de horas, José Navarro, de 70 anos, fora localizado e prestara juramento (poucas semanas depois, foi afastado, tendo se mostrado um desastre total como ministro).

NA MANHÃ SEGUINTE AO GOLPE, saí do meu “inseguro local seguro” e visitei Pamela e o resto da família na casa de minha tia, onde sabia que estariam

seguros por enquanto. Quanto a mim, não sabia o que fazer. Não tivera qualquer contato nem recebera instrução do Partido; só restavam poucas horas antes do toque de recolher, no início da noite. Telefonei para meu primo Guillermo Valenzuela, simpatizante socialista que, embora mais dedicado ao bar e restaurante dos seus pais do que à política, era veterano das brigas de rua com gangues da direita. Talvez juntos pudéssemos imaginar qual seria o próximo passo. Decidimos nos encontrar na casa de minha mãe. Horas antes do toque de recolher, as ruas já estavam sinistramente vazias. Guillermo chegou na hora, armado com uma pistola.

Embora recebêssemos a maior parte das informações pela mídia controlada pelos militares, ambos já tínhamos ouvido rumores sobre assassinatos de militantes de esquerda. As embaixadas de Santiago estavam cheias de pessoas em busca de asilo; líderes socialistas e comunistas haviam sumido. Trancamos as portas e começamos a destruir os documentos que pudessem nos vincular a um partido da Unidade Popular. Queimamos montanhas de folhetos e anotações; a fumaça era espessa, e ficamos preocupados com a possibilidade de que um vizinho chamasse os bombeiros e atraísse os militares para nossa porta. Mas nossa fogueira não era a única a arder no Chile naquela noite; muitos dos nossos vizinhos faziam a mesma coisa. Qualquer livro que pudesse ser interpretado como suspeito também tinha de ser escondido. Concordamos que não fazia sentido ficar à espera de instruções que nunca viriam; na manhã seguinte, tomamos caminhos separados, tentando simplesmente sobreviver.

Os líderes de esquerda foram intimados a se apresentar imediatamente ao Ministério da Defesa. A maior parte deles obedeceu, porque acharam que nada tinham a temer. Muitos foram sumariamente presos e torturados; alguns desapareceram para sempre. A revista direitista *Qué Pasa* afirmou num editorial que, “para abrir uma nova porta, a nação tinha de pagar sua cota de sangue”.

Uma forte tensão xenófoba emergiu no regime militar. No dia seguinte ao golpe, a Junta emitiu um ultimato a todos os residentes estrangeiros, ordenando que se apresentassem ao Ministério da Defesa ou à delegacia de polícia local. Três dias depois, um novo comunicado oficial advertia: “Nós não teremos compaixão com os estrangeiros que mataram chilenos. Cidadãos: fiquem alertas para localizá-los e denunciá-los à autoridade militar mais próxima.” Mais de 600 estrangeiros foram presos, muitos torturados e alguns mortos depois do golpe. O brilhante escritor Roberto Bolaño, nascido no Chile mas educado no México, foi preso durante uma batida policial na estrada e mantido na prisão por vários dias, sob suspeita de ser um “terrorista mexicano”, por causa do sotaque. Ele saiu graças à ajuda de dois detetives que tinham sido seus colegas de escola nos últimos anos do ensino médio.

Um líder democrata cristão local, Juan Alucema, enviou-me uma mensagem perturbadora. Pamela, que era estrangeira, deveria se apresentar ao Ministério da Defesa, disse ele. A pessoa que me trouxe a mensagem, seu vizinho de porta, estava com medo de que Alucema denunciasse minha esposa aos militares. Ela não estava com o seu passaporte, que fora anexado ao pedido de visto permanente, protocolado no Ministério do Interior. Depois soubemos que o documento havia sido destruído no bombardeio do La Moneda.

Pedi ao mensageiro, que eu conhecia, apenas um favor: "Diga a Alucema que, se alguma coisa acontecer a Pamela, vou descobrir onde ele está e meter uma bala na cabeça dele, nem que seja a última coisa que eu faça." Esta foi a última vez que ouvimos falar do sr. Alucema.

A cada dia que passava, mais e mais histórias circulavam nos canais informais, falando de detenções, torturas e assassinatos. Em 18 de setembro, o dia da independência nacional do Chile, Pinochet obrigou a Igreja católica a realizar um *Te Deum* de agradecimento a Deus pela "libertação nacional". O cardeal Raúl Silva Henríquez se recusara a oficiar a missa na Escola Militar, mas combinou rezá-la na igreja da Gratitud Nacional, na Alameda. Todos os ex-presidentes vivos e mais os quatro membros da Junta estavam presentes, assim como os membros da Suprema Corte, que tinham acolhido o golpe militar com agrado. Seguindo o protocolo, Pinochet colocou-se em posição visível e privilegiada. Uma fotografia de sua cara de buldogue, os olhos escondidos por óculos escuros, com um ajudante de ordem submisso às suas costas, foi publicada no dia seguinte nos jornais do mundo todo. Pinochet era o rosto público da ditadura no Chile. Quando lhe perguntaram por que usava óculos escuros quase sempre durante os primeiros anos da Junta, deu uma resposta surpreendentemente cândida: "Porque era uma maneira de esconder as coisas. … Mentiras podem ser descobertas pelos olhos, e eu menti um bocado."

No dia seguinte, 19 de setembro, os corpos de 11 ex-funcionários de Allende foram encontrados boiando no rio Mapocho, a poucas quadras da igreja da Gratitud Nacional. No dia anterior, o jornal *La Tercera* tinha dado uma manchete de primeira página com uma citação de Pinochet: "Não haverá misericórdia para os extremistas." Em toda a cidade, os militares vasculharam casas e apartamentos e confiscaram milhares de livros, jornais e discos suspeitos de serem "subversivos", jogando-os em imensas pilhas no meio da rua, ateando fogo e prendendo seus proprietários em seguida. Na frente de uma livraria progressista na rua MacIver, vi centenas de livros empilhados na calçada, guardados vigilantemente por dois soldados armados com rifles automáticos.

Em 21 de setembro, Pinochet deu sua primeira coletiva de imprensa diante de jornalistas nacionais e estrangeiros. O general proferiu palavras tranquilizadoras

para um correspondente estrangeiro que perguntava quando o Chile voltaria ao regime democrático. “Assim que o país se recuperar e superar o caos, tenho certeza de que a Junta vai devolver o poder [a um governo eleito].” Respondendo a outra pergunta, Pinochet declarou que “a resistência marxista não acabou. … o Chile continua em estado de guerra interna. Os que se desviarem terão de assumir o peso da lei sob estado de guerra”. Era uma guerra contra todos aqueles que se recusassem a seguir os *diktats* de Pinochet.

Líderes sindicais, ativistas camponeses, líderes estudantis, simpatizantes de Allende foram sistematicamente presos, torturados e muitas vezes assassinados. O braço repressor de Pinochet logo se transformou na temida Dina (Dirección de Inteligencia Nacional), uma unidade da polícia secreta dirigida por um obscuro coronel chamado Manuel Contreras. O escudo da Dina, um punho envolto numa luva de ferro, dizia: “República do Chile – Presidência da República – Dina.” Técnicas de tortura medonhas, de que jamais se tinha ouvido falar no Chile, tornaram-se lugar-comum.

Um dos mais notórios torturadores da Dina, Osvaldo Romo, contou detalhes chocantes numa entrevista que deu na prisão depois do fim do período Pinochet. Havia, por exemplo, “o submarino”, em que o prisioneiro era afundado num tanque de água cheio de excrementos e amônia até começar a afogar-se; a *parrilla* (grelha elétrica), na qual uma vítima nua e ensopada era amarrada à estrutura metálica de um colchão de molas enquanto lhe davam choques na boca, nos ouvidos e nos órgãos sexuais; “o poleiro”, em que o torturado era pendurado numa trave de madeira pelas extremidades até os ossos se fraturarem e o prisioneiro ou prisioneira desmaiar de dor. Dedos e unhas foram extraídos com alicates; ratos foram introduzidos nas vaginas de mulheres. Muitas mulheres foram brutalmente estupradas (mais de uma dúzia de prisioneiras foram engravidadas por seus captores); mulheres grávidas eram torturadas e mortas; outros prisioneiros eram obrigados a jogar roleta russa, sofrer privação de sono e de comida, passar por execuções simuladas e muito mais. Investigações da perícia forense concluíram que alguns prisioneiros haviam recebido injeções de substâncias tóxicas; depois de mortos tiveram as impressões digitais queimadas e apagadas com maçarico, e seus corpos foram jogados no mar. Execuções e desaparecimentos extrajudiciais tornaram-se a marca registrada do regime Pinochet.

Centenas morreram, em particular durante as primeiras semanas e meses após o golpe. Campos de concentração foram abertos em todo o Chile: Chacabuco, Pisagua, Quiriquinas, ilha Dawson, Ritoque, Tejas Verdes, Londres 38, Villa Grimaldi, José Domingo Cañas, Academia de Guerra Aérea e Escuela de Caballería de Quillota são somente alguns dos lugares onde os chilenos foram

presos, torturados e assassinados. Perguntado certa vez sobre a tortura de prisioneiros políticos, Pinochet respondeu: “Não, senhor. … [Os prisioneiros] machucam a si mesmos para dizer que foram torturados nos locais de detenção.” Mandados de *habeas corpus* foram rejeitados pelos tribunais, e circulares-padrão eram enviadas aos advogados e parentes das vítimas.

No Estádio Nacional, sede da Copa do Mundo de 1962, milhares de prisioneiros foram torturados e pelo menos uma centena foi imediatamente assassinada. O major do Exército Mario Lavandero, que estava encarregado da seção de estrangeiros do estádio, foi assassinado em 18 de outubro de 1973, presumivelmente porque entregou um grupo de prisioneiros uruguaios à embaixada sueca. O pai do major Lavandero fora instrutor de esgrima de Pinochet durante os anos 1930, mas seus repetidos apelos ao general para autorizar uma investigação oficial sobre a morte do filho caíram em ouvidos moucos. Os pais de Lavandero morreram sem nunca ter conseguido obter a entrevista que solicitaram ao velho amigo Pinochet. O estádio, outrora um lugar de vida, entretenimento e das alegrias do esporte, tinha se transformado num cemitério.

Muitos anos mais tarde, em 2003, ao visitar o Afeganistão como presidente do Comitê de Sanções contra a Al-Qaeda e o Talibã, do Conselho de Segurança da ONU, pedi para ver o estádio local onde os talibãs atiravam na cabeça de mulheres por serem infiéis e onde homens acusados de ter adotado modos ocidentais eram enforcados nas balizas do campo de futebol. Minha escolta pesadamente armada não gostou da ideia, mas nós acabamos visitando o estádio de Cabul. Em 2003, o estádio era novamente um lugar pacífico de celebração da vida – crianças treinavam para uma partida de futebol. Por um breve instante, naquela manhã brilhante de Cabul, eu me lembrei do Estádio Nacional do Chile em 1973.

Trabalhei vários meses, em 1973, como supervisor nacional dos Almacenes del Pueblo. A infraestrutura dos armazéns foi viabilizada pela expropriação da rede nacional de supermercados Montserrat, que geria o programa, enquanto a venda de mercadorias, fornecidas a preço de custo, era administrada pelos próprios *pobladores* (habitantes das favelas). Entre outras coisas, era meu dever garantir que o programa não sofresse abusos, que apenas bairros muito pobres e sem infraestrutura comercial participassem dele.

Vários dias depois do golpe, recebi ordem de me apresentar na sede da rede Montserrat, que agora era dirigida por um coronel do Exército nomeado pela Junta, para renunciar formalmente ao meu posto. “É melhor ir e assinar seja lá o que for”, disse-me um colega. Pensei que nada tinha a temer, pois apenas tinha feito o melhor para administrar um projeto social legítimo e altamente válido.

Marcaram hora para eu me encontrar com o coronel, às oito da manhã do dia seguinte. Cheguei meia hora adiantado e esperei por três horas. Sem café da manhã, decidi ir a um bar na esquina para tomar uma xícara de café em cinco minutos. Exatamente nessa hora, claro, meu nome foi chamado. Quando voltei, a secretária disse nervosa: “O coronel está zangado demais para encontrá-lo pessoalmente. Ele pede para que apresente sua dispensa por escrito.” Respondi que nesse caso não iria me demitir, ele teria de fazê-lo. A secretária teve medo de levar a culpa, então assinei a carta, na qual se afirmava que permitiam que eu saísse por motivos externos à minha vontade. Deixei o local levando uma cópia do documento para meus arquivos.

Cerca de duas semanas depois, um amigo me disse para tomar cuidado, porque a Dina estava procurando Alexandro “Mickey” Villalobos, militante do MIR que fora ativo no movimento dos Almacenes del Pueblo (ele foi preso posteriormente, e seu nome faz parte da lista dos desaparecidos); o pessoal dos Almacenes estava sujeito a virar alvo da repressão.

Aconselharam-me a procurar asilo numa embaixada – a única missão diplomática que não aceitava refugiados naquela altura era a dos Estados Unidos. Eu me recusei; achava aquilo um ato de covardia. Além disso, residências e escritórios diplomáticos em toda a cidade já estavam abarrotados com milhares de pessoas que temiam por suas vidas, e a Junta não as deixava sair do país.

Foi mais ou menos nessa ocasião que recebi um telefonema desesperado de meu amigo Jaime Fernández, talentoso guitarrista que havia tocado com o grupo Peter, Paul and Mary, e que até havia pouco servira como adido cultural na embaixada do Chile em Washington. Jaime retornara ao Chile pouco antes do golpe e buscou asilo na embaixada venezuelana, mas ninguém o conhecia. Intercedi para convencer um quadro médio socialista a intervir junto aos venezuelanos a favor de Jaime. Só fui vê-lo oito anos depois, em Caracas.

Jaime foi um dos sortudos. Lumi Videla, estudante de filosofia na Universidade do Chile e militante do MIR, tinha 26 anos e um filho quando foi presa pela Dina em 21 de setembro de 1974. Foi torturada até a morte em 3 de novembro, numa casa de detenção situada na rua José Domingo (seu marido, Sergio Perez, também tinha sido preso pela Dina; ele ainda está entre os “desaparecidos”). Na noite seguinte, durante o toque de recolher, o corpo de Lumi foi lançado sobre os muros altos da embaixada italiana, numa ameaça brutal contra os 202 chilenos que estavam dentro do complexo, esperando por salvo-condutos. Tratava-se também de um ato de retaliação pelo fato de os italianos terem dado asilo a Humberto Sotomayor, líder do MIR que escapara por pouco do cerco a um aparelho no sul de Santiago, onde o chefe do MIR,

Miguel Enriquez, foi morto na troca de tiros. O governo Pinochet emitiu um comunicado afirmando que Lumi Videla fora assassinada no interior da embaixada italiana durante uma orgia promovida pelos que buscavam asilo – mentira que o jornal *El Mercurio* publicou. Não é preciso dizer que essa falsificação grosseira foi desmascarada pelo juiz que afinal investigou o assassinato de Lumi Videla.

Em 19 de outubro de 1973, 26 pessoas foram executadas por soldados do Exército na cidade mineradora de Calama e enterradas na estrada para a cidade vizinha de San Pedro de Atacama. Entre os prisioneiros mortos havia trabalhadores das minas, engenheiros, líderes sindicais, professores, estudantes e um jornalista, Carlos Berger, marido de minha amiga Carmen Hertz, advogada de direitos humanos que se tornou embaixadora do Chile na Hungria sob a presidência de Michelle Bachelet. A maior parte dos 26 homens fora presa no dia ou logo depois do golpe de 11 de setembro e estava na cadeia pública de Calama, alguns deles cumprindo sentenças que tinham sido promulgadas por tribunais de guerra. Berger, membro do Partido Comunista que dirigia a rádio El Loa, fora preso na emissora durante o golpe, solto e preso outra vez no dia seguinte. Foi sentenciado a 60 dias de prisão por ter mantido a rádio no ar no dia do golpe. Carmem assumiu a defesa de Carlos e, no dia 17 de outubro, tinha conseguido comutar a pena. Ela já comprara duas passagens para Santiago, mas no dia 19 de outubro um helicóptero Puma, transportando o general Sergio Arellano e outros oficiais do Exército, pousou na base do Exército local. O que mais tarde seria conhecido como “Caravana da Morte” – um pelotão de oficiais do Exército de Pinochet que percorreu várias cidade e executou mais de uma centena de prisioneiros políticos – tinha chegado. Sob ordens do general Arellano, os 26 prisioneiros foram transportados para um local desolado conhecido como Topater, onde foram selvagemente assassinados com punhais e armas de fogo.

Carmen tinha ido à base do Exército naquela mesma manhã, mas não conseguiu obter os documentos de que precisava. Às cinco da tarde, ela visitou Carlos na cadeia pública. Às oito da noite, durante o toque de recolher, ele e os outros 25 prisioneiros foram levados para serem mortos. Carmen foi informada de que seu marido fora transferido para uma prisão de Santiago. Ela procurou por ele – e ouviu mentiras – durante anos.

Dois anos após os assassinatos, os prisioneiros foram desenterrados com máquinas pesadas, sob a supervisão do capitão Carlos Minoletti, colocados em sacos e transportados para o aeroporto de Calama, onde foram embarcados num avião DC-6 da Força Aérea e jogados no mar. Mais de 30 anos depois, um processo judicial concluiu que os oficiais de alto escalão, inclusive o general do Exército no comando da região, não só sabiam da remoção ilegal dos corpos

como a ordenaram. A verdade veio afinal à tona, e os indícios periciais foram suficientes para identificar 13 das vítimas no lugar de sepultamento, mas jamais se encontrou qualquer traço de Carlos Berger. Em 1984, seu pai, Julio Berger, cometeu suicídio. Em junho de 1988, a mãe de Carlos, Dora Guralnik, também tirou a própria vida, sem jamais ter sabido o que acontecera com o filho. Famílias inteiras foram assassinadas, como Sergio Maureira e os quatro filhos, cujos corpos foram jogados num forno de cal na comunidade rural de Lonquén. A lista de atrocidades se estende infinitamente.

Que papel desempenhou Pinochet nessa onda de repressão e violência? Nem sempre estava a par de crimes específicos, mas ele e outros membros da Junta emitiram claros sinais desde o primeiríssimo dia do golpe: o governo militar estava "em guerra" contra marxistas, líderes sindicais, partidários de Allende, agitadores do povo e dissidentes. Pinochet deu o sinal verde para a repressão sistemática dos dissidentes em sua primeira coletiva de imprensa, ao advertir que a guerra não estava acabada, apesar da vitória esmagadora que a Junta obtivera contra Allende, apesar da quase completa ausência de resistência armada organizada. Pinochet tornou-se um dirigente "mão na massa" que controlava todas as decisões políticas e militares importantes, como no caso das execuções da Caravana da Morte, comandadas pelo general Arellano, mas ordenadas por Pinochet.

Num regime tão hierárquico como o de Pinochet, teria sido impensável que seus subordinados diretos torturassem e matassem milhares de pessoas sem sua aprovação. Mas Pinochet negou ter conhecimento de qualquer coisa relativa a repressão e atrocidades. Numa longa série de entrevistas a duas destacadas jornalistas chilenas, Raquel Correa e Elizabeth Suberca-seaux, realizadas em 1989, ele foi questionado sobre muitas das atrocidades documentadas.

"Nunca soube nada sobre isso", afirmou Pinochet.

"Mas em algum momento o senhor dever ter sido informado sobre as execuções sumárias", pressionaram as jornalistas.

"Nunca. Como podem imaginar que sou algum tipo de especialista em violência? Eu não sou um soldado da SS."

As repórteres indagaram sobre a tortura e a morte do cantor popular Victor Jara e o desaparecimento de Eduardo "Coco" Paredes, que fora preso no La Moneda no dia do golpe.

"Essas são apenas histórias", respondeu Pinochet, zangado. "Nenhum corpo jamais foi encontrado! Os corpos desapareceram completamente."

"Eu vi cadáveres no rio Mapocho", retrucou uma das jornalistas.

"Você deve ter uma vista muito aguçada", respondeu Pinochet, sarcástico. "Combatentes esquerdistas jogaram os corpos dos seus camaradas no rio",

acrescentou.

Quando perguntado sobre a repressão da Dina e seus campos secretos de tortura, Pinochet respondeu: “Não posso dizer nem que sim nem que não.”

Na mesma entrevista, Pinochet negou saber que os nazistas tinham assassinado milhões de judeus. Quando questionado sobre a culpa de Hitler no Holocausto, Pinochet respondeu: “Pode ser que ele seja culpado, pode ser que não.”

“Mas Hitler estava perfeitamente consciente da existência de campos de concentração e da máquina de matar, dos fornos, do trabalho forçado, das câmaras de gás. Seria impensável imaginar que tudo isso tenha sido feito sem que ele soubesse”, disseram as duas jornalistas.

Pinochet foi inflexível. “Eu repito”, respondeu. “Talvez tenha acontecido como você está dizendo, talvez não… Eu não defendo Hitler e seu sistema porque tenho muitos bons amigos de origem israelita. Não posso aceitar o que aconteceu durante os anos da Segunda Guerra Mundial.”

“Mas toda a humanidade acredita que Hitler foi um assassino”, insistiram as jornalistas frustradas.

“Talvez tenha sido. Ou talvez fosse uma pessoa que não estava ciente do que acontecia; ou talvez tenha autorizado tudo aquilo. Não possuo muitas informações sobre ele.” A neutralidade obstinada de Pinochet sobre o papel de Hitler no Holocausto era um reflexo da negação de seu próprio papel durante a ditadura.

O conhecimento direto de Pinochet de crimes de tortura e assassinato de indivíduos específicos é ilustrado por um episódio ocorrido em novembro de 1974, quando representantes do Comitê [ecumênico] Pró-Paz solicitaram que o padre católico espanhol Antonio Llidó fosse solto da prisão. Pinochet ficou zangado quando lhe mostraram uma fotografia de Llidó, e respondeu: “Esse sujeito não é padre; ele é membro do MIR!” Llidó foi preso por agentes da Dina em outubro de 1974 e está desaparecido até hoje.

Pinochet usou exatamente as mesmas palavras que o torturador da Dina, Romo, para justificar a tortura. Há uma gravação de Romo dizendo: “*Você tinha que apertar*, alguns mais que outros. Mas, sob tortura, todo mundo fala, todo mundo.” Do mesmo modo, quando Pinochet estava sob prisão domiciliar em Londres e um entrevistador lhe perguntou se a nomeação do coronel Manuel Contreras para a chefia da Dina teria sido um erro por causa das torturas e dos assassinatos que perpetrou, Pinochet respondeu: “Naquele momento, [Contreras] era o homem certo porque *nós tínhamos que apertar.*” Parece razoável supor que Romo estivesse parafraseando seus patrões.

Pessoas de esquerda e outros oponentes do golpe militar foram demitidos das

empresas privadas e estatais, cerca de 50 mil somente nos serviços da administração pública. Milhares de professores e estudantes foram expulsos das universidades, e departamentos de ciências sociais inteiros foram desmantelados. Meu irmão mais novo, líder estudantil do MIR, foi expulso da Universidade Técnica do Estado. Os partidos políticos de esquerda foram totalmente banidos, e todos os demais partidos foram postos “em recesso”. O Congresso Nacional foi fechado, as eleições suspensas indefinidamente e os registros eleitorais destruídos. Em janeiro de 1974, 50% de todos os jornalistas chilenos estavam desempregados. Dos 11 jornais que havia na época do golpe, somente quatro sobreviveram; semanários de esquerda desapareceram e as poucas estações de rádio esquerdistas não bombardeadas e silenciadas durante o golpe foram simplesmente fechadas.

A censura da ditadura alcançou níveis ridículos. Em 1975, quando os mestres de xadrez Anatoly Karpov e Viktor Korchnói competiram pelo título mundial, os censores chilenos mantiveram a notícia fora do ar porque não havia relações diplomáticas entre os soviéticos e o governo Pinochet. Mesmo o jornal pró-governamental *La Segunda* foi fechado por um dia como sanção por ter anunciado o aumento do preço dos cigarros na primeira página. A notícia “tinha alterado a tranquilidade do povo”, declarou o censor.

Durante uma partida de futebol entre o Santiago Morning e o Aviación (na época, time da Força Aérea do Chile na liga profissional de futebol), o técnico do Santiago ficou com tanta raiva das marcações do juiz que gritou para o diretor do Aviación: “Vocês vão ser campeões graças a um decreto do governo!” Dois dias depois, a história foi publicada no *El Mercurio*, e seu autor, o jornalista René Durney, foi demitido e preso.

A ditadura de Pinochet desconfiava particularmente de livros e autores. Gustavo Olavo, que seis meses antes do golpe tinha escrito um romance intitulado *Los asesinos del suicida*, foi detido e ficou na prisão por três meses quando o livro foi publicado, embora a história nada tivesse a ver com política. Quando a confusão foi esclarecida, informaram-lhe que a proibição continuaria a vigorar, a menos que ele mudasse o título da obra.

O falecido Erich Rosenrauch, austríaco de nascimento que viveu no Chile desde a tenra idade, publicou um romance em 1973 intitulado *Muertos útiles*. Todos os exemplares foram apreendidos, e Rosenrauch, cujos pais tinham emigrado para o Chile fugindo da perseguição nazista, foi preso. Soltaram-no quando os militares descobriram que o título do romance não tinha o significado presumido, mas o livro jamais foi liberado, e o manuscrito perdeu-se em consequência da apreensão durante as buscas na casa do autor.

Em janeiro de 1975, um funcionário da Universidade do Chile em Valparaíso

publicou uma lista de livros a serem expurgados do estoque da universidade. Entre os textos a serem destruídos, havia livros de Marx, Engels e Lênin, mas também de John Kenneth Galbraith e Gunnar Myrdal. Muitos dos que foram presos viram suas bibliotecas domésticas desaparecerem. Em dezembro de 1975, a casa do jornalista Hermán Millas sofreu uma busca dos militares. Os soldados do Exército não só roubaram a prataria da família, como também levaram várias caixas cheias de livros. Disseram a Millas que ele os receberia de volta assim que fossem examinados pelas autoridades competentes, mas isso jamais aconteceu. Anos mais tarde, um dos sobrinhos de Millas encontrou alguns dos seus valiosos volumes (com o nome do dono escrito neles) num antiquário de Paris. Roubar primeiras edições de livros raros e vendê-los na Europa tornou-se prática tão amplamente difundida das polícias secretas do Chile, da Argentina e do Uruguai que passou a ser um meio de ajudar a financiar suas operações.

Não só os livros eram censurados. Entre 1973 e 1990, quando a democracia voltou ao Chile, cerca de mil filmes foram proibidos, 66% deles durante os primeiros sete anos da ditadura. Entre as películas proibidas estava *Casanova*, dirigida por Frederico Fellini; *O porteiro da noite*, de Liliana Cavani; *Um violinista no telhado*, de Norman Jewison; *A última casa à esquerda*, de Wes Craven; *A classe dominante*, de Peter Medak; e *A última tentação de Cristo*, de Martin Scorsese.

Durante um jantar que ofereci para Sidney Pollack em Nova York, em 2004, nós especulamos sobre o que Pinochet poderia ter visto contra seu *Os três dias do condor*, que também fora proibido. Pollack suspeitava de que pudesse ser a trama, girando em torno de uma equipe de matadores da CIA que eliminava um grupo de analistas que havia descoberto um plano de invasão e perseguia o único sobrevivente. Sugeri que talvez o que o governo achasse mais objetável fosse o título. O filme fora exibido na época em que a Dina de Pinochet assassinava clandestinamente líderes dissidentes no exterior, numa série de atos cujo nome de código era Operação Condor. Quando me tornei ministro e secretário-geral do governo do presidente Ricardo Lagos, uma de minhas realizações foi possibilitar que os chilenos assistissem a qualquer filme que desejassem. Em 9 de dezembro de 2002, o Congresso chileno aprovou uma legislação que tornava a censura aos filmes coisa do passado. Poucas semanas depois, *A última tentação de Cristo* foi exibido para uma multidão de pé no centro de Santiago.

Nos primeiros dias e semanas assustadores após o golpe, tive poucos contatos com meus camaradas socialistas. Nós simplesmente buscamos sobreviver. Eu passei perto do perigo em outubro. Pamela e eu tínhamos voltado a morar na casa de minha mãe, em Estación Central, depois de nos mudarmos de uma casa para outra. Num sábado à tarde, olhei pela janela e vi caminhões do Exército

com dezenas de soldados em uniforme de combate. Percebi que estavam atrás de mim quando identifiquei dois prisioneiros na parte de trás de um jipe militar, do outro lado da rua. Eu os conhecia bem: Carlos Zamorano, um alfaiate de 50 anos, e Villalobos, secretário da organização do Partido Socialista para a 9ª comuna (distrito), onde morávamos.

Eu disse à minha mulher que estava prestes a ser preso, coloquei um paletó e sentei para esperar. Resistir não fazia sentido – eles estavam em grande número e muito bem-armados. Diante da nossa porta, um soldado segurava uma metralhadora calibre .30. Por um breve instante pensei em fugir pelo telhado, mas isso podia colocar Pamela em risco. Eu lhe disse para entrar em contato com um congressista seu amigo, para que ele falasse com o senador Ted Kennedy e usasse toda e qualquer influência que pudesse reunir em meu benefício. A prioridade era descobrir para onde eu seria levado. Vários minutos se passaram sem que os soldados do Exército tivessem entrado na casa, e me perguntei o que estaria acontecendo. Olhando de relance, vi meu irmão adolescente, Luis, inclinado, os braços estendidos contra uma parede, com um fuzil M-16 apontando-lhe para as costas. Acabava de jogar uma partida de futebol e se viu em meio à operação. Foi interrogado para explicar por que levava diversos documentos de identidade dos jogadores de sua equipe. Mais dez minutos, o que pareceu uma eternidade, e de repente, para meu espanto, os soldados, os caminhões militares e o jipe partiram correndo. Não podíamos acreditar.

Muito mais tarde, quando a calma tinha voltado à rua, alguém bateu de leve na nossa porta. Era dona Alice, nossa vizinha do lado – nós a conhecíamos havia décadas, ela nos vira crescer. Os soldados foram por engano à casa dela e exigiram que me entregasse. Quando ela explicou que só tinha duas filhas e um menino novo, viraram a casa dela de cabeça para baixo. Mesmo assim, ela se recusou a me denunciar.

Meu irmão Luis foi solto e viu como, a um quarteirão de distância, duas mulheres de direita, vinculadas a atividades criminosas, gritavam: “Não é esta a casa em que ele mora. É a do lado.” O chefe da operação militar postou-se no meio da rua e berrou: “Todo mundo para dentro, merda!” – e disparou um tiro de fuzil M-16 que afastou de imediato os curiosos.

Cerca de cinco anos mais tarde, no México, me encontrei por acaso com Carlos Zamorano, um dos prisioneiros que eu tinha visto no jipe. Nós nos abraçamos e ele chorou ao me contar sua versão da história. Os militares tinham uma lista de nomes, o meu entre eles. Quando a caravana estacionou na frente da minha casa, os prisioneiros sabiam que chegara a minha vez. Não acreditaram quando os soldados desistiram de procurar e partiram sem mim. “O desgraçado do militar ficou completamente furioso”, contou-me Zamorano. Para os dois

prisioneiros, aquilo tinha sido um pequeno parêntese de satisfação em meio aos sofrimentos. Se o oficial tivesse o endereço certo, se a nossa vizinha fosse um pouco menos corajosa, meu destino teria sido o mesmo que o deles – prisão e tortura no Estádio Nacional, durante muitos meses, seguidas de exílio forçado.

Durante um jantar em 2005, em homenagem a Barbara Walters, no seu apartamento da Quinta Avenida, em Manhattan, ela propôs, durante a sobremesa, discutir um tema sugerido pelo então recente filme *Match Point*, em que a vida do personagem principal é alterada por um golpe de sorte. Como anfitriã encantadora e curiosa que é, Barbara pediu a todos os convidados que contassem histórias pessoais em que o acaso tivesse mudado a vida de alguém, excluindo momentos como a morte de um marido ou esposa, ou marcos familiares semelhantes. Ali se encontravam importantes jornalistas, homens de negócio, professores e diplomatas, inclusive Kofi Annan.

A história dele foi boa: quando surgiu como forte candidato ao posto de secretário-geral da ONU, Boutros Boutros Ghali, que lutava para continuar no leme da organização, enviou Annan em viagem à ex-Iugoslávia, para dar um sumiço nele como candidato potencial ao posto. Mas o destino quis que o habilidoso desempenho de Annan como enviado da ONU naquela região de crise impressionasse diversos líderes mundiais e impulsionasse sua candidatura para a primeira posição, levando-o enfim ao cargo de secretário-geral. Porém, quando os convidados de Barbara Walter ouviram a história de como eu escapara da prisão, da tortura e do exílio porque uma patrulha militar entrou por engano na casa ao lado, todos concordaram que aquele era de longe o melhor exemplo de como a sorte pode mudar o curso da vida de alguém.

Depois de escapar por pouco, Pamela e eu decidimos sair da casa de minha mãe. Ocorreu-me que podíamos alugar uma casa na costa do Pacífico, ninguém pensaria em nos procurar ali, porque as cidades de praia ficam desertas fora de estação. Consultamos os classificados de alguns jornais e encontramos uma casa a preço razoável em El Quisco, 110 quilômetros a oeste de Santiago. O proprietário vivia na parte afluente da capital, na rua Pedro de Valdivia, perto da avenida Providencia, um bulevar elegante, sombreado de árvores. Ainda lembro o sobrenome dele, sr. La-Plaza, distinto nome da “aristocracia” local. Ao assinarmos o contrato de locação, tanto Pamela quanto eu notamos um grande cinzeiro com a inscrição “Partido Nacional”. Era o partido de direita que tinha se oposto com tanto vigor a Allende e que agora apoiava a Junta de todo o coração. Talvez fosse uma vantagem para nós ter um senhorio de direita.

Uma característica apropriada da casa era o grande rádio de ondas curtas que estava incluído na mobília. A rádio Moscou difundia um programa diário chamado *Escucha, Chile*, que apresentava notícias não censuradas sobre o que

acontecia em nosso país, bem como sobre a atividade nascente de líderes chilenos dissidentes no exílio. Tarde da noite, a rádio também pegava um programa do reino de Tonga, um arquipélago no Pacífico Sul que eu associava ao lendário capitão Cook. Eu aprenderia muito sobre Tonga no período que passei em El Quisco.

Uma noite, durante o toque de recolher, fomos surpreendidos por uma forte pancada na porta dos fundos. No dia anterior, eu tinha me encontrado por acaso com Mario Felmer, membro do Comitê Central do Partido Socialista, e sua esposa, Margarita, que conhecíamos bem de Santiago; por coincidência, eles também se escondiam no litoral. Quando nos vimos no ônibus, trocamos discretos acenos de cabeça, mas não dissemos uma palavra, porque não sabíamos se o outro era seguido ou se estava envolvido em alguma operação clandestina. Porém, apesar da nossa discrição, talvez alguém tivesse notado que nos conhecíamos. Havia outra possibilidade, também, que compartilhei com Pamela. Eu me esquecera de jogar fora o jornal onde tínhamos visto o anúncio de aluguel da casa onde agora morávamos; ele ainda estava na casa de minha mãe, marcado com um circulo de tinta. Aquele era um lapso de segurança indesculpável da minha parte. Desligamos o rádio e fomos abrir a porta. A próxima coisa de que me lembro é que olhávamos para a boca de duas submetralhadoras. Dois policiais e um civil estavam nos degraus da nossa porta dos fundos.

“O que vocês estão fazendo aqui?”, perguntou um dos policiais.

“Estou de férias com minha mulher”, respondi. “Alugamos esta casa do sr. La-Plaza e viemos fora de estação para evitar o movimento do verão. Os senhores podem entrar, se quiserem”, acrescentei, tentando ficar o mais calmo possível, embora meu coração estivesse aos pulos.

Os três homens trocaram olhares. *Será que ouviram a rádio Moscou antes de desligarmos?*, perguntei-me. “Não é necessário”, disse o civil. “Eu sou um vizinho, moro aqui o ano todo e sei que os proprietários desta casa nunca vêm antes do verão. Quando percebi as luzes acesas e o barulho, pensei que havia ladrões.”

“Desculpe o incômodo”, disse o policial que se encarregava de quase toda a conversação. “Tenham boas férias.” Fechamos a porta e nos abraçamos. Naquela noite, não dormimos muito bem.

Pamela tentou me convencer de que devíamos nos mudar para os Estados Unidos, mas eu ainda não estava pronto. Eu me ressentia do papel do governo norte-americano no golpe; além do mais, tinha arranjado emprego como pesquisador assistente no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile. Num caso raro de concurso aberto para os cargos de professor e

pesquisador, o Instituto publicara um anúncio, pedindo candidatos para preencher as vagas. Consegui passar na seleção e obtive o posto. Depois de meses de desemprego, eu finalmente tinha um trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, entrei para um programa de pós-graduação em estudos internacionais no Departamento de Ciência Política da Universidade Católica do Chile. As coisas pareciam evoluir numa direção mais positiva.

Na Universidade Católica, aproximei-me de um pequeno grupo de estudantes graduados, todos relativamente ativos em organizações dissidentes. Logo trocávamos publicações e informações sobre a resistência. Um deles não gostava que eu e outros levássemos panfletos clandestinos para a aula. Uma vez, estávamos dentro de um carro vendo material proibido quando ele exigiu que o motorista parasse. “Vocês vão arranjar um jeito de sermos presos!”, gritou, saindo do carro. Quando ele decidiu se mudar para o México, organizamos uma humilde festa de despedida num restaurante na Portada de Vitacura, uma vizinhança abastada na zona leste de Santiago. Pamela e eu estávamos presentes no jantar, e também Jorge Vera e sua amiga Marcia Scantleburry, Juan Pablo Lira e a esposa equatoriana, Maria Correa, e, claro, nosso homenageado, Luis Díaz, e sua companheira Elvira. Passamos uma noite agradável, em particular quando Juan Pablo leu alguns versos contra Pinochet que levara consigo. Já estávamos de saída quando, sem qualquer aviso, fomos cercados por soldados uniformizados, com armas automáticas. “Mãos ao alto!”, gritou um oficial subalterno. “Todo mundo para fora!”

Será que alguém tinha ouvido os versos contra Pinochet e nos denunciado? Mas logo compreendemos que não era apenas conosco – todos no restaurante eram empurrados, com as mãos na cabeça, para um caminhão do Exército, a meia quadra de distância, onde outras pessoas já estavam detidas. Enquanto andávamos para o caminhão com os rifles às nossas costas, com o canto do olho vi Juan Pablo engolir algo que tirara do bolso da camisa. Os militares não nos revistaram, mas exigiram que todos os homens apresentassem suas carteiras de identidade. Era uma operação aleatória de busca e controle. O episódio me lembrou os filmes sobre os nazistas na França ocupada. Depois de algumas horas, eles devolveram nossas identidades e nos deixaram partir.

Fomos para um estacionamento ali perto, ainda tremendo, e perguntei a Juan Pablo o que ele havia feito com seus poemas incriminadores. “Pensei que os tinha engolido”, disse ele, com uma gargalhada nervosa. “Mas acabo de descobrir que o que comi foi a conta de água ou de luz que estava no meu bolso!” Os versos continuavam lá. Depois da volta da democracia, Juan Pablo tornou-se embaixador do Chile na Colômbia e no Peru, e em 2008 tinha uma elevada posição no Ministério das Relações Exteriores.

Na época, a sensação dominante de insegurança era intensificada por notícias ocasionais de novas matanças, prisões e desaparecimentos. Um dia, a Dina foi ao campus da Universidade Católica e prendeu o professor Juan Avalos, que nunca mais foi visto. O Departamento de Ciência Política, onde estudei relações internacionais, foi fechado em meados de 1975 porque seu diretor, Edmundo López, tinha convidado o ex-presidente Eduardo Frei Montalva para dar aulas. López foi expulso, assim como muitos outros professores.

Em 1975, Pamela insistiu para que nos mudássemos para os Estados Unidos, pelo menos até as coisas se acalmarem no Chile. John McCamant, professor da Escola de Pós-Graduação em Estudos Internacionais da Universidade de Denver, era então professor visitante no Departamento de Ciência Política da Universidade Católica. Ele também me aconselhou a partir para os Estados Unidos.

"Aproveite a oportunidade agora, faça um doutorado e avalie depois se quer ou não voltar", insistiu ele. "Mais dia, menos dia, você vai ser preso", advertiu-me.

[1] Keystone Cops foi uma série de comédias do cinema mudo que apresentavam as trapalhadas de um grupo de policiais totalmente incompetentes; produzida por Mack Sennet para a Keystone Film Company entre 1912 e 1917. (N.T.)

[2] Angela Davis (1944) integrava a liderança do movimento Panteras Negras, grupo revolucionário armado norte-americano, atuante nos anos 1960-1970, que lutava em prol dos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial dos negros nos Estados Unidos. (N.T.)

3. O poder de ditar

PINOCHET SABIA QUE TERIA DE AGIR LOGO para consolidar seu poder. Fazer-se nomear presidente da Junta foi apenas o começo. Ele teria de lidar decididamente com os verdadeiros líderes do golpe e rivais em potencial – em particular os generais Sergio Arellano, Augusto Cruz, Oscar Bonilla e Manuel Torres de la Cruz.

O aliado-chave de Pinochet seria o coronel Manuel Contreras, que, à época do golpe, era diretor da Escola de Engenheiros Militares em Tejas Verdes, na costa central do Chile. Entroncado, de cabeça redonda e altura mediana, o coronel Contreras tinha estudado informação e contrainformação no Exército dos Estados Unidos, em Fort Belovoir, na Virgínia, e em Fort Benning, na Geórgia. Sob o comando de Contreras, o campo de Tejas Verdes logo se tornou conhecido como o lugar onde ocorriam as torturas mais brutais. Contreras foi nomeado chefe da polícia secreta de Pinochet, a Dina.

A Dina, também conhecida como "Comitê Dina", era composta de oficiais e soldados de todas as armas. Havia outros serviços de informação no Chile que faziam seu próprio trabalho repressivo, inclusive o Serviço de Inteligência da Força Aérea, o Sifa, comandado pelo coronel Edgar Ceballos, e o chamado Comando Conjunto, mas eles jamais representaram uma ameaça séria à todo-poderosa Dina. A razão de seu poder extraordinário era a conexão direta com Pinochet, seu mentor, defensor e cliente máximo. Com a Dina, Pinochet perseguiria dissidentes no mundo todo; e, tão importante quanto isso, os recursos destinados a esse órgão permitiam que o ditador mantivesse seus rivais no Exército sob rédeas curtas.

Outra maneira de eliminar os rivais era forçar a saída da ativa ou colocá-los em posições nas quais tivessem o poder diminuído. Depois do golpe, a Junta ditou numerosos "decretos-lei" (normas jurídicas impostas por um regime *de facto*, tendo a força de uma lei decretada pelo Legislativo). Um decreto-chave, publicado no final de setembro de 1973, eliminava o Conselho de Avaliação do Exército, manobra que transferiu para Pinochet o poder supremo sobre a carreira dos oficiais de mais alto escalão. Em dezembro de 1973, ele anunciou mudanças na hierarquia do Exército. O general Augusto Luz, um de seus possíveis rivais, era diretor do Serviço de Inteligência Militar, o SIM; ele foi demitido do posto e nomeado secretário da Junta Militar. Outro rival, o general Manuel Torres, chefe

da poderosa região militar de Punta Arenas, no extremo sul do Chile, foi nomeado inspetor geral do Exército. Mas o novo posto foi temporário – algumas semanas depois, em meados de fevereiro de 1974, Pinochet obrigou Torres a se aposentar, supostamente por causa da explosão acidental de um depósito de munição sob seus cuidados. Outro conspirador do golpe, o general Sergio Nuño, também foi reformado.

O general Oscar Bonilla fora nomeado ministro do Interior e levou seu trabalho a sério. Ele visitava bairros, excursionava constantemente no campo e insistia em manter controle total sobre a ordem pública no âmbito nacional. Informado sobre as torturas em curso no regimento de Tejas Verdes, comandado pelo coronel Contreras, Bonilla fez uma visita de surpresa ao local, em maio de 1974, e verificou as flagrantes violações dos direitos humanos que ali ocorriam. Ordenou que Contreras fosse preso e substituído pelo subcomandante, mas o coronel recusou-se a se entregar ou a deixar seu posto, afirmando que só respondia a Pinochet.

Algum tempo depois, durante uma sessão do gabinete, Contreras foi convidado a fazer uma apresentação aos ministros sobre a necessidade de aumentar a segurança dos gabinetes e escritórios oficiais. “Há uma infiltração esquerdista no governo”, declarou.

“Que indício você tem?”, inquiriu Bonilla.

Contreras olhou para Pinochet a fim de receber sua anuência. “Meu general”, disse ele ao ministro do Interior, “há certos assuntos que não podem ser discutidos publicamente.”

Bonilla ficou tão furioso que quase saltou sobre a mesa para agredir Contreras, mas Pinochet pôs fim à discussão.

O general Lutz também teve uma altercação com Contreras. Uma das professoras de seu filho o procurara em desespero para pedir uma investigação sobre o paradeiro do marido, que diziam ter sido preso pela temida Dina. Lutz telefonou para Contreras, na esperança de ter pelo menos alguma informação a respeito do caso.

“Eu não posso lhe dar acesso à informação que o senhor solicita”, respondeu Contreras. “Somente o presidente está autorizado.”

“Quem diabos você pensa que é?”, disparou o general Lutz em resposta. “Como ousa dizer isso a um general da República! Vamos ver o que vai acontecer!”

Em junho de 1974, numa reunião de generais do Exército, os generais Bonilla e Lutz queixaram-se de que um coronel não podia prevalecer sobre um oficial superior. As reclamações se estendiam também à Dina, cuja desobrigação de prestar contas violava a cadeia de comando. Pinochet interrompeu abruptamente

a discussão: “Eu sou a Dina, cavaleiros”, disse ele. E foi tudo.

O coronel Contreras e Pinochet se encontravam diariamente às 7h30; Contreras era o único oficial da Dina com quem Pinochet falava. Num curto espaço de tempo, outros setores das Forças Armadas retiraram-se da polícia secreta; seu pessoal passou a ser quase inteiramente formado por homens do Exército. Com a Dina a seu favor, Pinochet reforçou sua posição na Junta.

Em março de 1974, o Comitê Consultivo da Junta, criado em 1973 e formado majoritariamente por oficiais do Exército, conseguiu descartar a ideia de uma presidência rotativa do órgão, argumentando que essa solução prejudicava a agilidade executiva e a clareza de comando. O governo militar seria guiado por “objetivos”, não por “datas”. Em resumo, a Junta não era mais um regime de transição.

O campo estava aberto para outro movimento ousado de Pinochet. Em 17 de junho de 1974, ele presenteou os outros membros da Junta com o decreto-lei 527, chamado “Estatuto da Junta Militar”, que transformava seu presidente no “chefe supremo da nação”, detentor exclusivo do Poder Executivo, e reduzia a Junta a um “setor legislativo” do governo. Poucos dias depois, Pinochet promoveu uma cerimônia para legalizar o decreto. Nenhum dos outros membros da Junta sequer soube da cerimônia até o último minuto. Uma faixa presidencial foi especialmente desenhada para Pinochet, e planejava-se que o presidente da Corte Suprema a entregasse ao novo “chefe supremo da nação” no ponto alto da cerimônia. Centenas de personalidades e a imprensa foram convocadas. Enquanto os convidados chegavam ao edifício Diego Portales, quartel-general da Junta, uma discussão furiosa acontecia lá dentro.

“Quem você pensa que é, Deus?”, explodiu o general Gustavo Leigh.

Pinochet bateu o punho numa mesa de centro com tamanha força que o vidro do tampo se estilhaçou. “Chega de bobagem”, bramiu ele. “Se vocês insistirem em criar caso com isso, suspendo a cerimônia e encontro outra solução!”

“Você chamou quase todo mundo em Santiago. Suspender a cerimônia? Sei! Vá em frente!”, disse Leigh, jogando os braços para cima.

O título tradicional para o chefe do governo no Chile sempre fora “presidente da República”. Para Leigh e alguns dos oficiais colegas de Pinochet, “chefe supremo da nação” beirava o ridículo. As vozes dissidentes no interior do regime não se calaram, e Pinochet resolveu sua discordância à sua maneira inimitável.

Poucos dias depois da cerimônia, o gabinete foi reformado. O general Oscar Bonilla foi destituído do Ministério do Interior e deslocado para a posição muito menos importante de ministro da Defesa; o general Augusto Lutz foi dispensado de suas obrigações de secretário da Junta e transferido para o comando de Punta Arenas, no estreito de Magalhães. Aos 51 anos e com boa saúde quando

transferido, o general passou mal durante um coquetel, seis meses depois. Levado às pressas para um hospital, descobriu-se que tinha uma hemorragia. Sua condição começou a se estabilizar após uma cirurgia, mas, por via das dúvidas, seus filhos decidiram que ele devia ser transferido para um hospital maior e mais bem-equipado em Santiago.

Quase imediatamente, coisas estranhas começaram a acontecer. Primeiro, foi divulgada no rádio a notícia de que o general morrera, o que depois foi desmentido – um erro inusitado para ser cometido pela mídia em tempo de censura tão pesada. Então, um coronel da Dina foi incumbido de "proteger" Lutz. Nem os membros da família tinham permissão para vê-lo a sós. Depois o general passou por uma segunda cirurgia, para o que fora diagnosticado como úlcera. Apesar das notícias de que se recuperava bem, dois dias depois o sangramento recomeçou. Mais tarde ocorreu uma série de acidentes inexplicáveis: o cateter que drenava sangue do estômago do paciente foi removido, provocando uma crise pulmonar tão séria que ele teve de ser ligado a um respirador; houve outros reveses quando lhe ministraram acidentalmente uma dose dupla de antibióticos. O general, desesperado, passou um pedaço de papel às escondidas para a esposa, no qual havia rabiscado uma mensagem urgente: "Por favor, tire-me daqui." Quando soube que seria homenageado com uma visita de seu velho companheiro de armas, o "chefe supremo da nação", disse a ela: "Por favor, não deixe esse homem me visitar." Pinochet foi mesmo assim.

Em 28 de novembro de 1974, o general Augusto Lutz morreu de septicemia. Extremamente perturbada, a família foi a Pinochet exigir uma investigação sumária. "Claro", disse ele. "Contatem o general Eduardo Díaz. Ele vai conduzir uma investigação forense." O general Díaz disse à viúva que a manteria a par de seus progressos. Um mês e meio depois, a viúva se encontrou por acaso com ele e perguntou sobre a investigação. "Que investigação?", perguntou ele. "A morte de seu marido foi causada por uma doença que se agravou, a senhora sabe disso!"

Confidencialmente, um general segredou à filha de Lutz, Patricia: "Seu pai foi levado à morte." Cerca de 15 anos depois, Augusto Lutz Jr. recordou-se que, quando seu irmão Alejandro fazia residência no Hospital Militar, "nós lhe dissemos para procurar o arquivo de nosso pai. Ele procurou, mas havia desaparecido".

Em 2006, um juiz reexaminou o caso do general Augusto Lutz, relacionando-o com a morte suspeita do ex-presidente Eduardo Frei Montalva – oponente de Pinochet que faleceu em 1982, em consequência de uma infecção contraída durante uma cirurgia. Um cirurgião militar que participara da operação de Lutz

também estivera presente na de Frei, assim como um médico que trabalhava numa clínica clandestina da Dina, entre outros.

No final de 1974, enquanto removia os rivais e forçava os generais a pedirem reforma, Pinochet começou a cercar-se de partidários resolutos. Um deles foi o coronel Sergio Covarrubias, ex-aluno de Pinochet na Academia de Guerra que fora elevado à patente de general e organizou o Estado-Maior presidencial. Covarrubias exercia grande influência sobre seu chefe e ajudou os chamados Chicago Boys (economistas neoliberais chilenos que tinham estudado com Milton Friedman na Universidade de Chicago) e os *gremialistas* a se aproximarem de Pinochet. Os *gremialistas* – conservadores que admiravam a ideologia do Estado corporativo sob a Espanha de Franco – eram liderados por Jaime Guzmán, que escrevia discursos para Pinochet, elaborava decretos-lei e tornou-se redator fundamental da Constituição de 1980. Tanto o coronel Covarrubias quanto Guzmán acabaram perdendo o prestígio com Pinochet por se queixarem com insistência dos poderes excessivos de Contreras e da Dina.

O general Bonilla praticamente desapareceu da cena pública depois de sua transferência para o Ministério da Defesa. Em 4 de março de 1975, apenas três meses depois da morte de Lutz, o general Bonilla estava voltando das férias perto de Curicó, cerca de 190 quilômetros ao sul de Santiago, quando seu helicóptero Puma caiu, matando-o. O fabricante francês do helicóptero enviou dois técnicos ao Chile para pesquisar o acidente com a Força Aérea, mas a investigação foi transferida para o Exército e classificada de "secreta". Frustrados pelos obstáculos que enfrentavam, os dois franceses fizeram planos de voltar para casa. Nunca chegaram. Em 22 de março, ambos foram mortos em outro acidente de helicóptero, dessa vez um choque contra o monte San Cristóbal. Um a um, os rivais em potencial de Pinochet no Exército morreram ou deixaram seus postos, e ninguém ousou fazer muitas perguntas.

Em outubro de 1975, o único colega de Pinochet no Exército que tivera participação ativa na conspiração do golpe de 11 de setembro e ainda continuava de pé era o general Sergio Arellano, "o Lobo". De rosto quadrado, olhos cinzentos e bigode, Arellano era um líder carismático. Ele também havia entrado em conflito aberto com Contreras e a Dina. "Há quem esteja falando no surgimento de uma Gestapo, com todas as conotações macabras que a palavra traz à memória", disse a Pinochet. No começo de 1975, Arellano fora "promovido", da poderosa Divisão do II Exército, para o Estado-Maior Conjunto; em outubro, Pinochet lhe pediu para ser embaixador na Espanha, embora na ativa. Arellano se recusou e, numa reunião tensa com Pinochet, apresentou sua renúncia e foi para a reserva.

Num domingo, 30 de setembro de 1974, a Dina eliminou um dos mais

importantes obstáculos potenciais ao domínio de Pinochet. O ex-comandante do Exército Carlos Prats – a quem Pinochet fora outrora tão resolutamente leal – e sua esposa, Sofia, tinham recebido um salvo-conduto para fora do país depois que Prats leu uma declaração na televisão, afirmando que não faria oposição à Junta. Vivendo então como exilados na Argentina, Prats e a esposa voltavam para casa em Buenos Aires; estavam prestes a entrar com o carro na garagem quando uma bomba colocada sob a alavanca de mudança de marcha explodiu, fazendo o casal em pedaços.

Um agente da Dina, Michael Townley, detetive chileno nascido nos Estados Unidos e educado no Chile, tinha plantado o dispositivo acionado por rádio dois dias antes. Pinochet negou qualquer envolvimento no assassinato do seu ex-superior, mas não fez esforço algum para cooperar na investigação do crime, talvez por causa dos rumores de que a biografia que Prats estava escrevendo trazia informações prejudiciais a ele. O general Prats não teve honras militares em seu funeral em Santiago, e os agentes da polícia assediaram as poucas pessoas que ousaram comparecer. Na sua volumosa biografia, Pinochet dedicou um quarto de página ao assassinato, que sugere ter sido cometido pela esquerda, referindo-se ao homicídio como “triste notícia”.

Certa vez Pinochet observou que era impossível ter amigos ou aliados permanentes. “Ora, Pedro de Valdivia [conquistador espanhol do Chile em 1541] estava neste país há bem pouco tempo quando teve de enforcar seu parceiro Pedro Sánchez de la Hoz, que havia se rebelado contra ele”, refletiu Pinochet filosoficamente.

Quando lhe perguntaram por que ele havia se tornado o governante do país, o general declarou com modéstia: “Deus me colocou lá. A providência ou o destino, ou como você queira chamar, me colocou lá.” Na verdade, sua rápida ascensão ao poder supremo foi implacavelmente planejada. Em dezembro de 1974, ele afinal se fez nomear presidente da República por outro decreto-lei. Com o Exército sob seu domínio e com o apoio resoluto do coronel Contreras e da Dina, ele era forte o bastante para controlar qualquer resistência de outros setores das Forças Armadas ou do país. Em junho de 1975, Pinochet declarou: “Eu vou morrer, meu sucessor vai morrer, mas nunca mais haverá eleições!”

O MAIOR PROBLEMA DE PINOCHET era a economia chilena. Quando a Junta Militar formou seu primeiro gabinete, ela nomeou como ministro da Economia o general de Exército Rolando González, o almirante Lorenzo Gotuzzo como ministro das Finanças e o general Eduardo Cano como presidente do Banco Central. Nenhum deles foi eficaz ou competente. Em outubro de 1973, já estava claro que o

general González teria de ser substituído. O general Gustavo Leigh tinha em mente Raúl Sáez, engenheiro civil chileno residente na Venezuela, para atuar como conselheiro econômico da Junta. Sáez recusou o convite para assumir o Ministério da Economia, mas concordou em aconselhá-los sobre a substituição de González.

Poucos dias depois, numa sala de espera do gabinete do general Leigh, Sáez encontrou-se casualmente com Fernando Léniz, o mais alto executivo da cadeia de jornais *El Mercurio*. Léniz estava ali para pedir a intervenção de Leigh num caso de censura que afetava um dos seus jornais; Sáez esperava para apresentar uma lista de candidatos ao posto de economia da Junta. Quando a reunião começou, Sáez recomendou três nomes. “Na verdade”, observou ele, “um deles está sentado bem na frente da sua porta neste exato momento.”

“E quem é?”, perguntou Leigh.

“Fernando Léniz, gerente do *El Mercurio*. Ele é tecnicamente competente e tenho certeza de que quer ajudar.”

O próximo passo de que Léniz se lembra é de ter sido levado para uma sala de espera muito mais luxuosa do que aquela em que estava antes. O almirante José Toribio Merino, amigo de Léniz, saiu da reunião da Junta e sentou-se perto dele. “Você quer ser ministro da Economia?”, perguntou.

“Eu não tinha muita escolha”, disse-me Léniz anos mais tarde.

No dia seguinte, o general González foi nomeado embaixador no Paraguai, e Léniz tornou-se ministro da Economia. Ele levou consigo um grupo de amigos – jovens economistas conservadores que tinham se formado na Universidade de Chicago –, e todos começaram a trabalhar na transformação da economia chilena.

Na verdade, grande parte do fundamento do plano econômico que a equipe de Léniz produziria já havia sido assentada *antes* do golpe, e o almirante Merino estivera envolvido. No começo de 1973, Merino pediu ao empresário Roberto Kelly, amigo íntimo e ex-companheiro de Marinha, que preparasse um plano econômico para o Chile após Allende. Kelly, com outro empresário, Hermán Cubillos, recrutou dois graduados da Universidade de Chicago, Emilio Sanfuentes e Sergio de Castro, chefe do Departamento de Economia da Universidade Católica, para liderarem a força-tarefa que criou o documento conhecido como *el ladrillo* – “o tijolo” –, porque tinha mais de 500 páginas manuscritas. Em maio de 1973, Kelly e os economistas se encontraram em Viña del Mar para dar os retoques finais no plano, que em seguida entregaram ao almirante Merino. É interessante notar que o relatório do Senado americano, “Covert Action in Chile 1963-1973”, afirma, numa passagem que costuma ser negligenciada: “Colaboradores da CIA estavam envolvidos na preparação de um

plano econômico inicial que serviu como base para as decisões econômicas mais importantes da Junta."

No dia seguinte ao golpe de 11 de setembro, Kelly se encontrou com um antigo colega de classe da Marinha, o almirante Lorenzo Gotuzzo, que acabara de ser nomeado ministro das Finanças, e lhe entregou uma cópia do "tijolo". Poucos dias depois, durante um dos primeiros encontros de gabinete da Junta, Pinochet se dirigiu ao ministro Gotuzzo: "Há um plano econômico circulando por aí. Não sei de onde veio nem quem o autorizou. Faça o favor de me informar."

"Bem", respondeu Gotuzzo, "eu não me preocupei em informá-lo sobre isso, meu general, porque é o plano mais livre mercado e manchesteriano que jamais foi escrito." Kelly, que estava presente na reunião na qualidade de diretor do planejamento nacional, e o almirante Merino começaram imediatamente a fazer lobby em favor do plano. O almirante Merino foi o ponta de lança das reformas orientadas para o mercado, impelindo Pinochet a aceitar as mudanças inspiradas em Chicago, o que equivalia a um virtual segundo golpe liderado pelo almirante.

Os graduados de Chicago seguiam a escola monetarista de pensamento econômico proposta pelo laureado pelo Prêmio Nobel de Economia Milton Friedman e seu colega de universidade Arnold Harberger, que era casado com uma chilena. A esposa de Harberger não era a única ligação entre Chicago e o Chile. A Universidade de Chicago e a Universidade Católica do Chile tinham um programa de intercâmbio que datava de 1956. Ao voltarem para casa, os chilenos já haviam sido radicalmente inoculados contra o pensamento previdenciário e plenamente doutrinados pelo evangelho do livre mercado, do controle cuidadoso do estoque de dinheiro e da eliminação de subsídios e tarifas protecionistas.

Alguns desses Chicago Boys, como passaram a ser conhecidos, organizaram um grupo de reflexão chamado Centro de Estudos Socioeconômicos (Cesec). O jornal *El Mercurio* abriu suas páginas editoriais para eles, que escreveram ensaios sobre suas teorias econômicas. Os Chicago Boys tinham tentado pôr essas teorias em prática quando redigiram um plano econômico para um candidato conservador, Jorge Alessandri, nas eleições presidenciais de 1970. No entanto, os conselheiros de Alessandri na comunidade empresarial o rejeitaram por ser demasiado liberal, garantindo que jamais fosse divulgado.

A grande oportunidade seguinte surgiu em outubro de 1973, quando o economista de Chicago Sergio de Castro foi convocado para um encontro com a Junta. A questão era o que fazer com o controle de preços e a desvalorização da moeda. Sergio de Castro argumentou em favor da desvalorização, para os preços voltarem aos níveis naturais e a fim de que o livre mercado pudesse ordenar as questões de suprimento. Hugo Araneda, advogado especializado em direito

financeiro que fora colega de Pinochet na Escola Militar e era ex-oficial da cavalaria, assumiu a posição oposta, argumentando que aumentos de preço prejudicariam os pobres. Indecisa, a Junta congelou o debate.

Os militares chilenos, por tradição, eram “estatistas”. Isso não surpreende, considerando-se que o Exército chileno foi moldado em 1885, por um capitão do Exército prussiano e professor de ciência militar, Emil Körner, que inculcou em seus oficiais a identificação com os interesses do Estado que caracterizava os militares sob o comando de Bismarck. Embora a maior parte dos militares tenha se oposto às políticas econômicas de Allende, eles ainda apoiavam uma ação estatal robusta em prol da industrialização e do desenvolvimento econômico. Deploravam as expropriações de Allende, mas não estavam preparados para privatizar tudo; acreditavam firmemente que o fato de o Estado ser proprietário dos maiores ativos e dos recursos naturais garantiria a força e a segurança nacionais.

Muitos dos líderes golpistas oriundos do Exército, em particular os generais Bonilla, Nuño e Arellano, começaram a se queixar dos impactos sociais negativos das políticas econômicas da Junta. Pinochet levou o ministro Léniz a guarnições militares em todo o país. “Aqui nas casernas está o meu poder”, teria dito Pinochet quando compareceram a assembleias de soldados e oficiais. “Agora explique a eles por que o preço do pão está subindo.”

O Comitê Consultivo da Junta, dirigido pelo coronel Julio Canessa, do Exército, servia como círculo íntimo de Pinochet e o ajudava a formular políticas econômicas. Sempre desconfiado, Pinochet queria um contrapeso para os economistas neoliberais.

Os conselheiros do Exército não confiaram em Léniz, de início porque ele fora recomendado pelo almirante Merino. As relações entre eles eram gélidas, até que um dia o coronel Canessa saudou Léniz com um largo sorriso. “Por que não me disse que era casado com Raquelita!”, exclamou. “É um prazer trabalhar com o genro do meu ex-comandante em chefe do Exército, o general Carlos Mezzano. Você é um de nós, afinal. Pensei que fosse gente da Marinha!” Daí em diante, o ministro Léniz não teve problemas com os conselheiros do Exército de Pinochet.

Jorge Cauas, um Chicago Boy aliado, foi nomeado novo ministro das Finanças, e Raúl Sáez afinal foi convencido a assumir uma pasta no gabinete como ministro da Coordenação Econômica. As políticas dos três tendiam a se neutralizar: Cauas era o liberal mais adepto do livre mercado; Sáez era “gradualista”; e Léniz, apesar de pró-mercado, era um homem pragmático, que ficava no meio do caminho.

Pinochet tomava notas copiosas durante os encontros com seus ministros e

conselheiros econômicos. Levava lápis de várias cores para sublinhar e anotar as observações; interrogava os ministros várias vezes até estar certo de que entendera o tema em pauta. Também mantinha os ministros alertas, perguntando sobre suas promessas e afirmações em reuniões de gabinete – que ele registrara com cuidado na caderneta.

Pinochet se vangloriava de ser leitor ávido de história, mas também admitia que só lia 15 minutos por dia, antes de dormir. Seus temas prediletos eram a vida e a época de Napoleão, o Império Romano, história militar chilena e história de batalhas famosas. Uma das figuras que mais admirava na história mundial era Luís XIV (o Rei Sol), o monarca francês que se proclamara sinônimo do Estado ("L'état, c'est moi."). Mas se a capacidade intelectual de Pinochet era limitada, ele tinha um sentido de autopreservação tão perspicaz quanto o de qualquer um; sabia como escolher conselheiros habilidosos (dos quais exigia lealdade absoluta) e quase nunca deixava de reconhecer as ameaças que surgissem. Na primavera de 1975, ele foi capaz de perceber que a inflação estava fora de controle e que o desemprego tinha atingido níveis recordes. A economia chilena entrava em parafuso.

Em abril de 1975, Roberto Kelly, diretor do Departamento Nacional de Planejamento (Odeplan, na sigla em espanhol), tinha acabado de voltar de uma conferência em Lima, onde alguns dos economistas de Chicago que trabalhavam com ele lhe disseram que queriam renunciar, com medo de serem responsabilizados por uma crise que não era obra deles.

Kelly solicitou um encontro urgente com o presidente da Junta. Pinochet o recebeu enquanto trocava a farda, vestindo a túnica oficial branca de cerimônia. Ele deu a Kelly dois minutos para expor seu argumento.

"A situação econômica é extremamente séria. Ninguém toma decisões severas, e o Banco Central está imprimindo tanto dinheiro que a inflação exorbitou. Temo que não possam pensar no senhor como o salvador do Chile por muito tempo. Em vez disso, o senhor poderá se tornar o supervisor do nosso funeral", disse Kelly.

Pinochet não gostou da metáfora, mas entendeu que tinha um problema sério. Deu a Kelly e sua equipe apenas 48 horas para apresentarem um plano de ação abrangente. Marcou-se uma reunião para o domingo 6 de abril, às nove da manhã, na residência presidencial de verão em Viña del Mar. Era a oportunidade que Kelly e os Chicago Boys esperavam. Se pudessem trazer Pinochet para o seu lado, toda resistência dos generais do Exército ao seu plano se desfaria. Já haviam feito alguns avanços. No mês anterior, Milton Friedman estivera no Chile. Ele dera uma palestra no prédio da Junta intitulada "Gradualismo ou tratamento de choque?", na qual atribuiu as causas da inflação ao déficit

orçamentário, e argumentou que a única solução para os problemas do Chile era um conjunto de medidas drasticamente restritivas. Friedman e Rolf Lüders, um dos seus ex-alunos, tinham acertado uma reunião particular com Pinochet para o dia 21 de março.

Friedman explicou a Pinochet os benefícios da liberdade econômica e do rigor fiscal. Ele defendeu toda uma lista de medidas radicais. “De outro modo, o paciente pode morrer”, disse. Pinochet lhe pediu para apresentar suas ideias por escrito, o que ele fez.

Friedman recomendou uma política de choque econômico: a substituição do escudo por pesos, como medida anti-inflacionária; cortes maciços nos gastos do governo; um movimento rumo a taxas de câmbio livres; e flexibilidade no mercado de trabalho. As ideias que Kelly apresentou no domingo se inspiravam no ensaio de Friedman e também seguiam as ideias esboçadas no “tijolo”. O ministro das Finanças traduziu as propostas de Kelly, Friedman e dos Chicago Boys num “Plano de Recuperação Nacional”.

Pinochet apoiou o plano e concedeu a Cauas, ministro das Finanças, poderes especiais para implementá-lo. Sem conferenciar com a Junta, reformou o gabinete, substituindo o ministro da Economia, o moderadamente reformista Fernando Léniz, por um friedmanista ardente, Sergio de Castro. Depois Pinochet escreveu a Friedman, agradecendo-lhe as recomendações e informando que elas já estavam sendo “postas em prática”.

Os Chicago Boys possuíam agora o controle completo da economia. Sáez tinha sérias reservas sobre o plano de Chicago (motivo pelo qual foi rebaixado de ministro da Coordenação Econômica para ministro da Coordenação Externa, um posto inexistente). O general Leigh também era contra o plano. O “tratamento de choque” os assustava, pois temiam que ele provocasse uma grave depressão. Testemunhas se lembram de Pinochet e Leigh deixando a sala do gabinete juntos e gritando um com o outro na sala contígua.

Pelo menos dois conselheiros econômicos de Pinochet, do alto escalão, me disseram que, na melhor das hipóteses, o general tinha uma compreensão incompleta das políticas econômicas em que arriscava seu futuro – e o do país. O general, porém, adotou a ideia de Friedman, de que se devia curar o país da doença do “estatismo”, e não só dos sintomas; e de que ele tinha de se empenhar pelo equilíbrio macroeconômico e tomar medidas radicais contra a inflação. O tratamento de choque era a única maneira. “Se quiser cortar o rabo de um cachorro, você não faz isso aos poucos”, dissera Friedman.

Estou convencido de que Pinochet não estava plenamente convertido ao evangelho do livre mercado. Ele era profundamente enraizado na cultura do Exército para isso. Mas, assim como nos dias de indecisão antes do golpe, ele

não tinha muita escolha. O remédio amargo prescrito pelos Chicago Boys apelava para seus pendores autoritários. Quem já fora um dia prejudicado por uma dose de disciplina rígida? Os Chicago Boys eram tecnocratas jovens e autoconfiantes. Além disso, Pinochet jamais gostara dos empresários, que viviam historicamente no luxo, sustentados por subsídios do Estado, enquanto olhavam com desdém para os militares e suas famílias.

Arturo Fontaine, ex-editor do *El Mercurio* e partidário entusiasta de Pinochet, argumentou em *Los economistas y el presidente Pinochet* que o general via os Chicago Boys como "um comando de intervenção nos campos políticos e econômico, com capacidade de inovar e destruir rotinas e normas obsoletas". Talvez eles tivessem uma tendência a "exagerar e a chegar a extremos em suas ações", admitiu Fontaine, mas eram "a vanguarda de uma revolução nacional"; "uma neodireita que ressuscitou os princípios inerentes ao liberalismo e renovou as tradições autoritárias".

Jorge Cauas, ministro das Finanças, anunciou em 24 de abril de 1975 o plano de tratamento de choque para controlar a inflação e incentivar o crescimento. As pessoas tinham de "apertar os cintos", anunciou o governo. Os gastos públicos seriam cortados muito mais profundamente do que em qualquer época, haveria um corte de funcionários das folhas de pagamento públicas e aumento de impostos. O Programa Nacional de Assistência à Moradia, indexado à inflação, seria suspenso. Preços e taxas de juros foram liberados, tarifas se reduziram, e o processo de privatização começou a passos largos. A maior parte das empresas públicas foi vendida por uma parcela mínima de seu valor. Muitas delas foram de fato compradas por meio de financiamentos estatais. Os efeitos imediatos do plano mostraram-se desastrosos. O desemprego aumentou, a produção caiu, o PIB desabou 12,5%, e as reservas estrangeiras definharam.

O ministro da Economia, Sergio de Castro, franco entusiasta do jogo de rúgbi, tinha esperado uma transição dura e estava preparado para dominar a tempestade. Embora fosse amigo do general Merino, ele também estabeleceria um relacionamento forte com o ditador. O ministro justificava a necessidade de um regime ditatorial, o que era música para os ouvidos de Pinochet.

A amizade dos dois não começou auspiciosamente. Durante um longo debate numa reunião de gabinete sobre o que fazer com as fábricas têxteis de propriedade do Estado, Pinochet interrompeu para acabar com a discussão. "Cavalheiros", disse ele, "sou eu quem segura a panela pelo cabo."

Castro, então conselheiro do ministro Léniz, não pôde se conter: "Bem, senhor presidente, o senhor pode acabar só com o cabo na mão." Um silêncio profundo se abateu sobre a sala por alguns segundos que, para o conselheiro econômico, pareceram uma eternidade. Pelo menos o debate havia terminado, e a reunião

fora adiada.

Quando Castro estava saindo da sala, um ajudante de ordem se aproximou e lhe disse que o general Pinochet queria vê-lo. “Você foi muito insolente nessa reunião”, disse ele, zangado. O economista se desculpou e explicou que não fora sua intenção ser desrespeitoso. Pinochet então caiu na gargalhada. “Só que os civis não entendem os militares”, disse ele. A ousadia de Castro o encantara.

No final de 1976, a economia chilena dava sinais definitivos de melhora. Em 28 de dezembro, Sergio de Castro foi nomeado para a pasta das Finanças. Ele não seria apenas o ministro mais importante da pasta de Economia; estava a caminho de se tornar o ministro mais importante de todo o gabinete.

Para Castro elevar o nível do tratamento de choque, havia obstáculos a superar – a saber, o general Gustavo Leigh, que continuava a questionar os custos sociais da experiência de Chicago. A Força Aérea era o setor da Junta que se encarregava da área social e continuava a emitir propostas que se enquadravam no Estado do bem-estar social, como uma legislação trabalhista. Não é necessário dizer que elas eram sistematicamente rejeitadas. Em março de 1976, o general da Força Aérea Nicanor Díaz Estrada foi substituído, no Ministério do Trabalho, por um forte aliado dos Chicago Boys. Mas o general Leigh continuava a ser um espinho na pele de Pinochet.

Gustavo Leigh, comandante em chefe da Força Aérea, talvez tenha sido o mais formidável adversário de Pinochet. De queixo quadrado e atitude muito séria, o aviador de 53 anos era um homem de personalidade forte e inteligência aguda. Ele jamais julgou que Pinochet estivesse à sua altura em termos intelectuais ou políticos, e entrou em choque com ele em diversas ocasiões. Em 1977, porém, os dois estavam engajados numa guerra total.

Na noite de 9 de julho de 1977, milhares de conservadores se reuniram em Chacarrillas, uma ladeira de Santiago, para comemorar a batalha de La Concepción, combate memorável da guerra do Chile contra o Peru e a Bolívia no final do século XIX, na qual 77 soldados chilenos escolheram a morte em vez de se entregar, ao serem encurralados por uma força mais numerosa, nas montanhas peruanas. O evento lembrava uma das grandiosas encenações de Mussolini. Entre tochas e símbolos patrióticos, concediam-se medalhas a 77 jovens chilenos que houvessem se distinguido naquele ano.

No clímax da cerimônia, Pinochet fez um discurso acusando a “democracia liberal” de “ingênua e não ter força moral”, e aclamando o surgimento de uma “nova democracia”, que seria “autoritária, protegida, integradora e técnica”. A partir de 1980, anunciou ele, o Chile daria início a um programa quinquenal para se transformar numa “democracia controlada”. Haveria eleições em 1985 para preencher dois terços dos assentos no Congresso unicameral (o governo

nomearia o outro terço). Esse Congresso elegeria por sua vez um presidente da República.

O general Leigh e outros membros da Junta protestaram publicamente por não terem sido informados sobre o cronograma de transição e por mal terem discutido as mudanças constitucionais. Não que isso importasse, em última análise, porque Pinochet descartou os planos de transição e assumiu o poder absoluto.

Então, em dezembro de 1977, a Assembleia-Geral das Nações Unidas reunida em Nova York condenou o regime chileno por violações dos direitos humanos: 96 delegados votaram a favor da condenação do governo e apenas 14 votaram contra – o que constituía a margem mais ampla da história da organização. Pinochet ficou furioso. Depois de considerar vários "cursos de ação" propostos por seus conselheiros, decidiu convocar um plebiscito nacional para saber se os chilenos apoiavam seu governo. O general Leigh e o almirante Merino ficaram espantados com a ideia, em particular por terem tomado conhecimento menos de dois dias antes do anúncio oficial do plebiscito, em 22 de dezembro. A Junta se reuniu em particular e a discussão ficou feia.

Tanto Leigh como Merino escreveram cartas formais se opondo ao plebiscito, o qual, por considerações constitucionais, foi modificado, passando a se chamar "consulta". Eles temiam que o prestígio das Forças Armadas pudesse ser afetado. E o pior, escreveu o general Leigh, era que a consulta projetava a imagem de um "regime personalista". Pinochet argumentou, imperturbável, que a decisão de convocar um referendo era "prerrogativa exclusiva" sua como chefe de Estado e detentor único do Poder Executivo. Finalmente, ele pressionou o almirante Merino a mudar de ideia e retirar sua carta de protesto; Leigh, contudo, permaneceu intransigente.

Uma complicação inesperada surgiu quando o general controlador do Estado, Héctor Humeres, declarou que não podia dar certificado legal à "consulta" sem um decreto-lei que Leigh se recusou a endossar. Pinochet exigiu a renúncia de Humeres – de todo modo, ele estava na lista das próximas reformas – e o substituiu, ao cair da noite, por Sergio Fernández, um de seus mais confiáveis conselheiros civis, muito mais receptivo no que dizia respeito à burocracia.

O referendo foi realizado em 4 de janeiro de 1978, sob condições de estado de sítio, sem registro de eleitores, sem observadores, sem debate público nem cobertura crítica da imprensa. A cédula consistia na seguinte afirmação: "Face à agressão internacional lançada contra nossa pátria, apoio o presidente Pinochet em sua defesa da dignidade do Chile e reafirmo a legitimidade de seu governo." Os eleitores eram instruídos a pôr sua marca ao lado de uma bandeira chilena para o "Sim" e de um quadrado preto para o "Não". Pinochet recebeu o apoio

retumbante que esperava. “Políticos, este é o seu fim”, declarou ele no comício da vitória, naquela noite. O general Leigh não estava presente.

O chefe da Força Aérea começou a erguer todos os obstáculos possíveis aos projetos do Executivo. Em março de 1978, reafirmando seu próprio poder presidencial, Pinochet propôs levar as “diferenças insuperáveis sobre os poderes do Estado e seu exercício” para arbitragem do Conselho de Estado. A tensão alcançou novos patamares quando rumores de golpe começaram a emanar de círculos da Força Aérea.

Em julho, Gustavo Leigh deu uma entrevista ao jornal italiano *Corriere della Sera*, em que propunha seu próprio cronograma de normalização política do Chile, o esboço de uma Constituição, um estatuto para os partidos políticos e a realização de um censo eleitoral. Pior que isso, declarou que renunciaria à Junta caso provas confiáveis viessem à tona implicando o governo militar chileno no assassinato, em 21 de setembro de 1976, do diplomata e político exilado Orlando Letelier em Washington. A entrevista desencadeou uma tempestade de fogo. Pinochet convocou alguns dos seus ministros mais confiáveis e lhes disse que planejava afastar o general Leigh da Junta e da Força Aérea.

No sábado, 22 de julho, um anúncio classificado agourento foi publicado no *El Mercurio*: “Em razão do mau estado de saúde e do cancelamento do brevê de meu piloto, preciso vender meu avião, que está em boas condições. Os interessados deverão pagar somente em dinheiro. Málaga 195.” Era o endereço do general Leigh. Anúncio semelhante, mencionando um “defeito na bússola do avião”, foi publicado no cotidiano *La Tercera*.

Os acontecimentos de 24 de julho de 1978 foram parecidos com as primeiras horas do golpe de 11 de setembro. Tropas de combate do Exército cercaram o Ministério da Defesa, o quartel-general da Junta e todas as bases da Força Aérea no Chile. Ao chegar em seu gabinete no Ministério da Defesa, por volta das 8h30, o general Gustavo Leigh viu que as portas estavam fechadas. Finalmente conseguiu entrar, mas logo descobriu que estava virtualmente prisioneiro em seu próprio gabinete. Leigh subiu para o quinto andar e sentou-se com Pinochet e os outros membros da Junta. Ele sugeriu que, se conseguissem chegar a um consenso sobre um cronograma de normalização, provavelmente também teriam condições de resolver as outras divergências. Mas Pinochet não estava disposto a negociar. Ele lhe estendeu uma folha de papel.

“Eis aqui uma lista de todas as ocasiões em que você divergiu da linha do governo”, disse ele. “Além disso, você tem de renunciar de qualquer maneira, pois disse que ia sair quando o processo judicial de Letelier começasse.”

“Eu não vou renunciar”, respondeu Leigh.

“Então eu vou destituí-lo.”

“Baseado em quê?”

“Não se preocupe, nós temos a prerrogativa para isso. Eis aqui o decreto-lei para você assinar”, falou Pinochet, fazendo o documento deslizar sobre a mesa.

“Faça como quiser!”, respondeu o general Leigh com fúria. “Se quer violar a lei, vá em frente; mas não vou assinar nada.”

“Não tem problema, nós temos outro decreto-lei pronto”, disse Pinochet com um sorriso. Ele havia ordenado a preparação de um decreto do Executivo declarando o general Leigh “incapaz” de continuar a serviço na Junta, em razão de “insanidade mental”.

“Estou saindo para me encontrar com os meus generais”, anunciou Leigh.

“Você não vai fazer isso”, declarou Pinochet. “Estou pedindo a renúncia de todos os generais da Força Aérea que forem mais antigos que Fernando Matthei.” Exceto pelo adido da Força Aérea em Washington, Matthei, ministro da Saúde (e leal a Pinochet), era o único general que não fora ao gabinete de Leigh naquela manhã. Na verdade, ele estava nervoso, no escritório ao lado, esperando a saída do colega para prestar juramento às novas incumbências.

Leigh deixou a sala sem assinar o decreto-lei. Quando foi informar seus generais da situação, eles se mostraram preparados para oferecer resistência armada. Leigh interrompeu imediatamente a discussão; não queria um banho de sangue. Tentou convocar uma coletiva de imprensa, mas a mídia fora duramente advertida. Então Gustavo Leigh foi para casa.

Fernando Matthei era agora o general mais antigo, comandante em chefe da Força Aérea e membro da Junta. Oito de seus superiores tinham sido afastados para abrir caminho à sua ascensão; dez generais abaixo dele renunciaram em solidariedade a Leigh. A hierarquia da Força Aérea foi devastada, deixando Pinochet muito mais livre para fazer o que quisesse. Em sua biografia, Pinochet faz referência a essa crise com um subtítulo mordaz: “O general Leigh vai para a reserva.”

NO FIM DE 1977, a recuperação econômica avançava a passo acelerado; a taxa de crescimento econômico do Chile tinha alcançado 8,7%. Em 1978, porém, o país quase entrou em guerra com a Argentina. A crise começou quando o governo militar argentino, liderado pelo general Jorge Rafael Videla, anunciou oficialmente que rejeitava o veredicto de arbitragem apresentado em maio de 1977 pela rainha Elizabeth II da Inglaterra, conferindo ao Chile três ilhas (Nueva, Picton e Lennox) e ilhotas adjacentes ao sul do canal de Beagle e ao norte de cabo Horn, zona há muito disputada entre Chile e Argentina.

Em vez de aceitar a decisão, o governo militar argentino convidou sua

contrapartida chilena para um diálogo direto a fim de negociar a delimitação "razoável e equitativa" da área do canal de Beagle. Nos dez meses posteriores ao veredicto, juristas e diplomatas chilenos e argentinos se encontraram irregularmente, sem qualquer progresso na direção de um acordo negociado. Nesse ínterim, tropas, aviões de caça e navios de guerra de ambos os países foram deslocados para a Patagônia e a Terra do Fogo.

Talvez o único momento de unidade nacional durante o regime Pinochet tenha acontecido quando a disputa pelo canal de Beagle se aprofundou. No Chile, o líder democrata cristão e ex-presidente Eduardo Frei Montalva declarou seu "apoio irrestrito aos interesses permanente do Chile, que prevalece sobre governos transitórios Do exílio, Carlos Altamirano, secretário-geral do Partido Socialista, e Clodomiro Almeyda, ex-ministro das Relações Exteriores de Allende, publicaram declarações de apoio aos direitos soberanos do Chile sobre a zona disputada. (Quando, muitos anos mais tarde, a polêmica finalmente foi resolvida, eu redigi e li uma declaração pública em nome do Partido Socialista, que apoiava a solução pacífica.)

No começo de janeiro de 1978, o Ministério das Relações Exteriores chileno soube que a Argentina declararia "imediatamente nula" a decisão da rainha sobre a zona do canal de Beagle. Zombando dos diplomatas de profissão, a quem chamou de "empoados" (*empolvados*), Pinochet decidiu assumir a questão e tomá-la em suas próprias mãos. Manuel Contreras era então general e continuava a ser o subordinado de maior confiança de ditador (embora não fosse mais chefe da Dina por causa do assassinato de Letelier e suas repercussões para a relação Chile-Estados Unidos). Pinochet despachou-o para a Argentina a fim de falar diretamente com o general Videla, presidente da Junta argentina, e tentar arranjar um tête-à-tête entre os dois ditadores. No dia seguinte, a hora e o lugar da cúpula tinham sido estabelecidos: os dois líderes se encontrariam em Mendoza, na Argentina, na base aérea de El Plumerillo, em 19 de janeiro de 1978.

O encontro de Mendoza não produziu uma solução concreta para a disputa de Beagle, mas pelo menos abriu a porta para as negociações diretas. Enquanto o acordo de prosseguimento das conversações era redigido, Pinochet ofereceu conselhos amigáveis à sua contrapartida argentina. "Você tem que assumir o controle total e dar ordens, meu amigo", disse Pinochet a Videla. "Olhe, general, três pessoas [numa Junta] não podem comandar; em nenhum lugar do mundo pode haver comando colegiado. Assuma, você dá as ordens; você não pode continuar como está! Com comando total você pode controlar os que querem a guerra."

O general Videla acenou com a cabeça, concordando polidamente. "A história da Argentina é diferente da história chilena, você deve entender", disse ele. "Nós

não podemos governar a Argentina se os três setores das Forças Armadas não estiverem juntas.” Uma semana depois, o governo de Buenos Aires, como era de se esperar, declarou nula a decisão da rainha.

Os dois líderes militares se encontraram novamente em 20 de fevereiro, na cidade de Puerto Montt, no sul do Chile, onde assinaram um acordo oficial, firmando o início de conversações diretas e um período máximo de seis meses para chegarem a um entendimento. Pinochet nomeou como ministro das Relações Exteriores o empresário Herman Cubillos, homem que tinha bons contatos nos Estados Unidos, em substituição ao almirante Carvajal. Seis meses depois, as negociações não tinham feito progresso; o Chile declarou-as “esgotadas” em 2 de novembro de 1978.

Diante da expectativa de ataques aéreos, pintaram-se cruzes vermelhas em telhados de hospitais e escolas chilenos; Buenos Aires impôs blecaute às suas cidades à noite. A Comunidade Europeia insistiu numa saída pacífica para a crise, a Casa Branca ofereceu seus bons ofícios, os bispos católicos chilenos e argentinos buscaram a assistência do Vaticano. Apesar de todos esses esforços, na quinta-feira, 21 de dezembro, uma declaração de guerra ao Chile, pronta para ser assinada, jazia sobre a escrivaninha do líder argentino general Jorge Videla.

Segundo muitos relatos, Pinochet permaneceu imperturbável durante toda a crise. Ao mesmo tempo que reconhecia que a Argentina podia infligir pesados danos ao Chile, estava convencido de que a infantaria chilena prevaleceria. Mesmo assim, não tinha desejo algum de presidir um banho de sangue, e continuou a pressionar por uma solução negociada. A Marinha demonstrava uma confiança agressiva na sua superioridade tática ante os argentinos, embora, como a Força Aérea, tivesse problemas para garantir seus suprimentos: a Emenda Kennedy, que proibia assistência de segurança e venda de armas americanas ao Chile, cobrava seu preço.

A pressão sobre Sergio de Castro, ministro das Finanças, para disponibilizar dinheiro a fim de estocar armas, era imensa. Não obstante, Castro manteve-se firme, e Pinochet o apoiou. Enquanto houvesse uma possibilidade, mesmo que remota, de solução negociada, ele se recusava a modificar seus planos orçamentários. As discussões no gabinete ministerial de Pinochet alcançaram proporções febris.

“Senhor ministro, o senhor será o primeiro a enfrentar um pelotão de fuzilamento caso estoure uma guerra contra a Argentina”, ameaçou o ministro da Defesa, Carlos Forestier, enfrentando Castro uma ocasião. Este relembra que seu colega de gabinete do Exército estava mortalmente sério. Por fim, em janeiro de 1979, o papa João Paulo II sugeriu um processo de mediação que os dois lados endossaram. Embora os diplomatas não assinassem um acordo final nos

próximos seis anos, a guerra fora evitada; a política temerária de Pinochet e Castro tinha vingado.

Com a dissipação das nuvens de guerra, os Chicago Boys continuaram a forjar seus planos econômicos. O vigoroso apoio de Pinochet a seus esforços não o impediu de ordenar o desenvolvimento de um setor industrial doméstico de armamentos, o qual, em 1983, já havia começado a mostrar capacidade de exportação. Pinochet também continuou a nomear conselheiros militares de confiança para postos econômicos estratégicos, aparentemente como contrapeso para os civis de Chicago.

Sempre cauteloso, Pinochet gostava de cercar suas apostas. O coronel do Exército Gastón Frez fora nomeado subsecretário do ministro Sergio de Castro. O atrito entre o estatista Frez e o liberal Castro tornou-se tão áspero que este último exigiu que Pinochet escolhesse entre os dois. Porém, quando Frez pediu para voltar a um posto regular no Exército, em vez disso Pinochet o colocou na posição-chave de vice-presidente da Corporação Nacional do Cobre (Codelco), a maior empresa mineradora de cobre estatal do Chile. Não importa quanta pressão os Chicago Boys exercessem sobre ele, Pinochet jamais pensou em privatizar a Codelco – pela resistência empedernida de Frez, por um lado, mas também porque o orçamento da defesa chilena era, historicamente, vinculado por lei aos ganhos da exportação de cobre.

O ditador empreendeu uma ação delicada de equilíbrio entre os estatistas e os adeptos da Escola de Chicago. Em dezembro de 1978, Roberto Kelly, então diretor do Departamento Nacional de Planejamento, expressou sua insatisfação com o comitê consultivo de Pinochet, cuja equipe de oficiais militares era rotativa, em função das transferências de posto dos seus integrantes. O ministro da Economia Pablo Baraona tinha renunciado ao cargo pela mesma razão. Pinochet aconselhou Kelly a não se precipitar. Poucos dias depois, Kelly prestou juramento como novo ministro da Economia.

A primeira escolha de Pinochet para a função, no final de dezembro de 1978, não era Kelly. Um novo astro jovem, um economista formado em Harvard chamado José Piñera, tinha-o impressionado de tal modo ao fazer o resumo das perspectivas da economia chilena, que o general pediu que ele repetisse a explicação para os membros da Junta. Mas quando Pinochet quis nomeá-lo ministro da Economia, Castro e os Chicago Boys vetaram-no, pois ele não era membro de seu círculo. Em vez disso, Piñera foi nomeado ministro do Trabalho.

Vasco Costa, predecessor de José Piñera no Ministério do Trabalho, fora afastado de seu posto porque provocara uma disputa trabalhista que começava a ter repercussões internacionais. Linha-dura notório, apadrinhara uma série de legislações que ameaçavam os direitos dos trabalhadores, já drasticamente

reduzidos depois do golpe. A gota d’água veio quando ele convocou eleições sindicais a serem realizadas em 48 horas – e exigiu que cada candidato assinasse um juramento de que não pertencera a nenhum partido político na última década. A maioria dos sindicalistas socialistas e comunistas já haviam sido mortos, presos ou forçados ao exílio. A nova medida eliminava igualmente os centristas democratas cristãos.

Isso levou a Federação Americana do Trabalho – Congresso de Organizações Industriais (AFL-CIO)[1] a propor um boicote dos portos de todo o mundo contra o Chile, a ter início em 8 de janeiro de 1979. Pinochet não podia se dar ao luxo de um boicote, em particular com a crise do canal de Beagle em ponto de ebulição. Enviou o ministro das Finanças em missão secreta a Washington, onde se encontrou como presidente da AFL-CIO, George Meany, e seus principais conselheiros. Desde o começo, Meany deixou claro quem estava no controle da situação. Apontando para a Casa Branca pela janela de seu escritório, ele disse: “Naquele prédio, vi cerca de dez presidentes chegarem e partirem; mas eu continuo aqui.” Sergio de Castro explicou que Pinochet tinha novos planos importantes para o setor trabalhista, inclusive a restauração do direito de greve.

“Senhor ministro”, respondeu Meany, “o senhor deve retornar ao Chile. A chave para evitar o boicote não está em Washington, está em Santiago.”

Castro trouxe a Pinochet uma mensagem clara. Na ausência de uma nova política trabalhista, o boicote seguiria adiante. O ditador, sempre disposto a aceitar a realidade, mostrou a porta a Vasco Costa. O novo ministro do Trabalho elaborou imediatamente um pacote de leis trabalhistas e convidou as lideranças para um encontro com ele. Tucapel Jiménez, presidente da Asociación Nacional de Empleados Fiscales (Anef), foi o primeiro a aceitar.

Poucas semanas depois, Pinochet aprovou um pacote de decretos que cancelava a maior parte das medidas anteriores sobre as relações de trabalho. Contudo, esta não foi uma vitória total dos trabalhadores. A negociação coletiva só era permitida no interior de cada empresa, e não em todo um setor industrial; o pacote também incluía liberdade de afiliação e pagamento voluntário de taxas, medidas que não eram simpáticas aos sindicalistas. Havia muito do que se queixar, mas, depois de um vigoroso lobby, a AFL-CIO concordou que o avanço nos direitos dos trabalhadores chilenos era suficiente para pôr fim ao boicote.

Depois de desatar o nó górdio da reforma trabalhista, o próximo projeto de Piñera era a criação de um novo sistema de pensão, algo que os Chicago Boys vinham tentando fazer havia cinco anos. O economista Miguel Kast, que se tornaria conselheiro de confiança de Pinochet, fora enviado à Wharton School para estudar uma alternativa ao falido sistema de pensões; ele voltou com um projeto de fundo individual de capitalização que foi energicamente combatido

pelo setor anti-Chicago do governo. Em 1980, porém, Piñera realizou algo que parecia quase impossível: o velho sistema de pensões , baseado num fundo comum financiado por trabalhadores, empregadores e governo, foi substituído por um sistema de contas de poupança privadas, no qual os trabalhadores depositavam 10% de seu salário.[2] Os empregadores foram inteiramente liberados de contribuir para o novo sistema, e a parte do Estado foi drasticamente reduzida.

Começava-se a falar de “milagre econômico” no Chile, e os Chicago Boys ficaram satisfeitos de receber o crédito. Com raras exceções, os economistas não se viram perturbados por repressão, torturas e desaparecimentos de dissidentes. Eles viam bons resultados fiscais, e era isso que interessava. Aquilo era irônico. Milton Friedman acreditava que seu sistema econômico permitia o exercício da liberdade em todas as esferas da vida; no Chile, suas ideias se mostraram compatíveis com uma das piores ditaduras do globo.

Na segunda visita que fez ao Chile, em novembro de 1981, quando foi hóspede da Sociedade Mont Pelerin, Milton Friedman deu uma coletiva de imprensa na qual expressou suas reservas ao regime de Pinochet, advertindo que “será difícil sustentar uma economia livre, a menos que seja acompanhada por uma sociedade politicamente livre”. O ganhador do Nobel também repudiou a noção de que o modelo da economia de mercado só pudesse ser aplicado a “regimes fortes”. Poucos lhe deram atenção.

Por fim, Pinochet sentia-se triunfante. Mas o modelo aparentemente bem-sucedido de Chicago logo começaria a ruir, ameaçando seu controle do poder.

[1] Trata-se da maior central operária dos Estados Unidos e do Canadá. Formada em 1955 pela fusão da AFL (1886) e da CIO (1935), é composta por 56 federações nacionais e internacionais de sindicatos americanos e canadenses, representando mais de 11 milhões de trabalhadores. (N.T.)

[2] No antigo sistema, a contribuição de trabalhadores, empregadores e governo financia diretamente a pensão de aposentados, e nenhum ativo é acumulado. Baseado no princípio da solidariedade, o sistema é suscetível a variações demográficas, pois a razão entre as populações de pensionistas e de trabalhadores está sujeita a mudanças; mas não é afetado por flutuações do mercado financeiro. (N.T.)

4. O alcance global de Pinochet

KISSINGER NÃO TINHA CERTEZA se devia ir ao Chile encontrar-se com Pinochet na primavera de 1976. Não se tratava de uma questão ética. Secretários de Estado raramente compareciam a assembleias-gerais da Organização dos Estados Americanos (OEA), a menos que houvesse uma verdadeira crise na região. Pinochet, porém, era um anticomunista leal e enfrentava oposição crescente no Congresso dos Estados Unidos, que tentava cortar as vendas de armamentos militares para o Chile.

Não se podia permitir que o líder antiesquerdista que derrubou um "presidente simpático ao comunismo" fracassasse, pois as repercussões seriam sentidas no mundo todo. E havia outro efeito com o qual Kissinger também se preocupava: se Pinochet não comprasse suas armas e equipamentos militares dos Estados Unidos, iria comprá-los em outro lugar. Além disso, havia uma guerra em casa com a qual se ocupar – isto é, a disputa territorial que ocorria, em Washington, entre a Casa Branca e o Congresso, sobre a condução da política externa. Nixon e Kissinger não podiam permitir que o Congresso estabelecesse limites para sua política em relação ao governo Pinochet. Se hoje era o Chile, amanhã poderia ser um país maior (como a Coreia do Sul, acreditava Kissinger). O Chile pode ter sido apenas um peão na partida de xadrez da *realpolitik* global que o secretário de Estado constantemente jogava contra seus adversários domésticos e estrangeiros; mas, para Pinochet, a visita de Kissinger marcou uma grande vitória pessoal.

Em suas memórias de 1979, Kissinger afirmou que os direitos humanos foram um "tema subjacente" nas conversações que manteve com Pinochet durante a visita. Em *Anos de renovação*, de 1999, Kissinger voltou ao tema, dedicando toda uma sessão do livro à viagem de 1976. Desafiando até as avaliações menos equilibradas do presidente Allende, Kissinger alegava que o governo democraticamente eleito se caracterizava por "incompetência, corrupção e violação dos direitos humanos". Allende representava o "perigo [de] um Estado comunista no continente" das Américas, argumentava ele.

Absurdamente, Kissinger afirmava: "Depois que Allende assumiu, em 3 de novembro de 1970, os programas secretos que pretendiam bloquear sua posse foram suspensos [sic]." Com efeito. Por que prosseguir as atividades secretas dos Estados Unidos para impedir a *posse* de Allende, se ele *já estava no cargo*?

Além disso, ao contrário de qualquer relato histórico sério sobre a época, Kissinger declara que os "abusos contra os direitos humanos [sob Pinochet] diminuíram" depois da dissolução da polícia secreta da Dina, em 1977. Nenhuma palavra é dita sobre o assassinato de Letelier. O volume de 1999 reitera a afirmação anterior de que, em seus encontros com Pinochet, ele havia "deixado clara nossa posição sobre direitos humanos", citando trechos de seu discurso na Assembleia-Geral da OEA em apoio ao argumento.

Porém, as transcrições das conversas entre Kissinger e Pinochet, liberadas ao acesso público em 2000, revelam um quadro bem diferente daquele apresentado pelo ex-secretário de Estado norte-americano. Kissinger, acompanhado pelo secretário assistente William D. Rogers, visitou Pinochet em seu gabinete ao meio-dia de 8 de junho de 1976.

"Eu quero lhe dizer que estamos gratos porque o senhor compareceu à conferência", disse Pinochet quando o encontro começou.

"É uma honra", respondeu Kissinger, diplomático, sabendo muito bem que a presença no Chile de um secretário de Estado americano era um incentivo inestimável para a imagem isolada do ditador no plano internacional.

"Eu sempre fui contra o comunismo", declarou Pinochet, indo direto ao assunto. "Durante a Guerra do Vietnã, eu me encontrei com alguns de seus militares e deixei claro para eles meu anticomunismo. Disse que tinha esperanças de que conseguissem derrotá-los."

"Nós mesmos nos derrotamos no Vietnã, porque nosso país estava muito dividido", respondeu Kissinger. "Nos Estados Unidos, como o senhor sabe, nós somos solidários com o que o senhor está tentando fazer aqui. Desejamos que seu governo seja bem-sucedido. Ao mesmo tempo", continuou, "tem se exercido muita pressão sobre seu governo, em especial no Congresso, mas também no Executivo, sobre a questão dos direitos humanos." Kissinger garantiu a Pinochet que a Casa Branca se opunha às restrições de ajuda para o Chile.

Quase se desculpando, explicou que, embora tivesse de tratar da questão dos direitos humanos na Assembleia-Geral da OEA, ele tinha certeza de que só o faria de maneira genérica. "O discurso não tem o Chile como alvo", explicou. "Eu queria lhe dizer isso. Minha avaliação é de que o senhor é vítima de grupos de esquerda no mundo todo, e que o seu maior pecado foi ter derrubado um governo que caminhava para o comunismo." No entanto, os direitos humanos geravam um "problema prático", que tinha de ser tratado, se não por outra razão, pelo menos para abrandar o Congresso dos Estados Unidos. "Claro", acrescentou ele, "nada disso é dito com a intenção de minar o seu governo."

"Aos poucos retomamos o processo institucionalização", respondeu Pinochet, obviamente desestimulado com o assunto. "Mas estamos sob ataque constante

dos sociais-democratas. Eles têm voz forte em Washington. Gabriel Valdés tem acesso. E também Letelier", queixou-se Pinochet.

Kissinger se surpreendeu. "Há anos eu não vejo um democrata cristão."

"Letelier tem acesso ao Congresso", insistiu Pinochet. "Nós sabemos que ele está passando informações falsas."

Kissinger reiterou que, embora seu discurso na Assembleia-Geral da OEA se destinasse a agradar o Congresso, não seria "ofensivo para o Chile".

"Nós o apoiamos. O senhor é o líder", disse Pinochet. "Mas os senhores têm um sistema que pune seus amigos."

"É uma infelicidade", ponderou Kissinger. "Nós demos boa acolhida à derrubada do governo com tendência comunista aqui. Quero ver nossas relações e nossa amizade se estreitarem. Queremos ajudá-lo, não o enfraquecer", concluiu.

Pinochet dera sua primeira entrevista coletiva não muito depois do golpe, em 21 de setembro de 1973. Um repórter da CBS perguntou-lhe sobre os rumores do envolvimento americano na conspiração, e se a Casa Branca tivera conhecimento prévio. Pinochet insistiu que o golpe fora "um movimento nacional".

"Nem minha esposa sabia o que eu estava prestes a fazer em 11 de setembro", disse ele. "Os Estados Unidos não tiveram nada a ver com isso, nem qualquer outro país."

Claro que Pinochet não estava sendo sincero. Ele sabia que o governo Nixon não tinha – como argumentaram os defensores da intervenção – apenas buscado preservar a liberdade de imprensa e os partidos políticos de oposição (os quais jamais foram ameaçados e de fato floresceram sob Allende). Os Estados Unidos repassaram recursos a grupos paramilitares que perpetraram ações terroristas, financiaram a "greve dos patrões", de outubro de 1972, e iniciaram uma guerra secreta de desestabilização contra o Chile de Allende. O governo socialista cometeu erros sérios no período democrático, mas, mesmo antes de ter adotado uma medida sequer, a CIA e os grupos de direita chilenos já articulavam um golpe de Estado contra o presidente eleito. Embora o golpe tenha sido obra de chilenos, sem dúvida fora patrocinado pelos Estados Unidos.

Em transcrições das conversas privadas de Kissinger com Nixon – que só vieram a público em 2004, em meio a uma nova controvérsia sobre o papel dos Estados Unidos no colapso da democracia chilena –, os dois homens trocaram algumas palavras sobre o golpe.

"Neste a nossa mão não aparece", diz Nixon.

"Não fomos nós que fizemos", responde Kissinger. "Quer dizer, nós ajudamos. … Criamos as condições mais favoráveis possíveis", acrescenta.

Kissinger e Nixon ficaram obcecados com o Chile. Embora Edwar Korry, embaixador dos Estados Unidos no Chile, tenha telegrafado para Washington em 1970 saudando a democracia chilena e definindo o país como “um dos lugares mais respeitáveis da terra”, Nixon e Kissinger acreditavam que a eleição de Allende “era um desafio para o nosso interesse nacional”. Kissinger temia que a influência do Chile pudesse se disseminar pelo hemisfério e repercutisse até em países como a França e a Itália, onde não era impensável a vitória, numa eleição presidencial, da coalizão socialista-comunista.

A despeito da hostilidade ostensiva do governo Nixon à sua presidência, Allende tentou cultivar com ela um relacionamento pragmático.

Apenas três meses depois da posse, em fevereiro de 1971, o almirante Elmo Zumwalt, chefe de operações navais dos Estados Unidos, visitou o Chile e encontrou-se com Allende e o comandante em chefe da Marinha chilena. Informado de que o porta-aviões *Enterprise* estava no Rio de Janeiro, preparando-se para circundar o cabo Horn e fazer a travessia do Pacífico, o presidente sugeriu que o almirante Zumwalt o levasse a Valparaíso.

Zumwalt mostrou-se muito entusiasmado com a ideia e entrou em contato com o Pentágono no mesmo dia. Allende tornou público seu convite. Mas Nixon e Kissinger, apoiados pela CIA, opuseram-se fortemente à sugestão, e houve uma recusa oficial. Apesar disso, o presidente chileno declarou que seu país “jamais abrigaria uma base militar que pudesse ser usada contra os Estados Unidos”.

Ironicamente, em fevereiro de 1971 – ao mesmo tempo que censurava Allende –, em seu relatório anual ao Congresso sobre política externa, Nixon declarou que a política para o Chile era “manter abertas as linhas de comunicação”, e que a Casa Branca estava “preparada para ter com o governo chileno o mesmo tipo de relação que o governo chileno está preparado para ter conosco”. O que Allende não sabia, embora sentisse, era que o governo Nixon tinha tomado uma decisão a seu respeito muito tempo atrás.

Em 15 de setembro de 1970, dez dias depois da eleição de Allende, realizou-se uma reunião no Salão Oval, presidida por Nixon, na qual ele emitiu a famosa ordem de ação contra o presidente eleito. As notas manuscritas do diretor da CIA, Robert Helms, dizem: “Uma em dez chances talvez, mas salvar o Chile!… Não interessam os riscos envolvidos… 10 milhões de dólares disponíveis, mais, se necessário. Esforço de tempo integral, os melhores homens que tivermos.” Anos mais tarde, num depoimento perante o Comitê de Inteligência do Senado, Helms observou: “Se alguma vez eu carreguei um cassetete na mochila ao sair do Salão Oval, foi naquele dia.” Kissinger definira o tom político ao pronunciar sua máxima infame: “Não vejo por que nós precisamos ficar passivos, olhando

um país se tornar comunista por causa da irresponsabilidade de seu povo."

O embaixador Edward Korry tinha advertido o governo de Eduardo Frei de que "nenhuma porca ou parafuso [poderia] chegar ao Chile durante o governo Allende". A ideia era pressionar o presidente Frei para juntar-se ao complô destinado a frustrar a ratificação da eleição de Allende pelo Congresso chileno, programada para 24 de outubro de 1970.

Em 6 de outubro, Kissinger convocou Richard Helms à Casa Branca para enviar uma mensagem clara ao escritório local da CIA: "Faça contato com os militares, informe que o governo dos Estados Unidos quer uma solução militar e que vamos apoiá-los *agora e depois*" (grifos do original). Quando Frei e os democratas cristãos não apoiaram a manobra que ficou conhecida como "ardil Rube Goldberg" para impedir a ratificação do Congresso, a Casa Branca decidiu adotar um plano B: a opção violenta para se livrar de Allende.

A CIA entrou em contato com oficiais militares chilenos e incitou-os a dar um golpe preventivo, anterior à posse de Allende, em 4 de novembro. Dinheiro e armas foram fornecidos a dois grupos terroristas, um liderado pelo general da reserva Roberto Viaux, outro comandado pelo general Camilo Valenzuela, na ativa. A ideia era sequestrar o general René Schneider, comandante em chefe do Exército, e colocar a culpa na esquerda, criando uma situação caótica que frustraria a posse de Allende. Nas primeiras horas da manhã de 22 de outubro, o general Viaux e outros extremistas de direita interceptaram o carro do general Schneider e o mataram a bala. O assassinato de Schneider foi um tiro pela culatra, pois a nação se reagrupou em apoio ao governo constitucional.

Em 6 de novembro de 1970, poucos dias depois da posse de Allende, Nixon presidiu uma reunião do Conselho de Segurança Nacional sobre o Chile, na sala de reuniões da Casa Branca. Kissinger abriu o encontro.

"Todas as agências concordam que Allende vai tentar criar um Estado socialista", declarou. Um *modus vivendi* pode ser possível, mas sob "risco de que ele consolide sua posição e depois siga em frente contra nós".

"Se temos de ser hostis, queremos fazer isso direito", sugeriu o secretário de Estado William P. Rogers. "Nós podemos dar um arrocho econômico nele."

"Nossa principal preocupação no Chile é a perspectiva de que [Allende] se consolide e que o quadro projetado para o mundo seja o do seu sucesso", afirmou Nixon. "Se deixarmos … os líderes da América do Sul pensarem que podem agir como o Chile e ter as duas coisas ao mesmo tempo, vamos enfrentar problemas. A América Latina não está perdida, e nós queremos conservá-la", concluiu.

Em seguida a essa reunião, a Casa Branca emitiu o memorando 93, de decisão sobre a segurança nacional, intitulado "Política relativa ao Chile", que definia os

contornos da guerra econômica contra o governo Allende. A partir de então, nenhuma garantia federal de empréstimo seria dada ao Chile, e os subsídios existentes seriam cortados. O investimento privado de empresas norte-americanas seria ativamente desestimulado; caberia exercer pressão máxima sobre as instituições financeiras internacionais de modo a desencorajá-las a conceder empréstimos ao Chile. Sob ordens explícitas de Nixon, os Estados Unidos liquidariam seus estoques de cobre, inundando o mercado e baixando os preços mundiais – medida altamente prejudicial, sem dúvida, visto que o cobre era a principal exportação chilena.

Em seu discurso à Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 4 de dezembro, Allende denunciou um "bloqueio invisível" e ações hostis contra o Chile por parte de empresas multinacionais como a ITT e a Kennecott Copper Company. Charles Bray, porta-voz do Departamento de Estado, negou veementemente que os Estados Unidos estivessem promovendo um bloqueio do Chile e atribuiu as dificuldades do país à sua "falta de credibilidade".

De fato, o Chile suspendera o pagamento do serviço da dívida no final de 1971, mas, em fevereiro de 1972, iniciou conversações com as principais nações credoras para renegociar os termos dos empréstimos. Foram assinados acordos com os credores europeus, mas Washington se opunha à renegociação da dívida externa chilena enquanto Allende se recusasse a pagar as indenizações das empresas norte-americanas de cobre que ele nacionalizara.

Robert Dallek, no livro *Nixon e Kissinger*, baseado em documentos secretos – recém-liberados ao acesso público – sobre a presidência de Richard Nixon, conclui que "Kissinger se tornou a cabeça das operações chilenas da CIA". Olhando em retrospecto, é surpreendente que o Chile ocupasse tanta atenção do presidente americano e de seu secretário de Estado em meio à Guerra do Vietnã, ao conflito no Oriente Médio e às negociações para limitação de armas estratégicas em Moscou. Na verdade, em sua biografia, Nixon caracteriza o Chile de Allende como um desafio de importância máxima na agenda da política externa: "No outono de 1970, os Estados Unidos eram testados pela guerra no Vietnã; pela ameaça de guerra no Oriente Médio; pelo desenvolvimento do potencial nuclear de Cuba. No Chile, o teste também era verdadeiro, apenas mais sutil." Henry Kissinger alertou Nixon, no final de 1971, de que "o Chile poderia acabar sendo o pior fracasso da nossa administração – a nossa Cuba".

"Truman tinha perdido a China, Kennedy tinha perdido Cuba. Nixon não queria perder o Chile", comentou Richard Helms. Quatro anos após o golpe, nas famosas entrevistas de Richard Nixon a David Frost, o ex-presidente insistiu que, se não tivesse agido contra Allende, Chile e Cuba teriam formado um "sanduíche vermelho" que finalmente poderia "colorir toda a América Latina".

A rede de ações ilegais, pagamentos secretos, informações distorcidas e encobrimento da verdade para desestabilizar Allende se tornaria uma espécie de Watergate da política externa no governo Nixon. O resto da história é bem conhecido.

Em contraste com a tepidez pública e a hostilidade encoberta da atitude relativa a Allende, a posição de Washington diante de Pinochet era fria em público e quente em particular. O general não tivera um relacionamento estreito com a embaixada americana em Santiago. Afinal, até 48 horas antes da ação militar, ele não fazia parte do golpe; embora ninguém conhecesse ao certo sua verdadeira posição, em público ele era leal ao governo Allende. Na melhor das hipóteses, os Estados Unidos haviam encarado Pinochet como um aliado potencialmente desinteressado. Ele ainda tinha muito terreno a recuperar.

Em 12 de setembro de 1973, menos de 24 horas depois do golpe, Pinochet teve um encontro secreto com o adido militar dos Estados Unidos, o coronel Carlos Urrutia. O general explicou os planos da Junta e falou sobre o reconhecimento diplomático oficial do seu regime. Um cabograma do embaixador Nathaniel Davis a respeito da conversa indicava que Pinochet "mostrou compreensão e estava à vontade quanto à questão do reconhecimento, dizendo por iniciativa própria que [os Estados Unidos] não deviam ser os primeiros a reconhecê-lo". Duas semanas depois, em 24 de setembro, Nixon concedeu o cobiçado reconhecimento diplomático.

Um cabograma secreto saído da Sala da Situação, na Casa Branca, datado de 13 de setembro, declarava: "O governo dos Estados Unidos deseja deixar clara sua vontade de cooperar com a Junta Militar e prestar-lhe assistência de qualquer maneira adequada. Nós recebemos bem a expressão do general Pinochet quanto ao desejo da Junta de fortalecer os laços entre Chile e Estados Unidos." O cabograma acrescentava que "inicialmente [seria] melhor evitar a identificação pública entre nós". O embaixador Davis também foi instruído a transmitir de imediato essa posição a Pinochet. Davis respondeu no dia seguinte com a notícia de que "Pinochet expressou seu mais sincero reconhecimento e disse que gostaria de manter-se em contato particular". Kissinger mentiu durante sua audiência de confirmação como secretário de Estado, em 27 de setembro, ao declarar que Washington tinha decidido "não dizer nada que indicasse apoio ou oposição" à Junta liderada pelo general Pinochet. Na verdade, os sinais que o governo norte-americano vinha emitindo não podiam ser mais claros.

Em 14 de setembro, a missão americana nas Nações Unidas recomendou a Washington que o governo militar chileno enviasse "sem demora um representante de estatura, presença e agilidade a Nova York", para se opor às crescentes críticas feitas à Junta pela violação dos direitos humanos. O

embaixador Davis fez lobby em Santiago para que se enviasse uma delegação de políticos democratas cristãos às capitais estrangeiras com o objetivo de defender a Junta, ideia que se materializou mais tarde com financiamentos da CIA.

Colaboradores da CIA estiveram diretamente envolvidos na preparação do *Livro branco da mudança do governo no Chile*, folheto de propaganda publicado pela Junta para justificar o golpe que foi distribuído em Washington e outras capitais estrangeiras. Antes do golpe, a CIA preparou "listas de prisão" de líderes civis importantes e "outros dados operacionais". Embora o relatório do Senado dos Estados Unidos, "Ação secreta no Chile", afirme que essa informação não foi transmitida aos militares chilenos, parece difícil acreditar que "planos de contingência" tão concretos tenham permanecido restritos ao escritório da CIA no Chile.

Nos dias seguintes ao golpe, a Força Aérea chilena pediu aos Estados Unidos o fornecimento urgente de mil sinalizadores "para fins de iluminação em operações militares contra grupos extremistas". Solicitaram outros equipamentos militares, o que foi recomendado para a aprovação pelo embaixador Davis, como sinal de apoio à Junta. O pedido seguinte, de um "conselheiro [norte-americano] para um centro de detenção", foi rejeitado pelo embaixador, alegando que poderia criar "problemas políticos".

Uma reunião vespertina sobre o Chile, realizada na Sala da Situação da Casa Branca em 20 de setembro de 1973, presidida por Kissinger – e com a presença do secretário do Tesouro William Simon, do membro do Conselho de Segurança Nacional Brent Scowcroft e de funcionários da CIA, do Pentágono, do Estado-Maior Conjunto, do Escritório de Administração e Orçamento e do Departamento de Estado – deu sinal verde ao governo militar. Além de concordar com o reconhecimento formal do regime, o grupo de alto escalão também decidiu fornecer suprimentos médicos e alimentares, e, o que é mais importante, autorizar o embaixador Davis a discutir com Pinochet "as necessidades de médio e longo prazo do Chile". O "bloqueio invisível" foi suspenso; assistência militar e econômica abundante começou a fluir para o país.

Nessa época, a mídia, membros do Congresso e porta-vozes de ONGs americanos denunciavam a existência de campos de extermínio no Chile. Em 1º de outubro de 1973, Kissinger, então secretário de Estado, respondeu às preocupações do subsecretário adjunto Jack Kubish, de que os Estados Unidos pareciam próximos demais de Pinochet e de sua linha de *realpolitik*: "Acho que devemos compreender nossa política: por mais que eles ajam de forma desagradável, o governo [Pinochet] é melhor que o de Allende. Por isso, não devemos apoiar ações contra eles somente para nos dissociarmos na aparência."

Para frustração de Kissinger, porém, o Congresso dos Estados Unidos,

liderado pelo senador Edward Kennedy, logo começou a se mobilizar no sentido de cortar a venda de armas e a assistência militar a Pinochet. Numa reunião realizada em 3 de dezembro de 1974, Kissinger discordou das críticas a Pinochet feitas por seu secretário assistente de negócios interamericanos, William D. Rogers, perguntando: “Eu gostaria de saber se o problema dos direitos humanos no Chile é pior do que em outros países da América Latina, ou se o crime principal deles foi ter substituído Allende; e se, tendo se livrado de um governo antiamericano, as pessoas agora são penalizadas. A situação é pior do que em outros países da América Latina?”

“É”, respondeu secamente o secretário assistente Rogers.

Kissinger tentou uma abordagem diferente. “O pior crime desse governo [Pinochet] é ser pró-Estados Unidos”, declarou. “Este governo é pior que o de Allende? Os direitos humanos são mais gravemente ameaçados por este governo do que por Allende?”

“Bem, isso eu não posso dizer, senhor secretário”, objetou Rogers com cautela. “Em termos de liberdade de associação, Allende não fechou os partidos de oposição. Em termos de liberdade de imprensa, Allende não fechou todos os jornais.”

A política de Washington em relação a Pinochet, que de início consistia numa fria atitude pública mascarando uma recepção calorosa em particular, logo evoluiu para as relações abertamente amistosas. O apoio financeiro era indispensável para Pinochet, já que a situação doméstica do país não era sólida o bastante para atrair o capital estrangeiro. Entre 1974 e 1976, as administrações Nixon e Ford endossaram a renegociação da dívida externa do Chile no Clube de Paris (o grupo não oficial de nações credoras que lida com questões de dívidas e países em dívida).

A ajuda econômica total dos Estados Unidos no período alcançou os 183,6 milhões de dólares, em contraste com os 19,8 milhões que Allende recebeu. Os créditos e outros empréstimos do Export-Import Bank, excluída a quantia precedente, alcançaram 141,8 milhões de dólares durante aqueles anos, em comparação com 4,7 milhões do período Allende. O governo Pinochet recebeu 66,5 milhões de dólares em créditos do Banco Mundial durante os três primeiros anos, ao passo que o governo Allende não recebeu crédito algum dessa instituição, e 237,8 milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em contraste com os 11,6 milhões emprestados durante o período Allende.

Para reforçar ainda mais os laços com os Estados Unidos, o regime Pinochet assinou, durante a segunda metade de 1974, acordos com companhias americanas que haviam sido expropriadas pelo governo Allende. Anaconda,

Kennecott e mesmo a ITT receberiam indenizações.

A política externa chilena se alinhou com a dos Estados Unidos. Uma das poucas controvérsias entre Santiago e Washington nesse período eclodiu quando, na Assembleia-Geral das Nações Unidas, o Chile votou a favor da minuta de uma resolução declarando que o sionismo era uma forma de racismo. O Departamento de Estado enviou uma nota a Pinochet expressando sua profunda decepção com o voto chileno, que, segundo um diplomata americano, "retribuía uma promessa árabe de não promover acusações contra o Chile na questão dos direitos humanos". Poucos dias depois, o general Pinochet anunciou que o Chile mudaria seu voto, já que não refletia seu pensamento sobre a questão.

O presidente Ford estava em exercício havia apenas seis semanas quando a CIA admitiu ter liderado uma campanha secreta contra Allende de 1970 a 1973 – revelação que desencadeou uma tempestade na mídia.

Em maio de 1976, refletindo a preocupação crescente do Congresso, o presidente Ford enviou ao Chile o secretário do Tesouro William Simon para explicar a Pinochet que a assistência econômica a seu país não poderia prosseguir caso ele não afrouxasse as "restrições aos direitos humanos". Simon declarou que Pinochet lhe dera garantias de que acataria a recomendação, e que, portanto, "seria injusto impor limitações à ajuda norte-americana enquanto os problemas eram corrigidos". Em outubro de 1976, o Congresso dos Estados Unidos finalmente suspendeu a venda de armas ao governo Pinochet e limitou a ajuda econômica a 27,5 milhões de dólares. Nessa época, contudo, era muito mais fácil para o Chile obter empréstimos privados nos mercados financeiros mundiais.

EM 13 DE JULHO DE 2001, enquanto eu servia como vice-ministro das Relações Exteriores do Chile, Joyce Horman me solicitou uma audiência em Santiago. Eu a concedi imediatamente. Joyce, que mais tarde tornou-se minha amiga íntima em Nova York, era viúva de um cidadão americano, Charles Horman, que fora preso e assassinado nos dias seguintes ao golpe. O filme vencedor do Oscar, *Desaparecido*, estrelado por Sissy Spacek como Joyce e Jack Lemmon como o pai de Charles, Edmund, lhe dera celebridade.

Havia pouco eu recebera caixas com milhares de documentos do governo americano relativos às políticas e ações dos Estados Unidos no Chile entre 1970 e 1990, liberados ao acesso público pela administração de Bill Clinton. A maioria dos documentos tinha o carimbo "Altamente Secreto", "Secreto", "Só para Leitura". (Os arquivos se tornaram públicos simultaneamente em Washington e Santiago, no contexto da prisão de Pinochet em Londres, em

grande parte graças à determinação de um grupo de pesquisadores de arquivos de segurança nacional dirigidos por Peter Kornbluh, na Universidade George Washington. Usei muitos desses documentos para escrever este livro.)

Joyce foi ao meu gabinete acompanhada por seu amigo Terry Simon, numa manhã clara e ensolarada de um dia de inverno. Ela queria saber se algum dos 24 mil documentos trazia qualquer informação nova sobre o desaparecimento de seu jovem marido; e, caso contivesse, se a informação estaria à disposição dos tribunais chilenos a fim de que os envolvidos pudessem ser processados.

No Ministério das Relações Exteriores, o diretor de direitos humanos tinha a tarefa de analisar as caixas de documentos com uma equipe de diplomatas anglófonos de confiança. Eu era informado quase todos os dias sobre o progresso das pesquisas, e às vezes me surpreendia com o que era revelado.

Em 17 de setembro de 1973, poucos dias depois do golpe, vizinhos dos Horman tinham visto Charles ser levado por uma patrulha militar que também confiscou caixas cheias de livros, filmes e outros objetos. O regime Pinochet apareceu com uma história ridícula de que extremistas de esquerda, fingindo ser do Exército, tinham sequestrado e assassinado Horman para desmoralizar o governo militar. No começo, o governo americano deu crédito ao relato fantástico da Junta. Mas, em outubro de 1973, mesmo depois que um ex-detento passou informações fidedignas para os funcionários da embaixada americana em Santiago sobre a provável morte de Horman no campo de prisioneiros do Estádio Nacional, o embaixador Nathaniel Davis e o cônsul afirmaram que tinham notícias sugerindo que Horman estava “vivo e passava bem”. Provavelmente estava escondido ou a caminho de seu país por alguma “rota clandestina de fuga”.

O pai de Charles, Ed Horman, chegara de Nova York em 5 de outubro, para juntar-se a Joyce nas buscas em hospitais, necrotérios, embaixadas estrangeiras e centros de detenção conhecidos. O embaixador americano recusou-se a acompanhá-los em naquela procura desesperada. Em 18 de outubro, depois que Ed e Joyce Horman receberam de funcionários da embaixada a notícia de que Charles devia estar “vivo e passava bem”, o embaixador Davis relatou que o corpo antes não identificado de Charles Horman fora entregue ao necrotério em 18 de setembro e sepultado no Cemitério Geral de Santiago, em 3 de outubro. A causa da morte era “ferimento a bala”.

Logo em seguida, Ed e Joyce voltaram a Nova York, perturbados e aborrecidos com o fato de e embaixada lançar dúvidas sobre o desaparecimento forçado de Charles e encobrir as circunstâncias envolvendo sua morte. E havia mais. Quando eu estava preparando este livro, tive o privilégio, graças a Joyce Horman, de ler as anotações particulares e a correspondência de Ed Horman

durante sua busca do filho desaparecido e seus esforços infrutíferos para fazer justiça pelo assassinato de Charles, depois da confirmação por parte das autoridades militares chilenas. Das volumosas anotações manuscritas e dos documentos emerge um quadro de um homem que registrou todas as conversas, todos os detalhes de papéis e declarações oficiais que pudessem aproximá-lo da verdade e da justiça.

Entre os documentos do arquivo de Ed Horman há um cabograma censuradíssimo do Departamento de Estado, datado de 25 de agosto de 1976, liberado ao acesso público em função de uma ação judicial impetrada pela família, em 1982, contra funcionários americanos.

Dezessete anos mais tarde, em outubro de 1999, durante o processo de liberação de documentos pelo governo Clinton, o material foi divulgado na íntegra, revelando que a "inteligência norte-americana pode ter desempenhado um papel nocivo na morte de Horman. Na melhor das hipóteses, ela se limitou a fornecer ou comprovar informação que levou a seu assassinato pelo governo do Chile. Na pior, ela estava consciente de que o governo do Chile via Horman como uma pessoa muito perigosa, e que os funcionários americanos nada fizeram para desencorajar o resultado lógico da paranoia do governo chileno".

O relatório prosseguia confirmando que Rafael González foi o oficial do serviço de informações do Chile que atuou como elemento de ligação com a embaixada dos Estados Unidos no caso Horman. Trata-se do mesmo Rafael González que, em 8 de junho, disse à *CBS News* e ao *Washington Post* que Horman fora executado depois de ser interrogado pelo serviço de informações do Exército chileno porque "sabia demais".

Eu garanti a Joyce que qualquer coisa nova que pudesse servir à Justiça seria enviada aos tribunais chilenos. De fato, disse-lhe que nós já havíamos transmitido oficialmente à Suprema Corte o primeiro grupo de documentos traduzidos. Trocamos ideias sobre a possibilidade de designarem um juiz especial para avaliar o caso (explicamos que o governo não tinha essa autoridade) e a hipotética participação do Conselho de Defesa do Estado chileno no caso. No dia seguinte, o presidente Ricardo Lagos recebeu Joyce no Palácio de La Moneda para uma conversa franca e emocionada.

Fiquei afrontado, mas não surpreso, ao descobrir o quanto a embaixada dos Estados Unidos em Santiago fora inútil para os dissidentes perseguidos. Em contraste, naqueles mesmos dias, o embaixador da Suécia, Harald Edelstam, transformou-se numa espécie de herói popular no Chile depois de resgatar pessoalmente dezenas de prisioneiros das mãos das forças militares, o que levou a Junta a declará-lo *persona non grata*, no começo de dezembro de 1973.

Testemunhei em primeira mão a indiferença da embaixada dos Estados

Unidos diante das violações dos direitos humanos no regime de Pinochet. Algum tempo depois do golpe, minha prima Judith Troncoso Valenzuela foi presa em Puerto Montt, onde trabalhava como nutricionista num hospital. Ninguém parecia saber quem a prendera e para onde havia sido levada; o desaparecimento definitivo era uma possibilidade real naqueles dias.

Pamela telefonou para a embaixada. Identificou-se como cidadã americana casada com um chileno, deu meu nome e explicou a situação em termos gerais. Poucos dias mais tarde, fui contatado, no Departamento de Ciência Política da Universidade Católica, onde era estudante de pós-graduação, por alguém da missão dos Estados Unidos, que me disse para ir à noite à casa de um diplomata americano cujo nome, se um dia já soube, há muito esqueci. “Vá sozinho”, avisaram.

O diplomata morava na rua Pedro de Valdivia Norte, perto do monte San Cristóbal. Foi um encontro breve. Embora se mostrasse solidário com a situação de minha prima, ele me advertiu que a missão estrangeira era limitada em suas possibilidades de interferência. “Não nos telefone novamente”, falou.

Alguns dias depois, um amigo que tinhas boas relações na embaixada francesa me arranjou uma entrevista com o vice-cônsul. Este me recebeu na mansão em antigo estilo francês, distinto da embaixada na rua Condell, no distrito afluente de Providencia. O diplomata me escutou com atenção e tomou nota. Enquanto falávamos, lembrei que os ancestrais de Pinochet vinham de Saint Malo, na França.

“Temos alguns contatos com o governo Pinochet”, disse-me ele. “Faremos nossos melhores esforços.” Pouco depois, minha prima foi libertada de um campo de detenção da Força Aérea fora de Puerto Montt. Nunca foi acusada de crime algum e jamais recebeu qualquer pedido de desculpas ou explicação. Judith não falou sobre o período que passou na prisão, exceto para nos contar que um dia seus captores lhe disseram que ela seria libertada porque muitas pessoas em Santiago, inclusive uma embaixada estrangeira, estavam perguntando por ela. Eu nunca descobri qual era a embaixada, mas tenho um bom palpite.

PINOCHET VIA A SI MESMO como algo mais que um forte aliado dos Estados Unidos; ele se imaginava um grande cruzado anticomunista global. Os sinais positivos que recebeu de Washington incentivaram-no a ultrapassar os limites, levando sua campanha antiterrorista para o exterior, mais especificamente para as ruas de Washington. Pinochet trabalhava em colaboração estreita com outras ditaduras anticomunistas que governavam a América Latina em meados da

década de 1970. Muitas vezes oficiais brasileiros foram vistos no centro de detenção do Estádio Nacional, aconselhando suas contrapartes chilenas sobre técnicas de tortura e interrogando seus compatriotas. Em 16 de outubro de 1973, um grupo de presos brasileiros que estavam no Estádio Nacional de Santiago reconheceu entre os policiais um compatriota, Alfredo Poeck, rematado torturador.

Tive conhecimento direto do alcance internacional da perseguição e da repressão de Pinochet. Um dia, meu querido primo Francisco "Pancho" Sepúlveda, que eu não via desde o golpe, me disse, o rosto deformado pela indignação: "Eles prenderam Robby 'Pelao' Robothan e mataram o primo dele, Jaime." Os Robothan eram uma família unida de classe média, com seus sonhos habituais de ascensão econômica e educação melhor para os filhos felizes e inteligentes. Robby fora nosso colega de turma no ensino médio, no Liceo de Applicación. O golpe transformou o sonho dos Robothan em pesadelo. Jaime tinha estudado sociologia na Universidade do Chile, da qual fora expulso por atividades socialistas. Ele tinha 23 anos quando, na véspera do ano-novo, ele e um amigo foram presos pela Dina numa rua de Santiago, no distrito de Ñuñoa, perto de sua casa.

Brutalmente espancado e submetido a tortura com choques elétricos na casa de detenção secreta de Villa Grimaldi, perto dos contrafortes dos Andes, Jaime tornou-se parte de uma vergonhosa operação de informação orquestrada pelas polícias secretas de Chile, Argentina e Brasil para encobrir as atividades assassinas da Dina.

Em julho de 1975, a imprensa chilena publicou uma lista de 119 chilenos, todos os quais tinham sido vistos sob custódia da Dina, mas supostamente mortos na Argentina, "em confrontos armados entre extremistas". A lista fora reproduzida a partir de duas publicações obscuras da Argentina e do Brasil que em seguida pararam de circular. Então, em 24 de julho de 1977, a primeira página do diário chileno *La Segunda* estampou uma manchete sombria: "Homens do MIR exterminados como ratos." A história era que haviam encontrado dois corpos carbonizados e crivados de balas dentro de um carro ao norte de Buenos Aires. Um bilhete preso aos corpos dizia: "Executados pelo MIR." Um dos corpos foi identificado como de Jaime Robothan. A imprensa pró-Pinochet apresentou a história como uma prova definitiva de que muitos dos indivíduos descritos como "desaparecidos" na realidade tinham deixado o país clandestinamente.

Porém, parentes das vítimas que viajaram para a Argentina a fim de identificar os corpos descobriram que não eram de seus entes queridos, e que os documentos encontrados nas roupas eram falsos. No caso de Jaime, a foto de

identidade era de uma época anterior aos seus dias no ensino médio; a mãe de Jaime tinha entregado a foto a um policial das Investigaciones, que afirmou estar pesquisando o desaparecimento de seu filho. Os Robothan foram arrastados para uma trama de desinformação da Dina, que acabou conhecida como “Operação Colombo”, o primeiro exemplo de internacionalização da repressão praticada pela polícia secreta de Pinochet.

Era natural que as ditaduras sul-americanas quisessem reunir esforços para combater seus inimigos de esquerda. No final de novembro de 1975, Pinochet convidou os chefes dos serviços de informação de Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia para irem ao Chile a fim de traçarem um plano novo e ambicioso: trabalharem juntos em operações transnacionais destinadas a eliminar seus inimigos. O plano foi chamado de Operação Condor, em homenagem ao pássaro nacional chileno. Uma premissa tácita da operação era que ela não poderia contar com o apoio do líder do bloco anticomunista, os Estados Unidos.

John Dinges, jornalista americano e amigo meu de muitos anos, pesquisou a Operação Condor em documentos oficiais de seu país liberados para consulta pública, na correspondência secreta da Dina e em um precioso esconderijo de arquivos da policia secreta paraguaia, descoberto por acaso em 1992. Ele concluiu que os alvos da operação não eram apenas “terroristas”, mas qualquer dissidente em qualquer parte do mundo que fosse percebido como ameaça política.

Os regimes não eram meramente paranoicos. O golpe de 11 de setembro reafirmara a crença, entre os progressistas da América Latina (e outros lugares), de que a via pacífica para o socialismo não era possível, e que se impunham ações de solidariedade além das fronteiras. Em agosto de 1973, quatro organizações radicais de esquerda do Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia tinham fundado a Junta de Coordenação Revolucionária. Depois do golpe, a organização revolucionária transnacional intensificou suas ações, em particular na Argentina. Esses grupos tornaram-se alvos prioritários da Operação Condor – que, no entanto, também lançou sua rede de forma muito mais ampla em termos de geografia e de alvos.

Quando os chefes dos serviços de informação se reuniram em Santiago, em 1975, Pinochet presidiu a sessão de abertura. Depois de saudar os participantes, cedeu a tribuna ao coronel Manuel Contreras, da Dina, que delineou a proposta do encontro. “A subversão não reconhece mais as fronteiras nacionais”, disse ele. “Ela passou a ser coordenada internacionalmente.” Embora as agências de segurança já tivessem se reunido – da última vez em Buenos Aires, no começo de 1974 – e trabalhado juntas para realizar algumas prisões, sequestrar e dar sumiço a um punhado de líderes de esquerda, elas podiam fazer muito mais. A

proposta de Contreras – baseada num documento de trabalho e numa agenda, ambos detalhados e datados de 29 de outubro de 1975, distribuídos a cada um dos participantes (e cujas fotocópias eu li) – definia um processo em três etapas: primeiro, estabelecer no Chile um Centro de Coordenação que seria o órgão centralizador da informação, apoiado em tecnologia de ponta; segundo, empreender atividades operacionais no interior dos seis países membros, as quais seriam inteiramente secretas e não admitidas, sem delas se manter registro; terceiro, estender as operações – em particular assassinatos – para além das fronteiras da América do Sul. O palco da Operação Condor seria o mundo todo.

A proposta do coronel Contreras foi aprovada pelos outros cinco chefes dos serviços de informação, e assinou-se um documento oficial, comprometendo-se cada signatário com sua participação no plano. O Brasil esteve presente como observador e juntou-se oficialmente ao consórcio em 1976. A CIA descobriu a Operação Condor menos de dois meses depois de sua criação. A pesquisa de Dinges sugere, de modo bem convincente, que o governo dos Estados Unidos tinha conhecimento detalhado dos planos de assassinato da Operação Condor muito antes de Orlando Letelier ser morto, em 21 de setembro de 1976; e que Kissinger havia feito alguns esforços para deter os projetos dos conspiradores – esforços que foram suspensos, de forma estranha, na véspera da morte do ex-ministro.

Até o assassinato de Letelier, Contreras e Pinochet estavam satisfeitos com o apoio oficial dos Estados Unidos. O coronel Contreras viajara para os Estados Unidos a fim de se encontrar com o vice-diretor-geral da CIA, Vernon Walters, em março de 1974. Depois disso, a agência cedeu instrutores para a polícia secreta da Dina. Documentos da central de inteligência americana mostram que Contreras recebeu uma remuneração regular da agência, embora a CIA decidisse posteriormente, em função dos assustadores registros de violação dos direitos humanos da Dina, que Contreras não devia figurar em sua folha de pagamentos.

Walters e Contreras se encontraram mais uma vez em Washington, em janeiro de 1975, quatro meses depois que a Dina assassinou o general Carlos Prats na Argentina. Em agosto de 1975, Contreras foi a Washington para um terceiro encontro com Walters. Dessa vez ele também se reuniu com membros do Congresso americano. Pinochet tinha arranjado pessoalmente essa visita para o chefe da Dina explicar a posição do Chile “sobre a questão dos direitos humanos” a funcionários de alto escalão em Washington. Era inacreditável: o chefe executivo da máquina de repressão mais sangrenta da América do Sul viajou para Washington com o objetivo de justificar a política de direitos humanos de Pinochet. Apesar da avaliação da CIA, que considerava “contraproducente” a visita de Contreras, Vernon Walters lhe deu boas-vindas

com um almoço formal no quartel-general da agência em Lengley.

Espião experiente, o general Walters desempenhou a fórmula do “bom policial, mau policial” com Pinochet. Feitas as contas, porém, ele foi um dos mais próximos e mais confiáveis amigos do regime, encarando qualquer favor que fizesse a Pinochet como um investimento acertado num aliado anticomunista.

Manuel Contreras, que gostava de ser chamado de “Condor Um”, montou uma equipe para levar a cabo as operações internacionais da Dina, contando, entre outros, com o coronel Pedro Espinoza, encarregado de operações; coronel Raúl Iturriaga, chefe do departamento externo; Michael Townley, agente nascido em Iowa que se mudou para o Chile ainda menino, quando o pai foi encarregado da divisão chilena da Ford Motors; e o capitão Armando Fernández Larios. Enquanto a Operação Condor estava ativa, o Chile virou um porto seguro para terroristas de direita. Os cubanos que participaram do assassinato de Orlando Letelier aí receberam treinamento em fabricação de bombas a controle remoto. As relações entre o regime Pinochet e o Movimento Nacionalista Cubano eram tão positivas que muitos cubanos fugitivos da Justiça americana foram para o Chile. Alguns deles, como Virgilio Paz, receberam até tratamento médico gratuito.

Uma mensagem em código que descobri em minha pesquisa, enviada da embaixada do Chile em Washington para o ministro das Relações Exteriores chileno em agosto de 1975, revela que um ex-general do Exército cubano, Oscar Pino, identificado como “presidente do Comitê Central do Governo da República de Cuba”, baseado na cidade de Nova York, recebera uma carta assinada pelo ministro das Relações Exteriores do Chile, almirante Patricio Carvajal, informando que ele seria recebido por Pinochet e por membros da Junta. Aparentemente, o senhor Pino já estivera no Chile para encontros com o pessoal de segurança.

Esses cubanos – muitos deles veteranos da malfadada invasão da baía dos Porcos, em 1961 – tornaram-se uma espécie de reserva para operações terroristas mundo afora. Os laços com os exilados cubanos ficaram tensos quando o governo militar chileno expulsou Rolando Otero, terrorista procurado pelas autoridades americanas, por um atentado a bomba cometido em solo dos Estados Unidos. Entretanto, as relações com os radicais cubanos tinham se atenuado na época da operação Letelier.

O líder neofascista italiano Stefano delle Chiaie – conhecido como Alfredo di Stefano ou Topogigio –, do grupo terrorista Avanguardia Nazionale, esteve no Chile a convite de Pinochet em maio de 1975. Ele estava acompanhado pelo comandante Junio Valerio Borghese, conhecido como “Príncipe Negro”, que fora

oficial da Marinha no regime de Mussolini e era o fundador de grupos terroristas de direita. A primeira colaboração de grupos terroristas italianos e cubanos com a Dina teve lugar em Roma.

Em 6 de outubro de 1975, o líder democrata cristão Bernard Leighton, que se opôs ao governo Allende mas era a favor de uma ampla coalizão de forças contra a ditadura, levou um tiro na cabeça numa rua perto do Vaticano. O projétil foi disparado de uma Beretta 9mm, empunhada por Pierluigi Concutelli ou Salvatore Falabella, dois homens da maior confiança de Delle Chiaie. A esposa de Leighton, Anita Fresno, também foi atingida. Por milagre, ambos sobreviveram. Townley, o exilado cubano Virgilio Paz e Delle Chiaie estavam em Roma poucos dias antes.

As relações estreitas de Pinochet com terroristas estrangeiros tornaram-se evidentes quando ele viajou para Madri com a esposa, os filhos, o coronel Contreras e um grande contingente de segurança, para comparecer ao funeral de Francisco Franco. O ditador espanhol morrera em 20 de novembro de 1975, e Pinochet havia decretado três dias de luto oficial, em homenagem ao *caudillo* que tanto admirava. Pinochet e seu séquito se registraram no Ritz, onde Contreras organizou uma breve reunião com um grupo de ultranacionalistas espanhóis e croatas, e também com um contingente de neofascistas liderados por Stefano delle Chiaie. Entre uma fotografia e outra, Delle Chiaie se apresentou ao ditador.

Pinochet lembrou-se imediatamente do encontro anterior. “Soube que o comandante Borghese faleceu. Sinto muitíssimo”, observou ele. Vicenzo Vinciguerra, um dos seguidores de Chiaie, testemunhou depois perante um juiz italiano que Pinochet, referindo-se ao malfadado assassinato de Leighton, havia dito que era muito ruim “o velho não querer morrer”. O chefe de imprensa de Pinochet, Federico Willoughby, concluiu tardiamente que aquele não era o tipo de encontro que pudesse se realizar em público, e logo interrompeu o diálogo. No entanto, o coronel Contreras aproveitou a oportunidade para presentear Delle Chiaie com um pagamento de cinco mil dólares por seu trabalho em Roma.

O representante do governo dos Estados Unidos no funeral de Franco foi o vice-presidente Nelson Rockefeller. Numa conversa que tive com o almirante Jonathan Howe, assessor de Rockefeller para assuntos de segurança nacional, ele se recordou que seu chefe ficou irritado com a presença de franquistas ruidosos do lado de fora no Valle de los Caídos, o cemitério militar da era da Guerra Civil que Franco mandara construir. Com a saída dos dignitários estrangeiros, após a cerimônia à beira do túmulo, os fascistas deram vivas a Pinochet, cumprimentando-o com a saudação nazista.

“Vamos logo embora daqui”, disse Rockefeller. E então apontou para

Pinochet. “Aquele homem é perigoso.” Ele estava certo.

Em Madri, o ditador chileno não foi bem tratado em lugar algum, não foi homenageado do modo como gostaria. Vários chefes de Estado advertiram que não participariam da missa *Te Deum* para Franco, em 27 de novembro, se Pinochet estivesse presente. Os espanhóis tomaram nota e recomendaram diplomaticamente que ele voltasse para casa. Pinochet ficou furioso, pois pretendia celebrar seus 60 anos de vida na Espanha, com a família. Ele voltou a Santiago em 24 de novembro, um dia antes do aniversário.

Pinochet e a Dina sentiram-se tão confiantes no seu relacionamento com Washington depois da visita de Kissinger ao Chile, em junho de 1976, que, duas semanas depois, a equipe de operações internacionais recebeu ordens de assassinar Orlando Letelier. Mais tarde, todos aqueles diretamente envolvidos no complô, de Contreras a Townley, apontaram o dedo para Pinochet, dizendo que ele ordenara ou pelo menos aprovara o assassinato do ex-ministro e embaixador.

Na manhã da terça-feira, 21 de setembro, Letelier dirigia pela Massachusets Avenue a caminho do trabalho no Instituto de Estudos Políticos. O Chevy Chevette acabara de entrar no Sheridan Circle quando uma bomba explodiu sob o carro. As pernas de Letelier foram arrancadas, e ele morreu na hora; Ronni Karpen Moffit, jovem colega do instituto, estava sentada no banco ao lado. Ela também morreu quando um estilhaço rompeu sua carótida e a traqueia. O marido dela, que viajava no banco de trás, sobreviveu com ferimentos menores. Controlada por rádio, a bomba fora colocada por Michael Townley e acionada por dois cubanos, Virgilio Paz e Dionisio Suárez. Armando Fernández Larios, capitão do Exército chileno, e Mónica Lagos, agente da Dina, ficaram encarregados da vigilância de Letelier nos dias anteriores ao assassinato.

Washington tinha recebido vários avisos sobre o plano. No início da operação, Townley e Fernández Larios viajaram ao Paraguai a fim de obter passaportes falsos e vistos para os Estados Unidos. O coronel Benito Guanes, diretor da agência de informações militar paraguaia, que estivera presente no encontro de fundação da Operação Condor em Santiago, emitiu os passaportes para pessoas com sobrenomes de Williams e Romeral. O chefe do protocolo paraguaio apresentou os passaportes ao consulado dos Estados Unidos, que carimbou os vistos. Mas, como ocorre com frequência no mundo dos serviços de informação, em que os favores devem ser retribuídos, uma fonte paraguaia informou o embaixador dos Estados Unidos, George Landau, sobre as verdadeiras identidades dos viajantes. Landau xerocou os documentos, as fotos e os vistos, e os enviou à CIA e ao Departamento de Estado. Quando se soube que os dois homens eram agentes clandestinos, o embaixador exigiu a anulação dos vistos.

Para despistar, dois agentes da Dina usando os mesmos sobrenomes de

William e Romeral obtiveram vistos americanos em Santiago, usando um conjunto diferente de passaportes falsos, agora chilenos, e compraram passagem de ida e volta a Nova York. Mais tarde, Townley e Fernández Larios recorreram ainda a outro conjunto de passaportes falsificados, dessa vez com os sobrenomes Petersen e Faúndez, para obter um novo par de vistos. Aí o estratagema funcionou.

Depois do assassinato de Letelier, o diretor da CIA, George H.W. Bush, recordou-se do incidente paraguaio e começou a ligar os pontos. Quando a investigação começou a apontar para Pinochet, Guillermo Osorio, o diplomata chileno que emitira os passaportes para a equipe da Dina, foi encontrado morto por ferimento a bala em sua casa, em Santiago, em outubro de 1977.

Aquele era um caso estranho, cujos contornos foram revelados numa conversa que tive com o filho de Osorio, Carlos. Guillermo Osorio, diplomata de carreira com inclinações conservadoras, era chefe do consulado no Ministério das Relações Exteriores na época do assassinato de Letelier; ele assinava com regularidade os passaportes que a polícia secreta requeria. Seus parentes sabiam que, como precaução, ele mantinha um caderno com os dados de todos os documentos que havia emitido para a Dina. Em 1977, quando o chefe do protocolo viajou a Washington para preparar a ida de Pinochet à cerimônia dos tratados do Canal do Panamá, Osorio foi abordado durante o coquetel por um grupo de agentes do FBI, que lhe mostraram cópias dos falsos passaportes emitidos para os agentes da Dina envolvidos no assassinato de Letelier. “A assinatura é sua?”, inquiriram os agentes do FBI. “Sim, é”, respondeu Osorio nervoso e surpreso com a situação embaraçosa.

Assim que voltou ao Chile, Guillermo Osorio contou o incidente ao ministro das Relações Exteriores, almirante Patricio Carvajal. “Suponho que você tenha negado tudo”, disse o almirante. “Bem, não, eu contei a verdade”, respondeu Osorio. Não muito depois, ele aparecia morto, oficialmente registrado como suicida. O caderno de apontamentos de Osorio desaparecera. Quando Carlos Osorio chegou à casa dos pais, foi recebido por cerca de dez policiais que impediam o acesso da família ao quarto do morto. Entre os presentes estava o general Carlos Forestier, amigo de Osorio, que afirmou: “Para a mídia, nós declaramos que a causa foi um ataque cardíaco.” De pé no jardim, olhando por uma janela, Carlos Osorio pôde ver o cadáver do pai jazendo entre duas camas. Mas quando a família finalmente foi autorizada a ver o corpo, ele havia sido colocado na cama, com a arma sobre o peito.

O pedido de autópsia foi negado, e uma investigação sumária concluiu que Osorio atirara em si mesmo com a mão direita – embora fosse exímio caçador e canhoto. A versão de suicídio não fez sentido para a família, já que Osorio estava

prestes a obter o grau de embaixador, auge de sua estimada carreira. Muitos anos mais tarde, depois que a democracia voltou ao Chile, duas das filhas de Osorio deram uma entrevista à revista *APSI* sobre o caso, com a intenção de reabri-lo. Mas sofreram ameaças anônimas de violência quando pensaram em levar o assunto adiante.

EU ESTAVA EM DENVER, NO COLORADO, quando Letelier foi assassinado; havia ingressado na Graduate School of International Studies (GSIS) da Universidade de Denver. John McCamant, da GSIS, fora professor visitante na Universidade Católica do Chile enquanto eu fazia pós-graduação, em 1974 e 1975; a exemplo de minha esposa, na época ele temia que eu fosse preso a qualquer momento, e instou-me a sair do país legalmente, enquanto podia, para fazer doutorado nos Estados Unidos. Quando McCamant me falou sobre os professores que lecionavam na Universidade de Denver, decidi tentar, e assim fiz exame para lá, bem como para outras universidades da Ivy Leage. Fui aceito e considerei seriamente a possibilidade de ir para Columbia, mas a GSIS me ofereceu uma bolsa de estudos mais compensadora. Não me arrependo de minha escolha.

Eu estava com saudades do Chile e profundamente abatido com a derrota histórica que tínhamos sofrido. Voltar aos Estados Unidos fora estranho e um pouco desconcertante. Um amigo porto-riquenho que vivia no interior do estado de Nova York, Mónico Soto, que agora trabalhava no serviço de admissões da Universidade do Estado de Nova York-Oswego, nos contou sobre um estranho incidente que me envolvia. Soto e eu tínhamos sido opositores ativos à Guerra do Vietnã quando éramos estudantes da Suny-Oswego, onde eu havia organizado a União do Estudante Latino.

Não muito depois do golpe que derrubou Allende, dois agentes do FBI apareceram no escritório de admissões, interrompendo uma reunião de estudantes, para perguntar a meu respeito. Soto levou-os para uma sala reservada, onde eles mostraram suas identificações. No ritmo acelerado de um interrogatório, os agentes do FBI fizeram milhares de perguntas. Onde está Heraldo Muñoz agora? De que tipo de atividade ele participou? Com que tipo de organização estava envolvido? Quem eram seus amigos em Oswego? Quem eram seus amigos no Chile?

Soto admitiu que me conhecia bem, embora não me encontrasse desde que eu me formara e voltara para o Chile. Os agentes do FBI disseram ao meu amigo que tinham encontrado o nome dele na caderneta de endereços de “um suspeito” no Chile, que aparentemente o obtivera de mim. Esse suspeito tinha contatos com um grupo que planejava assassinar um funcionário do governo militar

chileno. Os agentes identificaram o suspeito e perguntaram a meu amigo se o conhecia. Quando Soto disse que não, eles indagaram por que eu teria dado seu nome para aquela pessoa. A essa altura, Soto já havia aturado o bastante. Perguntou aos agentes do FBI se tinham um mandado de prisão ou se ele devia consultar um advogado. Os agentes disseram não ter mandado, e então meu amigo deu a entrevista por encerrada.

"Se não cooperar, vai dar má impressão", advertiu um dos agentes.

Mesmo assim, Soto se recusou a responder a outras perguntas sem a presença de um advogado. Nem ele nem eu jamais ouvimos falar novamente dessa absurda investigação do FBI.

Decidi usar a maior parte do meu tempo nos Estados Unidos ativando meus contatos com outros exilados chilenos. Uma organização democrática surgira no exterior, apenas algumas semanas após o golpe. A primeira conferência de solidariedade chilena, com a presença de ex-senadores e ex-líderes que se encontravam fora do Chile na época do golpe, teve lugar em Helsinki, onde se formou uma comissão para investigar os crimes da Junta, com a participação de intelectuais e juristas mundialmente famosos. Os líderes exilados criaram escritórios conjuntos de solidariedade nas principais capitais do mundo, sob o nome de Chile Democrático.

Em Denver, não havia traços de qualquer organização de solidariedade. As únicas entidades ativas eram o American Friends Service Committee (dos quacres) e a Anistia Internacional, com as quais trabalhei para libertar chilenos presos e levá-los aos Estados Unidos, usando as poucas centenas de vistos que Kissinger fora obrigado a liberar por pressão das ONGs e de congressistas americanos.

Nos meus primeiros dias na GSIS, encontrei um ex-cidadão tcheco que viria a ter grande influência sobre mim. Todo aluno ou aluna de doutorado é subordinado a um conselheiro para definir o curso de seu trabalho. O meu foi Joseph Korbel, pai de Madeleine K. Albright. Korbel, decano da GSIS. Depois que os nazistas assumiram o poder, ele fugiu para Londres, onde se tornou assessor de Eduardo Benes, o presidente tcheco no exílio. Voltou à Tchecoslováquia depois da guerra e foi nomeado embaixador na Iugoslávia, em 1945. Mais tarde representou seu país em uma Comissão das Nações Unidas dedicada ao exame do conflito entre Índia e Paquistão sobre a Caxemira. Mas, quando o Partido Comunista deu um golpe, em 1948, Korbel e sua família – incluindo Madeleine, que nascera naquele país, em 1937 – fugiram para os Estados Unidos. Korbel se instalou em Denver, onde decidiu construir uma escola de relações internacionais que competisse com o que havia de melhor no país.

Eu estava familiarizado com parte da história de Korbel e com seus livros sobre política externa da Europa oriental e soviética. Como acabara de deixar para trás uma ditadura anticomunista no Chile, não me senti à vontade de ficar sob sua orientação. Nós não falamos a respeito do passado nem de nossas crenças no primeiro encontro, somente sobre as exigências do departamento e meus interesses acadêmicos.

Estava claro que havia certo nível de desconfiança recíproca entre nós. Porém, ao longo das muitas conversas que se seguiram, Korbel e eu desenvolvemos uma simpatia natural que se tornou amizade. Embora eu não tivesse feito nenhum de seus cursos, acabei passando mais tempo em sua sala, falando de política, do que a maioria de seus alunos de estudos soviéticos. Quando ele me perguntou sobre o Partido Socialista chileno e sobre o presidente marxista Salvador Allende, eu expliquei que, embora Allende tivesse se autodesignado marxista, a maior parte da sua carreira política transcorrera no Congresso, onde fora líder no Senado; e que havia se candidatado em três eleições presidenciais antes de ser finalmente eleito, em 1970. Expliquei que o Partido Socialista chileno tinha surgido nos anos 1930, como forte rival do Partido Comunista, e que rejeitava a submissão inabalável dos comunistas a Moscou.

Korbel ficou surpreso ao saber que, durante a Segunda Guerra Mundial, o então senador Allende e os socialistas tinham defendido com vigor a causa Aliada, ao contrário dos comunistas chilenos, que assumiram posição de neutralidade, influenciados pelo Pacto de Não Agressão germano-soviético, de 1939; e que Allende chegou a promover um encontro com o enviado especial dos Estados Unidos, Nelson Rockefeller, durante sua visita a Santiago, em 1942, para discutirem esforços conjuntos no sentido de pressionar o governo chileno a romper relações diplomáticas com as potências do Eixo. Embora os socialistas olhassem os marxistas como uma fonte ideológica importante, nós também éramos influenciados pelo pensamento nacionalista latino-americano do líder peruano Juan Carlos Mariátegui e por uma miríade de outros filósofos progressistas e líderes políticos, de José Martí a Antonio Gramsci. “Então, afinal, você é exatamente como eu”, concluiu Korbel um dia. “Você é um social-democrata.”

Com o tempo, passei a concordar com ele. Korbel era uma pessoa fascinante. Homem de cultura, possuía um senso de humor incisivo que divertia seus amigos. A aluna predileta de Korbel era minha colega de classe e também se tornou uma boa amiga. Seu nome era Condoleezza Rice.

Condi, como a chamávamos, uma das melhores alunas de Korbel, estudava com seriedade a história e a língua russas, e era brilhante no conhecimento de assuntos soviéticos contemporâneos. Ela frequentava algumas das atividades

acadêmicas e políticas de solidariedade ao Chile que eu organizava na universidade. Recordo em particular de uma longa conversa que tivemos no saguão da faculdade, na GSIS, em que ela me pediu detalhes sobre as causas do colapso da democracia e da situação então corrente no Chile. Nunca me ocorreu que minha explanação entusiástica pudesse ter influência sobre a futura secretária de Estado. Nossos caminhos se cruzaram outras vezes nos anos seguintes, ao servirmos nossos respectivos países em vários postos da política externa.

Aos poucos, fiz contato com amigos e companheiros socialistas em outras cidades americanas e europeias. Denver tornou-se parada obrigatória nas viagens de chilenos exilados importantes, como Laura Allende, ex-senadora e irmã do presidente Allende, que ficou no nosso apartamento em Denver e deu aulas na GSIS. Os cantores populares Angel e Isabel Parra também estiveram em Denver. Com o crescimento da comunidade chilena, graças à chegada de ex-prisioneiros políticos, fomos capazes de organizar eventos maiores, como récitas de grupos musicais chilenos, entre eles o Inti-Illimani e o Quilapayún. Enviamos o dinheiro que coletávamos para o México, onde o Partido Socialista tinha uma base forte, ou, quando dispúnhamos de um correio seguro, diretamente para o Chile, onde era usado para atividades clandestinas de resistência.

A Anistia Internacional e os quacres nos ajudaram a encontrar casa e trabalho para os prisioneiros políticos que chegaram a Denver e a Boulder no começo de 1976. A maioria vinha de prisões no norte do Chile, de Antofagasta ou Calama, a cidade do cobre. Um deles viera da região lacustre no sul do Chile. Renato Invernizze fora sentenciado à morte por um tribunal de guerra, mas foi salvo, confidenciou-me anos depois, porque era filho ilegítimo do mais poderoso homem de negócios da região. Outro refugiado a chegar foi Enrique Guerra, ex-líder sindical de uma fábrica de farinha. Simpatizante de Allende, embora não fosse membro do partido, ele tinha sido poupado do destino de seus companheiros de prisão, que foram tirados das celas e assassinados, uma noite, pela Caravana da Morte, comandada pelo general Arellano. Enrique, homem de origem humilde e educação formal limitada, era inteligente e forte. A cada 19 de outubro, ele tirava o dia de folga no supermercado onde trabalhava em Denver e derramava algumas lágrimas silenciosas por seus companheiros presos que desapareceram naquela noite de 1973.

Nós nos tornamos grandes amigos desses exilados. A maioria nunca estivera no exterior e ia diretamente da cadeia para uma terra estranha. À diferença dos refugiados vietnamitas, que chegaram aos Estados Unidos mais ou menos na mesma época, os chilenos não receberam qualquer ajuda estadual ou federal – nada de curso de língua, habitação, tíquetes de alimentação ou empregos

garantidos. No começo, os chilenos foram apoiados pela boa vontade de americanos como os quacres. De resto, tiveram de lutar por si mesmos, o que fizeram muito bem. Depois de um tempo, muitos deles pouparam dinheiro suficiente para comprar casas próprias e mandar os filhos para a universidade.

Praticamente todos os exilados chilenos que tiveram permissão de entrar nos Estados Unidos eram socialistas. A maioria acabou em Miami, Chicago e Nova York, embora alguns poucos tenham ido para o norte do Texas. Numa conferência nacional em Chicago, fui eleito membro da troika que coordenava os socialistas chilenos nos Estados Unidos. Em Denver, organizamos um Partido Socialista local e reunimos um time de jogadores de futebol para a liga amadora do Colorado, da qual nos tornamos vice-campeões. Para promover nossa causa, formamos um grupo musical dirigido por José Cornejo, chileno que estudava numa universidade em Denver. Eu me dispus a aprender a tocar *quena*, flauta de madeira pré-colombiana, e o *charango*, pequeno instrumento semelhante ao bandolim, com um conjunto de cinco cordas duplas, característico da música andina. Pamela suportou estoicamente meu processo de aprendizado musical, em nome da democracia.

Um dia, estávamos jogando uma pelada de treinamento para o campeonato estadual do Colorado, e um dos poucos chilenos que não eram do nosso time entrou correndo no campo da Universidade de Denver, gritando: “Mataram Letelier, mataram Letelier!” Paramos o treino e nos reunimos na lateral do campo. Um dos jogadores chilenos disse: “Foi Pinochet e a Dina. Não pode ter sido outra coisa.” Todos nós concordamos, enquanto um sentimento de raiva e profunda tristeza se abatia sobre nós.

Fiquei particularmente chocado e deprimido, pois tinha programado ir para Washington dentro de poucos dias a fim de começar a escrever minha tese de doutorado e trabalhar com Letelier. Eu ganhara uma bolsa da Resources for the Future para financiar minha estada na capital e devia ocupar o posto de pesquisador visitante na Brookings Institution, o mais importante instituto de pesquisas econômicas e de política externa dos Estados Unidos. A Brookings ficava a poucos quarteirões do Instituto de Estudos Políticos, onde Letelier trabalhava – ironicamente, bem em frente à embaixada do Chile, do outro lado da rua. Que sentido fazia ir a Washington, agora que Letelier tinha morrido?

Eu conhecera Letelier no verão de 1972, logo depois de concluir meu bacharelado na Universidade do Estado de Nova York em Oswego, e estava prestes a voltar ao Chile. Na época, eu dirigia um programa social chamado Oswego County Opportunities, centrado na assistência aos trabalhadores imigrantes porto-riquenhos e mexicanos que vinham para a área todo verão colher alface; eles viviam em condições que beiravam a escravidão. Em nome

deles, eu entrara em contato com César Chávez e o United Farm Worker's Union; um enviado do sindicato me visitou secretamente em Oswego e explicou o que envolveria o processo de organização de um sindicato.

Minha presença intensa e inteiramente legal nas fazendas, para encontrar os trabalhadores imigrantes, chamou a atenção dos proprietários, que logo souberam dos planos para se organizar o sindicato. Pouco depois, recebi uma ameaça de morte por escrito, assinada pela sociedade John Birch. Carros suspeitos passavam devagar diante da casa onde eu alugara um quarto, e meu senhorio começou a ficar bastante agitado. Informei o Departamento de Polícia de Oswego, que ordenou o patrulhamento do bairro.

Telefonei para um amigo da embaixada chilena em Washington, o qual por sua vez informou o embaixador Orlando Letelier sobre a ameaça. Este logo me enviou uma mensagem. Eu devia sair de Oswego imediatamente e me mudar para Washington. Lá, a embaixada facilitaria meu tão sonhado retorno ao Chile.

"O que ele está fazendo com essa história de trabalhador imigrante? Quer que o governo Nixon acuse Allende de mandar os ativistas intervirem em assuntos internos dos Estados Unidos? É tudo o que a gente precisa agora", observou Letelier sobre minhas atividades, embora não inteiramente zangado.

Poucos dias mais tarde eu já estava hospedado na casa do adido de imprensa chileno em Washington, Andrés Rojas. Fiquei ali cerca de um mês e trabalhei como ajudante de garçom no restaurante do hotel Washington, que fica perto da Casa Branca. Tive o privilégio de me encontrar com Letelier e seus colegas mais próximos no escritório dele, em reuniões sociais no apartamento do escritor Fernando Alegría, que era adido cultural na embaixada, e na casa de eminentes professores ligados ao Chile. Letelier, um homem carismático que gostava de tocar violão para os amigos, criticava a política de Allende de desapropriar pequenas empresas. "Um dia a gente vai saber que Vuskovic – ministro da Economia – expropriou carrocinhas de amendoim torrado nas esquinas!", resmungou.

Em sua biografia, Pinochet sequer menciona o assassinato de Letelier ao se referir aos acontecimentos de 1976, mas toca no assunto adiante, quando debate as relações entre Estados Unidos e Chile. Numa dessas passagens, Pinochet pergunta: "Que razão a Dina teria para assassinar Letelier?" Dez dias antes do atentado, a nacionalidade de Letelier fora revogada por um decreto assinado pelo ditador. Letelier foi considerado traidor porque tivera sucesso fazendo lobby contra a concessão de alguns empréstimos internacionais à Junta e porque era visto, assim como o líder democrata cristão Bernardo Leighton, como alguém capaz de formar e liderar um governo no exílio. Kissinger deve se lembrar que Pinochet queixou-se com insistência do prestígio de Letelier em Washington

quando eles se encontraram em 8 de junho de 1975. Três meses depois, Letelier estava morto.

Em minha pesquisa, descobri que o enviado de Pinochet a Washington, o embaixador Manuel Trucco, mandara uma série de mensagens codificadas para o Ministério das Relações Exteriores chileno, perguntando sobre os documentos de viagem de Letelier. Em 28 de agosto de 1975, Trucco queria saber "com que tipo de documento ele saiu do Chile". Poucos dias depois, em 2 de setembro, o embaixador chileno afirmou que tinha "indicações de que Orlando Letelier viajava com passaporte diplomático chileno". Solicitou que lhe informassem "se havia prova da efetiva devolução do passaporte diplomático que Letelier possuía como embaixador ou ministro de Estado", bem como os números de série exatos dos documentos, a fim de declará-los nulos e inválidos. Era óbvio que havia uma vigilância extraordinária e uma hostilidade extrema, em todos os níveis do governo Pinochet, em relação a Letelier.

Havia, no interior do governo americano, uma convicção crescente de que Letelier fora vítima da Operação Condor. Numa reunião com funcionários do Departamento de Justiça, em 4 de outubro de 1976, o diretor da CIA, George H.W. Bush, foi informado de que o assassinato provavelmente fora planejado pela Dina. Dois dias depois, um agente de campo da CIA relatou que suas fontes acreditavam que o "governo chileno" estava "diretamente envolvido na morte de Letelier". A asneira com os passaportes paraguaios levou as investigações do FBI e do Departamento de Justiça aos agentes da Dina Michael Towley e Armando Fernández Larios. Com a eleição de Jimmy Carter para a Presidência da República dos Estados Unidos, as ações da Operação Condor, pelo menos aquelas além das fronteiras da América Latina, começaram a rarear.

Não cancelei minha mudança para Washington. Eu ainda podia trabalhar com as pessoas que pressionavam para levar os assassinos de Letelier à Justiça. Cheguei em meados de outubro de 1976, apenas algumas semanas depois do assassinato, e aluguei um apartamento a cerca de quatro quarteirões da Brookings. Fui para o Instituto de Estudos Políticos e me encontrei com a viúva de Letelier, Isabel Margarita, e alguns colegas dele, inclusive Saul Landau – que se tornaria um querido amigo – e meu compatriota e amigo chileno Juan Gabriel Valdés, pesquisador do IEP e pós-graduando que, com o retorno da democracia ao Chile, ocuparia vários postos de primeiro escalão no governo.

Na Brookings, deram-me um pequeno escritório no quinto andar. Por ironia, minha janela dava para a embaixada chilena. Todos os dias eu assistia à rotina dos diplomatas chegando, saindo para almoçar e voltando para casa. Afligia-me ver a bandeira chilena. Ela não representava mais a nação democrática, respeitadora da lei e culturalmente sofisticada que eu amava.

Eu sabia que agentes da Dina estavam instalados na embaixada, assim como em todas as missões diplomáticas chilenas mais importantes. O major da polícia Héctor Vilches chefiava um novo Departamento de Segurança no Ministério das Relações Exteriores, em Santiago, de onde dava ordens aos agentes da Dina no exterior para espionarem embaixadores, diplomatas e grupos exilados locais. Essas operações eram conhecidas como MIS/1-1976.

Comecei a escrever minha tese de doutorado sobre política externa e matérias-primas quando as eleições presidenciais nos Estados Unidos entravam na fase decisiva. O economista C. Fred Bergsten ficou encarregado de orientar meu trabalho. Eu frequentava os almoços de sexta-feira na Brookings, onde economistas seniores e especialistas em política externa, como Charlie Schultz, Arthur Okun, Lawrence Krause, Barry Blechman, Henry Owen e, claro, meu orientador, a maioria deles ligada ao Partido Democrata americano, sentavam-se em torno de uma grande mesa redonda e discutiam tudo, de política presidencial a diretrizes econômicas domésticas, política nuclear e situação no Oriente Médio. Nós, jovens candidatos ao doutorado e bolsistas convidados, nos acomodávamos em cadeiras dispostas atrás deles, com o lanche no colo.

A candidatura de Jimmy Carter parecia mais forte porque todos concordavam que ele superara o presidente Gerald Ford nos debates. Prestei atenção especial ao segundo debate, em 6 de outubro de 1976, no qual um dos jornalistas perguntou ao presidente Ford se ele consideraria a possibilidade de liberalizar a política externa para acabar com “o banho de sangue no Chile e nas prisões chilenas, e enfatizar os valores aos quais somos apegados”. A longa resposta de Ford focalizou primeiro a África do Sul e o Oriente Médio, depois a Coreia do Sul e a China. Quando chegou a vez de Carter responder, ele disse: “Pude notar que o senhor Ford não comentou as prisões no Chile. Eis um caso típico, talvez um dentre muitos outros, em que essa administração derrubou um governo eleito e ajudou a estabelecer uma ditadura militar.” Em seguida, Carter observou que 85% de toda a ajuda do programa Alimentos para a Paz destinada à América do Sul se dirigia ao Chile de Pinochet. A política externa, geralmente uma questão tangencial nas eleições presidenciais norte-americanas, tinha se tornado um tema-chave.

Ford não respondeu aos comentários de Carter sobre o Chile durante o debate. Também cometeu erros graves ao dizer que o “domínio soviético na Europa oriental” não existia, e que acreditava que os poloneses não se consideravam dominados por Moscou.

Na noite da eleição, 2 de novembro de 1976, fui convidado para uma festa na casa de Jacqueline Martin, secretária administrativa do programa de política externa da Brookings Institution, para acompanhar os resultados pela televisão.

Quase todos os presentes eram democratas da Brookings. Eu me lembro bem do júbilo que prevaleceu quando Carter foi declarado vencedor, com 297 votos no colégio eleitoral, ganhando também a maioria do voto popular – era a primeira vez que acontecia isso com um democrata desde 1964. Naquela noite, tive a impressão de que a situação de Pinochet tinha acabado de piorar.

A eleição de Carter para a Presidência da República era o começo de uma nova era nas relações entre Chile e Estados Unidos. Pinochet logo adotou uma posição defensiva. Em 17 e 18 de novembro de 1976, poucos dias depois da eleição americana, o governo militar soltou 304 prisioneiros políticos. Isso ocorreu em meio a um debate crescente nos círculos do governo chileno sobre como responder à pressão internacional e ao novo governo em Washington. Os *blandos* (moderados) argumentavam a favor da suspensão gradual das medidas repressivas do governo Pinochet, enquanto os *duros* (os linhas-duras) defendiam a ditadura, rejeitando qualquer abertura política, mesmo que simbólica.

O compromisso de Carter com uma robusta política de direitos humanos levou inevitavelmente à deterioração dos laços oficiais entre Estados Unidos e Chile. Em março de 1977, Brady Tyson, delegado na Comissão de Direitos Humanos da ONU em Genebra, expressou o "profundo pesar" dos representantes de seu país "com os atos desprezíveis de subversão das instituições democráticas no Chile, empreendidos por certos funcionários, agências e grupos privados americanos". Tyson acrescentou que "as políticas e as pessoas responsáveis por esses atos [tinham sido] rejeitadas pelo povo americano". Esse reconhecimento sincero mais tarde foi considerado "impróprio" pelo presidente Carter. Mesmo assim, a cordialidade do governo com a oposição chilena continuou quando o ex-presidente Eduardo Frei Montalva e o ex-ministro das Relações Exteriores de Allende, Clodomiro Almeyda, foram recebidos em Washington, respectivamente, pelo vice-presidente Walter Mondale e o subsecretário de Estado Warren Christopher. Quando Pinochet convocou um plebiscito em 4 de janeiro de 1978, no qual os chilenos tinham de votar pelo regime militar ou pela resolução das Nações Unidas que o condenava, o Departamento de Estado americano criticou energicamente a atitude do governo, considerando que não satisfazia as "garantias [mínimas] de liberdade de expressão".

Mas também houve sinais contraditórios no governo Carter. Em setembro de 1977, o presidente estendeu um convite a todos os chefes de Estado da região para a assinatura dos tratados do Canal do Panamá. Augusto Pinochet jamais esperava ser convidado a Washington e agarrou a oportunidade de encontrar-se com Carter e outros presidentes das nações das três Américas.

Em 6 de setembro de 1977, às seis da tarde, vestindo um terno de cor clara, Pinochet chegou à Casa Branca para o que temia ser um encontro tenso. Mas ele

já tinha marcado pontos só de entrar na Casa Branca para uma reunião pessoal com o presidente americano. Do lado de fora, 500 manifestantes liderados por Isabel Margarita e pelo escritor colombiano Gabriel García Márquez, protestavam contra a presença do general em Washington.

Carter explicou que suas preocupações com os direitos humanos se estendiam ao mundo todo, e que convidara Pinochet para ajudá-lo a entender a situação no Chile.

"Meu país é vítima de uma vasta e bem-sucedida campanha de propaganda marxista", respondeu Pinochet com o rosto fechado, descartando completamente a ideia de que pudesse haver problemas de direitos humanos no Chile. "Todos deveriam ir ao Chile para ver", acrescentou. "O que está acontecendo lá não é o que eles dizem."

O presidente Carter aproveitou a oportunidade para colocá-lo contra a parede, forçando-o a aceitar a visita de observadores da ONU, o que ele se recusara a autorizar no passado. A observação internacional podia ser "uma maneira de esclarecer as acusações", afirmou Carter. Pinochet saiu do encontro sorrindo e dizendo que ele e o presidente dos Estados Unidos tinham "concordado inteiramente" sobre a questão dos direitos humanos. "Foi uma conversa, não um interrogatório", descreveu Pinochet numa entrevista à imprensa. Mais tarde, ele reconheceu que Carter lhe pedira a libertação de alguns presos políticos.

Perguntado sobre o assassinato de Letelier numa coletiva de imprensa, Pinochet jurou que seu "governo nada tinha a ver com isso", e tampouco que tomara conhecimento prévio do atentado. O astucioso general parecia sugerir que, em termos estritos, a Dina não fazia parte do governo. Lawrence Barcella, procurador dos Estados Unidos, declararia algum tempo depois: "Ou anjos vingadores estavam matando os oponentes de Pinochet ano após ano, ou então ele tinha perfeita consciência de que seu braço de polícia secreta se encontrava ativo, assassinando seus inimigos. Era inconcebível que Pinochet não soubesse."

Carter nada disse a Pinochet sobre o atentado a Letelier, e havia várias razões para seu cuidado. Consciente da intransigência do ditador quando questionado, ele não queria perder todo o poder que ainda tinha sobre ele, em particular considerando-se que sua própria administração ainda se dividia a respeito do envolvimento pessoal de Pinochet. Carter queria discutir outros problemas, como a proliferação nuclear, a compra de armas na região e a situação bilateral entre Chile e Bolívia.

Nesse ínterim, o procurador adjunto Eugene Propper, promotor do caso Letelier, agia com determinação para coletar indícios de que o assassinato fora planejado e executado pela Dina. Um pedido formal de extradição para os perpetradores do crime foi enviado ao Chile. Enquanto isso, o regime de

Pinochet contratava a agência Anderson, Pendleton & McMahon para dirigir uma campanha de relações públicas na mídia, no mundo empresarial e no Congresso dos Estados Unidos.

Quando Terence Todman, secretário de Estado adjunto para Assuntos Interamericanos, visitou Santiago, em agosto de 1977, ele descobriu que o governo militar respondera à pressão crescente por reformas relativas a direitos humanos dissolvendo a polícia de segurança da Dina e substituindo-a pela Central Nacional de Informações (CNI). A atividade da Dina se tornara um alvo específico da preocupação norte-americana com os direitos humanos no Chile. Contreras se transformara em problema, mas continuava a ser um homem de confiança do círculo íntimo de Pinochet. Embora reformado, foi promovido à patente de general.

A substituição da Dina pela CNI foi uma mudança em grande parte cosmética. A CNI se tornaria tão repressiva quanto sua predecessora, e Contreras trabalharia nas sombras para minar a autoridade de seu diretor, o general Odlanier Mena. Por exemplo, responsabilizou-o pela morte do coronel Roger Vergara, chefe da Escola de Informações do Exército, assassinado pelo MIR. Contreras também pressionou para que a nova agência assumisse ações mais duras, até que Mena foi demitido. Em 1977, porém, a dissolução da Dina enviava um sinal importante para os Estados Unidos.

Sempre pragmático, um ano depois Pinochet decidiu que devia sacrificar Michael Towley, o agente da Dina. A pressão dos moderados no interior do próprio regime e da equipe econômica chilena lhe deixava poucas opções. Ele ordenou ao subsecretário do Interior, coronel da Força Aérea Enrique Montero, que viajasse para Washington a fim de preparar as bases da rendição de Townley. Em 7 de abril, Montero assinou o acordo Montero-Silbert, com Earl J. Gilbert, promotor dos Estados Unidos para o Distrito de Columbia, que estipulava os termos segundo os quais o governo Pinochet entregaria Townley às autoridades americanas. Mas os linhas-duras do Chile obstruíram o procedimento. O ministro do Interior, general Cesar Benevides, telefonou para o subsecretário Montero em Washington, informando-o de que não era possível entregar Towley, porque ele estava sendo processado pelos tribunais chilenos.

“Meu general, não posso voltar ao Chile como subsecretário do Interior se for obrigado a fazer papel de tolo perante os americanos”, disse Montero.

Na manhã seguinte, o ministro Benevides telefonou de novo para dizer que o assunto fora rediscutido. Townley seria entregue aos americanos. Muitos anos mais tarde, numa entrevista, Montero admitiu que Washington preparara um processo formidável contra o governo Pinochet. “O que fizeram com Letelier no Sheridan Circle equivaleu a uma pisada no calo do Tio Sam”, declarou.

Em 8 de abril de 1978, Townley, escoltado por dois agentes do FBI, entrou num avião de passageiros da Ecuatoriana Airlines com destino a Miami. Sob acordo, para evitar o processo e reduzir a pena, ele confessou sua participação no assassinato de Letelier e testemunhou que cometera o crime sob ordens diretas do diretor da Dina, Manuel Contreras. A esposa de Townley, Mariana Callejas, também agente da Dina, acusou publicamente Pinochet de trair um jovem soldado leal. Depois de se recusar a cooperar com as autoridades americanas, Townley declarou que não sentia "nenhum arrependimento" de ter matado Letelier, pois agira "como soldado" em nome de Pinochet.

Em junho de 1978, o poder de Pinochet estava em sua maré mais baixa desde que ele assumira. Durante uma recepção com o corpo diplomático em Santiago, em 23 junho, ele conversou reservadamente com o embaixador dos Estados Unidos, George Landau. Em seu relatório sobre a conversa, Landau observou que Pinochet, "que em geral bebe muito pouco, tinha tomado dois uísques com soda. Seu rosto foi ficando cada vez mais avermelhado enquanto ele falava comigo. Parecia um homem perturbadíssimo, e a preocupação de que pudesse ser substituído por outro oficial militar parecia assomar em sua cabeça".

Os moderados no governo Pinochet eram da opinião de que todos os envolvidos no assassinato de Letelier deviam ser extraditados para os Estados Unidos, caso contrário, a sobrevivência do regime entraria em risco. Os linhas-duras argumentavam que nenhum governo podia entregar o chefe de seu serviço de informações a uma potência estrangeira, e que Pinochet tampouco devia ceder à pressão para extraditar os militares acusados pelo assassinato de Letelier. Pinochet optou por uma solução pragmática, a meio caminho. Pediu que o general Contreras se afastasse do Exército.

Manuel Contreras culpou os membros moderados do gabinete de Pinochet por seus problemas e anunciou que apresentaria queixa contra três deles. O ditador determinou que ele desistisse da acusação, e o ex-chefe do serviço secreto respondeu que "mais uma vez" cumpriria as ordens de seu superior. Observadores se perguntaram se "mais uma vez" não seria uma insinuação pouco sutil de que Letelier fora assassinado por ordem de Pinochet.

O Departamento de Justiça dos Estados Unidos apresentou às autoridades chilenas um pedido de extradição de Contreras e outros oficiais militares. Presumindo que a Suprema Corte fosse decidir contra a petição, Pinochet pediu a seus juízes que avaliassem favoravelmente o pedido de extradição. Em outubro de 1979, a Suprema Corte rejeitou a petição e ordenou a soltura imediata dos oficiais.

Em consequência disso, os Estados Unidos retiraram temporariamente do Chile o embaixador Landau e anunciariam uma série de sanções econômicas e

diplomáticas contra o governo chileno, incluindo: a suspensão total de créditos e de suprimentos militares; a redução do pessoal militar e diplomático credenciado para Santiago; a proibição de futuros financiamentos e garantias para projetos americanos no Chile do Export-Import Bank (agência oficial de crédito de exportação do governo federal) e da Overseas Private Investment Corporation (uma agência independente do governo dos Estados Unidos que apoia investimentos americanos em mercados emergentes). Em junho de 1980, como represália adicional contra o governo militar, o governo Carter excluiu o Chile das manobras navais interamericanas da Unitas XXI.

De repente Pinochet via Washington, cujo apoio fora crucial durante a montagem de seu regime, tornar-se um adversário formidável. Ele se queixava de que alguns elementos do governo americano pareciam considerar o Chile uma "colônia ultramarina". O general culpou o governo Carter pelo momento mais embaraçoso da política externa da ditadura, e talvez um dos mais notáveis fiascos da história da diplomacia: a abortada "abertura para a Ásia e o Pacífico" de Pinochet.

O ditador gostava de viajar e sempre buscava oportunidades para quebrar o isolamento do Chile com visitas presidenciais de alto nível ao exterior. No começo de 1979, o vice-ministro das Relações Exteriores, general Enrique Valdés, transmitiu um convite oral que havia recebido em Manila para que seu chefe visitasse os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean). O convite jamais se formalizou por escrito, e o ministro das Relações Exteriores, Hernán Cubillos, evitou se envolver nos preparativos da viagem, deixando todos os arranjos nas mãos da Casa Militar. A grande turnê pelo Sudeste Asiático aos poucos se reduziu a uma visita às Filipinas. Mesmo assim, devia ter importância histórica.

O almirante reformado e embaixador chileno em Manila Charles Le May esmerou-se nos preparativos com os funcionários filipinos. Pinochet e sua esposa Lucía ficariam na ala leste do palácio Malacañang; as ruas da capital seriam enfeitadas com bandeiras filipinas e chilenas. Pinochet receberia o título de doutor *honoris causa* de uma universidade local; haveria um banquete em sua homenagem no histórico hotel Manila, onde MacArthur residira durante a Segunda Guerra Mundial.

Pinochet estava radiante quando o avião decolou rumo ao Pacífico, com uma grande delegação a bordo. O voo fez uma escala na ilha da Páscoa e outra em Papeete, no Taiti; depois disso, rumou para as ilhas Fiji. No sábado, 22 de março, às 14h30, enquanto os diplomatas chilenos finalizavam os arranjos para um jantar no restaurante La Tasca, em Manila, o ministro das Relações Exteriores filipino, Carlos Rómulo, telefonou em caráter de urgência ao embaixador

chileno.

“A visita de seu presidente foi cancelada”, disse Rómulo gravemente.

“O que você disse?”, arquejou Le May.

“Estou dizendo que a visita foi cancelada. Não posso explicar o motivo porque não sei.”

Le May pleiteou uma audiência com Ferdinando Marcos, mas o ministro das Relações Exteriores disse que seria impossível. Em vez disso, concordou em recebê-lo em sua própria residência por uma hora. Quando Le May chegou, Rómulo não pôde dizer ao embaixador desnorteado muito mais do que já havia falado por telefone. Mas insinuou que o governo filipino não era capaz de garantir a segurança de Pinochet e acrescentou que Marcos viajaria para o sul a fim de resolver assuntos urgentes.

“Mas é um cancelamento ou um adiamento?”, inquiriu Le May com ansiedade.

“Cancelamento.”

“Isso terá consequências graves em nossas relações bilaterais.”

“Compreendo”, disse Rómulo, interrompendo a conversa. “Eu não gostaria de estar na sua posição.”

O avião de Pinochet se aproximava de Fiji quando o embaixador Le May telefonou para a aeronave através de uma conexão facilitada pelo general Odlanier Mena, chefe da CNI, que permanecera em Santiago. Le May deu as más notícias diretamente a Pinochet. Este ficou em silêncio por tanto tempo que Le May pensou que a ligação caíra.

A notícia se espalhou como um incêndio pelo avião, cheio como estava de membros da família de Pinochet, quatro ministros e suas esposas, oficiais de alta patente, oficiais seniores das Forças Armadas e dos Carabineros, ajudantes presidenciais, funcionários do protocolo e do Ministério das Relações Exteriores, vários jornalistas, secretários e a guarda de segurança.

Para a surpresa de muitos, Pinochet não parecia aborrecido demais. Ficou em silêncio e preocupado. Eu entrevistei alguns passageiros, e eles me contaram que, nas primeiras horas, Pinochet ficou com medo de ter sido derrubado.

O avião pousou em Nandi, Fiji, no domingo, 23 de março, ao meio-dia e meia. Enquanto taxiava, chegaram outras más notícias. Os funcionários do aeroporto se recusavam a colocar a escada de passageiros. Mais tarde, forças de segurança fijianas cercaram o avião, elevando a tensão ao ponto máximo. Afinal, apareceu uma escada na pista, e um despreocupado funcionário do aeroporto subiu a bordo do avião para desinfetá-lo. O interior da aeronave estava sufocante; o piloto desligara os motores, e o ar-condicionado não funcionava.

Após tensas negociações, os passageiros obtiveram permissão para sair da

aeronave, mas Pinochet não tinha mais autorização para se alojar na mansão do governador em Suva. Embora Fiji fosse apenas uma escala, o séquito de Pinochet exigiu uma recepção condizente com um chefe de Estado, o que irritou o líder fijiano, Ratu Sir Kamisese Mara. Como a visita oficial a Manila fora cancelada, os fijianos resolveram suspender também a recepção oficial. Para piorar as coisas, a bagagem dos chilenos foi revistada, e eles foram submetidos a demorados procedimentos burocráticos. Por fim, a delegação de Pinochet foi para o hotel Regents. A caminho, manifestantes atacaram seu carro com ovos e tomates. Seria difícil imaginar um conjunto de circunstâncias mais humilhantes para um ditador.

Pinochet também deveria fazer escalas em Papua-Nova Guiné e Hong Kong. Os planos foram imediatamente cancelados. Cubillos, que havia sido convidado para ir ao Japão depois das Filipinas, disse a Pinochet que talvez seguisse diretamente para Tóquio.

"Não, meu amigo", respondeu Pinochet. "Você volta para o Chile comigo."

O círculo íntimo de Pinochet ainda acreditava que eles eram vítimas de um complô. O general César Benavides, ministro da Defesa, telefonou para ajudantes e amigos em Santiago a fim de assegurar-se de que não houvera um movimento militar contra Pinochet. Benavides foi informado de que tudo estava calmo no Chile; não se ouvia nenhum ruído de sabres.[1]

Depois de pagar preços extorsivos pelo combustível e a alimentação, o avião de Pinochet decolou de Fiji às dez horas da manhã seguinte. O general estava realmente furioso, pois sabia que sua posição no Chile era tão sólida como antes. Ele pôs a culpa do fiasco no ministro Cubillos. A filha de Pinochet, Lucía, disse aos jornalistas no avião que o pai fora traído. Pessoas no Ministério das Relações Exteriores sabiam que haveria problemas com a visita, mas nada fizeram, afirmou ela.

Contudo, analisando em retrospecto, o círculo de Pinochet ignorou um conjunto de sinais incontestáveis emitidos por Manila na véspera da visita. Funcionários filipinos tinham descartado a possibilidade de qualquer discurso de boas-vindas no aeroporto, e Pinochet fora enfaticamente aconselhado a não usar uniforme ao chegar – sugestão que ele rejeitou com veemência.

Diplomatas chilenos informaram aos jornalistas que Ferdinando Marcos tivera de viajar inesperadamente para Mindanão, por causa de confrontos entre forças do governo e da guerrilha muçulmana da Frente de Libertação Moro, mas um funcionário filipino anônimo revelou que Marcos na verdade estava aborrecido com Pinochet por ele ter forçado o convite. Jornalistas chilenos que estavam em Manila esperando a chegada de Pinochet viram que havia uma grande festa num dos iates de Marcos. Segundo uma testemunha, o ditador filipino estava a bordo.

Quando Pinochet voltou a Santiago, uma imensa recepção fora organizada para ele no aeroporto e, depois, no edifício Diego Portales.

"Não posso aceitar um tapa na cara do meu país, portanto, cortarei relações com as Filipinas!", anunciou Pinochet diante de milhares de seguidores clamando por sangue. Nenhum dos membros da Junta sabia que Pinochet romperia relações diplomáticas com Manila.

No dia seguinte, numa reunião com ministros e conselheiros, Pinochet exigiu a renúncia de Hernán Cubillos. Não se forneceu detalhe algum sobre o cancelamento da visita, pois o embaixador Le May, que chegara a Santiago depois de uma árdua viagem pela metade do globo, estava esgotado demais para comparecer à reunião.

Os linhas-duras também exigiram a cabeça de Cubillos. Pablo Rodríguez, ex-chefe do grupo paramilitar de direita Pátria e Liberdade, escreveu que o Chile tinha de cultivar relações com seus "aliados naturais de orientação anticomunista", como Arábia Saudita, Taiwan e África do Sul. Medidas autoritárias domésticas não deviam ser amenizadas para agradar ao presidente Carter e outras democracias ocidentais, argumentavam. Eles achavam que o regime Pinochet já estava tão isolado internacionalmente que os custos da repressão interna seriam mínimos.

Cerca de uma semana depois, o embaixador das Filipinas nos Estados Unidos, o primo de Imelda Marcos chamado Eduardo Romualdez, viajou a Santiago trazendo uma carta com um pedido de desculpas de Marcos e uma explicação oficial: oito supostos terroristas da Líbia tinham sido presos poucos dias antes da visita; eles tramavam assassinar Pinochet e Marcos. Este último fora retirado às pressas para um local seguro, como medida de precaução, e por isso não estava acessível. Pinochet aceitou as desculpas do colega ditador, e as relações diplomáticas com Manila foram restabelecidas.

A presteza de Pinochet em engolir o próprio orgulho para resolver crises de política externa foi evidenciada por outro episódio, poucos anos mais tarde. Em 1983, o ministro das Relações Exteriores francês fez alguns comentários *ad hominem* sobre Pinochet. O ministro das Relações Exteriores chileno, Miguel Schweitzer, solicitou uma audiência imediata com o ditador, nas primeiras horas da manhã seguinte, para decidir o que fariam, e foi prontamente atendido. Schweitzer achava que o embaixador chileno em Paris deveria ser chamado imediatamente. Pinochet olhou para seu ministro e falou: "E como vamos fazer para mandá-lo de volta?" A reunião durou 15 segundos.

Pinochet culpou Carter pelo embaraçoso episódio nas Filipinas. O presidente americano, raciocinou ele, tinha pressionado Marcos e os líderes da Asean para suspender sua visita. Marcos, velha raposa, sabia que deveria se manter em

termos amistosos com o presidente norte-americano, pois tinha seus próprios problemas de direitos humanos com que se preocupar. Anos mais tarde, numa entrevista à jornalista Maria Eugenia Oyarzún, Pinochet confessou que jamais acreditou na história de tentativa de assassinato. “Carter deu ordens para não me receber”, disse Pinochet. “Se você receber Pinochet, nós cortaremos tudo o que damos a você, e Marcos gostava do seu dinheirinho, você sabe”, concluiu.

EM 4 DE NOVEMBRO DE 1980, a eleição presidencial norte-americana foi acompanhada no Chile com tanta expectativa quanto nos Estados Unidos. Logo ao anoitecer, ficou evidente que Ronald Reagan teria uma grande vitória. De fato, ele venceu por maioria esmagadora. Os chilenos pró-Pinochet ficaram em júbilo – não tanto pela vitória de Reagan quanto pela derrota de Jimmy Carter. O odiado presidente dos Estados Unidos tinha comido poeira. Anunciavam-se bons tempos para Pinochet.

O candidato republicano criticara severamente a política de direitos humanos de Carter, sobretudo por ter sido aplicada a regimes amigos dos Estados Unidos, como o Chile de Pinochet. A crítica de Reagan se baseava na distinção entre governos autoritários e governos totalitários, popularizada por Jeane Kirkpatrick, que se tornou embaixadora da nova administração nas Nações Unidas. Segundo Kirkpatrick, os governos autoritários na América Latina – ditaduras de direita – ocorrem em sociedades tradicionais que carecem do desenvolvimento necessário à vigência de sistemas democráticos. Aplicar pressão excessiva sobre esses governos não gera democracias, mas facilita o caminho para os regimes totalitários, definidos como marxistas-leninistas. Por essa razão, a melhor maneira de se criticar a política de direitos humanos seria empregando uma “diplomacia silenciosa” – direta, privada, com comunicação de governo a governo –, e não as acusações públicas.

A orientação conservadora da nova administração despertou no regime de Pinochet a esperança de alterações decisivas na política dos Estados Unidos. Ele não foi desapontado. Em fevereiro de 1981, uma das primeiras iniciativas de Reagan em relação ao Chile foi suspender a proibição imposta pelo governo Carter de conceder créditos subsidiados pelo Import-Export Bank para financiar exportações americanas para o país, seguido de um convite para a Marinha do Chile participar dos exercícios navais da Unitas no hemisfério. O governo dos Estados Unidos modificou seu voto negativo sobre créditos do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento para o Chile.

Em junho, o ministro das Relações Exteriores chileno, René Rojas, viajou a Washington, onde foi recebido pelo vice-presidente George H.W. Bush e seu

secretário de Estado, Alexander Haig. Rojas expressou esperança de que a Casa Branca pedisse ao Congresso para suspender os efeitos da Emenda Kennedy, que proibia a venda de armas para o Chile, como já suspendera nos casos de El Salvador, Argentina e Angola.

Rojas também discutiu a revogação da emenda com os senadores republicanos Howard Baker e Jesse Helms. Este e seu colega Strom Thurmond, da Carolina do Sul, tinham escrito uma carta a Henry Kissinger apoiando a retomada da ajuda militar ao Chile, na qual afirmavam que o regime de Pinochet era, "no presente, um governo que proporciona mais liberdade que a maioria dos países do mundo".

Helms e Thurmond estiveram no Chile em agosto de 1975 para se encontrar com Pinochet e expressar apoio ao regime. O senador Helms, que se tornou grande amigo do ditador, propôs a abolição total da Emenda Kennedy. No entanto, os democratas, liderados pelo senador Edward Kennedy, negociaram um acordo de compromisso com os republicanos moderados, condicionando a retomada da ajuda militar a um certificado do presidente Reagan de que houvera "melhora significativa nos direitos humanos". O acordo também especificava que o governo chileno tinha de cooperar na investigação do caso Letelier e mostrar uma atitude de clara oposição ao terrorismo internacional.

Reagan não perdeu tempo para enviar sinais positivos a Pinochet. O embaixador dos Estados Unidos no Chile, George Landau – diplomata de carreira que, em seu posto no Paraguai, descobrira o esquema dos passaportes falsos indicando a responsabilidade da Dina no assassinato de Letelier –, foi substituído pelo direitista confiável James Theberge, ex-colega de Patricia Kirkpatrick na Universidade de Georgetown. Um grupo de lobby pró-Pinochet em Washington, o American-Chilean Council, tinha publicado um ensaio de Theberge em 1975, intitulado "Chile: alvo-chave da diplomacia soviética", o primeiro de uma série de folhetos de propaganda.

Todos acreditavam que o certificado relativo aos direitos humanos logo seria emitido. Como se verificou, porém, Reagan não o concedeu, e, em 1983, houve tensões evidentes entre Santiago e Washington. Considerando a campanha de Reagan em prol da democracia, voltada sobretudo para a União Soviética, a Casa Branca queria ver ao menos alguns sinais de tolerância política por parte do regime Pinochet, a fim de justificar a concessão do certificado ao Chile perante o Congresso e a opinião pública dos Estados Unidos. Mas, naqueles anos, em vez de progresso, a política de direitos humanos sofreu terríveis reveses.

Patricia Kirkpatrick visitou Santiago, em agosto de 1981, para um encontro com Pinochet que ela descreveu como "dos mais agradáveis". Apenas três dias depois da visita, o general expulsou quatro líderes da oposição do país, inclusive

Jaime Castillo, presidente da Comissão Chilena de Direitos Humanos, por terem assinado uma declaração de solidariedade a líderes sindicais que tinham sido processados por submeter uma petição de direitos trabalhistas a Pinochet. Castillo e outros advogados de direitos humanos haviam tentado, sem sucesso, marcar uma entrevista com Kirkpatrick durante sua visita ao Chile. Em abril de 1982, o jornal *The New York Times* publicou um editorial com a manchete "Diplomacia silenciosa, Chile surdo", que criticava as limitações da política de direitos humanos do presidente Reagan, observando que prosseguiam os crimes contra os direitos humanos sob a ditadura de Pinochet e não havia cooperação de seu governo para resolver o caso Letelier.

Não é de surpreender que, ao visitar o Chile em janeiro de 1982, com seus colegas Paul Laxalt e Ernest Hollings, o líder da maioria republicana no Senado dos Estados Unidos, Howard Baker, tenha sido cauteloso em suas declarações. Depois de se encontrar com Pinochet, ele declarou: "Ainda há problemas que complicam nossas relações. Ao longo desta visita, nós discutimos esses problemas em detalhes e com franqueza." Quanto à questão da "diplomacia silenciosa", o senador Baker acrescentou que "o sucesso ou fracasso dessa nova técnica depende amplamente de como os outros países, inclusive o Chile, vão reagir a ela".

Em meados de 1982, o secretário de Estado George Schultz declarou que, para que a Casa Branca concedesse o certificado ao Chile, "teríamos de encontrar provas de uma melhoria da situação dos direitos humanos", bem como "algum nível de esclarecimento das investigações do caso Letelier". As autoridades da Casa Branca desejavam dar o certificado, mas o Chile teria de fazer concessões.

[1] A expressão (em espanhol, ruido de sables) refere-se a um incidente na história do Chile, em 3 de setembro de 1924, quando um grupo de jovens oficiais protestou contra a classe política e a postergação de medidas sociais agitando seus sabres dentro das bainhas. A expressão hoje é usada para indicar qualquer inquietação no meio militar. (N.T.)

5. O regime nas cordas

EU ESTAVA SENTADO NUM ÔNIBUS CLANDESTINO DA POLÍCIA, com um rifle automático apontado para a minha cabeça, quando a viúva de Pablo Neruda, Matilde Urrutia, gritou: "*Compañero*, grite seu nome! Diga o seu nome!" Era 20 de janeiro de 1979, época em que os dissidentes ainda desapareciam no Chile. Saber o nome de um prisioneiro político e encontrar seu local de detenção podiam significar a diferença entre a vida e a morte.

Nenhum dos seminários acadêmicos que frequentei em Washington e na Europa durante o período que passei no exterior − entre setembro de 1975 e setembro de 1978 − tinha me preparado para a bruta realidade do Estado policial chileno. Eu havia recusado várias ofertas tentadoras de trabalho nos Estados Unidos só para ser pesquisador no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade do Chile, um oásis de liberdade relativa nas universidades estatais controladas por Pinochet. Pamela permaneceu em Denver para concluir seu trabalho numa empresa de recursos humanos médicos enquanto eu voltei a Santiago à procura de um lugar para morar. Eu lhe prometera que não me envolveria em atividades clandestinas. Porém, logo depois de chegar, em 1978, entrei em contato com ativistas do Partido Socialista.

Em janeiro de 1979, eu estava profundamente envolvido no esforço socialista de exigir respeito público aos direitos trabalhistas. Meu irmão Carlos e eu fomos a uma manifestação na praça Diego de Almagro, perto do centro da cidade. Quando chegamos, a atmosfera parecia um tanto estranha. Havia 50 ou 60 manifestantes no meio da praça e muitas pessoas observando – nem todas pareciam apoiar nossa causa. Nós nos sentimos tranquilizados pela presença de Matilde Urrutia, a respeitada e bem conhecida viúva de Pablo Neruda. Mas nosso pressentimento logo foi confirmado; assim que alguns líderes sindicais subiram numa plataforma improvisada para falar, carros da polícia surgiram do nada, e o inferno se abateu sobre nós.

Dois carabineiros me agarraram e tentaram me arrastar. Eles eram menores que eu, e resisti bravamente no começo. Mas quando outro policial veio ajudá-los eu parei de lutar. Fui jogado com violência para dentro do ônibus, que já abrigava meia dúzia de detentos, e recebi ordem de sentar. Poucos minutos depois, meus captores empurraram uma mulher obviamente grávida para dentro do veículo com tanta força que ela quase saiu voando pelo estreito corredor

central. Protestei com veemência, usando uma linguagem vulgar. Um carabineiro bateu na minha cabeça com a coronha de seu rifle automático. Protegi a cabeça bem na hora, e o golpe acertou meus dedos e a palma da mão direita. A dor foi lancinante (dois dedos quebrados, como se verificou mais tarde), mas salvei o crânio. Enquanto outro jovem detento que protestara contra o tratamento dispensado à mulher era severamente espancado na parte traseira do ônibus, o policial que me batera apontou a arma para minha cabeça.

"Se você não ficar no lugar eu meto uma bala na sua cabeça", gritou ele. "É só tentar se mexer!", desafiou-me.

Ele não estava só completamente descontrolado. Mais parecia um criminoso que um agente da lei. Foi nesse momento que a viúva de Neruda se aproximou do ônibus e exigiu a soltura dos prisioneiros. Vendo que seu apelo não funcionava, ela se aproximou da janela na altura onde eu estava sentado com a arma apontada para minha cabeça e perguntou meu nome. Decidi não testar a determinação do policial. Eu não podia acreditar que a mesma pessoa que desfrutara os almoços intelectualmente estimulantes na Brookings Institution poucos meses antes estivesse agora na traseira de um ônibus sujo dos Carabineros, com uma arma na cabeça.

Todos os detidos, cerca de 15 pessoas, foram levados para um distrito policial próximo, na rua San Francisco. Lá, fomos obrigados a nos ajoelhar num pátio de cimento. "Então vocês estavam insultando meu general Pinochet", disse um dos policiais, pouco antes de começarem a nos espancar. Quando acabaram, recebemos ordens para permanecermos de joelhos. Com o passar do tempo, e como não víssemos os carabineiros por perto, vários de nós tentamos levantar um joelho do chão, a fim de aliviar a dor. Para nossa surpresa, um dos nossos colegas "prisioneiros" chamou o policial, gritando: "Esse aqui, aquele lá, aquele outro também", enquanto apontava para mim e para os outros detentos que não estavam totalmente ajoelhados. O suposto prisioneiro era um policial disfarçado que estava ali para nos vigiar e averiguar qualquer outro plano perigoso que acalentássemos, além dos protestos pacíficos.

Como fui identificado como um dos detentos a violar a ordem de permanecer ajoelhado, dois carabineiros me golpearam com cassetetes e me chutaram com seus pesados coturnos. Minhas costas doíam – depois elas ficaram pretas e azuis –, mas a dor nos dedos fraturados eclipsava o novo espancamento. Após algumas horas ajoelhado – o cimento frio aliviava a dor nos dedos –, recebemos ordens de levantar e entregar nossos documentos. Desse momento em diante, não fomos mais submetidos a tortura ou maus-tratos.

Soltaram-nos pouco depois da meia-noite. Minha família tinha ficado muito aflita e com medo; eles já haviam feito contato com um padre católico que

conheciam para tentar me encontrar. Eu os fiz prometer que não contariam a Pamela, que ainda estava em Denver, que eu estava preso.

Uma semana depois, eu deveria me apresentar a um juizado de distrito, com meus companheiros de detenção. Chegamos por volta das oito da manhã, apenas para descobrir que, como tínhamos sido acusados de provocar desordem pública e de "insultar o presidente da República", nosso caso fora elevado a uma instância superior (o 5º Tribunal de Mayor Cuantía). Um dos meus colegas de universidade, Raymundo Barros, se ofereceu para ser meu advogado. Embora direito penal não fosse sua especialidade (ele era um conhecido especialista em direito internacional), confiei-lhe meu caso. Juntos, nós preparamos a minha defesa. Eu ia declarar que não estava envolvido na manifestação, que folheava livros usados num sebo próximo quando ouvi o tumulto na praça e fui ver o que acontecia. Um músico de jazz que me conheceu por intermédio de um primo se ofereceu para atestar que me vira na livraria.

Quando finalmente comparecemos ao tribunal, tudo deu certo. O magistrado aceitou minha defesa e minha testemunha, e na verdade se mostrou aborrecido com o caso. Fui "absolvido temporariamente" das acusações, isto é, o caso podia ser reaberto no futuro. Nada jamais aconteceu, e, exceto pelos dedos quebrados, que nunca se recuperaram completamente, eu logo esqueci a prisão e o espancamento que sofri naquele fevereiro de 1979.

Frequentar manifestações era apenas uma pequena parte das minhas atividades políticas. Pouco antes de mudar-me de volta para o Chile, fui à Europa e me encontrei, em Berlim Oriental, com um ex-congressista do Partido Socialista, Victor Barberis, que morava no México e era encarregado do escritório do partido na América do Norte. Nosso encontro foi na casa do líder socialista Clodomiro Almeyda.

O governo do presidente Erich Honecker, da Alemanha Oriental, tinha sido generoso com os chilenos, dando boa acolhida a milhares de refugiados como Almeyda. Na República Democrática Alemã (RDA), a maioria dos refugiados chilenos tinha empregos, possibilidade de estudar, escolas para os filhos e outros benefícios. Não é de surpreender, portanto, que, quando o Muro de Berlim caiu e a RDA foi dissolvida, Honecker tenha buscado refúgio na embaixada do Chile em Moscou, onde Almeyda era o chefe da missão; Honecker acabou morando em Santiago, onde morreu, em maio de 1994.

A vida na Alemanha Oriental tornou-se insuportável para muitos, em particular para os socialistas acostumados com a liberdade, o debate crítico e o não conformismo que tínhamos conhecido no Chile pré-golpe. A disciplina e o controle excessivo exercidos pelo Partido Comunista Alemão deixavam os socialistas chilenos preocupados. Permissões para viajar para fora da RDA eram

muitas vezes proteladas ou negadas. A polícia secreta Stasi e seus informantes espionavam os exilados chilenos (assim como seus próprios cidadãos).

Víctor Barberis explicou que o Partido Socialista passava por tempos difíceis. Pensei que estivesse se referindo aos desafios de sobreviver no exílio, mas, na verdade, ele estava falando sobre uma divisão que então fermentava entre os socialistas, e que militantes de base como eu ainda não conseguiam perceber. Quando voltasse ao Chile, eu devia entrar em contato com Ricardo Lagos, um economista socialista, instruiu-me ele. “Você é um intelectual, e nós precisamos de propostas detalhadas que estejam em contato com o dia a dia da realidade chilena.”

Fui ver Lagos cerca de um mês depois de ter voltado ao Chile. Tivemos uma boa conversa. Ele me disse que intelectuais e ativistas de esquerda estavam analisando a realidade chilena em alguns centros de ciências sociais e me convidou a comparecer aos encontros. Também sugeriu que nos encontrássemos socialmente depois que Pamela chegasse dos Estados Unidos.

No Centro de Estudos Econômicos e Sociais, então dirigido pelo especialista Manuel Barrera e situado no centro, na rua Miraflores, nós discutíamos política e sociedade a partir de uma perspectiva socialista. Na época, era difícil manter financeiramente as instituições acadêmicas, mas nós nos empenhávamos para conservá-las vivas, pois eram instrumentos vitais para o reagrupamento dos dissidentes. Além disso, ofereciam uma estrutura para a convergência da oposição política; por exemplo, o Centro Vector e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) coordenavam algumas atividades com a Corporação de Estudos para a América Latina (Cieplan, em espanhol), de tendência democrata cristã. Nessas instituições, travei conhecimento com vários colegas que acabaram virando bons amigos.

As coisas assumiram uma dinâmica mais prática quando o brilhante sociólogo Enzo Faletto decidiu convidar um pequeno grupo de socialistas para se encontrar todas as quintas-feiras no Vector. A ideia era diagnosticar o que tinha dado errado no governo Allende e, a partir daí, desenvolver uma estratégia efetiva de confronto com a ditadura, baseada em análises pragmáticas da realidade presente, e não em esquemas ideológicos preconcebidos.

Os encontros eram frequentados por Lagos, Faletto, Ricardo Nuñez, Luis Alvarado, Rodrigo Alvayay, Eduardo Ortiz (que se tornou diretor do Vector, num novo local, mais modesto), Eduardo Trabucco, eu e alguns outros. Ficamos conhecidos como “grupo da quinta-feira”. Nossas discussões eram honestas e autocríticas; tornou-se claro para nós que o Partido Socialista radicalizado tinha uma parcela significativa da responsabilidade pela queda de Allende. Além disso, percebemos que o Chile estava mudando. Por exemplo, o crescimento do

setor de serviços da economia, combinado com a repressão aos líderes trabalhistas, fazia com que diminuísse drasticamente o número de membros dos sindicatos, o que levava a um declínio do poder político dos trabalhadores industriais.

Além disso, mortes, repressão e exílio fizeram os socialistas reavaliarem o valor supremo do estado de direito, que alguns tinham criticado no passado, opondo democracia "real" a democracia "formal". Muitos socialistas começaram a ler a obra do filósofo italiano Norberto Bobbio, segundo o qual aqueles que estão comprometidos com mudanças sociais "devem defender acima de tudo o estado de direito. Provendo-o, certamente, de um novo conteúdo", como ele disse, "mas jamais esquecendo que esses novos conteúdos, se não estiverem inseridos nas estruturas do estado de direito, acabarão se tornando novos instrumentos de desigualdade e opressão". Ademais, alguns socialistas começaram a advogar estruturas partidárias diferentes, mais abertas, capazes de incorporar novos desafios, além da luta de classes, como a igualdade de gênero, a proteção ambiental e a descentralização do poder. Esses socialistas começaram a ser chamamos de "renovados".

Depois do nosso 11 de setembro, o Partido Socialista tinha se despedaçado. Suas tensões internas, refletidas num voto no congresso do partido, em 1967 – endossando a "violência revolucionária", ao mesmo tempo em que elegia um secretário-geral mais moderado, o senador Aniceto Rodríguez –, tinham se intensificado com a repressão. Alguns líderes procuraram asilo em embaixadas e outros foram presos ou mortos. Em 1975, o "Secretariado Interior", composto por Ricardo Lagos Salinas (nenhuma relação com o economista socialista Ricardo Lagos Escobar), Carlos Lorca e Ezequiel Ponce, desapareceu por obra da Dina de Pinochet. Fora do Chile, o "Secretariado Exterior" era liderado por Carlos Altamirano. Em 1978, durante uma conferência socialista chamada Encontro da Argélia, mas realizada em Berlim, por motivo de segurança, Altamirano abandonou sua visão de que a queda de Allende se devia à falta de uma "política militar para enfrentar um conflito que era inevitável e que em última análise necessitava de uma resolução de tipo militar". Além disso, em vez de defender a aliança clássica da esquerda com o Partido Comunista, Altamirano agora acreditava que os socialistas tinham de buscar um entendimento de longo prazo com os centristas democratas cristãos.

Os novos líderes do Secretariado Interior discordavam do diagnóstico de Altamirano e rejeitavam a ideia de uma aliança com os democratas cristãos em detrimento dos comunistas. Em abril de 1979, o Secretariado Interior afastou Altamirano da secretaria-geral e o substituiu por Clodomiro Almeyda.

O grupo de Altamirano respondeu realizando uma conferência própria em

Paris, conhecida como 24º Congresso do Partido Socialista. As decisões do Secretariado Interior foram repudiadas. Almeyda foi acusado de tentar impor ao partido uma "ortodoxia supostamente marxista-leninista, a-histórica, obsoleta e antidemocrática". Ricardo Nuñez – ex-secretário geral da Universidade Técnica do Estado que vivia em Berlim Oriental, mas podia entrar no Chile legalmente – foi nomeado chefe do partido. Em resumo, o Partido Socialista, o partido de Allende, tinha experimentado um cisma justo quando a unidade era mais necessária para enfrentar Pinochet.

Não conseguimos acreditar na notícia quando a escutamos. "Isso é um presente para Pinochet", disse Ricardo Lagos.

Por trás da cisão socialista havia uma discordância profunda sobre como enfrentar Pinochet e, consequentemente, sobre o futuro da política democrática no Chile. Os "socialistas renovados" compartilhavam o diagnóstico feito por Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, que, refletindo sobre a experiência de Allende, tinha reclamado um "compromisso histórico" entre a esquerda e a democracia cristã como única opção sensível para garantir a via democrática para o socialismo. Era preciso criar um novo bloco social em prol da mudança, com base na luta das massas e no consenso político; necessária não era "uma alternativa de esquerda, mas uma alternativa democrática", argumentou Berlinguer. O debate europeu sobre o Chile levou ao que mais tarde se tornou amplamente conhecido como "eurocomunismo".

No curto prazo, a aliança com o Partido Democrata Cristão era essencial para enfrentar a ditadura no Chile. Mais tarde, no entanto, uma coalizão com a democracia cristã – um compromisso histórico, nas palavras de Berlinguer – também seria necessária para romper a barreira de três terços do presidencialismo chileno, em que uma esquerda forte, um centro forte e uma direita relativamente forte se anulavam reciprocamente, e no fim só um setor tendia a governar sozinho, como minoria, num arranjo por si mesmo instável. A aliança entre os socialistas e os democratas cristãos garantiria uma coalizão majoritária em prol da estabilidade democrática e da mudança social futura, pensávamos nós.

Por trás da ruptura socialista e da polarização dentro da esquerda, também havia discordância profunda sobre a importância da democracia. Quando o movimento trabalhista Solidariedade, liderado por Lech Walesa, se rebelou contra o domínio comunista na Polônia, o secretário-geral do Partido Comunista Chileno, Luis Corvalán, disse que os problemas se deviam "ao abandono, pelos comunistas poloneses, dos princípios leninistas e das normas internas do partido". Em janeiro de 1982, Corvalán elogiou as medidas repressivas tomadas pelo general Woijciech Jaruzelski "para impedir um banho de sangue semelhante

ao do Chile". Em contraste, o líder socialista Carlos Altamirano tinha visitado Varsóvia em 1981 para encontrar-se com Walesa a fim de transmitir a ele e ao movimento Solidariedade o total apoio do Partido Socialista chileno, ou pelo menos de sua ala "renovada".

Lagos e eu decidimos não tomar partido na divisão dos socialistas, embora nos sentíssemos mais perto do grupo Altamirano-Nuñez. Em vez disso, Lagos decidiu lançar uma campanha pela reunificação. A principal divisão no seio do Partido Socialista fora precedida pelo surgimento de outros grupos dissidentes menores. Esta seria a chance de reuni-los novamente. Como muitos no "grupo da quinta-feira" decidiram permanecer neutros, começamos a ser convidados para as conversações sobre a reunificação como "intermediários honestos".

Durante uma visita ao México, Ricardo Lagos se encontrou com Hortencia "Tencha" Bussi, viúva do presidente Allende, que perguntou sobre sua opinião acerca da ruptura Almeyda-Altamirano. Lagos explicou nossa posição. "Então vocês são os Suíços. São neutros como os suíços", disse Tencha. O nome pegou.

"Como podemos entrar para os Suíços?", perguntavam-nos muitos socialistas. Eu respondia que não éramos mais uma facção. "Nós simplesmente não vamos nos posicionar sobre a divisão, e acreditamos que a maioria da base dos socialistas quer um partido unido para lutar contra Pinochet", eu repetia.

Grupos e facções socialistas se multiplicavam durante esse período de divisão. Todas reivindicavam representar o partido. Como se "os Suíços" fossem juízes no conflito, os líderes desses diversos grupos começaram a se reunir conosco para discutir suas respectivas causas. Nesse ínterim, um movimento de "Convergência Socialista" começou a crescer, no começo dos anos 1980, envolvendo sobretudo pequenos grupos e partidos de esquerda oriundos de rachas no Partido Democrata Cristão no final dos anos 1960 e começo dos 1970, bem como grupos independentes.

O movimento da Convergência Socialista percebeu o vácuo produzido pela atomização do Partido Socialista histórico como uma oportunidade de sucedê-lo, ocupar seu lugar pela criação de uma força mais ampla de todas as correntes progressistas e de tendência socialista. Mas Ricardo Lagos, eu e outros poucos socialistas, embora comparecêssemos a esses encontros, nunca abandonamos nossos esforços para estimular a reunificação do Partido Socialista. Com raízes firmes na sociedade chilena, o Partido Socialista nos parecia indispensável para lutar contra a ditadura de Pinochet. O movimento da Convergência se dissolveu aos poucos, à medida que o Partido Socialista recuperava sua unidade.

Em 1980, Pinochet tinha superado desafios sérios ao seu poder. Em 1978, ele expulsara da Junta o general da Força Aérea Gustavo Leigh; evitara a guerra com a Argentina em função da disputa do canal de Beagle, que estava nas mãos

do papa João Paulo II, em processo de mediação; neutralizara as pressões dos Estados Unidos sobre o caso Letelier, entregando Townley, agente da Dina, e dissolvendo a polícia secreta da Dina; concedera uma anistia para todos que tinham cometido crimes entre setembro de 1973 e 10 de março de 1978, exceto para a investigação pendente do caso Letelier.

Mas, se conseguira manter seus inimigos ao largo, ele estava sujeito a pressões no interior da sua própria coalizão, de ambos os lados do espectro político. Os moderados do governo, especialmente os Chicago Boys, sentiam que o modelo de livre mercado só podia ser validado internacionalmente e sustentado do ponto de vista interno se houvesse pelo menos uma aparência de democracia. Jorge Alessandri, ex-presidente conservador (1958-64), e seus aliados na direita tradicional sentiam-se embaraçados pelo status de pária do Chile. Talvez uma "democracia protegida", encarnada numa nova Constituição, fosse uma alternativa que Pinochet pudesse aceitar. Além disso, a longa e apreciada tradição de democracia no Chile exigia a legitimação constitucional do regime de Pinochet. A base do ditador, seus partidários linhas-duras, claro, não queria Constituição alguma.

Uma comissão constitucional, liderada por Enrique Ortúzar, ministro da administração conservadora de Alessandri, fora criada em 1973, mas cinco anos se passaram antes de Pinochet pedir a ela que apresentasse uma minuta de Constituição para sua avaliação. O Conselho de Estado, instituição fantasma criada estritamente por motivos cosméticos, chefiado por Alessandri, deveria analisar a minuta. O ex-presidente levou seu papel a sério. Para desgosto de Pinochet, ele introduziu artigos temporários no documento, estabelecendo datas e mecanismos concretos de transição para uma "democracia protegida". Pinochet permaneceria na Presidência da República até 1985, mas seus poderes declinariam aos poucos. A Junta deixaria de ser o "Poder Legislativo" e manteria apenas uma função consultiva.

Pinochet não gostou da proposta. Ele queria ficar no poder pelo menos mais 16 anos, depois de 1980; provavelmente calculou que teria 81 anos em 1997, uma idade boa para começar a pensar em aposentadoria. Ortúzar sugeriu diplomaticamente que 16 anos talvez fosse um período longo demais. "Muito bem", disse Pinochet, andando para um quadro-negro onde traçou uma linha vertical. "Oito anos, e nós cortamos." Pinochet traçou outra linha. "Então, mais oito anos. No meio, fazemos um plebiscito de ratificação." A questão foi resolvida.

A Constituição estabeleceu um "período de transição" de oito anos, na melhor das hipóteses, em direção a uma democracia protegida, pontuado por um plebiscito em 1988, o qual "aprovaria" (ou "desaprovaria") um candidato único

como presidente da República. Um artigo transitório da Carta discriminava que os comandantes em chefe das Forças Armadas e o general diretor dos Carabineros iriam “propor unanimemente ao país”, pelo menos 90 dias antes do fim do mandato de transição de oitos anos de Pinochet, a pessoa para ocupar a Presidência da República nos oito anos seguintes. Nenhuma data específica era fixada para o plebiscito; nenhum nome de candidato específico era mencionado na sessão referente à transição da Constituição.

Pinochet supôs, naturalmente, que ele seria o candidato oficial e continuaria no poder até completar os 16 anos que ambicionava. Na improvável possibilidade de o nome proposto pelas Forças Armadas perder o plebiscito, a Constituição determinava que Pinochet continuasse no cargo por mais um ano, e que eleições presidenciais e para o Congresso tivessem lugar em 1989. Caso contrário, a primeira data para a realização de eleições seria 1997. Alessandri protestou contra a decisão de Pinochet e renunciou silenciosamente ao seu cargo.

Além de ser talhada para acomodar o domínio pessoal de Pinochet, a nova Constituição era esmagadoramente antidemocrática. O Senado por ela estabelecido era em grande parte indicado; criava-se um Conselho Nacional de Segurança controlado pelos militares; vetava-se ao presidente da República o poder de afastar comandantes em chefe das Forças Armadas; e era virtualmente impossível de ser emendada.

Não obstante, em agosto de 1980 Pinochet convocou cinicamente um plebiscito para ratificar a Constituição – uma votação nacional que ocorreria apenas um mês após o anúncio feito por ele. A oposição quase não tinha tempo para preparar sua campanha e também teve acesso negado aos jornais e televisões pró-governamentais. Todas as manifestações públicas contra a Constituição foram proibidas. Com meus próprios olhos, vi pessoas sendo arrastadas para fora de ônibus públicos e espancadas por gritarem “Diga ‘não’ à Constituição!”. A ditadura só autorizou uma manifestação da oposição – a primeira desde o golpe –, em 27 de agosto. Foi realizada num recinto fechado, o teatro Caupolicán, na rua San Diego. O acesso da imprensa foi proibido, exceto para umas poucas estações de rádio simpatizantes da Igreja católica. Os Carabineros colocaram barreiras isolando o perímetro do teatro, e centenas de policiais foram posicionados diante delas. A arena estava cheia até o teto, com cerca de dez mil pessoas. Multidões não conseguiram entrar. Eu estava lá dentro. A atmosfera de coragem e energia contida era eletrizante.

O principal orador foi o ex-presidente Eduardo Frei Montalva, o distinto político democrata cristão que tinha se oposto ao governo da Unidade Popular do presidente Allende. Frei não mediu palavras. Denunciou a Constituição como ilegítima em suas origens e antidemocrática em sua substância; era “ilegal, uma

ficção científica e uma fraude", acrescentou ele. Votando "não", as pessoas pelo menos estariam dando seu testemunho.

Ao sairmos do teatro, houve confrontos entre a polícia e os participantes. Como éramos muitos, reagimos – acertando socos e chutes nos nossos agressores. Nessa noite, o âncora de TV Patricio Bañados, do Canal 11, da Universidade do Chile, recusou-se a ler vários parágrafos de uma notícia que maliciosamente atacava Frei e a manifestação. Seu contrato estipulava que ele não era obrigado a ler insultos ou mentiras contra pessoas ou instituições. Quando Bañados saiu do estúdio, o diretor do canal esperava para demiti-lo.

O plebiscito foi realizado em 11 de setembro de 1980. O voto "sim" recebeu 67%, contra 30,1% do "não". Em alguns distritos e cidades, houve mais votantes que pessoas inscritas. Pinochet ficou em júbilo. Numa manifestação em frente ao quartel-general da Junta, naquela mesma noite, ele fez um discurso celebrando sua vitória. Prometeu empregos, novos projetos habitacionais, carros e aparelhos de telefone e televisão, e a criação de um grande "movimento militar-civil no Chile" ao longo dos oito anos seguintes. No dia seguinte, o general deu uma coletiva de imprensa. Quando lhe perguntaram por que tinha dito, um dia antes do referendo constitucional, que ele não seria candidato se houvesse eleições em 1989 – uma declaração surpreendente e que anos mais tarde voltaria para assombrá-lo –, ele pareceu confirmar: "Eu nunca disse que não serei candidato. Disse que não estaria aqui. Eu já disse centenas de vezes que não aspiro à reeleição, pois um homem com mais de 70 anos não desempenha adequadamente um cargo como este."

Em 11 de março de 1981, Pinochet prestou juramento como presidente da República segundo as disposições da nova Constituição. Mudou a Presidência da República para um Palácio de la Moneda reconstruído, longe de seus ex-colegas da Junta. Algum tempo depois, Pinochet se promoveu a capitão general do Exército, patente que somente o herói nacional e libertador Bernardo O'Higgins merecera. Ele acrescentou alguns centímetros a seu quepe militar para parecer mais alto que seus camaradas do Exército. O almirante José Toribio Merino se queixou, em particular, de que agora devia solicitar audiência com Pinochet por intermédio da Comissão Consultiva do Exército.

PINOCHET SENTIA-SE MAIS FORTE QUE NUNCA. Não só havia superado os problemas que o haviam incomodado durante 1978 e 1979, mas também vencera o plebiscito. E, para arrematar as coisas, Ronald Reagan fora eleito presidente dos Estados Unidos. A oposição sentiria o impacto. Líderes dos direitos humanos foram chutados para fora do país, e Frei Montalva morreu misteriosamente após

uma cirurgia.

Na quinta-feira 25 de fevereiro de 1982, Tucapel Jiménez, presidente da Associação Nacional de Empregados Fiscais (Anef), foi declarado desaparecido depois de não comparecer a nenhuma das reuniões que havia marcado para aquele dia. Uma semana antes, Jiménez tinha feito um apelo público pela unidade de todos os trabalhadores e suas organizações para lutar pela democracia e contra a política econômica do governo. O jornal oficial *La Nación* escrevera que sua declaração ecoava a "fraseologia do comunismo internacional" e atacara a Anef, chamando-a de "melhor bastião dos marxistas, embora seus líderes se disfarçassem de sociais-democratas". O próprio Pinochet havia feito ameaças veladas contra Jiménez, embora fosse cuidadoso ao não mencionar seu nome.

O corpo de Jiménez foi achado naquela mesma noite, no distrito rural de Lampa, ao norte de Santiago, dentro do táxi que ele dirigia para ganhar a vida. O Datsun 150Y foi encontrado numa estrada de terra; estranhamente, o carro estava muito limpo, em particular a maçaneta no lado do motorista. Jiménez fora baleado na cabeça, e sua garganta estava cortada. Juan Alegría, um carpinteiro pobre de Valparaíso, confessou o crime por escrito antes de cometer suicídio cortando os pulsos e enforcando-se. Supostamente, ele apenas queria roubar Jiménez, mas, quando soube da identidade do líder sindical, foi sobrepujado pelo remorso. Mais tarde, descobriu-se que Jiménez tinha sido assassinado pela CNI, e que Alegría fora morto como parte do acobertamento. Sua confissão era completamente falsa.

Justo quando tudo parecia estar indo bem para Pinochet, o modelo econômico de Chicago começou a vir abaixo.

Em 1981, o Chile estava em meio a um boom econômico. Fixar o preço do peso numa taxa baixa, de 39 pesos por dólar americano, estimulara as importações maciças de bens que eram novos para os consumidores locais ou que o Chile havia manufaturado no passado. Uma burguesia outrora discreta agora ostentava sua prosperidade com carros de luxo, mansões e farras de compras no exterior, enquanto os setores mais pobres tentavam participar do boom no setor de consumo fazendo dívidas para adquirir rádios portáteis ou aparelhos de televisão. O desemprego, contudo, manteve-se obstinadamente alto, em cerca de 17%, já que as fábricas faliam por causa do afluxo de importações baratas.

Os empresários chilenos tomaram pesados empréstimos nos mercados financeiros internacionais, que estavam repletos de "petrodólares". Os consumidores também pediam empréstimo a taxas fixas no mercado local. Em 1982, 50% dos empréstimos garantidos pelo sistema bancário chileno eram em dólares. Endividar-se em dólar era bom negócio, pois os bancos ofereciam

empréstimos em dólar barato a taxas de juros menores que os empréstimos em peso.

Em maio de 1981, porém, houve um sinal inesperado de alerta. Faliu a velha e prestigiada Companhia Refinadora de Açúcar, de Viña del Mar. Além disso, o preço das exportações chilenas começou a cair, ao mesmo tempo que as taxas de juros internacionais aumentavam e o dólar ficava mais caro.

A alta do dólar era resultado dos esforços do governo Reagan para levar a inflação para um patamar abaixo de 10%. Paul Volker, presidente do Federal Reserve, o banco central norte-americano, tinha aumentado as taxas de juros, contraindo a expansão do suprimento de dinheiro, o que levou a uma recessão da economia americana a partir de 1982. Ao mesmo tempo, os preços das commodities chilenas, inclusive o cobre, foram a pique por causa do declínio da economia mundial. A economia chilena apresentava imenso déficit na conta-corrente da balança de pagamentos, de 15% do PIB, no final de 1981.

Os Chicago Boys acreditavam que haveria "correção automática", isto é, que as taxas de juros mais altas atrairiam capital estrangeiro como poupança, o que engordaria as reservas do Banco Central chileno. O aumento na disponibilidade de dinheiro faria as taxas de juros caírem. Em todo caso, essa era a teoria. Mas a realidade determinou outra coisa. O Banco Central começou a perder reservas e o dinheiro tornou-se escasso.

O ministro das Finanças, Sergio de Castro, fez um pronunciamento em rede nacional de televisão em 21 de julho de 1981, para acalmar o ambiente. Ele apresentou um balanço otimista das realizações econômicas do regime, embora advertisse sobre a iminência de tempos difíceis, pela mudança do cenário internacional. Nenhuma medida radical foi anunciada. Embora os empresários chilenos pleiteassem uma desvalorização da moeda, o ministro perseverou na ortodoxia de Chicago para combater a inflação, e o valor do peso permaneceu fixo em 39 pesos por dólar. Em vez disso, Castro pediu a Pinochet que diminuísse os gastos, restringindo o consumo. O objetivo seria alcançado por um decreto abaixando os salários do setor público e indicando ao setor privado a necessidade de reduzir os vencimentos em cerca de 12% a 13%, para se chegar a um novo equilíbrio. Os salários cairiam de todo modo por causa da inflação, argumentou Castro. Ele acrescentou que desvalorizar a taxa de câmbio fixa dólar-peso desgastaria a confiança no regime. Pinochet aceitou a proposta do seu ministro, mas a Junta discordou, pelo menos na questão dos salários.

Numa reunião de gabinete muito tensa, presidida por Pinochet, Castro e o ministro do Trabalho, Miguel Kast, retomaram a ofensiva, dessa vez tentando conseguir um acordo que eliminasse o salário mínimo, como primeiro passo de uma política gradual de ajuste da economia. Se o salário mínimo não fosse

suprimido, argumentaram Kast e Castro, o desemprego aumentaria, pois os empresários prefeririam demitir trabalhadores a pagar salários excessivos. Kast tinha pedido a solidariedade dos colegas ministros antes de entrarem na sala de reunião do gabinete. Quase ninguém argumentou contra ele, exceto José Piñera, ministro das Minas, que insistiu não haver relação causal entre salário mínimo e desemprego. Além disso, argumentou ele, o Estado tinha a responsabilidade social de proteger os fracos – e mesmo uma economia de mercado precisava de regulamentos que favorecessem os pobres. Pinochet concordou com Piñera. O salário mínimo não seria tocado. Um Castro furioso insultou Piñera quando eles deixaram a sala.

Em 2 de novembro de 1981, o Estado interveio em quatro bancos privados e quatro empresas financeiras que estavam à beira do colapso. Uma crise estava em curso, confirmando os temores crescentes sobre a fragilidade do sistema bancário chileno. No fim do ano, metade do capital e das reservas dos bancos e financeiras locais estava comprometida em empréstimos podres. Os grupos econômicos que tinham crescido à sombra do liberalismo econômico emprestaram dinheiro para suas empresas filhotes e irmãs, e muitas delas agora haviam-se tornado inadimplentes, produzindo um efeito dominó nos mercados de capital. O Banco do Chile, por exemplo, tinha pelo menos 11 companhias devedoras principais pertencentes a seu conglomerado matriz, o grupo BHC, dirigido pelo empresário Javier Vial. Vários outros conglomerados econômicos corriam risco. Para evitar o caos total, o Banco Central anunciou que o Estado ia garantir os depósitos de poupança nos bancos e companhias financeiras que ele assumira – promessa que custou ao governo 300 milhões de dólares nos 60 dias seguintes.

Em abril de 1982, Pinochet convocou sua equipe econômica ao La Moneda outra vez. Castro insistiu que a desvalorização não era uma possibilidade. Pinochet lhe deu uma indicação do que ia acontecer quando, aborrecido, declarou: “Por que nós não admitimos? A situação, tal como se apresenta, já é um fracasso.”

Na sexta-feira, 16 de abril, Pinochet convocou Castro ao seu gabinete no Palácio de la Moneda e pediu sua renúncia. Em protesto, todo o gabinete pediu demissão. Visivelmente abalado, Pinochet apareceu na televisão em 19 de abril para anunciar que o gabinete havia renunciado e que em breve ele nomearia uma nova equipe. Todavia, não anunciou de imediato a desvalorização da moeda, mas o afastamento do poderoso ministro das Finanças, Sergio de Castro, até então o mais importante Chicago Boy do regime. Aquilo era um terremoto político.

Os Chicago Boys não eram um bloco monolítico – alguns eram mais fundamentalistas que outros em suas crenças. O grupo de Chicago mais ortodoxo

era liderado por Castro. Esse grupo, que incluía Pablo Baraona, Jorge Cauas, Alvaro Bardón, Roberto Kelly e Miguel Kast, acreditava que o mercado era uma esfera de intercâmbios automáticos governada por leis imutáveis. Seguindo os preceitos de filósofos como Friedrich von Hayek, esses economistas acreditavam na liberdade econômica ilimitada e viam o papel do governo confinado à criação e defesa de mercados e à facilitação da iniciativa privada; naturalmente eles rejeitavam a advertência de Karl Popper sobre o "paradoxo da liberdade", segundo o qual a liberdade econômica irrestrita podia ser tão injusta quanto o exercício da liberdade física ilimitada de indivíduos fortes sobre indivíduos fracos, privando esses últimos da sua liberdade. Esse grupo priorizava a redução da inflação e o estímulo ao crescimento, por meio do controle do suprimento de dinheiro, liberando preços, reduzindo o tamanho do Estado (e limitando-o a um papel "subsidiário"), criando mercados de capital privados, eliminando subsídios e abrindo o país ao comércio exterior.

Pinochet sentia-se mais próximo desse grupo fundamentalista porque seus integrantes acreditavam que a democracia devia esperar até que as transformações de longo prazo, necessárias à economia, fossem plenamente implantadas. Mas a aliança de Pinochet com esse círculo ortodoxo era, como sempre, condicionada pelo pragmatismo do general face à realidade inegável. Foi por isso que, num momento de crise, ele enveredou pelas políticas econômicas populistas, só para fiar-se num grupo mais pragmático dos Chicago Boys, como Hermán Büchi, José Piñera e o empresário Carlos Cáceres, que compartilhavam as orientações básicas de Chicago, mas estavam dispostos a introduzir regulações estatais, subsidiar setores da economia e até mostrar alguma flexibilidade política a fim de salvar o sistema de mercado.

No meio da crise de 1982, Pinochet tencionava nomear militares para os postos econômicos mais importantes. Os Chicago Boys lançaram uma contraofensiva quando Pinochet insinuou o nome do general Gastón Frez – que tinha barrado a privatização do cobre e fora continuamente hostil à ortodoxia de Chicago – para substituir Castro. Como de praxe, Pinochet optou pelo caminho do meio. Um discreto economista de Chicago, Sergio de la Cuadra, foi nomeado para as Finanças; o general do Exército Luis Danús, para o posto na Economia; e o general Frez foi designado para o Ministério do Planejamento.

A indecisão de Pinochet agravou o problema. O novo ministro das Finanças, apoiado por uma equipe consultiva dos Chicago Boys, entrou em conflito com o ministro Danús, da Economia, e as sessões do gabinete descambaram em discussões intermináveis, o que só confundiu e irritou o ditador. Certa vez, numa dessas reuniões, o general Frez disse a Pinochet: "Meu general, eu não gostaria que o senhor se tornasse o primeiro presidente na história a baixar oficialmente

os salários.”

Num domingo, em junho de 1982, o Estado-Maior militar de Pinochet ordenou que De la Cuadra, Danús e Frez se apresentassem ao Ministério da Defesa na manhã seguinte para uma reunião. Pinochet, que continuava a ser o comandante em chefe do Exército, nunca perdeu de vista de onde emanava seu poder: de sua posição dupla como chefe de Estado e comandante do Exército. Por conseguinte, nas segundas-feiras, ele dava expediente no seu gabinete no Ministério da Defesa, onde examinava assuntos militares ou telefonava para adidos militares em embaixadas estrangeiras importantes a fim de se atualizar sobre suas respectivas funções. Naturalmente os três ministros supuseram que Pinochet quisesse tratar de um problema militar. Eles ficaram espantados com o anúncio do ditador.

“Cavalheiros, nós vamos desvalorizar o peso”, declarou Pinochet abruptamente.

De la Cuadra ficou com a responsabilidade de determinar a dimensão da desvalorização. O ministro da Economia anunciaria a medida em rede nacional de televisão. Frez assumiria o controle dos depósitos em dólar para evitar a fuga da moeda estrangeira. Naquela noite, o general Danús, vestindo uniforme militar, anunciou à nação que o valor do dólar subiria de 39 para 46 pesos, uma desvalorização de 18%. Além disso, o peso continuaria a se deslocar progressivamente com referência a um conjunto de moedas estrangeiras. “Só tolos poupam dólares”, eu me lembro de o economista Alvaro Bardón dizer poucos dias antes da desvalorização.

A medida foi um desastre para aqueles que tomavam empréstimos em dólar; da noite para o dia, suas dívidas se multiplicaram. Empresas faliram, as execuções de hipotecas cresceram muito, o número de demissões elevou-se depressa. No final de 1982, o desemprego subira bem acima dos 20%, e o PIB caíra 13,2%. O desemprego era na verdade bem mais alto, já que os programas de emprego de emergência, que pagavam salários baixos para varrer ruas e outras tarefas braçais, disfarçavam a extensão do problema.

Eu vi a desvalorização de uma perspectiva diferente. Em 1979, Pamela e eu tínhamos feito um empréstimo para comprar um modesto apartamento novo na avenida Vicuña Mackena, no extremo do bairro de Florida, setor semirrural quase a uma hora de distância do centro de Santiago nos horários de maior congestionamento. Embora o preço fosse altíssimo, era o único lugar que podíamos pagar com nossas limitadas poupanças em dólar. Num domingo, em 1982, estávamos passando de carro no distrito de classe média alta de La Reina, perto das montanhas, na zona leste de Santiago, e vimos uma placa de “vende-se” numa casa da rua Reina Victoria, numa agradável vizinhança arborizada.

Decidimos parar e dar uma olhada. Seis casas urbanas em estilo mediterrâneo estavam à venda. Os imóveis, ainda em construção, eram bonitos, e só restavam pequenos acabamentos a fazer.

Pamela e eu tínhamos certeza de que elas estariam fora do nosso alcance, mas, para nossa surpresa, um vendedor nos disse que os preços tinham baixado porque as casas pertenciam a uma mulher que contraíra empréstimos em dólar antes da desvalorização. Agora ela tinha pressa de finalizar a construção, vender as casas e pagar suas dívidas antes que o dólar subisse mais. “É possível que ela aceite uma oferta abaixo desse preço já reduzido”, disse o homem. Ela aceitou. Em duas semanas assinamos o contrato. Pouco tempo depois, vendemos nosso apartamento em La Florida – com prejuízo –, transferimos nossa hipoteca para o comprador, demos entrada na casa de La Reina e conseguimos um novo financiamento habitacional. Graças à desvalorização, melhoramos nosso padrão de vida.

Nesse ínterim, Pinochet se voltou para seu círculo íntimo de conselheiros militares. Ele instruiu o chefe do seu Estado-Maior militar, general Santiago Sinclair, a acompanhar de perto as discussões econômicas em curso na sua administração e reunir informações sobre os diferentes grupinhos e alianças que se formavam. Seu novo gabinete consistia em dez militares e apenas seis civis.

As ondas de choque da desvalorização ainda se espalhavam. O Banco Central decretou restrições para a compra de dólares por parte dos chilenos em viagem ao exterior, e surgiu um “mercado negro” de dólar. As carteiras de dívidas não saldadas dos bancos subiram para cerca de 1,5 bilhão de dólares, aproximadamente 54% do capital e das reservas do sistema financeiro. Dívidas importantes se multiplicavam enquanto as empresas continuavam a falir. O governo concebeu uma fórmula para ajudar os bancos que tinham problemas: o Banco Central compraria as carteiras com dívidas podres dos bancos em troca de bônus não transferíveis, a serem ressarcidos ao longo de uma década.

Havia, contudo, uma condição básica: empréstimos a companhias afiliadas teriam de ser controlados. A partir de então, “carteiras do mesmo grupo familiar” só poderiam chegar a 2,5% do total da carteira de empréstimos de um banco. Um importante homem de negócios, Javier Vial, do conglomerado BHC, que controlava 130 companhias por meio do poderoso Banco do Chile, resistiu ao plano. Empresário autoconfiante e agressivo da aristocracia chilena, cujo império empresarial fora privilegiado pelas políticas de privatização dos Chicago Boys, Vial não queria vender suas carteiras de dívida a preço baixo. Além disso, teve a imprudência de criticar em público a política econômica de Pinochet.

O ditador pôs a culpa da crise na nova plutocracia do Chile e seus viabilizadores educados em Chicago. “Fui brando demais”, disse ele. “Eu devia

ter expulsado do país 100 ou talvez 200 pessoas que ergueram impérios de papel.” Temendo – acertadamente – que Pinochet estivesse se referindo a ele, Vial enviou sinais mais cooperativos ao La Moneda. No entanto, se recusava a abrir mão do controle de seu império. Assumindo o problema para si, ele desafiava tanto o governo Pinochet quanto o desacreditado embora ainda influente grupo dos Chicago Boys. Usando o Banco Andino, instituição financeira baseada no Panamá, de propriedade do seu conglomerado, Vial começou a canalizar recursos ilegalmente para suas companhias do BHC. O sócio de Vial, o vice-presidente executivo do grupo BHC, Rolf Lüders, que fora um dos acólitos chilenos favoritos de Milton Friedman, pediu demissão quando viu que as medidas que havia recomendado para resolver a crise não eram adotadas.

O ministro das Finanças, Sergio de la Cuadra, só ficou quatro meses no cargo. Em agosto de 1982, Pinochet nomeou Rolf Lüders, então ex-executivo do BHC, “biministro” da Economia, dando-lhe o controle tanto das Finanças quanto da Economia. A ideia era alcançar uma coerência maior na política econômica, colocando-a nas mãos de um respeitado “pragmático”. Naquela altura, um bilhão de dólares de reservas tinha evaporado. A cada dia, outros 22 milhões escapavam do Banco Central através de operações do mercado de balcão.

Lüders concentrou-se em alcançar um acordo *standby* com o FMI, o que conseguiu em janeiro de 1983. Na sequência do acordo, em 13 de janeiro, ele decretou intervenção administrativa em mais cinco bancos – inclusive o Banco do Chile e o Banco de Santiago – e a liquidação de três outros. Um especialista do Banco Mundial calculou que os empréstimos não pagos no sistema bancário chileno chegavam a quatro bilhões de dólares. Essas novas intervenções desencadearam uma onda de pânico, uma corrida dos chilenos aos bancos para retirar suas poupanças, exacerbando a crise. Em resposta, o Ministério das Finanças anunciou um novo conjunto de medidas de emergência, incluindo a renegociação de dívidas, um aumento de 20% nas taxas de importação e uma forte elevação do imposto sobre a gasolina.

Para o Estado e para o pagador de impostos chileno, o custo dos subsídios do regime Pinochet aos bancos privados locais (tal como os bancos estrangeiros, eles se recusaram a eliminar suas perdas) e da compra de empréstimos podres foi de cerca de sete bilhões de dólares. Ironicamente, depois de anos de privatização imposta, o regime Pinochet controlava 80% do setor financeiro do Chile; por causa da estreita ligação entre os bancos e suas companhias afiliadas, Pinochet exerceu um grau de controle sobre a economia do Chile com o qual Allende jamais sonhara.

Jorge Vial não foi expulso do país, mas acabou na prisão por repassar

ilegalmente fundos do Banco Andino a companhias do BHC. O “biministro” Lüders renunciou ao gabinete em fevereiro de 1983, depois de ter sido exonerado do posto de ministro da Economia; ele se juntou a Vial na cadeia, por envolvimento nas atividades ilegais do empresário.

O CLIMA DE CRISE ECONÔMICA e o ressurgimento de lideranças socialistas encorajaram o povo a retomar suas atividades políticas e aceleraram o diálogo. A mensagem de reunificação do Partido Socialista defendida pelos Suíços começou a dar frutos. Começaram as conversações, nesse sentido, entre as principais facções. Surpreendentemente, nós, os Suíços, fomos convidados a participar das deliberações. Eu representei nosso grupo nas conversas realizadas em locais clandestinos. Sempre se tomavam medidas estritas de segurança, já que muitos participantes eram os alvos principais da polícia secreta. Gostei de ver os seguidores de Almeyda nas conversações, liderados por Julio Stuardo e Akin Soto.

Um primeiro passo para a unificação foi dado no começo de 1983, com a criação do Comitê Permanente de Unidade Socialista (CPU). Um dia, Ricardo Lagos entrou em contato comigo, pois as conversações tinham avançado até o ponto de acordo formal de reunificação.

“As lideranças de Almeyda e de Altamirano confiam em nós e querem que os Suíços estejam presentes na nova organização. Querem que integremos o comitê central do Partido Socialista reunificado”, disse-me ele. “Quem você acha que devia fazer parte do comitê central, além de nós dois?”

Fizemos uma rápida contagem dos Suíços mais ativos, todos membros do “grupo da quinta-feira”. Chegamos a seis nomes, os nossos inclusive. Os outros quatro seriam Eduardo Ortiz, Jaime Ahumada, Eduardo Trabucco e Rodrigo Alvayay. Enzo Faletto, nosso líder das discussões de quinta-feira, no fundo era anarquista, e não quis ser cogitado. Então apresentamos os seis nomes. Seguindo nossa direção, cada um dos seis grupos que se juntavam para formar o novo comitê central apresentou seis nomes, totalizando 36. Lagos brincou: “Se os Suíços tivessem apresentado sete nomes, o novo comitê central do Partido Socialista teria tido 42, e não 36 membros!”

Quando estávamos fechando o acordo, porém, o grupo de Almeyda empacou. O pessoal de Berlim e alguns dos líderes locais discordavam das ideias de “renovação” defendidas pela maioria dos socialistas pró-unidade. Mas, enfim, alguns militantes de Almeyda, liderados por Julio Stuardo e Akin Soto, decidiram permanecer no processo de reunificação, que culminou em 4 de setembro de 1983, quando o CPU se transformou no Partido Socialista do Chile.

Embora o resultado não tenha sido exatamente o que esperávamos, era muito melhor que a ruptura de abril de 1979.

Nossa tarefa seguinte era buscar bases comuns com os democratas cristãos, a fim de podermos apresentar uma frente unificada contra Pinochet. O Partido Democrata Cristão estava na ilegalidade desde 1977. Em 1982, seu líder, Eduardo Frei Montalva, morrera em circunstâncias suspeitas; Andrés Zaldívar, outro importante líder, estava exilado. No fim de 1982, Gabriel Valdés, ex-ministro das Relações Exteriores, foi escolhido para presidir os democratas cristãos, com um novo diretório composto por líderes como Patricio Aywin e Sergio Molina. Eles estavam dispostos a fazer aliança com os socialistas.

Comecei a viajar pelo Chile para me encontrar com ativistas, às vezes em grupos de no máximo dez pessoas, para recrutá-los de volta à organização e reconstruir nossas velhas redes. Lembro-me de um senhor idoso, de rosto redondo, em Osorno, cidade na região meridional dos lagos, que chorou quando o convidamos e a outras pessoas para se tornarem membros ativos do partido novamente. “Pensei que fosse morrer com a tristeza da queda de Allende, sem ver a ascensão do meu Partido Socialista. Obrigado por renovarem minhas esperanças”, disse ele.

Em 15 de março de 1983, deu-se um passo importante rumo à criação de uma oposição forte e articulada contra Pinochet, quando o “Manifesto democrático” foi assinado por líderes do Partido Democrata Cristão, do Partido Radical, pequeno grupo democrático, e até por um pequeno contingente da direita anti-Pinochet. Dois socialistas também assinaram, individualmente. Seis meses mais tarde, em 16 de agosto, os signatários do “Manifesto democrático” fundaram uma nova coalizão, conhecida como Aliança Democrática (AD); seus integrantes compartilhavam princípios democráticos básicos e um compromisso com métodos pacíficos de luta contra a ditadura. O Partido Socialista, em processo final de reunificação, liderado pelo ministro do Interior do governo Allende, Carlos Briones, juntou-se à coalizão.

Eu estive presente à fundação da AD, num encontro com centenas de participantes, num clube privado, o Círculo Espanhol, onde foi possível sentir uma atmosfera jovial e otimista. Nós ainda não compreendíamos, mas aquilo era o fim da coalizão da Unidade Popular que tinha levado Allende à Presidência da República mais de uma década antes.

A decisão de juntar nossos esforços com os democratas cristãos e outros grupos anti-Pinochet que não compartilhavam nossa ideologia foi ardentemente debatida em nossas fileiras. Tínhamos chegado à conclusão de que todas as forças democráticas do Chile deviam se unir numa luta pacífica contra o ditador. Em contraste, a ala de Almeyda do Partido Socialista, que não aderiu à AD, com

o Movimento Esquerda Revolucionária e o Partido Comunista, defendiam “todas as formas de luta”, inclusive a insurreição violenta.

A AD emitiu um documento que havíamos discutido previamente no contexto do Partido Socialista, intitulado “Bases para o diálogo rumo a um grande acordo nacional”, que esboçava os passos necessários para reconquistar a democracia, inclusive, em primeiro lugar e acima de tudo, uma verdadeira Constituição democrática que emanasse de uma Assembleia Constituinte genuinamente representativa. Pinochet tinha de renunciar, e um pacto social devia ser negociado para sustentar um governo provisório. Era uma plataforma arrojada, mas Pinochet estava distraído demais pela crise econômica para nos subjugar.

Na verdade, em meados de 1983, a liderança do Partido Socialista havia saído da clandestinidade. Nós convocamos uma coletiva de imprensa para anunciar que, dez anos após o golpe, o Partido Socialista era novamente uma parte vital da paisagem política nacional. “Ou nós vamos todos para a cadeia, ou abriremos espaço para o discurso político tolerado”, declarou um dos membros da nossa comissão política. No dia seguinte, um jornal publicou uma notícia com a manchete, “Partido Socialista: ‘É tempo de abandonar as atividades clandestinas’”. Ninguém foi para a cadeia, embora as forças de segurança tenham começado a nos seguir e nos golpeasse ocasionalmente com ações repressivas.

Nós socialistas ainda não tínhamos desistido do Partido Comunista. Víamos a AD como a semente da fundação de um futuro governo de unidade nacional integrado por todos os grupos de oposição, dos democratas cristãos aos comunistas. O modelo que tínhamos em mente era o governo provisório da República francesa perto do fim da Segunda Guerra Mundial, liderado por Charles de Gaulle e baseado numa aliança tripartite dos partidos Democrata Cristão, Socialista e Comunista. Mas as diferenças relativas aos métodos de luta contra Pinochet tornavam um acordo com os comunistas virtualmente impossível. Mesmo assim, o Partido Socialista tentou criar um mecanismo de coordenação informal por meio do Bloco Socialista, pequena coalizão de partidos de esquerda que serviria de ponte entre a Aliança Democrática e o Partido Comunista. Os comunistas recusaram a oferta, exigindo “sentarem-se à mesa principal” da Aliança Democrática, numa aspiração irrealista, tendo em vista sua política insurrecional. Os comunistas e os socialistas de Almeyda optaram, em vez disso, por criar sua própria aliança de esquerda, o Movimento Democrático Popular (MDP).

A crise econômica havia agitado os trabalhadores chilenos. O sindicato mais forte do Chile, a Confederação de Trabalhadores do Cobre (CTC), de 23 mil membros – liderada na época por Rodolfo Seguel, homem dinâmico de 29 anos

–, contatou os líderes da Aliança Democrática para propor uma greve nacional contra as políticas econômicas de Pinochet e o regime ditatorial. A proposta de greve geral nos surpreendeu, porque parecia um objetivo excessivamente ambicioso. Em vez disso, definiu-se um dia nacional de protesto para 11 de maio de 1983.

O clima político era perigoso. Apenas poucos meses antes, em dezembro de 1982, dois líderes sindicais, Manuel Bustos e Héctor Cuevas, tinham sido presos e expulsos do país por tentarem fazer um comício de rua como aquele em que eu fora preso dois anos antes. Além disso, Pinochet reagira energicamente contra os protestos de fazendeiros, muitos dos quais tinham suas terras leiloadas para saldar as dívidas. O líder do movimento, um produtor de trigo chamado Carlos Podlech, ex-capitão de direita que servira com Pinochet, também foi expulso do país.

Durante o dia nacional de protesto, operários e empregados fariam operação tartaruga e saíriam cedo do trabalho; as crianças não compareceriam às escolas; compras não essenciais seriam evitadas; e, o mais importante, todos os cidadãos bateriam panelas e frigideiras num audível sinal de desafio contra o regime, precisamente às oito da noite. A estação de rádio Cooperativa, de propriedade de membros da oposição, manteria o público informado sobre os planos do protesto.

Um ânimo estranho pairava no ar em 11 de maio. Havia menos trânsito que o normal nas ruas, o absenteísmo foi alto nas escolas e ocorreram incidentes em várias universidades, ao meio-dia. A Corporação Nacional do Cobre reconheceu que os trabalhadores das minas de cobre tinham paralisado a produção. A maioria das lojas do centro fechou muito cedo, e os transportes públicos eram escassos no final da tarde. Havia uma nervosa atmosfera de expectativa nas ruas desoladas de Santiago por volta das seis da tarde, em geral auge do *rush*. Saí para ver o que acontecia e senti que os chilenos se preparavam em silêncio para o protesto das oito da noite, embora eu soubesse que podia ser apenas medo o que via no rosto de meus compatriotas que corriam para casa.

Às oito horas, Pamela e eu estávamos cheios de expectativa no pátio da nossa casa, na rua Reina Victoria. Não ouvíamos nada – nenhum protesto, nenhum barulho. De repente houve uma batida de panelas a vários quarteirões de distância, depois mais barulho vindo de outros lugares ao norte, leste e sul, na nossa vizinhança. Pamela e eu começamos a bater nossas panelas e frigideiras. Nossos vizinhos à esquerda e à direita aderiram. Todos pareciam protestar. Sob o céu claro da noite, houve uma sinfonia cacofônica de desafio. Aquela era uma imensa vitória para a oposição.

O barulho continuou; logo os automóveis se somaram ao clamor quando os

motoristas começaram a buzinar, como faziam quando a seleção nacional ganhava uma partida importante de futebol ou se classificava para a Copa do Mundo.

Armados de submetralhadoras Uzi e com cachorros, os Carabineros inicialmente não souberam como reagir. Então, como era de seu estilo, perpetraram atos indiscriminados de violência: nas ruas Tomás Moro e Bilbao e no distrito de La Reina, eles lançaram gás lacrimogêneo aleatoriamente contra grandes edifícios de apartamentos; quebraram para-brisas de carros que buzinavam, arrastaram os motoristas para fora e os espancaram. Mas havia carros demais, como vi por mim mesmo quando fui para a rua, buzinando triunfantes. Em algumas favelas, os moradores armaram barricadas e puseram fogo em pneus e escombros.

Mais de 600 pessoas foram presas naquela noite. Rodolfo Seguel e outros líderes sindicais foram acusados de violar as leis de segurança do Estado e foram afastados dos seus cargos sindicais. Um Pinochet furioso suspendeu os privilégios de imprensa da rádio Cooperativa; os transmissores de outras estações de rádios dissidentes foram destruídos. Ao raiar do sábado, 14 de maio, tropas do Exército isolaram cinco das maiores favelas de Santiago, detiveram todos os homens e adolescentes, levando-os para campos de futebol, e fizeram busca de casa em casa atrás de armas e material de propaganda de oposição. Mas Seguel e a AD não se deixaram intimidar e desencorajar. Nós ousamos ter a esperança de que, com mais alguns protestos, Pinochet seria forçado a renunciar. Um segundo protesto foi convocado para o dia 14 de junho de 1983.

Meus amigos Arturo e Samuel Valenzuela, professores chileno-americanos que lecionavam nos Estados Unidos – Arturo na Universidade de Georgetown e Samuel em Yale –, estavam no Chile na época, então eu os convidei para observarem a ação comigo. Quando começou o panelaço, pegamos o meu Voyage e percorremos as ruas de classe alta de Providencia.

“Vocês querem ir a um bairro mais perigoso?”, perguntei com imprudência. “Claro”, responderam os irmãos Valenzuela.

Fomos para os arredores da avenida Grecia enquanto o protesto aumentava, só para nos vermos em meio a uma violenta manifestação. Barricadas de pedregulhos e pneus em chamas bloqueavam a rua, defendidas por homens com máscaras de esqui. Eu buzinei para sinalizar que estava do lado deles. Então, como não havia nenhum trânsito à volta, subi violentamente o meio-fio com o carro e dirigi pela calçada para ultrapassar as barreiras. O clamor das panelas batidas era ensurdecedor enquanto eu guiava pela calçada estreita. Ao mesmo tempo, Samuel Valenzuela, aparentemente calmo com nossa situação, gritou: “Existe uma sociedade civil no Chile! Meu Deus, existe uma sociedade civil!”

Havia gás lacrimogêneo misturado à fumaça; os vapores eram quase insuportáveis. Mesmo assim, o carro não ficou preso em nenhuma vala nem entre uma barreira em chamas e a parede. Uma vez que voltamos ao asfalto, fui para a avenida Grecia e virei na rua Pedro Valdivia para o distrito de Providencia. As pessoas estavam nas ruas batendo panelas e agitando bandeiras chilenas. Depois de dirigirmos por cerca de dez quarteirões, soou um barulho alto debaixo do carro. Foi um estouro de pneu. Quando saímos do carro, descobrimos um *miguelito* espetado num dos pneus, um prego entortado e afiado de ambos os lados para deter automóveis.

O protesto de 14 de junho foi muito mais bem-sucedido que o primeiro, porque se espalhou para as cidades provinciais. Com razão, Pinochet cuspiu de tanta raiva: "Para os *señores* políticos eu digo: muito em breve vou mandá-los para suas tocas sujas!" Três manifestantes foram mortos por balas perdidas disparadas por forças policiais e agentes disfarçados da CNI que patrulhavam os bairros operários em veículos clandestinos. Por volta de 1h30 da manhã, cerca de dez agentes de segurança cercaram a casa onde o líder sindical Seguel estava abrigado naquela noite e o levaram embora. A prisão de Seguel e de outros líderes sindicais incitou a convocação, por um grupo dissidente chamado Projeto de Desenvolvimento Nacional (Proden), de uma greve nacional em 12 de julho, a qual, embora não tenha sido bem-sucedida como interrupção do trabalho, tornou-se mais um protesto. Em vez disso, centramos nossos esforços no quarto protesto nacional, programado para 11 de agosto.

Na véspera do quarto protesto, Pinochet reformou seu gabinete de novo, dessa vez trazendo para o Ministério do Interior um político experiente, o embaixador do Chile na Argentina Sergio Onofre Jarpa, o velho oponente direitista do presidente Allende e ex-líder do Partido Nacional. A missão de Jarpa era buscar algum tipo de entendimento com a oposição. Jarpa não gostava dos Chicago Boys e os responsabilizava pela crise econômica. Mas Pinochet não abandonara inteiramente a linha econômica liberal – ele substituíra o ministro caído, Lüders, por Carlos Cáceres, um advogado pró-livre mercado. Como sempre, o ditador cobria todas as suas bases.

Encorajado pelo recém-nomeado arcebispo católico de Santiago, o cardeal Juan Francisco Fresno, e pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, Jarpa, atuando como primeiro-ministro virtual, buscou diálogo com a Aliança Democrática. Desde o começo, o governo Reagan favorecera uma transição pacífica para a democracia com estabilidade econômica; com o nascimento da Aliança Democrática, Washington tinha mais alguém com quem conversar, além de Pinochet.

Quando o quarto protesto começou, em 11 de agosto, Pinochet ordenou que

tropas do Exército fossem para as ruas de Santiago. Vinte e oito pessoas morreram no protesto mais sangrento até então, algumas dentro de suas casas nas favelas. Pinochet havia feito uma dura advertência antes do protesto: “Tenham muito cuidado, pois não vou ceder um centímetro. A segurança em Santiago será protegida por 18 mil homens, e eles têm ordens de atuar com muito rigor!”

O ministro Jarpa programou seu primeiro encontro com representantes da Aliança Democrática para 25 de agosto de 1983, na residência do cardeal Fresno. O Partido Socialista decidiu não comparecer ao diálogo, em vista da repressão brutal aos protestos. Sentíamos que, para que qualquer diálogo fosse significativo, tinha de ser precedido pelo reconhecimento legal dos partidos políticos. Nós socialistas estávamos abertos à negociação e ao compromisso, mas não abriríamos mão dos objetivos essenciais da Aliança Democrática.

Mesmo sem nossa presença, os representantes da Aliança Democrática foram enérgicos em suas exigências. Insistiram na restauração das liberdades essenciais, no retorno dos exilados, na recontratação dos líderes sindicais dos trabalhadores do cobre demitidos, na anulação dos artigos temporários repressivos da Constituição, no fim imediato do estado de emergência e numa investigação adequada dos assassinatos durante o protesto de 11 de agosto. Nenhuma decisão foi tomada, claro, mas Jarpa concordou em levar adiante as conversações. Seguiram-se algumas poucas concessões. Publicou-se uma lista de exilados chilenos que podiam voltar para casa, o toque de recolher noturno foi suspenso, e houve mais tolerância com a mídia de oposição e os partidos políticos – uma oportunidade de que outros, além daqueles à esquerda, tiraram vantagem. Ultranacionalistas e agentes de segurança da CNI criaram um movimento chamado Avanzada Nacional, enquanto seguidores de Jaime Guzmán, conselheiro de Pinochet estreitamente ligado à ala ortodoxa dos Chicago Boys, fundaram o Partido da União Democrática Independente (UDI).

Um segundo diálogo entre o ministro Jarpa e a Aliança Democrática, mais uma vez sem representantes socialistas, teve lugar em 5 de setembro, também na casa do cardeal Fresno. A atmosfera estava tensa depois do assassinato, pelo MIR, do general de Exército Carol Urzúa, administrador-chefe de Santiago. Jarpa convidou a oposição a participar da redação de uma nova agenda de leis políticas: Lei dos Partidos Políticos, Lei do Tribunal Eleitoral, Estatuto do Parlamento e outras. As leis seriam submetidas a um plebiscito em 1986; se aprovadas, iriam se realizar eleições parlamentares naquele mesmo ano, a fim de que um novo Congresso pudesse ser instalado no começo de 1987. Para alcançar esse objetivo, o itinerário fixado na Constituição de 1980 teria de ser modificado. Os líderes da Aliança Democrática se ofereceram para apresentar

comentários sobre as leis políticas por intermédio de um grupo de juristas de oposição conhecido como Grupo dos Vinte e Quatro.

O quarto protesto ocorreu em 8 de setembro, e mais uma vez foi marcado por ataques arbitrários não provocados contra líderes da oposição. Tomei parte de um protesto pacífico, ao meio-dia, que foi violentamente reprimido pela polícia. Alguns de nós reagiram, desencadeando uma batalha de rua que durou horas. Gabriel Valdés, presidente dos democratas cristãos, foi atingido por um jorro de canhão de água e, posteriormente, por uma bomba de gás lacrimogêneo. Genaro Arriagada, democrata cristão, foi maltratado de forma semelhante. Eu me lembro de ter visto alguns distintos economistas da oposição de paletó de tweed juntarem-se a nós jogando pedras na polícia. Pinochet, tipicamente malicioso, fez piada com o fato de Valdés ter sido encharcado pelo canhão de água.

Apesar da balbúrdia, um terceiro diálogo foi programado entre Jarpa e a oposição, o qual para nós, socialistas, pareceu mais inútil que nunca, pois Pinochet tinha declarado que, "quaisquer que fossem os custos", a Constituição não seria modificada, embora "os políticos pudessem continuar a falar". O general da Força Aérea Fernando Matthei, membro da Junta, tinha argumentado a favor da abreviação do itinerário constitucional, porém, mais uma vez, Pinochet prevaleceu.

Para piorar as coisas, Rodolfo Seguel, que já passara 34 dias na cadeia por organizar o que Pinochet considerava uma "greve ilegal", foi preso outra vez no começo de setembro, depois de ter chamado o general de "ditador fanático e absurdo". Em 2 de outubro, Pinochet reiterou que o governo já havia escolhido "uma meta, uma via, e queria segui-las". Num raro café da manhã com correspondentes estrangeiros, Pinochet descartou a possibilidade de sair antes de 1989. "Os cidadãos me deram uma missão, e, quando um soldado recebe uma missão, ele a cumpre", disse, acrescentando que os protestos não significavam "nada". A recuperação econômica era a chave para reconquistar apoio para o governo, e nada mais interessava. O diálogo foi encerrado.

A Aliança Democrática convocou todas as sessões da organização no país para organizarem "conselhos abertos" (*cabildos abiertos*) que questionariam a ditadura com demandas de emprego, renegociação das dívidas de pequenas empresas e pequenos proprietários, empréstimos estudantis e liberdades básicas. Em 20 de outubro, a Aliança Democrática fundou um comitê executivo com presidência mensal rotativa, o qual contou com Gabriel Valdés representando os democratas cristãos (setembro de 1983), Enrique Silva Cima para o Partido Radical (novembro de 1983) e Ricardo Lagos, em nome dos socialistas (dezembro de 1983). Um gigantesco comício da Aliança Democrática foi realizado em novembro, a primeira reunião pública ao ar livre desde o golpe,

com a participação de cerca de meio milhão de pessoas.

Quando Ricardo Lagos tornou-se presidente da Aliança Democrática, em dezembro, uma de nossas tarefas foi liderar uma delegação numa viagem à Argentina para a posse do presidente Raúl Alfonsín, líder da Unión Cívica Radical (UCR) que vencera as eleições presidenciais após o colapso da Junta Militar, em seguida à desastrosa Guerra das Malvinas (também conhecida como Guerra das Ilhas Falklands). Lagos me pediu para organizar a missão; os membros seriam Gabriel Valdés pelos democratas cristãos, Enrique Silva Cimma pelo Partido Radical, Mario Sharpe pelos sociais-democratas, Armando Jamarillo pela direita republicana, e Lagos pelo Partido Socialista.

Mais ou menos nessa época fui nomeado secretário internacional do Partido Socialista. Eu mantinha contatos regulares com as embaixadas baseadas em Santiago (com poucas e notáveis exceções – eu não fiz nenhum esforço para entrar em contato com diplomatas dos Estados Unidos, e tampouco fui procurado por eles, pelo menos até 1986) e ligações com os socialistas no exílio, fornecendo informações sobre a situação nacional e os assuntos do partido por meio de um boletim e de comunicações diretas. Dirigindo uma equipe de especialistas em política externa, eu minutava comunicados à imprensa a respeito de questões de política internacional, instruía nossos líderes sobre aspectos técnicos dos assuntos exteriores e participava de coletivas de imprensa.

Pouco depois eu também me tornei membro do conselho editorial e colunista de *Convergencia*, jornal socialista publicado no México. Como eu morava no Chile, por motivo de segurança, usava um pseudônimo, Bernardo Valenzuela. Mais de um amigo no Chile me perguntou se eu sabia quem era “Bernardo Valenzuela”.

Misturando a vida acadêmica com política, sempre que dava aulas ou palestras nos Estados Unidos, na Europa ou no México, eu passava boa parte do tempo em encontros com refugiados e líderes socialistas exilados.

Poucos dias antes de nossa viagem para a Argentina, fui a Buenos Aires para garantir que as coisas transcorressem sem sobressaltos nessa primeira viagem da AD ao exterior. Buenos Aires exalava entusiasmo e alegria ao dar boas-vindas ao seu presidente democraticamente eleito. Só que eu tive um problema imenso para preparar nosso programa de visita: quando cheguei à capital argentina, ninguém no Ministério das Relações Exteriores sabia nada sobre a delegação da oposição chilena.

Depois de passar dois dias numa fila, na sala de espera de um gabinete do protocolo encarregado da posse presidencial, insistindo com todos os funcionários que pude abordar, obtive quatro convites para a cerimônia da posse do presidente e um para a do vice-presidente eleito, Víctor Martínez. “O senhor

devia estar mais que satisfeito", disse um aborrecido chefe do protocolo em quem colei.

Dei a boa nova a Lagos e perguntei-lhe quem ele achava que devia ir à cerimônia vice-presidencial. "Vamos mandar o direitista Jaramillo", sugeri. Lagos não estava inteiramente convencido, mas concordou. Naquela noite, fui ao hotel da delegação e passei os convites por baixo da porta dos quatro outros líderes e contatei a recepção para garantir que todos eles seriam acordados a tempo de comparecer à cerimônia na manhã seguinte.

Tudo ia perfeitamente bem. A delegação de Pinochet ficou furiosa quando Lagos, Valdés e outros dois líderes dissidentes chegaram; e mais zangada ainda quando viram que os dissidentes estavam sentados sete filas à sua frente. Quando a delegação da oposição se reuniu, poucas horas depois, Armando Jaramillo, ainda sem saber que os outros tinham comparecido à cerimônia presidencial, disse orgulhosamente: "Ei, companheiros, acabo de vir da posse do vice-presidente Martínez e não vi nenhum de vocês por lá. Perderam um belo momento." Nas horas seguintes, fomos à suíte do presidente Alfonsín no hotel Panamericano, com a presença do presidente Felipe González, da Espanha, e do primeiro-ministro da França, Pierre Mauroy, entre outros. A coalizão democrática chilena adquiria reconhecimento internacional.

Enquanto isso, a crise econômica continuava a piorar no Chile. Pinochet teve de aceitar os termos estritos do FMI para obter os chamados empréstimos *standby*, que estavam sujeitos a avaliações anuais dos objetivos acertados. Além disso, para recuperar a confiança do investidor, ele teve de assumir todas as dívidas dos bancos domésticos com credores estrangeiros. Os críticos aos Chicago Boys argumentaram que os termos do FMI tornavam virtualmente impossível reativar a economia. Pinochet reconheceu a crítica quando, em abril de 1984, destituiu o ministro das Finanças, Carlos Cáceres, que tinha negociado os empréstimos do FMI, substituindo-o pelo economista neokeynesiano Luis Eduardo Escobar. Antes, já substituíra o ministro da Economia, Andrés Passicot, pelo engenheiro e homem de negócios Modesto Collados. Mais uma vez, o general exibia sua veia pragmática – ele não estava casado com a doutrina de Chicago; estava disposto a tentar qualquer coisa que funcionasse.

O ex-ministro das Finanças Sergio de Castro declarou numa entrevista de 2007: "Mesmo nos anos mais prósperos, o modelo [econômico] não parecia ser uma via de mão única. Eu sempre tive o sentimento de que alguém podia convencer [Pinochet] a mudar o rumo." Na verdade, o general Carlos Molina me disse que, quando ele era um jovem oficial do Exército na Academia de Guerra, por volta de 1980, Pinochet havia discutido com eles as políticas econômicas do governo, e que essas políticas foram severamente criticadas pelos oficiais.

Pinochet reagira aborrecido e aferrara-se à estratégia rígida de Chicago. Muitos anos mais tarde, quando Pinochet já estava aposentado, o general Molina recordou esse episódio com ele, e o ex-ditador lhe confessou que devia ter introduzido modificações substanciais no modelo. Em 1984, o ânimo de Pinochet era hesitante.

O ministro Escobar não teve moleza em seu cargo nas finanças. Muitos dos economistas e burocratas de médio escalão de seu departamento tinham aderido ao credo dos Chicago Boys, resistindo à posição mais protecionista de Escobar. Além disso, ele começou a ter choques com seu novo colega, o ministro da Economia Collados, que era mais simpático aos Chicago Boys do que Escobar. A retaguarda dos Chicago Boys achava que eles ainda tinham um aliado incondicional no almirante José Toribio Merino, membro da Junta. Quando o ministro do Trabalho fez uma tentativa de reescrever a Lei de Trabalho no estilo de Chicago, o almirante cortou friamente a iniciativa.

Escobar argumentou que o Estado teria de desempenhar papel vigoroso numa "reativação econômica estável". O refinanciamento generalizado das dívidas era fundamental para aliviar os sofrimentos da classe média; as taxas de importação deviam aumentar para ajudar os produtores domésticos; os bancos comerciais deveriam garantir créditos de curto prazo. Tudo isso exigiria gastos deficitários. Escobar desvalorizou o peso mais uma vez, e a saída de reservas parou; porém, já em meados de 1984, ele começou a ser criticado por Collados e pelos defensores do livre mercado que integravam o governo.

Em meados de 1984, depois de novos protestos, começamos a nos perguntar até onde poderíamos levar adiante a estratégia de organização. Mesmo assim, outro protesto foi convocado para 4 de setembro de 1984. Pinochet, que já estava irritado com a insistência de Jarpa na abertura política e no diálogo com a oposição, decidiu matar dois coelhos com uma só cajadada retomando a repressão violenta. Mais de 900 manifestantes foram presos, 150 ficaram feridos e dez foram mortos. Um dos mortos era o padre católico francês André Jarlan, atingido na cabeça por uma bala de 9mm de uma submetralhadora Uzi dos Carabineros enquanto estava na residência paroquial de madeira de uma igreja em La Victoria, *población* pobre no sul de Santiago. O embaixador francês chegou à *población* exigindo uma investigação (houve tentativa de acobertamento da parte de oficiais dos Carabineros, que forneceram informação falsa sobre o caso ao juiz que o investigava). Era a primeira vez, desde os dias imediatamente após o golpe, que víamos um embaixador em ação a favor dos direitos humanos.

Poucas semanas mais tarde, operações maciças de busca em bairros pobres e favelas redundaram em mais 400 prisões. Cento e quarenta dos detidos foram

“relegados” ao exílio interno em Pisagua, o velho campo de prisioneiros que o capitão Pinochet comandara nos anos 1940. Os dissidentes mais radicais não aceitaram a submissão – atentados a bomba em Santiago e quatro capitais provinciais danificaram bancos, escritórios do governo e linhas telefônicas. Aumentaram as interrupções de transmissão de energia e os ataques contra delegacias de polícia.

No domingo, 4 de novembro, Pinochet anunciou que estava restabelecendo o estado de sítio. Uma semana de agitação política levou a mais 14 mortes. Lagos, como presidente da Aliança Democrática, declarou que a crise refletia um governo que “nada [tinha] a oferecer ao país, exceto a vontade de Pinochet de permanecer no poder sob uma Constituição que a maioria dos chilenos não aceitava”. Lagos também convocou outro protesto. No dia seguinte, o ministro Jarpa apresentou sua renúncia, que Pinochet decidiu adiar.

Como no romance de George Orwell, 1984 tornou-se, no Chile, uma senha para brutalidade do Estado. Em outubro, uma bomba destruiu uma igreja católica em Punta Arenas, na Patagônia chilena. Estabeleceu-se oficialmente que se tratava de uma operação terrorista de esquerda, mas o corpo e a carteira de identidade de um agente da inteligência do Exército, o tenente Patricio Contreras, foram encontrados nos escombros. A explicação do governo foi que talvez o tenente Contreras tivesse morrido tentando desativar a bomba que fora colocada por extremistas de esquerda. Ninguém acreditou na história.

Também em outubro, Mario Fernández López, motorista de caminhão e líder democrata cristão em Ovalle, norte do Chile, morreu depois de ser preso pelo pessoal da CNI em Santiago. Golpes no abdome tinham rompido os órgãos internos, e ele morreu de choque hipovolêmico. Um tribunal militar absolveu os assassinos, aceitando a teoria de que, ao tentar escapar, Fernández tinha batido o tórax contra a quina de uma mesa. Finalmente, um tribunal de apelação, apoiado por uma decisão da Suprema Corte, reverteu a decisão do tribunal militar, concluindo que o detento não podia ter sofrido o suposto acidente fatal e condenando a vários anos de prisão os agentes da CNI envolvidos.

A Igreja católica romana, ao relatar que 1.655 pessoas haviam sido presas por atividades políticas e protestos nos primeiros seis meses de 1984, também sentiu a mão pesada da repressão. Ignacio Gutiérrez, padre espanhol encarregado do Vicariato de Solidariedade, foi obrigado a sair do país quando o governo cancelou seu visto de residência, apesar dos protestos da Igreja. Não muito depois, Dennis O’Hara, padre americano que morava no Chile havia seis anos e enviara cartões aos seus paroquianos expressando seu desejo de ver o fim da tortura, também foi preso e deportado.

Francisco Javier Cuadra, o novo chefe da Secretaria Geral do Governo, que

logo se tornaria o jovem favorito de Pinochet, orquestrou uma nova ofensiva da linha-dura (criado em 1976, esse Ministério era o principal órgão de comunicação do governo com o público). Estações de rádio foram fechadas, e revistas e jornais independentes, que tinham surgido em tempos mais recentes, foram proibidos. Voltavam os tempos duros.

Eu era colunista de assuntos exteriores da *APSI*, uma das revistas semanais fechadas pela repressão. Já lutando para fazer a publicação equilibrar receitas e despesas, os editores, Marcelo Contreras e Sergio Marras, me chamaram para uma reunião de emergência, na qual trocamos ideias sobre como sobreviver. O problema de Pinochet era com as notícias domésticas. E se publicássemos uma edição contundente de política internacional que fosse relevante para os assuntos locais?

Era exatamente o que tínhamos feito em 1981, quando a *APSI* foi proibida de cobrir notícias nacionais e recebeu uma suspensão de nove meses como punição pela publicação bem-sucedida de uma edição sobre a polícia secreta da CNI. Daquela vez, eu montei um número sobre assuntos internacionais, tratando de repressão, lutas democráticas no mundo todo e a política de Reagan em relação ao Chile. Até incluí histórias em quadrinhos e caricaturas sobre assuntos externos, mas que falassem para o público local. Funcionou. A revista começou a circular novamente e, pouco a pouco, foi mudando seu foco para a política chilena.

Em 29 de junho de 1984, o Partido Socialista realizou um encontro semiclandestino no clube Audax Italiano, na rua Carmen, na parte sul do centro de Santiago. Foi um encontro plenário para o qual tínhamos convidado líderes de outros partidos, inclusive o representante do Partido Democrata Cristão, Patricio Aylwin, bem como delegados do Partido Comunista e de outros grupos. Cerca de 100 pessoas compareceram. Naquela noite, meu carro, que eu estacionara do outro lado da rua, na frente do clube, foi assaltado. Arrombaram uma maleta, mas a única coisa que levaram foram documentos políticos. Um ou dois itens de valor, inclusive um rádio portátil de ondas curtas, não foram roubados. Dez carros de outros participantes do encontro também foram arrombados, contudo, nem tocaram nos objetos de valor. Aquela era uma mensagem inconfundível da CNI: nós estamos seguindo vocês e podemos atingi-los a qualquer momento.

Não muito depois da imposição do estado de sítio, o pessoal da CNI – um oficial do Exército comandando um grupo de homens armados usando máscaras de esqui – foi ao quartel-general do nosso partido, situado num apartamento na rua Serrano, e arrombou as portas. “Está acabado. Senhor Lagos, acabou. Está entendendo!”, gritou o oficial para as pessoas no interior do apartamento.

Ricardo Lagos não estava presente no momento, mas chegou enquanto os

agentes da CNI ainda vasculhavam o local. Imperturbável, ele exigiu uma explicação.

"Senhor Lagos, nós conhecemos o senhor e seus companheiros muito bem", disse um dos agentes. "Na verdade, nós pertencemos a uma unidade especializada no Partido Socialista."

"Se o senhor sabe o que fazemos, então devia estar ciente do fato de que apenas exercitamos nosso direito de discordância pacífica", respondeu Lagos, aborrecido.

Os agentes partiram logo depois.

Não muito depois desse episódio, em 3 de janeiro de 1985, a CNI invadiu a sala de reunião de nosso grupo de reflexão socialista, o Vector, prendendo o diretor, Eduardo Ortiz, e outros pesquisadores e líderes políticos que estavam no local, incluindo Marcelo Schilling. Naquela noite, o ministro Cuadra anunciou que uma instituição falsa, uma fachada para ações subversivas, havia sido neutralizada com sucesso.

Ricardo Lagos e eu pusemos mãos à obra assediando funcionários e organizações de direitos humanos com telefonemas, e o governo logo foi inundado de protestos – inclusive do Departamento de Estado norte-americano. Os funcionários do Vector foram soltos rapidamente, mas nós ficamos horrorizados quando retornarmos ao local e descobrirmos que a CNI tinha roubado tudo o que não estava aparafusado ou preso às paredes: móveis, documentos, aparelhos de fax e até cestas de lixo.

Jarpa finalmente deixou o gabinete ministerial em 16 de fevereiro, e o ministro das Finanças, Escobar, saiu com ele. Pinochet declarou sarcasticamente que tinha autorizado o diálogo de Jarpa com a oposição só por "drible, para ganhar tempo". Jarpa foi substituído por um empresário inexpressivo, Ricardo García, ao passo que o lugar de Escobar foi ocupado por Hermán Büchi, jovem economista formado na Universidade Colúmbia, mas simpático à doutrina de Chicago. Parecia que o instinto de Pinochet de novo se inclinava para o lado da política econômica liberal. Mas ele, como sempre, cobriu todas as bases. Nomeou o coronel do Exército Enrique Seguel para a presidência do Banco Central e deu maior autoridade à sua equipe militar, que foi transformada na Secretaria Geral da Presidência da República, sob a direção do seu conselheiro de confiança, o general Santiago Sinclair.

Pinochet tinha neutralizado os protestos com a repressão. Por intermédio de Jarpa, astuciosamente, ganhara tempo enquanto esperava uma recuperação econômica para se consolidar. Protestos já não pareciam o meio ideal para nos livrarmos de Pinochet. Um sentimento de frustração começou a crescer entre nós, mas não estávamos prontos para desistir.

O ANO ESCOLAR COMEÇA EM MARÇO NO CHILE. Às oito da manhã de 25 de março de 1985, sob condições do estado de sítio, as forças de segurança sequestraram o professor Manuel Guerrero, do Colegio Latino Americano, de ensino médio. Outro professor que interveio levou um tiro. Quase simultaneamente, Manuel Parada, sociólogo que trabalhava com o Vicariato de Solidariedade, também foi sequestrado. Parada tomara o depoimento de um desertor da Força Aérea sobre operações de segurança. No dia seguinte, Santiago Natino, jornalista aposentado e pintor, foi obrigado a entrar num carro, sob a mira de uma arma. Os três homens, todos membros do Partido Comunista, foram assassinados, e seus corpos foram desovados perto da cidade de Quilicura. Suas gargantas tinham sido cortadas, suas mãos, braços e abdomes, retalhados.

O caso, conhecido como dos *degollados*, chocou um país habituado à repressão e ao horror. Eu fiquei particularmente entristecido com os crimes, pois Manuel Parada era filho de minha amiga María Maluenda, atriz e ex-encarregada de negócios diplomáticos de Allende em Hanói. Como sempre, o regime Pinochet responsabilizou a esquerda pelos assassinatos, atribuindo-os, possivelmente, a estrangeiros. “Chilenos não matam por degola”, declarou Pinochet. Mas um juiz corajoso, José Cánovas, trabalhando com inúmeras testemunhas que se mostraram dispostas a depor, identificaram como responsáveis 14 soldados de um grupo da polícia secreta conhecido como Dicomcar (Dirección de Comunicaciones de Carabineros). Em razão das duradouras rivalidades entre a CNI e os Carabineros, a CNI forneceu provas abundantes contra a Dicomcar.

O clamor público foi tão forte que Pinochet decidiu remover de seu posto o general Rodolfo Stange, vice-diretor dos Carabineros e agente chefe da instituição. Mas isso não bastou. O general César Mendoza, diretor dos Carabineros, membro da Junta e aliado incondicional de Pinochet, era menos respeitado dentro da polícia do que Stange. Além disso, ele tinha se transformado no para-raios da indignação pública. Amigo leal ou não, Pinochet finalmente disse a Mendonza que ele teria de ser jogado aos leões. Mendoza compreendeu.

Pinochet sugeriu a Mendoza que seu substituto fosse um general do Exército, e não um dos integrantes dos Carabineros. Mendonza respondeu que a alternativa era absurda. Então, estranhamente, Pinochet disse: “Vamos trazer Stange de volta.” O problema era que o decreto de reforma de Stange já havia sido processado. Mas, como disse certa vez uma ministra da Justiça de Pinochet, Mónica Madriaga: “Numa ditadura você pode fazer tudo”, e assim o controlador geral foi obrigado a remover com gilete o carimbo com que Pinochet aprovara a reforma de Stange.

Em 2 de agosto de 1985, o general Mendoza renunciou formalmente por causa dos crimes cometidos pela unidade secreta dos Carabineros. (Pinochet nunca tinha cogitado renunciar quando crimes semelhantes da Dina e da CNI foram revelados e provados.) O general Stange tomou o lugar de Mendoza na Junta e consolidou seu controle sobre os Carabineros. Stange era mais esperto que Mendoza e tinha uma mentalidade independente. De descendência alemã, muitas vezes falava em alemão com o general da Força Aérea Fernando Matthei, também filho de imigrantes alemães, durante os encontros da Junta, o que irritava Pinochet.

A partir do começo de 1985, quando o ministro das Finanças Büchi começou a rejeitar os dogmas dos Chicago Boys, a economia passou a dar sinais de recuperação. Os indicadores macroeconômicos melhoraram, em particular o crescimento econômico, enquanto a inflação ficava sob controle. Novas desvalorizações, e políticas que favoreciam os setores produtivos voltados para a exportação, equilibraram um pouco a balança comercial. E, o mais importante, Pinochet deu sinal verde a Büchi para a privatização de várias empresas estatais e para a reprivatização das companhias que pertenciam ao que se chamava então de "área estranha da economia", ou seja, os negócios que tinham caído sob controle do Estado como resultado da crise de 1982. A venda dessas empresas ajudou a compensar o declínio da arrecadação fiscal provocado pelas desvalorizações, possibilitando ao Chile cumprir as condições do FMI.

Büchi não eliminou de uma vez só os 35% de taxas que seu predecessor tinha imposto, mas, pragmaticamente, reduziu-as aos poucos; as taxas de juros não foram deixadas ao sabor do mercado, mas fixadas ou "guiadas" pelo Banco Central. Büchi concordou em dar "proteção" especial ou subsídios aos setores politicamente sensíveis da economia, como o trigo, o açúcar e o óleo. A doutrina de Chicago se fragilizara, mas acabara também o "estatismo" deslavado. As variantes que Büchi introduziu nas ideias de Chicago não só pareciam funcionar como também se acomodavam à personalidade pragmática de Pinochet.

No fim de 1984, o cardeal Fresno tinha pedido a três conselheiros de confiança que minutassem um Acordo Nacional de Transição para a Democracia (resumido como Acordo Nacional). A Igreja católica deixara de questionar diretamente a ditadura pelas violações aos direitos humanos e passara a buscar uma mediação entre governo e oposição.

O verdadeiro objetivo do Acordo Nacional era criar uma parte negociadora cuja força e legitimidade fossem tais que Pinochet não as pudesse ignorar. Os conselheiros do cardeal entraram em contato não só com os partidos da Aliança Democrática, mas também com o Partido da União Nacional, de direita, e os remanescentes do velho e conservador Partido Nacional. A aliança do

Movimento Democrático Popular (MDP), de esquerda radical, foi oficialmente excluída das discussões, pois os grupos que a formavam não tinham renunciado à luta armada, mas uma ligação informal com os comunistas se estabeleceu por intermédio de Luis Maira, o líder da esquerda cristã. A União Democrática Independente, o mais extremistas dos grupos pró-Pinochet, tampouco participou das discussões, pois se opunha por princípio a qualquer negociação com a oposição. Os debates se encerraram em 25 de agosto. O documento do Acordo Nacional reunia, em nome da reconstrução democrática, o mais amplo espectro de forças até aquela data.

Mas Pinochet simplesmente ignorou o acordo, como muitos temiam. Quando o general Matthei opinou publicamente que o acordo era “interessante”, Pinochet o repreendeu. Matthei não foi o único membro da Junta a ver o acordo sob uma luz positiva, o que muito incomodou Pinochet. Numa das suas reuniões, Pinochet fez um assistente ler em voz alta transcrições do processo do almirante Emilio Massera na Argentina, no qual ele se defendia contra acusações de “guerra suja” contra a oposição argentina. O ditador chileno implicitamente advertia seus generais de que eles também podiam ser processados se não permanecessem unidos contra a reforma. Ele deu ordens de que ninguém no governo sequer reconhecesse que tinha recebido uma cópia do Acordo Nacional.

O cardeal Fresno fez um último apelo para convencer Pinochet sobre os méritos do acordo. “O senhor devia dedicar-se a assuntos pastorais”, censurou-o Pinochet. “Todos os políticos são pragas e estão usando o senhor”, acrescentou.

O cardeal insistiu que o diálogo devia ter uma chance, mencionando a crise social. “Há miséria nas ruas; as pessoas pedem esmola”, disse Fresno.

“Também há miséria nos Estados Unidos.”

“Não, lá há pobreza; aqui há uma miséria que toca a alma”, respondeu Fresno.

“O Acordo Nacional está acabado! Vamos virar a página”, retorquiu Pinochet. E foi o que aconteceu.

Depois de um debate acalorado, o comitê central do Partido Socialista votou ao texto de uma declaração que eu ajudei a minutar. Nela, avaliávamos que o Acordo Nacional representava um entendimento legítimo sobre o futuro do sistema político do Chile; acrescentávamos que a mobilização social contra a ditadura ia continuar. Pinochet começou envenenando o poço, preparando uma crítica do Acordo Nacional e fazendo-a circular em todas as unidades e academias militares. Apesar da campanha inconstante para reunir assinaturas de apoio ao Acordo Nacional, o documento recebeu 800 mil endossos – mas definhou inevitavelmente.

Mesmo assim, prosperaram os contatos informais entre as forças da oposição e os setores moderados pró-governo para trocar ideias sobre os fatores que

atrapalhavam ou ajudavam a estratégia de base ampla de transição para a democracia. O Centro de Estudos para o Desenvolvimento (CED), fundado por Gabriel Valdés e dirigido por Eduardo Boeninger (posteriormente ministro do presidente Aylwin), começou a realizar uma discreta série de encontros acadêmicos entre cientistas sociais e líderes políticos, incluindo ex-ministros de Pinochet e representantes informais do Partido Comunista. Eu participei regularmente desses encontros, que ocorreram por cerca de um ano, do começo de 1985 ao começo de 1986. Era a primeira ocasião que muitos de nós tínhamos para dialogar com atores pró-regime e para eles de ouvirem um espectro amplo da oposição. Às vezes havia discussões duras, mas elas nunca vazaram para a imprensa; lentamente, um sentido de "amizade cívica" começou a emergir entre os membros do grupo. Compreendemos que não seria fácil reproduzir aquele esforço no âmbito político nacional.

Depois do fracasso do Acordo Nacional, surgiu o grupo Assembleia Cívica Nacional, em abril de 1986, que minutou um documento chamado "A exigência do Chile". Nesse ínterim, eu tinha deslocado o eixo do meu trabalho intelectual para a Academia de Humanismo Cristão, instituição não governamental sob a égide do arcebispo de Santiago. Desse modo, eu era delegado de uma ONG na conferência da sociedade cívica que produziu esse documento. (Minha transferência de trabalho foi precipitada por um ato de censura no Instituto de Estudos Internacionais da universidade, pois o novo diretor proibiu a circulação do manuscrito de um livro que eu havia escrito sobre a política externa do governo militar.)

A Assembleia Cívica Nacional convocou um protesto para o dia 2 de julho. Um acontecimento horrível teve lugar durante essas manifestações. O jovem Rodrigo Rojas, de 19 anos, filho de exilados e residente em Washington, D.C., estava cobrindo o protesto, como fotógrafo autônomo, para a *APSI*. Ele se encontrou com Carmen Gloria Quintana, de 18 anos, estudante de engenharia, numa barricada na rua General Velásquez, zona leste de Santiago, onde manifestantes ateavam fogo em latas de gasolina e lançavam coquetéis Molotov. Um caminhão cheio de soldados do Exército comandados pelo tenente Fernández Dittus deteve Rojas e Carmen Quintana, espancou-os, depois jogou gasolina e pôs fogo nos dois. Quando os jovens tentaram apagar as chamas, foram golpeados até desmaiar. Fernádez Dittus mandou os soldados embrulharem os corpos em cobertores e colocá-los no caminhão. Em seguida, foram para os arredores de Santiago e jogaram os corpos perto do aeroporto internacional. Por incrível que pareça, eles ainda estavam vivos. Conseguiram se arrastar até o acostamento da rodovia, onde um motorista que passava os pegou e levou para um hospital. Quando o escândalo estourou, o Exército negou

qualquer envolvimento, afirmando que os jovens tinham se queimado sozinhos, acidentalmente. Uma testemunha ocular que responsabilizou os soldados foi sequestrada pela CNI e ameaçada de morte, a menos que refizesse seu depoimento. Essa pessoa e sua família buscaram e receberam proteção da Igreja católica.

Rodrigo Rojas viveu poucos dias depois que o encontraram; Carmen Gloria Quintana sobreviveu, mas com o rosto e o corpo gravemente desfigurados. A morte de Rodrigo Rojas piorou as relações já tensas entre o regime Pinochet e o governo Reagan. A recusa de Pinochet a sequer conversar com a oposição moderada, somada ao recrudescimento da repressão às manifestações, convenceu Washington de que a "diplomacia silenciosa" não estava funcionando.

Desde dezembro de 1983 a Casa Branca tinha concedido um certificado de direitos humanos à Argentina, em reconhecimento aos seus avanços rumo à democracia, mas continuava a negá-lo ao Chile. Washington deixou cada vez mais claro para Pinochet que ele não podia mais contar com seu apoio incondicional. Em fevereiro de 1984, o secretário de Estado George Schultz fez um discurso em Boston no qual declarou que o Chile "não estava sintonizado com o espírito democrático que podia ser sentido de ponta a ponta da América Latina".

Depois da reimposição da lei marcial, que acabou com a abertura política esboçada pelo ministro Jarpa, o secretário de Estado norte-americano deixou saber que o governo Reagan "estava muito desapontado" com Pinochet. Um mês mais tarde, o próprio presidente Reagan, durante a celebração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, publicou uma proclamação na qual deplorava especificamente "a ausência de progresso rumo a um governo democrático no Chile".

Mas se Washington tinha cada vez mais restrições a Pinochet, a embaixada norte-americana em Santiago era sua aliada. O embaixador direitista James Theberge afirmou que pressionar os chilenos com vetos a pedidos de empréstimo em instituições financeiras internacionais seria "contraproducente", pois o "governo chileno não fará mais favores aos Estados Unidos" (segundo memorando interno de Theberge datado de novembro de 1984).

O secretário de Estado assistente Langhorne Motley achava que, enquanto não fosse possível convencer Pinochet a iniciar uma transição para a democracia, Washington deveria ficar satisfeita com a eventual suspensão da lei marcial e com o abrandamento da censura à imprensa. Elliot Abrams, secretário de Estado assistente para os direitos humanos, discordava.

Em junho de 1985, quando se aproximava a votação de um empréstimo do

Banco Mundial para o Chile, Pinochet suspendeu às pressas o estado de sítio. Os Estados Unidos retribuíram se opondo à resolução que condenava o governo militar na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Eles também votaram a favor do empréstimo.

O secretário de Estado George Shultz consolidava seu controle sobre a política externa dos Estados Unidos, diante dos neoconservadores, e a política para o Chile também mudou. A alteração pôde ser notada na substituição de James Theberge (relembrado por Pinochet nas suas memórias como "um dos poucos verdadeiros amigos" do seu regime), que fora nomeado segundo critérios políticos, por um diplomata de carreira, Harry Barnes. Elliott Abrams assumiu o posto de Langhorne Motley como secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos. Abrams fora o arquiteto da política de direitos humanos de Reagan. Embora concebida sobretudo como instrumento a ser usado contra regimes comunistas, essa política também se tornou elemento de persuasão para influenciar regimes autoritários a avançarem rumo à democracia.

A democracia fora restabelecida em vários países sul-americanos, e os ditadores tinham caído no Haiti e nas Filipinas. Os acontecimentos deram bases ao desenvolvimento da tese da "terceira força", prevendo uma alternativa ao conflito bipolar da Guerra Fria. Em vez de tolerar os governos autoritários porque se alinhavam contra o comunismo, a teoria da "terceira força" propunha apoiar os movimentos democráticos emergentes, que se oporiam aos regimes autoritários em seus próprios países e, ao mesmo tempo, representariam uma defesa contra o comunismo.

O apoio à transição pelo diálogo foi reiterado na cerimônia de apresentação de credenciais do embaixador Harry Barnes, em 18 de novembro de 1985, quando este disse ao general Pinochet: "Fico feliz de saber que terei a oportunidade de testemunhar a restauração das instituições democráticas estáveis e permanentes no Chile, processo que o povo do meu país saúda e apoia." Pinochet ficou furioso com as declarações de Barnes e com o comentário feito por ele durante uma reunião privada, de que "as insuficiências da democracia são curadas com mais democracia". Alguém que participou da reunião me contou que Pinochet advertira o embaixador: "Não tente influenciar as coisas por aqui!"

Pinochet bateu a porta e nunca mais encontrou o enviado norte-americano, exceto uma vez por ano, quando visitava uma feira de comércio internacional onde ele e Barnes trocavam palavras polidas. Depois de um desses breves encontros, um jornal local publicou uma fotografia de Pinochet e do embaixador Barnes com a legenda "Até o ano que vem!".

Todas as agências do governo dos Estados Unidos tinham chegado à conclusão de que Pinochet não queria restabelecer a democracia e que sua

obstinação fomentava a polarização e a instabilidade, as quais, por sua vez, serviam para fortalecer o Partido Comunista. Segundo essa análise, o próprio Pinochet lançava as bases para uma insurreição armada contra seu regime.

Graças à influência de Vernon Walters e Jeane Kirkpatrick, Washington se opôs sistematicamente às resoluções da ONU que significassem críticas ao regime Pinochet. Porém, em 1986, com a mudança política em Washington, Pinochet não podia mais fiar-se num cheque em branco dado pela delegação dos Estados Unidos. Em março, quando a Comissão de Direitos Humanos da ONU discutia o relatório sobre a situação dos direitos humanos no Chile submetido pelo relator especial Fernando Volio, da Costa Rica -– cuja indicação fora promovida pelos Estados Unidos –, Washington votou a favor de uma minuta de resolução que fazia recomendações específicas ao governo chileno. Pinochet repudiou a posição norte-americana. A tensão exacerbou-se dois dias depois, quando o chefe de gabinete da Casa Branca, Donald Reagan, disse na televisão que, “no momento”, os Estados Unidos não estavam tentando desestabilizar o regime Pinochet, mas que “havia meios pelos quais aquele governo poderia ser induzido a adotar um modo de vida mais democrático”.

Em maio de 1986, visitei Washington, D.C., como hóspede oficialmente convidado, para encontrar-me com autoridades americanas na condição de secretário internacional do Partido Socialista. Aquele era um sinal claro da nova atitude dos americanos em relação aos socialistas. Conversei com Robert Gelbard, subsecretário de Estado adjunto para assuntos interamericanos, Néstor Sánchez, secretário de Defesa assistente, e outros funcionários e assistentes seniores de senadores e deputados. Lembro que a maioria das conversas se concentrou em debater se os Estados Unidos deveriam usar sanções econômicas contra Pinochet a fim de pressioná-lo a iniciar a transição democrática. As anotações que fiz a partir dessas conversas revelam que, no seio do governo americano, havia uma discussão vibrante sobre a questão. “Sanções são como uma arma com uma só bala; se você dispara, nada mais resta a fazer”, disse Gelbard. “Elas atingiriam o povo chileno”, disseram-me no Pentágono.

Meus interlocutores não descartavam a opção de sanções, considerando em particular que os senadores Edward Kennedy e Tom Harkin estavam trabalhando num decreto que exigia sanções econômicas específicas contra o regime Pinochet. Eu me lembro de dizer a meus interlocutores que, no fim, os chilenos é que recuperariam a democracia no Chile, ainda que os Estados Unidos e outros países pudessem desempenhar um papel crucial de apoio.

Em 1986, o senador Edward Kennedy visitou o Chile. Os advogados de direitos humanos e líderes de oposição que foram recebê-lo no aeroporto viram-se violentamente atacados por manifestantes pró-Pinochet (alguns dos quais se

tornariam congressistas e senadores de primeira linha dos partidos de direita depois da volta da democracia), enquanto a polícia simplesmente olhava. Como, à diferença do seu predecessor, o senador Barnes tinha encontros regulares com a oposição democrática, inclusive com os socialistas, tive oportunidade de falar em segurança com Kennedy, numa recepção na casa de Barnes. No dia anterior, eu esboçara e entregara ao secretário-geral Carlos Briones uma declaração do Partido Socialista dando boas-vindas a Kennedy no Chile e elogiando-o por seu apoio firme à democracia e aos direitos humanos. Um tempo depois, quando o dramaturgo Arthur Miller visitou o Chile, tive oportunidade de conversar com ele na residência oficial de Barnes também.

A relação bilateral teve nova baixa em julho de 1986, com o assassinato de Rodrigo Rojas, residente americano no Chile. O governo dos Estados Unidos exigiu uma investigação imediata e abrangente, e a punição dos responsáveis. O embaixador Barnes esteve presente ao funeral do rapaz, que acabou em violenta repressão policial. A mídia americana apoiou a posição provocativa assumida por Barnes em nome dos direitos humanos.

Entretanto, o comportamento do embaixador foi severamente criticado por Jesse Helms, da Carolina do Sul, que visitou o Chile poucos dias depois. Após encontrar-se com Pinochet por duas horas, em 11 de julho, Helms atacou a imprensa americana pelas “opiniões críticas” com referência a Pinochet e acusou o embaixador Barnes de “plantar a bandeira dos Estados Unidos numa atividade comunista” (referindo-se à presença dele no funeral do adolescente Rojas, que fora queimado vivo por soldados). O senador Helms atacou asperamente a burocracia do Departamento de Estado por “induzir o presidente Reagan ao erro e por distorcer suas políticas”. Helms foi silenciado quando a Casa Branca apoiou a conduta de Barnes. “Hoje … nós tivemos um encontro do Conselho de Segurança Nacional a respeito do Chile e de como podemos convencer Pinochet a mover-se na direção de uma forma democrática de governo”, escreveu Reagan em seu diário pessoal, na noite de 18 de novembro de 1986. “Concordamos que temos de tentar.”

Para minha surpresa, em sua extensa biografia *Camino recorrido,* Pinochet citou o livro *Una amistad esquiva: un estudio de las relaciones Estados Unidos/Chile*, que escrevi com o cientista político Carlos Portales, para explicar a mudança nas políticas do governo Reagan em relação ao regime de Pinochet. Ele compartilhava minha avaliação de que a militarização crescente de alguns setores de esquerda e a exaustão dos protestos tinham ativado – infelizmente, na opinião dele – o sinal vermelho Leste-Oeste em Washington, levando os Estados Unidos a apoiarem as forças que buscavam a transição pacífica.

Pinochet cita meu livro em outras passagens de suas memórias, embora seus

assessores de inteligência tenham errado mais uma vez; ele rotula a mim e a meu coautor, ambos socialistas, de “especialistas social-democratas”.

Com efeito, o governo Reagan tinha se distanciado consideravelmente de Pinochet. No entanto, os Estados Unidos articularam sua crítica pública ao regime Pinochet com tentativas pragmáticas de adquirir influência pela reaproximação com as Forças Armadas chilenas e pelo endosso oficial do país a empréstimos multilaterais ao Chile, exemplo de bom cumprimento das exigências do FMI. O governo Reagan não queria levar o regime Pinochet a cometer desatinos. Tratava-se de uma política de “engodo”, favorecendo os moderados e excluindo os radicais, que tinha a transição pacífica para a democracia como meta.

6. Matar Pinochet ou derrotá-lo com um lápis

ELES ESPERAVAM EM SILÊNCIO, escondidos atrás dos arbustos, numa curva da estrada estreita e sinuosa no Cajón del Maipo, um cânion fora de Santiago, formado pelo rio Maipo. Era o entardecer de domingo, 7 de setembro de 1986, um dos primeiros fins de semana da primavera que chegava ao hemisfério sul. Do seu ponto de vista, no alto da colina, 24 jovens combatentes, membros da Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), braço militar do Partido Comunista, olhavam as encostas arborizadas da cordilheira dos Andes e o fundo do abrupto precipício, o rio que corria pela garganta. Mas não estavam ali para desfrutar da paisagem. Carregavam granadas, um lançador de foguetes LAW (arma antitanque leve), RPGs (lançadores de granadas a foguete), rifles automáticos M-16 e SIG e farta munição. Eles estavam ali para matar Pinochet.

A FPMR fazia planos para assassinar Pinochet desde 1984. Alguns deles tinham sido abandonados pelo risco de fazer vítimas civis. Mas Pinochet ficava vulnerável quando saía de Santiago nos fins de semana para visitar seu retiro nas montanhas, em El Melocotón, na estrada G-25, ao longo do Cajón de Maipo. Ele sempre retornava a Santiago com seus seguranças no anoitecer de domingo, justo ao pôr do sol. O plano de cavar um túnel cheio de explosivos sob a estrada foi abandonado desde o começo, pois o comboio de Pinochet viajava tão rápido que seria fácil explodir o veículo errado. Um comando de ataque teria maior chance de sucesso.

Os comunistas haviam dito que 1986 seria um ano “decisivo”. Nós socialistas supusemos que fosse porque eles iam tentar assumir a liderança dos movimentos de protesto. Nunca tivemos a menor suspeita sobre o que ia acontecer naquele domingo, 7 de setembro de 1986.

Os combatentes tinham se reunido às 17h45, numa casa de cinco quartos, no pequeno povoado de La Obra. Tanto a casa como os veículos para a operação foram alugados por César Bunster, filho do embaixador de Allende em Londres, e por Cecilia Magni (também conhecida como comandante Tamara), uma socióloga loura que estudara na Grange, escola inglesa de elite em Santiago.

César Bunster retornara ao Chile legalmente em 1986. Membro da Juventude Comunista, queria assumir um papel de destaque na luta contra Pinochet. Um dia, a comandante Tamara fez contato com ele num local combinado no centro, no Paseo Ahumada, e destinou-o a tarefas administrativas da FPMR. Alguns

meses depois, Bunster queixou-se de que queria “ação”.

“Nós temos muitos combatentes. Precisamos de gente como você, que sabe dirigir um carro, tem sobrenome distinto, é alto, de boa aparência, uma pessoa que pode se misturar a vários ambientes sociais sem levantar suspeita”, repreendeu-o Tamara. Pouco depois, porém, ela fez contato de novo para avisá-lo de que ele participaria de “uma operação histórica”. “Há poucas possibilidades de sair vivo”, advertiu ela. “Então só pode ser matar Pinochet”, adivinhou Bunster. Tamara sorriu sem responder.

A missão foi chamada “Operação Século XX”. A faixa etária dos combatentes da FPMR ia de 17 a 28 anos. Eles eram comandados por José Valenzuela Levy (comandante Ernesto), de 28 anos, que frequentara uma boa escola bilíngue de Santiago, a Nido de Aguilas, e também estudara nos Estados Unidos. Poucos tinham treinamento militar, e quase ninguém possuía experiência efetiva de combate (Ernesto teve treinamento militar e tornou-se oficial no Exército Popular Búlgaro). Eles haviam sido cuidadosamente recrutados pela direção da FPMR por confiabilidade política e destemor, e não por suas habilidades militares. Alguns jamais haviam empunhado um rifle automático M-16. Embora tivessem praticado muitas vezes, todos os exercícios foram “em seco”, isto é, eles simulavam os tiros, mas não usavam munição, a fim de não chamar atenção.

Os comandos revisaram os planos pela última vez, limparam seus rifles e verificaram os lançadores de foguetes. Cada qual sabia o que tinha a fazer: a operação fora planejada e repetida até o último detalhe. O grupo era dividido em quatro unidades de combate. A Unidade 501 era de contenção e choque, e caberia a ela parar o comboio de Pinochet com uma caminhonete Peugeot que rebocava um trailer e interceptar a parte dianteira da segurança do general; a Unidade 502 era de assalto e abriria fogo contra o segundo e o terceiro veículos da caravana, um deles a Mercedes-Benz à prova de balas de Pinochet; a Unidade 503, também de assalto, destruiria o quarto carro do comboio; a Unidade 504, de retaguarda, estava encarregada de eliminar o último veículo do comboio e cortar qualquer possível fuga do cenário da emboscada.

Exatamente uma semana antes, os combatentes tinham feito os mesmos preparativos da ação, mas a morte súbita do ex-presidente conservador Jorge Alessandri, no sábado, 30 de agosto, obrigara Pinochet a mudar de rotina, e ele voltou a Santiago às três da manhã de domingo, e não ao anoitecer.

Era arriscado manter a casa alugada mais uma semana, mas os militantes não tinham escolha. O aluguel do trailer e de outros itens foi recombinado por telefone, e os combatentes mantiveram sua presença discreta na área. A maior parte estava hospedada no albergue Carrió, em San Alfonso, fingindo ser seminaristas em retiro espiritual. A tensão aumentou quando uma mulher da

agência de aluguel de automóveis apareceu inesperadamente na casa de La Obra para verificar a situação do Peugeot e do trailer. O depósito em dinheiro que eles tinham deixado era insuficiente para mais uma semana, e ela queria se certificar de que o endereço que César Bunster lhe dera era autêntico. Satisfeita de saber que as pessoas na casa conheciam Bunster, e que os veículos estavam estacionados em segurança numa área trancada, ela partiu sem delongas.

Assim – no domingo, 7 de setembro – não haveria mais surpresas. No sábado à noite, a maioria dos combatentes não conseguiu dormir. Depois de um bom café da manhã e da revisão final dos planos, eles receberam ordem de ir para seus quartos na casa alugada, onde deveriam permanecer o resto do dia. Alguém ligou o gravador com o último discurso de Allende no La Moneda.

Em El Malecotón, sede de uma grande propriedade que Pinochet comprara ao governo por um preço duvidosamente baixo, o ditador, a esposa Lucía, a sogra, o neto de 11 anos (Rodrigo García), um adido da Marinha (Pedro Arrieta), o dr. Domingo Videla e vários guardas de segurança – inclusive os "boinas pretas", das forças especiais do Exército – preparavam a volta a Santiago. O cabo do Exército Oscar Carvajal, motorista de Pinochet, inspecionou o carro, uma Mercedes blindada estalando de nova. Ele ainda estranhava o automóvel; tinha passado o fim de semana praticando manobras para se habituar com ele. Ao contrário da Mercedes que Pinochet usava antes, esta tinha pneus à prova de balas. No interior, os assentos de trás eram separados do motorista por uma janela de vidro que podia ser levantada e abaixada pelo motorista ou pelos passageiros. Os vidros eram fumê e as janelas tinham cortinas.

O Peugeot dos combatentes da FPMR também era blindado, mas de maneira muito mais *ad hoc* – eles encostaram o tampo de mármore de uma mesa contra a lateral do veículo. Os militantes cobriram as pontas dos dedos com cola para não deixar impressões digitais. Naquele anoitecer, Juan Moreno Ávila, também conhecido como Sacha, tinha perdido a proteção da ponta de um dedo ao pegar uma garrafa de refrigerante. No último minuto, Ernesto decidiu que a comandante Tamara não iria participar do ataque. Ela e César Bunster teriam de partir no domingo. Tâmara protestou, mas Ernesto explicou que precisariam dela para dirigir a operação de retirada dos que sobrevivessem à emboscada. Ernesto decidiu que Héctor Maturana, também conhecido como Patricio, deveria se vestir de mulher ao sair na caminhonete Peugeot, para evitar qualquer suspeitas de que as duas pessoas a bordo não fossem um casal em férias.

Às seis da tarde, Pinochet e seu séquito estavam prontos para partir. Os veículos batedores de segurança, dois Volvos 360 GLS e um Nissan Stanza, dirigidos e equipados por homens da CNI, já tinham verificado a estrada duas vezes naquela tarde. Eles não relataram qualquer problemas. Os passageiros do

veículo principal eram Pinochet e seu neto, no banco de trás, o comandante Arrieta e o cabo Carvajal no da frente. A esposa de Pinochet pedira ao marido para ficarem mais uma noite, porém o general foi teimoso como sempre. O comboio partiu pouco depois das seis.

Alguns minutos mais tarde, uma militante da FPMR chamada Nadia e a suíça Isabelle Mayorez, que se faziam passar por turistas na cidade de San José de Maipo, telefonaram do hotel para a casa dos combatentes em La Obra informando que o comboio estava a caminho. Os comandos tinham calculado exatamente o tempo que a caravana ia levar do hotel à zona da emboscada. O comandante Ernesto pôde ouvir as sirenes da polícia ao telefone.

"Pronto, ele está chegando. Todos aos seus postos", ordenou.

Os combatentes entraram num Toyota Land Cruiser, uma caminhonete Toyota Hi-Lux, a caminhonete Peugeot com o trailer e um Nissan Bluebird. Partiram rumo a uma curva próxima, na estrada, conhecida como Cuesta Achupallas. A maioria tomou posição sobre a colina no lado norte da estrada. Do outro lado havia uma encosta íngreme – em alguns lugares, uma queda perpendicular. Dois homens permaneceram dentro do Peugeot, prontos para avançar e bloquear a passagem no momento certo. O combatente conhecido como Tarzan por seu físico de halterofilista ficou à beira da estrada, com uma mochila e uma bola de futebol, como se fosse um jogador esperando carona. A maior e mais ousada operação que a FPMR jamais tinha empreendido estava prestes a começar. Aquilo era um divisor de águas para o Partido Comunista Chileno, que vinha mudando gradualmente suas táticas, de resistência pacífica para "todas as formas de luta", inclusive o combate armado.

A BASE DA OPERAÇÃO fora lançada cerca de seis meses antes. A 200 milhas da costa chilena, dois barcos de pesca, o *Chompalhue* e o *Astrid Sue*, de propriedade de uma empresa fictícia, Cultivos Marinos Chungungo, tinham se encontrado com um navio cubano e transferido engradados contendo cerca de 170 lançadores de foguetes LAW M72 A2, 117 lançadores de foguetes RPG-7, cerca de três mil rifles M-16 e toneladas de explosivos e munição. A operação tinha adquirido para a FPMR um arsenal capaz de equipar um verdadeiro exército. As armas foram descarregadas numa pequena angra em Carrizal Bajo, perto da cidade de Vallenar. A maior parte foi cuidadosamente enterrada para distribuição e uso posteriores.

Mas a CIA obteve informações sobre a operação e alertou os militares chilenos. Em 6 de agosto de 1986, um reide conjunto de CNI, Exército e Carabineros capturou cerca de 20 membros da Frente Patriótica e a maioria das

armas. Mas parte delas já estava nas mãos dos combatentes.

Por que o Partido Comunista recorria à luta armada? A resposta estava em sua história recente. Enquanto os comunistas da Europa ocidental e os socialistas chilenos concluíam que a experiência fracassada de Allende tornava imperativa a busca de "compromissos históricos" com forças progressistas de centro, os soviéticos e o Partido Comunista Chileno (PCC) chegaram à conclusão oposta.

Os comunistas do Chile haviam favorecido historicamente a via pacífica para o socialismo – a doutrina de Nikita Kruschev – por meio da formação de alianças amplas de forças progressistas. Nos anos 1950, na verdade, a liderança do PCC tinha expulsado o grupo de Luis Reinoso, que defendia a luta armada para conquistar o poder. O endosso de Fidel Casto à guerra de guerrilha, nos anos 1960, fora indiretamente atacado por Luis Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista Chileno, num artigo no *Pravda*. Corvalán também criticou amargamente o Partido Comunista Chinês pelo "antissovietismo" e por não compartilhar "a tese de que a via pacífica é, nos tempos contemporâneos, uma possibilidade real em muito países".

A vitória presidencial de Allende em 1970 fora saudada em Moscou como "a mais importante de todas, depois da vitória da Revolução Cubana", avaliação que se refletiu na nomeação de Aleksandr Vasilyevich Basov, membro do comitê central soviético, para a chefia da missão em Santiago. A liderança soviética considerava o PCC tão importante e foi tão afetada pelo revés que o golpe representou para sua influência na América Latina que Moscou aceitou pagar o preço político imenso de trocar o secretário-geral Corvalán, preso no Chile, pelo russo dissidente Vladimir Bukovsky, trancado na ala psiquiátrica de um hospital na URSS. Corvalán estava na cadeia havia dois anos, primeiro na ilha Dawson, perto de estreito de Magalhães, e depois em Santiago. (A KGB arquitetara um plano para resgatá-lo na ilha Dawson num reide de comandos que usaria um navio cargueiro, helicópteros e um submarino, mas o projeto nunca foi aprovado pela liderança do Partido Comunista Soviético.)

Não apenas o golpe, mas também sinais enviados por Moscou causaram a grande mudança na linha do PCC. Em 1974, Boris Ponomarev, membro interino do Politburo e chefe do Departamento Internacional do Partido Comunista soviético, escreveu um importante artigo afirmando que todo revolucionário tinha de estar pronto "para mudar rapidamente as formas de luta, pacíficas e não pacíficas", e para "responder com violência revolucionária à violência reacionária da burguesia". Além disso, o líder soviético Leonid Brejnev, referindo-se ao Chile num discurso no 25º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, declarou que "uma revolução precisa aprender a se defender". Os chilenos tinham sido ingênuos por não se prepararem militarmente para o

golpe, ou, ainda pior, por não terem tido espírito de luta.

Em abril de 1980, Stephan Chernovenko, embaixador soviético na França, advertiu os Estados Unidos de que Moscou estava determinada a apoiar o regime comunista de Mohammad Najibullah no Afeganistão, declarando que "não permitiriam outro Chile" (os comunistas chilenos apoiaram a invasão soviética do Afeganistão, enquanto os socialistas liderados por Altamirano a reprovaram). O regime Brejnev tinha abandonado a doutrina Kruschev.

O novo componente armado da estratégia comunista também foi influenciado pelas opiniões do chamado grupo Leipzig – uma equipe de pesquisa do PCC que concentrava sua atenção nas Forças Armadas e em cenários políticos alternativos – e de um grupo de chilenos residentes em Berlim Oriental – que incitou o secretário-geral Corvalán à insurreição armada. As experiências da Nicarágua e de El Salvador também foram um fator persuasivo, como observou Corvalán em outubro de 1982. Os soviéticos começaram a instar os comunistas latino-americanos a coordenar grupos de guerrilha em "frentes político-militares", seguindo o modelo sandinista.

A ala FPMR do PCC fora fundada em 1983, sob a direção técnica de 12 comandantes que tinham recebido treinamento militar em Cuba. Seu mais alto líder, Raúl Pellegrin, também conhecido como Rodrigo e José Miguel, tinha experiência de combate na Nicarágua. Os comunistas não eram audaciosos a ponto de tentar derrotar as Forças Armadas chilenas. Sua esperança era de que, caso fomentassem a mobilização social apoiada pela luta armada, a insurreição se estendesse para todo o país. Eles acreditavam que isso poderia dividir as Forças Armadas, como acontecera no Irã, quando protestos de rua maciços incitaram o Exército a voltar-se contra o xá, em 1979. A operação Pinochet era vista como catalisadora-chave dessa insurreição nacional.

A CARAVANA DE CINCO CARROS DE PINOCHET era precedida por duas motocicletas dirigidas por carabineiros armados que abriam a estrada com as sirenes ligadas. O primeiro carro era um Chevrolet Opala cinza transportando cinco policiais; a Mercedes de Pinochet era o segundo carro; atrás vinha um Ford LTD, que levava três guardas do Exército e o capitão Juan McLean, chefe da equipe de segurança; o quarto veículo era uma Mercedes-Benz idêntica à de Pinochet, com dois sargentos do Exército a bordo, mais o médico do ditador; fechando a retaguarda, o quinto veículo, um segundo Ford LTD, transportava cinco "boinas pretas" em traje de combate. Três outros veículos de "segurança avançada" da CNI seguiam de perto o comboio, dois de vigia, vários quilômetros à frente da caravana, e um Volvo branco poucos quilômetros atrás. No total, havia 27 homens armados, dos

quais 23 integrantes de tropas especializadas em combate.

Como em toda tarde de domingo, o tráfego era intenso por causa do fim de semana e dos que viajavam diariamente de volta para Santiago – ainda mais que os soldados de um regimento próximo do Exército, o IIº Regimento de Sapadores, receberam ordens de manter a estrada livre para a caravana na ponte El Manzano, que estava em reparos. Os soldados pararam o tráfego com agressividade nas duas direções, causando um engarrafamento maciço.

Depois que Pinochet cruzou a ponte, Arrieta deu ordens para que o Volvo da CNI, que seguia poucos quilômetros atrás, parasse e garantisse o restabelecimento do tráfego na ponte, temeroso de que as legiões de motoristas irritados se voltassem contra Pinochet. Com isso, um dos veículos da CNI foi isolado do combate iminente.

O local da emboscada era no alto de uma subida íngreme, o que obrigava os motoristas a diminuir de velocidade. O comboio se aproximou, e a Unidade 501, de contenção e choque, fez avançar a caminhonete e o trailer de acampamento, atravessando-os na rodovia, como se o chofer fosse fazer o retorno. Quando o primeiro veículo da segurança acionou a sirene, o motorista da caminhonete fingiu discutir com a companheira sobre um mapa de estrada. Tarzan chutou a bola de futebol que levava e preparou-se para disparar um foguete LAW.

O comandante Ernesto decidira que as motocicletas deveriam passar antes de ele dar ordem de atirar. Uma delas desviou-se do Peugeot; a segunda mal conseguiu evitar a batida no trailer e entrou em contato por rádio com o tenente Yordan Tavra, no Chevrolet Opala, advertindo-o do obstáculo bem à frente. Nesse momento, Ernesto abriu fogo; os demais começaram a atirar. O lançador de foguetes de Tarzan emperrou, e, após alguns segundos, ele errou o alvo, atingindo o solo entre os veículos da caravana; então Tarzan começou a atirar com o M-16. Víctor Díaz, filho de um prisioneiro político desaparecido, tinha o segundo motociclista na mira do M-16, mas não atirou porque um carro parou de repente, obstruindo a linha de tiro; um homem saltou com duas crianças que aparentemente precisavam aliviar-se justo ali, naquela hora, no acostamento da estrada, no pior momento possível. O motociclista entrou com a moto numa lanchonete do outro lado da rodovia.

A cena era de total confusão, os carros cantavam os pneus, havia nuvens de fumaça, explosões, balas no ar, e as sirenes urravam. No carro atrás do de Pinochet, o capitão McLean, de rádio na mão, ordenou: “Para trás, recuar!”, mas uma bala já estilhaçara o para-brisa e dilacerara a artéria femoral esquerda do motorista, que desmaiou sobre o volante. O tenente Tavra saltou de seu carro e mirou a Uzi para a colina onde vira um atacante. Nervoso, não conseguiu substituir o pente; tentou disparar com uma pistola, mas ela emperrou. Balas

rasgaram seu ombro e sua virilha. Ele e o cabo Miguel del Río fingiram-se de mortos para salvar suas vidas.

Os veículos Ford tentaram abrir caminho para a Mercedes de Pinochet bater em retirada. Mauricio Hernández, também conhecido como Ramiro, estava posicionado na encosta, mais perto da retaguarda da caravana. Ele disparou um foguete LAW que destruiu parcialmente o Ford do capitão McLean. Este deu ordens a seus homens de abandonar o veículo em chamas; o motorista, Cardemio Hernández, tentou, mas morreu quando uma bala lhe perfurou o peito. Enquanto McLean e um cabo do Exército corriam em busca de cobertura na encosta, o quarto ocupante do carro morreu, ainda no banco de trás. Os militantes lançaram granadas de mão e varreram o comboio a bala com os seus M-16. A sirene do Opala emudeceu quando um foguete LAW destruiu o teto do automóvel.

Tarzan continuou a atirar do lado da estrada onde ele estava. “Rendam-se, seus filhos da puta! Rendam-se!”, gritou.

Um de seus companheiros perguntou: “Por que nos rendermos se estamos ganhando?”

“Não, sua besta, são *eles* que deviam se render”, disse Tarzan, concentrando-se outra vez na batalha.

Dentro da Mercedes de Pinochet, o comandante Arrieta deu ordem a Carvajal de sair em marcha à ré a toda. Várias balas atingiram o para-brisa e as janelas laterais, espirrando vidro sobre seus ocupantes, mas a blindagem resistiu. O carro seguiu pelo acostamento para evitar os veículos na retaguarda. Pinochet não disse uma palavra enquanto ele recuava batendo no terrapleno. Um momento depois, Carvajal teve de parar porque não conseguia enxergar; os vidros estavam estilhaçados e o espelho lateral manchado de sangue. Ele pediu aos passageiros que abrissem as cortinas para ele usar o espelho retrovisor. Pinochet não se moveu, mas seu neto atendeu ao pedido.

Dois dos “boinas pretas”, os cabos Pinilla e Guerrero, tinham buscado cobertura na encosta. Outro, Juan Fernández Lobos, evitando a luta, saltou sobre uma pequena cerca de pedras na estrada, no lado do rio, rolando 18 metros abaixo. O cabo Roberto Rosales foi feito em pedaços quando um foguete LAW explodiu ao seu lado. Pinilla e Guerrero responderam ao fogo, logo acompanhados pelo capitão McLean. Então um foguete atingiu o porta-malas do segundo Ford LTD, incendiando-o.

McLean viu um dos atacantes – que posteriormente descreveu como um jovem de cabelos escuros usando uma jaqueta esportiva e calças azuis – atirar em sua direção. Uma das balas atingiu sua perna esquerda. McLean tinha perdido o revólver Cobra e pediu a Pinilla, que também tinha um rifle Galil 5.56, para lhe passar a Beretta 9mm. Nesse momento, o cabo Guerrero foi atingido e

morto.

“Vamos atravessar. Vamos atravessar a estrada correndo!”, gritou o capitão.

Pinilla e McLean se arrastaram e depois correram abaixados, saltando a cerca de pedra e rolando mais de 35 metros encosta abaixo. Pinilla perdeu seu rifle.

Enquanto isso, o motorista de Pinochet continuava a dar marcha à ré, guiado pelo comandante Arrieta, que abrira ligeiramente a porta para enxergar. O carro estava cheio de poeira. Apesar da barreira de disparos de M-16, Carvajal e o motorista da Mercedes reserva conseguiram fazer a volta e aceleraram até 100 quilômetros por hora.

Mas ainda havia uma unidade de retaguarda, a Unidade 504, para lhes dar combate. Marcos, um dos militantes que estavam na colina, disparou seu lançador de foguetes LAW contra o veículo de Pinochet. O projétil bateu com força na moldura de uma das portas, mas resvalou sem explodir. A distância entre o lançador e o carro era de menos de cinco metros, o mínimo necessário para o foguete se armar. A Mercedes de Pinochet tinha de passar pela Toyota que bloqueava a estrada. Os combatentes na caminhonete apontaram os rifles automáticos para o vidro fumê do carro que se aproximava. Juan Moreno Ávila (Sacha), de pé na estrada, disparou seu rifle a cerca de quatro metros de distância, bem na frente da Mercedes que se aproximava. Ele disparou a arma até o último segundo possível, quando saltou de lado para evitar ser atropelado. O carro de Pinochet e a Mercedes reserva passaram pela caminhonete, subiram pelo terrapleno íngreme, saíram da zona de guerra e correram pela estrada a 130 por hora. Pinochet afinal recuperou a fala.

“Nós escapamos de uma boa, meu neto”, disse ele.

Quando Pinochet apresentou sua versão escrita do incidente para investigação judicial, ele declarou que seu primeiro impulso quando começou a emboscada foi “sair do carro e enfrentar os agressores, mas o motorista parou violentamente e começou a dar marcha à ré”. Os testemunhos disponíveis só revelam a atitude passiva de Pinochet, exceto ao cobrir o neto com o corpo quando os estilhaços do vidro voaram para dentro do carro. Foi o neto que ajudou o motorista a recuperar o campo de visão abrindo as cortinas.

Não mais que seis ou sete minutos tinham se passado quando o comandante Ernesto apitou duas vezes, sinalizando a retirada. Os combatentes usavam trajes de corrida sobre as roupas, e os tiraram. Então, deixando os feridos onde estavam, correram para seus carros de fuga, estacionados a poucas dezenas de metros. “Podíamos ter matado todos eles, mas não fizemos isso porque eles estavam indefesos, e não somos assassinos”, declarou um dos atacantes, 20 anos depois.

Somente quando entraram nos carros eles compreenderam que ainda estavam

vivos. A única baixa era uma pequena ferida menor na perna de um combatente, produzida por um estilhaço de granada deles próprios. Ao se afastarem correndo, alguém no carro líder, transportando os combatentes do grupo de contenção e ataque, gritou: “Viva o Chile, *mierda*!” Ficaram surpresos com a tímida resposta que haviam recebido; a imagem humilhante dos valentões que faziam a segurança de Pinochet pulando no despenhadeiro para salvar a vida foi um espetáculo que sem dúvida apreciaram. “Vai ver o tirano pulou também”, brincou um dos combatentes. Mas, num dos veículos seguintes, o grupo de retaguarda estava em silêncio, pois sabia que Pinochet escapara.

A Mercedes-Benz de Pinochet correu de volta ao sítio em El Melocotón, seguida pela segunda Mercedes. O comandante Arrieta falou pelo rádio com o veículo de trás.

“Sim, nós estamos seguindo, câmbio”, respondeu o motorista da segunda Mercedes.

“Você tem alguma baixa?”, perguntou Arrieta.

“Negativo, negativo. E quanto ao meu general, precisa de médico?”

Arrieta olhou para o banco de trás e perguntou: “Meu general, o senhor está bem?”

Pinochet mal respondeu: “Tudo bem, tudo bem”, grasnou.

“Cadê a porra da CNI?”, explodiu o comandante Arrieta ao compreender que o Volvo branco não estava na ponte El Manzano.

Então as dúvidas começaram a se insinuar. Quem tinha montado a emboscada? O poder de fogo sugeria que fossem membros renegados das Forças Armadas; talvez outro golpe estivesse em curso. Os soldados do IIº Regimento de Sapadores ainda estavam na ponte. A Mercedes reserva passou para frente, caso eles abrissem fogo. Como não abriram, o sargento Carpio, motorista do carro reserva, deu ordem a dois dos soldados para que entrassem em seu carro com as armas. “Rápido, há uma emergência, isto é uma ordem”, disse, enquanto os soldados surpresos entravam no automóvel. Ele os informou rapidamente da situação, então parou novamente logo depois da ponte, onde outro pequeno grupo de soldados fazia guarda, e disse para um dos soldados saltar. “Conte-lhes o que aconteceu e passe a informação adiante.” Depois eles partiram apressados, com o carro de Pinochet logo atrás. Já estava escuro quando as duas Mercedes avariadas passaram pelos portões da propriedade de Pinochet nas montanhas.

Embora supusessem que a maioria fosse morrer na operação, os combatentes da FPMR tinham preparado planos de fuga detalhados. Colocaram sinalizadores removíveis de polícia na capota de seus carros e fingiram ser agentes de segurança. Empunharam as armas nas janelas, acionaram a sirene do Toyota Land Cruiser e buzinaram agressivamente, exigindo passagem livre como em

geral fazia a guarda de Pinochet. No caminho para Santiago, eles não viram sinal dos dois veículos avançados da CNI nem do motociclista da polícia – que se esquivara da emboscada e chegara a um posto dos Carabineros poucos quilômetros abaixo.

O primeiro carro da CNI tinha feito retorno e rumado para o local da emboscada depois de ser informado sobre o tiroteio, mas aparentemente se atrasou com o excesso de tráfego. Mesmo assim, devem ter visto os três carros dos militantes passarem na direção oposta, com os sinalizadores na capota e as armas empunhadas para fora da janela, sabendo perfeitamente que eles não faziam parte da caravana.

O segundo carro avançado da CNI também deve ter cruzado com os combatentes em fuga ao se dirigir para o local da batalha a partir de um posto próximo dos Carabineros, no povoado de Las Vizcachas, onde estava parado quando o tiroteio começou. Os agentes da CNI sabiam que estavam em inferioridade bélica e tinham decidido que a discrição era a melhor parte da bravura.

Ao se aproximarem do posto de polícia em Las Vizcachas, os combatentes se prepararam para outro tiroteio quando viram barreiras, sacos de areia e carabineiros usando capacetes. Embora mantivessem os seus M-16 em posição, decidiram acenar com as mãos, exigindo passagem rápida. Espantosamente, o ardil funcionou: as barreiras foram retiradas e os três veículos passaram sem qualquer problema – embora o primeiro motociclista que escapara da emboscada estivesse ali (os combatentes da FPMR o viram). Ele saberia quais veículos pertenciam à caravana de Pinochet. Assim como seus colegas da CNI, não estava com ânimo para outro tiroteio.

Embora os combatentes tivessem partido havia muito e Pinochet já estivesse repousando em El Melocotón, uma batalha imaginária eclodiu no local da emboscada. Quando o reforço militar chegou, os homens ouviram munição detonando nos veículos em chamas e responderam ao fogo. A “batalha” durou mais de 20 minutos – muito maior que a emboscada original. O cenário era de horror. Pedaços de corpos espalhados por todos os lados: na encosta estava a perna esquerda do soldado das forças especiais que explodira em pedaços; a seis metros de distância, uma mão decepada jazia no asfalto. Um corpo carbonizado sem cabeça pendia de um carro incendiado.

Cinco soldados e policiais da segurança tinham sido mortos; outros 12 membros da caravana estavam feridos. A confusão só piorou quando chegaram mais soldados e as Investigaciones. Grupos diferentes obedeciam às ordens de diferentes chefes pertencentes a setores diferentes das Forças Armadas. Um detetive que vasculhava a beira do despenhadeiro atrás de indícios escorregou e

caiu quatro metros, batendo violentamente a cabeça contra uma pedra. Por uma estranha coincidência, seu sobrenome era McLean – o mesmo do capitão do Exército –, um nome nada comum no Chile. Quando solicitaram uma ambulância para transportá-lo até Santiago, o pessoal do resgate argumentou que McLean já fora evacuado. Como dois McLean podiam estar feridos? Reinava o caos.

Pinochet e seu pessoal em El Melocotón estavam profundamente abalados. Alguém pensou que Carlos o Chacal, o terrorista venezuelano, poderia estar envolvido, já que havia rumores de sua presença no Chile. A maioria deles, porém, inclusive Pinochet, suspeitava de que forças ocultas do Exército fossem as culpadas. Contribuindo para a suspeita de tentativa de golpe havia o fato de um dos veículos de ataque, o Toyota Land Cruiser, pertencer à Marinha. Estaria a Marinha por trás da operação? Mas a explicação era mais simples: Bunster havia alugado o Land Cruiser, que inclusive tinha uma sirene em bom estado, de um pequeno empresário que o comprara da Marinha, mas a transferência de propriedade ainda não tinha sido oficializada.

O general Guillermo Garín, chefe do Estado-Maior, ordenou reforços para a zona da emboscada. Depois, em coordenação com o ministro do Interior, convocou uma reunião de emergência no La Moneda, com a presença, entre outros, do secretário-geral do governo, Francisco Javier Cuadra, do chefe da CNI, general Humberto Gordon, e outros notáveis. Os telefonistas do palácio tentaram sem sucesso entrar em contato com Pinochet em El Melocotón. As comunicações no cânion sempre eram difíceis. (Segundo entrevista que realizei com um subcomandante do destacamento de segurança de Pinochet, depois da descoberta, em 1986, de esconderijos com armas em Carrizal Bajo, a equipe de segurança do general solicitara que se instalasse uma antena dentro do cânion para facilitar as comunicações, que as rotinas de viagem do comboio presidencial fossem alteradas e que um helicóptero estacionasse no retiro de fim de semana do general, mas nenhuma das medidas fora adotada.)

Se Pinochet tivesse morrido, refletiu o general Garín, o almirante José Toribio Merino teria de ser chamado a assumir o comando da nação. Mas finalmente Pinochet conseguiu falar com La Moneda. “Estou indo para Santiago”, disse ele.

“Meu general, de jeito nenhum”, replicou Garín. “Ainda há choques na área, e nós não sabemos se há outras emboscadas preparadas ao longo do caminho.” Pinochet aceitou o conselho de seu chefe de Estado-Maior e decidiu ficar onde estava. Porém, sempre desconfiado, chamou todos os seus comandantes de regimento, para assegurar-se de que o ataque não estava ligado a alguma insurreição secretamente planejada.

Os militantes da FPMR abandonaram seus veículos e armas em vários pontos

do distrito de La Florida, sobretudo ao longo da avenida Vicuña Mackenna, e se separaram. Caminharam e andaram de ônibus alternadamente, e conseguiram chegar até suas casas e aparelhos por vias tortuosas. Um deles parou num bar da vizinhança e bebeu alguma coisa – para parecer menos suspeito e talvez também para celebrar. O único combatente ferido foi para um "ponto de contato médico" preestabelecido, onde, depois de se encontrar com um homem com um jornal específico sob o braço e lhe dar a senha "Operação Século XX", foi levado de olhos vendados para uma clínica clandestina, onde removeram cirurgicamente estilhaços de granada de sua perna.

Devia ser por volta das nove da manhã quando eu soube do ataque a Pinochet. Liguei imediatamente a televisão para ver os noticiários e depois telefonei para uns amigos. Alguns expressaram dúvidas sobre a veracidade da emboscada. "Talvez seja só uma simulação, uma desculpa para Pinochet intimidar a oposição", disse um deles.

Não havia dúvida de que aqueles seriam tempos perigosos para nós dissidentes. O estado de sítio e o toque de recolher foram decretados naquela mesma noite. Seis revistas de oposição foram fechadas, e uma agência internacional de notícias foi posta sob censura. Mas quando Pinochet apareceu na televisão para mostrar que ainda estava vivo – de pé ao lado da Mercedes-Benz crivada de balas, trajando uma parca e com a mão enfaixada por causa de alguns arranhões provocados por estilhaços de vidro –, eu me convenci de que o atentado fora de verdade. Pinochet estava pálido e seu rosto mostrava-se distorcido por um ricto de medo e choque. Eu nunca o vira tão abalado e inseguro. Naquele momento, todos os combatentes da FPMR tiveram a prova do fracasso da tentativa de matar Pinochet.

O ditador, contudo, só confiava plenamente em seus companheiros imediatos e nos seus contatos no La Moneda – informação que me foi transmitida por um oficial de alta patente que estivera envolvido nos acontecimentos pós-emboscada. No dia seguinte, segunda-feira, 8 de setembro, o velho general retornou a Santiago de helicóptero. Segundo testemunhas que entrevistei anos mais tarde, ele estava "terrivelmente agressivo" quando chegou ao palácio. Agora, que se sentia em segurança, ele tomaria medidas. "Isto é guerra com todas as letras", declarou. "Uma guerra sem limites e sem quartel." Numa entrevista às jornalistas Raquel Correa e Elizabeth Subercaseaux, Pinochet disse: "Não sou nenhum santo nem Maomé. Se me dão um tapa no rosto, eu reajo com dois."

Mas se não era nenhum santo nem Maomé, ele ainda tinha um acesso especial ao Todo-Poderoso. Pinochet atribuiu sua sorte a Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a qual venerava desde os tempos de cadete. Talvez orientado pelos

especialistas em relações públicas, ou guiado por seu próprio discernimento político, Pinochet disse que, ao olhar a janela traseira crivada de balas do carro, "percebi a imagem da Santa Mãe. Inicialmente pensei que era por causa das emoções fortes que havia experimentado, mas em seguida vi que outras pessoas compartilhavam o mesmo pensamento". Dois dias depois, os carros destroçados do comboio foram exibidos diante do Palácio de la Moneda. Todos concordaram que os contornos de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro podiam ser perfeitamente discernidos no vidro estilhaçado da janela traseira da Mercedes. Claro que Pinochet fora salvo por um poder superior.

Mas, voltando à guerra "com todas as letras", na primeira noite do toque de recolher, 8 de setembro, por volta das duas da manhã, mal haviam passado sete horas do ataque contra Pinochet, um grupo da polícia secreta cercou a casa do eletricista Felipe Rivera, no distrito de Pudahel, e o obrigou a entrar num carro. Duas horas depois, o mesmo grupo chegou à casa de Gastón Vidaurrázaga, professor e membro do MIR cuja mãe era juíza em Santiago. Ele levou 20 tiros quando, semidespido, tentou fugir.

Então os atacantes da noite foram para a região de Bellavista, onde sequestraram violentamente José Carrasco, militante do MIR e jornalista que cobria assuntos internacionais para a revista quinzenal *Análisis*. O enteado de Carrasco, um garoto de 15 anos, gritou desesperadamente, exigindo saber aonde levavam o padrasto. Uma década antes, em 1976, a polícia secreta da Dina sequestrara seu pai biológico, que se juntou então à fileira dos desaparecidos. Eu conhecia José Carrasco; ele frequentava o centro de documentação que eu criara na Academia de Humanismo Cristão. Na madrugada de 9 de setembro, os corpos crivados de balas dos três homens foram encontrados em diferentes subúrbios de Santiago. Todos apresentavam sinais de tortura. Na noite seguinte, a CNI raptou o jornalista Abraham Muskatblit, membro do Partido Comunista. Seu corpo foi encontrado dentro de uma vala, numa área rural fora de Santiago.

O ministro Francisco J. Cuadra, porta-voz do governo, apresentou a usual explicação cínica do regime Pinochet para esses casos: a matança fora perpetrada pela esquerda. As mortes eram atribuídas a "um expurgo interno entre grupos marxistas pelo insucesso da emboscada contra o general Pinochet", disse Cuadra.

A CNI, que fracassara na proteção de Pinochet, quis assassinar covardemente cinco pessoas, uma para cada guarda de segurança de Pinochet morto em Cajón del Maipo, mas o quinto rapto não deu certo. Luis Toro, advogado do Vicariato de Solidariedade que anos mais tarde trabalhou comigo no Ministério das Relações Exteriores, tinha tomado precauções. Quando os matadores da CNI chegaram à sua casa, ele abriu a janela do segundo andar, gritou uma senha e

tocou um sino. Seus vizinhos acenderam as luzes, e os bravos agentes da CNI se retiraram a toda velocidade.

Nas 24 horas após a emboscada, Pinochet ordenou operações de busca, a começar pelas principais favelas e bairros pobres de Santiago. Escritórios sindicais, associações estudantis e residências de advogados e ativistas dos direitos humanos receberam ameaças de morte. Os padres franceses Pierre Dubois, Daniel Caruette e Jaime Lacelot foram expulsos do país.

Na noite da emboscada e do assassinato dos militantes de esquerda, as vidas de outros líderes políticos ficaram por um fio. Por volta da mesma hora em que os sequestros começavam, um contingente da Polícia Civil chegou a uma casa de um condomínio fechado em La Reina. Exatamente às 2h15 da manhã, os policiais irromperam no quarto de Ricardo Lagos e sua esposa, Luisa Durán, com submetralhadoras nas mãos.

“Não se preocupe, sr. Ricardo, nós somos das Investigaciones”, disse um dos policiais quando Lagos exigiu suas identidades.

“O que os senhores desejam e com que direito invadem um quarto de dormir? Mostrem-me o mandado”, exigiu Lagos.

“Não se preocupe”, repetiu o detetive. “Nós temos de levá-lo conosco. Sorte sua que chegamos primeiro.”

Lagos se vestiu e foi levado para o quartel das Investigaciones sem qualquer mandado ou justificativa, apesar dos protestos de membros da família e de vizinhos.

Talvez ele tenha *mesmo* tido sorte. Quando um dos filhos de Lagos abriu a porta para os policiais, um deles tinha perguntado: “Eles não vieram ainda? Ninguém veio ainda?” Vários outros líderes de esquerda, de diferentes grupos, também foram presos naquela noite. “Sim, tem político envolvido [na emboscada]. Não sei quais, mas tem”, disse Pinochet a um confidente.

No quartel, um promotor interrogou Lagos, lendo um dossiê: “Junho de 1974, ele [Lagos] participa do comitê político clandestino do Partido Socialista sob o codinome ‘Guillermo’.”

“O senhor está errado. Sua informação diz respeito a Ricardo Lagos Salinas, um socialista de 24 anos que foi preso em 1974 e depois desapareceu. Eu sou Ricardo Lagos Escobar.” O restante do dossiê dizia respeito a Lagos. Um item, incluído para ilustrar a suposta “defesa da violência” por parte dele, era uma entrevista que dera ao *Newsweek* poucas semanas antes da emboscada, na qual expressava a opinião de que a violência no Chile pioraria se Pinochet insistisse na repressão.

Eu e outros amigos de Lagos e sua família iniciamos uma campanha para libertá-lo. Escrevi para intelectuais nos Estados Unidos que o conheciam,

incitando-os a enviarem cartas a seus congressistas, publicarem editoriais em jornais importantes e assim por diante. Na Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill, onde Lagos tinha lecionado, e na Universidade Duke, onde fizera doutorado, os amigos organizaram comitês exigindo sua soltura.

Fui visitá-lo na cadeia. Ele e outros políticos da oposição eram mantidos na prisão dos Carabineros, na rua San Martin, no prédio que, ironicamente, abrigara a sede do comitê central do Partido Socialista. Depois que as instalações tinham sido destruídas pelo fogo, no dia do golpe, o edifício fora tomado e ocupado pelos Carabineros.

Lagos estava de bom humor. Sua maior preocupação era com a possibilidade de ser expulso do país, condenado ao exílio permanente. Ele pediu que eu fosse às embaixadas de todos os países onde pousassem voos regulares do Chile e obtivesse das autoridades a promessa de não o aceitar caso ele fosse expulso. A prioridade era a Argentina. Minha conversa com o encarregado de negócios argentino, Raúl Estrada, foi tranquilizadora. "Posso lhe garantir que o governo do presidente Alfonsín vai mandar Ricardo Lagos de volta caso ele chegue de avião", disse. "Se for deixado em nossa fronteira, não vamos permitir que entre." O Peru foi um pouco mais difícil. O embaixador estava um tanto reticente, mas o ministro das Relações Exteriores não queria se deixar envolver nos problemas do vizinho aceitando um líder de oposição deportado. Os brasileiros expressaram opinião semelhante.

A esposa de Lagos e eu conseguimos encontrar e visitar várias outras representações diplomáticas. O embaixador dos Estados Unidos, Harry Barnes, não só concordou com nosso pedido como também mandou um de seus diplomatas, Donald Tomking, visitar Lagos no quartel-general da polícia. O Departamento de Estado já havia emitido um comunicado em 9 de setembro, condenado o ataque a Pinochet, saudando a libertação de dois padres norte-americanos que haviam sido interrogados a respeito da emboscada e expressando sua "permanente preocupação com a detenção de certos líderes oposicionistas … sem que haja qualquer indício, perante um Tribunal de Justiça, da ligação desses indivíduos com o ataque de domingo".

Um dia Lagos me disse: "Precisamos de um peso pesado para pedir minha libertação."

"Que tal o presidente Carter?", sugeri. "Ele é muito atuante, respeitado e influente. Até Pinochet teria de prestar atenção, e eu conheço Bob Pastor, seu conselheiro latino-americano."

Lagos gostou da ideia. Entrei em contato com Pastor e em poucos dias recebi o seguinte telegrama de Carter: "Acabo de saber que Ricardo Lagos, ex-presidente da Aliança Democrática, coalizão de partidos democráticos do Chile,

foi detido recentemente e está preso sem acusação no Chile. Todas as pessoas interessadas na democracia e nos direitos humanos no hemisfério devem estar preocupadas com a prisão ilegal de um líder tão importante. Espero que o governo chileno formalize as acusações ou que liberte o senhor Lagos imediatamente da prisão."

A declaração foi distribuída a todas as agências de notícias em 18 de setembro de 1986. No dia seguinte, todos os jornais e estações de rádio mais importantes do Chile divulgaram o apelo do presidente Carter. Lagos enviou uma nota de agradecimento ao presidente americano e, muitos anos mais tarde, durante um seminário em que os dois se encontraram, ele lembrou-o pessoalmente de sua oportuna mensagem. "Carter ficou realmente tocado com minha lembrança agradecida", disse-me Lagos. Ele também foi beneficiado por uma circunstância que nada teve a ver com isso: o ministro das Relações Exteriores de Pinochet, Jaime del Valle, conseguira arranjar um encontro, na Assembleia-Geral da Nações Unidas, com um grupo de ministros europeus; mas o chanceler espanhol, Francisco Fernández-Ordoñez, se opôs a levar a reunião adiante se Lagos não fosse libertado. O regime Pinochet precisava mitigar seu isolamento internacional. Após 21 dias de prisão, Lagos foi solto. Nenhuma acusação jamais foi apresentada contra ele.

Por fim, ele soube que o inspetor de polícia que tinha sido seu aluno na Universidade do Chile estava de plantão na noite após a emboscada e viu os mandados de prisão, entre os quais o do seu ex-professor. Compreendendo que Lagos corria perigo, o inspetor deu ordem a um grupo de investigadores para que o pegassem imediatamente; eles também foram à casa de José Carrasco, mas chegaram tarde demais. Isso explica por que o nome de Carrasco aparece ao lado do de Ricardo Lagos na lista inicial de pessoas presas pela polícia, publicada na edição de 9 de setembro do jornal governista *La Nación*.

O ataque fracassado contra Pinochet e suas consequências repressivas provocaram uma cisão ainda maior entre comunistas, de um lado, e socialistas e os outros partidários da oposição moderada, de outro. Eu ajudei a minutar uma declaração do Partido Socialista publicada em 8 de setembro, rejeitando "mais uma vez a estratégia de luta armada contra o regime militar, pois ela só representa mais dor e morte para o povo do Chile".

Entre outras ações pós-emboscada contra a oposição, a CNI pressionou um promotor a interrogar várias pessoas (inclusive eu) que tinham participado de um encontro sobre dívida externa em Havana, em agosto de 1985. Muitos exilados chilenos haviam comparecido à conferência, e cerca de dez de nós, que morávamos no país. Segundo um relatório preparado pela polícia secreta de Pinochet, a conferência sobre a dívida externa era um "disfarce" sob o qual

“foram elaborados planos para derrubar o Governo Supremo, por meio de várias estratégias impostas pelo governo marxista de Cuba”. Isso não podia estar mais longe da verdade. Na realidade, uma discussão violenta teve lugar entre cinco de nós, delegados do Partido Socialista, liderados por Ricardo Nuñez, conhecidos como socialistas renovados, e “Humberto”, um dos homens encarregados da seção chilena do setor para as Américas do Partido Comunista Cubano.

Os comunistas cubanos não confiavam em nós, discordavam de nossas opiniões sobre democracia e, o que era mais importante, descartavam com arrogância nossa tática de mobilização social pacífica. Eles favoreciam e apoiavam a estratégia de insurreição armada do Partido Comunista, por intermédio da FPMR, e a alternativa violenta tradicionalmente defendida pelo MIR. Os socialistas chilenos com quem os cubanos se comunicavam eram do grupo liderado pelo ministro das Relações Exteriores de Allende, Clodomiro Almeyda. Eles preferiam lidar com líderes social-democratas como Rodomiro Tomic, que estava presente na conferência, a tratar conosco. Nós nos encontramos com Humberto numa sala privada no local da conferência. O clima ficou tenso logo que a reunião começou. Basicamente, Humberto nos repreendeu com veemência, acusando-nos de sermos fantoches de Pinochet.

Eu respondi: “Você não tem a menor ideia do que está acontecendo no Chile. O povo rejeita a violência. A maioria necessária para derrotar Pinochet alienou-se da luta armada.”

Ricardo Nuñez, líder do nosso grupo, acrescentou: “São vocês e seus amigos no Chile que estão fazendo o jogo de Pinochet.”

“Vocês estão encorajando sequestros de civis inocentes”, interrompeu meu colega Jaime Estévez. Depois da acusação de Jaime, quase começou uma briga de socos.

Nós queríamos que os cubanos entendessem que seu apoio à Frente Patriótica e ao MIR não iria nem por um minuto apressar a queda de Pinochet – e que, na verdade, esse apoio era improdutivo. Mas eles não nos deram ouvidos; nada de positivo saiu do encontro. (Não posso evitar fazer um comentário: alguns anos depois, conforme se revelou, esse mesmo Humberto foi preso em Havana por participação, em Miami, num esquema de venda de vídeos pornográficos exibindo crianças.)

Mais tarde, na mesma conferência, todos os chilenos foram convidados para um encontro privado com Fidel Castro. Cerca de 25 ou 30 de nós estávamos presentes. Fidel estava mais bem-informado sobre o Chile, e sua análise era consideravelmente mais sofisticada que a de Humberto: ele falou conosco por cerca de uma hora sobre questões que iam da globalização a Pinochet. Nós, os socialistas “renovados”, estávamos em minoria e decidimos não tomar a palavra.

Quem falou, inclusive vários sociais-democratas, fez isso para agradecer a Fidel e alguns – de modo constrangedor para nós e, suspeito eu, para o líder cubano – elogiaram-no em excesso.

Em 17 de setembro, dez dias depois da "Operação Século XX", os democratas cristãos enviaram uma carta à liderança comunista: "A relação do Partido Comunista com a violência e o terrorismo e a manutenção, por vocês, de estruturas militares e paramilitares constituem o principal obstáculo a uma mobilização coordenada e progressiva. A descoberta de arsenais, o ataque contra Pinochet e sua sequela de mortes agravaram a militarização da política chilena."

Mais ou menos na mesma época, em outubro de 1986, o presidente argentino Raúl Alfonsín visitou Cuba e pediu a Fidel Castro para suspender o apoio à luta armada no Chile. Alfonsín temia um eventual recuo na política americana, então mais simpática à oposição democrática chilena. Receava que uma rebelião armada crescente contra Pinochet pudesse afetar o processo político argentino. O presidente argentino também falou sobre a questão com Mikhail Gorbachev, que afirmou nada ter a ver com o movimento armado no Chile. Fidel admitiu que os combatentes da FPMR haviam sido treinados em Cuba para lutar contra a ditadura de Pinochet, mas facilitou o contato entre a liderança comunista chilena e funcionários do governo argentino, o que contribuiu para a reavaliação da estratégia comunista no tocante à luta armada.

O fracasso da emboscada contra Pinochet provocou um forte debate interno entre a comissão política do Partido Comunista e os altos comandantes da FPMR. A comissão política criticava o treinamento inadequado de alguns combatentes, que eram menos que especialistas no uso das suas armas, bem como a ausência de ensaios prévios no verdadeiro campo da emboscada.

O primeiro combatente capturado foi Juan Moreno Ávila, que deixou traço de suas impressões digitais numa garrafa de refrigerante recuperada na casa de La Obra. ("Foi um trabalho convencional de detetive que pegou alguns de nós", disse-me Bunster posteriormente.) A polícia localizou depressa a mãe e a irmã de Moreno, que, depois de serem brutalmente espancadas, revelaram o endereço dele. Sua prisão levou à detenção de mais quatro combatentes. Outros foram presos em circunstâncias diferentes. Nos últimos dias da ditadura, em janeiro de 1990, Moreno fugiu da prisão com quase todos os companheiros de ação com quem estivera preso e outros prisioneiros políticos. Ele permaneceu no Chile por dez anos, vivendo sob falsa identidade e trabalhando com pessoal reformado do Exército e policiais aposentados numa empresa privada de segurança. Entrevistado em setembro de 2006, ele declarou: "Construí uma vida com outro nome; o que eu ganho legalizando minha situação agora? Perco mais do que ganho tornando-me Juan Moreno Ávila outra vez."

Fabiola, a única mulher que participou do ataque, jamais foi presa; ela permaneceu no Chile e preservou cuidadosamente o anonimato. Sete outros combatentes foram levados para fora do Chile poucos dias depois do ataque, a fim de fazer treinamento militar em Hanói, via Buenos Aires e Moscou. A maioria acabou combatendo os Contras na Nicarágua; outros, depois de voltar clandestinamente ao Chile por um período, estabeleceram-se em Havana.

César Bunster, o homem da logística da operação, permaneceu na clandestinidade por um tempo, depois deixou o Chile, voltando mais tarde para viver sob identidade fictícia por 18 anos. Ele trabalhava como intérprete e, por ironia, acompanhou lord Norman Lamont, o mais ardente partidário inglês da ditadura, quando este visitou o Chile para se encontrar com delegados da Fundação Pinochet. Em 2004, os tribunais chilenos declararam prescrito o mandado de prisão contra Bunster, e ele agora reside no país. “Nunca pensei que Pinochet escaparia com vida. Minha única dúvida era quantos combatentes perderíamos”, disse-me ele uma tarde quente de verão em Santiago, 20 anos depois do atentado ao ditador.

Em junho de 1987, a CNI montou a “Operação Albânia”, confronto fictício com vários militantes da FPMR, inclusive José Valenzuela Levy, também conhecido como comandante Ernesto, que havia coordenado o ataque contra a caravana de Pinochet. Ele e outros seis outros militantes da FPMR foram assassinados a sangue-frio vários dias depois de presos. O comandante Ernesto recebeu sete balas na cabeça e nove no corpo (os assassinos foram julgados e condenados depois da redemocratização do Chile). Os combatentes Julio Guerra e Cecilia Magni (comandante Tamara) também foram assassinados, sob diferentes circunstâncias.

Mauricio Arenas, conhecido como Joaquín, chefe da Unidade 504, de retaguarda, foi gravemente ferido num tiroteio com a CNI, mas sobreviveu, escapou da prisão em janeiro de 1990, voltou ao Chile para retomar a luta armada e morreu na Argentina, de câncer no pulmão. Mauricio Hernádez (Ramiro), chefe da Unidade 503, que ficou na encosta da colina e manuseava um dos lançadores de foguetes LAW, prosseguiu participando de ações violentas até um período bem avançado da era democrática. Foi preso em 1992, fugiu em 1996 e acabou na prisão no Brasil, por sequestrar um empresário brasileiro.[1]

Rodrigo Rodríguez Otero, também conhecido como Tarzan, permaneceu escondido no Chile. Foi ferido a bala no braço, em outra operação da FPMR, e, pela gravidade do ferimento, foi transferido para Havana a fim de receber tratamento médico adequado. Tarzan voltou ao Chile, mas acabou deixando a luta armada e se estabeleceu na Espanha. Victor Díaz, também conhecido como Enzo, cujo pai fora torturado até a morte e desapareceu, escapou da prisão em

janeiro de 1990 e foi residir em Paris, onde trabalha como câmera e técnico de set para uma produtora de televisão local. Outros combatentes também foram viver na Europa.

O fracasso da emboscada contra Pinochet, as consequências adversas que causou e a captura ou matança de tantos combatentes convenceram o PCC a exercer um controle mais direto sobre a FPMR. Raúl Pellegrin ficou ressentido com sua destituição do comando e criou uma facção "autônoma" da frente, para a qual atraiu a substancial maioria dos militantes originais, incluindo a maioria dos que atuaram na emboscada contra Pinochet. A dissidência formada por Pellegrin empreendeu muitas ações violentas ao longo dos anos, entre elas o sequestro do vice-diretor da fábrica de armas do Exército, coronel Carlos Carreño. Pellegrin foi assassinado em outubro de 1988, depois de ter sido capturado e torturado, com sua companheira, a comandante Tamara (Cecilia Magni), na área do rio Tinguiririca, cerca de 160 quilômetros ao sul de Santiago, onde ele e outros membros da ala "autônoma" da FPMR esperavam lançar uma "Guerra Patriótica Nacional".

NA ÉPOCA DA EMBOSCADA em Cajón del Maipo, em 1986, Pinochet já começava a pensar no planejado plebiscito de 1988. Num discurso na cidade de Santa Juana, no sul do país, havia sugerido que ele seria o candidato, embora a Junta ainda tivesse de votar sobre isso. "Nós não vamos entregar o poder por diversão", declarara Pinochet. A Junta favorecia a "projeção do regime" no futuro, mas não necessariamente com o general Pinochet no timão. O almirante José Toribio Merino e o comandante em chefe da Força Aérea, Fernando Matthei, apoiavam a ideia de realizar uma eleição competitiva. Depois o general Matthei foi ainda mais longe: o candidato "ideal", disse ele, tanto no plebiscito quanto numa eleição competitiva, era um civil.

Num encontro do comitê central do Partido Socialista, em setembro de 1986, José Joaquin Brunner apresentou um documento, "Notas para discussão", em que fazia uma análise concisa daquele momento político e dos desafios futuros. A estratégia de mobilização social por meio de protestos e greves estava se tornando cada vez mais frágil, dispersa e improvisada, escreveu ele. Além disso, o esforço de Pinochet para caracterizar a oposição como minoria armada, e não como a maioria esmagadora do país, estava vingando, em especial depois da fracassada emboscada. Pinochet "mais uma vez havia redefinido a situação nacional nos termos de um cenário de guerra", enquanto acentuava o traço "personalista" do regime em oposição ao ideal "institucional" favorecido pelos comandantes da Junta.

Brunner terminava com uma nota pragmática, concluindo que, se era para encontrar uma via praticável a fim de pôr fim à tirania de Pinochet, tínhamos de trabalhar nos limites da Constituição de 1980, recorrendo a ela para exigir a expressão da soberania popular sob qualquer forma, tanto pela via de eleições como pela de um plebiscito. A prioridade deveria ser pressionar pela vigência de leis de transição; pelo registro eleitoral, onde quer que as listas fossem abertas; e estar prontos para negociar com as Forças Armadas. Pressionando ao mesmo tempo o Partido Comunista no sentido de abandonar suas ações armadas.

As observações de Brunner desencadearam intensa discussão. Ainda tenho as anotações que rabisquei enquanto o debate se desenrolava. Tomei a palavra para concordar que nossos protestos vinham perdendo a força; ainda assim, a desmobilização seria muito mais desmoralizante. À medida que a emboscada contra Pinochet ficasse para o passado, as contradições do regime se aguçariam mais, acrescentei. Eu concordava, contudo, que precisávamos de uma mensagem nova – devíamos nos mobilizar para exigir eleições livres, e não o plebiscito de 1988.

Ninguém disse isso clara e abertamente, mas todos pensavam o mesmo: para conseguirmos, íamos ter de jogar o jogo de Pinochet. A principal pergunta era se Pinochet ia nos permitir competir em algo que remotamente lembrasse um "campo de jogo equitativo". No dia em que os registros eleitorais foram finalmente abertos, quase 15 anos depois de terem sido destruídos (a Consulta de 1978, motivada pela condenação da situação dos direitos humanos no regime Pinochet pela ONU, e o referendo constitucional de 1980 foram realizados sem registros eleitorais), a primeira pessoa a assinar como o cidadão número 1, no registro eleitoral número 1, na mesa número 1, foi o general Augusto Pinochet. Estava dado o primeiro passo para o plebiscito.

Depois do verão, o país se preparava para sua primeira visita papal. João Paulo II pousou no Chile em 1º de abril de 1987, e sua visita foi polêmica desde o começo. Falando aos repórteres ainda a bordo do avião que o transportava por toda a América do Sul, o papa caracterizara o governo de Pinochet como "ditatorial" e defendera os esforços da Igreja católica chilena para restaurar a democracia. Pinochet tinha declarado com sarcasmo que "seria melhor se [bispos e padres] passassem 90% do seu tempo rezando". A resposta do papa foi clara: "Há quem nos diga: 'Fiquem na sacristia e não façam mais nada; sim, não façam mais nada.' Porque eles dizem que isto é política, mas isto não é política. Isto é o que nós somos."

Quando o papa visitou Pinochet no Palácio de la Moneda, o general o convidou a passar por uma porta que na verdade era uma *porte-fenêtre* conduzindo a um pequeno balcão acima de um aglomerado de funcionários do

governo e outros convidados convocados pelo regime. A saudação, não incluída no programa, representava uma séria quebra de protocolo, mas Pinochet calculou que ser visto com o papa valia a pena e lhe garantiria muitos pontos. O papa não hesitou: com Pinochet a seu lado, estampou um sorriso forçado e saudou as pessoas. Depois, os dois se encontraram em particular por mais de 40 minutos. Nada se soube do diálogo até 2007, quando o cardeal Stanislao Dziwisz, secretário particular de Karol Wojtyla desde 1966, revelou que o papa, sem medir as palavras, disse a Pinochet que tinha chegado a hora de transferir o poder para autoridades civis. Poucas horas mais tarde, o papa se encontrou com um grupo de líderes de oposição num gesto claro de apoio ao movimento democrático.

Embora ainda faltasse um ano para o plebiscito, Pinochet começou a prepará-lo introduzindo mudanças na equipe do governo. Em julho de 1987, recompensou a lealdade do seu ex-ministro do Interior, Sergio Fernández, reconduzindo-o à mesma pasta. Hernán Büchi foi confirmado ministro das Finanças, e Sergio Melnick tornou-se ministro do Planejamento. Tratava-se do gabinete da "projeção" do regime, aquele que poria ênfase no plebiscito e garantiria a indicação de Pinochet. Sergio Melnick, um inteligente engenheiro, pretendia levar ideias e dinamismo novos a seu Ministério.

O mais importante para Pinochet era que ele era um homem de sorte. Poucos meses antes, em 20 de março, fora a única das nove pessoas a bordo de um avião de passageiros Beechcraft a sobreviver a um acidente fatal. Depois da emboscada, a conhecida inclinação supersticiosa e esotérica de Pinochet tornou-se mais acentuada. Um de seus antigos ajudantes, o secretário de imprensa Federico Willoughby, disse sobre Pinochet em 1989: "Eu não acho que ele tenha medo de doenças ou da morte. Ele tem muito mais medo de maus agouros, maldições e pragas… Toda terça-feira 13 [dia tradicional de azar em muitas culturas de origem espanhola], parecia ficar preocupado. Há cores que o desagradam. … Ele se interessa por horóscopos, astrologia e esse tipo de coisa." Pinochet estava confiante no resultado da eleição, mas sem dúvida sentiu que um pouquinho mais de sorte não lhe faria mal.

Nós, da oposição, optamos por rejeitar o plebiscito e exigir a realização de eleições livres imediatamente. Embora o Acordo Nacional já não fosse mais relevante, em 1987, seu líder, ex-ministro de Frei Montalva, organizou um Comitê de Eleições Livres (CEL), cujo conselho de 14 membros incluía escritores, cientistas, diplomatas e empresários conhecidos, entre eles Eduardo Frei Ruiz-Tagle, que, anos mais tarde, seria presidente do Chile.

Em carta aberta ao ministro Ricardo García, o CEL explicou suas objeções ao plebiscito. Esse tipo de votação "não permite a escolha entre alternativas, e é por

isso que as democracias não usam o procedimento para eleger autoridades políticas. Plebiscitos e referendos são usados para resolver diferenças de opinião sobre questões fundamentais". E vinha então uma lista das exigências mínimas para uma eleição justa: liberdade de expressão, liberdade de reunião e de associação política, controle adequado do ato eleitoral, e assim sucessivamente. Em 17 de março de 1987, por meio de uma declaração conjunta sem precedentes das suas alas Nuñez e Almeyda, o Partido Socialista apoiou a convocação, pelo comitê, de eleições livres.

O processo de convergência dos dois principais setores do Partido Socialista fora incentivado pelo retorno dramático de Almeyda ao Chile, depois de um período no campo de prisioneiros da ilha Dawson. Quinze anos antes, Almeyda tinha sido exilado quando se levantaram contra ele acusações espúrias de malversação de dinheiro público. Então, em março de 1987, ele cruzou os Andes a partir da Argentina, montado em dorso de mula. Abriu caminho até o Chile pelas montanhas nevadas e cruzou a fronteira cerca de 650 quilômetros ao norte de Santiago. Almeyda surpreendeu o regime Pinochet apresentando-se a um tribunal de Santiago, que não viu mérito nas acusações que o governo tinha feito contra ele. Mas o ditador mandou prendê-lo de todo modo, e o enviou para o exílio interno, ou *relegación*, na Patagônia. Mesmo assim, tornou-se cada vez mais difícil para Pinochet aplicar sua política de exílio, pois um número cada vez maior de chilenos tentava forçar a volta ao país.

A fim de atrair a esquerda para uma campanha de mobilização pacífica por eleições livres, foi criado um Comitê de Esquerda pelas Eleições Livres (Ciel). Movimentos de mulheres e organizações estudantis pelas eleições livres surgiram em todo o país.

Pinochet rejeitava a possibilidade de eleições porque, supostamente, a oposição "carecia de projetos políticos e não tinha definições sobre questões substantivas", o que tornaria qualquer eleição "uma expressão de demagogia e um retorno aos velhos hábitos de negociatas políticas". Defendendo o plebiscito, ele argumentou, na mensagem à nação de 11 de setembro de 1987: "Não se pode querer liberdade maior do que ser capaz de escolher livremente entre ampliar o progresso alcançado até agora e destruir o país, andando para trás."

Muitos acharam que nós precisávamos de um plano B. Se Pinochet e seus seguidores continuassem a negar a exigência de eleições livres, tínhamos de decidir se devíamos ou não participar do plebiscito.

A posição do ditador se tornava cada vez mais clara. Em julho de 1987, num encontro com o recém-criado Partido da Renovação Nacional (um amálgama de três grupos de direita, inclusive o Partido UDI), o ministro Sergio Fernández foi claro o suficiente para desfazer qualquer dúvida: "Estou aqui para ganhar o

plebiscito com o general Pinochet nos liderando", ele disse. "Sei do debate em curso no interior de seu grupo, mas rejeito qualquer mudança do sistema. Além disso, nós temos de acabar de uma vez por todas com a confusão entre os partidários do regime militar. Não podemos continuar a perder tempo!"

Muitos conservadores preferiam uma eleição competitiva a um plebiscito, mesmo tendo de conviver com a candidatura de Pinochet. Num plebiscito, argumentava-se, o nome isolado de Pinochet seria como um para-raios para a dissensão, ao passo que numa eleição competitiva a lógica de defeitos ou méritos é distribuída entre vários candidatos. Outra razão para os conservadores apoiarem as eleições era que o movimento em prol de eleições livres estava consolidando as forças democráticas: se conseguíssemos cancelar o plebiscito, nós da oposição ainda teríamos que formar uma coalizão, desenvolver um programa e encontrar um candidato. Em resumo, o plebiscito nos unia: eleições competitivas podiam nos dividir.

Os direitistas que não favoreciam Pinochet ainda estavam divididos sobre o candidato ideal. O almirante José Toribio Merino decidira que devia ser "um civil de 52 ou 53 anos, de centro-direita". O general Fernando Matthei era igualmente a favor de "um civil, desde que as Forças Armadas não fossem juiz e querelante". Políticos de direita como Sergio Onofre Jarpa e Francisco Bulnes também preferiam um civil.

A principal preocupação dos oposicionistas era mobilizar o povo a fim de se registrar para o pleito. Aquele era um passo fundamental, tivéssemos eleições livres ou apenas a necessidade de nos preparar para a consulta. O Partido Socialista e o Ciel começaram a organizar grupos de voluntários para irem de bairro em bairro, de quarteirão em quarteirão, de casa em casa, dando informação de onde se registrar para votar, oferecendo-se para tirar fotos de graça de modo a agilizar a obtenção de carteiras de identidade, e estabelecendo comitês locais em prol de eleições livres. Viajamos por toda a área metropolitana e pelas regiões rurais mobilizando as pessoas. "Estamos pedindo a vocês para se registrarem, dizerem aos seus amigos e às suas famílias que façam o mesmo, criarem comitês pluralistas em prol das eleições livres. Assim nós teremos força suficiente para romper com o projeto institucional de Pinochet ou, na pior das hipóteses, para derrotá-lo no plebiscito", disse eu num discurso no fim de 1987.

Nós também começamos a coordenar nossos esforços com o Comando Nacional dos Trabalhadores, uma organização *ad hoc* de sindicatos trabalhistas que reivindicava eleições livres. Somente eleições livres possibilitariam a satisfação de demandas sociais legítimas, argumentávamos.

Em maio de 1987, o National Democratic Institute (NDI), organização não lucrativa vinculada ao Partido Democrata norte-americano, dedicada a expandir

e fortalecer a democracia mundo afora, convidou-me para tomar parte de uma delegação internacional encarregada de observar as primeiras eleições legislativas a serem realizadas sob o governo democrático da presidente Corazón Aquino, nas Filipinas. Foi uma grande oportunidade para estudar ao vivo o National Movement for Free Elections (Namfrel), organização não partidária que muito tinha feito para evitar fraudes nas "eleições antecipadas" que levaram à queda de Ferdinando Marcos. Quatro chilenos, cada qual representando um setor político diferente, foram convidados a fazer parte da delegação: Andres Allamand, o direitista dissidente que era a favor de eleições livres (embora tenha votado em Pinochet no plebiscito de 1989); José Miguel Barros, representante independente do CEL; Carlos Figueroa, representando o Partido Democrata Cristão; e eu, pelo Partido Socialista e o Ciel.

À medida que se aproximava o dia da eleição, nos dispersamos nas diferentes áreas das Filipinas. Acabei na cidade de Tuguegarao, na região de Cagayen, no mar da China do Norte. No dia da votação, fomos transportados por um *jeepney* – pequeno ônibus velho e todo colorido – de uma para outra ziba eleitoral. Havia observadores do Namfrel em todas as seções eleitorais, e prevalecia uma atmosfera de tranquilidade e ordem. O único sinal de transtorno ocorreu por volta das seis da tarde, quando nos disseram pelo rádio que guerrilheiros armados tinham interrompido a votação num povoado não muito distante de onde nos encontrávamos. Da nossa equipe local, somente Garber, funcionário do NDI, e eu ousamos dar uma olhada. Depois de dirigirmos por uma estrada estreita de terra e atravessarmos um vale de tirar o fôlego de tão bonito, com arrozais e palmeiras no horizonte, entramos no pitoresco povoado.

Embora houvesse guerrilheiros na região, o relato sobre o ataque ao local de votação, uma modesta escola, mostrou-se falso. Na verdade, como escurecia, o problema que eles enfrentavam era falta de eletricidade. Todos os eleitores registrados tinham cumprido seu dever cívico; então, os funcionários eleitorais estavam contando as cédulas à luz de velas, fiscalizados pelos observadores do Namfrel. A cena era admirável e inspiradora. Precisávamos disso no Chile, concluí; voluntários comprometidos, prontos a superar qualquer obstáculo.

Mas a situação no Chile era diferente. Nosso movimento em prol de eleições livres devia continuar manifestando uma posição antiditatorial clara e se fazer acompanhar de mobilização social. Mas a lição passível de ser transferida do Namfrel foi a importância de dispor de observadores eleitorais bem-treinados para impedir a fraude.

Pinochet continuou sua campanha não declarada ao longo de 1987, viajando pelo país para inaugurar projetos habitacionais, anunciar aumentos do salário mínimo e encontrar-se com generais-chave que atuavam como verdadeiros

coordenadores de campanha.

À direita, os que queriam eleições começavam a acreditar que o plebiscito era inevitável, mas não com a candidatura de Pinochet. Para os conservadores perspicazes, a "projeção do regime" ou do modelo econômico era mais importante que a permanência dele no poder. Em novembro de 1987, Patricio Aylwin, presidente do Partido Democrata Cristão, expressou sua convicção de que a oposição devia participar do plebiscito para dizer "não" ao candidato da ditadura. Alguns especialistas eleitorais desaconselharam a participação: diversos fatores contribuía para que não se obtivesse uma vitória clara.

Começou um período intenso de discussões internas ao Partido Socialista. Para contar com observadores eleitorais que fiscalizassem a votação, precisávamos ser um partido político registrado. A Constituição de Pinochet proibia o registro de qualquer organização socialista, porque não podíamos nos registrar em nosso próprio nome. No Ciel, discutimos a ideia de criar um partido político que abrangesse toda a oposição.

O Partido Comunista continuava a rejeitar o movimento em prol das eleições, e ainda mais decisivamente a campanha do "não" – insistindo quixotescamente que as únicas eleições de que participaria seriam eleições gerais sem Pinochet e sem a Constituição de 1980.

Em 1º de outubro de 1987, a alta liderança clandestina do Partido Comunista solicitou uma reunião conosco, os socialistas. Decidimos realizá-la na minha casa, na rua Reina Victoria. Era a última casa de uma vila fechada com seis casas. Nos fundos, o quintal dava no canal San Ramón (um dos canais que traz a neve derretida dos Andes para Santiago), o que tornava o lugar mais difícil de emboscar e ao mesmo tempo mais fácil escapar. Os comunistas enviaram Manuel Cantero e Jorge Insunza; nosso lado foi representado por Ricardo Lagos, Ricardo Nuñez, Erich Schnake – que tinha recebido permissão para retornar do exílio – e eu.

Naquela noite, cheguei tarde depois de um dia intenso de trabalho político e encontrei Jorge Insunza sentado na minha sala de estar. Ele estava disfarçado de uma maneira que parecia estranha e quase engraçada para aqueles entre nós que nos lembrávamos dele como uma figura pública no período Allende. Era careca, mas usava uma peruca loura, tinha clareado os bigodes escuros e estava vestido como um hippie do fim dos anos 1960. Tive de conter uma risada quando o vi. Manuel Cantero chegou logo depois; como sempre, os socialistas chegaram por último, atrasados.

Quando começamos a comer e a conversar, Lagos fez uma pergunta embaraçosa a Cantero: "Você é Manuel Cantero?", perguntou ele. Nenhum nome fora mencionado antes da reunião, e Cantero, como Insunza, estava disfarçado.

Após um momento tenso, Cantero respondeu: “Não, eu não sou Manuel Cantero.” Claro que era. Nós fingimos que nada havia sido dito e continuamos a conversa.

Eles não estavam sendo paranoicos. Cinco militantes comunistas tinham sido recentemente sequestrados pela CNI e haviam desaparecido. Era a habitual resposta covarde da polícia secreta às ações da FPMR – dessa vez o sequestro de um coronel do Exército, Carlos Carreño, vice-diretor da Fábricas y Maestranzas del Ejército (Famae), que finalmente foi solto sem sofrer maus-tratos.

Cantero e Insunza confirmaram que os cinco militantes desaparecidos, que nunca mais foram encontrados, eram membros de seu partido. O objetivo principal da organização, disseram, era impedir que Pinochet ficasse no poder até 1997. Para isso estavam dispostos a fazer concessões – inclusive reconsiderar publicamente a opinião negativa sobre nosso esforço de registro dos eleitores e juntar-se à campanha em prol de eleições livres. O compromisso podia ser “leal e efetivo”, disseram Cantero e Insunza. Mas eles tinham duas condições: primeira, rejeitar o plebiscito; segundo, um amplo acordo político da oposição por meio de um mecanismo a ser discutido.

Nossa resposta foi que, enquanto Pinochet persistisse na ideia do plebiscito, nós deveríamos nos empenhar em derrotá-lo no seu próprio jogo. Quanto ao segundo ponto, sugerimos que podíamos pedir à Igreja católica que conclamasse todos os partidos políticos a apoiar um esforço pacífico em prol do registro de eleitores e de eleições livres. O Partido Comunista podia aceitar a convocação e submeter-se a ela. Nossos interlocutores comunistas nos disseram que em poucos dias eles tentariam iniciar conversações com a liderança democrata cristã. O PCC já sentia a pressão, uma vez que vários comunistas emblemáticos, como a atriz Maria Maluenda e Patricio Hales, ex-porta-voz do partido, tinham rompido com a linha oficial e se juntado ao nosso movimento.

Ricardo Lagos e eu testemunhamos que alguns militantes comunistas da base eram a favor do registro eleitoral. Em 15 de agosto de 1987, fomos a uma *población* no distrito operário de Renca, acompanhados por um cientista político americano, Arturo Valenzuela, e por uma jornalista do *Washington Post*, Pamela Constable. Batemos de porta em porta, convidando as pessoas a se registrarem. Um líder comunista que havia pouco retornara do exílio gritou: “Inscrição é igual a traição!” Decorreu um animado diálogo, e um velho membro comunista da vizinhança interveio: “Nisso eu estou com o sr. Lagos”, e disse ao seu líder partidário que ele devia ouvir as opiniões do povo comum.

Em 3 de novembro de 1987, numa reunião do comitê central do Partido Socialista, eu apoiei a proposta de criação do Partido para a Democracia. Alguns argumentaram que a ideia equivalia a “fazer parte do sistema de Pinochet”, mas

a maioria discordava disso. O partido seria “um instrumento tático, pluralista e unitário no sentido de incorporar todos aqueles – indivíduos e grupos – que rejeitassem as instituições de Pinochet e buscassem uma solução política para a crise do país”, expliquei. Concordamos que deveríamos começar o processo de registro do Partido para a Democracia recolhendo 100 assinaturas de um espectro político tão amplo quanto possível.

Esse cenário ideal ficou obsoleto quando o Partido Democrata Cristão decidiu registrar-se como entidade legal, eliminando a possibilidade de termos um partido guarda-chuva para toda a oposição. Assim, o Partido Socialista teria de assumir a criação da nova organização para os demais oposicionistas. Havia problemas logísticos desanimadores também: a data do plebiscito não fora definida – como bom tático militar que era, Pinochet a fixaria no momento mais conveniente para sua ofensiva. Porém, supondo que fosse no dia 11 de setembro de 1988 (na verdade, seria em 5 de outubro), nós tínhamos de registrar nosso novo partido e treinar nossos observadores eleitorais no máximo até 15 de março. Em resumo, no auge do verão, quando todos estão de férias, deveríamos juntar dez mil assinaturas e depois literalmente inventar uma organização. Para piorar as coisas, não tínhamos de lutar apenas contra Pinochet – nossos colegas do setor Almeyda do Partido Socialista e os comunistas se mantiveram firmemente contrários à nossa análise. Porém, muitos independentes, dissidentes comunistas e democratas conservadores estavam do nosso lado.

No final, resolvemos arriscar. Na terça-feira, 20 de novembro de 1987, no clube Círculo Espanhol, diante de um tabelião, assinamos os documentos de fundação do partido. Eu era um dos 100 signatários iniciais e fui eleito para o primeiro conselho de dirigentes. Em 15 de dezembro, o comitê central do Partido Socialista ratificou a decisão de criar o Partido para a Democracia (PPD), nomeando Ricardo Lagos como o primeiro presidente. Ainda tínhamos de sair e obter 35 mil assinaturas para nos legalizarmos.

Quando avaliamos os resultados em 30 de janeiro, vimos que eram verdadeiramente desanimadores; em todo o país, só havíamos recolhido três mil nomes. Então, alguém teve uma ideia brilhante: por que não vamos para as ruas? Não tínhamos muito a perder. A Juventude Socialista montou mesas portáteis nas calçadas das ruas movimentadas do centro; vários de nós, adultos, os acompanhamos. Para nosso espanto deliciado, os passantes começaram a assinar! Era preciso coragem para fazer isso, pois o formulário de filiação exigia que, além da assinatura, se fornecessem nome completo, endereço, local e data de nascimento, número da carteira de identidade e dados de registro eleitoral. Mesmo assim, no primeiro dia conseguimos outras três mil assinaturas. Nomeado por Pinochet, o prefeito de Santiago logo jogou água na fervura. Ele

decidiu que precisávamos ter licença municipal para montar as mesas nas ruas da cidade, e, claro, não estava disposto a concedê-la. Então Ricardo Lagos lembrou-se das vendedoras de cigarro nos clubes noturnos antigos, que carregavam a mercadoria em bandejas penduradas aos ombros. Assim, embora não pousássemos mesas na superfície da rua, equipamos nossos voluntários com escrivaninhas suspensas.

Àquela altura, a maior parte da oposição já estava mais simpática ao nosso ponto de vista – as pessoas compreenderam que não havia alternativa a não ser participar do plebiscito. Em 2 de fevereiro de 1988, 16 partidos de oposição, alguns deles na verdade compostos por pequenos grupos ou indivíduos liderando organizações "virtuais", formaram o "Comando de Partidos pelo 'Não'", endossando um documento formal para esse fim. Nós ganharíamos de Pinochet no seu próprio jogo. O ano de 1988 seria o "ano decisivo", e não 1986, conforme os comunistas tinham proclamado antes de tentar matar o ditador.

Abraham Lowenthal, destacado professor e meu amigo, convidou-me para dar um curso de pós-graduação sobre as relações Estados Unidos-América Latina na Escola de Assuntos Internacionais da Universidade da Califórnia do Sul, a partir de fevereiro de 1988. Percebi o interesse despertado pelo Chile nos Estados Unidos quando o ator Christopher Reeve compareceu a uma mesa-redonda na UCS, e a atriz Daryl Hanna nos enviou uma carta expressando apoio à causa da democracia. Reeve, conhecido mundialmente por filmes como *Super-Homem*, estivera no Chile em setembro de 1987 para manifestar solidariedade aos atores chilenos envolvidos em atividades pró-democracia que vinham recebendo ameaças anônimas de morte.

O jornal *Los Angeles Times* me convidou a escrever um editorial sobre a situação do Chile. Meu artigo, publicado em 21 de março de 1988, chamava-se "Vencer Pinochet no seu próprio jogo". Eu argumentava que a suposição comunista de que ditaduras não perdem plebiscitos ia contra as evidências do Uruguai e da Polônia, onde regimes ditatoriais tinham perdido referendos em 1990 e 1987, respectivamente. Eu afirmava que, se nosso esforço para registrar um mínimo de 6,5 milhões de eleitores fosse bem-sucedido, e se conseguíssemos salvaguardar de fraudes a votação, tínhamos chance de ganhar. Os Estados Unidos podiam ajudar apoiando nossa reivindicação de liberdades essenciais. Em todo caso, concluía eu, cabia a nós, chilenos, derrotar Pinochet.

Algumas semanas mais tarde, pouco depois de voltar ao Chile, fui convidado a dar uma palestra na Universidade da Califórnia em San Diego. Um estudante na plateia condenou muito asperamente meu artigo no *Los Angeles Times*. Na melhor das hipóteses, disse ele, eu seria ingênuo; na pior, um colaborador. Não me senti nem um pouco embaraçado pela crítica – eu era capaz de justificar

minha posição em bases éticas e políticas. Além disso, eu logo retornaria às linhas de frente, enquanto meu crítico permaneceria em segurança e com saúde na ensolarada Califórnia. Na verdade, voltei a Santiago antes do fim do mês para trabalhar no recém-criado PPD e no "Comando de Partidos pelo 'Não'". Fui eleito vice-presidente do partido para a região metropolitana de Santiago, encarregado de treinar quase dez mil observadores eleitorais, dos 20 mil de que necessitávamos nacionalmente. Em maio de 1988, a lei eleitoral foi sancionada pela Junta, permitindo que os partidos políticos registrados supervisionassem a votação por intermédio de observadores eleitorais.

O curso de treinamento dos monitores, que por sua vez treinariam os observadores, levava cerca de três horas. Eu lecionava o dia inteiro aos sábados e domingos, de manhã e de tarde, no quartel-general do PPD, situado na rua Dominica, no bairro boêmio de Bellavista, em Santiago. Durante a semana, eu ia a diferentes distritos no fim da tarde para ensinar – em especial nos distritos rurais distantes, onde era mais difícil encontrar voluntários. Eu não tinha mais um momento para mim mesmo, mas me sentia estimulado pelo fato de que um número enorme de pessoas se apresentassem como voluntárias, excedendo em muito nossas expectativas.

Ainda guardo minhas anotações manuscritas para o discurso que fiz em comemoração da conclusão do treinamento dos observadores eleitorais no distrito de Providencia. "Este é um passo para ganhar de Pinochet", eu disse. "Nós ainda não sabemos a data exata do plebiscito. Registramos seis milhões e meio de eleitores; legalizamos o PPD como instrumento para derrotar a fraude; e agora estamos bem avançados em nosso caminho para treinar todos os 20 mil observadores de que o PPD necessita para controlar a votação no plano nacional. Vocês aqui em Providencia são um exemplo a seguir, assim como a pequena e isolada comunidade de Isla Mocha, onde precisávamos de quatro observadores eleitorais; pois bem, nós já temos!" Devemos "enfrentar o ditador sem medo, dizer-lhe NÃO!", declarei. A tarefa seguinte do grupo, disse eu, era organizar uma equipe eleitoral, escolher um supervisor geral para o bairro e selecionar mensageiros para levar os boletins eleitorais aos centros de dados da região metropolitana.

Examinando em retrospecto, o momento decisivo da campanha ocorreu quando Ricardo Lagos sacudiu a nação no programa ao vivo *De cara al país*, o primeiro programa político transmitido pela televisão chilena desde 1973. Somente partidos políticos registrados podiam participar do programa. O Partido para a Democracia era representado por Lagos; Carolina Tohá, uma jovem cujo pai, o ministro de Allende José Tohá, fora torturado e morto em cativeiro; o advogado Jorge Schaulsohn; e o ex-parlamentar conservador Armando

Jaramillo. Eles eram entrevistados por uma equipe de jornalistas. Antes de ir ao ar, Lagos passou por uma sessão de treinamento com consultores de mídia, que lhe ensinaram os truques do ofício.

A transmissão foi ao ar em 25 de abril de 1988. As ruas ficaram desertas naquela noite, pois todos estavam em casa para assistir ao programa, uma verdadeira novidade no Chile de Pinochet. Num determinado momento, Lagos se virou para a câmera e falou diretamente para Pinochet, apontando-lhe o indicador. Ricardo Lagos o acusou de renegar sua promessa de não concorrer em 1989; mostrou um artigo de jornal em que Pinochet declarava que não seria candidato. “E agora o senhor promete ao país mais oito anos, com tortura, assassinatos e violações aos direitos humanos. Para mim, parece incompreensível que um chileno pudesse ter tanta sede de poder a ponto de querer nele se fixar por 25 anos.”

O moderador tentou interrompê-lo, mas Lagos foi adiante:

“O Chile nunca foi como é hoje. E você [Pinochet] terá de responder.”

“O que o país deseja saber…”, o jornalista tentou interpor.

“Desculpe-me”, continuou Lagos. “Estou falando depois de 15 anos de silêncio e acredito que seja essencial para o país saber que está numa encruzilhada. E nossa melhor chance de avançar é pela vitória do ‘não’.”

Mas Lagos ainda não tinha terminado. Ele mostrou um gráfico demonstrando que a maioria dos chilenos estava mais pobre em 1988 do que em 1970, provando que o modelo de Chicago só tinha beneficiado a minoria. “Estes são números do Banco Central e do Instituto Nacional de Estatística”, acrescentou. “Convido qualquer ministro a debatê-los comigo, aqui ou em outro programa.”

Lagos tinha feito a incipiente campanha do “não” pegar no tranco, com toda a força. Pinochet viu sem acreditar. Ele chamou seus conselheiros para instruí-los a mandar tropas para as ruas, mas eles o convenceram de que seria uma reação excessiva. Na manhã seguinte, advogados do Ministério do Interior receberam ordens de peneirar as palavras de Lagos e acusá-lo de alguma coisa, mas não conseguiram encontrar nada que justificasse levá-lo aos tribunais.

O almirante José Toribo Merino opinou que o ataque de Lagos contra Pinochet sairia pela culatra e na verdade ajudaria a campanha do “sim”. Lagos respondeu que, se este fosse o caso, então o governo podia reprisar sua entrevista. Eles não aceitaram a sugestão.

Nós não compreendemos o impacto da transmissão até poucos dias depois, quando Lagos, Carlos Ominami, Luis Alvarado e eu fomos à manifestação de 1º de Maio no parque O’Higgins. Lagos sugeriu que pegássemos o metrô para não termos de procurar estacionamento. Quando entramos no parque, as pessoas tentavam tocá-lo e abraçá-lo. Da noite para o dia, Lagos tinha se tornado uma

celebridade. Ominami, Alvarado e eu fizemos o melhor possível como guarda-costas improvisados, mas, quando chegamos ao palco, nossas camisas tinham sido puxadas para fora das calças, faltavam botões e estávamos encharcados de suor. Quando a presença de Lagos foi anunciada no sistema de som, ele recebeu uma saudação ensurdecedora. Ricardo Lagos não tinha dado apenas um impulso decisivo à campanha do “não”, ele tinha se tornado um líder nacional.

É evidente que ele também se tornara a nêmesis de Pinochet. Embora não o tenha mencionado nominalmente, todos sabiam de quem Pinochet falava quando, em 9 de julho, declarou: “Digo aos maus chilenos que nos insultam na televisão porque sabem que estamos numa democracia e não vamos fazer nada contra eles: tenham cuidado, pois a paciência tem limite, e este limite pode ser sentido.” Então, soando meio como gângster, meio como político, acrescentou: “Ao nos aproximarmos do plebiscito, vamos mostrar a essa minoria que grita e vocifera. … Nós vamos varrê-los do mapa.” Pinochet estava com tanta raiva de Lagos que um dia não pôde resistir e falou: “Há um bandido chamado Froilán solto por aí”, referindo-se ao primeiro sobrenome de Lagos, que poucos conheciam.

Em 1987, Lagos tinha viajado a Washington para encontrar-se com membros do Congresso, funcionários do Departamento de Estado e formadores de opinião. As eleições presidenciais norte-americanas de 1988 estavam a pleno vapor, e ele me perguntou se eu podia arranjar uma entrevista com o candidato democrata Michael Dukakis. “Impossível”, disse-lhe. “Nenhum candidato presidencial vai se encontrar com um líder chileno de oposição durante a campanha.” Mesmo assim, fiz o contato para Lagos se encontrar com a conselheira máxima de política externa de Dukakis, Madeleine K. Albright, em sua residência de Georgetown. Quando voltou a Santiago, Lagos me disse: “Eu estive com Dukakis!”

“O que, você viu Dukakis?”, inquiri, surpreso.

“Bem, eu estava no Capitol Hill, a caminho de um encontro com um senador, e uma multidão de jornalistas se aproximou com Dukakis no meio. Ele me cumprimentou como se eu fosse um eleitor e seguiu em frente. Então, eu posso dizer que estive com Dukakis!”

Depois dessa visita, um dos amigos conservadores da Lagos lhe contou que Pinochet dissera: “Por que Lagos viaja para Washington e não para Moscou? Ele é comunista. Ele tem que ir para Moscou!” Lembrando-se do episódio “Froilán”, Lagos avisou a seu amigo de direita: “Diga a Pinochet para mudar a data do plebiscito, pois ele vai perder.” Quando o amigo lhe perguntou por que, Lagos respondeu: “Cinco de outubro é dia de são Froilán.”

Nesse ínterim, os americanos mandaram um mensageiro de alto escalão a

Santiago a fim de conversar com Pinochet sobre os méritos da via pacífica para a democracia. O poderoso congressista Henry Hyde, o republicano mais influente do Comitê Seleto de Inteligência do Congresso, visitou Pinochet em 21 de julho de 1988 e congratulou-o pelo desempenho econômico do país; também tentou convencê-lo – como me contou posteriormente – de que, embora houvesse muitos militares talentosos, o governo devia ser entregue aos civis.

"E quanto ao general Eisenhouwer? Ele não foi presidente de seu país?", provocou um Pinochet, aborrecido.

"Sim, foi, mas quando foi eleito era general da reserva", respondeu Hyde.

Em julho de 1988, fui nomeado representante conjunto do Partido Socialista e do PPD no comitê executivo da campanha pelo "não". O comitê era composto por Belisario Velasco e Gutenberg Martínez para os democratas cristãos, Ricardo Solari para os "socialistas de Almeyda" e por mim para os "socialistas de Nuñez" e o PPD. O diretor executivo era Genaro Arriagada, um democrata cristão. Ocasionalmente, outros líderes como Carlos Montes, Luciano Valle, Edgardo Boeninger e Patricio Rojas estariam presentes em reuniões da executiva. Enrique Correa dirigia uma equipe de análise política e imprensa composta pelos sociólogos Manuel Antonio Garretón, Angel Flisfisch, Eugenio Tironi e Carlos Vergara, e pelos cientistas políticos Carlos Huneeus e Ignacio Walker.

Uma de nossas principais tarefas era decidir a direção da campanha. Viajar pelo país e organizar manifestações tornava-se um elemento-chave. As manifestações em cidades provinciais em geral eram grandes; outras, em bairros isolados e povoados rurais, eram menores, mas os participantes quase sempre se mostravam entusiasmados. Uma vez, Eduardo Frei Ruiz-Tagle e eu fizemos discursos no lote vazio de um empreendimento habitacional na cidade rural de Melipilla, para um público vibrante de cerca de 200 pessoas. Descobri que nossa campanha estava chamando a atenção do mundo quando uma pequena manifestação foi filmada por uma equipe da PBS dirigida por um famoso jornalista americano. À medida que deslocávamos por todo o país, percebíamos entusiasmo e organização mesmo nos lugares menores e mais isolados. Em setembro de 1988, num ato de encerramento da campanha, na cidade de Talagante, a oeste de Santiago, fui um dos dois oradores diante de pelo menos oito mil pessoas – multidão recorde para uma cidade tão pequena.

Em 30 de agosto, numa decisão unânime, a Junta nomeou Pinochet candidato para o plebiscito. Num discurso em Viña del Mar, o ditador já havia moldado o plebiscito como uma questão de saber "se as pessoas queriam ou não que Pinochet continuasse".

Pinochet, o homem com cara de buldogue, uniforme e óculos escuros que as

pessoas temeram por tanto tempo, foi substituído por um homem sorridente, em roupas civis de tom claro e prendedor de pérola na gravata, a própria imagem de uma doce figura avoenga de cabelos prateados a preocupar-se com o bem-estar de todos os chilenos, mas que também sabia quando aplicar a disciplina. A campanha de Pinochet se baseava no medo; discurso após discurso, ele insistia que o plebiscito representava uma escolha entre ele e o caos. A ameaça velada do comandante das forças especiais do Exército, os "boinas pretas", em que ele oferecia a Pinochet "adagas de prata para defender o amado povo chileno", caracterizava a campanha eleitoral como uma guerra.

Em janeiro de 1988, Pinochet tinha se queixado da atitude apática do povo diante do plebiscito iminente. "Venho dizendo já há bastante tempo que nós estamos em guerra. As pessoas não entendem isso. Estamos em guerra entre democratas e comunistas totalitários. Trata-se de uma guerra de morte." Poucas semanas depois, em março de 1988, respondendo a uma crítica da oposição, Pinochet definiu seu regime como "um governo democrático. Nós não nos opomos a ideias", disse ele. "Ideias são respeitadas. Nós nos opomos a que as ideias sejam propagadas ou a que alguém possa tentar aplicá-las aqui no país." Claramente, nossa campanha não ia ser fácil.

SEM DESANIMAR, NOSSOS VOLUNTÁRIOS foram de porta em porta em todas as regiões do país. Um panfleto que preparamos assentava as regras básicas para nossos caçadores de votos: eles deviam respeitar horário de refeição e não incomodar as pessoas cedo ou tarde demais. Deviam vestir-se de maneira simples e apropriada, se identificar pelo nome, agir sempre com cortesia, mesmo que a pessoa a quem se dirigissem fossem simpáticas a Pinochet. Nenhuma visita devia durar mais que dez minutos.

Embora nossa presença nas ruas fosse maciça, não tínhamos acesso à televisão, que o regime controlava de perto. Para dar um semblante de justiça à corrida ao plebiscito, o governo decidiu que as campanhas do "sim" e do "não" teriam 15 minutos por dia para apresentar suas opiniões. Pinochet não dava muita importância a esses miniprogramas, pois eram transmitidos tarde da noite. Foi um grande erro que ele cometeu.

Os programas de televisão do "não" eram criativos e otimistas, com excelentes valores de produção. Embora nós do comitê executivo fôssemos mantidos a par dos temas, os conteúdos específicos foram deixados a uma equipe de profissionais chilenos aconselhados por alguns especialistas americanos. O "não" é uma venda difícil; nós estávamos vendendo uma negativa e deixando o futuro como questão aberta. Mas o país tinha sido alimentado à

força pela televisão oficial durante 15 anos, e os chilenos estavam ansiosos por ver algo diferente, mesmo que tivessem de ficar acordados até tarde. Nossa primeira transmissão teve grande audiência.

Patricio Bañados, que fora demitido do Canal 11 da Universidade do Chile oito anos antes por se recusar a ler frases que insultavam o presidente Frei, era o âncora do programa, uma mistura de Dan Rather e Peter Jennings. Atrás dele, um arco-íris pintado simbolizava as cores da oposição. O passado dividiu o Chile; assim, nossos assessores de comunicação concluíram que devíamos falar do futuro; a canção tema da campanha, "Chile, la alegría ya viene", propiciava uma trilha sonora cativante, que simbolizava a esperança com imagens vívidas de gente de todas as idades e de todos os estilos de vida, de motoristas de táxi a estrelas do esporte, dizendo "não" com um gesto, uma canção ou em palavras. O humor era um componente importante dos programas, e todos terminavam com o mesmo *slogan* vigoroso: "Sem medo, sem ódio, vote não."

Os partidários de Pinochet o incitaram a melhorar a qualidade dos programas chatos e propagandísticos do "sim". Em vez disso, porém, suas emissões tornaram-se apenas mais estridentes, caracterizando a oposição como marxista e terrorista. O voto "não" era retratado como a volta ao período de Allende. O programa alcançou o ápice quando levaram ao ar a ex-esposa de Ricardo Lagos, que, de modo muito confuso, atacou o ex-marido. O sórdido episódio saiu pela culatra, assustando muitos partidários do "sim".

Em 1º de setembro de 1988, a política de exílio do Chile foi abolida e centenas de expatriados voltaram para casa. Quando o ex-senador e líder do Partido Comunista Volodia Teitelboim chegou, o programa de televisão do "sim" fez questão de citar uma declaração em que ele justificava a violência. O programa do "sim" pouco teve a dizer sobre o retorno de Hortencia "Tencha" Bussi de Allende, a viúva do presidente Allende. Com dezenas de amigos e partidários, eu a saudei no aeroporto e dirigi o carro à frente do dela na longa carreata que a escoltou até sua residência provisória. O caminho estava apinhado de uma multidão agitada de simpatizantes; meu carro ficou todo amassado e pisoteado pelas dezenas de pessoas que tentaram subir nele para vê-la ou tentar tocá-la.

Em 1º de outubro de 1988, acompanhei Tencha e alguns dos seus parentes pela rodovia Pan-Americana Sul na última manifestação pelo "não" antes do plebiscito. Perto de um milhão de pessoas compareceram. Em grupo, nós formamos uma cunha com Tencha no meio e empurramos, puxamos e acotovelamos, abrindo caminho até o palco. Tive de erguer Panchita e Ramón Huidobro, a mãe e o padrasto da escritora Isabel Allende (parente de Salvador Allende, mas não sua filha Isabel, hoje deputada), sobre uma cerca para eles

entrarem na área com assentos reservados. Havia um sentimento de vitória no ar, intensificado pelo clima primaveril e a presença de tantos ex-exilados no palco. Mas ainda havia obstáculos perigosos a superar antes de 5 de outubro.

No domingo, 2 de outubro, Lagos me telefonou, chamando para uma reunião urgente. Ele e Patricio Alywin tinham recebido informações de uma alta fonte dos Carabineros de que vários ônibus Mercedes-Benz semelhantes aos usados pela corporação haviam sido roubados; a unidade de informações temia que pudessem ser usados em operações terroristas. Isso era particularmente preocupante à luz de uma afirmação que o subsecretário do Interior, Alberto Cardemil, fez para líderes do CEL, no sentido de que o governo tinha descoberto um complô extremista, a ser levado a cabo por criminosos comuns, para perturbar o referendo de 5 de outubro. Além disso, o general Jorge Zincke, comandante da Guarnição de Santiago, contou a Mónica Jiménez, líder do setor de educação cívica, ter recebido informações da inteligência de que atos de violência seriam cometidos no dia do plebiscito, a partir das cinco horas da manhã. Um blecaute inexplicado aconteceu na noite de sábado, 1º de outubro, dando peso a esses rumores.

Lagos encontrou-se secretamente com um parente distante, o general da Força Aérea Fernando Silva, numa quadra de tênis em La Reina, ambos de calção e empunhando raquetes. Lagos contou ao general os rumores que tinha ouvido. Ele verificara com os comunistas e estava convencido de que não estavam envolvidos em nenhuma conspiração. Silva concordou em falar com Fernando Matthei imediatamente. O general já sabia do plano e mandou uma mensagem a Lagos, dizendo que se oporia a qualquer tentativa de adulterar os resultados do plebiscito. Lagos, Aylwin e o líder oposicionista Alejandro Hales se encontraram com o general Rodolfo Stange. Ele confirmou que os ônibus tinham sido roubados e acrescentou que os ônibus regulares da polícia haviam sido pintados com números no teto para serem identificados. Stange garantiu-lhes que qualquer tentativa de disfarce ia sair pela culatra, pois seus oficiais estariam à espreita de ônibus incorretamente numerados e atirariam neles de helicópteros, se necessário.

No mesmo domingo, enquanto Enrique Correa, membro do Partido Socialista, era enviado para uma reunião com altos dignitários da Igreja católica, Lagos pediu para eu me encontrar com o embaixador Harry Barnes e com o máximo de representantes europeus para informá-los dos acontecimentos. Como não consegui contatar o embaixador por intermédio dos seus assessores, telefonei direto para sua casa. Ele me disse para dar uma passada lá imediatamente. No caminho para a mansão, passei por longas carreatas de manifestantes pró-Pinochet em seu esforço final de campanha. Alguns ficaram me encarando

porque eu não buzinava pelo “sim”.

Barnes me disse que também tinha ouvido rumores sobre esquemas para perturbar a votação, e que levava muito a sério a informação detalhada que eu lhe dava, confirmada por fontes do governo. Muitos anos mais tarde, a embaixadora Marilyn McAffee, adida cultural de Barnes na época, contou que, assim que eu saí, Barnes telefonou para o Departamento de Estado a fim de instá-los a publicar uma declaração oficial advertindo Pinochet sobre as desastrosas consequências, para as relações bilaterais, se o regime perturbasse o plebiscito. Os superiores de Barnes responderam que só podiam dar uma resposta oficial se houvesse fatos. Então Barnes instruiu McAffee a vazar a informação que eu tinha dado para um correspondente da UPI. O repórter falou com Mónica Jiménez e comigo, recebeu sinal verde de seu editor em Miami e publicou a história em 24 horas.

Nesse ínterim, ainda no domingo, o embaixador chileno nos Estados Unidos, Hernán Felipe Errázuriz, foi chamado ao Departamento de Estado em Washington para um encontro com algumas autoridades: o secretário de Estado John Whitehead; o secretário assistente para assuntos interamericanos, Elliot Abrams; o subsecretário Micheal Skol e outros. Whitehead disse ao embaixador que recebera múltiplos relatos de um plano militar para perturbar o plebiscito e negar seus resultados caso o “não” estivesse ganhando. Qualquer esforço nessa direção, disse Whitehead, “teria graves consequências”.

Vi o cabograma que o embaixador Errázuriz enviou a seus superiores depois da conversa; ele relatava que negara tudo. A “informação [de Whitehead] não era séria”, dissera aos americanos. Além disso, os “rumores tinham sido divulgados havia algum tempo”. Ao contrário, afirmou Errázuriz, “a oposição que declarou que não iria reconhecer o resultado se o ‘não’ for derrotado”. Acrescentou ainda que as “pesquisas de opinião mostram que o governo está na frente”, e que, por conseguinte, “interromper o plebiscito seria ir contra os interesses do governo”. O que o embaixador Errázuriz não sabia, ou não queria admitir, era que a enquete mais recente realizada pelo Centro de Estudos Públicos (CEP), instituição de tendência conservadora que fazia pesquisas sérias de opinião, previu que o “não” ia ganhar com 52% dos votos, contra 32% de “sim” e 16% de indecisos.

No sábado anterior ao plebiscito, programado para uma quarta-feira, a pesquisa de opinião do CEP foi apresentada, em particular, para um grupo de políticos direitistas e funcionários do governo, na casa do cientista político Oscar Godoy. “Nossa informação é diferente”, replicou o ministro das Relações Exteriores, Ricardo García. Mas este ficou preocupado e foi até seu carro telefonar para Pinochet com os dados que acabara de receber. Quando voltou, ele

disse: “Acabo de falar com Pinochet e ele está inteiramente confiante. Se sabe que vamos perder, ele deve ser um sir Laurence Olivier!”

Na verdade, a Skopus, empresa de pesquisa de opinião ligada ao governo, previra resultados diferentes: 55,3% “sim” e 46,1% “não”. Mas o fato de os números somarem 101,4% – e de não haver indecisos – impunha que se encarassem suas conclusões com reserva. Talvez Pinochet estivesse tão confiante porque sua cartomante preferida, María Eugenia Pirzio-Biroli, que ele havia nomeado prefeita do povoado de Puerto Cisnes, previra que ele ganharia o plebiscito.

Na segunda-feira 3 de outubro, durante o informe vespertino do Departamento de Estado dos Estados Unidos em Washington, um repórter perguntou sobre a informação recém-divulgada pela UPI sobre complôs para cancelar o plebiscito ou anular os resultados. O porta-voz Phyllis Oakley respondeu que Whitehead já transmitira a “séria preocupação” dos Estados Unidos ao embaixador chileno. Nos documentos informativos que lhe entregaram na segunda-feira à noite, o presidente Reagan também era notificado das advertências do Departamento de Estado a Pinochet. Foi um dia cheio – de manhã eu me encontrei com o embaixador da Grã-Bretanha e compartilhei nossas preocupações com ele.

Ficava cada vez mais claro que os laços oficiais entre o governo de Pinochet e os Estados Unidos estavam se deteriorando. Os novos desenvolvimentos do caso Letelier também não ajudaram em nada. Desde a dissolução da Dina, o major Armando Fernández Larios, que tinha tomado parte no complô para o assassinato de Letelier, não se conformava com as tarefas burocráticas que o Exército lhe atribuída. Revelações sobre seu papel em execuções em massa, incluindo a infame “Caravana da Morte”, de 1973, também o fizeram se sentir vulnerável. Larios disse aos seus superiores que queria ir aos Estados Unidos para limpar seu nome. Por isso foi convocado ao Ministério da Defesa, onde o próprio Pinochet tentou dissuadi-lo: “Seja um bom soldado, fique firme, e este problema terá um final feliz”, assegurou-lhe.

Fernández Larios, contudo, desafiou seu comandante em chefe e partiu para os Estados Unidos, deixando para trás uma carta na qual afirmava esperar que, no futuro, “nenhum oficial inferior fosse responsabilizado por ações do alto comando do Exército”. Em fevereiro, “sobrepujado pela culpa”, conforme ele mesmo declarou, apresentou-se a uma corte federal em Washington para confessar sua participação no assassinato de Letelier.

Foi um grande golpe para Pinochet, a quem ouviram dizer: “Para mim, Fernández Larios é um desertor.” Em agosto de 1987, Robert Gelbard, secretário de Estado assistente para assuntos interamericanos, disse ao embaixador Errázuriz que a situação do caso Letelier era “claramente insatisfatória”, e que a

administração Reagan não podia mais aceitar que o governo Pinochet "ignorasse seu compromisso de investigar e explicar" o crime.

Os americanos não se limitaram às palavras de descontentamento com o regime, mas deram assistência ativa à oposição. Consultores americanos recrutados pelo NDI trabalharam com profissionais na produção dos nossos programas e comerciais de TV do "não", bem como no desenvolvimento da capacidade de realizar pesquisas independentes; também nos ajudaram a projetar e implantar os programas de computador que necessitávamos para o "Dia D". O Congresso dos Estados Unidos aprovou o orçamento de um milhão de dólares a ser empregado pela Nacional Endowment for Democracy, destinado a apoiar os esforços de educação cívica, ajudar o registro de eleitores, fazer as fotos necessárias para as carteiras de identidade e subsidiar as iniciativas que aumentassem a participação eleitoral nos bairros pobres. Em contraste com as ações encobertas dos Estados Unidos em 1973, essa cooperação foi às claras, explícita, em nome da causa da democracia.

Fechando o ciclo da era Nixon-Kissinger de desestabilização da democracia, em 1988 os ex-presidentes Gerald Ford e Jimmy Carter codirigiram um "Comitê de Apoio às Eleições Livres no Chile", organizado em conjunto pelos senadores Edward Kennedy (democrata de Massachusetts) e Richard Lugar (republicano de Indiana). Esse grupo bipartidário estava prestes a testemunhar um resultado muito diferente daquele promovido pelo governo dos Estados Unidos quando colocou o general Pinochet no poder.

Com a aproximação do "Dia D", fizemos todos os esforços para manter a oposição unificada. Patricio Aylwin, porta-voz e coordenador da campanha do "não", encarregou-se de uma equipe cuja tarefa era ficar em contato permanente com a liderança clandestina do Partido Comunista no período de preparação e especialmente no dia do plebiscito. Manter os comunistas numa trilha pacífica e coordenada com o Comando de Partidos pelo "Não" era uma responsabilidade importante – em especial se as coisas dessem errado.

O Partido Comunista tinha perdido grande parte da sua capacidade militar para a facção "autônoma" da FPMR (que tinha declarado "paz unilateral" no período do plebiscito), mas nós tínhamos de insistir em evitar qualquer recurso à violência naqueles dias. Meus companheiros de equipe eram Enrique Krauss, ex-parlamentar democrata cristão que se tornaria ministro do Interior sob o presidente Aylwin, e um membro do Partido Radical, Mario Astorga, que fora ministro da Educação de Allende. Nosso primeiro encontro com os comunistas, só para abrir o contato, foi em 27 de setembro de 1988.

No dia seguinte, o comitê executivo do Comando de Partidos pelo "Não" se reuniu com as altas lideranças de suas agremiações constituintes. Eu redigi as

instruções finais para o dia do plebiscito com base nas discussões que tivemos naquele encontro; ainda tenho o manuscrito original. O PPD ficaria baseado no hotel Galerías, no centro de Santiago; era para lá que iria Lagos depois de terminada a votação. No quartel-general do Comando, a poucos quarteirões de distância, só estariam o comitê executivo e a equipe de análises. Eduardo Engel, destacado economista de Yale, montara um sistema de "contagem rápida" computadorizado, projetando amostragens no quartel-general do CEL, que processaria dados de 2.200 locais de votação cuidadosamente escolhidos.

No Comando de Partidos pelo "Não", o economista Gonzalo Martner estava encarregado de um sistema paralelo de contagem de votos baseado em duas frentes de apuração, uma de especialistas democratas cristãos e a outra do PPD. Os dois grupos enviariam as tabulações dos locais de votação por fax, para vários postos, as quais seriam então inseridas no computador central. A chave para evitar fraudes, nos aconselhara Glenn Cowan, do NDI, era proteger os votos na fonte, isto é, nas próprias seções de votação.

Cerca de 200 eleitores estavam registrados em cada seção. Os votos seriam dados secretamente em cabines e depositados numa urna eleitoral correspondente a cada mesa. O número de seções em cada local de votação, em geral escolas ou quadras esportivas, variava de poucas dúzias até uma centena. As seções eleitorais seriam administradas por eleitores escolhidos aleatoriamente pelo Serviço Eleitoral (entidade autônoma encarregada de organizar, controlar e supervisionar as eleições). A chave para nosso controle era que a contagem de cada seção fosse fiscalizada.

Centenas de jornalistas estrangeiros estavam no Chile para cobrir as eleições; eu concedi dezenas de entrevistas à mídia estrangeira e participei de vários debates na televisão. Muitas delegações de observadores internacionais também estavam ali, mas o regime de Pinochet se recusou a conceder-lhes qualquer status oficial. O general declarara em junho de 1988 que os observadores "vêm para dizer que há fraude. Mais de 300 marionetes estão vindo; sim, eles são marionetes". Pinochet também atacou o Conselho Mundial de Igrejas, dizendo que era "uma organização de fachada do Partido Comunista. [O Conselho] também fala de fraude. Mas, e se houver fraude na última hora? O que eles vão dizer? Vão dizer para eu sair? De jeito algum eu vou sair! Mas só estou falando hipoteticamente; não levem a sério", acrescentou Pinochet em seu estilo sarcástico.

Na manhã de 5 de outubro de 1988, eu votei na velha escola onde fizera o ensino médio, o Liceo Aplicación, na avenida Ricardo Cumming, a uma quadra da Alameda. Ricardo Lagos e eu fomos juntos, pois votávamos no mesmo lugar. Quando chegamos, muitos eleitores o reconheceram e aplaudiram; alguns

poucos vaiaram. Aí acabou, e todos voltaram em silêncio à coisa mais importante do dia. Na minha seção eleitoral, minha identidade foi verificada, meu nome foi localizado no livro de registro dos eleitores, eu recebi uma cédula de papel e um lápis, e fui convidado a entrar na cabine para votar. Na cédula estava escrito “Plebiscito, Presidente da República, Augusto Pinochet Ugarte”. Ao lado do seu nome havia duas pequenas linhas horizontais, uma seguida pela palavra “sim” e a outra pela palavra “não”. Era isso que queríamos dizer quando falávamos em derrotá-lo com um lápis, pensei, ao fazer um x ao lado do “não”. Era a primeira vez que eu votava desde a primavera de 1973, mais de 15 anos antes.

Depois de votar, cumprimentei os observadores eleitorais do PPD, que me disseram que até então a situação estava normal. Às 9h45 da manhã, quase todas as seções da escola tinham sido abertas. Fiquei impressionado com as longas filas de eleitores esperando para dar seu voto. Então me separei de Lagos e saí em turnê pelas zonas eleitorais da área metropolitana. Comecei em Maipú, um subúrbio a oeste de Santiago, onde o único problema que encontrei foi numa seção eleitoral, onde os nomes de cerca de meia dúzia de pessoas que queriam votar não constavam nos registros. Eu me dirigi a dois bairros operários ao sul de Santiago, onde as filas de eleitores eram muito maiores, pois algumas das seções abriram tarde. De qualquer modo, no conjunto a situação parecia satisfatória, segundo o que eu mesmo vi e o que me disseram os observadores do PPD.

Ao meio-dia, fui com meus colegas Enrique Krauss e Mario Astorga à reunião marcada com os representantes comunistas. Nós nos encontramos num escritório vazio de um prédio na rua MacIver e trocamos informações sobre a abertura das seções em todo o país e sobre o processo eleitoral em geral. Concordamos que o principal problema até então era o número de seções que tinham aberto tarde. A multidão era maciça; eu me lembro de dizer que pensava que podíamos chegar a sete milhões de eleitores, em vez dos 6,5 milhões esperados.

Ficamos preocupados quando, às 11h30, Alberto Cardemil, anunciou na televisão que apenas 75% das seções eleitorais estavam funcionando, quando os números do Comando aproximavam-se de 89%. Estaria o governo tentando desestimular as pessoas, para que ficassem em casa e evitassem as longas filas?

Nosso segundo encontro com os comunistas foi à tarde, por volta das 16h30, num edifício de apartamentos na avenida Seminario. Dessa vez, nossa preocupação mútua era uma entrevista dada à televisão por um oficial reformado da Marinha que possuía uma agência chamada Gallup-Chile. Ele afirmou que a pesquisa de boca de urna de sua empresa dava clara vantagem ao “sim”. “Se os canais de televisão de direita continuarem com essas notícias e projeções sobre a

vitória do ‘sim’”, observaram nossos contatos comunistas, “daqui a pouco os partidários de Pinochet vão celebrar a vitória nas ruas dos bairros ricos. O plebiscito estará acabado antes mesmo que os votos sejam contados.”

Estávamos cada vez mais preocupados, pois a rede de televisão estatal começou a informar ridículos resultados isolados. O Canal 13, da Universidade Católica, acompanhou a apuração pública voto a voto, no Instituto Nacional, onde o próprio Pinochet e muitos funcionários do governo tinham votado. Não era de surpreender, os resultados davam vantagem ao “sim”.

Genaro Arriagada, diretor executivo da campanha do “não”, já havia telefonado ao general Jorge Zincke para se queixar das imensas filas de pessoas do lado de fora dos locais de votação, porque os militares as impediam de entrar. Zincke argumentou que haviam tomado medidas para evitar multidões em volta das seções e das cabines. Nosso temor é que eleitores em potencial ficassem cansados de esperar e fossem para casa antes de depositar o voto na urna – ou que as seções fechassem antes que todos na fila tivessem tido oportunidade de votar. O diretor do Serviço Eleitoral, Juan Ignacio García, disse ao líder do Partido Democrata Cristão, Gutenberg Martínez, que as mesas não podiam ser fechadas, não importava a hora, enquanto houvesse eleitores na fila.

Usando roupas civis, Pinochet tinha votado e retornado ao Palácio de la Moneda, onde falou rapidamente com a imprensa. “Caso seja necessário”, disse ele, “há 25 soldados prontos para entrar em ação.” Então ele se retirou para seu bunker fortificado, que mandara construir sob a praça Constituição. Quando anoiteceu, as ruas de Santiago começaram a se esvaziar à medida que as pessoas voltavam para casa, seguindo pela televisão ou pelo rádio os primeiros resultados da eleição. No quartel-general do Comando, continuávamos a receber sinais inquietantes – houve rumores de que estavam ocorrendo buscas militares maciças no bairro pobre de La Victoria. Patricio Aylwin telefonou ao general Zincke para expressar preocupação. O general esclareceu que se tratava de uma busca numa casa desocupada, onde foram encontrados explosivos e algumas armas.

No começo da noite, as projeções do CEL davam uma vitória confortável ao “não”, mas o resultado ainda não fora divulgado. Já passava das sete quando o subsecretário do Interior relatou as primeiras contagens oficiais: O “sim” tinha 53% dos votos, e o “não”, apenas 40,5%. Era inacreditável! Esses resultados vinham de 79 mesas – 15.800 votantes, meros 0,3% do universo total de eleitores chilenos.

Nós ficamos enfurecidos. Tínhamos prometido não divulgar nossa apuração paralela até que tivéssemos contado 500 mil votos. Ricardo Lagos telefonou para Genaro Arriagada e instou-o a divulgar imediatamente nossos resultados

disponíveis, antes que as distorções do regime Pinochet se consolidassem – ou, pior, que eles interrompessem a contagem e impusessem um blecaute nas comunicações. Mas Arriagada queria manter o plano original. “Se você não anunciar a apuração do Comando até as 21h30”, prometeu Lagos, furioso, “eu vou divulgar os resultados reunidos pela frente de tabulação do PPD do Comando.” Patricio Aylwin concordava com Lagos e instruiu Arriagada a divulgar o que ele sabia.

Nessa altura, comandantes da Marinha, da Força Aérea e dos Carabineros recebiam relatórios informais de que o “não” estava muito na frente. Uma reunião de Pinochet com a Junta, programada para as oito da noite, foi adiada por uma hora. Por volta das 20h45, Pinochet saiu do seu bunker e enfrentou a imprensa. “Fui informado de que o ‘sim’ está ganhando”, disse ele. Então, mudou abruptamente de assunto. “Recebi algumas informações preocupantes. Viram alguns indivíduos usando máscaras de esqui e carregando armas.” De fato, ocorreram alguns episódios agourentos. Um ônibus da polícia com números falsos de identificação tinha sido visto; perto da antiga favela La Bandera, a polícia trocara tiros com alguns veículos suspeitos. Revelou-se que um deles transportava agentes armados da CNI.

Por volta das nove da noite, Arriagada leu os resultados então disponíveis para o Comando: com 188 mil votos apurados, o “não” tinha 58,7%; o “sim”, 41,3%. A sala lotada de pessoas da equipe do “não”, de observadores nacionais e jornalistas nacionais e internacionais irrompeu em gritos de alegria. A segunda contagem oficial devia ter sido liberada às 20h30, mas foi adiada para as 22h.

No quartel-general do “não”, recebemos um telefonema da Radio Nacional de España, em Madri; eles queriam entrevistar um de nós ao vivo. Eu fui escolhido. Enquanto falava, olhei pela janela do segundo andar e vi que as ruas lá fora estavam completamente desertas; não havia sinal dos policiais que haviam guardado nosso prédio o dia inteiro. Se matadores pró-Pinochet ou a CNI escolhessem aquele momento para nos atacar, poderiam fazê-lo impunemente. Ao sair do telefone, eu disse aos meus companheiros do Comando que parecíamos muito desprotegidos. Arriagada, que acabara de voltar de um centro de imprensa, confirmou que estávamos sozinhos, e acrescentou que não havia nenhum policial à vista por várias quadras em todas as direções. Tentamos entrar em contato com o alto comando dos Carabineros, mas só conseguimos falar com oficiais de patentes inferiores, que nos deram uma explicação risível: a polícia, tinha feito uma pausa para lanchar; todos os policiais ao mesmo tempo, e no momento mais tenso da noite-chave daquele ano crítico.

Cerca de 20 minutos mais tarde, como num sonho, Bianca Jagger entrou no nosso quartel-general, seguida por Adolfo Suárez, ex-presidente da Espanha;

Pierre Mauroy, ex-primeiro-ministro francês; e um sem-número de outros observadores internacionais ilustres. Eles tinham vindo para nos servir de "escudo humano". Como se revelou, forças policiais tinham se deslocado várias quadras para leste e oeste ao longo da Alameda e alguns quarteirões para norte e sul, a fim de melhor isolar a área. Ainda assim, era uma situação muito estranha.

Às dez horas, Cardemil divulgou o segundo boletim da contagem do governo, dessa vez com 667 mesas apuradas: 51,3% para o "sim", 46,5% para o "não". O voto "não" era muito maior agora, e a implausível vantagem do governo, de 17 pontos, fora reduzida em dois terços. Mas os números continuavam a ser tão ridículos quanto antes. O subsecretário prometeu um novo relatório para as 23h15.

No Comando, Lagos, que tinha se mudado para nosso quartel-general, juntou-se a Aylwin. Depois do anúncio da apuração oficial, decidimos entrar em contato com os comandantes em chefe das Forças Armadas e com o chefe dos Carabineros para informá-los dos verdadeiros resultados – os do Comando. Eles agradeceram a informação e confessaram que já sabiam que tínhamos ganhado.

Às 22h45, o líder direitista Sergio Onofre Jarpa telefonou para seu velho amigo e ex-colega, o subsecretário Cardemil. "Ei, Alberto, você não vai fazer nenhuma bobagem, vai?"

"Você me conhece, dom Sergio", respondeu Cardemil. "Não vou emprestar meu nome a nenhuma loucura."

"Certo. Foi o que imaginei", acrescentou Jarpa. "Eu nunca o tomei por bobo." Ambos usaram o fraseado enganosamente lacônico do camponês do Chile meridional, região onde nasceram.

No centro de imprensa, Arriagada leu os últimos dados do Comando, baseados em dois milhões de votos: votos "não", 57,8%; votos "sim", 40,2%.

Aylwin e Jarpa apareceram juntos num programa ao vivo de televisão. Ambos eram velhas raposas da política chilena; ambos tinham se oposto ao presidente Allende. Um assessor passou a Aylwin uma folha de papel com os resultados que Arriagada tinha acabado de divulgar; depois de dar uma olhada, ele a entregou a Jarpa. O líder da Renovação Nacional reconheceu no ar que o voto "não" estava decisivamente na frente.

No Palácio de la Moneda, Pinochet urrou: "É uma grande mentira, uma grande mentira. Aqui só há traidores e mentirosos!" Primeiro, ele ordenou que o ministro do Interior parasse de divulgar os resultados, depois chamou os membros da Junta ao La Moneda. Antes de eles chegarem, Pinochet exigiu a renúncia de todos os ministros do gabinete. Alguns deles choravam; outros estavam pálidos e estarrecidos.

À uma da manhã, Pinochet decidiu encontrar-se com alguns ministros de

pastas estratégicas e os comandantes em chefe das Forças Armadas, mas não com toda a Junta. Os comandantes combinaram entre si que se encontrariam primeiro no Ministério da Defesa e de lá caminhariam até o La Moneda. “Eu vou puxar o pino da granada”, disse o general Matthei, dando a entender que ia dizer a verdade sobre os resultados do plebiscito. Quando os comandantes entraram no palácio, os jornalistas correram para colher declarações. “Tenho muita clareza de que o ‘não’ venceu, mas estamos calmos”, declarou ele.

No Comando, ficamos eufóricos com esse reconhecimento oficial da nossa vitória. Arriagada foi buscar champanhe. Pouco depois, o Comando divulgou novos resultados. Com mais de 4,5 milhões de votos contados, o “não” era clara e irresistivelmente triunfante.

No Palácio de la Moneda, Pinochet deu um murro na mesa. Seu humor piorou quando o general Matthei lhe disse que já havia reconhecido a vitória do “não”.

“Estão vendo, vocês se informam com o inimigo, deixando o governo com cara de bobo”, queixou-se Pinochet.

O ministro do Interior tentou dar uma nota de alegria ao encontro. “Os resultados são negativos, mas o governo deve ficar satisfeito”, declarou Fernández. “Os votos obtidos pelo presidente Pinochet foram extraordinários, notáveis.”

“Muito bem, onde está a champanhe, então?”, interrompeu-o sarcasticamente o general Matthei. E acrescentou que era um insulto para os comandantes em chefe fazer um discurso de vitória quando haviam sido derrotados de modo tão arrasador. A tensão subiu, o general Sergio Valenzuela, secretário-geral da Presidência da República, desmaiou e caiu. Teve de ser carregado para fora da sala.

Em certo momento, os ministros se retiraram para comparecer à breve cerimônia que acompanhava a renúncia coletiva; Pinochet ficou sozinho com os comandantes em chefe das Forças Armadas e da polícia. O que transcorreu é objeto de alguma controvérsia. Segundo versões dignas de crédito, inclusive a do general Matthei, Pinochet pediu a seus colegas para lhe conferirem poderes ampliados, especiais; e apresentou um decreto que ele mesmo rascunhara, dando-lhe poderes para lidar com a emergência que a vitória do “não” representava para seu regime. Seria um golpe dentro do golpe de 11 de setembro. Mas Matthei, o almirante Merino e o general Stange se recusaram a assinar o documento. A Constituição devia ser seguida à risca, afirmaram eles. O velho general insistiu, argumentando que a unidade das Forças Armadas estaria ameaçada, mas o almirante Merino acabou com a discussão declarando que todos tinham jurado respeitar a Constituição e que não havia outra escolha.

“Certo!”, concedeu Pinochet, irritadiço. “Façam como quiserem!”

Pinochet não era o ditador todo-poderoso que queria. Via-se restringido pela legalidade que estabelecera na Constituição para legitimar seu poder, pela influência de líderes civis como Jarpa pelo poder das Forças Armadas e dos Carabineros. Quando os comandantes deixaram o palácio pouco depois das duas da manhã, chegou Santiago Sinclair, vice-comandante em chefe do Exército.

"Meu general, seu Exército está pronto para o que o senhor decidir."

Pinochet olhou para ele silenciosamente por alguns segundos. "Nós seguiremos a Constituição, sr. vice-comandante em chefe", disse finalmente. E foi tudo.

Várias páginas da biografia de Pinochet transmitem a amargura daquela noite; ele se queixa, entre outros, do embaixador Harry Barnes, dos observadores internacionais, da Igreja católica e mesmo de sua própria gente. "Nós divulgamos a votação final naquela noite, com algum atraso, mas nós a divulgamos", escreveu Pinochet. Somente alguns repórteres estavam presentes quando Alberto Cardemil leu seu último relatório. Com 77,7% das mesas contadas, o "sim" teve 43,3% dos votos e o "não", 53,5%. Nós aplaudimos e demos viva porque aquela era a confirmação oficial da nossa vitória. Depois de contados todos os 7,2 milhões de votos, 54,7% foram para o "não", 43% para o "sim". Nós ganhamos de lavada.

Do lado de fora do nosso quartel-general, poucas centenas de voluntários comemoraram, muitos com punhos erguidos em desafio, cantando o hino nacional. Os Carabineros os dispersaram com ameaças de violência. Do lado de dentro, nossas medidas de segurança tinham desmoronado; cerca de 200 pessoas chegaram às pressas para celebrar. Eu vi um dos comunistas com quem tínhamos nos encontrado regularmente, e que sempre se mostrara cético em relação ao plebiscito, abraçando pessoas e dando vivas como se estivesse celebrando a vitória da estratégia que defendera o tempo todo. Aylwin disse algumas palavras. Então, ele e Ricardo Lagos se abraçaram, prenunciando a nova coalizão que governaria o Chile num futuro não muito distante. Um triste capítulo da história do Chile – e do mundo – estava próximo do fim.

[1] Mauricio Hernández participou, com outros companheiros, do sequestro do empresário Washington Olivetto em São Paulo, em outubro de 2001. (N.T.)

7. Governando com o inimigo

NA MANHÃ SEGUINTE AO DIA DO PLEBISCITO, o jornal de oposição *Fortín Mapocho*, publicado por meu amigo Alberto "Gato" Gamboa, chegou às bancas com uma enorme manchete: "Ele concorreu sozinho e chegou em segundo!" O governista *La Nación*, como se descobriu mais tarde, tivera uma primeira página arranjada e diagramada para proclamar o que seria uma fraude; mas agora não apenas reconhecia a vitória do "sim" como chegava a dar os resultados concretos da eleição.

Praticamente toda a mídia mundial reagiu. Um editorial do *The New York Times*, intitulado "No Chile: positivamente não", captava o sentimento vertiginoso de triunfo: "Quinze anos atrás, uma guerra entre as duas maiores forças democráticas, os democratas cristãos e os socialistas, abriu caminho para o domínio do general Pinochet e uma era de terror. Aprendendo com os erros passados, desta vez as mesmas forças trabalharam juntas para derrotar o ditador. Duas semanas atrás, a primavera mais uma vez irrompeu sobre a magnífica paisagem dos Andes. Agora, 15 duros e gélidos anos depois, ela voltou também ao espírito humano no Chile."

Em 6 de outubro, era tempo de celebração. Milhares de pessoas caminharam pela Alameda cantando "Chile, a alegria já vem", soprando cornetas de plástico e jogando confetes e panfletos. Como aumentasse o número de pessoas, os manifestantes tomaram toda a avenida, paralisando o tráfego. Embora a maioria dos policiais apenas observasse as festividades de forma tolerante, um deles deteve cerca de meia dúzia de jovens que festejavam ruidosamente e trancou-os num ônibus, provocando um clima tenso entre a multidão.

Por alguma razão que não consigo recordar, eu estava no quartel-general do Comando de Partidos pelo "Não". Por volta do meio-dia, o telefone tocou e uma pessoa pediu para falar com algum responsável pelo Comando. Eu era o único membro do Comitê Executivo no local, e a ligação foi transferida para mim. O general do Exército Sergio Badiola, administrador-chefe de Santiago, estava na linha.

"Olhe, vocês têm de tirar toda aquela gente da Alameda", disse ele. "Vocês têm 20 minutos. Depois vou começar a usar a força."

"Espere um momento", respondi. "As pessoas estão celebrando pacificamente o que aconteceu ontem à noite. O senhor não pode usar a força contra elas."

“Bom, eu sinto muito, mas há uma confusão no trânsito aqui no centro, e as pessoas vão ter de ir embora”, insistiu.

“Primeiro mande os Carabineros soltarem os garotos presos no ônibus sem qualquer razão aparente, depois eu farei o que puder”, exigi.

“Tudo bem”, disse Badiola, “mas vocês só têm 20 minutos.”

Da nossa janela no segundo andar vi os manifestantes saírem do ônibus. Então, Andrés Palma, um jovem líder democrata cristão que anos mais tarde se tornaria ministro do Planejamento, salvou minha pele pegando um alto-falante portátil e se dirigindo à multidão abaixo, de uma janela aberta: “Companheiros, camaradas, amigos, todos agora para o Parque Florestal. A celebração vai continuar lá!” Ele falou com tal ânimo e convicção que milhares de pessoas começaram a andar para o parque. Ele tivera êxito em evitar nosso primeiro confronto pós-plebiscito com o governo Pinochet.

À tarde, multidões se reuniram em volta do Palácio de la Moneda e começaram a gritar para Pinochet renunciar. O ato resultou em repressão: dezenas de pessoas foram presas, houve espancamentos e ataques contra jornalistas. Na mesma noite, enquanto maciças caravanas do “não” desfilavam pela cidade, Pinochet apareceu na televisão trajando seu uniforme militar – o traje civil do candidato voltara ao armário. Com olheiras profundas e uma expressão cansada mas dura na face, fez um discurso inflexível. Depois viajou para tirar dez dias de férias.

A campanha do “não” emitiu um comunicado oficial na noite do plebiscito. O povo chileno rejeitara rotundamente a intenção de Pinochet de “permanecer no poder por mais oito anos”, dissemos nós. Nossa vitória não era “uma derrota das Forças Armadas e da Polícia Nacional”, acrescentamos, mas de Pinochet, que “tem sido um obstáculo ao consenso e ao entendimento entre os chilenos”. Poucos dias depois, em 14 de outubro, os 16 signatários do Comando de Partidos pelo “Não” fizeram circular uma segunda declaração, propondo iniciar um diálogo com o governo tendo em vista um “Acordo nacional pela democracia e o consenso constitucional”. Várias emendas constitucionais foram propostas, inclusive a revogação imediata do artigo 8 – que proscrevia partidos que defendessem a violência, bem como doutrinas ou quaisquer conceitos “que ofendam a família” ou “se baseiem na luta de classes” – e eleições diretas para a formação do futuro Congresso.

Se Pinochet estava resistente à mudança, seu ministro do Interior, o linha-dura, Sergio Fernández, ia ainda mais longe que o patrão. Fernández apresentou um argumento desconcertante, destacando que 43% do país tinha votado diretamente em Pinochet; portanto, os 53% em aparência impressionantes que a oposição reunira na verdade deveriam ser divididos por 16, o número de partidos

políticos na coalizão pelo “não”. Era um estranho cálculo – e o primeiro sinal de que Pinochet poderia ser candidato nas eleições de dezembro de 1989.

Ao retornar das férias, o general estava cheio de vigor. Dirigindo-se a um encontro de mulheres pró-regime, ele abriu o coração. “Lembrem-se de que na história do mundo já houve outro plebiscito, no qual Cristo e Barrabás foram julgados, e o povo votou a favor de Barrabás”, disse ele, comparando-se temerariamente a Cristo.

Mas Pinochet estava muito abatido. Havia perdido decisivamente nas 30 regiões do país – exceto em duas –, inclusive na sua amada cidade de Iquique. “Em Iquique também!”, exclamara ele incrédulo, quando foi informado das tendências de voto na noite da eleição. Pinochet e sua equipe econômica tinham confiado que o inegável crescimento econômico do Chile ganharia a eleição. Mas a nova prosperidade só beneficiava uma pequena parcela da sociedade. Pinochet tinha criado dois Chiles: um empresarial e moderno, caracterizado pela construção de arranha-céus e a florescente exportação de uva, kiwi, salmão e produtos de madeira; o outro, economicamente estagnado e deixado para trás. A expressão mais clara desse apartheid socioeconômico foi o fato de Pinochet ter perdido em metrópoles e cidades que haviam passado por explosões de crescimento, como Copiapó e Curicó. Pela prosperidade recente, impulsionada pelas exportações, essas cidades eram consideradas baluartes do governo.

Pinochet também perdeu porque pensou, sem se questionar, que uma oposição ideologicamente rígida se recusaria a enfrentá-lo em seu próprio jogo. Em vez disso, o plebiscito nos deu a oportunidade de mobilizar um amplo arco de forças políticas cujo único denominador comum era o desejo de derrotá-lo. Ele e seus conselheiros não previram que seríamos capazes de montar um sistema de controle da contagem eleitoral sofisticado e muito eficiente, tornando a fraude virtualmente impossível.

A oposição tinha usado sua cota de 15 minutos diários de transmissão para apresentar um programa de TV progressista, ágil e profissional, ao passo que a facção do “sim” buscara assustar o público com presságios sombrios do caos que caracterizara o período de Salvador Allende – esquecendo que 40% do eleitorado era composto de jovens que não tinham vivido os anos Allende. Mais importante, os chilenos estavam cansados de repressão e violência.

Num amargo simbolismo, menos de três semanas depois do plebiscito, os líderes máximos da “autônoma” FPMR, que tinham descartado o referendo caracterizando-o como fraude premeditada, foram presos e assassinados depois de terem atacado e tomado por um breve período o povoado de Los Queñes, a cerca de 160 quilômetros de Santiago, onde esperavam iniciar uma nova etapa da sua estratégia militar contra Pinochet. Com a morte dos comandantes José

Miguel (Raúl Pellegrin) e Tamara (Cecilia Magni), e a detenção de outros militantes, a luta armada também morreu como opção relevante para dar fim à ditadura.

A intransigência extrema de Pinochet era só dele. A Renovação Nacional se declarou favorável a modificar a Constituição; mesmo a UDI considerou que Pinochet estava constitucionalmente impedido de concorrer às eleições de 1989, e que, em vez disso, deveria indicar um sucessor e fazer campanha por ele. Os generais Rodolfo Stange e Fernando Matthei, membros da Junta, também admitiram publicamente que reformas eram necessárias. Por mais compatível que a linha-dura do ministro Sergio Fernández possa ter sido com Pinochet, ela entrou em choque com o ânimo do país. Em 21 de outubro de 1988, Fernández foi substituído por Carlos Cáceres, advogado que fora ministro das Finanças de Pinochet. Claro que o ditador não esperava que Cáceres fizesse mudanças. O general lhe disse que ele teria pouco espaço para emendar a Constituição – um espaço minúsculo, indicou, quase encostando o dedo indicador no polegar.

Considerando o fato de que eu havia previsto corretamente o triunfo de uma estratégia que muitos acreditavam improvável para ganhar de Pinochet, o jornal *Los Angeles Times* me convidou para fazer uma matéria de análise na página de opinião. No meu novo artigo, intitulado “Fria realidade alvorece no Chile: a democratização deve ser negociada com o campo de Pinochet”, eu indicava que “o ânimo do país” pedia “negociação e acordo”. Como Pinochet continuava a ser um obstáculo, argumentava eu, nós teríamos de tentar isolá-lo politicamente, ao mesmo tempo que estendêssemos nosso apoio àqueles “a favor da introdução de mudanças na Constituição a fim de abrir a porta para uma transição plena para a democracia”. Não seria fácil, eu advertia; o combate exigiria que nossa ampla coalizão do “não” se transformasse numa aliança unificada para a eleição de 1989, com um programa para governar e um candidato que todos apoiássemos.

Quando nos preparávamos para discutir as reformas na Constituição, uma crise maior estourou na relação Estados Unidos-Chile, em março de 1989, quando a Food and Drugs Administration (FDA), órgão que regula a produção e o uso de alimentos e medicamentos nos Estados Unidos, descobriu uma quantidade insignificante de cianureto em três cachos de uva de um embarque que entrara no país pela Filadélfia. A FDA baniu as frutas chilenas das prateleiras dos supermercados, alegando razões de segurança. O regime de Pinochet reagiu com indignação, e o mesmo fizeram as forças políticas ao longo de seu espectro. Por fim, as frutas retornaram aos supermercados dos Estados Unidos, mas Pinochet teorizou que a medida fora politicamente motivada pelo Departamento de Estado e pretendia dissuadi-lo de retroceder no processo de transição.

Logo depois da posse de Cáceres, começamos a negociar com o governo. Pinochet logo nos advertiu que certas leis eram sacrossantas, inclusive o repressivo artigo 8 da Constituição, o mecanismo constitucional de reforma e a composição do Senado (alguns membros seriam “indicados” pelo regime, e não eleitos). Ainda assim, no começo de 1989, não fizéramos progressos significativos. Em abril de 1989, porém, Pinochet interpelou Cáceres quanto a várias reformas que estivéramos discutindo. Conforme relatou o ministro mais tarde, Pinochet estava louco de tanta raiva, andava de um lado para o outro da sala, resmungava explosivamente. “Essa reforma não, essa outra não, essa outra também não.” Dado o estado agitado de Pinochet, Cáceres sugeriu que talvez eles devessem “escolher outro momento para discutir o problema”. Pinochet concordou e marcou uma reunião para a manhã seguinte.

Quando Cáceres chegou no dia seguinte, Pinochet exigiu sua renúncia. Na reunião seguinte do gabinete, em que se anunciou a saída de Cáceres, muitos de seus colegas pediram demissão em solidariedade – os primórdios de um motim que desmascarava a fraqueza de Pinochet. Um ministro que estava presente nessa sessão do gabinete me contou: “Pinochet demitiu Cáceres como se fosse uma empregada doméstica. Eu nunca tinha visto tamanho abuso. Àquela altura, porém, restava pouco poder ao general. Nós simplesmente nos recusamos a aceitar o afastamento de Cáceres. Pinochet já não tinha mais o comando total.” Depois de uma série de conversações entre seu gabinete e a Junta, Pinochet readmitiu o ministro do Interior, permitindo que o diálogo com a oposição continuasse. Em 31 de maio, combinamos formalmente uma série de reformas.

As mudanças na Constituição eram modestas, mas incluíam a supressão do malfadado artigo 8; o aumento no número de senadores eleitos para reduzir o peso dos indicados, que a oposição não conseguira eliminar; algumas mudanças menores nos dispositivos do Conselho de Segurança Nacional a fim de aumentar o número dos membros civis; a revogação do poder do presidente de dissolver a Câmara Baixa do Congresso uma vez a cada mandato; e a redução do mandato presidencial de oito para quatro anos. Estávamos longe de ficar satisfeitos, mas as mudanças representavam um progresso real. As reformas foram aprovadas num novo plebiscito nacional em julho de 1989.

À medida que os partidos de direita e as forças democráticas começavam a se preparar para as eleições presidenciais e legislativas de dezembro de 1989, Pinochet perdia poder. O cientista político Giovanni Sartori certa vez observou que o tendão de Aquiles de todo regime autoritário é a questão da sucessão; a dependência da ditadura de um Pinochet agora derrotado levava ao colapso do regime. Para muitos dos antigos partidários do ditador, o que importava agora era o pinochetismo, não Pinochet. A chave era preservar ao menos o modelo

econômico instituído por ele. Nesse ínterim, Pinochet, como Franco, sabotava seu sucessor, colocando no caminho dele todos os obstáculos e impedimentos possíveis. Por exemplo, o número de juízes na Suprema Corte foi aumentado, ao mesmo tempo que se ofereceu um bônus aos juízes em exercício que renunciassem, permitindo a Pinochet indicar pessoalmente nove dos 16 membros do tribunal. Além disso, diversas empresas estatais nos setores de transportes, telecomunicações, seguros e energia foram privatizadas às pressas e de maneira obscura.

Enquanto isso, a oposição voltava a atenção para questões internas que tinham ficado na geladeira para que nos concentrássemos em vencer o plebiscito.

Nós precisávamos de uma aliança para governar o Chile na era pós-Pinochet. Era senso comum que a coalizão para o "não" devia se transformar num Acordo de Partidos pela Democracia (Concertación), o que ela fez. Os principais partidos integrantes eram o Democrata Cristão, o Partido Radical e o Partido Socialista (tanto a ala Nuñez quanto a Almeyda), o Partido pela Democracia e grupos e facções, alguns dos quais se dissolveram posteriormente. O Partido Comunista Chileno (PCC) não integrou a Concertação.

Em meu artigo na página de opinião do *Los Angeles Times* de 18 de outubro de 1988, eu tinha escrito que provavelmente teríamos de escolher "um candidato centrista" para representar a oposição nas eleições presidenciais de dezembro de 1989. Ricardo Lagos, um homem de esquerda, era a figura mais popular e brilhante da oposição, mas sabíamos que seu nome iria polarizar o eleitorado num momento em que necessitávamos de uma figura moderada. Essa pessoa era Patricio Aylwin, o coordenador da campanha do "não" e presidente do Partido Democrata Cristão. Depois de uma luta interna com os democratas cristãos, Aylwin tornou-se o candidato da Concertação em maio de 1989. Tínhamos assim uma coalizão preparada para governar e um candidato.

A direita teve seus próprios problemas para escolher o candidato. Pinochet e seus companheiros mais próximos continuavam a promover seu nome, mas a maioria dos conservadores, inclusive os do setor empresarial, preferiam um civil. Disseram a Pinochet que, para ser candidato, ele tinha de se tornar civil – exatamente o que haviam sugerido antes do plebiscito. Ele se recusou a considerar a proposta, como a recusara então, pois compreendia que seu posto no Exército não só o protegia, como também era sua única fonte de poder. Os nacionalistas linhas-duras esperavam que Pinochet optasse por um plano B: ou Lucía Hiriart Pinochet, como foi sugerido em maio de 1989 por um grupo da Ação Nacional, ou, mais provavelmente, o advogado Pablo Rodríguez (ex-líder do movimento ultradireitista Pátria e Liberdade). Mas Jaime Guzmán, líder da UDI, aliado próximo dos Chicago Boys, convenceu Pinochet de que o candidato

ideal seria o ministro das Finanças, Hermán Büchi. Este também tinha a preferência do setor empresarial.

Büchi renunciou à sua pasta em abril de 1989. Porém, apenas poucas horas antes de enfrentar Aylwin num debate televisivo, em junho, ele desistiu de repente da candidatura, afirmando que não conseguia superar sua profunda "reserva vital e pessoal" quanto a entrar na política. Após um mês de persuasão, ele mudou de ideia outra vez e tornou-se o candidato oficial do pinochetismo. Chamado de "Príncipe Valente" por Pinochet, por causa de seu corte de cabelo, Büchi havia conquistado a confiança geral. Fora um estudante radical de esquerda na Universidade do Chile, praticante de jogging e, acima de tudo, uma figura nada convencional.

Aylwin era o oposto: então com mais de 70 anos, era um político tradicional, conservador em sua maneira de pensar e vestir. Jacques Séguéla, especialista em pesquisa de opinião e marketing político, comentou na época que Aylwin parecia um político de direita nos mínimos detalhes, ao passo que o jovem tecnocrata Büchi parecia encarnar a oposição de esquerda.

Em dezembro de 1989, Aylwin conquistou a Presidência da República com 55,2% dos votos, contra 29,4% de Büchi e 15,4% de um terceiro candidato populista, o empresário Francisco Javier Errázuriz. Mais uma vez Pinochet fora derrotado de forma esmagadora. A coalizão da Concertação elegeu 72 dos 120 membros da Câmara de Deputados, e 22 dos 38 senadores eleitos. Não obstante, a presença de nove senadores indicados impediu-nos de alcançar a maioria.

Os resultados eleitorais do Partido Comunista Chileno foram parcos. Eles não conseguiram eleger nem um representante no Congresso. O PCC tinha ratificado uma estratégia política ambígua em relação ao papel da ação militar. Num evento em abril, o partido reafirmara a importância "do componente militar como aspecto permanente da linha revolucionária dos comunistas", embora "lamentasse a separação de um grupo [a FPMR] que [tinha] uma visão militarista". Em seguida, um número significativo de ativistas desiludidos abandonou as fileiras do partido.

Certa tensão tinha se desenvolvido entre o Partido para a Democracia (PPD), a entidade suprapartidária criada sobretudo por socialistas, e o próprio Partido Socialista, que não dispunha de um estatuto legal. O PPD fizera tamanho sucesso que não havia sentido na hipótese de se desfazer dele. A solução provisória para o Partido Socialista era considerar o PPD um "movimento" do qual participavam os socialistas. Foi somente depois das eleições presidencial e legislativa de 29 de dezembro de 1989 que as alas Almeyda e Arrate do Partido Socialista, com a adesão de outras facções menores, se reuniram oficialmente, numa emocionada cerimônia no hotel Tupahue, no centro de Santiago.

Eu desempenhei dois papéis durante as campanhas presidencial e legislativa. Como vice-presidente da Comissão Internacional da Concertação, trabalhei com Juan Somavía e uma equipe de especialistas de diferentes partidos da coalizão para desenvolver a plataforma de política externa do candidato presidencial; nós também escrevemos sumários para os debates televisivos e conferências do nosso candidato. A maior parte do meu tempo foi despendida como chefe da campanha senatorial de Ricardo Lagos. A alegria que sentimos pela vitória de Aylwin foi diminuída, para muitos de nós, pela profunda tristeza com a derrota de Lagos.

Segundo o complicado sistema binomial barrocamente imposto por Pinochet, dois candidatos ao Senado eram eleitos em cada distrito, embora os eleitores só pudessem votar em um deles. Para uma coalizão, era possível dar vaga a dois candidatos, mas só se os dois somados recebessem pelo menos o dobro dos votos dos candidatos da segunda lista mais votada (no caso, de partidos pró-Pinochet). Nesse sistema, as listas comunistas não tinham qualquer chance. Se nossa coalizão não "dobrasse", o candidato mais votado da segunda lista mais votada conquistaria o assento, mesmo que ele tivesse menos votos que a segunda pessoa da lista mais votada. Andrés Zaldívar, companheiro de coalizão de Lagos, recebeu 8.500 votos mais que Lagos. Este, por sua vez, recebeu 175.323 votos mais que o candidato em terceiro lugar, o direitista Jaime Guzmán. Mas como Lagos e Zaldívar não tinham conseguido dobrar o total de votos de Guzmán e seu companheiro, o sistema binomial, favorecendo a lista em segundo lugar, possibilitou que Guzmán assumisse a vaga no Senado.

Mas Lagos e eu mais tarde compreendemos que seu malogro fora uma "derrota abençoada". Se eleito, ele teria se tornado o senador mais francamente pró-democrático, confirmando sua reputação de político confrontador e "radical". Em vez disso, como ministro da Educação de Aylwin, cultivou o perfil de um estadista.

No período de transição depois da vitória de Aylwin, a maior parte das nossas atividades esteve centrada na configuração de um novo governo e na cerimônias de posse, a ser realizadas em 11 de março de 1990. Pinochet manteve-se ocupado arrematando assuntos nos quais não queria que Aylwin se metesse. A CNI tampouco interrompeu seu trabalho sujo. Em 4 de setembro de 1989, o líder do MIR, Jecar Neghme, foi assassinado numa rua do centro de Santiago ao sair de uma reunião política, lembrando a todos que ainda vivíamos sob uma ditadura.

Eu fora eleito presidente da divisão metropolitana do PPD, e todos acreditavam que me candidataria ao Congresso. Eu exercia um nível apreciável de poder e supunha-se que fosse concorrer por um "distrito certo". Mas eu não

estava interessado em trabalhar no Congresso. Se Aylwin decidir, pode me nomear para algum posto executivo, disse eu. Uma de minhas escolhas preferidas era tornar-me embaixador junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington. Mas antes eu precisava tirar férias. Pamela e eu alugamos um quarto num hotelzinho na costa pacífica que só tinha telefone na recepção. Foi lá que finalmente fui localizado, depois que o ministro nomeado, Enrique Correa, esperou pacientemente na linha para me dizer que o presidente decidira me nomear embaixador na OEA. Embora me dissessem que eu poderia esperar o contato direto com Aylwin, decidi aceitar imediatamente a proposta para evitar qualquer infortúnio telefônico.

Em 21 de dezembro de 1989, o ministro do Interior de Pinochet, Carlos Cáceres, convenceu-o a convidar o presidente eleito para ir ao La Moneda, a fim de dar início ao processo de transição. Pinochet convidou Aylwin para um chá. O presidente eleito chegou acompanhado por seu futuro ministro do Interior, Enrique Krauss (um dos meus parceiros nas conversações secretas com o Partido Comunista durante o plebiscito). Com Pinochet, estavam Cáceres e o general Jorge Ballerino, assessor-chave do general.

O ministro Cáceres recebeu Aylwin à porta do Palácio de la Moneda e o conduziu ao salão Carrera, onde Pinochet o esperava. Era a primeira vez que Aylwin punha os pés no palácio presidencial desde 1973. Ele não sorriu ao apertar a mão de Pinochet. Depois, eles se retiraram para o gabinete do ditador.

Aylwin foi direto ao assunto: “General, embora o senhor tenha o direito de continuar por mais oito anos, seria melhor para o Chile, para o Exército e para o governo que o senhor deixasse o posto de comandante em chefe”, disse ele.

Pinochet, movendo-se confortavelmente em sua cadeira, respondeu: “Então o senhor quer me jogar fora? O senhor está errado, a melhor defesa que terá durante seu governo será eu permanecer comandante em chefe.” Havia oficiais mais jovens do Exército que podiam representar um problema para a democracia, disse Pinochet, mas ele conseguiria controlá-los. “Minha gente está nervosa. Ninguém cuidará melhor do senhor do que eu”, falou.

Aylwin tinha uma razão para pedir a renúncia de Pinochet do Exército antes de assumir formalmente o cargo: ele não podia se dar ao luxo de arriscar a possibilidade de o ex-ditador se recusar a abrir mão de sua base de poder militar uma vez que Aylwin assumisse a Presidência da República. Isso equivaleria à rejeição, por Pinochet, da autoridade civil sobre os militares. Aylwin deixou o palácio sem sequer compartilhar uma xícara de chá com o ditador.

Em 11 de março de 1990, a caravana de Pinochet passou pelas ruas de Valparaíso rumo ao Congresso, em Santiago, onde teria lugar a posse do presidente Aylwin. Quando o veículo do general se aproximou, espectadores

irados o bombardearam com tomates e ovos, gritando “Assassino, assassino!”.

Sob os olhares de centenas de jornalistas de todo o mundo e dezenas de presidentes, primeiros-ministros e outros convidados distintos, Pinochet entregou a faixa presidencial. Mas a cerimônia teve um detalhe importante. O presidente do Senado, Gabriel Valdés, símbolo legal da nova democracia, foi quem recebeu a faixa. Depois colocou-a no peito de Aylwin. Mais tarde, na residência presidencial de verão em Viña del Mar, o comandante em chefe Augusto Pinochet, acompanhado de cinco dos seus mais importantes generais, apresentou formalmente seus cumprimentos ao presidente Aylwin. Depois, já como ex-presidente, mas ainda comandante do Exército, compareceu a um coquetel em sua homenagem no Batalhão de Cavalaria do Exército em Quillota. Um grupo musical cantou uma das canções favoritas de Pinochet, “El Rey”: “Com dinheiro ou sem dinheiro, eu sempre farei o que quiser, pois ainda sou o rei!”

Perdi parte das cerimônias de posse porque alguns chefes de Estado estrangeiros planejaram deliberadamente sua chegada para depois que o novo governo já tivesse assumido, de modo que não fossem obrigados a dar o telefonema de cortesia a Pinochet que o protocolo teria exigido caso chegassem antes da transferência do poder. O ministro e o vice-ministro do Exterior tiveram de comparecer a todas as cerimônias oficiais, e eu fui instruído a dar boas-vindas, entre outros, aos presidentes Felipe González, da Espanha, e Daniel Ortega, da Nicarágua, na recepção do Clube Español.

No dia seguinte, participei da tocante cerimônia presidida por Aylwin no Estádio Nacional. Foi uma espécie de “exorcismo” dos males perpetrados naquele lugar. Um cavaleiro branco galopou cruzando o campo de futebol. Depois, uma imensa bandeira chilena foi estendida de lado a lado do gramado. Num canto do campo, a mãe de um prisioneiro político desaparecido dançou a *cueca sola*, dança folclórica nacional, mas sozinha, sem parceiro, simbolizando ausência e perda. Oitenta mil pessoas aplaudiram o presidente Aylwin e os líderes estrangeiros presentes, do presidente Alan García, do Peru, ao senador Ted Kennedy – que integrava a delegação dos Estados Unidos, liderada pelo vice-presidente Dan Quayle. Eles tinham chegado antes da posse para encontrar-se com Pinochet e comparecer a todas as cerimônias oficiais.

Os problemas do presidente Aylwin com Pinochet começaram logo em seguida. Em 1989, Pinochet tinha dito às jornalistas Raquel Correa e Elizabeth Subercaseaux que se recusara a renunciar ao posto de comandante do Exército porque “minha gente podia ser humilhada”. Referindo-se à possibilidade de eventuais processos, Pinochet advertiu: “O que estou dizendo é que meu pessoal não será tocado.”

Além disso, Pinochet continuou a falar como se ainda fosse um político. Depois da eleição de Aylwin, ele declarou: “Com o passar dos anos, as pessoas vão pedir para eu voltar. Estarei observando o que acontece no Chile, não como um abutre, mas com o desejo de ajudar o país a avançar.” Isso dava prosseguimento à famosa combinação de ameaça e predição que Pinochet mencionara poucos meses antes: “Quando Roma estava sitiada, eles foram procurar Cincinato para servir à pátria. Os mensageiros o encontraram arando sua terra. Ele era um homem de gostos simples. Vestiu seu uniforme e derrotou o inimigo. Ele recebeu honrarias e voltou para seus campos. Há uma segunda parte. Roma está novamente sob sítio. Mais uma vez eles foram procurar Cincinato. Mas esta segunda parte eu prefiro não contar.” Lúcio Quinto Cincinato foi duas vezes ditador de Roma, em 458 e em 439 a.C. Pinochet estava contando com o fracasso do presidente Aylwin.

Cerca de uma semana depois da posse, Pinochet solicitou ao presidente uma audiência. O general disse que lhe devia obediência, mas não ao seu ministro da Defesa. O presidente Aylwin, jurista bastante experimentado, apanhou uma cópia da Constituição em sua escrivaninha. “Olhe, general”, disse ele, “sua Constituição diz que as Forças Armadas estão sob a autoridade do Ministério da Defesa. O Exército está sob a autoridade da pasta da Defesa. Por conseguinte, o senhor, como comandante do Exército, está sob a autoridade do ministro. Está claríssimo, e nós não vamos continuar discutindo a questão, general, pois se trata de uma norma constitucional.”

Pinochet fora posto contra a parede e não disse uma palavra. Mas ficou perturbado. Patricio Rojas, o novo ministro da Defesa, tinha alijado Pinochet mesmo antes de assumir o posto, quando rejeitou as recomendações de seu predecessor para as subsecretarias, escolhidas em listas de altos oficiais das Forças Armadas e da polícia. Pinochet nunca se encontrou com o ministro Rojas. Sempre que convocado, mandou o vice-comandante em chefe em seu lugar. Além disso, decretou a criação de um comitê consultivo do comandante em chefe (Comitê Assessor, CAS), liderado pelo general Ballerino, e ditou uma série de regras para sua operação, as quais o governo Aylwin considerou ilegais. Depois de um diálogo malsucedido sobre a questão, Aylwin pediu a opinião oficial do Escritório do Controlador Geral da República, que autorizou o estabelecimento do comitê, mas considerou ilegais alguns de seus atributos. Pinochet também tentou manter o Exército envolvido na segurança interna, mas o governo Aylwin deixou claro para ele que esta era uma função dos Carabineros e das Investigaciones.

Enquanto isso, os trabalhadores de La Disputada, a mina de cobre da Exxon, perto de Santiago, descobriram os corpos enterrados de três homens num local

que pertencera ao Exército. Eles foram identificados como três líderes comunistas que haviam sido sequestrados pela Dina em 1976. Ainda mais chocante para a nação foi a descoberta de 21 corpos enterrados no deserto do Atacama, no norte do país, próximos de um campo de prisioneiros, em Pisagua. As condições secas do deserto mantiveram os corpos bem preservados. Ficou evidente que eles tinham sido amarrados e vendados antes da execução. Ainda se podiam discernir expressões de horror e desespero em alguns rostos. Os corpos foram rapidamente identificados porque se encontraram carteiras de identidade e cartas pessoais para as famílias. Sob a nova administração democrática, as pessoas ousaram falar. Descobertas semelhantes foram feitas em outras partes do país. Pinochet ficou impassível. Quando se exumaram dois ou mais corpos de uma única cova, ele elogiou com sarcasmo a "boa economia" dos matadores.

Antecipando o clamor público pela instauração de processos contra os perpetradores desses crimes, o presidente Aylwin decidiu criar uma Comissão de Verdade e Reconciliação para reunir indícios sobre as pessoas consideradas desaparecidas ou assassinadas durante os anos de Pinochet. O Exército rejeitou a comissão, argumentando que só um tribunal judicial tinha autoridade para investigar. Os leais a Pinochet ressuscitaram os rumores sobre o "Plano Z", suposto complô de Allende para eliminar o alto comando das Forças Armadas – uma peça de contrainformação ostensivamente propagandística e desacreditada –, e desfiaram elaboradas versões a respeito da situação do Chile antes do golpe, as quais, supostamente, deveriam justificar as atrocidades cometidas depois.

No dia em que Aylwin anunciou a Comissão de Verdade e Reconciliação, também conhecida como Comissão Rettig – sobrenome do juiz que a chefiava, Raúl Rettig – Pinochet tentou falar com o presidente por telefone para expressar sua desaprovação. Aylwin decidiu não responder aos chamados insistentes do general. Porém, para amainar a situação, o presidente organizou um coquetel com os comandantes em chefe e o diretor dos Carabineros em 4 de maio de 1990. Pinochet não compareceu e mandou um representante. Na véspera do coquetel, Aylwin finalmente concedeu uma audiência a Pinochet. O general disse que o presidente lançara uma caça às bruxas contra as Forças Armadas e seu regime. Aylwin respondeu calmamente que as Forças Armadas não estariam em julgamento, mas que a verdade sobre o que tinha acontecido durante os últimos 17 anos teria de vir à tona.

Poucas semanas depois, quando o decreto oficial estabelecendo a comissão foi publicado, Pinochet divulgou uma declaração à imprensa na qual acusava a Comissão Rettig de ser um subterfúgio para uma *vendetta* contra o Exército e seu comandante em chefe. Aylwin, zangado, convocou Pinochet ao La Moneda em 28 de maio. A frota de Mercedes-Benz à prova de balas (na verdade, os

veículos pertenciam à Presidência da República; Aylwin usava um carro comum não blindado, ao passo que Pinochet tinha conservado todos os carros para seu uso próprio) não recebeu permissão de acesso à garagem subterrânea do palácio. Acompanhado por cerca de dez guardas-costas, o velho general foi obrigado a atravessar a pé um corredor de manifestantes diante do portão principal. As coisas não melhoraram nada dentro do palácio. Aylwin repreendeu Pinochet por se atrever a questionar ou discutir publicamente as decisões presidenciais. Ele exigiu que Pinochet dissolvesse a polícia secreta da CNI e deu ordens para que ele cooperasse com as investigações da Comissão Rettig.

Feitas as contas, foi uma experiência humilhante para o ex-ditador, que sentiu agudamente a perda dos símbolos do seu poder. O fato de não ter mais acesso ao estacionamento no subsolo do palácio o amargurou, como o amarguraram os insultos que teve de suportar dos manifestantes fora do palácio – que gritavam "Assassino!" enquanto ele passava. Pinochet queixou-se disso com Aylwin. "Não tem problema", disse-lhe o presidente. "Sempre que você desejar me dizer alguma coisa, venha à minha residência particular às oito da manhã. Ninguém precisa ficar sabendo." Depois disso, a comunicação entre os dois melhorou.

Aylwin me confidenciou numa entrevista que Pinochet, "um velho astucioso", sempre tentava ganhar algum terreno às suas expensas. "Ele, que detesta os Carabineros, me disse que eu estava malprotegido. Ofereceu-se para colocar a segurança da Presidência da República nas mãos do Exército. Queria fazer de mim uma espécie de prisioneiro", afirmou Aylwin. "Esse foi um dos seus truquezinhos diabólicos." Aylwin recusou a oferta.

Um dia, a esposa de Pinochet, Lucía, fez declarações políticas muito agressivas a uma revista. Aylwin chamou o general ao La Moneda e lhe disse asperamente que as palavras de sua mulher eram "absolutamente inaceitáveis para a esposa de um comandante em chefe do Exército".

"Por favor, nem me diga, senhor presidente. Quarenta anos! Há 40 anos eu sou casado!", respondeu Pinochet, levantando os braços para cima num gesto de completa impotência.

"A única coisa que me restou foi consolá-lo!", recordou-se Aylwin estupefato. "Ainda me lembro vivamente da imagem de Pinochet posando de vítima da esposa." Como dissimulador, Pinochet era "um artista", acrescentou.

O general temia, acima de tudo, que Aylwin tentasse alterar as tradições prussianas do Exército chileno. Em setembro de 1990, durante uma festa num clube privado, o general atacou severamente o Exército da Alemanha Oriental, dizendo que as reformas pós-guerra o haviam transformado num Exército de "maconheiros, homossexuais, cabeludos e sindicalistas". Aylwin repreendeu Pinochet por ameaçar potencialmente as relações do Chile com a Alemanha.

Em 4 de setembro, compareci ao sepultamento oficial de Salvador Allende. Foi muito comovente. Seu corpo foi removido de um túmulo sem lápide em Viña del Mar e levado ao Cemitério Geral, em Santiago. Vários dignitários internacionais acompanharam Tencha Bussi de Allende. Pinochet repudiou a cerimônia fúnebre, considerando-a armação política, e se recusou abertamente a permitir que o Exército prestasse as honras apropriadas a um presidente morto.

Durante a parada militar tradicional do Dia do Exército, em 19 de setembro, o presidente Aylwin e seu gabinete foram vaiados pelo público no palanque, em sua maior parte parentes das tropas em marcha. Mais tarde, em outro ato de insubordinação, o general Carlos Parera não pediu permissão a Aylwin para iniciar a parada, como era de costume. Depois desse incidente, Aylwin se recusou a promover Parera. Pinochet ficou do lado de seu companheiro de armas, e o impasse teve de ser resolvido pelo Escritório do Controlador Geral, cuja decisão favoreceu o governo.

Nesse mesmo dia, em Washington, D.C., na minha posição de embaixador junto à OEA, compareci a um coquetel em homenagem à missão do Exército chileno, que era chefiado pelo general Ramón Castro – que fora assessor de confiança de Pinochet e, na condição de secretário-geral, comprou a propriedade de El Melocotón para seu patrão em termos bastante suspeitos. O general Castro fez um discurso enaltecendo Pinochet e criticando fortemente a democracia. Fiquei indignado e me retirei sem esperar pelo champanhe. No anoitecer daquele dia, também abandonei a recepção do Dia do Exército em Fort McNair. O general Castro e sua esposa acompanharam a mim e à minha esposa até a porta do salão. Não pude resistir e, enquanto nossas esposas conversavam, puxei o general para o lado e lhe disse que tinha achado sua intervenção daquela manhã totalmente “imprópria e inaceitável”. “Eu e o senhor nunca vamos concordar sobre o passado do nosso país, com certeza. Mas temos de trabalhar juntos por um futuro comum”, acrescentei.

O general Castro abaixou ligeiramente a cabeça e colocou as mãos para trás, como se estivesse se curvando para um oficial superior, e pediu desculpas. “Não era minha intenção ofender nem criar constrangimentos para o senhor ou para o governo”, disse. Nunca mais tive problemas com o general Castro, tampouco o ouvi pronunciar outras palavras de crítica ao governo democrático e às suas autoridades, mesmo depois que o presidente Aylwin vetou sua promoção.

As tensões entre Pinochet e o governo democrático chegaram ao ápice em dezembro de 1990, quando uma investigação parlamentar descobriu pagamentos questionáveis feitos ao filho mais velho do ex-ditador. Augusto Pinochet Jr. recebera cheques que totalizavam três milhões de dólares, em 1989, quando o Exército comprou uma pequena fábrica de rifles, a Valmoval, embora ele não

fosse um dos donos da empresa. Segundo o líder conservador Andrés Allamand, o Exército, em seu testemunho perante o Congresso, deu explicações “parciais, contraditórias e em alguns casos inacreditáveis” para os pagamentos. O general Pinochet foi envolvido em pelo menos algumas fases da transação. O escândalo, conhecido como “pinocheques”, se desdobrou rapidamente num clamor pela renúncia de Pinochet.

O general Jorge Ballerino sugeriu então que Pinochet mostrava-se inclinado a abreviar seu mandato de comandante do Exército. Para evitar qualquer confusão, ficou decidido que Pinochet e Aylwin conversariam em particular sobre a delicada questão.

O político conservador Sergio Onofre Jarpa arranjou o encontro, mas nenhuma das partes mencionou o diálogo bizantino que teve lugar na ocasião. Em conversa posterior, Jarpa disse a Aylwin que Pinochet lhe confidenciara que o presidente não lhe dera “abertura para abordar a questão da reforma antecipada”. Aparentemente, nenhum dos dois quis ser o primeiro a levantar o assunto. É possível que Pinochet estivesse mesmo pronto a renunciar, e não só por causa do caso dos “pinocheques”. Ele perdera o controle sobre os outros setores das Forças Armadas e a polícia. Oficiais de alta patente do Exército, incluindo oficiais da CNI, tinham organizado uma coleta ilegal de dinheiro, publicamente denunciada depois do assassinato de um investidor que exigira seu dinheiro de volta. Para completar o quadro, o filho de um ex-chefe da Dina, o general Manuel Contreras, matou um oficial de alta patente da CNI durante uma discussão numa festa.

Mas, se estava cansado, Pinochet não estava derrotado. Ele só sairia segundo seus próprios termos.

Na manhã de 19 de dezembro de 1990, durante um encontro com o general Ballerino, o ministro da Defesa, Patricio Rojas, perguntou sobre a reforma antecipada de Pinochet. Ballerino respondeu que o general consideraria a possibilidade de se aposentar depois de terminado o mandato de Aylwin se recebesse certas garantias do governo, inclusive o direito de nomear seu sucessor como comandante em chefe do Exército. Rojas pensou que a data estava longe demais, porém concordou em voltar a falar no assunto. O general Ballerino, contudo, interpretou a conversa como se Pinochet estivesse sendo pressionado a renunciar. O general Guillermo Garín, ex-vice-comandante em chefe do Exército, me disse que a percepção de Pinochet era de que o ministro da Defesa estava propenso a afastá-lo. Mas, na versão narrada por Enrique Correa, secretário-geral do governo, estava claro que toda a ideia de encurtar o período de Pinochet no timão do Exército fora suscitada por Ballerino, e não por Rojas.

No mesmo dia, Aylwin seguiu o conselho de Pinochet e convidou os recém-

formados do curso de alto comando do Exército a trazerem as esposas para um coquetel comemorativo no Palácio de la Moneda. Foi a primeira e única vez que o presidente Aylwin e sua esposa, Leonor, estiveram com o general Pinochet e a esposa, Lucía. Foi um encontro constrangedor, mas não de todo desagradável. À noite, Aylwin devia comparecer à formatura de oficiais dos Carabineros.

O coquetel acabou por volta das três da tarde. Ao sair, Pinochet soube pela manchete do jornal vespertino *La Segunda* que o Conselho de Defesa do Estado – órgão independente encarregado de representar, defender e aconselhar o Estado em assuntos concernentes a seus interesses – decidira instaurar um processo contra seu filho. Mais ou menos na mesma hora, o ministro da Defesa encontrou-se novamente com o general Jorge Ballerino e expressou sua posição sobre o afastamento de Pinochet: ele não deveria sair depois de 15 de abril de 1991 e não teria autoridade para nomear o sucessor. Rojas acrescentou que esperava ouvir a resposta do general logo na manhã do dia seguinte.

Pinochet reagiu ordenando uma mobilização do tipo “Alerta 1”: em duas horas, 57 mil soldados e oficiais do Exército deviam estar em seus postos. O Exército chamou a operação de “exercício de coordenação e ligação”, e justificou-a fazendo referência a uma seção obscura dos regulamentos do Exército. Mas foi uma demonstração brutal de força, e seu significado era inequívoco. O ministro da Defesa chamou Pinochet e exigiu uma explicação.

“Se sou pressionado, eu ajo”, foi a resposta lacônica do general.

O presidente Aylwin já estava saindo para a cerimônia de graduação dos Carabineros quando soube do movimento de tropas. Foi aconselhado a cancelar a programação, mas decidiu comparecer. Pinochet, que combinara participar, não apareceu. Aylwin informou o socialista José Antonio Viera-Gallo, presidente da Câmara Baixa, que também estava na cerimônia, sobre a situação militar. Viera-Gallo se refugiou num humor patibular. “Isso quer dizer que nós, autoridades civis, estamos todos presos agora?”, perguntou secamente. “Nós estávamos muito assustados”, reconheceu Aylwin numa entrevista que fiz com ele anos mais tarde.

No entanto, aquele foi um movimento só do Exército, não recebeu adesão dos demais setores das Forças Armadas nem dos Carabineros. No dia seguinte, Aylwin convocou todos os comandantes em chefe e reuniu-se com eles a portas fechadas.

“Com que direito você faz coisas que causam enorme prejuízo à nação, ao prestígio do país no exterior?”, gritou ele com Pinochet, que, por sua vez, respondeu com explicações burocráticas, minimizando sua demonstração de força. Os outros comandantes expressaram pleno apoio à ordem constitucional.

No fim de janeiro de 1991, a investigação parlamentar sobre os “pinocheques”

terminou em anticlímax, com um relatório ameno que evitava mencionar Pinochet ou apontar o dedo para seu filho. Foi um momento triste, mas dois ministros-chave de Aylwin, Enrique Correa e Edgardo Boeninger, secretário-geral da Presidência da República, exerceram pressão por um resultado que salvaguardasse a transição para a democracia. Até hoje Correa suspeita que Pinochet, como tático brilhante que era, seguiu uma espécie de "abordagem dupla" para acabar com o assunto dos "pinocheques", fazendo circular a ideia de que desejava deixar seu posto mais cedo e, ao mesmo tempo, exercendo pressão com o exercício de coordenação e ligação.

Em fevereiro de 1991, a Comissão Rettig entregou seu relatório sobre violações aos direitos humanos durante o período Pinochet. O documento chocou a opinião pública com a contagem inicial de 2.115 pessoas assassinadas por agentes do Estado e 164 mortos por violência política, bem como pelas descrições explícitas das matanças e torturas praticadas pelas autoridades de segurança de Pinochet. Como era de se esperar, o relatório foi asperamente atacado pelo ex-ditador, que o qualificou de versão unilateral da história, carente de um exame sobre as causas da ação militar – embora seu ex-ministro da Educação, Gonzalo Vial, tenha minutado a seção do documento que tratava do contexto histórico. O Congresso formou, por lei, um pacote de reparações morais e materiais às famílias das vítimas. Além disso, criou-se a Corporação de Reparação e Reconciliação, para investigar novos casos de pessoas desaparecidas e assassinadas, completando o trabalho da Comissão Rettig. O governo de Nelson Mandela receberia apoio consultivo direto das autoridades chilenas quando reproduziu, na África do Sul, em 1995, a Comissão de Verdade e Reconciliação do Chile.

O relatório da Comissão Rettig era muito crítico em relação ao judiciário chileno sob o regime Pinochet, assim como foi crítico o presidente Aylwin quando, numa carta à Suprema Corte, expressou sua interpretação de que a lei de anistia de 1978 – perdoando todos os indivíduos que cometeram crimes durante o período do estado de sítio, de 11 de setembro de 1973 a 3 de março de 1978 – não podia ser aplicada até que os crimes por ela descritos tivessem sido completamente investigados.

Em 1992, a Suprema Corte, orientada pela opinião de cortes inferiores, em particular pelo juiz Juan Guzmán, resolveu que os prisioneiros políticos desaparecidos tinham sofrido "sequestro"; por conseguinte, como o sequestro é um crime em curso enquanto a morte da vítima não é certificada, a anistia não se aplicava a seus perpetradores. As investigações judiciais deveriam prosseguir. Como resultado disso, militares de alta patente, incluindo generais, começaram a ser acusados e processados por vários crimes contra os direitos humanos. Ao

mesmo tempo, a Suprema Corte ordenou a reabertura do caso Letelier. O juiz especial Adolfo Bañados foi indicado para a supervisão do caso. Bañados julgou o general Manuel Contreras, ex-chefe da Dina, e o coronel Pedro Espinoza, diretor de operações da agência. Condenou-os, em 1993, a sete e seis anos de prisão, respectivamente. “Eu não vou para a cadeia”, disse Contreras em tom desafiador, ao ser notificado da sentença. Ele estava pronto para resistir à Justiça.

PROBLEMAS DE SAÚDE MINAVAM A ENERGIA rebelde do general Pinochet (precisou colocar um marca-passo em decorrência de uma doença cardíaca). Ele começou aos poucos a se habituar à ideia de que era um subordinado do presidente. Contudo, Pinochet e seu séquito lutavam cada vez mais para assegurar seu legado histórico. O general buscou minimizar ou justificar o registro de seu reinado sangrento de terror. Queria sobretudo garantir que os livros de história se recordassem dele como o homem que levara a ordem e a modernidade ao Chile.

Em setembro de 1991, o general Pinochet me convidou oficialmente para participar de um seminário sobre políticas de defesa, na Academia de Guerra do Exército. Eu aceitei, e em 5 de setembro dei uma palestra sobre a relação entre política de defesa e política externa. Nunca esperei que Pinochet estivesse presente, mas ele chegou com pontualidade e tomou um lugar reservado para ele.

Fui muito franco em minha apresentação. Questionei o argumento de que as únicas exigências de uma política de defesa efetiva fossem recursos materiais e humanos. E quanto à democracia? – perguntei. E quanto ao prestígio e a coesão de uma nação? A capacidade coercitiva dos militares tinha de ser substituída por fatores de *soft power*,[1] da força econômica à coesão social. Ataquei a noção defendida por muitos oficiais militares de que “ideias estrangeiras” representam algum tipo de ameaça. O que são ideias estrangeiras? – perguntei. Na luta pela independência do Chile, nossos antepassados se inspiraram em ideias europeias. As noções universais de liberdade e igualdade nasceram em Paris, mas agora pertencem ao povo do mundo. A democracia nasceu na Grécia; o nacionalismo surgiu na Europa do século XIX. Nos anos recentes, nosso país recebeu ideias de Chicago, acrescentei. Num mundo global, as ideias são transnacionais – o desafio é adaptá-las às realidades locais. Minha plateia, formada sobretudo por oficiais do Exército uniformizados, recebeu minha conferência com um aplauso polido.

Durante uma pausa para o cafezinho, fui levado a uma sala e notei que Pinochet vinha em minha direção; aparentemente, queria me cumprimentar. Não consegui apertar a mão dele. Como diplomata, e por motivos de Estado, tive de lidar com um bom número de pessoas desagradáveis. Desta vez, porém, dei as

costas e iniciei uma conversa com um oficial de alta patente. Com o canto dos olhos, vi Pinochet se afastar. Essa foi a ocasião em que cheguei mais perto do homem que teve influência tão maligna sobre minha vida – e a vida de toda uma geração de chilenos. Algum tempo depois, Pinochet enviou-me uma carta assinada de próprio punho, em seu papel timbrado de "capitão general, comandante em chefe do Exército": "Gostaria de expressar minha consideração por sua valiosa participação no seminário sobre 'Políticas de defesa'. … O capitão general Augusto Pinochet deseja reiterar o agradecimento por sua importante contribuição profissional, aproveitando a oportunidade para transmitir sua mais alta consideração para com o senhor pessoalmente."

Por mais desgastado, por mais marginal que estivesse se tornando, Pinochet continuava com os jogos temerários de levar as ações ao limite. Ele jamais desafiou abertamente as autoridades civis, mas tirou vantagem de toda e qualquer oportunidade que teve para lembrar ao governo democrático que ainda tinha poder e obedecia principalmente a si mesmo.

Perto do final de 1992, estourou um imenso escândalo: o comitê assessor do comandante em chefe espionava sistematicamente a elite política, tanto no governo quanto na oposição moderada de direita.

O Comando de Telecomunicações do Exército, em Peñalolen, nos contrafortes dos Andes, vinha gravando conversas telefônicas e fazendo relatórios para o general Jorge Ballerino, chefe do CAS. Antes de sua dissolução, a CNI havia levado a cabo tantas operações de escuta telefônica que a Central mantinha um subordinado trabalhando na principal companhia telefônica local. Desde a dissolução da polícia secreta, uma nova unidade de espionagem fora criada, a qual respondia diretamente ao CAS. Uma de suas primeiras operações foi montada para prejudicar a campanha presidencial de Sebastián Piñera, empresário e direitista moderado.

No dia 26 de agosto, um domingo, Piñera era o convidado de um programa político de televisão. Ricardo Claro, o proprietário da rede, apareceu inesperadamente diante das câmeras e, para grande surpresa de todos, colocou para tocar a fita gravada de uma conversa entre Piñera e um conselheiro próximo, na qual discutiam planos para garantir que um jornalista amigo deles, presente no programa, pressionaria a rival política de Piñera, Evelyn Matthei, quando fosse a vez de ela de ser entrevistada. Foi um tremendo escândalo. Piñera admitiu que a conversa gravada acontecera; depois que suspendeu sua campanha presidencial ainda no começo, ele se dedicou em tempo integral a descobrir quem estava por trás da trama para derrubá-lo.

Todos suspeitaram do Exército, pois a instituição possuía a tecnologia para gravar telefonemas; outra suspeita foi a própria Evelyn Matthei, que de início

negou qualquer envolvimento. Vários meses depois, contudo, ela admitiu que tinha obtido a gravação do capitão Fernando Diez. O Exército tentou apresentar o caso como responsabilidade isolada do capitão Diez, que, depois de reconhecer seu papel, foi processado pelo Exército, mas não recebeu qualquer punição, sendo forçado mais tarde a pedir reforma. O auditor geral Fernando Torres Silva instruiu todos os demais militares envolvidos a negarem que tivessem gravado conversas entre civis ou que soubessem em que o capitão Diez se metera.

Mas a operação contra Piñera era apenas parte de um plano mais amplo de escutas clandestinas, como demonstrou uma investigação feita 15 anos mais tarde pela revista *Qué Pasa*. Todo dia o CAS recebia relatórios sobre grampos e gravações assinados pelo capitão Diez, que na verdade era encarregado da chamada IVª Companhia de Guerra Eletrônica. Ele servira na Dina e na CNI, e até trabalhara diretamente com Pinochet. Sua tarefa com os grampos, segundo uma fonte citada no processo, era "fornecer a Pinochet todos os elementos e critérios para lidar com o relacionamento militar-civil". Quando o presidente Aylwin exigiu ter acesso a toda a documentação concernente à investigação interna do Exército, Pinochet lhe disse, imperturbável, que os papéis haviam sido incinerados.

Em maio de 1993, último ano do mandato de Aylwin, o presidente foi à Suécia em visita oficial. O balanço dos quatro anos de governo democrático tinha sido excelente: a inflação fora reduzida de 32%, em 1989, para 12%, em 1993; o desemprego diminuíra para 6%, e o crescimento econômico era superior a 7% ao ano, com um aumento dos salários reais de 15%. Um editorial do *New York Times*, intitulado "Estimulando o sucesso no Chile", destacava que o governo Aylwin tinha "restaurado direitos sindicais, aumentado os gastos sociais e prometido indenização às vítimas da repressão. Nesse ínterim, o novo governo conduziu habilidosamente as relações com os militares e manteve a inflação baixa. Essa política angariou apoio para políticas de mercado e foi leal com os pobres". O comentário editorial terminava afirmando que "o Chile de hoje se destaca como um sucesso notável em meio a uma vizinhança desolada".

Alguns argumentavam que o Chile estava administrando sua economia de maneira eficiente, mas que a democracia era frágil, que o governo democrático fazia os "trens saírem no horário", mas que era uma democracia tutelada. A principal crítica era de que, embora Pinochet tivesse sido afastado da Presidência da República, ele ainda mantinha a democracia refém do seu posto-chave de comandante em chefe do Exército. A questão pendente dos "pinocheques", nas mãos de um Conselho de Defesa do Estado independente, demonstrou como Pinochet ainda podia causar desordem.

O Conselho decidiu abrir processo contra o filho do general, Augusto

Pinochet Jr. Inicialmente, o caso atraiu pouca atenção pública e se desdobrou com discrição. Mas, em seguida, em 28 de maio de 1993, *La Nación* estampou uma manchete de primeira página: “Caso dos cheques do filho de Pinochet é reaberto. Oito generais são intimados a depor.” Pinochet ficou apoplético. Cerca de 30 generais se reuniram com o comandante em chefe no prédio das Forças Armadas, e tropas em roupas de combate, inclusive as Forças Especiais, com suas boinas pretas, foram mobilizadas. O episódio ficou conhecido como o Boinazo. Da Suécia, Aylwin autorizou o vice-presidente Enrique Krauss a negociar com Pinochet.

Houve uma reunião na casa do general Jorge Ballerino em que Pinochet entregou ao governo uma longa e desordenada lista de exigências, entre elas uma nova e completa anistia para violações dos direitos humanos; o compromisso do governo de deixar intacta a Lei Orgânica das Forças Armadas; discrição especial na intimação judicial de oficiais militares aos tribunais e prisão especial para os condenados; e resolução de vários decretos e solicitações militares retidas pelo governo. As conversações foram realizadas entre o vice-presidente Krauss e o secretário-geral Henrique Correa, pelo lado do governo, e os generais Pinochet e Ballerino, pelo lado do Exército. Em 31 de maio, eles concordaram em formar uma comissão para estudar as questões pendentes. No último minuto, Pinochet exigiu ainda mais: o afastamento de Patrício Rojas, ministro da Defesa, e do subsecretario do Exército, Marcos Sánchez (Aylwin me disse que Pinochet teria cumprimentado o subsecretário apertando sua mão com força suficiente para machucá-lo). Krauss não precisou consultar o presidente Aylwin para negar a exigência de Pinochet quanto ao ministro Rojas. Em 1º de junho, a mobilização do Boinazo terminou.

Em 5 de junho, Aylwin retornou ao Chile e convocou Pinochet para um encontro tenso. “Suas ações não têm absolutamente nenhuma justificativa. Elas não são uma afronta pessoal. Elas prejudicam o país”, disse o presidente. Como de praxe, Pinochet minimizou a demonstração de força do Exército. “Creio que ele queria mostrar sua musculatura política, me obrigando a interromper a visita à Suécia”, disse-me Aylwin anos mais tarde.

Aylwin refletiu sobre as duas demonstrações de força militar de Pinochet, o “exercício de coordenação e ligação”, em 1990, e o Boinazo. “Pinochet não tinha nenhum meio para continuar a pressão depois do ‘exercício de ligação’, pois somente os interesses de sua família estavam em jogo”, disse Aylwin. “Mas no Boinazo ele tinha dezenas de oficiais do Exército intimados e processados pelos tribunais por questões de direitos humanos. … Assim, ele institucionalizou o escândalo dos cheques, cercando-o com assuntos que afetavam muitos oficiais de alta patente.” Foi por isso que Pinochet conseguiu algumas das coisas que

queria em 1993. O caso dos “pinocheques” foi transferido para um tribunal com menor visibilidade, em que logo foi abafado; Aylwin concordou em não mudar a Lei Orgânica das Forças Armadas, e o subsecretário do Exército foi transferido para um posto equivalente no Ministério da Justiça. Porém, depois do escândalo de espionagem, quase como para anular as pequenas vitórias de Pinochet, o CAS começou a desmoronar.

O ex-ditador vinha apostando que o primeiro governo da Concertação fracassaria, e ele seria chamado por exigência popular. Em dezembro de 1993, porém, o democrata cristão Eduardo Frei Ruiz-Tagle foi eleito presidente, derrotando Arturo Alessandri, o candidato da oposição de direita. Em 11 de março de 1994, Aylwin entregou a faixa presidencial a Frei Ruiz-Tagle numa cerimônia formal de posse no Congresso, à qual eu estava presente. Ao partir, Aylwin recebeu uma ovação de pé. Pinochet juntou-se ao aplauso, mas, ao contrário de Aylwin, ele continuava em seu posto. O presidente Aylwin mais tarde comparou a situação em que se viu em relação a Pinochet àquela do primeiro presidente eleito da Espanha, caso Franco ainda estivesse vivo e comandando o Exército.

ÀMEDIDA QUE O PODER DE PINOCHET MINGUAVA, o modelo econômico de Chicago ganhava terreno além das fronteiras do Chile. O efeito demonstração da experiência de Pinochet influenciou países tão diversos quanto o Peru e a Federação Russa. No Peru, o presidente Alberto Fujimori adotou muitas das reformas orientadas para o mercado que haviam sido implantadas por Pinochet, e, com elas, decretou uma série de medidas progressivamente autoritárias, tanto que ganhou o apelido de “Chinochet” (ele era chamado de “Chino”, por causa de sua origem asiática). Afinal, Fujimori foi forçado a sair do governo, mas seus sucessores continuaram no caminho das reformas de livre mercado inspiradas no modelo chileno.

Como a queda do Muro de Berlim, a desintegração da União Soviética e o colapso dos regimes comunistas na Europa oriental abriram caminho para outras estratégias econômicas, uma atenção crescente concentrou-se nas políticas econômicas do regime Pinochet. As novas autoridades tchecas e polonesas entraram em contato com Hermán Büchi, o último ministro das Finanças de Pinochet, em busca de aconselhamento sobre privatizações e formas de lidar com bancos estatais falidos. O instituto conservador Liberdade e Desenvolvimento recebeu cerca de 20 economistas da ex-União Soviética para uma conferência, em 1992.

O regime de Pinochet, que combinava medidas políticas autoritárias e

políticas econômicas liberais orientadas para o mercado, foi apresentado como um paradigma. No final dos anos 1990, ouviu-se o primeiro-ministro da Federação Russa, o ex-general Sergei Stepashin, declarar: “Há quem me compare com Pinochet. Não, eu não sou o general Pinochet.” Outra figura popular na política russa em meados dos anos 1990 foi Aleksandr Lebed, também ex-general que, segundo o *New York Times*, “pediu a restauração da ordem no seu país caótico citando o exemplo do general Augusto Pinochet no Chile”. De fato, formou-se uma organização em Moscou com o nome “Pinochet para a Rússia”, a qual, segundo a filha de Pinochet, Lucía, solicitava regularmente livros e outros materiais da Fundação Pinochet.

Embora os partidos de direita estivessem cada vez mais acomodados com a decadência do velho soldado, eles queriam acima de tudo preservar e incrementar o modelo econômico identificado com ele. A maioria das ditaduras militares da América Latina nos anos 1970 tinha gerido economias desastrosas. Apesar de seus altos e baixos, sob Pinochet, a economia do Chile saíra da depressão e ingressara no caminho do desenvolvimento econômico sustentado.

Um dos componentes mais exportados do modelo de Pinochet foi o sistema de pensões de capitalização individual. Sobretudo graças ao seu incansável fomentador, José Piñera (ministro do Trabalho de Pinochet), o sistema de pensões privadas foi adotado por países tão diversos quanto Peru, México e Eslováquia. George W. Bush, partidário entusiástico do modelo de pensões chileno, convidou Piñera para jantar na mansão do governo no Texas em Austin, a fim de discutir a privatização da Previdência Social. Segundo uma conversa que tive com Piñera, Bush disse que mudar o sistema de pensões nos Estados Unidos – do modelo de participação para um sistema de contas de aposentadoria individuais financiadas privadamente – era “a questão mais importante que a nação enfrentava”.

Quando Bush concorreu à Presidência da República em 1999, ele listou a composição das contas de investimento privado na Previdência Social como um de seus principais objetivos. Bush caracterizou o sistema chileno como “um grande exemplo”, acrescentando que os Estados Unidos podiam “receber umas lições do Chile”. Depois de eleito, ele nomeou uma comissão para apresentar propostas específicas. Os ataques terroristas de 11 de setembro, a Guerra do Iraque, a oposição ampla à ideia de privatização da previdência, sem falar das múltiplas insuficiências do sistema chileno (que forçaram a administração de Michele Bachelet a empreender uma reforma essencial do modelo previdenciário), empurraram a questão para o segundo plano.

A experiência econômica chilena tornou-se o fundamento do chamado Consenso de Washington – um pacote de dez políticas de livre mercado

concebido pelo economista britânico John Williamson e desde então adotado pelas principais instituições financeiras multilaterais para orientar o desenvolvimento das nações emergentes com regimes autoritários e economias controladas pelo Estado. Quando eu estava em Washington em 1992, como embaixador do Chile na OEA, frequentei um seminário no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Vários economistas perguntaram se a experiência chilena podia ser reproduzida em outro lugar sem o auxílio da mão de ferro de Pinochet. Num debate acalorado, argumentei que o fato de o desempenho econômico chileno com o regime democrático ser muito melhor do que na era Pinochet sugeria que sim, que era possível.

Além disso, argumentei que, ao mesmo tempo que o governo de Concertação no Chile concordava que era importante desenvolver uma "economia de mercado" forte, ele jamais aceitaria deixar correr solta uma "sociedade de mercado". O neoliberalismo presumia que o Estado deve ser reduzido para impedir que tivesse a capacidade de intervir na livre interação do mercado. Mas a evidência era que, ao contrário, precisávamos de um Estado forte concentrado em políticas sociais, para criar oportunidades para todos, em específico nas áreas de educação e saúde. A desigualdade aprofundada pelas políticas ortodoxas de Chicago era um obstáculo tão grande ao crescimento econômico sustentável quanto as reformas econômicas básicas inacabadas.

Assim, até que ponto era bem-sucedido o modelo econômico de Pinochet, a grande inspiração do Consenso de Washington?

O modelo vigente durante os 17 anos de Pinochet teve duas fases claras. A primeira foi de 1975 a 1980, quando, depois que o almirante José Toribio Merino convenceu o ditador de que a ortodoxia de Chicago poderia resolver os problemas do Chile, se implantaram privatizações e reformas de mercado na mais plena extensão A segunda fase foi de 1985 a 1989. Teve lugar sob a orientação de Büchi, ministro das Finanças, quando o modelo do livre mercado foi retomado, com uma segunda onda de privatizações e o boom puxado pelas exportações (de produtos que iam desde frutas frescas até madeira e papel), mas temperado por uma dose considerável de pragmatismo keynesiano, incluindo a manutenção heterodoxa de tarifas altas em certos setores, garantias de preços para determinados produtos selecionados, subsídios para exportações, subsídios para devedores em dólar, conversão de dívidas com taxas especiais de câmbio e outras medidas.

Um estudo do economista Andrés Sanfuentes demonstrou que, entre 1973 e 1989, o crescimento anual do PIB alcançou uma média de 3,5%, mas que o crescimento do PIB *per capita* permaneceu abaixo dos 2%, bem inferior às taxas de crescimento históricas do Chile. Uma comparação que os economistas

Patricio Meller, Sergio Lehmann e Rodrigo Cifuentes fizeram dos indicadores econômicos e sociais sob Pinochet e sob Aylwin revelou que os 3,5% de crescimento do PIB de Pinochet ficam ofuscados diante dos 6,3% de Aylwin entre 1990 e 1993. A taxa de investimento doméstico durante o reinado de Pinochet (1974-89) chegou a 18,7%, comparada com os 24,8% de Aylwin. O desemprego era relativamente alto durante os anos de ditadura, só melhorando perto do final da década de 1980. A inflação, que chegou a de 32% no último ano do mesmo período, jamais esteve sob pleno controle. A pobreza afetava 39% da população nos últimos anos de Pinochet. A desigualdade em 1990 era muito mais profunda que em 1970, pois as reformas levaram a uma ampliação da disparidade preexistente entre ricos e pobres. Em resumo, concluiu Cifuentes, "os resultados econômicos de 17 anos de ditadura foram medíocres, claramente não exportáveis".

Quais *eram* os méritos do modelo chileno, então?

Em primeiro lugar, ele mudou os valores prevalecentes. Surgiu um espírito empresarial; como nunca antes, os chilenos começaram a produzir e a exportar bens e serviços não tradicionais. A motivação do lucro passou a ser legitimada na sociedade chilena, assim como, talvez em excesso, o impulso de consumo. Em segundo lugar, apesar de Pinochet não ter conseguido baixar a inflação para um só dígito, ela foi drasticamente reduzida, e a hiperinflação tornou-se coisa do passado. Em terceiro, o crescimento impulsionado pela exportação, no final da década de 1980 era sustentável e levou a um superávit da balança de pagamentos. Em quarto, a restauração e o desenvolvimento de mecanismos de mercado tornaram a economia mais elástica e adaptável.

Mas o verdadeiro milagre econômico na verdade ocorreu sob a democracia, quando as fundações lançadas no período Pinochet foram desenvolvidas com total respeito ao estado de direito, com imprensa livre e crítica, com um Congresso em funcionamento, sindicatos trabalhistas livres, ONGs e partidos políticos ativos. Em dezembro de 2000, os Estados Unidos e o Chile iniciaram negociações para um acordo de livre-comércio bilateral – a primeira conversação desse tipo empreendida por Washington desde o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte, de 1993 – que seria impensável sob o regime Pinochet. O pacto foi assinado em junho de 2003, durante a administração de Ricardo Lagos, e levou a uma expansão substancial do comércio e dos investimentos bilaterais. Acordos de comércio semelhantes foram feitos com a União Europeia, o Japão, a China, a Índia e vários parceiros latino-americanos.

Em 2003, John Williamson revisou o Consenso de Washington, argumentando que, para retomar o crescimento econômico os países tinham de "completar e complementar as reformas inicialmente introduzidas no final da década de 1980

e começo da de 1990". Williamson sublinhou a necessidade "de reduzir a vulnerabilidade a crises, completar a liberalização … e incluir preocupações de distribuição de renda em seus pacotes políticos". Mais uma vez, o Chile, cujos registros de crescimento eram os melhores da região na época, "tem de ser um ponto de referência para a América Latina", disse Williamson. Em 2004, o país, segundo o Relatório Mundial de Competitividade, tinha triplicado o tamanho de sua economia em 20 anos, crescendo três vezes mais que a Argentina, o Brasil ou o México. A taxa de pobreza, que chegava a mais de 40% em 1990, caíra para 18% em 2004. A dívida pública baixara de 100% do PIB em 1986 para apenas 12% em 2004.

Alguns, particularmente os partidários de Pinochet, temeram – ou esperaram com cinismo – que a democracia trouxesse de volta políticas econômicas irresponsáveis, o que resultaria em diminuição dos investimentos estrangeiros e da poupança doméstica; isso, por sua vez, incitaria todo tipo de medidas socioeconômicas populistas e irrefletidas, que levariam inexoravelmente à hiperinflação e à instabilidade. Mas aconteceu o oposto. O governo democrático dos presidentes Patricio Aylwin, Eduardo Frei Ruiz-Tagle e Ricardo Lagos melhorou o desempenho econômico da nação em geral, ao mesmo tempo em que promovia políticas sociais vigorosas para lidar com a pobreza e a desigualdade.

Mas os críticos do Chile estavam certos sobre uma coisa. Enquanto o país administrava sua economia com eficiência, a democracia ainda era frágil. Embora a ditadura de Pinochet tivesse acabado, o general ainda era o comandante em chefe do Exército, posição que lhe permitia provocar consideráveis estragos.

O enfraquecido Pinochet, que deveria se reformar em março de 1998, deu-se relativamente bem com o presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle, que assumiu o posto em março de 1994. O general começara a aceitar que seria impossível interferir nos processos contra militares de alta patente na vigência de um governo democraticamente eleito – sem falar em decretar uma nova anistia. Mas sua preocupação principal continuava a ser o controle de danos, em primeiro lugar para si mesmo e sua família, mas também para seus homens.

O principal problema civil-militar durante esse período surgiu da decisão da Suprema Corte sobre as sentenças dadas no caso Letelier, também conhecido como "caso dos passaportes falsos". Em 10 de maio de 1995, a Suprema Corte confirmou a decisão da instância inferior que condenava Manuel Contreras a sete anos de prisão, e o coronel Pedro Espinoza a seis. Para Pinochet, era inaceitável que oficiais de alta patente do Exército pudessem ficar confinados em prisões comuns, mas o governo Frei não permitiria que Contreras e Espinoza cumprissem suas sentenças em bases militares.

Em consulta a seus ministros políticos e ao ministro da Defesa, Edmundo Pérez, o presidente Frei decidiu que a solução seria construir uma prisão especial para ex-oficiais militares condenados por crimes contra direitos humanos. O local escolhido foi Punta Peuco, ao norte de Santiago. O único problema era que Ricardo Lagos, ministro das Obras Públicas e líder dos partidos de esquerda da coalizão de governo, não foi consultado; pediram-lhe meramente para colocar sua assinatura no decreto que autorizava a construção do cárcere. Lagos se recusou, alegando preocupações éticas. Militares condenados deveriam cumprir suas penas em prisões regulares, sob as regras vigentes para os demais prisioneiros, argumentou ele. Em decorrência da crise, o ministro da Defesa disse que Lagos devia sair do gabinete. Os líderes socialistas e o PPD, porém, responderam que, se ele fosse destituído, todos os ministros socialistas e do PPD renunciariam, criando um terremoto de proporções maiores na aliança governista.

O impasse afinal foi resolvido pela preparação de um decreto especial que continha uma engenhosa brecha. Segundo o novo documento, oficiais militares cumpririam suas penas em prisões regulares como determinado pelo Serviço Nacional de Prisões – que tinha autoridade para construir novos cárceres destinados a acomodá-los, se necessário. A prisão de Punta Peuco foi construída em tempo recorde.

Mas Contreras declarou que não iria “para nenhuma cadeia enquanto não houvesse justiça de verdade”, e foi cuidar da sua fazenda no sul do Chile. Os tribunais determinaram que a pena de prisão a ele imposta devia ser cumprida. Contreras mudou-se da sua fazenda para a caserna do regimento Sangra, em Puerto Montt, depois para a caserna do regimento Arauco, em Osorno, e depois para o hospital da Marinha, no porto meridional de Talcahuano. Após uma sucessão de eventos dignos de novela, que fez subir a pressão sanguínea de todo o país, ele foi transferido de helicóptero de Talcahuano para Santiago e, às duas da manhã de 21 de outubro de 1995, entrou na prisão de Punta Peuco para cumprir sua sentença.

Ao longo de todo esse episódio, Pinochet fez seu habitual jogo pragmático de ficar em cima do muro. Queixou-se publicamente de que Contreras havia enfrentado “um tribunal fabricado, semelhante ao de Nuremberg, por motivos políticos”. O general declarou acreditar que Contreras era inocente. Mas, ao mesmo tempo, insistiu que o Exército não podia impedir nem retardar decisões da Suprema Corte. Durante os momentos mais difíceis da crise, Pinochet viajou para o exterior em negócios oficiais.

O caso dos “pinocheques” estava adormecido, mas não morto. Em meados de 1995, o Conselho de Defesa do Estado decidiu requerer a reabertura do processo

para que se pudessem formalizar as acusações contra os envolvidos, inclusive Pinochet Jr. Em 14 de julho, o tribunal negou o pedido do Conselho de Defesa do Estado e ordenou a suspensão temporária do caso. Depois disso, o Conselho de Defesa do Estado anunciou que ia apelar para um tribunal superior. A reação de Pinochet foi instantânea. Em 22 de julho, com sua autorização, mais de mil oficiais e soldados da ativa, acompanhados por suas famílias, reuniram-se na frente da prisão de Punta Peuco. O *Peucazo*, como seria chamado o protesto, foi uma boa maneira de Pinochet matar dois coelhos com uma só cajadada: mostrar contrariedade pela reativação do caso dos "pinocheques" e expressar indiretamente sua solidariedade ao general Contreras.

Frei não quis enfrentar duas crises envolvendo Pinochet ao mesmo tempo. A prioridade do governo era garantir que Contreras ficasse na prisão, como fora ordenado pela Suprema Corte. Por conseguinte, o presidente Frei telefonou para o presidente em exercício do Conselho de Defesa do Estado e, em seu característico estilo firme, disse-lhe que o apelo no caso dos "pinocheques" poderia colocar a democracia em perigo. Ao mesmo tempo que reconhecia e respeitava a independência do conselho, Frei pediu que ele acatasse a decisão do tribunal inferior de Santiago.

Mais uma vez, o caso teve de passar por uma negociação entre Pinochet e o ministro da Defesa. O general reiterou o desejo do Exército de acabar com a instauração de processos por violação de direitos humanos envolvendo oficiais militares; ele solicitou que o presidente perdoasse Contreras e Espinoza quando eles completassem metade do tempo de prisão; exigiu mais uma vez que ex-oficiais de alta patente cumprissem as penas sob custódia militar; e pediu aumento dos salários institucionais. O governo concordou em aumentar os salários; ambos os lados concordaram que os oficiais pudessem cumprir suas penas em prisões administradas conjuntamente pelo Exército e o Serviço Nacional de Carceragem.

O governo Frei tentou deslocar o foco do seu relacionamento com Pinochet e o Exército para questões profissionais. Em 1996, participei pessoalmente de um encontro estimulante e sem precedentes entre oficiais de alta patente de todos os setores das Forças Armadas e civis em postos-chave, coordenado pelo ministro da Defesa, cujos resultados foram oficialmente entregues ao presidente Frei como o primeiro *Livro branco da defesa nacional do Chile*. Foi minha primeira experiência de diálogo frutífero e genuíno entre autoridades civis e militares de alta patente. Outros países da América do Sul seguiram o exemplo do Chile. Nessa mesma linha, esforços foram feitos para reduzir e modernizar o Exército e para desenvolver uma infraestrutura de conexão com regiões isoladas, em particular na Patagônia, questão geopolítica de especial interesse para Pinochet.

O presidente Frei também convocou uma importante mesa-redonda – chamada Mesa de Diálogo – entre representantes dos comandantes em chefe das Forças Armadas e advogados de direitos humanos, figuras religiosas e líderes de opinião independentes para lidar com a questão dos prisioneiros políticos desaparecidos – estabelecer o que tinha acontecido e onde estavam os corpos, progredindo rumo à conciliação nacional. A incitativa foi bem-sucedida quanto à facilitação da convergência e uma troca genuína de opiniões entre militares e a comunidade dos direitos humanos, mas ficou amplamente desacreditada quando grande parte das informações reunidas sob seus auspícios a respeito da localização de restos humanos mostrou-se inexata.

Durante esse período, ocorreu um fenômeno estranho. Pinochet procurou políticos socialistas para falar sobre segurança nacional e vários outros assuntos. Segundo diversas fontes, ele parecia nutrir um sentimento de ódio e admiração pelos socialistas. "O general fazia questão de dizer em público que estava lendo Antonio Gramsci para compreender melhor o socialismo, pois acreditava que todos os socialistas tinham passado do 'marxismo' para o 'gramscianismo'", disse-me o senador socialista Jaime Gazmuri, que, como membro do Comitê de Defesa do Senado, tinha contatos regulares com o chefe do Exército.

Em 30 de maio de 1996, um grupo de oficiais de alta patente, devidamente autorizados por Pinochet e pelo general Juan Emilio Cheyre, participou de um seminário sobre "Forças Armadas e transições políticas", organizado pelo Instituto Ortega y Gasset, em El Escorial, na Espanha. O principal objetivo do encontro era estabelecer um diálogo entre o Exército e líderes socialistas como Ricardo Lagos, Camilo Escalona, Jaime Gazmuri e Enrique Correa. De volta ao Chile, os oficiais deram conhecimento a Pinochet sobre os debates do seminário; ele, "num tom semi-irônico, fez comentários sobre 'nossos amigos socialistas'", disse-me o general Carlos Molina, que participou do evento.

Pinochet desejava ter legitimidade e sabia que só podia obtê-la dos antigos inimigos, não dos direitistas, que sempre o apoiaram, e nem sequer dos democratas cristãos. "Pinochet precisava fechar um ciclo da história: ele havia ordenado o assassinato de líderes socialistas – alguns dos quais tinham considerado o general um amigo – e agora ansiava por nosso respeito", refletiu o senador Gazmuri numa conversa que tivemos. Era uma aspiração irrealista, dada a falta de arrependimento de Pinochet em relação aos crimes contra os direitos humanos cometidos sob sua autoridade.

Como o patrício Aylwin, o presidente Frei receberia Pinochet muitas vezes em sua casa para falar de assuntos delicados. Frei me disse que "Pinochet sempre levava um caderno de escola para essas conversas. Se não conseguisse o que queria, ele riscava o item no caderno, dizendo: 'Isso nunca esteve na agenda.'"

Lenta e cuidadosamente, o governo Frei começou a discutir com Pinochet a data de sua aposentadoria. Em princípio estabeleceu-se um acordo: ele sairia em dezembro de 1997, ainda que a Constituição o autorizasse permanecer comandante do Exército até março de 1998. Então ele se tornaria senador vitalício. Frei e Pinochet concordaram que seu sucessor no comando do Exército seria o general Ricardo Izurieta, oficial altamente competente de uma família tradicional no Exército, sem manchas de violação dos direitos humanos em seu registro. Além disso, Pinochet tinha prometido a Frei levar com ele para a aposentadoria todos os "generais questionáveis" em termos de direitos humanos.

Mas, com a aproximação da data da reforma de Pinochet, parlamentares e organizações de direitos humanos começaram a criticar duramente seu novo status no Congresso. A data de seu afastamento foi adiada para 27 de janeiro. No meio das férias de verão chilenas, a ida de Pinochet para a reserva e seu novo papel de senador vitalício teriam menos impacto, acreditava-se. Mas os ataques contra ele continuaram. O general respondeu ao seu próprio estilo, declarando que tinha informações sobre alguns de seus críticos e que podia divulgá-las.

A ameaça de Pinochet botou lenha na fogueira. Um grupo de congressistas democratas cristãos propôs o impeachment de Pinochet, por ter fracassado no cumprimento de seus deveres de comandante do Exército de 1990 a 1998. A acusação não mencionava sequer uma palavra sobre a ditadura; a moção foi finalmente derrotada no Congresso. Furioso, Pinochet anunciou que ficaria em seu posto até o último dia do mandato, o que ele fez. Em 10 de março de 1998, entregou o posto de comandante em chefe que havia ocupado desde que Allende o nomeara, quase um quarto de século antes. O general Izurieta recebeu o bastão de comando do presidente Frei e, de Pinochet, uma réplica da espada de Bernardo O'Higgins. A voz do velho soldado fraquejou enquanto ele virava essa página da história e iniciava uma nova etapa de sua vida. Do lado de fora, alastravam-se batalhas de rua entre manifestantes anti-Pinochet e alguns dos antigos leais ao general. Mesmo ao retirar-se, Pinochet continuava a dividir o Chile.

Quando foi para a reserva, o general de 82 anos era o militar da ativa mais velho no mundo, tendo servido por 65 anos. Pinochet foi nomeado comandante emérito vitalício do Exército e recebeu um contingente considerável de guarda-costas militares, veículos e até uma ambulância. No dia seguinte, entrou no Senado como civil, escoltado por uma espécie de guarda pretoriana de parlamentares de direita que serviram ao seu regime em diferentes funções. Foi uma cena embaraçosa.

Senadores socialistas, do PPD e do Partido Radical colocaram fotografias de Allende, de Letelier, do general Prats e outras vítimas da ditadura sobre suas

mesas. Depois, membros da Câmara Baixa entraram usando faixas negras no braço e carregando fotos de prisioneiros políticos desaparecidos. Logo reinava o caos, com insultos gritados de um lado para o outro dos corredores, empurra-empurra, gritos da galeria, a sineta do presidente do Senado pedindo ordem, e Pinochet calmamente sentado na última fila, com um sorriso desdenhoso. Do lado de fora do Congresso, manifestantes protestavam nas ruas. No dia seguinte, a imprensa mundial noticiou a dura recepção a Pinochet.

O senador vitalício estava interessado na imunidade legal que acompanhava sua nova posição, e não em ser legislador. Ele compareceu a muito poucas sessões, passando a maior parte do tempo na Fundação Augusto Pinochet – um presente surpresa de um grupo de empresários e antigos assessores –, onde tinha uma equipe e um gabinete com uma duplicata exata da escrivaninha presidencial do Palácio de la Moneda. Mas Pinochet preocupava-se profundamente com o respeito que recebia de seus pares. Ele havia decretado feriado nacional no dia 11 de setembro, em comemoração ao golpe, e isso tinha grande significado para ele e seus partidários. Quando se aproximava o dia 11 de setembro de 1998, porém, ocorreu um debate no Congresso sobre a extinção do feriado nacional. No fim do dia, a votação ainda estava empatada. Pinochet se preocupava porque um dos senadores indicados que apoiava a manutenção do feriado tinha insinuado que podia mudar seu voto na manhã seguinte para romper o impasse.

Pinochet foi falar com o presidente do Senado, Andrés Zaldívar. “Quero fazer um acordo com o senhor”, disse. “Por que não ficamos corresponsáveis por um decreto, daqui a uma ou duas semanas, que elimine o feriado do dia 11 de setembro em troca de um dia de unidade nacional?” Zaldívar se recusou a adiar o assunto duas semanas, e eles concordaram em minutar um decreto a vigorar dentro de 24 horas.

No dia seguinte, quando a sessão estava prestes a começar, Pinochet não apareceu. Zaldívar abriu a minuta do acordo para assinaturas de corresponsabilidade; enquanto isso, um mensageiro do Senado enviado para procurar Pinochet o encontrou no restaurante do Congresso, comendo um sanduíche. Ele voltou ao plenário no último minuto, garantindo que o seu seria o último endosso ao decreto; ele o assinou com um sorriso, e então se aproximou do pódio presidencial com o papel na mão. O presidente Zaldívar se levantou e adiantou-se para receber o documento, mas Pinochet o seguiu e, num gesto inesperado, teatral, quando começou o processo de aprovação do decreto, sentou-se na cabeceira da mesa. No dia seguinte, as fotografias dos jornais mostravam Pinochet sentado perto do presidente do Senado, aparecendo como o político-estadista que viabilizara um importante acordo para eliminar um feriado que dividia os chilenos.

Em setembro de 1992, Pinochet tinha declarado que ia celebrar a data de 11 de setembro “até o dia em que morrer”. Mas em 1998 a situação era diferente. “Eu ia perder de qualquer modo”, admitiu numa entrevista. “Estabeleci o feriado e quis ser eu a anulá-lo.” Não muito depois, Pinochet decidiu visitar Londres. Ele adorava viajar, e Londres era sua cidade favorita no mundo. Mas isso logo mudaria.

[1] Conceito formulado pelo professor de relações internacionais de Harvard, Joseph Nye Jr., em meados da década de 1980, no livro Soft Power: The Means to Success in World Politics. Designa a habilidade de um Estado para influenciar indiretamente o comportamento ou os interesses de outros Estados por meios culturais e políticos. Contrasta-se com o hard power, caracterizado pelo uso da força. (N.T.)

8. Perdido em Londres

AQUELE FOI O PIOR PESADELO DE PINOCHET. Em 16 de outubro de 1998, o ex-ditador, pesadamente sedado, dormia na suíte 801, no oitavo andar da clínica London, recuperando-se de uma cirurgia que fizera nas costas. De repente foi acordado por uma enfermeira quando 12 policiais, conduzidos por dois detetives, Andrew Hewett e o sargento David Jones, do grupo de extradição da Divisão de Crime Organizado da Scotland Yard, invadiram seu quarto. Pinochet sentou-se na cama enquanto o sargento Jones lhe exibia o distintivo.

A tradutora da polícia apresentou os detetives. Quando ela acabou, o sargento Jones entregou-lhe um mandado internacional de busca e apreensão. “O senhor está preso”, disse, e então leu os direitos do prisioneiro.

“Eu vim para cá em missão secreta!”, reagiu Pinochet, com toda a autoridade que pôde reunir.

“Que tipo de missão?”, indagou o detetive.

“Tenho passaporte diplomático e imunidade”, apressou-se a dizer o general. “O senhor não pode me prender! Isso é humilhante e inaceitável. É vergonhoso que eu seja submetido a este tipo de tratamento!”

Jones procedeu à leitura do mandado de prisão, que mencionava os assassinatos perpetrados no Chile desde 11 de setembro de 1973.

“Isto é absolutamente ilegal!”, gritou Pinochet. “Eu sei quem está por trás disso: é aquele bastardo comunista, o Garcés!”

Os policiais tinham o controle total da situação. O capitão Juan Gana, da escolta de segurança de Pinochet, foi instruído a esperar do lado de fora da clínica. O telefone do general foi desligado e a televisão levada para fora do quarto.

O capitão Gana telefonou para o chefe da segurança de Pinochet e deu a notícia. Este, por sua vez, ligou para o adido militar na embaixada chilena em Londres, general Oscar Izurieta, que correu para a clínica. O embaixador Mario Artaza, representante do Chile na Grã-Bretanha, estava vendo televisão, pronto para ir para a cama, quando o general Izurieta lhe telefonou com as novidades. Artaza ligou para o ministro das Relações Exteriores em Santiago, José Miguel Insulza, que estava prestes a se apresentar num programa de televisão. Não houve tensão na conversa. Foi um diálogo “prosaico”, como o embaixador o descreveu para mim anos mais tarde.

Insulza pediu a Artaza para saber o que podia ser feito e pediu-lhe que entrasse em contato com o vice-ministro das Relações Exteriores, Mariano Fernández, que acompanhava o presidente Eduardo Frei numa visita a Portugal. Artaza prometeu telefonar novamente assim que tivesse outras informações.

Depois de desligar o telefone, Artaza se vestiu para sair. Mal podia acreditar no que estava acontecendo. Ao mesmo tempo, percebeu que já vinha notando sinais relativos a Pinochet no horizonte. Uma semana antes recebera telefonemas urgentes de dois ministros, de Santiago, dizendo que tinham ouvido rumores de que Pinochet havia morrido na mesa de cirurgia. Enquanto ia para a clínica, Artaza – meu amigo de longa data e colega muito próximo – pensava sobre as ironias da vida. Ele era membro do Partido Socialista, fora expulso do serviço diplomático pouco depois do golpe de 1973 e reincorporado 15 anos depois, quando a democracia voltou ao Chile; tinha parentes próximos que haviam sido vítimas do regime de terror de Pinochet. Contudo, era ele quem corria agora para resgatar o ditador.

Chovia forte quando chegou à clínica. Do lado de fora, protegido da chuva por andaimes de construção erguidos diante do prédio, estava o general Izurieta, adido da Marinha chilena e médico pessoal de Pinochet. O embaixador tocou a campainha, e um policial da Scotland Yard abriu a porta. Artaza pediu para ver Pinochet, mas não foi autorizado, assim como os outros antes dele. Por intermédio do funcionário de plantão no Ministério das Relações Exteriores, o embaixador entrou em contato por telefone com Henry Hogger, chefe diplomático para a América Latina, que por sua vez ligou para o detetive responsável na clínica. Minutos mais tarde, Artaza caminhava por um corredor mal-iluminado, rumo à suíte de Pinochet. O general parecia dormir quando entraram no quarto. Uma enfermeira disse: “Deixe-o descansar.”

“Não, espere um minuto. Eu tenho de falar com ele”, insistiu o embaixador.

Artaza tocou no ombro de Pinochet e perguntou: “Senador, o senhor está me reconhecendo?” Ele se encontrara com Pinochet no aeroporto, durante as visitas anteriores do general a Londres, e o convidara para um chá no hotel Savoy poucos dias antes. “Sou o embaixador Artaza.”

“Sim, embaixador”, respondeu Pinochet.

“O senhor compreende o que aconteceu com o senhor?”

Pinochet permaneceu em silêncio.

“O senhor está preso por ordem de um juiz espanhol, que está pedindo sua extradição. Está compreendendo?”

Pinochet respondeu com a aspereza habitual. “Embaixador, eu vim a este país com passaporte diplomático, como tantas outras vezes. Não entrei como se fosse um bandido!”

Artaza saiu da suíte e convenceu o detetive encarregado de deixar o médico pessoal de Pinochet examiná-lo. Depois, passou as informações aos adidos e voltou para casa a fim de telefonar para José Miguel Insulza e Mariano Fernández. Não muito depois, os detetives da Scotland Yard foram embora da clínica, deixando policiais uniformizados em seu lugar. O sargento Jones se perguntou quem seria Garcés, em quem Pinochet tinha posto a culpa de sua prisão.

O advogado e cientista político Joan Garcés fora o mais próximo conselheiro do presidente Allende e estava com ele no La Moneda em 11 de setembro de 1973. Nascido em Valencia, estudara Direito na Espanha e fizera doutorado em ciência política na Sorbonne, em Paris, durante os anos 1960. Lá, ele desenvolveu um interesse específico pela política chilena. Depois de lecionar em Columbia, Garcés se mudou para o Chile (a exemplo de seu irmão Vicente). Allende leu com grande interesse um dos ensaios de Garcés sobre as perspectivas eleitorais da esquerda e, quando se tornou presidente, em 1970, convidou-o para ser seu conselheiro.

No dia do golpe, Allende encarregara Garcés de contar ao mundo a história do Chile. Garcés escapou do palácio durante o cerco e finalmente fez contato com o irmão. Os dois encontraram refúgio na embaixada espanhola e conseguiram viajar para Madri.

Joan Garcés criou a Fundação Salvador Allende, em Madri, e em 1976 publicou um livro sobre a via chilena para o socialismo. Homem relativamente baixo, de bigode branco, fartos cabelos escuros e óculos de aros grossos, seu principal objetivo, desde 1973, era denunciar e punir Pinochet por seus crimes contra os direitos humanos. Segundo um amigo, “Garcés morreu espiritualmente no La Moneda no dia do golpe”. Em julho de 1996, o Tribunal Central 6 da Espanha aceitou uma ação contra Augusto Pinochet por crimes de genocídio, terrorismo e tortura. Esse era o resultado havia muito perseguido pelo trabalho conjunto de Garcés e da União Progressista de Defensores Públicos. A União, dirigida por Carlos Castresana, tinha iniciado um processo em nome das vítimas da ditadura argentina, mencionando 35 cidadãos espanhóis desaparecidos. Garcés entrou em contato com Castresana e perguntou se a ação argentina podia ser ampliada para incluir as vítimas do regime Pinochet. Em março de 1998, Garcés solicitou ao juiz espanhol Manuel García-Castellón que emitisse um mandado provisório de prisão sem direito a fiança e de uma ordem de busca internacional por intermédio da Interpol contra Pinochet e 38 dos seus colaboradores. De início, García-Castellón não aceitou a solicitação de Garcés.

Nos círculos oficiais espanhóis, essa mobilização criou um grande mal-estar. O gabinete do procurador-geral acreditava que processos contra ex-ditadores sul-

americanos representavam perda de tempo e de dinheiro, sem falar que suscitavam um espinhoso problema de jurisdição. Mas, quando García-Castellón pediu a um tribunal superior para ser afastado do caso Pinochet, o tribunal determinou que ou ele se declarava incompetente para seguir no caso, ou continuava a investigá-lo.

Em 10 de maio de 1998, Joan Garcés abriu um novo processo contra Pinochet, em nome do Grupo Chileno de Famílias de Prisioneiros Políticos Desaparecidos e do Partido Comunista do Chile, no Tribunal Central 5, do juiz Baltasar Garzón. O novo processo citava a Operação Condor, a conspiração entre ditaduras sul-americanas para eliminar dissidentes em todo o mundo. Garzón, que já estava profundamente envolvido nas investigações argentinas, achou que o alcance internacional da Operação Condor agia em favor da jurisdição espanhola. Joan Garcés finalmente encontrara um forte aliado no Judiciário espanhol.

PINOCHET ADORAVA LONDRES. Em contraste com suas experiências em outras cidades, onde manifestantes se organizavam para assediá-lo e perturbá-lo em seus passeios turísticos, lá ele sempre se sentia seguro e bem-vindo, como dizia. Londres tinha um significado especial para ele também: o herói chileno da independência Bernardo O'Higgins vivera em Londres na década de 1790; nesta cidade, O'Higgins visitava regularmente Francisco de Miranda, o pioneiro venezuelano do movimento de independência da América Latina; também em Londres, na abadia de Westminster, jazem os restos mortais do almirante Thomas A. Cochrane, o marinheiro escocês considerado fundador da Marinha chilena; o grande explorador antártico britânico sir Ernest Shackleton e a tripulação do seu navio *Endurance* tinham sido resgatados pelo chileno vapor *Yelcho*, em 1916, aprofundando os laços quase místicos entre Grã-Bretanha e Chile; o primeiro capítulo de um livro publicado em Londres, em 1899, intitulado *Temperate Chile*, chama-se "Os chilenos: os ingleses do Pacífico". Mais importante que tudo isso, Pinochet também tinha amigos altamente situados na sociedade da Grã-Bretanha. Uma delas era a ex-primeira-ministra Margaret Thatcher, que o recebera calorosamente todas as vezes que ele visitou Londres.

A primeira visita do general à Grã-Bretanha foi em abril de 1991, como convidado da Royal Ordnance, empresa que se associara com a Famae – fabricante de armas do Exército chileno – para produzir um lançador de foguetes múltiplo chamado Rayo. O objeto revelou-se inútil, mas o negócio cimentou as relações de Pinochet com a empresa britânica. Um dos primeiros sinais de problema para o ex-ditador ocorreu quando uma organização de direitos

humanos chilena convocou uma manifestação na frente do quartel-general da British Aerospace em Londres. Mas Pinochet voltou ao Chile sem sofrer qualquer constrangimento.

Em fevereiro de 1994, ele viajou novamente para a Inglaterra, agora de férias. Um mês depois de ter voltado para o Chile, compareceu a uma recepção para Margaret Thatcher na embaixada britânica, quando a turnê de divulgação do livro de memórias que ela acabara de publicar, *Path to Power*, levou-a a Santiago. Foi então que os dois se encontraram pela primeira vez. Mais tarde, Thatcher esteve com Pinochet e seus ex-ministros econômicos para um jantar particular.

Em junho de 1994, Pinochet visitou a Royal Ordnance outra vez, para verificar o andamento do projeto do lançador de foguetes Rayo (que começou oficialmente no ano seguinte). Na ocasião, ele recebeu outro sinal negativo, quando a Anistia Internacional, por intermédio do advogado de direitos humanos Geoffrey Bindman, pediu ao procurador-geral britânico que o prendesse, alegando quebra das cláusulas da Convenção da ONU contra a tortura. A polícia britânica iniciou uma investigação, mas Pinochet voltou ao Chile antes que ela pudesse chegar a qualquer conclusão. O general viajou para a capital inglesa mais uma vez em 1997. Margaret Thatcher o convidou à sua casa na Chester Square, em Belgravia, para tomar um chá; ele retribuiu a hospitalidade enviando-lhe flores e chocolates no dia do aniversário dela.

Na viagem seguinte de Pinochet a Londres, a paisagem política britânica tinha mudado consideravelmente. O primeiro-ministro conservador John Major deixara o cargo. O Partido Trabalhista estava no poder, e o novo governo, liderado pelo primeiro-ministro Tony Blair, pertencia a uma geração que tinha feito manifestações na Trafalgar Square contra a derrubada de Salvador Allende. Dessa vez, Pinochet também esperava visitar o túmulo de Napoleão na França, mas o governo francês não lhe concedera o visto.

Ele chegou ao aeroporto de Gatwick, em Londres, em 22 de setembro de 1998, após um voo de 26 horas, com escala em Frankfurt, e registrou-se no hotel InterContinental, na Park Lane. Durante sua estada, jantou em restaurantes de luxo, inclusive no White’s, um clube exclusivo ao sul de Piccadilly, no 37-38 da St. James Street, onde foi convidado de honra de Peter Schaad, empresário de direita e seu admirador. Ele não voltou ao elegante River Café, em Hammersmith – da última vez em que estivera lá, Ruth Rogers, a proprietária, ao saber a quem servira, doou o dinheiro da conta, de 500 libras (800 dólares), à Anistia Internacional. O general foi a Londres de férias, mas também por questões de saúde. Seus médicos no Chile tinham recomendado que fizesse uma cirurgia nas costas, no Hospital Militar. O ex-ditador quis ouvir uma segunda

opinião, de um renomado especialista londrino, o dr. Farhad Afshar, que concordou com o diagnóstico dos médicos chilenos. Contra a opinião da família e de seus conselheiros, Pinochet decidiu estender sua estada em Londres para que o dr. Afshar pudesse realizar a cirurgia, em 9 de outubro. Ele também rejeitara a opção de o médico viajar para o Chile a fim de operá-lo.

Enquanto isso, Pinochet passeou procurando livros, principalmente biografias e enciclopédias. Numa loja chamada Books etc., em Piccadilly, comprou a biografia de Adolf Hitler. Na Foyle's, na Charing Cross Road, comprou um volume sobre Napoleão. Enquanto jantava no restaurante da Fortnum and Mason, Pinochet foi reconhecido por um dos garçons, filho de ex-exilados chilenos, que notificou a Anistia Internacional da presença do ex-ditador em Londres. As engrenagens da máquina dos direitos humanos começaram a girar. Advogados da Anistia Internacional em Londres telefonaram para seus colegas em Madri, os quais notificaram Joan Garcés.

Insciente dos acontecimentos, Pinochet visitou o museu de cera de Madame Tussaud e o museu do Exército Nacional Britânico; como um turista comum, foi fazer compras na Burberry's. E concluiu, para *The New Yorker*, uma entrevista com o jornalista Lee Anderson, que fora iniciada no Chile – como parte do esforço de relações públicas de sua filha Lucía fazia para construir a imagem do pai como a de um estadista já ancião. Pinochet disse a Anderson que fora apenas "um aspirante a ditador", e então acrescentou, com um sorriso irônico: "A história ensina que ditadores não acabam bem." Mais tarde, o entourage de Pinochet acusou Anderson de fazer parte da suposta conspiração internacional contra ele, pois a entrevista, publicada enquanto o general estava em Londres, confirmara para o mundo seu paradeiro.

A baronesa Thatcher convidou Pinochet para um chá na segunda-feira, 5 de outubro. Eles tiveram uma conversa agradável sobre a situação corrente no Chile, em especial as eleições presidenciais de 1999. Referindo-se a Ricardo Lagos, Pinochet disse a Thatcher que as pesquisas de opinião indicavam que o Chile podia ter "seu primeiro presidente socialista desde 1973".

"Que desastre", observou a Dama de Ferro.

Nuvens de tempestade se acumulavam no horizonte. Em 6 de outubro, a imprensa britânica noticiou que a França tinha negado visto de entrada a Pinochet. Em 8 de outubro, ele foi hospitalizado a fim de se preparar para a cirurgia no dia seguinte. A operação correu bem, mas em 10 de outubro o jornal *The Guardian*, sob a manchete "Ex-ditador do Chile operado", relatava que o Ministério das Relações Exteriores inglês confirmara a presença de Pinochet em Londres.

O juiz Baltasar Garzón decidiu interrogar Pinochet. Ele não pretendia prendê-

lo, mas apenas enviar a ele um questionário escrito. Contudo, a polícia britânica e a Interpol lhe garantiram que, como os preparativos para o rápido retorno de Pinochet ao Chile estavam em curso, eles não podiam garantir sua permanência em Londres, a menos que estivesse sob custódia. O juiz espanhol tinha um aliado-chave na embaixada britânica em Madri, o encarregado de negócios John Drew. Os dois tinham ficado amigos depois que Garzón se queixou da falta de cooperação da Inglaterra durante uma investigação sobre tráfego de drogas e lavagem de dinheiro em Gibraltar. Drew pedira desculpas e oferecera seus serviços em situações futuras. O juiz Garzón telefonou ao diplomata britânico na manhã de quinta-feira, 15 de outubro, e cobrou a promessa.

"Fui informado de que Pinochet pode deixar a Inglaterra já neste fim de semana", ele disse. "A polícia britânica está me perguntando se pretendo emitir um mandado de prisão. Não tomei uma decisão. Antes de fazê-lo, preciso saber se posso contar com a cooperação do Ministério do Interior britânico."

Drew não ficou surpreso de ouvir Garzón, pois tinha lido relatos na imprensa sobre a presença de Pinochet em Londres. Ele prometeu fazer o possível. Na mesma tarde, enviou uma mensagem ao Ministério das Relações Exteriores, informando que o juiz Garzón precisava executar seu pedido para interrogar Pinochet imediatamente.

Na quinta-feira, 15 de outubro, o jornalista Hugh O'Shaughnessy publicou um artigo de opinião no *Guardian* intitulado "Um assassino entre nós", no qual afirmava que Pinochet estava escondido "em algum lugar em Londres", provavelmente na clínica London, e pedia às autoridades britânicas para prendê-lo por tortura e assassinato de cidadãos chilenos e britânicos. Nesse ínterim, Jeremy Corbyn, parlamentar trabalhista, enviou uma carta ao primeiro-ministro Tony Blair solicitando que as autoridades judiciárias espanholas tivessem permissão para interrogar Pinochet para uma possível extradição, e lamentando que o ex-ditador tivesse licença para "entrar livre e secretamente no país".

Garzón ainda não sabia se dispunha de material suficiente para um mandado de prisão. Na manhã de sexta-feira 26 de outubro, Joan Garcés, acompanhado por outro advogado, Enrique Santiago, foi ver Garzón pedindo que Pinochet fosse interrogado com urgência. Eles haviam ampliado as acusações, incluindo crimes contra a humanidade, genocídio, terrorismo e tortura. Na nova ação, citavam especificamente dois desaparecidos chilenos que haviam sido presos no contexto da Operação Condor.

Afinal, Garzón resolveu expedir uma ordem de "busca internacional e captura para fins de extradição" do ex-ditador chileno. A Interpol já esclarecera Garzón sobre o que seria necessário para expedir o mandado: dados pessoais de Pinochet, uma descrição dos crimes pelos quais ele era procurado, dados de

vítimas e os artigos do código penal espanhol violados pelos atos de Pinochet. Garzón fez o melhor que pôde com o que tinha em mãos. Mas havia um problema. Era sexta-feira à tarde, e o tribunal de Garzón estava deserto; quase todo o seu pessoal já saíra para o fim de semana. Garzón interceptou um funcionário na porta e lhe disse que tinha uma resolução de emergência para preparar. O funcionário empalideceu ao tomar consciência do conteúdo da resolução. Pouco depois, eles enviaram o documento via fax para Londres. O juiz emitiu um segundo mandado de prisão contra Pinochet no domingo, 18 de outubro de 1998, ampliando ainda mais o mandado original. Garzón telefonou para o escritório da Interpol em Madri e disse para avisarem seus colegas em Londres de que a ordem estava a caminho. Garzón foi buscar sua esposa, Rosario, para levá-la a Jaen, no sul da Espanha.

O juiz e a esposa estavam a caminho de Jaen para ver o toureiro predileto de Garzón, Curro Romero, numa de suas últimas apresentações antes da aposentadoria, quando o encarregado de negócios britânico ligou para o celular. John Drew disse ao juiz que o Ministério do Interior cooperaria se ele enviasse a ordem de prisão. Garzón respondeu que já a enviara, e pediu que o mantivessem informado.

Em Londres, as coisas andavam depressa. O Ministério das Relações Exteriores já havia dado sua opinião num memorando. Pinochet não era protegido por qualquer imunidade diplomática porque não estava em “missão especial”. A Interpol de Londres mandou ao inspetor Hewett, da Scotland Yard, cópias do mandado de prisão em inglês e em espanhol. Ele só precisava, assim, de uma ordem judicial emitida por um juiz da Corte Penal de Bow Street, encarregado de extradições. Eram cinco da tarde em Londres. O detetive Hewett e o sargento David Jones tentaram entrar em contato com o juiz que estava em serviço, Nicholas Evans, mas ele tinha ido para casa. Os detetives e um funcionário foram até a casa de Evans, ao norte de Londres. Com a ajuda do funcionário da Bow Street, o juiz transpôs a ordem de prisão para o formulário dos signatários do Tratado Europeu de Extradição e da Lei Britânica de Extradição. Às nove da noite, Hewett informou seu chefe de que estava com a ordem e que tanto o Ministério das Relações Exteriores quanto o do Interior haviam sido devidamente informados.

Não muito depois de Garzón e sua esposa voltarem da tourada para o hotel, o celular tocou outra vez. “O mandado de prisão está pronto”, disse-lhe Drew.

Garzón ficou confuso. “Sim, eu lhe disse, eu assinei a ordem e a enviei para Londres.”

“Não”, interrompeu Drew. “Quis dizer que o juiz inglês assinou a ordem de prisão de Pinochet. Ele será detido a qualquer momento agora, na clínica onde

está.” “Bem, mantenha-me informado”, pediu o juiz espanhol. “Não importa a hora, mantenha-me informado.”

Enquanto esperava a notícia da prisão, Garzón contou à esposa o que estava acontecendo. “E agora, o que vamos fazer?”, perguntou-se ele. Até aquele momento, ele não tinha percebido que estava fazendo história.

EM SANTIAGO, EU TINHA ME TORNADO conselheiro de política da campanha presidencial de meu amigo Ricardo Lagos, depois de renunciar ao posto de embaixador do Chile no Brasil. Naquela tarde de clímax, na sexta-feira, eu estava em Buenos Aires com Yoko Ono.

Lagos se descrevia como um candidato com grande compromisso com as artes e a cultura, e enviou-me à Argentina a fim de convencer Yoko a visitar Santiago. Naquela sexta-feira à tarde, ela concordou em ir ao Chile, viagem na qual só pensara como hipótese. No sábado de manhã, voávamos para Santiago, e eu apresentei a ela uma síntese da história política recente do país, falando também sobre o papel de Ricardo Lagos na restauração da democracia. Yoko estava à vontade e mostrou-se interessada. Disse-me que John Lennon e ela tinham lamentado profundamente a derrubada de Allende e o banho de sangue que se seguiu ao golpe militar de setembro de 1973. Falamos de arte, das nossas respectivas famílias e dos Andes coroados de neve abaixo de nós.

Quando desembarcamos, fiquei surpreso de ver o chefe de gabinete de Lagos, “Cacho” Rubio, nos aguardando na pista, com um furgão VIP. Eu esperava que passássemos pela polícia internacional e a alfândega como passageiros normais. Mas, quando descemos, Rubio me puxou de lado e disse: “Olhe, caiu sujeira da grossa no ventilador. Prenderam Pinochet em Londres ontem à noite. A grande notícia hoje não é Yoko, mas Pinochet. Nós temos de levá-la pela sala VIP, para os jornalistas não lhe fazerem perguntas sobre a prisão de Pinochet. Senão, a visita dela vai ser ‘pinochetizada’.”

A suíte presidencial do hotel Carrera fora reservada para Yoko. Eu a deixei lá para descansar um pouco e comer alguma coisa, e fui encontrar Lagos. “É inacreditável”, disse ele. “Pinochet não acaba nunca. Eu estava ansioso para os debates programáticos sobre o futuro do Chile; agora a campanha presidencial vai se polarizar em torno de Pinochet. O que a gente vai fazer da minha coletiva de imprensa com Yoko Ono esta tarde?”

Sugeri que só chamassem para a coletiva jornalistas dos cadernos de arte e cultura. Não se devia chamar qualquer jornalista de política. “Yoko não vai gostar de responder a perguntas sobre Pinochet”, eu disse. Lagos concordou.

Fui contar a Yoko sobre a prisão de Pinochet em Londres, e ela ficou nervosa

e constrangida em relação à coletiva de imprensa. Quando Lagos chegou, porém, ela se acalmou. Os dois se deram bem, e ela gostou da programação que ele montara para o resto de sua visita.

As perguntas na entrevista coletiva giraram em torno da influência de Yoko na música de John Lennon, da distribuição de uma nova compilação da obra do ex-Beatle, do trabalho de vanguarda de Yoko no movimento Flexus etc. Nenhuma palavra foi dita sobre Pinochet. Lagos descreveu o que Yoko faria no Chile, os artistas com quem se encontraria, os museus em que iria, a importância da sua visita para a cultura chilena. A coisa toda durou cerca de meia hora.

Depois da sessão de fotos, Yoko subiu para seu quarto, e Ricardo Lagos enfrentou dezenas de repórteres de televisão, rádio e jornal, que agora queriam saber a reação dele à prisão de Pinochet. Lagos foi conciso e cauteloso: “A detenção do general Pinochet é uma consequência da indignação suscitada no Chile e no mundo todo pelas violações dos direitos humanos em seu regime. Sua prisão é um assunto estritamente judicial; a nação chilena não deve se deixar envolver – não há razão para suportar as consequências de ações e fatos que são responsabilidade exclusiva do senhor Pinochet.”

O governo do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle também reagiu naquele dia. Ao contrário de Lagos, eles encararam a prisão de Pinochet como uma ameaça aos direitos soberanos do Chile, declarando que, fossem quais fossem as ações passadas do ex-ditador, sua detenção violava o princípio da imunidade diplomática, de que ele desfrutava como senador vitalício, e o princípio da jurisdição territorial, em função do qual é direito exclusivo de um Estado julgar os crimes cometidos em seu próprio território nacional. Apesar disso tudo, o texto de protesto apresentado pelo ministro das Relações Exteriores, José Miguel Insulza, ao governo britânico foi brando.

O chanceler chileno argumentou que o passaporte diplomático de Pinochet declarava que ele fora à Grã-Bretanha em “missão especial”, embora a natureza da missão não tenha sido comunicada à embaixada britânica em Santiago. Os britânicos responderam que não poderiam ter autorizado oficialmente a missão sem saber qual era ela. Mais tarde, o governo chileno declarou que a missão especial era visitar a Royal Ordnance, a fabricante de armas.

Mas o pior dano à reivindicação de imunidade de Pinochet fora infligido, na verdade, um ano antes, em outubro de 1997, pelo general Fernando Torres Silva, auditor geral do Exército chileno. Ele viajou secretamente a Madri, em supostas férias, para encontrar-se com autoridades judiciárias espanholas, na expectativa de impedir futuras ações contra seu chefe. O general não apenas falou com os funcionários espanhóis, ele também lhes forneceu documentos que supostamente inocentavam o ex-ditador. Ao fazê-lo, reconheceu de forma implícita a

competência de um juiz estrangeiro para avaliar documentos em defesa de Pinochet. Compreendendo tarde demais o erro, o Exército chileno afirmou que o general Torres havia viajado à Espanha por "iniciativa pessoal". Mas Juan Garcés declarou que, dali em diante, "nem o general Torres nem Pinochet podem alegar ausência de defesa no desenvolvimento do processo penal".

A notícia da prisão de Pinochet caiu como uma bomba de ódio e polarização no Chile; tornou-se o teste mais difícil para a já complexa transição democrática no país. Em horas, cerca de duas mil pessoas fluíram para as ruas do centro de Santiago, dançando e cantando: "É carnaval, o ditador está na cadeia." Políticos de direita denunciaram a prisão e militantes da União Democrática Independente (UDI) e da Renovação Nacional (RN) bloquearam o tráfego nas ruas do distrito afluente de Las Condes, em Santiago. Uma delegação de parlamentares da UDI e da RN foi em caráter de urgência para Londres, a fim de prestar seu apoio pessoal ao ex-ditador.

Passaram-se os dias e ficou claro que Pinochet tão cedo não seria solto. A polarização no Chile se intensificou. Protestos violentos irromperam diante das embaixadas espanhola e britânica em Santiago, e manifestantes jogaram pedras e ovos na casa dos embaixadores. "Piratas ingleses, devolvam nosso vovô!", eles gritavam. O jornal diário *La Tercera* relatou que "surpreendentemente, desta vez os manifestantes que jogavam pedras não eram estudantes ou militantes de algum partido esquerdista, mas senhoras de salto alto e bolsa", que tinham ido expressar apoio ao general. Com o aumento do nível de violência, a polícia usou canhões de água e fez algumas prisões. Observadores notaram que a repressão agiu de modo muito mais comedido com os manifestantes pró-Pinochet do que com seus oponentes.

A principal associação empresarial do Chile anunciou que tinha iniciado contatos com parceiros ingleses e espanhóis a fim de angariar apoio para uma solução rápida do problema de Pinochet. A parlamentar Pía Guzmán convocou um boicote contra a Chilean Tobacco Co., fabricante de cigarros com 83% de capital inglês, "e, obviamente", disse ela, "contra o uísque". Houve apelos para que se cancelasse uma importante compra de equipamento militar de um consórcio hispano-francês, proposta que o governo rejeitou. Os partidos de direita exigiram que o Chile rompesse relações diplomáticas com a Grã-Bretanha e a Espanha, sem refletir sobre o impacto que tal medida teria sobre os esforços bilaterais no sentido de encontrar uma solução para o impasse.

Cristián Labbé, ex-coronel do Exército que fora responsável pela segurança de Pinochet e que então era prefeito da Providencia, uma zona afluente de Santiago, declarou "guerra municipal" contra a embaixada espanhola, localizada no distrito: o prefeito retirou a licença dos estacionamentos reservados e cancelou

os serviços de coleta de lixo. Labbé também fechou os escritórios do British Cultural Council e multou a CTC, companhia espanhola de telecomunicações, ambos localizados em seu distrito.

Quando o lixo começou a se acumular em frente à missão espanhola, Cristina Girardi, prefeita de esquerda de Cerro Navia – distrito de classe operária na parte oeste de Santiago –, enviou um caminhão que atravessou a cidade para fazer a coleta. O caminhão levava uma imensa faixa dizendo: “Estamos pegando o seu lixo porque vocês já pegaram o nosso.” Outro prefeito de esquerda, o socialista Johnny Carrasco, do distrito de Pudahel, ofereceu aos espanhóis e aos britânicos o uso de todas as instalações da municipalidade. Era como se tivesse estourado uma guerra civil.

De Londres, para onde viajara com outros líderes conservadores a fim de oferecer assistência ao ditador, o presidente da ultradireitista UDI, Pablo Longueira, opinou que a prisão do general fazia parte de uma “conspiração organizada por socialistas internacionais chilenos, espanhóis e ingleses”. Seu colega de partido, senador Andrés Chadwick, concordou: “O juiz espanhol é socialista, o governo inglês é socialista, e as principais pessoas que aplaudiram a prisão no Chile são socialistas, lideradas por Ricardo Lagos.” O porta-voz de Tony Blair respondeu com humor tipicamente inglês: “Eu gostaria de ouvir o que José María Aznar [o presidente conservador do governo espanhol] vai dizer quando for acusado de fazer parte de uma conspiração socialista internacional.”

A revista *The Economist* fez um editorial a favor da extradição de Pinochet para a Espanha, argumentando que “ex-ditadores não são imunes”. O jornal conservador espanhol *ABC* também apoiou a extradição, afirmando que um requerimento desse tipo não refletia “uma disposição neocolonial inexistente”, mas apenas o desejo “de investigar sobre 3.196 vidas”.

As repercussões da prisão foram mundiais. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, aplaudiu a detenção, destacando que o direito humanitário internacional ganhava impulso com aquilo, e que havia cada vez menos lugares no mundo em que supostos violadores de direitos humanos pudessem se esconder. Lionel Jospin, o primeiro-ministro da França, apoiou plenamente a prisão, ao passo que a reação de Fidel Castro foi menos entusiástica. A prisão de Pinochet, disse ele, era “moralmente justa, juridicamente dúbia e politicamente complicada para o Chile”. O presidente da Argentina, Carlos Menem, apoiou seu colega chileno, Eduardo Frei. Numa reunião de cúpula sul-americana, em 26 de outubro, ele sugeriu que se enviasse uma carta a Tony Blair condenando a prisão de Pinochet e salientando o princípio de não intervenção em assuntos domésticos – ideia que sofria a oposição veemente da maioria dos líderes latino-americanos presentes na reunião. Felipe González, ex-presidente da Espanha, advertiu que julgar

Pinochet na Espanha “pode nos dar uma grande satisfação agora, mas um enorme arrependimento mais tarde”.

O governo de Bill Clinton ficou pisando em ovos com o drama de Pinochet. A então secretária de Estado Madeleine Albright declarou que, embora os Estados Unidos apoiassem levar os criminosos à Justiça, o Chile, como Estado democrático, devia “lutar com o dificílimo problema de equilibrar as necessidades de justiça com as exigências da reconciliação”. Ela pediu respeito à posição do Chile, sem apoiá-la de fato. Em dezembro de 1998, o porta-voz do Departamento de Estado americano, James Rubin, respondendo a uma pergunta sobre a questão, afirmou que seu governo “ainda não estava preparado para emitir uma opinião sobre o valor legal” do processo de extradição.

Havia claramente um debate no interior do governo Clinton sobre a questão Pinochet. Depois da prisão do ex-ditador, Joan Garcés viajou a Washington a fim de se aconselhar com a equipe de juristas que atuara no caso Letelier e de pressionar os Estados Unidos a cooperarem, inclusive liberando documentos secretos relevantes para a extradição do ex-ditador para a Espanha (a Casa Branca concordou, liberando milhares de documentos).

John Russell, porta-voz do Departamento de Justiça, disse aos repórteres, no começo de novembro de 1998, que altos escalões do governo consideravam a possibilidade de pedir a extradição de Pinochet para os Estados Unidos, pelo assassinato de Orlando Letelier, caso ele obtivesse imunidade na Grã-Bretanha. O Departamento de Estado e a Casa Branca desautorizaram os comentários de Russell, e o Departamento de Justiça publicou uma retratação. Em janeiro de 1999, porém, a procuradora-geral Janet Reno confirmou que seu departamento examinava a oportunidade de se processar Pinochet nos Estados Unidos pelos assassinatos Letelier-Moffit. Mais ou menos na mesma época, o Ministério das Relações Exteriores britânico desmentiu uma reportagem na imprensa segundo a qual a secretária Albright teria instado Londres a devolver Pinochet ao Chile.

O ex-presidente George H.W. Bush chamou as acusações contra Pinochet de “arremedo de justiça” e pediu ao governo britânico para devolver o general ao Chile “o mais rapidamente possível”. A questão do que fazer com Pinochet era debatida em todas as esquinas dos Estados Unidos. Publicaram-se editoriais de apoio à prisão de Pinochet no *Dallas Morning News*, *San Francisco Chronicle*, *Denver Post*, *Philadelphia Inquirer*, *Los Angeles Times*, *Washington Post*, *Chicago Tribune* e *New York Times*.

Do lado oposto, o *Washington Times* estampou um editorial afirmando que a prisão “se perpetuaria como uma intervenção imprudente”, e que, embora tivesse sido ditador, Pinochet “evitara a revolução comunista … e percebera no livre mercado a melhor esperança para o progresso do Chile”. O *Wall Street Journal*

se perguntava por que, se a Grã-Bretanha podia prender o general a pedido da Espanha, a Espanha não prendera Fidel Castro quando este visitou o país, acrescentando que as violações dos direitos humanos de Fidel empalideciam “as mais exageradas acusações contra Pinochet”.

A direita dos Estados Unidos interpretou erroneamente a posição do governo chileno diante da detenção de Pinochet. Na época, John Bolton – advogado neoconservador que eu conhecera superficialmente na ONU quando fomos embaixadores dos nossos países – contatou Genaro Arriagada, embaixador chileno em Washington, para falar que, no que se referia à defesa de Pinochet, ele e o diplomata chileno podiam se considerar “parceiros”.

“Não creio que o senhor esteja entendendo a questão”, disse Arriagada a Bolton. “O governo chileno não está defendendo Pinochet. Está sustentando o direito internacional, em particular a territorialidade da jurisdição. Pinochet não está acima da lei.”

Com o passar dos meses, os procedimentos legais relativos a Pinochet deram reviravoltas inesperadas. Logo após a prisão do general, Eduardo Fungairiño, procurador-geral da Espanha, questionou a causa do juiz Garzón, argumentando que seu país não podia julgar crimes que não haviam sido cometidos contra ou por seus próprios cidadãos; ele acrescentava que os delitos enumerados no mandado contra Pinochet não se adequavam às definições que as Nações Unidas e a Espanha faziam da palavra genocídio, e que a acusação de terrorismo era inaplicável. Além disso, argumentava Fungairiño, os crimes atribuídos a Pinochet tinham sido objeto de anistia; tecnicamente, já haviam sido tratados pelos tribunais chilenos.

Mas, em 5 de novembro de 1998, os 11 membros da Corte Nacional espanhola confirmaram por unanimidade que a Espanha tinha direito de investigar crimes de genocídio, terrorismo e tortura cometidos pelos governos militares do Chile e da Argentina contra seu próprio povo. A decisão foi internacionalmente celebrada pelos defensores dos direitos humanos.

Quatro dias após a detenção de Pinochet, o juiz Manuel García-Castellón entregou ao juiz Garzón todos os arquivos relativos ao caso, com o objetivo de consolidar e simplificar as ações legais e diplomáticas necessárias para a extradição de Pinochet. Em 10 de dezembro de 1998, Garzón combinou as descobertas das investigações chilenas e argentinas, e pronunciou Pinochet por genocídio, terrorismo e tortura. As novas acusações incluíam o nome de mais de 120 chilenos mortos ou desaparecidos depois do golpe.

Já não havia mais forma de evitar as audiências judiciais em Londres. Elas ocorreriam conforme o planejado. A defesa de Pinochet foi orientada pela prestigiosa e caríssima firma Kingsley & Napley. O mandado original emitido

pelo juiz de Londres nos termos da Lei de Extradição do Reino Unido, em 16 de outubro, foi seguido de um mandado provisório, de 22 de outubro, baseado em cinco novas acusações adaptadas à lei britânica. A maioria dos delitos alegados, de tortura a sequestro e conspiração para cometer assassinato, fora perpetrada no Chile.

Em 28 de outubro, a Alta Corte de Justiça, presidida por lorde Thomas Bringham, chefe do Suprema Corte de Justiça, tomou conhecimento das acusações e das provas do Serviço de Promotoria da Coroa, atuando como representante do governo da Espanha. A Suprema Corte não acatou o primeiro mandado, argumentando que assassinatos de naturais de outros países não eram crimes extraditáveis sob a lei britânica. Quanto ao segundo mandado, lorde Bringham decidiu que Pinochet tinha "imunidade soberana", como ex-chefe de Estado, por atos executados como parte de seus deveres oficiais. Não se tratava de imunidade "diplomática", mas de uma formulação moderna do antigo conceito de "direito divino dos reis".

Os partidários de Pinochet celebraram nas ruas de Santiago. Um jato Gulfstream III da Força Aérea, enviado a Londres quatro dias antes, antecipando a decisão favorável, apressou os preparativos para voltar com Pinochet ao Chile. Mas a Alta Corte permitiu que o Serviço de Promotoria da Coroa apelasse da decisão perante a Suprema Corte britânica, a comissão jurídica da Câmara dos Lordes.

Pinochet foi transferido da clínica London, na área nobre de Harley Street, para o hospital Groveland Priory, um centro particular de reabilitação psiquiátrica em Southgate, na parte norte da cidade. Seus partidários ficaram otimistas. Dois dias antes do pronunciamento da Alta Corte, o general divulgara uma mensagem ao público: "Digam aos meus amigos para me tirarem daqui!" Depois da decisão de 28 de outubro, ele declarou: "A [decisão da corte] me alegrou, me deu força e fé na justiça."

Nesse ínterim, a Espanha apresentou seu pedido formal de extradição, ampliando a lista de delitos. Os governos suíço e francês também apresentaram seus pedidos em 11 e 13 de novembro, respectivamente.

As audiências na Câmara dos Lordes, que ocorreram de 4 a 11 de novembro, foram transmitidas ao vivo pela televisão chilena; alguns trechos foram exibidos na CNN, na BBC e em outras redes mundiais. Do lado de fora do Parlamento de estilo gótico, centenas de jornalistas partidários de Pinochet que tinham chegado do Chile e ativistas dos direitos humanos de todas as partes do mundo continuavam de vigília.

No dia anterior à decisão da Alta Corte, o governo inglês recomendou que seus cidadãos não viajassem para o Chile, exceto por "motivos essenciais". Dois

dias antes, um voo da British Airways para Santiago atrasou várias horas por uma falsa ameaça de bomba.

Em 25 de novembro, o comitê jurídico da Câmara dos Lordes anunciou que estava pronto para anunciar sua decisão sobre se Pinochet desfrutava ou não de imunidade na Grã-Bretanha por atos cometidos quando era chefe de Estado. CNN, BBC, Fox e outras emissoras cobriram o procedimento ao vivo. Todas as redes mais importantes do Chile transmitiram direto, via satélite, com correspondentes próprios; os chilenos correram para a televisão, como se a seleção nacional de futebol disputasse uma partida da Copa do Mundo.

Os cinco juízes votaram, um a um. Em determinado momento, o resultado ficou empatado: dois a favor da imunidade, dois contra. Quando o último lorde votou contra, houve algumas vaias, mas ouviram-se os gritos de Viva! em todo o Chile. Fora do Parlamento, a multidão anti-Pinochet irrompeu em aplausos; as famílias das vítimas começaram a ler os nomes de seus parentes em voz alta. A direita ficou perplexa. Peter Schaad, amigo de Pinochet, contou em detalhes que o séquito do general estava tão confiante no resultado positivo que todas as malas já estavam prontas para a viagem de volta ao Chile. Para piorar as coisas, a decisão negativa saiu no dia do aniversário do general. Os lordes tinham rejeitado a noção de que sequestro, tortura e assassinato pudessem ser considerados funções oficiais de um chefe de Estado e, consequentemente, pudesse haver imunidade.

Pinochet foi transferido do hospital Grovelands Priory para uma residência particular perto de um campo de golfe, em Virginia Water, Surrey, cujo aluguel era de dez mil libras por mês. A casa era protegida por uma equipe de 15 agentes da Scotland Yard, e os cômodos eram cheios de microfones e câmeras de segurança de última geração. A rotina diária de Pinochet incluía exercícios matinais, almoço com membros da família, exibição de filmes trazidos da Espanha, à tarde, chá e depois encontros com visitantes. Acompanhado pela família e por guardas, Pinochet costumava cantar um tango de Carlos Gardel, “El ladrillo”, sobre os transtornos de um homem na prisão.

O general Juan Emilio Cheyre, que visitou Pinochet em Londres, me disse numa entrevista que o ex-ditador “sentia-se vulnerável, embora não assustado”. Seu “entourage, constituído de família, assessores políticos e médicos, tornava muito difícil para o Exército influenciá-lo em decisões-chave”. Pinochet “parecia ficar perdido e confuso pelas histórias contadas e pelas recomendações que as várias pessoas lhe davam”.

O ex-ditador foi levado perante o juiz britânico na tarde de 11 de dezembro, em meio a uma rígida segurança. Por causa das manifestações pró e contra Pinochet que se espraiavam descontroladamente, o juiz Graham Parkinson

decidiu que ele devia comparecer a um tribunal de segurança máxima, a Corte de Magistrados de Belmarsh, em Woolwich, sudeste de Londres, e não

à Corte de Bow Street, no centro da cidade. O advogado de Pinochet, Fernando Barros, instou-o a entrar no tribunal numa cadeira de rodas. “É importante transmitir uma imagem que gere compaixão.”

“Bem, não gosto da ideia de compaixão. Eu devo ficar de pé como um soldado”, retrucou Pinochet. Ele estava determinado a fazer sua entrada com os próprios pés. Finalmente, os advogados e a família fizeram-no entender a estratégia quando explicaram que a cadeira de rodas não caberia no cubículo destinado ao réu. Se estivesse em cadeira de rodas, ele ficaria perto de sua equipe de defesa.

A caravana de veículos de Pinochet entrou no prédio do tribunal pela garagem, para evitar os fotógrafos. Ele entrou empurrado pelo filho Marco Antonio e ficou perto dos advogados, como fora planejado.

O secretário do tribunal pediu ao acusado para se identificar.

“Sou Augusto Pinochet Ugarte”, disse o general. “Sou o comandante em chefe do Exército chileno.” Mas se corrigiu: “Eu *era* comandante em chefe, presidente do Chile, capitão general do Chile, e sou senador da República”, concluiu, falando lenta e distintamente para o tradutor.

“Obrigado”, disse o juiz Parkinson, e deu início à leitura dos detalhes legais do processo de extradição. James Lewis, representando a coroa, e Clive Nicholls, pela defesa, discutiram datas possíveis para as audiências formais sobre extradição.

Nicholls aproveitou a oportunidade para perguntar se o general teria permissão para sair de casa a fim de se exercitar no jardim. Lewis não fez objeção, e o juiz Parkinson concordou que seria “desumano” impedir Pinochet de andar no jardim de sua residência em Virginia Water. A audiência foi marcada para 18 de janeiro. O procedimento terminara, mas Nicholls perguntou ao juiz se o general podia fazer uma declaração. Isso era atípico, mas o juiz permitiu.

“Com todo o respeito, eu não reconheço a jurisdição de nenhum tribunal que não seja do meu próprio país para me julgar pelas mentiras apresentadas pelos cavalheiros [*señores*] da Espanha.” Pinochet lera um texto preparado, mas improvisou o ataque aos juízes espanhóis. Sua voz transmitia desdém quando ele pronunciou a palavra *señores*, que usava sarcasticamente quando se referia a políticos, gente de esquerda, russos ou qualquer outra categoria que desprezasse.

“Isto é tudo?”, perguntou o juiz.

Nicholls se levantou e, muito nervosamente, interveio para esclarecer que Pinochet não quisera faltar ao respeito.

“Eu não o interpreto desse modo”, disse o juiz.

“O senador reconhece a jurisdição desta corte”, acrescentou o advogado de defesa.

“Eu ouvi o que ele disse”, respondeu Parkinson com firmeza. “Meu dever é conduzir este processo segundo a Lei de Extradição em vigor na Inglaterra, e é o que farei.”

A sessão estava encerrada. Poucos dias depois, porém, o caso sofreu outra reviravolta. A defesa de Pinochet entrou com uma petição para os lordes anularem a decisão anterior, argumentando de que um dos juízes que votara contra Pinochet, lorde Hoffman, tinha ligações não reveladas com a Anistia Internacional, que participava do processo com outras organizações de direitos humanos. Em 17 de dezembro, numa decisão sem precedentes na história legal britânica, um júri presidido por lorde Nicholas Browne-Wilkinson estabeleceu por unanimidade que, “com alguma relutância, se sentia obrigado a rejeitar” a decisão anterior e a convocar uma nova audiência, com um grupo diferente de juízes. E então foi a vez de o pessoal de Pinochet comemorar. Era como um jogo que chegasse ao intervalo empatado.

A apelação seria examinada mais uma vez, agora por um novo grupo de sete magistrados. Os litigantes obtiveram permissão de participar, mas agora o governo do Chile se juntou à defesa, argumentando que a imunidade do Estado deveria ser reforçada.

O governo Frei estava numa posição difícil. Queria justiça para os prisioneiros desaparecidos e outros crimes contra os direitos humanos cometidos sob o regime de Pinochet, mas percebia que também devia falar em nome da soberania chilena. “Eu defendo princípios, não indivíduos concretos”, disse o presidente Frei. O ministro das Relações Exteriores, José Miguel Insulza, evocou “razões humanitárias” para soltar Pinochet.

David Aaronovitch, colunista do jornal *The Independent*, respondeu ao apelo “humanitário”: “Seu amado general está a salvo conosco. Ele não será torturado, apunhalado, não levará tiros, não terá eletrodos atados à sua genitália. Não vamos jogá-lo de um helicóptero ao mar, sequestrar seus netos, quebrar suas mãos nem arrancar seus olhos.” O ministro do Interior inglês, Jack Straw, disse que, se seu gabinete tivesse a decisão final, ele consideraria a possibilidade de libertar Pinochet “por motivos de compaixão”.

As audiências com os novos lordes juristas começou em 18 de janeiro de 1999 e duraram duas semanas. Mais uma vez, a opinião pública acompanhou o caso. O julgamento foi pronunciado em 24 de março. Desta vez, o júri de sete magistrados concordou por seis a um que Pinochet não tinha direito a imunidade de Estado. Agora quem exultava eram as forças pró-extradição.

Os lordes juristas, porém, limitaram o número de acusações pelas quais o ex-

ditador podia ser extraditado, centrando o processo no crime de tortura e nas cláusulas de extraterritorialidade da Convenção da ONU contra a tortura. Esses delitos deviam ser reconhecidos como crimes no Reino Unido na época em que haviam sido cometidos, isto é, os tribunais britânicos só podiam exercer jurisdição sobre crimes cometidos depois de 28 de setembro de 1988, quando o Reino Unido aprovou a legislação que tornava a tortura um delito extraterritorial. Por conseguinte, o juiz Baltsar Garzón anexou 53 novos casos de tortura ao pedido de extradição, todos com data entre outubro de 1988 e março de 1990, quando a democracia voltou ao Chile. Era um parecer confuso, mas permitiria que o processo fosse adiante. Em 14 de abril de 1999, Jack Straw emitiu a segunda "autorização para proceder", num documento dirigido ao magistrado da Corte Penal de Bow Street.

Um Boeing 707 da Força Aérea chilena esperava na base de Brize North, em Oxfordshire, para levar Pinochet ao Chile em caso de desdobramento favorável. O avião atravessou o Atlântico sem seu passageiro. A decisão de Straw foi aplaudida pela bancada trabalhista e pela comunidade de direitos humanos, mas provocou novos protestos da direita em Santiago e indignação entre poderosas figuras internacionais, amigas do velho general.

A baronesa Margaret Thatcher conduziu a ofensiva pró-Pinochet, descrevendo como "um grave erro" a decisão de Straw de prosseguir com o processo de extradição. Não era a primeira vez que Thatcher defendia Pinochet. Em 21 de outubro de 1988, menos de uma semana depois da prisão do general, o jornal *The Times* publicou uma carta na qual ela agradecia a Pinochet por ter salvado "muitas vidas britânicas" durante a Guerra das Malvinas (Falklands). Concordando com a visão de Pinochet a respeito de sua ditadura como uma luta contra uma violenta insurreição, ela admitia que "houvera abusos dos direitos humanos no Chile", mas insistia que a violência vinha "de ambos os lados do espectro político". Thatcher pedia que o Reino Unido respeitasse "o delicado equilíbrio" da transição para a democracia no Chile, "na qual estamos intervindo para nosso próprio risco". Ela concluía afirmando que "o general Pinochet deve retornar ao seu país imediatamente".

Graças ao caso Pinochet, Thatcher se distanciou de Tony Blair, a quem elogiara algumas vezes antes da prisão do general. No dia seguinte à publicação de sua carta no *Times*, Blair convocou uma reunião de gabinete. Decidiu-se que Jack Straw, ministro do Interior, assumiria a função jurídica no caso, e que a situação de Pinochet seria debatida pelo gabinete. Blair se oporia à abordagem política de Thatcher adotando uma posição estritamente jurídica.

Mas a campanha de Thatcher só fez se intensificar. Em 29 de março de 1999, um dia ensolarado, ela visitou a residência da Pinochet em Surrey, levando

consigo uma equipe de televisão. O general, com a esposa Lucía ao lado, fez as vezes de anfitrião cortês, sorrindo ao convidar a Dama de Ferro para entrar em sua "casa pequena e simples".

Referindo-se à Guerra das Malvinas, ela agradeceu a Pinochet "as informações que nos transmitiu e o refúgio que deu a todos os náufragos de nossas Forças Armadas que conseguiram chegar ao Chile".

"Eu também tenho plena consciência de que foi o senhor quem levou a democracia ao Chile", disse Thatcher efusivamente. "O senhor estabeleceu uma Constituição apropriada à democracia, o senhor a pôs em prática, realizou eleições e, depois, em função do resultado, o senhor deixou o governo", acrescentou.

Firmando-se em sua bengala e sorrindo, Pinochet agradeceu a "bondade" de Thatcher.

O primeiro discurso da Dama de Ferro depois de três anos na Câmara dos Lordes, pronunciado em julho de 1999, foi em defesa do ex-ditador. Em voz grave, ela descreveu as circunstâncias da detenção de Pinochet, atribuindo-a à "esquerda internacional organizada", a qual, disse ela, queria vingar-se porque Pinochet "salvara o Chile quando os comunistas avançavam em todo o hemisfério". Ela enalteceu a livre-iniciativa no Chile, que, sugeriu, corria perigo com a prisão de Pinochet, advertindo que se abrira uma "caixa de Pandora"; a menos que o senador Pinochet retornasse ao Chile, não haveria esperança de fechá-la. A baronesa tinha quatro minutos para falar, mas excedeu seu tempo. "Muito raramente esgoto meu tempo", protestou quando foi interrompida. Aumentando o tom de voz, ela continuou a discursar.

Os laços indiretos entre Thatcher e Pinochet remontavam ao final da década de 1970. O conselheiro econômico de Thatcher, sir Alan Walters, tinha viajado ao Chile e voltado com coisas boas a dizer sobre as políticas econômicas de Pinochet, em particular o processo de privatização e a reforma do sistema de pensões. A repressão sob o regime Pinochet foi ignorada pelos conselheiros de Thatcher. Robin Harris, escritor e jornalista conservador inglês – que a baronesa Thatcher dissera ter sido seu "guia indispensável na empreitada de produzir" o livro *The Downing Street Years* – falou que "não se deve conceder [a Allende] essa vingança póstuma contra o homem que impediu o Chile de se tornar outra Cuba, e em seguida transformou o país na economia capitalista mais bem-sucedida da América Latina".

Quando se tornou primeira-ministra, em 1979, o primeiro ato oficial de Thatcher em relação ao Chile foi restabelecer as relações diplomáticas estremecidas desde 1976, quando a médica britânica Sheila Cassidy foi presa e torturada porque cuidara de um líder do MIR em fuga. No final de 1979 e

começo de 1980, vários empréstimos afiançados pelos britânicos foram concedidos a bancos chilenos. Visitas oficiais de funcionários do alto escalão do governo Thatcher tornaram-se comuns em Santiago.

Em julho de 1980, Thatcher decidiu levantar o embargo de armas imposto ao Chile pelo governo trabalhista do ex-primeiro-ministro Harold Wilson. A decisão motivou críticas severas, e o governo conservador foi obrigado a esclarecer sua política. Embora o Chile não estivesse mais sujeito "a limitação especial", Londres desencorajaria a venda de "armas leves, que possam ser usadas em ações repressivas" no Chile. Logo em seguida, o Chile comprou inúmeros navios de guerra de fabricantes ingleses. A Grã-Bretanha também liderou um grupo de países que buscavam extinguir o mandado de um relator especial da ONU que investigava a situação dos direitos humanos no Chile.

Não surpreende, portanto, que Margaret Thatcher liderasse uma campanha abrangente em favor de Pinochet. O papel executivo nesse esforço foi desempenhado pelo conservador lorde Norman Lamont, ex-ministro das Finanças – cuja notoriedade se devia à retirada da libra do Mecanismo de Taxa de Câmbio Europeu e à acusação de ter usado dinheiro do contribuinte para despejar uma "terapeuta sexual" conhecida como miss Whiplash de um apartamento de sua propriedade. Lamont visitou Pinochet em várias ocasiões, apresentou-se em programas de televisão e em coletivas de imprensa para defendê-lo, e viajou para o Chile a fim de coordenar esforços com a Fundação Pinochet. Seu empenho em prol do ex-ditador foi tão incansável e irrestrito que a Fundação Pinochet o condecorou com uma medalha de Estrela por Mérito, numa cerimônia em Santiago, em dezembro de 2000.

O DEBATE SOBRE O EMARANHADO JURÍDICO em torno da prisão de Pinochet se intensificou no mundo todo. Mas a polêmica sobre o processo não era apenas jurídica. O ex-ditador era uma batata quente política. Para o governo Blair, havia o perigo de Pinochet morrer no cativeiro e o risco de que um arranhão nas relações com o Chile – um aliado tradicional – pudesse abrir o flanco para críticas por parte dos conservadores. O presidente Frei me disse que foi muito difícil para ele entrar em contato com Blair na época. "Mas depois que Pinochet sofreu um pequeno derrame foi Blair quem me telefonou", contou-me ele. "Se Pinochet morrer na Inglaterra, o problema será seu; se morrer no Chile, não será", observou Frei ao primeiro-ministro britânico. Por outro lado, a administração Blair não podia simplesmente deixar Pinochet ir embora depois dos anos todos que os trabalhistas criticaram os conservadores por permitir que o general entrasse livremente na Grã-Bretanha.

Para o governo direitista espanhol, a detenção de Pinochet não só causava uma tensão nas relações com o Chile como também realçava suas contradições domésticas, já que nenhum dos membros da ditadura de Franco fora levado aos tribunais por violar os direitos humanos.

A situação criava muitos problemas para os atores políticos chilenos. A direita não podia abandonar o "padrinho", mas sabia que seu candidato presidencial, Joaquin Lavín, da UDI, que por certo tempo buscou posicionar-se no centro do espectro político, perderia pontos se ele e seus companheiros se aproximassem demais de Pinochet.

Quanto à campanha de Lagos, a prisão de Pinochet distraíra a atenção de nossas propostas de estímulo ao crescimento econômico e para assegurar acesso amplo às oportunidades do progresso. Nosso programa para o futuro foi sobrepujado por discussões sobre o passado. A resposta estritamente jurídica de Lagos quanto ao processo de Pinochet era boa, mas insuficiente. Além disso, havia na esquerda uma minoria – bastante barulhenta – disposta a pagar o preço que um julgamento de Pinochet na Espanha talvez cobrasse da candidatura Lagos. O aspecto positivo da prisão de Pinochet era que ela recolocara na agenda nacional a questão da justiça e dos direitos humanos, que alguns preferiam relegar a um doloroso passado.

Em janeiro de 1999, acompanhei Lagos a Estocolmo e depois ao Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. Tínhamos aceitado, então, um convite de Moisés Naim, editor da revista *Foreign Policy*, para escrever um ensaio a quatro mãos sobre o processo contra Pinochet. Durante a viagem de Estocolmo a Davos, conversamos sobre o que escreveríamos. Lembrei Lagos de um maravilhoso diálogo entre sir Thomas More e seu interlocutor, William Roper, na peça de Robert Bolt, *A Man for All Seasons*, em que More fala a Roper que só conhece "a lei, … o que é legal, não o que é justo". Roger discorda, dizendo que, para pegar o diabo ele "derrubaria as leis na Inglaterra". More responde: "Como? E quando a última lei já tivesse sido derrubada, e o diabo se voltasse contra você, onde você se esconderia, Roper, com todas as leis por terra? Este país é semeado de leis, de costa a costa – leis do homem, não de Deus. Se você derrubar as leis, … acha mesmo que poderia se manter de pé com os ventos que iriam soprar?"

Embora Pinochet não pudesse estar acima da lei, não era possível lhe negar seus plenos benefícios. O estado de direito devia ser defendido.

Continuamos nossa discussão em Davos e produzimos um primeiro rascunho do nosso artigo. Nesse ínterim, nós nos encontramos com muitos primeiros-ministros e líderes econômicos e políticos mundiais. Era inevitável que Pinochet fosse um dos principais temas de conversa. Pouco antes de partirmos para a

Europa, Lagos tinha declarado que qualquer iniciativa de levar Pinochet de volta ao Chile devia ter como premissa a disposição política de julgá-lo em seu país. Usando a linguagem do futebol, Lagos argumentou que a comunidade mundial tinha dado um "cartão amarelo" – uma advertência – para o Chile, pois, apesar de termos avançado no exercício da justiça e na construção da democracia, nossa democracia estava "incompleta". Isabel Chadwick – esposa de um prisioneiro político desaparecido, que procurara o jovem marido durante anos desde 1973, passando pelas piores humilhações e vendo o processo jurídico ser fraudado – escreveu uma coluna na edição espanhola da revista *Newsweek* que refletia a opinião da maioria dos chilenos: "Nós preferiríamos que os chilenos se encarregassem de julgar o horrendo passado deste homem [Pinochet]. Se isto não for possível, aceitaremos justiça sob qualquer forma."

Nosso artigo, "O dilema Pinochet", foi publicado na edição da primavera de 1999 da *Foreign Policy*. Escrevemos que o direito transnacional tinha "erodido as fronteiras nacionais a tal ponto que ex-chefes de Estado não dispõem mais de garantias de imunidade". Por conseguinte, havia a necessidade urgente de "alcançar um consenso sobre o modo como leis desse tipo devem ser implantadas". Chamamos atenção para o fato de que os criminosos de guerra de Ruanda e da antiga Iugoslávia estavam sendo julgados por cortes internacionais instituídas pela ONU, e que o tribunal de crimes de guerra de Nuremberg fora uma corte internacional. A questão que levantávamos era: "Como devemos lidar com a justiça internacional num mundo globalizado?" Nós dissemos que "o país onde as violações ocorreram devia ter a preferência, desde que se pudesse fazer justiça". Tínhamos de evitar uma situação em que somente as grandes potências pudessem "escolher deliberadamente, a seu critério, quais ex-ditadores julgar". Embora hoje se trate do julgamento de um ex-ditador amplamente repudiado, "amanhã o caso pode ser mais ambíguo".

Concluímos dizendo que um Tribunal Internacional de Justiça seria o instrumento mais adequado para responder ao duplo propósito de limitar a impunidade em casos de violações graves dos direitos humanos e assegurar processos justos e transparentes, sob regras claras. O maior mérito do affaire Pinochet, dissemos, era ter catalisado discussões sérias sobre a ordem jurídica internacional.

O mundo estava se tornando um lugar menor para ex, atuais e aspirantes a tiranos. Logo após a prisão de Pinochet, Laurent Kabila, presidente da República Democrática do Congo, que se preparava para viajar à França, solicitou garantias formais de imunidade diplomática, e foi informado de que, ao contrário de Pinochet, ele gozava dos "benefícios de imunidade concedidos aos chefes de Estado em exercício". Quando Khieu Samphan e Noun Chen, dois dos líderes

máximos do Khmer Vermelho, entregaram-se ao governo de Phnom Penh, no final de dezembro de 1998, e se desculparam publicamente pelos crimes cometidos em seu nome, o primeiro-ministro se recusou a processá-los, pelo bem da reconciliação nacional. Mas acrescentou que não podia garantir a imunidade deles fora do Camboja.

Mais tarde, outros chefes de Estado acusados de crimes contra os direitos humanos tiveram de enfrentar a Justiça: o ex-presidente peruano Alberto Fujimori foi extraditado do Chile, onde buscara refúgio; Charles Taylor, ex-presidente da Libéria, foi acusado de crimes de guerra e contra a humanidade, e foi entregue a um Tribunal Especial de Serra Leoa pela Nigéria. Ditadores derrubados não podiam mais "contar com um porto seguro no estrangeiro, a salvo da extradição", como afirmou um jornal chileno.

Para Lagos e para mim, o caso Pinochet demonstrava que um país em transição para a democracia tinha de enfrentar todas as perturbadoras questões pendentes, e não "varrê-las para debaixo do tapete". É verdade que muitas transições de ditadura à democracia tinham se dado como dolorosos processos de barganha política; esse foi o caso no Brasil, em Portugal, na África do Sul, no Uruguai e na Espanha. Mas, ao contrário do Brasil e da Espanha – ex-ditaduras que se tornaram democracias plenas –, o Chile ainda não reconquistara sua plena soberania popular, pois Pinochet havia deixado enclaves autoritários para trás, como os senadores não eleitos e um Conselho de Segurança Nacional influenciado pelas Forças Armadas.

Naquela época, nos pareceu que alguns direitistas preferiam deixar Pinochet em Londres, fora da vista e fora da mente, em vez de negociar a erradicação desses enclaves e a transição completa para a democracia. Nós concluímos que, se Pinochet não voltasse ao Chile para ser julgado, nós chilenos sentiríamos menos agudamente "a urgência de criar condições para o exercício da justiça" em nosso próprio país, e "perderíamos a oportunidade de corrigir algumas das iniquidades da transição chilena".

Enquanto isso, o processo de extradição percorria seu trâmite nas cortes britânicas. Depois que Jack Straw deu ordem para prosseguir, em 15 de abril de 1999, a defesa de Pinochet tentou sem sucesso apelar da decisão do ministro do Interior. As audiências da fase seguinte começaram em 27 de junho.

No final de julho, uma avaliação médica do ex-ditador, solicitada pelo governo chileno, indicou que a saúde dele "tinha se deteriorado gravemente", o que contribuía para a ideia de que Pinochet seria libertado com base em razões humanitárias. Mas, enquanto Santiago fazia lobby junto aos governos da Grã-Bretanha e da Espanha para encerrar o processo contra o ex-ditador de 83 anos, por causa da sua idade avançada e da saúde debilitada, Pinochet chutava por

baixo da mesa de negociação.

Desafiador como sempre, o velho general rompeu meses de silêncio e deu uma entrevista exclusiva ao jornal *The Telegraph*, na qual afirmava que era o "único prisioneiro político da Grã-Bretanha". Negando qualquer responsabilidade pela tortura e morte de dissidentes chilenos em seu regime, ele insistiu que fora "sequestrado" pela Scotland Yard. O governo chileno ficou furioso. Juan Gabriel Valdés, o novo ministro das Relações Exteriores do Chile, disse que "fazer declarações políticas" não era a melhor maneira de apresentar uma imagem que "possa suscitar solidariedade de um ponto de vista humanitário".

Finalmente, foi divulgado que o juiz Ronald David Bartle, da Corte Penal de Bow Street, anunciaria em 8 de outubro de 1999 seu veredicto sobre o pedido de extradição encaminhado pela Espanha. O juiz era ex-candidato tóri ao Parlamento e membro da Royal Society de St. George, cuja vice-presidência era ocupada pela baronesa Margaret Thatcher. Ele dispensara Pinochet de se apresentar à audiência, pois o general sofrera dois pequenos derrames. Eram promissoras as perspectivas de Pinochet evitar a extradição.

Era hora de os defensores de Pinochet dispararem sua artilharia mais pesada. Em 6 de outubro de 1999, dois dias antes de Bartle emitir seu veredicto, Margaret Thatcher, que estava numa conferência do Partido Conservador em Blackpool, preparou-se para levantar a voz em favor de Pinochet. O único problema foi que o líder do Partido Conservador, William Hague, queria que o evento de Blackpool desse novo ímpeto ao partido, e um discurso de Thatcher sobre Pinochet concentraria a atenção no ex-ditador, distraindo-a do arrojado programa conservador. Thatcher foi obrigada a mudar seu discurso para um local próximo, um velho teatro decadente com cerca de mil lugares.

Os partidários chilenos de Pinochet, na sua maioria parlamentares da UDI, chegaram com faixas e cartazes exibindo slogans como "Libertem Pinochet" e "O único preso político da Grã-Bretanha". Fora do teatro estavam outros chilenos que foram a Blackpool para gritar palavras de ordem anti-Pinochet, como "A melhor decisão, extradição".

Dentro do teatro, oradores britânicos e chilenos subiram ao palco e fizeram discursos, em sua maioria na retórica requentada da Guerra Fria. Um partidário de Pinochet, o senador chileno Marcos Cariola, cometeu um lapso: "O general *Allende* salvou o Chile da guerra civil", alardeou. Thatcher abriu seu discurso de forma dramática: "Hoje estou quebrando meu próprio regulamento. E por uma boa razão: expressar minha indignação com o tratamento insensível e injusto dado ao senador Pinochet." Voltando ao tema das Guerra das Malvinas, disse que, sob "instruções expressas e grande risco [de Pinochet], o Chile prestou-nos

uma assistência de enorme valor". Numa passagem indiscreta, ela revelou que, "durante a guerra, a Força Aérea chilena nos avisou previamente de ataques aéreos argentinos, o que permitiu que a força-tarefa tomasse medidas decisivas. O valor dessas informações foi provado pelo que aconteceu quando elas foram interrompidas – os aviões argentinos atacaram e destruíram os navios de desembarque pesado *Sir Galahad* e *Sir Tristram*, com fortes baixas. Sem o presidente Pinochet, teria havido muito mais baixas".

Também presente ao encontro de Blackpool a senadora de direita Evelyn Matthei confirmou que a Força Aérea chilena reuniu informações de radar sobre ataques argentinos iminentes e repassou à Real Força Aérea. Agora, concluiu ela, estava na hora de os britânicos retribuírem o favor. Essas revelações provocaram uma condenação formal das ações de Pinochet por parte do Senado argentino, que declarou que, ao violar a neutralidade oficial do Chile, o ex-ditador tinha traído a luta comum dos heróis da independência dos dois países, Bernardo O'Higgins e José de San Martín.

Thatcher disse que a prisão de Pinochet poderia ter consequências devastadoras para o Chile, dando poderes à "pequena minoria de comunistas que outrora quase destruíram o país sob Allende para subverter a ordem próspera e democrática que Pinochet e seus sucessores construíram. Não se enganem", continuou ela, "vingança da esquerda, e não justiça para as vítimas, isso é tudo o que se quer com o caso Pinochet."

Do lado de fora, os manifestantes anti-Pinochet gritaram "Assassinos, assassinos!", quando os direitistas britânicos e chilenos saíram do teatro. "Voltem para o Chile!" e "Nós vamos linchá-los!", gritaram os conservadores em resposta.

Os partidários de Pinochet ficaram pasmos quando o juiz Bartle foi favorável ao pedido de extradição de Pinochet para a Espanha, por "tortura mental" das famílias de mais de mil prisioneiros políticos desaparecidos, conspiração para cometer tortura desde 11 de setembro de 1973 até 11 de março de 1990, e pela tortura de 35 pessoas, perpetrada entre 8 de julho de 1988 e 11 de março de 1999.

O governo chileno não viu outra opção exceto dar entrada num pedido oficial a Jack Straw para restituir Pinochet ao Chile "por motivos humanitários". Semanas antes, em decorrência da rejeição, pela Espanha, de uma proposta de mediação internacional para decidir quem tinha jurisdição sobre o caso Pinochet, a administração Frei cancelara um pacto de arbitragem que tinha com a Espanha desde 1927 e chamara de volta o embaixador do Chile em Madri. Em setembro, na Assembleia-Geral da ONU, o ministro das Relações Exteriores, Juan Gabriel Valdés, denunciou os "juízes estrangeiros" que reivindicavam jurisdição sobre

assuntos relativos aos tribunais chilenos e os países que tinham atitudes "seletivas e às vezes paternalistas" em relação aos direitos humanos em outras nações.

No começo de novembro de 1999, o Ministério do Interior inglês pediu ao general Pinochet que se submetesse a exames médicos depois que um terceiro derrame ameaçou suas condições de extradição. Em 5 de janeiro de 2000, Pinochet foi examinado por uma equipe de especialistas no hospital Northwick Park, em Harrow, perto de Londres. Um porta-voz do Ministério do Interior disse que o relatório médico não seria publicado. Mesmo assim, os procedimentos da Alta Corte seguiram adiante, e os advogados de Pinochet foram informados de que o apelo da defesa seria examinado em 20 de março de 2000.

Nas eleições presidenciais de 4 de dezembro de 1999, Ricardo Lagos obteve uma vitória apertadíssima sobre o candidato conservador, Joaquín Lavín, o que forçava o segundo turno em 16 de janeiro. O caso Pinochet tinha envenenado o clima político, acordando os fantasmas do passado. Preso entre forças de esquerda, que se mostravam intransigentes sobre o caso Pinochet, e um eleitorado centrista desconfiado, Lagos perdeu cerca de quatro pontos percentuais à esquerda para uma combinação de candidatos presidenciais comunistas e verdes, e foi incapaz de convencer os muitos eleitores centristas que se abstiveram ou votaram em Lavín. A prisão de Pinochet tinha ajudado Lavín: ela galvanizara a direita, e ainda deixara o candidato da direita livre para fazer campanha em favor de mudanças e aliviado do fardo representado pela sua presença.

Em Londres, os sinais se tornavam cada vez mais claros. Em 11 de janeiro, Jack Straw disse que estava "propenso" a libertar Pinochet depois de ter visto o resultado dos exames médicos. O Ministério do Interior inglês anunciou a conclusão "inequívoca e unânime" da equipe médica, de que Pinochet "não tinha condições de ser submetido a julgamento, e que não se devia esperar qualquer mudança dessa posição". Portanto, "não havia propósito em continuar o presente procedimento de extradição". A baronesa Thatcher, que três meses antes, em Blackpool, tinha atacado Straw com veemência acusando-o de parcialidade e de ter "visitado o Chile quando jovem ativista de esquerda", passou a dizer que confiava no julgamento do ministro.

Então, uma nova reviravolta ocorreu no processo. A Bélgica e seis grupos de direitos humanos entraram com um apelo na Alta Corte britânica, buscando impedir que Pinochet saísse do Reino Unido até que se fizesse uma revisão judicial do tratamento dado por Straw aos relatórios médicos do general. A França e a Suíça juntaram-se à Bélgica na objeção.

Joan Garcés e o juiz Baltasar Garzón solicitaram que Madri aderisse à objeção legal e que um novo exame médico fosse realizado por profissionais indicados por tribunais espanhóis. No entanto, citando um compromisso político com o governo chileno, o ministro das Relações Exteriores espanhol, Abel Matutes, se recusou a repassar a petição de Garzón aos advogados britânicos que representavam a Espanha, embora ele próprio concordasse sobre a necessidade de novos exames médicos.

Em 31 de janeiro de 2000, o magistrado britânico Maurice Kay se decidiu contra o pedido de revisão judicial. Porém, em outra reviravolta surpresa, em 15 de fevereiro, um júri de apelação formado por três membros da Alta Corte reverteu a decisão de Kay, declarando ser ilegal a recusa de Straw de entregar os registros médicos de Pinochet e requerendo que o ministro do Interior os apresentasse aos quatro países envolvidos. No dia seguinte, a imprensa espanhola publicou trechos dos exames médicos confidenciais. Eles mostravam que Pinochet sofrera danos cerebrais que podiam prejudicar sua capacidade de responder às perguntas do processo. Em 22 de fevereiro, depois que especialistas dos quatro países criticaram a metodologia adotada pelos médicos britânicos, Espanha, Bélgica, França e Suíça requisitaram formalmente um novo exame médico a fim de determinar se Pinochet tinha capacidade mental para ser submetido a julgamento.

Nesse ínterim, Ricardo Lagos fora eleito presidente do Chile no segundo turno, realizado em 16 de janeiro de 2000. No hotel Carrera, onde ele estabeleceu nosso quartel-general de campanha naquele dia, nós nos abraçamos em júbilo quando soubemos dos resultados finais – 51,3% tinham votado em Lagos, contra 48,6% em Lavín. Foi um recorde de comparecimento. Houve mais eleitores no segundo do que no primeiro turno. Pinochet acompanhara os resultados graças à antena parabólica instalada em sua residência de Surrey, mas fora dormir antes de se proclamar a vitória de Lagos.

Era como se tivéssemos fechado um ciclo histórico: novamente um socialista ocuparia o La Moneda, quase 27 anos depois da morte de Allende no mesmo palácio. E Pinochet estava preso em Londres. Seis mil partidários tinham se reunido na frente do hotel, na Plaza de la Constitución, do outro lado do La Moneda. Lagos se dirigiu a eles no final da tarde. Disse que seria o “presidente de todos os chilenos. Nós teremos um Chile que cresce, cria empregos e derrota o desemprego. Sob essas propostas, todos os chilenos estão unidos”. Subitamente, a multidão de partidários jubilosos começou a gritar “Julgamento para Pinochet!”. Lagos interrompeu seu discurso e respondeu com firmeza: “Em meu governo, processos serão resolvidos pelos tribunais, e, como presidente, respeitarei o que as cortes decidirem!” A multidão se calou.

Depois do discurso, alguns jornalistas perguntaram a Lagos sobre a detenção de Pinochet. O presidente eleito respondeu: “Pinochet é o passado, os chilenos têm coisas melhores em que pensar.”

Lagos me ofereceu o posto de embaixador nos Estados Unidos, mas eu declinei. Pamela, minha filha Paloma e eu não queríamos deixar o Chile depois de dois períodos sucessivos no exterior (na OEA e no Brasil). Ele me pediu então para ser vice-ministro das Relações Exteriores, cargo que aceitei após refletir por 48 horas. No dia seguinte, no quartel-general de campanha na avenida Providencia, ele me chamou ao seu escritório.

“Tenho uma primeira tarefa para você como vice-ministro das Relações Exteriores”, disse ele. “Augusto Pinochet Jr. solicitou uma entrevista comigo. Não vou recebê-lo, mas disse a ele que você o faria”.

Eu protestei, mas Lagos disse que eu devia apenas ouvir o filho mais velho de Pinochet.

Para manter o encontro com Pinochet Jr. em segredo para a imprensa, eu o recebi às oito da manhã no quartel-general da campanha. Augusto Pinochet Hiriart veio acompanhado de alguém que ele apresentou como seu advogado. Pinochet Jr. apresentava uma semelhança impressionante com o pai quando estava no auge do poder. Depois de um papo sobre livros meus que ele supostamente teria lido, sobre seus planos de negócios em Iquique e a integração sul-americana, eu lhe perguntei de supetão o que podia fazer por ele.

Num tom humilde de voz, que soou como um general Pinochet derrotado, ele disse: “Vim pedir a dom Ricardo Lagos para intervir em favor de meu pai a fim de que ele possa retornar ao Chile por motivos humanitários. Ele tem influência no governo Blair, ainda mais agora que foi eleito presidente do Chile. Eles vão escutá-lo. Meu pai é um homem muito doente, e a família o quer de volta à sua pátria.”

“O senhor conhece a posição do presidente eleito sobre o assunto”, respondi. “A questão-chave é que, se seu pai retornar ao Chile, deve enfrentar a Justiça. Ninguém pode estar acima da lei numa democracia.” Encerrei o encontro com uma promessa de que transmitiria nossa conversa ao presidente eleito.

Conservadores chilenos e britânicos fizeram um forte lobby para Lagos usar sua influência junto aos líderes social-democratas europeus em favor de Pinochet, como testemunhei pessoalmente. A posição de Lagos era clara. Ele favoreceria o retorno de Pinochet sob a condição de o general enfrentar os tribunais no Chile sem qualquer obstrução.

Enquanto o mundo se preparava para o impacto de mais uma surpresa no caso Pinochet, na quinta-feira, 2 de março de 2000, o ministro Straw anunciou sua decisão final: a Grã-Bretanha encerraria os procedimentos de extradição contra

Pinochet; fazê-lo de outra forma violaria a Convenção Europeia de Direitos Humanos. Straw disse que tinha avaliado os questionamentos legais aos relatórios médicos, mas que os considerara injustificados. Dessa vez, Bélgica, Espanha, França e Suíça não apelariam.

Pinochet e sua equipe souberam da decisão de Straw por meio da transmissão de TV ao vivo da jornalista chilena, Mónica Pérez, por volta das 8h30 da manhã. Enquanto o general enchia uma valise com papéis selecionados, seu séquito fazia malas com o resto das coisas. Rapidez era essencial, pois os tribunais britânicos abrem às dez horas da manhã, e os advogados de Pinochet temiam que pudesse haver outro questionamento de última hora à decisão de Straw.

Às 9h45 da manhã, depois de sete meses em Londres, Pinochet e seu séquito partiram numa comitiva de veículos para a base aérea de Waddington, em Lincolnshire, onde o jato da Força Aérea chilena já estava à espera. Havia recursos hospitalares na parte traseira do avião, o qual também dispunha de uma cama para Pinochet. A partida foi atrasada temporariamente quando seu advogado, Michael Kaplan, subiu a bordo para entregar ao general um presente de Margaret Thatcher, a reprodução de uma bandeja de prata feita em 1588 para comemorar a vitória de sir Francis Drake sobre a Armada espanhola. O simbolismo foi apreciado, mas a Dama de Ferro provavelmente não sabia que, no Chile, Drake é lembrado como herói naval britânico mas também como o pirata comum que, em 1578, pilhou Valparaíso – lugar de nascimento de seu amigo que partia.

Uma vez no ar, um dos advogados de Pinochet abriu uma garrafa de champanhe para comemorar. Seria um voo tranquilo até o Chile – exceto por uns poucos momentos tensos, quando o avião pousou para reabastecimento em Assuncion, ilha britânica no meio do oceano Atlântico. “O avião da Força Aérea é considerado território chileno?”, perguntou um advogado nervoso. Perto do fim da jornada, o aparelho teve de mudar de curso porque o governo argentino não autorizou a passagem por seu espaço aéreo.

Quando o avião de Pinochet entrou em território chileno, passou a ser escoltado por aviões de caça da Força Aérea do Chile. Pinochet desembarcou em Santiago na sexta-feira 3 de março por volta das 10h30 da manhã de um dia ensolarado. Os quatro comandantes em chefe das Forças Armadas e dos Carabineros estavam na fila de recepção, com membros da família, uma miscelânea de generais do Exército, políticos de direita, diretores da Fundação Pinochet e uma banda militar que tocava as canções prediletas do general: “Erika” e “Lili Marlene”.

Sentado numa cadeira de rodas, o general Pinochet passou por uma rampa amarela. Ele usava terno azul-escuro com gravata roxa. Quando a cadeira de

rodas estava no chão, Pinochet se levantou como por milagre e abraçou o general Ricardo Izurieta, comandante em chefe do Exército. Pinochet era todo sorrisos. Parecia forte para um homem da sua idade, em especial depois de uma viagem tão longa e exaustiva, sem falar do estado de saúde supostamente grave. Depois de caminhar em passos firmes ao longo da fila de recepção, Pinochet ergueu sua bengala com o braço direito, saudando o público e os jornalistas. Então, escoltado por soldados das Forças Especiais armados até os dentes e em uniforme de combate, subiu a bordo de um helicóptero Puma, que o levou ao Hospital Militar, para fazer um checkup.

Considerando todos os aspectos, foram as boas-vindas que se dá a um herói. O presidente eleito Lagos estava furioso: “Os interesses da nação exigem prudência”, disse ele. “O que vimos hoje na televisão certamente não ajuda o Chile.” O editorial do jornal *Le Monde* sobre o tema tinha o título “A farsa Pinochet”. Em protestos de rua em Santiago, manifestantes encenaram a recepção na frente do prédio das Forças Armadas, onde entregaram um Oscar simbólico a Pinochet por sua atuação como “O paciente inglês”.

Seis meses mais tarde, a milhares de quilômetros de distância, em Jacarta, na Indonésia, um tribunal não aceitou um processo por corrupção e abusos contra os direitos humanos apresentado pelo governo contra o ex-presidente Suharto, depois que uma equipe de médicos o declarou “sem condições de ser submetido a julgamento”. Suharto, de 79 anos, estivera sob prisão domiciliar por mais de quatro meses enquanto se desenrolava o processo. Todas as vezes que teve de comparecer ao tribunal, sua saúde piorava e ele tinha de ser levado às pressas para o hospital. Centenas protestaram nas ruas, gritando: “Ele não está doente. Está fingindo, como Pinochet.” Suharto morreu em 2008, tendo escapado da Justiça.

Um artigo na edição de janeiro de 2006 do *British Medical Journal* propôs um termo novo para o dicionário médico: “Síndrome de Pinochet”. Seus traços característicos são: “(1) Saúde deficiente, que é (2) citada como razão para postergar ou interromper extradição e investigações jurídicas sobre crimes contra a humanidade cometidos por (3) um líder nacional deposto ou antigo.” O artigo mencionava diversas ocasiões em que Pinochet e outros ex-ditadores foram “regularmente hospitalizados antes de decisões importantes dos tribunais”. Os casos de síndrome de Pinochet mostravam-se uma tendência em expansão, argumentava o autor; ele concluía que, “se as profissões médica e jurídica puderem desenvolver instrumentos efetivos para lidar com a síndrome, a duração dos sintomas, esperamos, deve ser abreviada”.

Em março de 2000, saudável e em segurança em Santiago, Pinochet talvez pensasse que tinha escapado por um triz. Na verdade, seus problemas estavam

apenas começando.

9. Reviravoltas da fortuna

QUANDO A POEIRA BAIXOU, depois da volta triunfal de Pinochet ao Chile, as engrenagens da Justiça voltaram a se mover. Mais de 79 processos judiciais foram abertos contra ele nos tribunais chilenos. Na verdade, a primeira queixa criminal contra ele – pelo sequestro e assassinato de membros da direção clandestina do Partido Comunista – tinha sido proposta aos tribunais em 12 de janeiro de 1998, antes mesmo de ele viajar para a Inglaterra. Como Pinochet era senador, o caso teve de ser entregue a um magistrado especial: o juiz Juan Guzmán.

Jurista afável, culto e conservador, Guzmán vinha de uma família rica que havia comemorado a derrubada de Allende. Durante todo o regime Pinochet, houve "cumplicidade entre juízes e as Forças Armadas", escreveu Guzmán em suas memórias. Os magistrados queriam vingança pelos maus-tratos sofridos durante o período de Allende e rejeitavam os pedidos de *habeas corpus* simplesmente preenchendo um formulário criado para este fim – revelava ele. Vinte e cinco anos mais tarde, porém, assustado com os horrores cometidos pela polícia secreta de Pinochet, Guzmán tinha mudado e estava determinado a levar o ex-ditador e seus colaboradores à Justiça.

As investigações de Juan Guzmán se concentraram primeiro na Caravana da Morte, um esquadrão de oficiais do Exército que viajava pelo país de helicóptero matando prisioneiros políticos em várias guarnições do Exército. As ações foram ordenadas por Pinochet e executadas pelo general Sergio Arellano, entre 30 de setembro e 22 de outubro de 1973, logo após o golpe. Guzmán foi incansável ao interrogar as testemunhas, inclusive o general Arellano, e ordenou que se realizassem perícias forenses. Enquanto Pinochet ainda estava preso em Londres, o juiz lhe enviou um questionário com 75 perguntas.

O velho general estava em solo chileno havia poucas horas quando Guzmán pediu formalmente à Corte de Apelação que suspendesse a imunidade a que Pinochet tinha direito como senador vitalício. Os advogados do ex-ditador reagiram depressa, exigindo novos exames médicos. A Corte definiu que os exames não precisavam ser realizados antes que se resolvesse a questão da imunidade. Em meados de 2000, numa decisão que se tornou histórica, a imunidade de Pinochet foi suspensa, com 30 votos a favor e nove contra. Os advogados do general apelaram para a Suprema Corte, apoiando a contestação

nos registros médicos do governo britânico. Mas em agosto a Suprema Corte manteve a decisão anterior.

Mais uma vez a direita se mobilizou em favor de Pinochet: 60 políticos e oficiais militares se reuniram em torno do general em sua mansão em La Dehesa (bairro próspero de Santiago) para manifestar seu apoio, num evento cuidadosamente coreografado para a televisão local. Sorridente e saltitante, embora usasse bengala, Pinochet apareceu cercado pelos políticos na porta de casa. Ele falou durante dez minutos, prometendo que defenderia sua honra e anunciando uma "carta ao povo chileno" que justificaria seu papel na história. A esposa de Pinochet juntou-se à ofensiva, definindo a acusação como "inteiramente política, injusta e covarde".

A decisão da Suprema Corte implicava diretamente Pinochet como coautor dos crimes cometidos pela Caravana da Morte. O general não podia dizer que não tinha autoridade sobre as atividades da operação – todos os integrantes do esquadrão eram soldados no cumprimento do dever. Tampouco podia alegar ignorância. Quando o general Joaquín Lagos, comandante da Divisão do I Exército em Antofagasta, informou-o do que fazia a Caravana, Pinochet não tomou qualquer medida contra os executores e ainda promoveu alguns deles.

Um coronel testemunhou que o general Arellano lhe dissera com antecedência que seriam realizadas execuções em várias cidades, o que sugeria enfaticamente que ele fora autorizado por seu superior, o comandante em chefe do Exército, general Augusto Pinochet. Além disso, o parágrafo 7 da decisão da Suprema Corte fazia referência explícita à doutrina da "verticalidade de comando" no Exército chileno, citando o livro do general Pinochet, *Política, politiquería y demagogia*, publicado em 1983, no qual ele argumentava que comando e obediência são os constituintes-chave da vida militar: "Quem não sabe como dar ordens é inútil. Quem não sabe como as obedecer também é inútil."

O caso Letelier também veio à tona. A Suprema Corte chilena havia considerado o caso encerrado em 30 de maio de 1995, quando Manuel Contreras e Pedro Espinoza, diretor e chefe de operações da Dina, foram sentenciados. Depois que veio à tona um depoimento juramentado, no qual Espinoza implicava Pinochet no assassinato, o tribunal de Washington enviou uma petição à Suprema Corte chilena, por intermédio do Departamento de Estado, solicitando que 42 ex-funcionários de Pinochet fossem intimados a responder a perguntas detalhadas formuladas por investigadores americanos. A corte chilena encaminhou o pedido dos Estados Unidos menos de duas semanas depois da volta do general ao Chile. John Beasley, chefe da equipe de investigadores do Departamento de Justiça, recomendou que Pinochet fosse processado como autor intelectual do assassinato, mas o caso emperrou em Washington.

No Chile, contudo, o processo da Caravana da Morte corria nos tribunais. Em 1º de dezembro de 2000, o juiz Juan Guzmán acusou Augusto Pinochet de ser o responsável pelos crimes da Caravana da Morte e colocou-o em regime de prisão domiciliar. Poucos dias depois, a Corte de Apelação revogou o parecer de Guzmán, ordenando que Pinochet fosse submetido a exames médicos e acrescentando que o questionário que o juiz enviara a Pinochet em Londres, e ao qual respondera por escrito, era insuficiente: ele devia depor pessoalmente perante um juiz.

Em questão de semanas, foram realizados os exames médicos no Hospital Militar, envolvendo psiquiatras, neurologistas e outras especialidades. Segundo um dos médicos que o examinaram, o general mostrou "um grande senso de humor, uma perspicácia única e uma vivacidade impressionante". O psiquiatra Luis Fornazzari era de Iquique, a cidade da qual Pinochet mais gostava no Chile.

"Eu conheço o senhor", disse Pinochet quando viu o médico. "Eu conhecia as suas tias, elas eram bonitas. A propósito, o senhor é muito parecido com Joan Garcés", acrescentou ele.

O dr. Fornazzari perguntou: "Como devo interpretar sua ideia de que sou parecido com Joan Garcés?"

"Bem, o senhor é o psiquiatra…"

O médico concluiu que os "mecanismos de memória [de Pinochet estavam] extraordinariamente bem-preservados". Ele acrescentou: "Pinochet fez uma associação mental entre mim e Garcés, sendo muito claro que Joan Garcés, e não o juiz Baltasar Garzón, tinha iniciado a ação legal contra ele."

Os exames médicos mostraram que, embora Pinochet estivesse lúcido e se lembrasse em detalhes de informações de um passado mais remoto do que aquele relativo à Caravana da Morte, ele sofria de "demência subcortical moderada". Não era insano, embora sofresse de uma doença branda relacionada à idade avançada.

Depois de feitos os exames, Juan Guzmán interrogou Pinochet. Ele concluiu que o general tinha condições de ser submetido a julgamento e o processou seis dias depois, em decisão ratificada pela Corte de Apelação. Pinochet permaneceu 42 dias em prisão domiciliar, na sua propriedade em Los Boldos, perto do oceano Pacífico (120 quilômetros a sudoeste de Santiago), antes de poder sair sob fiança.

Os advogados e seguidores políticos do ex-ditador lançaram uma nova ofensiva nos tribunais e no governo para que se declarasse Pinochet mentalmente incapaz. Em 8 de julho de 2001, a Corte de Apelação aceitou a tese de que a saúde mental do general não lhe permitia enfrentar o processo legal. Um ano depois, em 1º de julho de 2002, a Suprema Corte ratificou a decisão da

corte inferior. O veredicto de insanidade foi criticado no mundo todo, nos círculos de direitos humanos, judiciais e da mídia – e também, estranhamente, pela esposa de Pinochet, Lucía. “Você não vai acreditar nessa estupidez de que [Pinochet] está louco, vai?”, disse ela a um jornalista poucos dias depois da decisão da Suprema Corte.

Andrés Zaldívar, presidente do Senado, entrou em contato com o comandante em chefe do Exército, general Juan Emilio Cheyre, para dizer-lhe que, como Pinochet não podia ser processado por causa da doença mental, tampouco podia voltar ao Senado. Cheyre falou com Pinochet, que se mostrou preocupado sobretudo com os benefícios da aposentadoria. Uma vez tranquilizado de que receberia pensão como ex-presidente, o general concordou em retirar-se. Ele pediu a Zaldívar que fizesse os arranjos para sua renúncia, mas o presidente do Senado se recusou. A celeuma em torno do procedimento adequado se resolveu quando o cardeal Francisco Javier Errázuriz foi escolhido para receber a renúncia voluntária de Pinochet, efetivada em 4 de julho de 2002.

As manobras evasivas de Pinochet para escapar do processo pelos crimes da Caravana da Morte se estenderam para outras questões judiciais, inclusive o assassinato do general Prats na Argentina. Porém, em 2003, Pinochet cometeu alguns descuidos. Compareceu à inauguração de uma revendedora da Mercedes-Benz em maio; foi visto numa de suas residências em Iquique usando calção de banho, bronzeado e saudável; encontrou-se com generais da reserva e fez discursos políticos. O ex-ditador ostentava sua liberdade, enraivecendo os altos comandos do Exército, que estavam propensos a reassumir um papel estritamente profissional.

Quando eu era secretário-geral do governo, o general Cheyre me disse que tinha dado ordens aos guardas de Pinochet para esvaziarem os pneus das Mercedes-Benz a fim de impedir que ele saísse para fazer compras ou ir a restaurantes. A viagem do ex-ditador a Iquique em junho de 2003 irritou em particular, pois seus guarda-costas detiveram dois pescadores, acusando-os de serem assassinos em potencial. Embora o Exército fornecesse a Pinochet uma infraestrutura substancial e um apoio logístico generoso, o velho general e sua família se distanciaram das novas lideranças militares, cuja lealdade à Constituição e ao regime civil eles encaravam com suspeita e hostilidade.

Um dia, em janeiro de 2003, quando quase todos estavam de férias e eu era o único ministro trabalhando no Palácio de la Moneda, recebi um telefonema urgente do general Cheyre. Pinochet sofrera um derrame em sua propriedade em Los Boldos e estava sendo transportado de helicóptero para o Hospital Militar de Santiago. A família não queria que ele fosse tratado naquele hospital, mas, como comandante em chefe do Exército, Cheyre não podia autorizá-los a levar

Pinochet a outro lugar. O derrame foi pequeno, porém o incidente revelou a desconfiança crescente nas relações entre o ex-ditador, sua família e conselheiros próximos, de um lado, e o novo alto comando do Exército, de outro.

O perfil público de Pinochet trabalhou contra ele quando deu uma longa entrevista para uma rede de televisão de Miami, na qual se saiu extremamente bem, sem qualquer sinal de fragilidade mental ou física. Em 28 de maio de 2004, os juízes da Corte de Apelação votaram, por 14 a nove, a revogação do status de demência de Pinochet (e, consequentemente, de sua imunidade aos processos); a entrevista à televisão de Miami – apresentada como prova pela promotoria – tinha levantado dúvidas sobre a incapacidade do general. Em agosto de 2004, a Suprema Corte confirmou a decisão da Corte de Apelação de suspender a imunidade no caso dos processos.

Em dezembro de 2004, o juiz Juan Guzmán abriu um dossiê "Operação Condor", dessa vez processando Pinochet como autor intelectual de nove sequestros e um homicídio praticados pela rede criminosa internacional. Novos exames realizados por uma equipe de médicos nomeados pelo tribunal concluíram que o general estava lúcido e em ótimas condições para ser submetido a julgamento. Segundo o advogado dos queixosos, Pinochet sabia os nomes de seus advogados, de seus parentes e amigos, reconhecia os temas sobre os quais era interrogado e compreendia a seriedade das acusações feitas contra ele. Foi somente depois de uma ida ao banheiro, acompanhado por seu psiquiatra particular, que ele começou a demonstrar dificuldades súbitas de expressão e afirmou estar com vertigens – uma condição que os especialistas caracterizaram como "simulação exagerada de distúrbios cognitivos".

As acusações criminais contra Pinochet se multiplicaram. Em 2005, o juiz Víctor Montiglio o interpelou, acusando-o de coautor dos seis de 119 sequestros de prisioneiros políticos desaparecidos entre 1974 e 1975 na Operação Colombo, realizada pela Dina – prisioneiros que posteriormente a Dina afirmou terem morrido em confrontos entre integrantes da própria esquerda, na Argentina. Pinochet foi autuado e passou seu nonagésimo aniversário em prisão domiciliar. Também em 2005, o juiz Alejandro Solís solicitou que a imunidade presidencial de Pinochet fosse suspensa, para que se pudesse levá-lo a juízo pela participação nos assassinatos cometidos no centro de tortura de Villa Grimaldi. A Corte de Apelação concordou com o pedido. Depois de interrogá-lo, o juiz Solís acusou Pinochet em 36 casos de sequestro e 23 de tortura, colocando-o sob prisão domiciliar. Pela primeira vez o ex-ditador era levado a juízo por crime de tortura.

A imunidade de Pinochet foi suspensa pela Suprema Corte em setembro de 2006 para o caso de Villa Grimaldi, e novamente em outubro de 2006, para ele ser processado pelo sequestro de Eugenio Berríos, químico da Dina, encontrado

morto no Uruguai, e pela tortura e assassinato do padre Antonio Llidó. O caso da Caravana da Morte foi reaberto em novembro de 2006, dessa vez pelo sequestro e assassinato de duas outras vítimas, e Pinochet foi devidamente processado e posto em prisão domiciliar.

A situação do general ficou cada vez mais difícil depois que o tenente Ricardo Lawrence, ex-agente da Dina, testemunhou que o escoltara ao centro de tortura de Villa Grimaldi, em 1976, para interrogar Víctor Díaz, líder do Partido Comunista que mais tarde desapareceu (ele era pai de um dos membros do comando que emboscou Pinochet em 1986). A investigação também citava o testemunho incriminativo do chefe da Dina, o general Manuel Contreras.

Pinochet decidiu se safar das acusaçõs. Num interrogatório que durou duas horas, em 14 de novembro de 2005, conduzido pelo juiz Víctor Montiglio, ele declarou repetidas vezes que não conseguia se lembrar de muitos dos episódios sobre os quais o magistrado o interrogava, mas detalhou suas relações com Contreras.

“É verdade que o general Contreras se reportava exclusivamente ao senhor quanto às ações da Dina?”, perguntou o juiz Montiglio a Pinochet.

“Eu não me lembro, mas muitas vezes devia-se arrancar a informação de Contreras, porque ele falava pouco ou mentia. Mas eu não me lembro”, respondeu Pinochet.

“É verdade que as ações da Dina tornaram insustentável a posição de Contreras na direção daquele órgão, e que, consequentemente, as autoridades da época decidiram dissolvê-lo e substituí-lo pela CNI?”, inquiriu o juiz.

“Manuel Contreras, em minha opinião, queria controlar o país, mas eu não me lembro”, respondeu Pinochet. “Eu não sei se foi isso que aconteceu, mas esse sujeito chegou a chantagear padres com fotografias deles com prostitutas. Eu despedi Contreras porque ele estava criando problemas. Ele me ofereceu dinheiro em contas no exterior, e eu o demiti por causa disso.”

“Vejamos, é verdade o que o general Gustavo Leigh diz, que o chefe da Dina ia pegá-los todos os dias a fim de que vocês seguissem juntos para o trabalho; que vocês dois recebiam um relatório resumido das ações da Dina durante o café da manhã; e que havia um circuito fechado de televisão entre [o seu] gabinete e o de Contreras?”, continuou o juiz.

“Isto é mentira. Talvez Contreras tenha vindo me pegar alguma vez. Eu não me lembro. Quem imagina que eu pudesse andar de carro com o chefe do serviço de informações ao meu lado?”, indagou Pinochet. Mas, numa entrevista publicada postumamente, em 2006, ele disse algo diferente: “Sem dúvida eu tomava café da manhã com ele [Contreras], para ele me contar o que estava acontecendo. Mas eu não fazia perguntas, ‘Ei, quem você vai matar agora?’…

Eu não fazia perguntas. ‘Ei, você bateu ou torturou alguém?’ Este foi o problema!”

O juiz Montiglio continuava a pressionar no interrogatório. “É verdade o que Contreras declarou sob juramento, nos tribunais, que o presidente da Junta e posteriormente presidente da República era o chefe direto da Dina?”

A resposta de Pinochet foi uma pérola: “Eu não me lembro, mas não é verdade. Não é verdade. Mesmo que fosse, eu não lembro. Contreras gostava de me ludibriar, de envolver o chefe para tirar vantagem; era ele quem dirigia a instituição [Dina].”

Pinochet disse que tudo o que fizera tinha sido “dedicado a Deus, dedicado ao Chile”, e que ele tinha “impedido que o país se tornasse comunista, possibilitando que ele se desenvolvesse tal como é hoje”. No fim do interrogatório, o juiz fez a Pinochet uma pergunta moral: “O senhor lamenta as mortes que ocorreram sob o seu governo?”

“Eu lamento e sofro essas perdas”, respondeu Pinochet. “Mas Deus faz as coisas acontecerem, e Ele vai me perdoar se alguma vez eu me excedi, o que não creio.”

Contreras ficou furioso quando soube do depoimento do seu ex-chefe. Por intermédio de seu advogado, ele pediu uma acareação com Pinochet. Poucos dias depois, em 18 de novembro, o juiz Montiglio concordou.

“Sr. Contreras”, perguntou o juiz, “o senhor confirma que prestava contas exclusivamente ao general Pinochet sobre o trabalho da Dina?”

“É verdade”, disse Contreras. “Posso acrescentar que, quando falo de exclusividade, o que quero dizer é que eu me reportava a ele pessoalmente e por escrito, com um boletim diário. … Só em ocasiões excepcionais eu me reportei pessoalmente aos outros membros da Junta.”

Então foi a vez de Pinochet: “Eu não me lembro bem. Mas parece que ele [Contreras] se reportava a mim pessoalmente e também aos membros da Junta através do boletim.”

O juiz prosseguiu: “O sr. Contreras reafirma sua declaração de que a Dina nunca levou a cabo ação alguma que não tivesse sido ordenada ou conhecida de modo devido e em tempo pelo general Pinochet?”

“Eu reafirmo as minhas declarações. Tudo que a Dina fazia, e não somente os itens pelos quais está sendo acusado”, respondeu o ex-diretor da Dina.

Pinochet assumiu um tom emocional. “Eu digo que o general Contreras, como diretor de um serviço, é responsável pelo que foi feito pela Dina. Como seria eu o responsável? Eu só tinha responsabilidade indireta, porque o chefe podia solicitar uma coisa ao serviço de informações. Como o diretor do serviço obtinha essas informações, isso era problema dele.”

A atmosfera na sala de interrogatório ficava cada vez mais tensa.

“Sr. Contreras, o senhor confirma suas declarações de que, quanto a violações dos direitos humanos, seu superior manteve um silêncio permanente, recusando-se a defender a Dina?”

“Eu confirmo tudo o que disse”, respondeu Contreras.

“Eu teria que dedicar todo o meu tempo à Dina!”, declarou Pinochet indignado. “E quanto a defender a Dina, do que iria eu defendê-la se não sabia de nada? Quem a dirigia era o general Contreras.”

“Eu ordenava o que o presidente me instruía a fazer”, respondeu Contreras diretamente a Pinochet.

O juiz interveio, perguntando a Contreras se ele mantinha sua declaração de que, “como superior, Pinochet era responsável por qualquer ação ilícita relacionada a direitos humanos”.

“Eu digo que o presidente da República, como superior direto da Dina, deveria ser responsabilizado por todas as acusações passadas e presentes contra a agência”, afirmou Contreras.

Então Pinochet recuou de uma acusação séria que fizera a Contreras: “No tocante ao afastamento do general Contreras do seu posto de diretor executivo da Dina, eu preciso retificar minha declaração, pois me expressei mal. Fiquei confuso, o que eu disse não reflete a realidade, no sentido de que eu o demiti porque ele me ofereceu dinheiro em contas no exterior. Isso é falso e é um lapso da minha cabeça, porque minha memória está falhando.”

Contreras tinha cometido um sério erro de cálculo. Ele pensou que, por tudo o que sabia, Pinochet não ousaria traí-lo, que o defenderia até o último extremo. Mas o general tinha ficado no poder durante tanto tempo exatamente por ser um exímio praticante da *realpolitik*. Em maio de 2006, Pinochet atacou mais uma vez Contreras num depoimento em juízo. “Acredito que Manuel Contreras é um mentiroso, ele alterou todos os papéis, o dele, o meu, o de todo mundo, e apareceu como um passarinho inocente.”

Contreras entregou documentos ao juiz Montiglio demonstrando que, como diretor da Dina, ele agia estritamente em nome de Pinochet. Havia inclusive um documento de 13 de novembro de 1973 que dizia: “O presidente da Junta Militar certifica que o tenente-coronel Manuel Contreras é seu delegado para levar a cabo serviços perante órgãos públicos e privados autônomos, os quais devem dar apoio e esclarecer satisfatoriamente o que quer que ele solicite.” O testemunho de Pinochet, disse Contreras, constituía “o pior sinal de deslealdade”.

Afirmando que tinha se tornado bode expiatório dos crimes contra os direitos humanos pelos quais o general Pinochet devia assumir a responsabilidade, Contreras tornou-se cada vez mais expansivo e franco, alegando até que o

desacreditado ex-ditador e seu filho mais novo, Marco Antonio Pinochet, tinham obtido uma fortuna ilícita com a fabricação e o tráfico de cocaína. Segundo essa história imoral, que veio a público em julho de 2006, a operação de produção da droga era supervisionada por Eugenio Berríos, químico que trabalhava para a polícia secreta e que desaparecera do Chile em 1991 (por ordem de Pinochet, segundo o testemunho em juízo de um general do Exército chileno), quando enfrentava interrogatórios sobre o caso do assassinato de Letelier. Ele foi encontrado morto no Uruguai em 1995.

Outro poderoso aliado de Pinochet foi para a prisão também em 2005. Em março daquele ano, uma varredura da polícia localizou na Argentina um ex-médico nazista da Luftwaffe chamado Paul Schäfer e o enviou de volta ao Chile. Schäfer dirigira uma estranha e secreta seita paramilitar, composta principalmente de jovens alemães emigrados, em Colonia Dignidad, uma imensa propriedade no sul do Chile. Ali ele controlava todos os aspectos da vida de seus asseclas – dizia-se que abusava do corpo dos jovens rapazes. Entre as muitas atrações da propriedade estavam os calabouços, onde Schäfer convidou a Dina a depositar prisioneiros políticos. Pinochet e sua esposa visitaram a Colonia Dignidad em mais de uma ocasião, assim como muitos de seus ministros. Os laços de Pinochet com Schäfer eram tão estreitos que o líder do culto deu-lhe de presente uma limusine Mercedes-Benz 600 Pullman.

Schäfer fugiu do Chile por volta de 1995, permanecendo foragido por quase uma década. Depois de sua captura, ele foi processado pelo assassinato de um líder do MIR. As autoridades do governo encontraram em Colonia Dignidad um dos maiores esconderijos de armas ilegais jamais encontrado, incluindo lançadores de foguetes, metralhadoras e rifles automáticos. A descoberta levou à acusação por crimes contra os direitos humanos de outros dez ex-membros do culto e vários ex-agentes da polícia secreta. Continua sem solução o caso de Boris Weisfeiler, professor americano que desapareceu durante uma caminhada perto da colônia, em 1985. Há rumores de que Weisfeiler, judeu russo emigrado, foi executado por ordem de Paul Schäfer.

Segundo dados oficiais, em meados de 2007, 560 indivíduos, quase todos ex-oficiais das forças de segurança chilenas, tinham sido acusados ou estavam sob investigação por crimes contra os direitos humanos, incluindo sequestros e assassinatos de prisioneiros políticos. Cento e quarenta e oito deles, incluindo 34 ex-generais do Exército, foram condenados. O general Contreras acumulou uma sentença de 224 anos de prisão. Sua última condenação, em setembro de 2007, foi por um sequestro ligado ao caso da Villa Grimaldi.

TALVEZ O GOLPE FINAL para a reputação do ex-ditador tenha vindo em 2004, quando o líder da luta do mundo livre contra o "terrorismo comunista" foi derrubado pela "guerra contra o terror" iniciada depois do 11 de Setembro americano.

Entre 1999 e 2001, o Subcomitê Permanente do Senado dos Estados Unidos, do Comitê de Investigações sobre Assuntos do Governo (hoje Comitê de Segurança Interna e Assuntos Governamentais) investigou a lavagem de dinheiro no setor financeiro do país. Em 2003, a pedido do senador Carl Levin, o Subcomitê Permanente iniciou uma auditoria sobre o Riggs Bank de Washington, para avaliar a efetividade das cláusulas antilavagem de dinheiro do Patriot Act.[1] O grupo de auditoria reexaminou mais de uma centena de caixas, pastas e disquetes contendo centenas de milhares de páginas de documentos. Segundo um relatório de 15 de julho de 2004, preparado pelo grupo da minoria [democratas] do Subcomitê Permanente, os indícios mostravam que, pelo menos desde 1997, o Riggs Bank tinha "negligenciado suas obrigações antilavagem de dinheiro (AML, na sigla em inglês), mantendo um programa AML nada funcional, apesar das frequentes advertências do Escritório do Controlador da Moeda (OCC, na sigla em inglês), e permitindo ou mesmo facilitado atividades financeiras suspeitas".

Os documentos também revelaram que, de 1994 a 2002, o Riggs tinha aberto pelo menos seis contas e emitido vários comprovantes de depósito para Augusto Pinochet. Segundo o relatório do Senado, "o total dos depósitos nas contas de Pinochet no Riggs ia de quatro a oito milhões de dólares a cada vez". O Riggs aceitou milhões de dólares em depósitos de Pinochet "sem qualquer averiguação séria da origem de sua riqueza"; montou empresas de fachada para mascarar o fato de Pinochet ser o proprietário do dinheiro; alterou os nomes das suas contas pessoais para mascarar a titularidade; transferiu secretamente 1,6 milhão de dólares de Londres para os Estados Unidos, quando Pinochet era alvo, em 1998, de um mandado judicial mundial para congelar suas contas bancárias; realizou operações através de contas de liquidação de transações internas para esconder as transferências em dinheiro do general; e entregou 1,9 milhão de dólares, em quatro lotes de cheques administrativos, para o general Pinochet no Chile. A investigação do Senado também descobriu que o Riggs Bank ocultou a existência das contas de Pinochet dos auditores do OCC por dois anos, resistiu aos pedidos de informação do OCC, deixou de identificar ou relatar atividade de conta suspeita e só fechou as contas do general após uma investigação detalhada por parte do OCC em 2002.

Num perfil de cliente de 1998, o banco descrevia Pinochet como "um profissional aposentado que teve muito sucesso em sua carreira e acumulou

riqueza durante a vida de maneira legítima", e estimava sua fortuna líquida num montante que variava de 50 a 100 milhões de dólares. Quando, em julho de 2000, no âmbito de um exame de rotina antilavagem de dinheiro, o OCC pediu ao banco a lista de contas controladas por personalidades políticas estrangeiras, o Riggs omitiu o nome de Pinochet. Em 2001, quando o auditor do banco perguntou sobre uma das duas empresas de fachada com base nas Bahamas e abertas para Pinochet pelo Riggs – Ashburton Company Ltd e Althorp Investment Company –, o banco respondeu cautelosamente que o proprietário era uma figura pública do Chile, e que membros da sua família "eram diplomatas" e "proprietários de terras" com "vinhedos".

O Subcomitê Permanente não foi o primeiro a descobrir a ligação entre Pinochet e o Riggs. Porém, toda vez que alguém ameaçava revelar a existência das contas – por exemplo, em 1999, um artigo num jornal mexicano reproduziu uma cópia de um dos extratos de Pinochet no banco –, o Riggs alterava prontamente os nomes oficiais das contas ou as fechava, transferindo os fundos para contas novas. Quando foram confrontados com as evidências, os advogados de Pinochet simplesmente mentiram. Marco Antonio, o filho mais novo do general, se referiu às reportagens sobre contas secretas no Riggs Bank como "pura mentira".

Pinochet e o presidente e diretor-geral do Riggs Banks, Joseph L. Allbritton, eram íntimos. O ex-ditador era seu quarto maior cliente em termos de negócios bancários privados. Allbritton recebia presentes pessoais de seu amigo chileno e pretendia convidá-lo para uma visita em sua fazenda na Virgínia, segundo rascunhos de cartas descobertos durante a investigação – talvez para retribuir o tempo que Allbritton e a esposa, Barbara, foram hóspedes de Pinochet numa exibição equestre do Exército, na Escola de Cavalaria de Quilota. Uma carta de Allbritton de 1997 descrevia a amizade deles em termos eloquentes: "Você livrou o Chile de um governo autoritário e de um sistema econômico baseado em propriedade estatal e planejamento centralizado. Nós, nos Estados Unidos e no resto do hemisfério ocidental, temos com você uma tremenda dívida de gratidão."

Quando os auditores do OCC descobriram as contas de Pinochet na primavera de 2002, eles obrigaram o Riggs a fechá-las. Mesmo assim, os laços Riggs-Pinochet e as ações ilegais do banco prosseguiram em segredo, até o Subcomitê Permanente publicar um relatório, em 2004. O Riggs Bank se declarou culpado das acusações de delito grave por seu fracasso em policiar a lavagem internacional de dinheiro; afinal, pagou 41 milhões de dólares em penalidades civis e criminais. Um juiz federal tachou o Riggs Bank de ganancioso "capanga de ditadores".

Mas o Riggs e a família Allbritton decidiram reduzir suas perdas. Em fevereiro de 2005, como parte de um acordo autorizado pelo tribunal do juiz Garzón para retirar queixas criminais contra diretores e funcionários do banco e abrir caminho para a venda da instituição, o Riggs Bank e a família controladora efetuaram um pagamento de nove milhões de dólares para a Fundação Salvador Allende, de Joan Garcés, a qual, por sua vez, dividiu o dinheiro entre 21.887 vítimas do regime Pinochet. Poucas semanas depois, Robert Allbritton renunciou à presidência e à direção-geral da Riggs National, a empresa mãe do Riggs Bank, dando fim aos 24 anos do controle de companhia pela família Allbritton. Mais uma vez, Pinochet ocupara as manchetes mundiais, derrubando indiretamente um banco com 160 anos de atividade.

Em termos do império financeiro ilegal de Pinochet, o Riggs era apenas a ponta do iceberg. O general também tinha depósitos em outras instituições como Citibank, Banco do Chile nos Estados Unidos, Espirito Santo Bank de Miami, Counts & Co. Bank of Miami e Atlantic Bank em Zurique e Gibraltar. No começo de 2003, o Banco do Chile, o segundo maior do país, concordou em pagar três milhões de dólares em multas depois que o governo dos Estados Unidos determinou que suas sucursais de Miami e Nova York tinham deixado de cumprir as regras antilavagem de dinheiro.

Cinco dias depois da publicação do relatório do Subcomitê Permanente do Senado dos Estados Unidos, em 15 de julho de 2004, os tribunais chilenos designaram o juiz Sergio Muñoz para abrir uma investigação por evasão fiscal, lavagem de dinheiro e apropriação indébita de recursos públicos. Na tarde de 5 de agosto, o juiz Muñoz interrogou Pinochet na residência no nº 3.796 da rua Los Flamencos, em La Dehesa. Poucas horas antes, o juiz ordenara o congelamento de todo o movimento financeiro de Pinochet. De jaqueta esportiva e tênis brancos, o ex-ditador queixou-se da saúde, declarou que muito tinha feito para aumentar o bem-estar material do setor judiciário e disse que havia economizado dinheiro desde a juventude. O juiz advertiu Pinochet de que seus advogados teriam de lutar para obter acesso à sua fortuna congelada de “oito milhões de *pesos* [cerca de 16 mil dólares]”. *O quêêê?*, reagiu Pinochet, aturdido. “Desculpe-me, oito milhões de *dólares*.” “Ah, bom”, disse Pinochet com um suspiro de alívio. Estranhamente, quando lhe perguntaram sobre seu conselheiro financeiro, Oscar Aitken, a quem consultara recentemente, ele respondeu que não conseguia lembrar se conhecia essa pessoa.

Acompanhado de oito detetives, em 6 de janeiro de 2005 o juiz Sergio Muñoz fez uma busca nos escritórios de Pinochet em Santiago e achou quatro passaportes com nomes falsos. Os advogados do general explicaram que os documentos haviam sido emitidos por motivos de segurança e nunca tinham sido

usados. Porém, fotocópias de três deles apareceram entre os documentos que os auditores do OCC encontraram no Riggs Bank; Pinochet recorrera a eles para abrir contas sob nomes falsos. Cerca de 60 pessoas que trabalharam para Pinochet, de motoristas a secretários, foram interrogadas. O Congresso chileno também estabeleceu uma comissão para determinar se as contas de Pinochet no Riggs Bank tinham recursos roubados do Estado.

A família e os conselheiros de Pinochet não podiam mais negar a existência de contas no exterior. Em março de 2005, um dos filhos do general, Marco Antonio, retificou suas declarações anteriores. "Agora, tendo mais informações, eu compreendi que o dinheiro entrou no Riggs Bank a partir do Citibank, do Banco do Chile, do Banco Atlântico … e talvez do [Banco] Espirito Santo. O cálculo que fiz é que, somando as contas no Riggs, o total poderia chegar a um montante que varia de 8,5 a 11 milhões de dólares entre o Riggs e o Espirito Santo." Embora várias contas estivessem em seu próprio nome, Marco Antonio insistiu que seu pai era completamente responsável por elas.

Pinochet sempre alardeou sua vida austera e queixou-se de falta de dinheiro. Numa entrevista para a jornalista Raquel Correa, em 12 de setembro de 1993, perguntaram-lhe sobre sua situação financeira. "Estou sem dinheiro, como sempre", respondeu, enquanto secretamente acumulava milhões de dólares em contas no mundo todo, dos Estados Unidos à Suíça. Quando foi detido em Londres, sua esposa queixou-se de que os altos gastos com advogados, médicos e moradia obrigariam que o casal "começasse a vender as poucas coisas que temos".

Pego numa mentira após a outra, o conselheiro financeiro de Pinochet, Oscar Aitken, admitiu para a imprensa chilena que a fortuna do general podia chegar a 15 milhões de dólares – toda ela acumulada legalmente, por meio de investimentos inteligentes, disse ele. Aitken afirmou que o Riggs Bank "prometera e pagara taxas de retorno que dobravam o capital do general Pinochet a cada três anos". Um porta-voz do banco respondeu que os registros mostravam que, em sua maior parte, as contas de Pinochet tinham auferido somente entre 2% e 3% de juros. Nicolás Eyzaquirre, ministro das Finanças do Chile, ridicularizou a explicação dada por Aitken. "A única maneira de realizar taxas tão altas de retorno teria sido Pinochet e seus filhos serem gênios financeiros, o que é muito duvidoso."

Entre os nomes que Pinochet usou para esconder seus ativos estavam Augusto Ugarte, José Ramón Ugarte, Daniel López e John Long. Em 22 de novembro de 2005, os advogados de Pinochet admitiram que ele usara o falso nome de Daniel López para finalidades bancárias; mais tarde, descobriu-se que o sr. López tinha o mesmo número de identidade fiscal que a secretária particular de Pinochet,

Mónica Ananías. John Long, por outro lado, supostamente nascera em Miami, em 11 de junho de 1984, mas desapareceu da superfície da Terra em 1985. Ele abriu uma conta no Riggs Bank com cheques que somavam um total de 287.381 dólares, provenientes de contas do general Ballerino, ajudante de Pinochet, e do general Ramón Castro, seu secretário do Exército. Afinal, 1,7 milhão de dólares passaram pela conta do sr. Long. Este, por sua vez, transferiu dinheiro de Miami para um dos filhos de Pinochet, Augusto Jr., que na época morava em Los Angeles. Antes de chegar a Augusto Jr., o dinheiro passou pela conta do cônsul geral do Chile em Los Angeles, parente distante de Pinochet.

Em junho de 2005, a Corte de Apelação suspendeu a imunidade de Pinochet contra a instauração de processo no caso de fraude fiscal e corrupção, e, em agosto, a esposa de Pinochet e seu filho Marco Antonio foram intimados a comparecer ao quartel-general da Polícia Civil. Inesperadamente, o juiz os acusara e prendera de imediato. Quando dona Lucía compreendeu que estava na cadeia, desmaiou e teve de ser levada às pressas para o Hospital Militar. Seu marido soube da tragédia pelo noticiário da televisão. Soltaram Lucía no dia seguinte, sob fiança, mas o filho caçula, acusado de cumplicidade na fraude fiscal, foi detido e mantido preso durante mais de duas semanas por representar "um risco para a sociedade". No meio da convulsão política criada pela prisão dos dois, Pinochet disse: "Se querem alguém para prender, pondo a história do Chile em julgamento, que seja eu e não pessoas inocentes. Eu assumo toda a responsabilidade."

A declaração sincera causou outra cisão entre seus seguidores. Sempre que os tribunais tocavam em sua família, Pinochet assumia a responsabilidade. Mas quando seus ex-camaradas políticos ou militares eram presos por violações dos direitos humanos perpetradas sob seu regime, ele mantinha o silêncio – ou usava-os como bodes expiatórios.

Poucas semanas depois, o Conselho de Defesa do Estado processou Pinochet por aceitar propina em várias transações de venda de armas. Em 25 de outubro de 2005, a Suprema Corte suspendeu sua imunidade para a instauração de processo por corrupção relacionado às contas multimilionárias no exterior. A fortuna de Pinochet era então estimada em pelo menos 27 milhões de dólares, provavelmente mais.

Em 8 de novembro de 2005, o ex-ditador foi interrogado por três horas e meia em sua residência de La Dehesa pelo juiz Carlos Cerda, que sucedeu Sergio Muñoz depois de eleito para a Suprema Corte. O general explicou que recebera muitas "doações" e que sua fortuna era resultado da "poupança de toda uma vida de trabalho". Ele reconheceu que movimentara seu dinheiro por várias contas bancárias, pela "ameaça permanente do [juiz espanhol Baltasar] Garzón e de

Joan Garcés, que procuravam meu dinheiro em toda parte". De modo estranho, afirmou que fora vítima de um roubo de meio milhão de dólares quando estava sob prisão em Londres, dinheiro que o Exército lhe dera.

O juiz Carlos Cerda interrogou Pinochet novamente em 10 de novembro. As contradições do testemunho eram flagrantes e às vezes divertidas. Quando Cerda lhe perguntou sobre uma empresa de fachada que ele possuía, conhecida como Trilateral International Trading, Pinochet respondeu : "Eu não tenho nenhuma empresa assim; se abriram uma em meu nome, eu não sei. Talvez eles tenham feito investimentos e me colocaram como sócio. É incrível como o nome de uma pessoa pode angariar prestígio no exterior. Quando alguém diz meu nome, é como pôr um rótulo bom numa coisa." Como sabemos, no entanto, Pinochet não abriu contas nem registrou empresas em paraísos fiscais em seu próprio e célebre nome, que "angariava prestígio" aos sócios. Na verdade, fez isso sob identidades falsas, como "Daniel López".

Cerda interrogou Pinochet outra vez em 15 de novembro, e depois realizou uma quarta sessão de interrogatório na quinta-feira 17 de novembro. Ficou então determinado que o general recebera 6,8 milhões de dólares de "fundos secretos" – que autoridades do Estado podem gastar com finalidades oficiais sem prestar contas detalhadas – em cinco viagens ao exterior entre 1974 e 1976. Ele também recebeu 5,5 milhões entre 1995 e 1997 – quando era comandante em chefe do Exército – durante visitas a Inglaterra, Malásia, Brasil e China. Pinochet admitiu que era "possível" que tivesse recebido esses montantes, mas não conseguia se lembrar com exatidão.

"Para que eram as quantias?", inquiriu o juiz. O general explicou que eram usados para pagar despesas de encontros, refeições, presentes. Perguntado sobre os presentes, ele recordou-se de ter comprado "um conjunto de canetas-tinteiro". O que acontecia se algum dinheiro sobrasse depois da viagem? Pinochet explicou que os fundos remanescentes eram "guardados pela pessoa". Em seguida, mudou a resposta e disse que o dinheiro "ficava com o comando [militar]". "Geralmente, os valores que sobravam eram insignificantes", acrescentou.

"Sim, eu usei a identidade de Daniel López", admitiu Pinochet, "mas nos Estados Unidos isso não é um crime." Perguntado se conhecia alguém chamado John Long, Pinochet respondeu: "Esse nome me diz alguma coisa." Ele admitiu que "talvez" possuísse contas nos Estados Unidos, na Inglaterra, nas Bahamas, em Gibraltar e na Suíça. Não conseguia lembrar se tinha contas nas ilhas Virgens.

O juiz declarou, para constar dos autos, que durante todos os interrogatórios Pinochet "apresentou comportamento normal. … Parecia estar seguro sobre as

respostas”. No mês anterior ao interrogatório, médicos indicados pelo tribunal determinaram, mais uma vez, que ele estava em condições de ser submetido a julgamento.

Em 23 de novembro de 2005, Pinochet foi preso por fraude fiscal e falsificação de passaporte – acusações decorrentes da existência de contas bancárias no exterior sob nomes falsos – e mantido em prisão domiciliar. Pela primeira vez Pinochet era processado e preso por acusações que nada tinham a ver com direitos humanos. Alguns pensaram estar testemunhando uma situação “tipo Al Capone”.

O caso Riggs custou a Pinochet grande parte de seu apoio entre os políticos e empresários conservadores. No Chile, o país menos corrupto da América Latina, roubar era considerado um crime mais grave, digamos, do que ser indiretamente responsável pelo assassinato de presos políticos.

Muitos ficaram surpresos com a acumulação de riqueza do ex-ditador. Numa entrevista de 1975 ao jornal *Las Ultimas Noticias*, Pinochet repudiara a ideia de que jamais pudesse tirar proveito de sua posição. “Quando eu tiver de partir, irei a um tabelião e pegarei o envelope com os meus haveres, nada mais. É provável que eu saia com menos posses materiais do que tinha quando assumi o posto.” Pouco depois do golpe, em 21 de setembro de 1973, ele deu uma declaração juramentada em tabelião sobre seus bens, os quais consistiam, disse ele, em cerca de 120 mil dólares em poupança oriundos do seu serviço no Equador e outros depósitos em dólar, uma propriedade em Santiago, um terreno em Limache avaliado em oito mil dólares, quatro carros, joias, algumas mobílias e antiguidades, livros e economias em moeda chilena.

Em 1989, Pinochet fez uma nova declaração juramentada voluntária, na qual seu dinheiro do Equador e outros depósitos em dólar tinham crescido para 470 mil dólares. Ele arrolou a propriedade em El Melocotón, um apartamento (sem especificação de endereço) e mais ou menos os mesmos itens descritos em 1973, com valor ajustado. Nenhuma conta no Riggs Bank nem nos outros bancos pelo mundo foi mencionada. Anos mais tarde, quando o juiz Carlos Cerda perguntou a Pinochet por que uma conta no Banco Atlántico em Zurique, contendo 2.658.604 dólares, não tinha sido incluída em sua declaração juramentada, ele respondeu: “Eu esqueci. Minha taxa de glicose no sangue estava muito alta naquela época.”

Em maio de 1999, enquanto Pinochet estava em prisão domiciliar em Londres e o juiz espanhol Baltasar Garzón tentava bloquear seus bens, ele e Lucía dissolveram, por prudência, o regime de comunhão de bens e os dividiram ao meio. Surpreendentemente, grande parte dos bens não fora mencionada em 1989. Além disso, o casal declarou que se tratava de uma liquidação *parcial* de

bens, isto é, nem todos os bens tinham sido incluídos na divisão – ficaram fora da lista, por exemplo, apartamentos em Santiago, Iquique e Valparaíso. Algumas das propriedades imóveis listadas por eles foram grosseiramente subavaliadas. No documento de separação, a imensa propriedade de Pinochet em Los Boldos era avaliada em 45 mil dólares, ao passo que os tribunais fixaram seu valor em mais de 2,3 milhões de dólares.

Já se havia questionado antes a honestidade do general. Em 1984, uma queixa civil foi apresentada por um grupo de advogados, inclusive Patricio Aylwin, acusando-o de ter adquirido terras para sua casa em El Melocotón por um preço bem menor que o de mercado. Primeiro, houve expropriação de terras vizinhas aprovadas por Pinochet. Depois, essas terras foram compradas em seu nome por um preço ridiculamente baixo (o general Ramón Castro, a quem eu conheci em Washington, no começo dos anos 1990, fez a compra em nome de Pinochet). A queixa jurídica jamais alcançou o estágio de investigação, e o líder da oposição, Jorge Lavandero, que denunciou publicamente o escândalo, pagou um preço alto pela sinceridade: foi espancado por agentes das forças de segurança, o que lhe deixou como sequela a perda parcial da audição.

Também em 1984, os ex-congressistas Carlos Dupré e José Monares entraram com uma petição no Escritório do Controlador Geral para investigar a venda por Pinochet de um terreno em Limache, para o Fundo de Defesa Nacional. A chamada Quinta Croce fora um mau investimento, pois ficava inundada no período de chuvas. O general livrou-se dela vendendo-a para um órgão do Estado, com um lucro de 230%.

Apesar de todas as suas trapaças, porém, poucos suspeitavam que ele tivesse acumulado as dezenas de milhões de dólares que apareceram depois. De onde vinha essa fortuna? As investigações judiciais sugerem que uma das principais origens eram os fundos públicos que sua equipe militar com características ministeriais (a Casa Militar) administrava. Os advogados de Pinochet, Fernando Barros e Pablo Rodríguez, declararam em abril de 2005 que 22,5 milhões de dólares da fortuna do general vinham de “fundos reservados”. Esses fundos também financiaram hospedagem de membros da família de Pinochet nos Estados Unidos durante os anos 1980, segundo depoimento dado ao tribunal por oficiais de alta patente do Exército. As investigações judiciais também revelaram que se empregaram fundos públicos para fazer benfeitorias nas propriedades de Pinochet, sob a forma de mão de obra e materiais fornecidos pelo Corpo de Engenheiros do Exército.

Segundo o Conselho de Defesa do Estado chileno, outra fonte essencial de riqueza foram as comissões que recebeu em vendas de armas. A Royal Ordnance, subsidiária da BAE Systems, a maior fabricante de armas da

Inglaterra e parceira do Exército chileno no projeto do foguete Rayo, convidou o general para ir a Londres em várias ocasiões. Depois que ele deixou de ser comandante em chefe do Exército, as Forças Armadas cancelaram o projeto Rayo por causa da tecnologia obsoleta – dando como perdidos, no processo, 80 milhões de dólares. Uma investigação do jornal *The Guardian* revelou, em setembro de 2005, que a BAE pagara secretamente, a empresas fora do Chile controladas por Oscar Aitken, mais de um milhão de libras, a título de comissão de venda de armas. O ex-genro do general, Roberto Thieme, outrora casado com Lucía Pinochet, afirmou que a empresa brasileira Avibras chegara a um acordo financeiro, em 1994, para que Lucía fizesse lobby junto ao pai e ao Exército, a fim de ganhar o contrato Rayo. Os brasileiros ficaram desapontados ao saber que não tinham sido escolhidos porque o concorrente britânico fizera uma oferta a Lucía duas vezes maior que a proposta da Avibras.

Em 1994, no mesmo dia em que a Força Aérea chilena contratou a compra de 20 caças Mirage 5 belgas, somas em dinheiro foram depositadas na sucursal de Nova York do Banco do Chile, na conta de uma das empresas de fachada criadas pelo conselheiro financeiro de Pinochet. A BAE depositou valores na conta, e a Força Aérea belga fez o mesmo. Em junho de 1998, o Exército chileno comprou, por 80 milhões de dólares, 202 tanques Leopard da RDM Technology, empresa holandesa que também depositou 600 mil dólares numa das contas de Pinochet no Banco do Chile em Nova York. Joep van den Nieuwenhuysen, o proprietário da companhia, admitiu ter pago um total de 1,5 milhão de dólares a Aitken, o homem do dinheiro de Pinochet.

Um negócio malfeito de armas, realizado pela fábrica de armas do Exército, a Famae (Fábricas y Maestranzas del Ejército), para fornecer pistolas, rifles, morteiros, mísseis terra-ar e munição à Croácia, também estava ligado a Pinochet. O avião cargueiro que saiu do Chile transportando as armas em novembro de 1991, com desembarque anunciado para o Sri Lanka, embora rumando para a Croácia – nunca chegou ao destino, pois foi capturado em Budapeste em decorrência de um alerta da CIA.

O coronel Gerardo Huber, funcionário de alto escalão do departamento de logística da Famae, estava disposto a contar aos investigadores, em 1991, entre outras transações, a venda para os croatas, mas seu corpo apareceu nas margens de um rio fora de Santiago, em janeiro de 1992. Sua morte inicialmente foi caracterizada como suicídio, mas em 2006 um juiz concluiu que ele havia sido "neutralizado" para impedir que testemunhasse. Segundo a viúva do coronel Huber, seu marido tinha ficado tão aborrecido com as atividades ilegais em que a Famae se envolvera que levou suas preocupações ao comandante em chefe Pinochet. "Você está louco. Precisa ir ao quinto andar do Hospital Militar [a ala

psiquiátrica] e procurar um psiquiatra", teria dito ele. Em dezembro de 2007, o general reformado do Exército e ex-diretor do departamento de logística, Carlos Krumm, declarou em juízo que o ex-ditador ordenara que o Exército cooperasse com a venda secreta de armas à Croácia.

Comentou-se que Pinochet foi beneficiado por uma transação de armas ocorrida nos anos 1980, durante a guerra Irã-Iraque. Carlos Cardoen, empresário chileno e ex-fabricante de armas, vendia bombas de fragmentação a Saddam Hussein com tamanho sucesso que este lhe pediu para montar uma fábrica no Iraque. Pinochet também queria uma parte no empreendimento, então a Famae copiou o projeto da bomba de fragmentação de Cardoen e fez negócio com o Irã. Saddam Hussein ficou furioso. Mas as bombas da Famae eram tão mal fabricadas que os iranianos perderam um jato Phantom quando elas explodiram no ar.

Para compensar os iranianos, o regime Pinochet negociou a venda, em termos convenientes, de 15 caças a jato F-5, transação à qual a Força Aérea chilena se opôs. Estranhamente, a pessoa que fez a negociação foi o chefe da Famae, coronel Carlos Carreño, sequestrado em Santiago pela facção "autônoma" da FPMR (Frente Patriótica Manuel Rodríguez) em setembro de 1987, quando estava prestes a viajar para Teerã a fim de fechar o negócio. Isso deu lugar a especulações de que a FPMR "autônoma" podia estar infiltrada por uma ramificação das Forças Armadas chilenas. (Carreño foi solto ileso, três meses depois, em São Paulo, no Brasil.) Em todo o caso, segundo Cardoen, "Pinochet autorizou a venda de armas ao Irã porque houve incentivos econômicos, … comissões".

LUCÍA HIRIART DE PINOCHET ERA UMA MULHER PODEROSA, nascida em uma família de políticos (seu pai foi senador pelo Partido Radical e ministro do Interior). Todo militar de alta patente que eu entrevistei enquanto preparava este livro, inclusive o general Guillermo Garín, vice-comandante em chefe do Exército e assessor próximo de Pinochet, ressaltaram o poder que Lucía exercia sobre o marido. Embora o ex-ditador muitas vezes ignorasse as opiniões da esposa sobre decisões políticas estratégicas (ela se opôs à destituição do general Contreras da chefia da Dina, por exemplo), ela influenciou decisivamente a carreira militar de muitos outros subordinados de seu marido. Uma vez Lucía disse à sua sogra, Avelina, que queria ser uma "Evita Perón". Quando Avelina respondeu que, para alcançar esse status, ela teria de morrer, Lucía respondeu: "Então quero ser como Estela Perón" (conhecida como "Isabelita"). Avelina retrucou: "Para isso você terá de matar o meu filho." Lucía também disse o que pensava: "Se eu fosse

chefe do governo, ia ser muito mais dura que meu marido e manteria o Chile sob estado de sítio."

Inúmeros oficiais militares capazes tiveram a carreira arruinada porque sua vida pessoal não era compatível com o alto padrão moral da sra. Pinochet. Lucía assumiu o controle dos Centros de Mães (Centros de Madres, Cema ou Cema-Chile), associação nacional de mulheres com 50 mil integrantes, e os transformou num feudo seu. Os regulamentos não permitiam que os membros da família trabalhassem nos Cema, porém, de algum modo, seus filhos Augusto Jr. e Verónica conseguiram entrar para a folha de pagamento da instituição. Os Cema até doaram 50 mil dólares à sua presidente, Lucía Hiriart de Pinochet, para pagar as despesas durante a detenção do marido em Londres.

Desde a sua fundação, nos anos 1950, os Cema eram dirigidos pela primeira-dama. Quando o governo militar teve fim, Lucía se recusou a renunciar. O presidente Aylwin lembrou: "Ao contrário do que aconteceu entre mim e o general Pinochet, quando ele me entregou a Presidência da República, a equipe da primeira-dama nada transmitiu. Minha esposa teve de começar do zero. Não houve transferência de qualquer tipo." Talvez parte da relutância de Lucía em deixar suas responsabilidades nos Cema tivesse decorrido do fato de que, segundo um decreto de 1980, a organização recebia 20% dos recursos da loteria nacional, que eram destinados a fins sociais, subsídio que permaneceu em vigor até 2005.

Marco Antonio, o filho mais novo de Pinochet, jamais concluiu a faculdade, embora estivesse matriculado por um tempo na Dubuque University, em Iowa, onde estudou administração de empresas. Ele se apresentava como fomentador de empreendimentos imobiliários e importador de lanchas. Durante as investigações no Riggs Bank, soube-se que Marco Antonio também possuía mais de 30 empresas em todo o mundo, embora sua declaração de renda – que informava um ganho mensal de cerca de dois mil dólares – não fizesse menção a elas. Talvez porque, como descobriu a auditoria no Riggs, ele usasse um passaporte falso, com o nome de Marco A. Hiriart, para depositar e retirar dinheiro da conta que seu pai mantinha no Riggs Bank sob o nome de José R. Ugarte. Lucía Hiriart e Marco Antonio eram coproprietários de muitas das quase 100 contas de Pinochet no exterior.

Em julho de 1975, quando tinha 16 anos, Marco Antonio acabou com um carro ao voltar para a casa de uma festa. Natalia Ducci, que estava com ele, morreu. Apesar de ser jovem demais para dirigir, Marco Antonio tinha uma carteira falsa, sem registro em qualquer cadastro do departamento de trânsito do condado. Agentes da Dina logo retiraram Marco Antonio da cena, deixando o corpo de Natalia na sarjeta. Dois anos mais tarde, outra namorada foi

gravemente ferida num acidente de motocicleta. Ele jamais foi processado por isso. O apartamento de Marco Antonio no distrito de Vitacura tornou-se célebre entre os amigos pelas festas e orgias ali realizadas. Ele sublocava o apartamento de um diplomata americano, que depois descobriu que Marco Antonio tinha transformado inteiramente o imóvel. Instalara uma jacuzzi na sala principal, acrescentou um tapete negro na parede e colocou luzes de boate no teto. Durante a detenção de seu pai em Londres, um Marco Antonio de 40 anos, mais maduro, respeitável e já casado, atuou como principal porta-voz de Pinochet.

A filha mais velha de Pinochet, Lucía, começou sua carreira como secretária, mas logo ascendeu à direção de uma empresa, a Storil Limited, que tinha acesso exclusivo aos seguros de empresas públicas administradas pelo Instituto de Seguro do Estado – cujo vice-presidente, Mario Gutiérrez Ugarte, era um dos primos do general Pinochet. Lucía também dirigiu uma fundação cultural financiada pelo Estado durante os anos de ditadura. Investigações judiciárias posteriores descobriram que os investimentos feitos por ela entre 1994 e 2005 somavam um total de 2.343.387 dólares. Segundo um relatório do Senado dos Estados Unidos sobre o Riggs Bank, ela possuía múltiplas contas no Citibank Miami e no Citigroup Miami. Também tinha contas no Bank of America e no Banco do Chile-Nova York. Seu nome aparecia em muitas das empresas-fantasmas criadas para esconder a fortuna do pai. Lucía viveu alguns anos em Fort Lauderdale, onde era agente imobiliária e possuía uma loja de antiguidades.

Augusto Pinochet Jr. formou-se na Academia Militar com notas medíocres, exatamente como o pai. Servindo em Punta Arenas, num exercício de artilharia, errou o alvo e atingiu um rebanho de carneiros e ovelhas. O proprietário ficou furioso. Para apaziguar as coisas, o regimento acabou comendo carneiro no jantar durante várias semanas. Depois de sofrer um ferimento nas costas num acidente com um caminhão militar, Augusto pediu reforma e mudou-se para Los Angeles, na Califórnia, onde trabalhava como agente do Exército chileno no comércio de veículos e materiais militares.

Nos anos 1980, Augusto Pinochet Jr. embarcou numa série de negócios malfadados e acusações foram feitas contra ele por emitir cheques sem fundo. Com a venda da fabricante de rifles Valmoval, em 1989, ele finalmente encontrou a mina de ouro. O escândalo dos “pinocheques” lhe valeu um lucro líquido de cerca de três milhões de dólares, com os quais comprou uma mansão em Los Angeles. Logo depois, sua esposa, María Verónica Molina, deixou-o para viver com um guarda militar que fora designado para proteger a família, e tomou posse da propriedade na Califórnia. Contrariando a tradição chilena, Augusto ganhou prontamente a guarda dos filhos. Em 1992, no meio de uma violenta disputa, María Verónica deu um tiro no tornozelo do ex-marido.

Novos fracassos empresariais se sucederam, e, em 2004, Pinochet Jr. foi processado e condenado a 541 dias de cadeia (não cumpridos) por fraude, num episódio de uso indevido de recibos de pagamento de taxas e falsificação de placas para carros roubados. No mesmo ano, o velho pai prometeu comprar-lhe uma casa, e então Augusto alugou uma de que gostava perto da casa de seus pais em La Dehesa; acabou sendo despejado por não pagar o aluguel. Certa vez registrou o nome de seu pai para uso em cartões de crédito híbridos e em vinhos chamados Capitán General e Don Augusto, e até vendeu ternos velhos que tinham pertencido a Pinochet.

Verónica, a segunda filha de Pinochet, era muito mais discreta que a irmã mais velha, embora figurasse na rede de contas do pai no Citigroup e no Riggs Bank de Miami, e fosse beneficiária de várias empresas-fantasmas de Pinochet. Ela também tinha quatro passaportes em que figuravam diferentes identidades e diferentes assinaturas. Mas seu ex-marido, Julio Ponce Lerou, passou de miserável a milionário durante o regime Pinochet. Tendo se formado na Escola de Manejo Florestal aos 32 anos, ele foi prontamente nomeado presidente da companhia estatal de celulose. Poucos anos depois, tornou-se presidente da agência estatal que supervisionou a privatização de todas as estatais e foi nomeado representante do governo Pinochet no conselho diretor da Soquimich, companhia que iria adquirir em 1988, expandindo-a para novas linhas de negócios imensamente lucrativos.

A filha mais nova de Pinochet, Jacqueline Marie, era a favorita do pai. Embora nenhuma propriedade estivesse registrada em seu nome, uma vez ela declarou que sobrevivia graças às rendas das casas que possuía. Como seus irmãos e irmãs, Jacqueline tinha contas no Espirito Santo Bank e no Banco do Chile em Miami. Também dispunha de diferentes passaportes com seis nomes diferentes.

Os Pinochet eram um grupo belicoso, os filhos não falavam uns com os outros, mas os escândalos da família ajudaram a aproximá-los. Em janeiro de 2006, a esposa de Pinochet e quatro de seus filhos – Augusto, Marco Antonio, Verónica e Jacqueline – foram presos sob acusação de fraude e evasão fiscal. A quinta filha, Lucía, não respondeu à intimação e fugiu do país, indo de carro até a Argentina e de lá voando para Washington, onde pediu asilo político. As autoridades americanas negaram seu pedido. Em vez disso, detiveram-na por dez horas no aeroporto, cancelaram seu visto e a transferiram para uma prisão em Arlington, na Virgínia, onde ela permaneceu por dois dias antes de ser mandada de volta ao Chile. Lucía culpou o governo chileno por seus problemas. No momento em que aterrissou em Santiago, o juiz Carlos Cerda subiu a bordo do avião para prendê-la.

Presos com a família Pinochet estavam Mónica Ananías, secretária pessoal de Pinochet; Oscar Aitken, conselheiro financeiro do general e seu inventariante testamentário; e Soledad Olave, esposa de Marco Antonio, que foi libertada depois que se retiraram as acusações contra ela.

Sob a orientação dos advogados, Pinochet pagou quase três milhões de dólares em impostos vencidos enquanto esperava o julgamento. A defesa baseava-se em duas linhas de argumentação nos processos de evasão fiscal: os tribunais usavam de discriminação contra ele; e os crimes que ele pudesse ter cometido tinham prescrito. Um funcionário do Serviço de Impostos Internos respondeu que, se havia qualquer tratamento discriminatório, era a favor de Pinochet, pois ele era "o único contribuinte cuja declaração fora levada em casa e na presença dos advogados". O representante do Conselho de Defesa do Estado argumentou que a prescrição só poderia ser evocada depois que a investigação das origens da fortuna de Pinochet terminasse.

Um episódio estranho ocorreu em meados de 2006, quando certificados de depósito em barras de ouro, aos cuidados do Hong Kong and Shangai Bank, que supostamente seriam de propriedade de Pinochet, chegaram às mãos das autoridades chilenas. Os certificados eram falsificações óbvias. Os que apoiavam Pinochet tiraram vantagem do "incidente das barras de ouro" para contra-atacar, argumentando que o general e sua família eram vítimas de um complô para persegui-los, e que todas as acusações de corrupção apresentadas contra eles eram tão falsas quanto os certificados.

Apesar desses esforços desesperados para limpar o nome de Pinochet, as investigações e os processos cobraram um preço alto. O ex-ditador fora atingido no calcanhar de Aquiles: a família. No passado, ele abandonara implacavelmente até seus mais leais aliados para se salvar, porém não podia fazer o mesmo com a esposa e os filhos. Isso foi muito pior que a longa detenção em Londres. Foi o fim. Os partidos políticos de direita o abandonaram, os empresários estabeleceram uma distância prudente do antigo benfeitor e a maioria de seus partidários incondicionais agora se mostrava abertamente desapontada com ele.

As festividades do 91º aniversário do general, celebrado enquanto ele estava sob prisão domiciliar, foram confinadas ao interior da casa e à varanda, de onde – sorrindo, vestido num terno impecável e cercado por amigos e pela família – ele saudou, com os braços erguidos, cerca de uma centena de admiradores obstinados, reunidos fora da casa, que levantavam cartazes com a fotografia dele. A ausência de políticos e integrantes de destaque do Congresso foi notável e amargamente ressentida pelos seguidores "autênticos".

Pinochet marcou seu aniversário emitindo uma declaração, lida por sua esposa, na qual ele assumia "responsabilidade política" por todos os atos

cometidos durante seu regime. “Hoje, perto do fim dos meus dias”, escreveu ele, “quero deixar claro que não guardo rancor de ninguém. … Se aqueles que há 30 anos provocaram o caos e a confrontação se renovaram e inseriram no estado de direito, isso não quer dizer que aqueles que evitaram o caos e o conflito devam ser punidos.”

O propósito da carta de Pinochet – preparada com a ajuda de uma agência de assessoria de imprensa, supervisionada pelos advogados e idealizada pela filha Lucía – era deixar claro que ele só assumia a responsabilidade “política”, e não “judiciária”, buscava reatar relações com seus companheiros oficiais do Exército aposentados e enfatizava o futuro, em vez do passado.

Uma semana depois da festa de aniversário, no domingo, 3 de dezembro de 2006, Pinochet sofreu um ataque cardíaco e foi submetido a uma cirurgia de revascularização no Hospital Militar. Segundo fontes médicas, ele foi resgatado das garras da morte. Só alguns dignitários da direita apareceram no Hospital Militar para visitá-lo. O chefe da UDI declarou defensivamente que a situação de Pinochet era um “assunto médico, não um ato político”.

Muito antes desse episódio, em maio de 2005, o candidato presidencial de direita, Joaquín Lavín, da UDI, expressou publicamente seu “profundo desafeto” em relação a Pinochet, à luz dos relatórios sobre torturas durante seu regime e especialmente do escândalo das contas bancárias, que violavam a “tradição chilena de os presidentes voltarem para casa mais pobres do que quando assumiram a Presidência da República”. Se tais assuntos fossem conhecidos em 1988, disse Lavín, Pinochet não teria sido o candidato no plebiscito.

Os últimos dias de Pinochet não foram contaminados apenas por processos de direitos humanos e pelo escândalo do Riggs Bank. Ele também viveu para ver a Constituição que tinha criado desmoronar à medida que as cláusulas autoritárias eram sistematicamente suprimidas. Em agosto de 2005, uma Constituição reformada e assinada por Ricardo Lagos (como deve ter sido doloroso para Pinochet que fosse um chefe de Estado socialista a assiná-la) deu fim aos senadores não eleitos e aos senadores vitalícios; reduziu o mandato presidencial de seis para quatro anos; expurgou a ideia de que as Forças Armadas eram “garantidoras” da ordem institucional da República; mudou o Conselho de Segurança Nacional a fim de que não se reunisse mais por iniciativa própria, mas somente quando convocado pelo presidente; e deu ao presidente da República o poder de demitir os comandantes em chefe das Forças Armadas. “Finalmente democrático” foi o título do editorial da *Economist*, saudando a nova Constituição do Chile. Um artigo no *New York Times*, intitulado “Chile, o garoto rico do quarteirão (Que começa a se sentir só)”, e um artigo de opinião de Jorge Castañeda na *Newsweek*, intitulado “Por que o Chile realmente importa”,

destacavam as dramáticas realizações pós-Pinochet dos governos democráticos.

Enquanto os processos avançavam inexoravelmente e a saúde do general se deteriorava, Michelle Bachelet, a primeira mulher presidente na história do Chile, foi eleita em 15 de janeiro de 2006. O Chile seria governado por uma socialista, agnóstica, mãe solteira, vítima de tortura e ex-exilada política, filha de Alberto Bachelet, general da Força Aérea que serviu sob o presidente Allende e morreu na prisão em 1974. Era a maior das ironias – os comandantes das Forças Armadas chilenas teriam de prestar contas a uma das vítimas de Pinochet.

O Chile tinha fechado um ciclo. O golpe buscara erradicar os socialistas, mas uma mulher socialista ergueu-se das câmaras de tortura do centro de detenção de Villa Grimaldi para tornar-se ministra da Saúde, depois ministra da Defesa e agora presidente da República. Michelle Bachelet assumiu o cargo em 11 de março de 2006. Eu compareci à emocionante cerimônia no Congresso, onde o ex-presidente Lagos recebeu uma ovação de pé, e a nova presidente começou a escrever uma página inteiramente nova da história.

Ninguém mais pensava no general Pinochet. Ele já era passado.

[1] Pacote de leis antiterroristas lançado depois do 11 de Setembro que amplia o poder de agências governamentais e prevê medidas extraordinárias. O parágrafo 352 determina que toda instituição financeira deve estabelecer programas antilavagem de dinheiro. (N.T.)

10. A longa sombra de Pinochet

AUGUSTO PINOCHET, UM DOS ÚLTIMOS DITADORES a sobreviver ao século XX, deixou o palco da história num domingo, 10 de dezembro de 2006, enquanto o mundo celebrava o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Em Nova York, como embaixador nas Nações Unidas, fui acometido naquele dia por um estranho pressentimento. Em vez de assistir ao futebol europeu, liguei a televisão num canal a cabo chileno. Assim que a imagem surgiu, soube da notícia do falecimento. Sempre supersticioso, o general acreditara na predição de um monge budista que conhecera numa visita à cidade chinesa de Xian, em abril de 1993: "Você vai viver 100 anos." Não viveu.

Durante muito tempo eu esperei esse momento como se fosse uma era de celebração; de prestar homenagem àqueles que lutaram pela democracia e que não estavam mais entre nós; de me deleitar no sentimento doce da vingança depois que uma ditadura sangrenta infligiu tamanha dor a tantas pessoas. Mas foi estranho, a morte de Pinochet não me deu a alegria que eu esperava, só uma emoção discreta.

Nós nos reunimos aquela noite com alguns amigos, todos de oposição a Pinochet, no Pomaire, restaurante chileno na rua 46, em Manhattan oeste. Estavam lá o fotógrafo que fez a última foto de Letelier vivo – numa manifestação no Madison Square Garden, poucos dias antes do atentado a bomba terrorista que tirou a vida dele em Washington – e um ex-exilado que permanecera nos Estados Unidos como funcionário do movimento sindical americano. A mexicana Alicia Bárcena, subsecretária geral das Nações Unidas e boa amiga do Chile, estava ali por coincidência e juntou-se a nós. Foi um momento íntimo. Precisávamos ficar juntos para reconhecer nossa identidade coletiva e refletir sobre o que tínhamos vivido à sombra do ditador.

Ao contrário de milhares de manifestantes anti-Pinochet que celebravam na praça Itália, em Santiago, e em outras capitais do mundo todo, ou daqueles chilenos ricos que, em 11 de setembro de 1973, comemoraram a morte do presidente Salvador Allende, não abrimos garrafas de champanhe. Desconfio que muitas outras pessoas próximas da tragédia chilena experimentaram sensação semelhante de distância e ambivalência. Denic Catalán, o proprietário do restaurante, trouxe uma garrafa de vinho empoeirada, produzida por antigos prisioneiros políticos em Valparaíso. Fora engarrafada e guardada para aquela

ocasião. Mas não houve júbilo, apenas um discreto sentimento de camaradagem entre aqueles que, como nós, tinham suportado uma tragédia em comum que finalmente terminava.

Parte da razão de ficarmos tão contidos era porque Pinochet escapara da Justiça. Embora fosse processado no Chile sob diversas acusações, embora tivesse perdido a imunidade e, na hora da morte, estivesse sob prisão domiciliar, jamais foi declarado culpado e sentenciado pelos crimes. Tirou plena vantagem dos direitos a ele garantidos pelo processo legal – direitos que foram negados às suas vítimas – e adiou indefinidamente o dia do ajuste de contas. Além disso, meu sentimento de ódio em relação a Pinochet e do que ele representava perdera a força com o passar dos anos. Em vez disso, eu sentia por ele um desprezo sereno .

A notícia da morte circulou o mundo; editoriais foram escritos sobre ele no *New York Times*, *Washington Post*, no *Daily Independent* da Nigéria, *Daily Mirror* do Sri Lanka, *Folha de S. Paulo* e *O Globo* do Brasil, *Daily Telegraph* de Londres, *Le Monde* de Paris, *El País* da Espanha, *Yedioth Ahronoth*em de Israel e *Iran Daily* de Teerã, entre outros.

A Casa Branca declarou: “A ditadura de Pinochet representou um dos momentos mais sinistros da história chilena. … Nossos pensamentos estão com as vítimas de seu governo e as famílias delas.” O presidente brasileiro, Luiz Inácio “Lula” da Silva, disse que Pinochet simbolizava um período sombrio na história da América do Sul, “uma longa noite em que as luzes da democracia desapareceram”. O primeiro-ministro francês, Dominique Villepin, lamentou que Pinochet tivesse morrido sem uma “sentença judicial que permitisse àqueles que sofreram sob o seu regime encerrar um capítulo da história”.

A reação da China foi mais comedida. Um comunicado oficial emitido pelo ministro das Relações Exteriores chinês em Pequim mencionou a repressão e as reformas que Pinochet havia instituído, afirmando a esperança de que “o Chile pudesse manter a estabilidade política, o desenvolvimento econômico e o progresso social”. Vladimir Zhrinovski, vice-presidente da Duma russa, declarou que, embora tenha havido “muitas vítimas” sob Pinochet, “o número teria sido maior” com Allende.

A família de Pinochet expressou o desejo de realizar um “funeral privado, em família”, sem envolvimento do Exército ou do governo, mas logo mudou de ideia. A presidente Michelle Bachelet, contudo, não autorizaria um enterro com honras de Estado nem decretaria luto nacional. Décadas antes, Pinochet se recusara a prestar honras militares ao presidente Salvador Allende. A presidente não foi tão longe. Concedeu ao ex-ditador um funeral como o de qualquer outro ex-comandante em chefe do Exército. O ministro da Defesa compareceu ao

enterro, realizado na Academia Militar, e as bandeiras foram hasteadas a meio pau nos quartéis do Exército (a UDI e a RN também hastearam a bandeira nacional a meio pau). Na Academia Militar do Exército, milhares de pessoas fizeram fila para passar ao lado do caixão do ex-homem forte do Chile. Claques de partidários seus gritaram insultos a motoristas indiferentes, atacaram jornalistas estrangeiros que cobriam o evento e xingaram os operários de uma obra próxima que tinham gritado palavras de ordem anti-Pinochet.

O protesto solitário de um jovem chamou a atenção da mídia. Depois de esperar pacientemente na fila para ver Pinochet – em farda de gala e com todas as insígnias e condecorações –, ao chegar perto do caixão, o rapaz cuspiu no vidro que cobria o rosto do ditador. Era Francisco Cuadrado Prats, neto do general Carlos Prats, que, com a esposa, fora assassinado pela polícia secreta do ditador em Buenos Aires, em 1974. Prats não recebeu as honras militares até a era democrática.

Na missa, o ministro da Defesa foi vaiado e assediado pelos participantes. Um dos secretários de Pinochet tinha posto uma faixa presidencial sobre o caixão, supostamente a pedido do próprio general. No meio da missa, desconsiderando os regulamentos militares, o capitão Augusto Pinochet Molina, um dos netos de Pinochet, levantou-se e fez um discurso político defendendo o ditador e seu regime, e denunciando todos os que supostamente o tinham perseguido, inclusive os tribunais. No dia seguinte, o comandante em chefe do Exército o expulsou das Forças Armadas.

Juan Emilio Cheyre, ex-comandante em chefe do Exército, me disse que tinha conversado com Pinochet sobre seus últimos desejos cerca de um ano antes de ele morrer. Temendo que seus inimigos pudessem profanar seu túmulo, Pinochet pedira para ser cremado. Queria que seu elogio fúnebre mencionasse todos os postos que ele ocupara, além do fato de ele ter entregado o poder voluntariamente depois do plebiscito; que havia assegurado a paz com a Argentina quando as tensões se aprofundaram no final dos anos 1970; e que havia liderado a transformação da economia chilena. Em resumo, disse-me o general Cheyre, “ele não queria entrar para a história simplesmente como um ditador”.

Depois da missa, o corpo de Pinochet foi transportado por um helicóptero Puma do Exército para a base naval de Torquemada, e de lá para um cemitério na comunidade litorânea de Concón, onde, conforme seu desejo, foi cremado. As cinzas, colocadas numa urna de bronze, estão depositada na capela da propriedade de Pinochet em Los Boldos, fora do alcance de seus inimigos.

NÃO HOUVE GANHADORES com a morte de Pinochet. Deu empate. Os tribunais não o condenaram e os corpos de muitos prisioneiros desaparecidos ainda não foram encontrados (embora a morte do general tenha aparentemente rompido o pacto de silêncio entre seus colaboradores militares, pois novas informações vieram à tona sobre o local de sepultamento de algumas vítimas); mas o ex-ditador passou os últimos anos na defensiva, testemunha impotente do fim de sua reputação.

Talvez não tenhamos celebrado naquele domingo em que Pinochet morreu porque, politicamente, ele morrera muito tempo antes. Poucos dias depois do enterro, a Fundação Pinochet publicou uma carta póstuma intitulada "Mensagem a meus compatriotas". O documento fora escrito mais de dois anos antes de sua morte e colocado num envelope lacrado. Nada havia de novo ou digno de nota. Tratava-se apenas do último ato da campanha de relações públicas que havia começado em Londres, em 1999, com a "Carta aos chilenos".

"Eu amo a minha pátria; eu amo todos vocês", afirmava Pinochet. Ele refletia sobre a Guerra Fria e o golpe militar de 1973, argumentando que, "dada a natureza do adversário, foi preciso empregar procedimentos militares de controle como detenção temporária, exílio autorizado, execuções por julgamento militar. Em muitas mortes e no desaparecimento de corpos, é provável que jamais se saiba como ou por que ocorreram." Pinochet repetia o surrado argumento de que a esquerda tramava uma guerra civil. E então concluía: "Estou orgulhoso da vasta ação que teve de ser feita para impedir o marxismo-leninismo de alcançar o poder total, e também por possibilitar que minha querida pátria se tornasse uma 'grande nação'."

Era uma análise histórica frágil, egoísta e incompleta, e não um testamento para a posteridade. Mesmo os líderes de direita ficaram desapontados. A UDI, partido inspirado por Pinochet, queixou-se por intermédio do seu presidente, o senador Hernán Larraín: "Ele não diz nada sobre o que aconteceu depois de 1974, quando as violações de direitos humanos, a tortura e os desaparecimentos prosseguiam." Outros líderes de direita foram ainda mais longe, caracterizando a despedida como positivamente "insatisfatória". Pinochet jamais se desculpou dos crimes cometidos sob seu regime. "Desculpar-me? De quê?", disse ele em novembro de 2003. Quando lhe perguntaram, em 1984, sobre o grande número de prisioneiros políticos desaparecidos, Pinochet respondeu, insensível: "Duas mil pessoas não são nada" em comparação com a população total do Chile.

Quando o comandante em chefe do Exército argentino, Martin Balza, admitiu corajosamente, em maio de 1995, que seus militares tinham perpetrado "graves erros" durante o período de repressão conhecido como "guerra suja", Pinochet repudiou as declarações do colega de arma, dizendo que não refletiam a

realidade chilena. Ao contrário de Pinochet, alguns de seus seguidores fizeram mea-culpa pela negligência em relação às violações dos direitos humanos. Alguns militares também exibiram a coragem de que Pinochet carecia.

O general Juan Emilio Cheyre, comandante em chefe do Exército, fez um discurso, em novembro de 2004, no qual abandonou a política oficial da instituição, de minimizar as violações dos direitos humanos como meros "excessos" e argumentou que só havia responsabilidades "individuais", e não "institucionais", por sua prática. O pronunciamento foi apoiado por uma declaração pública de oito ex-vice-comandantes do Exército. Um mês depois, Cheyre manifestou a "aspiração [do Exército] de realizar mais que uma 'limpeza na memória histórica', garantir que atos que todos nós condenamos nunca mais ocorrerão, sob qualquer circunstância". Ele também anunciou medidas concretas para inserir considerações sobre os direitos humanos nos regulamentos, nos ensinos e nos procedimentos do Exército.

Muitas dessas reformas no Exército foram efetivadas depois da publicação do chocante relatório da Comissão Nacional sobre Tortura e Prisão Política, encabeçada pelo bispo Sergio Valech, provando que a tortura fora uma política deliberada dos serviços armados de Pinochet. A comissão, criada pelo presidente Ricardo Lagos, registrou mais de 35 mil casos de tortura e prisão política, e identificou centros de tortura em todo o Chile – perpetradas em casernas do Exército, delegacias de polícia, prédios clandestinos, campos de prisioneiros e a bordo de navios. A revelação de que o encarceramento e a tortura de milhares de pessoas haviam sido cuidadosamente planejados e o fato de figuras públicas, de personalidades do rádio e da televisão a atletas, admitirem que também haviam sido presas e submetidas a tratamentos desumanos, teve impacto devastador.

Quando recebeu o relatório do bispo, Ricardo Lagos pôs em palavras o que muitos chilenos sentiam: "Como justificar tanto horror? … Como pudemos viver 30 anos em silêncio? Como explicar que 94% das pessoas detidas foram torturadas, ou que, das 3.400 mulheres que testemunharam, praticamente todas foram submetidas a algum tipo de violência sexual?" E nem todos os torturados ou presos por motivos políticos testemunharam, entre eles muitos dos meus amigos. Estávamos vendo somente a ponta do iceberg.

O relatório incitou o Congresso a aprovar um decreto de indenização que concedesse às vítimas uma pensão em dinheiro. A natureza humilhante da tortura estimula o silêncio, mas as pessoas finalmente ousavam reconhecer publicamente sua dor íntima e duradoura. O governo Lagos sentiu o imperativo de combater a amnésia que em tantos países permitira – ou *encorajara* – a ascensão de novos monstros.

Embora Pinochet estivesse exagerando quando disse que nem uma folha se

movia no país sem o seu conhecimento, ele de fato presidiu um dos regimes mais hierárquicos e disciplinados do mundo. Esperou, contudo, que o mundo engolisse a afirmação de que nunca teve conhecimento das operações que seus subordinados levaram a cabo para matar a tiros, envenenar, cortar gargantas, afogar e explodir dissidentes no Chile e em capitais do mundo todo, como Washington, Buenos Aires, Roma, Cidade do México e Madri. Quando as evidências provaram de modo tão esmagador que ele já não podia mais negar os fatos, pôs a culpa no chefe da Dina, general Manuel Contreras. Os partidários civis de Pinochet fecharam os olhos.

A presidente Michele Bachelet e sua mãe, Angela Jeria, foram presas em 10 de janeiro de 1975 e levadas para o centro de tortura de Villa Grimaldi, onde estiveram com Contreras. Em depoimento ao juiz Alejandro Solís, em outubro de 2006, Pinochet disse que nem sequer sabia da existência dessas instalações – que sua própria filha Lucía visitara. Antes de se tornar chefe de Estado, Michelle Bachelet costumava ver um de seus torturadores no elevador do edifício em que morava. Um dia ela lhe disse: “Eu sei quem o senhor é. Eu não esqueci.” Embora ele nada respondesse, todas as vezes que ela o via, depois disso, o homem abaixava a cabeça e ficava olhando para os sapatos. Os tempos mudaram, e o indivíduo no elevador finalmente foi processado e preso.

Michelle Bachelet não era vingativa. Ela fez um gesto notável de conciliação em setembro de 2006, durante uma cerimônia que marcava a compra de caças a jato para a Força Aérea chilena. Ao perceber que o general Fernando Matthei, ex-integrante de Junta Militar, estava presente, foi até ele e o abraçou, chamando-o de “tio Fernando”, pois ele fora amigo íntimo de seu pai. O general ficou emocionado. Quando lhe perguntaram sobre o fato de Pinochet não ter se desculpado pelas violações dos direitos humanos, Matthei respondeu: “Isso é problema dele. … Eu, pessoalmente, pedi perdão no dia em que o relatório Rettig foi publicado. Todos os demais comandantes em chefe o rejeitaram, exceto eu, como comandante da Força Aérea.”

Foi difícil para os subordinados de Pinochet aceitarem que seu comandante em chefe – provocador até o fim – tivesse negado a responsabilidade pelas violações dos direitos humanos, e ainda se escondesse atrás de uma duvidosa incapacidade mental. Mas o ex-ditador apenas era coerente com sua natureza. Intelectual e eticamente limitado, ele sempre careceu de “grandeza”.

Insensível e sardônico em relação às pessoas a ele subordinadas, Pinochet era astuto, submisso e obsequioso com os superiores. Embora fosse anticomunista, sua ideologia era o interesse próprio. Para progredir na carreira, antes do golpe ele visitava regularmente Letelier e sua família, levando presentes para as crianças. No entanto, poucos anos depois, deu ordem de assassinar Letelier. Em

tempos de compromissos e causas apaixonadas, sua política era ser pragmático e cauteloso, parecer neutro e cultivar a confiança e a amizade dos que possuíssem poder e autoridade.

O historiador Cristián Gazmuri acredita que Pinochet tinha um ressentimento profundo com relação aos seus colegas militares mais inteligentes e aos políticos de todas as ideologias, suspeitando que olhassem com desdém a casta militar. O general sempre foi o segundo no comando, o segundo da fila. Ele hesitava diante dos riscos, escondia suas opiniões e tirava vantagem das oportunidades à medida que iam aparecendo. Quando afinal atingiu o topo, toda uma vida de frustração e humilhação aflorou; o poder que enfim alcançara jamais compensou o ressentimento e a desconfiança que havia acumulado no percurso. Talvez tenha sido por isso que foi implacável com dissidentes de esquerda, líderes rivais dentro das Forças Armadas e políticos que desejavam uma curta duração para o regime militar. Ele odiava imparcialmente todos os que ficassem em seu caminho, todos os que pudessem menosprezá-lo. “Políticos são ociosos e parasitas; são apenas um punhado de vira-latas tentando se unir para arranjar alguma coisa”, declarou com desprezo em 1987. Esse tipo de personalidade usaria e descartaria seus amigos da maneira mais maquiavélica.

Apesar de todas as insuficiências éticas e intelectuais, Pinochet possuía um notável instinto de poder. Foi um mestre na utilização do medo como arma política. Ainda assim, não era um ditador absoluto; de modo pragmático, reconhecia seu enorme poder e também suas limitações. Afirmativo, sabia como exercer autoridade. Era esperto o bastante para confiar em conselheiros próximos − os quais em geral escolhia muito bem − em assuntos como economia, tema que na realidade ele não compreendia. Uma vez lhe perguntaram como havia escolhido os Chicago Boys para lhe aconselharem. “Eu olhei para o rosto deles. Olhei e escutei o que diziam. Se houvesse alguém com ideias descabidas, não ia servir”, respondeu Pinochet. Teve muitos conselheiros, mas jamais confiou inteiramente neles. Retirava a autoridade com a mesma rapidez com que a delegava, em particular quando sentia que o grupo ou pessoa envolvido possuía influência excessiva.

OS HISTORIADORES AINDA IRÃO DEBATER o fenômeno Pinochet por muito tempo, assim como ainda conservam opiniões conflitantes e apaixonadas sobre Júlio César ou Napoleão. Pinochet personificou uma perturbadora contradição. Ele teve sucesso em promover as reformas econômicas neoliberais que Washington e as instituições financeiras internacionais recomendavam para os países emergentes que buscavam “pôr a casa em ordem”. A maioria das ditaduras

latino-americanas administrara economias desastrosas. Pinochet foi a exceção. Sua ditadura teria tido muito menos defensores não fosse pelas reformas econômicas que promoveu.

No começo, Pinochet pendeu para as políticas econômicas nacionalistas. Foi o general José Toribio Merino quem o pressionou a aceitar um novo plano econômico, assim como o pressionara a juntar-se ao golpe dias antes de 11 de setembro. O plano fora preparado às escondidas, por jovens tecnocratas próximos da Marinha. Embora fosse ignorante em assuntos econômicos, o general adotou os projetos radicais dos chamados Chicago Boys para restaurar a combalida economia do país. Subsídios e controle de preço foram eliminados, tarifas externas se reduziram, enquanto a inflação sofreu queda depois de um "tratamento de choque" inspirado em Milton Friedman − o que significou cortes drásticos na folha de pagamentos e nos gastos públicos, retorno das empresas nacionalizadas e estatais a mãos privadas e repressão implacável aos sindicatos de trabalhadores. Além disso, os bancos foram desregulamentados, as taxas de juro liberada e a dívida externa refinanciada, com fluxo abundante de empréstimos de instituições multilaterais e bancos privados. Foi um duro golpe – a economia encolheu 13% em 1975 –, mas a isso se seguiu uma recuperação, à medida que se instituíam reformas que lançavam as bases do sucesso econômico do país.

Contudo, o Chile ainda não tinha saído do atoleiro. A combinação de sistema financeiro desregulamentado para atrair capital estrangeiro, taxa de câmbio fixa e salários indexados levou a uma recessão maciça, que deixou mais de um terço da força de trabalho desempregada. Pinochet teve de nacionalizar bancos e indústrias numa escala jamais imaginada pelo governo de Allende. Ele se afastou das ideias dogmáticas dos Chicago Boys, mas sem abrir mão de uma economia voltada para o mercado. Políticas pragmáticas restauraram o crescimento econômico à medida que, mais uma vez, Pinochet autorizava a redução gradual do papel do Estado na economia.

Afinal, Pinochet ganhou o aplauso mundial, embora com a relutância de alguns setores, por ter transformado a economia chilena na mais próspera da América Latina. Estimulou o crescimento da exportação, derrubou barreiras comerciais, estabeleceu um Banco Central capaz de controlar taxas de juros e de câmbio, privatizou a previdência social e as empresas estatais. O Chile tornou-se um modelo de país dócil ao FMI, e Pinochet foi aclamado como o pai da modernização chilena.

A coluna de um comentarista conservador do *Los Angeles Times*, Jonah Goldberg, intitulada "O Iraque precisa de um Pinochet", afirmava: "A lista de pecados [de Pinochet] – tanto venais como mortais – é longa. Mas hoje o Chile é

uma próspera e saudável democracia. Sua economia é objeto de inveja da América Latina. … Um Pinochet iraquiano poderia trazer ordem e colocar o país no caminho do liberalismo, da democracia, do estado de direito." Outro artigo laudatório, com uso abundante da conjunção "mas", foi publicado no *Wall Street Journal*: "Pinochet provavelmente escondeu milhões em contas bancárias pessoais", dizia o texto. "*Mas* ele também apoiou as reformas de livre mercado que tornaram o Chile próspero, objeto da inveja de seus vizinhos. … Perdeu-se a liberdade civil e os oponentes foram torturados. *Mas*, com o tempo, com a volta da propriedade privada, do estado de direito e de uma economia mais livre, as instituições democráticas também voltaram."

Alguns conservadores, contudo, se recusam a aceitar a premissa de que o desempenho econômico do general compensa seus "excessos". Um editorial na *Economist*, sugestivamente intitulado "Nem *se* nem *mas*", dizia claramente: "O que quer que o general tenha feito para a economia, ele foi um homem mau. … Presidiu uma polícia do Estado nocivamente eficaz e passou a personificar toda uma era de despotismo sangrento durante as últimas etapas da Guerra Fria. Mesmo que a história se preocupe em lembrar que ele privatizou o sistema de pensão, isso não deve apagar a memória da tortura, dos 'desaparecidos' e dos corpos jogados ao mar."

Seguindo a mesma linha, um artigo de John Londregan no jornal conservador *Weekly Standard*, publicado após a morte de Pinochet, argumentava: "Não parece provável que a adoção de reformas econômicas decorra de um compromisso com a liberdade. … As reformas de livre mercado o ajudaram a reunir apoio internamente à direita e também entre membros da comunidade internacional". Londregan advertia: "É preciso tomar cuidado para não cair na armadilha de Pinochet, aceitando a tomada brutal do poder e o regime tirânico como acompanhamentos naturais das reformas de livre mercado. … Até hoje nós ouvimos em Moscou que é preciso um Pinochet para implantar políticas econômicas."

Os principais problemas dos defensores de Pinochet são a brutalidade e a corrupção de seu líder. Se ao menos ele tivesse modernizado a economia do Chile a fim de fazer dela um modelo para o mundo em desenvolvimento, sem matar e torturar os oponentes e sem ser pego por isso… Os conservadores ainda se sentiam obrigados a defender o homem e o regime que deram a muitos deles acesso a riquezas e prosperidade. O essencial para os correligionários de Pinochet é que, apesar de seus pecados, "ele fez os trens chegarem na hora" − como costumavam elogiar Mussolini.

Eles não estavam completamente errados. A mentalidade econômica do Chile mudou no regime Pinochet. Políticas econômicas que pareciam ousadas na

época mostraram-se inovadoras e foram incorporadas às políticas de governos democráticos, levando à estabilidade. Um amplo espectro de atores passou a aceitar a ideia de que o Chile precisava continuar a crescer, e que se deveriam estimular as iniciativas privadas. Rigor fiscal e políticas macroeconômicas sadias eram um capital que não pertencia exclusivamente a Pinochet, embora ele tivesse dado o sinal verde a seus economistas para pôr essas políticas em prática.

Não se tratava, porém, de um feito só de Pinochet. O fundamento da modernização econômica já fora lançado por seus predecessores. A reforma agrária dos anos 1960 e do começo da década de 1970 desintegrou as propriedades semifeudais ineficientes, permitindo ao governo militar estimular a criação da agroindústria como base da economia voltada para a exportação. A modernização do Chile na verdade começou por volta de 1920, e nada teve a ver com os Chicago Boys.

Na época do golpe, em 1973, graças aos esforços de muitos governos anteriores, os chilenos possuíam um nível educacional alto (o analfabetismo atingia menos de 10% da população, em 1970), a subnutrição e a mortalidade infantil declinavam havia décadas. As universidades chilenas estavam entre as melhores das Américas. Havia uma infraestrutura de transporte eficaz. O Banco Central, o Serviço de Impostos Internos e o Escritório do Controlador Geral, entre outros, eram instituições sólidas. O capital sociocultural acumulado pelo Chile reunia os pré-requisitos necessários para o sucesso das reformas econômicas do governo Pinochet.

A questão-chave é a seguinte: Pinochet era necessário? Valeu a pena o preço pago pela mudança? Claramente não. Para começar, a repressão e a violência sistemática contra dissidentes não eram inevitáveis. Muito provavelmente, as reformas econômicas do regime Pinochet teriam, num contexto democrático, recebido a severa oposição de sindicatos trabalhistas, membros do Congresso e partidos políticos; mas sua implantação, mesmo sob regime autoritário, não exigia assassinato de líderes sindicais, exílio de milhares de dissidentes, tortura e desaparecimento de prisioneiros políticos, atentados a bomba contra líderes exilados e um estado permanente de guerra interna.

Mario Vargas Llosa observou que um regime do tipo Pinochet não era um mal necessário; nenhuma nação “precisa passar pela ditadura para se modernizar e alcançar o bem-estar”. Reformas impostas por ditaduras “têm sempre um preço em atrocidades e em sequelas cívicas e sociais, que é infinitamente mais caro que [o] status quo”. Além disso, sem liberdade e estado de direito, a opinião pública pode não estar disposta a aceitar os sacrifícios exigidos para a reforma econômica ter sucesso e perdurar. Afinal, a liberdade econômica raramente prospera na ausência de liberdade política.

Poderia o Chile ter alcançado seu atual nível de prosperidade sem Pinochet? Minha resposta é sim. Muitos países latino-americanos que passaram por crises econômicas nos anos 1970 e 1980, como o Brasil e o Peru, finalmente decidiram estabelecer reformas econômicas radicais – e com forte oposição a elas. Mesmo a Colômbia, enfrentando uma guerra doméstica, foi capaz de implantar reformas econômicas num contexto razoavelmente democrático.

Além disso, os custos sociais das políticas econômicas de Pinochet foram imensos. Ele não construiu um único hospital enquanto esteve no poder, e a infraestrutura do país ficou praticamente intocada até a volta da democracia. Em 1970, cerca de 20% da população do Chile vivia abaixo da linha da pobreza. Em 1990, quando o ditador deixou o cargo, o número de pobres tinha dobrado para 40%. Os salários médios durante a ditadura eram mais baixos que em 1970. O verdadeiro milagre econômico chileno ocorreu durante os 16 anos seguintes ao restabelecimento democrático, quando a economia cresceu 5,6%, quase dobrando as taxas das três décadas anteriores.

O Chile é o país latino-americano que mais cresceu entre 1990 e 2006. O PIB, em termos de paridade de poder de compra, está agora bem acima daquele da Argentina, do Brasil e do México. Entre 1985 e 2005, o PIB per capita do Chile subiu de 24% para 40% do nível norte-americano, exceção notável em comparação ao registro médio de declínio relativo da região. A pobreza caiu de quase 40% da população, em 1990, para 13,7% em 2006. O consumo de carne subiu de 36,6 quilos per capita anualmente, em 1990, para 79 quilos em 2006. A percentagem de residências chilenas que têm geladeiras e máquinas de lavar saltou de 55% e 37%, respectivamente, para 96% e 94% em 2006. Em resumo, foi preciso restaurar a democracia em 1990 para conferir legitimidade às reformas de Pinochet e expandir e aperfeiçoar o desempenho econômico e social do país.

Contudo, para muitos conservadores e para aqueles que enriqueceram em silêncio sob o regime do ditador, Pinochet continuava a ser o patriota que salvou o país do comunismo. O Chile certamente estava polarizado em 1973, e setores radicais no seio da coalizão de Allende, inclusive o meu próprio Partido Socialista, contribuíram para o clima de confrontação e insegurança. Mas a ameaça de uma insurreição armada de esquerda e a probabilidade de uma subida ao poder dos comunistas foram altamente exageradas. A rapidez com que os golpistas tomaram e mantiveram o controle do país contradiz esse mito. A violência que Pinochet desencadeou não foi um expediente desesperado para salvar um país em perigo, foi uma tomada brutal do poder por meio do que se tornou um regime despótico.

Pinochet impôs a ordem depois de um período de instabilidade e caos

domésticos, todo ele exacerbado pelos esforços secretos e ilegais do governo Nixon para derrubar o presidente Allende. Este encontrava-se na iminência de anunciar um plebiscito para resolver o impasse político da nação quando o golpe começou. Não importa como ele se saísse no referendo de emergência, sua coalizão tinha apenas uma chance pequena de ganhar as eleições presidenciais de 1976. Muitos dos que apoiaram o golpe queriam apenas que as Forças Armadas restaurassem a ordem e convocassem eleições. Uma vez no poder, porém, Pinochet decidiu mantê-lo, eliminando a democracia e seus defensores.

A HISTÓRIA DE ASCENSÃO E QUEDA DE PINOCHET reflete a história mais ampla das relações dos Estados Unidos com a América Latina e com o que outrora foi chamado de Terceiro Mundo. Ferdinando Marcos nas Filipinas, Saddam Hussein no Iraque, Manuel Noriega no Panamá e Anastasio Somoza na Nicarágua, para citar apenas uns poucos, foram todos em algum momento apoiados pelos Estados Unidos, mas depois abandonados ou combatidos pelo governo americano.

A ditadura de Pinochet mostrou que os Estados Unidos deviam ter cuidado com o que desejavam, pois seu desejo podia se tornar realidade. O governo Nixon aceitou prontamente Pinochet depois do golpe que ele mesmo promovera desde a eleição do presidente Allende. Mas o governo dos Estados Unidos, como um aprendiz de feiticeiro, ajudou a liberar forças que não podia controlar. Pinochet, pensando que desfrutava do apoio incondicional de seu parceiro anticomunista, foi longe a ponto de ordenar um ataque terrorista nas ruas da capital dos Estados Unidos, e depois virou-se contra Washington quando os congressistas republicanos e democratas exigiram justiça no caso do assassinato de Letelier.

Pinochet era dispensável. Nunca entendeu que, numa era de distensão crescente entre Leste e Oeste, ele já não prestava mais um serviço necessário. Além disso, valores ligados ao livre-arbítrio estão enraizados demais na visão de mundo americana para permitir que o país concorde confortavelmente com um tirano que domine por um longo período. Foi por isso que o regime Pinochet jamais encontrou uma amizade durável em Washington, mesmo sob o governo de Ronald Reagan.

Nos primeiros anos da administração George W. Bush, o secretário de Estado Colin Powell, num programa na Black Entertainment Television, ao ser perguntado por um estudante sobre o apoio dos Estados Unidos ao golpe chileno e a Pinochet, declarou que essa não era “uma parte da história americana de que temos orgulho”. Quando outro estudante fez uma pergunta semelhante em outro

fórum, ele respondeu que não era capaz de “explicar ou justificar as ações e decisões que foram tomadas naquela época”.

O nome de Henry Kissinger tornou-se inextricavelmente ligado ao Chile; primeiro, pelas tentativas ilegítimas que ele e o presidente Nixon patrocinaram para tentar impedir que a via democrática para o socialismo de Salvador Allende se disseminasse; depois, pelo apoio irrestrito a Pinochet. Em 2004, houve uma discussão ardente nas páginas da revista *Foreign Affairs*, entre Kenneth Maxwell, historiador britânico especializado em América Latina, e William D. Rogers, amigo e sócio de Kissinger, que levou à renúncia de Maxwell ao cargo de editor de resenhas da revista. A questão em jogo era o papel dos Estados Unidos na queda de Allende e a extensão do apoio americano às ações de Pinochet. Num artigo do *Washington Post* sobre a controvérsia, Lynne Duke pôs a questão no devido lugar: “O Chile ainda reverbera as divisões ideológicas sobre direitos humanos e política externa, ecoando o velho debate entre *realpolitik* e moralismo que ouvimos durante a Guerra Fria, quando Kissinger e pessoas como ele viam o Chile como um dominó prestes a cair. Assim, a contenda sobre o Chile continua.”

Essa controvérsia não foi o único sinal do impacto que Pinochet teve nos Estados Unidos. A fracassada reforma da previdência do presidente George W. Bush fora inspirada no sistema de pensões imposto por Pinochet ao Chile em 1980, o qual mais tarde foi imitado por inúmeros países. O Chile de Pinochet também serviu como um bem-sucedido laboratório para as teorias monetaristas do falecido economista Milton Friedman. Em outro âmbito, Richard Helms foi o primeiro diretor da CIA a ser oficialmente processado por deixar de responder às perguntas do Senado sobre as operações para incentivar o golpe militar no Chile.

Em 2007, o embaixador dos Estados Unidos no Chile, Craig Kelly, visitou o antigo campo de tortura de Villa Grimaldi e escreveu no livro de visitas: “Em nome do meu país, gostaria de expressar nossa solidariedade a todas as vítimas da tortura. Espero que este lugar possa contribuir para o espírito de ‘nunca mais’ em todo o mundo.” Tratava-se de algo totalmente diferente das instruções de Kissinger a um dos predecessores de Kelly: “Parar com as preleções de ciência política” para Pinochet sobre a necessidade de respeitar direitos humanos.

SEGUNDO PESQUISAS DE OPINIÃO realizadas pelo Centro de Estudos da Realidade Contemporânea (Cerc), a imagem de Pinochet no Chile piorou ao longo dos anos. Em 1996, 63% dos entrevistados disseram que a história se lembraria do general como um ditador. Em 2006, essa percentagem saltou para 82% – incluindo 51% daqueles que se identificaram como eleitores da UDI, de

extrema-direita, e 69% dos eleitores da RN.

Assumir um ponto de vista maniqueísta sobre Pinochet e sua história, contudo, é perder muito de sua complexidade. “Eu morrerei, os que me sucederão morrerão, mas não haverá eleições diretas no Chile”, asseverou Pinochet em 1975. Mas quando de fato perdeu o plebiscito de 1988, ele entregou a Presidência da República à oposição democrática. É verdade que não o fez por convicção. Cedeu o poder com relutância, quando ficou claro que os outros comandantes em chefe não se juntariam a ele num segundo golpe de Estado. O pragmatismo de Pinochet lhe permitiu reconhecer que, para manter algum poder, tinha de abrir mão de parte da sua autoridade. Poucos ditadores fizeram a escolha que ele fez.

Sem dúvida o ex-ditador amava sua pátria. Ele estava verdadeiramente comprometido em fazer do Chile um país grande, poderoso e respeitado. Esse compromisso fez parte intrínseca de sua educação militar. De modo irônico, porém, quis fazê-lo excluindo os compatriotas que considerava inimigos políticos – a maioria do país.

Confrontado com a crise com a Argentina, em 1978, Pinochet escolheu a via das negociações, não a tentação do conflito armado que alguns de seus companheiros de arma preferiam. Apesar de toda a orientação ambígua das conversações bilaterais, a paz prevaleceu, pois Pinochet sempre foi um homem realista e sabia que a guerra devia ser evitada.

Olhando para trás, podemos ver que Pinochet foi em parte criação nossa. A polarização da sociedade chilena; as reivindicações irrealistas da esquerda, de mudança radical diante de um governo eleito por uma pluralidade de forças; a ideologização e a inflexibilidade de um centro político anteriormente pragmático; e a reação de uma direita intransigente, que se opunha a mudanças e defendia seus privilégios – tudo contribuiu para o colapso da democracia chilena e a emergência de Pinochet. Ele resumia os defeitos de uma geração, embora muitos ainda achem mais fácil justificar seus próprios erros culpando-o. Com a morte do ditador também morreu uma parte de todos nós que estivemos vinculados ao Chile nas últimas quatro décadas. Morreu parte da história que nos marcou a ferro e sangue.

Mas Pinochet se recusa a ir embora para sempre. Desconfiado, como Franco, ele deixou de criar instituições políticas que continuassem seu legado. Contudo, não pode ser ignorado ou esquecido, pois já se tornou um marco histórico de referência. O Chile e o mundo terão de aprender a viver com seu legado. Em dezembro de 2007, um ano depois da morte do ditador, sua filha Lucía anunciou que talvez concorresse ao Congresso, criticou os políticos conservadores que tinham se distanciado de seu pai. Antes disso, um juiz chileno havia ordenado a

prisão de 23 pessoas, inclusive a viúva e os filhos de Pinochet, ex-oficiais militares e vários associados ao general, por acusações de corrupção procedentes de uma investigação de lavagem de dinheiro e apropriação indébita de recursos públicos. Embora a Suprema Corte tenha recusado 15 das 23 acusações, o caso não foi encerrado.

Em junho de 2007, fui a uma exposição em duas galerias de arte no bairro de Chelsea, em Manhattan, reunindo 18 jovens artistas chilenos que apresentavam obras sob o título *Daniel López Show* (Daniel López era um pseudônimo usado por Pinochet em suas contas no Riggs Bank). Centenas de nova-iorquinos compareceram à inauguração da exposição de arte inspirada em Pinochet. O catálogo da exposição dizia: “A geração de artistas aqui apresentados pode não ter a experiência direta do golpe de Estado sangrento de Pinochet, seguido por décadas de regime militar. … Essa geração, em vez disso, experimentou o que veio na sequência do julgamento público do general, que culminou com sua morte num hospital militar em dezembro de 2006, aos 91 anos.” O catálogo concluía explicando que os artistas tinham “subvertido o pseudônimo de Pinochet ao fazer dele o título da exposição, transformando o nome num guarda-chuva – um ponto de partida para uma gama de ideias associadas a subprodutos ou diretamente relacionadas à transformação de identidades, desdobrando Daniel López em outras múltiplas e complexas direções”.

Como todo personagem notável de um drama, Pinochet atingiu a vida de um número incontável de pessoas no mundo todo. Influenciou ou foi o alvo de ações ou de políticas de Baltasar Garzón, Margaret Thatcher, Henry Kissinger, Jimmy Carter, Fidel Castro, Ronald Reagan, Leonid Brejnev, Milton Friedman e muitos outros. Toda uma geração foi marcada por ele.

Como as várias identidades que usou nas contas bancárias secretas, sua memória evoca diferentes significados para diferentes indivíduos e setores. Alguns continuarão a subestimar as reformas econômicas visionárias que transformaram o Chile e influenciaram outras nações. Mas, quando tudo tiver sido dito e feito, Pinochet provavelmente será lembrado mais como um símbolo notório de repressão do que como um reformador econômico.

Para os que o combateram, seu nome serve para nos lembrar que, na ditadura, apesar das chances estarem contra nós, fizemos história. Eu tenho vivido em paz comigo mesmo pelo que fiz durante os tempos de Pinochet. Experimentamos um enorme sentido de lugar e propósito porque nos engajamos numa luta dolorosa mas, em última análise, bem-sucedida pela democracia e os direitos humanos − luta que jamais esqueceremos. A era Pinochet está acabada, mas o homem continua a projetar sua duradoura sombra sobre nós.

Referências bibliográficas

1. Um 11 de setembro diferente (p.13-36)

Barra, Alfredo. *Las dos caras del Golpe*. Santiago, Editorial Puerto de Palos, 2005, p.23-4, 60-3, 68-74.

Cavallo, Ascanio e Margarita Serrano. *Golpe, 11 de septiembre de 1973*. Santiago, Aguilar, 2005.

Garcés, Mario e Sebastián Leiva. *EI golpe en La Legua*. Santiago, LOM Ediciones, 2005, p.33-4, 49-63.

Guijón, dr. Patricio. "Yo ví cuando Allende se disparó". *El Mercurio*, 16 out 2007, p.C3.

Jorquera, Carlos. Entrevista com o autor. Santiago, 12 set 2007.

Soto, Oscar. *El ultimo día de Salvador Allende*. Santiago, Aguilar, 1999, p.90-112.

2. Os dois Pinochet (p.37-78)

Arancibia Clavel, Patricia e Francisco Bulnes. *La escuadra en acción*. Santiago, Random House/Mondadori, 2004.

Bonnefoy, Pascale. *Terrorismo de Estadio*, Santiago. Ediciones Chile América/Cesoc, 2005, p.119-22, 187-8, 198-9.

Caso Frei. "Ministro indaga las extrañas coincidencias con muerte del general Lutz". *La Segunda*, 22 ago 2006, p.17. Ver também "Investigación de TVN defiende tesis de asesinato de Frei Montalva". *La Tercera*, 24 ago 2006, p.7.

Constable, Pamela e Arturo Valenzuela. *A Nation of Enemies*. Nova York, Norton, 1991.

Correa, Raquel e Elizabeth Subercaseaux. *Ego sum Pinochet*. Santiago, Zig Zag, 1989, p.39-42, 77, 110-3.

Garcés, Joan. *Desarrollo político* y *desarrollo económico, los casos de Chile* y *Colombia*. Madri, Editorial Tecnos, 1972, p.247-8, 267.

Gazmuri, Jaime (senador). Entrevista a Patricia Arancibia Clavel. *Cita con la*

historia. Santiago, Biblioteca Americana, 2006, p.427-8.
González, Mónica. *Chile, la conjura*. Santiago, Ediciones B, 2000, p.167-8.
Guzmán, Nancy. *Romo, confesiones de un torturador*. Santiago, Planeta, 2000, p.108-15. Ver também "Osvaldo Romo, la entrevista que generó intensa polémica". *El Mercurio*, 4 jul 2007.
Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Santiago, Ministerio Secre-taría General de Gobierno, 1991.
Madariaga, Mónica, apud Sergio Marras. *Confesiones*. Santiago, Ediciones del Orni-torrinco, 1998, p.64-5.
Millas, Hernán. *Los señores censores*. Santiago, Editorial Antártica, 1985, p.15-23, 39-42.
Millas, Orlando. *Memorias, 1957-1991, una disgresión*. Santiago, Ediciones Chile-América/Cesoc, 1996, p.354-8.
Oyarzún, María Eugenia. *Augusto Pinochet, diálogos con su historia*. Santiago, Editorial Sudamericana, 1999, p.211-3.
Palacios, Javier. "Cómo Palacios relató el 11 de septiembre". *EI Mercurio*, 27 jun 2006.
Peña, Carlos. "Lady Macbeth en Chile". *El Mercurio*, 14 ago 2005, p.D10.
Prats, Carlos. *Manorias, testimonio de un soldado*. Santiago, Pehuén, 1985, p.456-7, 485-6.
Pinochet, Augusto. *Camino recorrido, biografía de un soldado*, vol.1. Santiago, Imprenta del Instituto Geográfico Militar, 1990, p.123-4, 196-7, 204-5, 261-2, 279.
____. *Geopolítica*. Santiago, Instituto Geográfico Militar/Memorial del Ejército de Chile, 1968, p.238-9.
____. *El día decisivo*. Santiago, Editorial Andrés Bello, 1980.
____. Entrevista a Patricia Arancibia e outros. *La Tercera*, 17 dez 2006, p.R5, R9-10.
Prose, Francine. "The Folklore of Exile". *New York Times*, 9 jul 2006.
Teitelboim, Volodia. *El Mercurio*, 13 ago 2006, p.R6.
Valenzuela, Arturo. *The Breakdown of Democratic Regimes, Chile*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978.
Vial, Gonzalo. *Pinochet, la biografía*, vol.1. Santiago, EI Mercurio/Aguilar, 2002, p.61-76, 101-20, 201-25.
Videla, Ernesto (general). Entrevista a Patricia Arancibia Clavel, op.cit., p.160.
Villagrán, Fernando e Marcelo Mendoza. *La muerte de Pinochet, crónica de un delirio*. Santiago, Planeta, 2003, p. 40-56, 70-87.

3. O poder de ditar (p.79-102)

Cavallo, Ascanio, Manuel Salazar e Oscar Sepúlveda. *La historia oculta del régimen militar*. Santiago, Random House/Mondadori, 1997, p.81-94, 228-36, 304-19.

Fontaine, Arturo, *Los economistas y el presidente Pinochet*. Santiago, Zig Zag, 1988, p.17-20, 104.

Friedman, Milton. *La Tercera*, 17 nov 2006, p.43-4; *El Mercurio*, 17 nov 2006, p.B4, B8.

Huneeus, Carlos. *The Pinochet Regime*. Boulder, Lynne Rienner, 2007, p.71-97.

Kelly, Roberto apud Patricia Arancibia Clavel. *Conversando con Roberto Kelly V., recuerdos de una vida*. Santiago, Biblioteca Americana, 2005, p.164-5, 206-9,212-9,253-4.

"Las criticas y revelaciones de Sergio de Castro". *La Tercera*, 10 jun 2007, p.R6-R7.

Léniz, Fernando. Entrevista com o autor. Santiago, 16 nov 2006.

Madariaga, Mónica. Entrevista. *El Periodista*, 10 nov 2006, p.18-9.

Muñoz, Heraldo. *La política exterior del gobierno militar chileno*. Santiago, Ediciones del Ornitorrinco, 1986, p.155-63.

Villagrán, Fernando e Marcelo Mendoza, op.cit., p.113-8, 186-94.

Vial, Gonzalo, op.cit. p.262-73.

4. O alcance global de Pinochet (p.103-147)

Barros, José Miguel. "Diplomacia espiada". *Hoy*, 5 out 1986, p.12-3.

Bredemeier, Kenneth. "Townley Says He Acted as a 'Soldier', Has No Regrets About Killing Letelier". *Washington Post*, 23 jan 1979, p.A5.

Cavallo, Ascanio, Manuel Salazar e Oscar Sepúlveda, op.cit. p.146-7, 186-7.

"Chilean Hailed on Return from U.S.". *New York Times*, 10 set 1977, p.7.

"Comunicados de Chile y EE.UU. en gestiones por el caso Letelier". *El Mercurio*, 11 mar 1978, p.12.

Embaixada do Chile (Washington, D.C.). Mensagens codificadas, dirigidas ao Ministério das Relações Exteriores, 14 ago 1975; 28 ago 1975; 7 dez 1972; 11 dez 1972; 7 dez 1972; 11 nov 1972; 1º dez 1972.

Dallek, Robert. *Nixon and Kissinger, Partners in Power*. Nova York, HarperCollins, 2007, p.235-7 (trad. bras. *Nixon e Kissinger, parceiros no*

poder. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009).
Davis, Nathaniel. *The Last Two Years of Salvador Allende*. Ithaca, Cornell University Press, 1985, p.367-94.
Dina. "Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional". Santiago, 29 out 1975 (documento não publicado, coleção do autor).
Dinges, John. *The Condor Years*. Nova York, New Press, 2004, p.75-7, 102-3, 127-33, 165.
Helms, Richard. *A Look over My Shoulder, A Life in the Central Intelligence Agency*. Nova York, Ballantine, 2003, p.394-404.
Howe, Jonathan (almirante, ex-assistente especial para assuntos de segurança nacional do vice-presidente Nelson Rockefeller). Entrevista com o autor. Jacksonville, Flórida, 13 fev 2007.
Kissinger, Henry. *The White House Years*. Boston, Little, Brown, 1979.
____. *Years of Renewal*. Nova York, Simon & Schuster, 1999, p. 750-9.
Kornbluh, Peter. *The Pinochet File*. Nova York, New Press, 2003, contendo um sumário e análise de um dossiê não confidencial de documentos de agências do governo norte-americano sobre o Chile, 1968-91, publicado em nov 2000. Esses documentos foram recebidos por Heraldo Muñoz no Ministério das Relações Exteriores em 2000; foram lidos na época e pesquisados para a preparação do presente volume.
Jasky, Victor. *Turning Defeat into Victory, The Soviet Offensive Against Chile*. Nova York, American-Chilean Council, 1975.
Missão Chilena para as Nações Unidas. Mensagens codificadas, dirigidas ao Minis-tério das Relações Exteriores, 5 jun 1972; 20 nov 1972.
Montero, Enrique (general). *La Segunda*, 12 dez 2006, p.18.
Montero, Raúl (almirante). Entrevista. *La Época*, 8 out 1989, p.10.
Muñoz, Heraldo e Carlos Portales. *Elusive Friendship, A Survey of U.S.–Chilean Relations*. Boulder?/Londres, Lynne Rienner, 1991, p.49-87.
Muñoz, Heraldo. *Las relaciones exteriores del gobierno militar chileno*, op.cit., p.51-4.
Nixon, Richard. *The Memoirs of Richard Nixon*. Nova York, Touchstone, 1990, p.489-90.
Osorio, Carlos (filho do diplomata de carreira misteriosamente falecido Guillermo Osorio). Entrevista com o autor. Nova York, 7 jul 2007.
Pinochet, Augusto. *Camino Recorrido*, vol.2. Santiago, Imprenta del Instituto Geográ-fico Militar, 1991, p.73, 148-9, 237.
____. *Camino Recorrido*, vol.3, livro 1. San-tiago, Imprenta del Instituto Geográfico Militar, 1993, p.22-3, 70-1, 234.
"Quiet Diplomacy, Deaf Chile". *New York Times*, 15 abr 1982.

"67 minutos entre Carter y Pinochet". *El Mercurio*, 7 set 1977, p.A1.
Senado dos Estados Unidos. *Covert Action in Chile, 1963-1973*. Relatório do pessoal do Comitê Seleto para Estudar Operações Governamentais a Respeito das Atividades de Inteligência. Washington, D.C., U.S. Government Printing Office, 1975.
Weiner, Tim. *Legacy of Ashes, The History of the CIA*. Nova York, Doubleday, 2007, p.311-3.
Whelan, James. *Out of the Ashes, Life, Death and Transfiguration of Democracy in Chile, 1833-1988*. Washington, D.C., Regnery Gateway, 1989), cap.9.

5. O regime nas cordas (p.148-192)

De Castro, Sergio. Entrevista a Patricia Arancibia Clavel, op.cit., p.360-1, 366-8.
Foxley, Alejandro. *Latin American Experiments in Neo-Conservative Economics*. Berkeley, University of California Press, 1983, p.84-90.
Molina, Carlos (general). Correspondência com o autor, 5 mai 2008.
Melnick, Sergio (ministro do Planejamento durante o regime Pinochet). Entrevista com o autor. Santiago, 7 nov 2006.
Spooner, Mary Helen. *Soldiers in a Narrow Land, The Pinochet Regime in Chile*. Berkeley, University of California Press, 1994, p.177-82.
Vial, Gonzalo. *Pinochet, la biografía*, vol.2, op.cit., p.453-66, 474-95.

6. Matar Pinochet ou derrotá-lo com um lápis (p.193-246)

Alfonsín, Raúl. "Cuba debe decidir su destino". *Clarín*, Buenos Aires, 21 fev 2008, p.23.
Álvarez, Rolando. "La noche del exilio? Los orígines de la rebelión popular en el Partido Comunista de Chile". In Verónica Valdivia, Rolando Álvarez e Julio Pinto. *Su revolución contra nuestra revolución*. Santiago, LOM, 2006, p.135-52.
"Anatomia de una emboscada". *Qué Pasa*, set 2006, p.26-31.
Andrew, Christopher e Vasili Mitrokhin. *The World Was Going Our Way, The*

KGB and the Battle for the Third World. Nova York, Basic Books, 2005, p.69-70, 86.
Arrate, Jorge e Eduardo Rojas. *Memoria de la izquierda chilena – volume 2 (1970-2000)*. Santiago, Ediciones B, 2003, p.393-421.
Bunster, César. Entrevista com o autor. Santiago, 28 fev 2008.
Bustos, Pedro Pablo (coronel, subchefe do destacamento de segurança de Pinochet). Entrevista com o autor. Santiago, 9 set 2006.
Brunner, José J. "Notas para la discusión", 14 set 1986 (manuscrito não publicado, coleção do autor).
Christian, Shirley. "As Chile Prepares to Vote, U.S. Envoy Is Praised". *New York Times*, 4 out 1988.
Correa, Raquel e Elizabeth Subercaseaux. Op.cit., p.145.
Corvalán, Luis. *Lo internacional en la línea del P.C*. Santiago, Editorial Austral, 1973, p.128-9.
Corvalán, Luis. Entrevista. *Principios*, out 1982, p.39-40.
____. *Santiago-Moscú-Santiago, apuntes del exilio*. Dresden, Verlag Zeit in Bild, 1983, p.38-9.
"Declaración del Partido Comunista de Chile, Comisión Política". *La Época*, 19 jul 1987, p.10-1.
Departamento de Estado dos Estados Unidos. "Noon Briefing". Washington, D.C., 3 out 1988 (fotocópia, coleção do autor).
Embaixada do Chile (Washington, D.C.). Mensagens codificadas, dirigidas ao Minis-tério das Relações Exteriores, n.133-8, 25 ago 1987.
____. Mensagens codificadas, dirigidas ao Ministério das Relações Exteriores, n.852-4, 3 out 1988; n.868-3, 5 out 1988.
Furci, Carmelo. *The Chilean Communist Party and the Road to Socialism*. Londres, Zed Books, 1984, p.46-60, 165-8.
Ganarekian, Barbara. "Washington Talk, How US. Political Pros Get Out the Vote in Chile". *New York Times*, 18 nov 1988.
García Pinochet, Rodrigo. *Destino*. Santiago, Imprenta Nuevo Extremo, 2001, p.43-67.
Godoy, Oscar. Entrevista com o autor. Nova York, 26 jun 2007.
Hyde, Henry J. (congressista norte-americano). Conversa com o autor. Nova York, 27 mar 2006.
"In Chile, Positively No". *New York Times*, 7 out 1988.
"La mujer del atentado a Pinochet". *Punto Final*, set 2006, p.10-1.
Mayorga, Patricia. "Juan Pablo II aconsejó a Pinochet que entregara el poder". *El Mercurio*, abr 2007, p.C4.
McAffee, Marilyn (embaixadora dos Estados Unidos). Entrevista com o autor.

Jacksonville, Flórida, 13 fev 2007.
Muñoz, Heraldo. “Beating Pinochet at His Own Game”. *Los Angeles Times*, 21 mar 1988, p.9.
“Nicaragua y política militar”. *Principios*, n.21, out 1981, p.53-4.
Partido Comunista do Chile, Comitê Central. “Conferencia Nacional del Partido Comunista”. Comunicado oficial do Comitê Central, Santiago, jun 1984 (fotocópia, coleção do autor).
____. “Convocatoria al XV Congreso Nacional del Partido Comunista de Chile”. Santiago, 1988 (fotocópia, coleção do autor) .
Partido Comunista do Chile. “Propuestas del Partido Comunista para una salida política”. Santiago, fev 1987 (documento não publicado, coleção do autor).
Peña, Cristóbal. *Los fusileros, crónica secreta de una guerrilla en Chile*. Santiago, Random House-Mondadori, 2007, p.120-39, 205, 289-90, 368-9.
Pinochet, Augusto. Apud María Eugenia Oyarzún. *Augusto Pinochet, diálogos com su historia*. Santiago, Editorial Sudamericana, p.191-5.
____. *Camino Recorrido*, vol.3, livro 2, op.cit., p.68-71, 143, 220-7.
Reagan, Ronald. In Douglas Brinkley (org.). *The Reagan Diaries*. Nova York, Harper-Collins, 2007.
“Se habría descartado expulsión de Ricardo Lagos”. *La Segunda*, 22 set 1986. *Ver também* “Ex-presidente de los USA intercede por Lagos”. *La Tercera*, 23 set 1986.
Suro, Roberto. “Pope, on Latin Trip, Attacks Pinochet Regime”. *New York Times*, 1º abr 1987. Ver também Larry Rohter. “Pinochet Foes Cheered by the Pope’s Presence”. *New York Times*, 3 abr 1987.
Vial, Gonzalo. *Pinochet, la biografía*, vol.2, op.cit., p.545-8, 555-66, 573-82.
Verdugo, Patricia e Carmen Hertz. *Operación siglo XX*. Santiago, Ediciones Chile Amé-rica/Cesoc, 2002, p.79-82, 89-93, 127-48, 151-64, 167-94.
“Vietnam y Cuba, el destino de los fusileros”. *La Tercera*, 3 set 2006.

7. Governando com o inimigo (p.247-282)

Aylwin, Patricio. In Margarita Serrano e Ascanio Cavallo. *El poder de la paradoja*. San-tiago, Grupo Editorial Norma, 2006, p.46-61.
Aylwin, Patricio. Entrevista com o autor. Santiago, 11 set 2007.
Bush, George W. Apud “Chile Proposes to Reform Pension System”. *New York Times*, 26 dez 2006, p.22.

Cáceres, Carlos. Entrevista a Patricia Arancibia Clavel, op.cit., p.521-2.
Correa, Raquel e Elizabeth Subercaseaux. Op.cit., p.141.
Cheyre, Juan Emilio (general, ex-comandante em chefe do Exército chileno). Entre-vista com o autor. Santiago, 15 nov 2006.
"Encouraging Success in Chile". *New York Times*, 19 mar 1991, p.A22.
Fuentes, Claudio. *La transición de los militares*. Santiago, LOM Ediciones, 2006), p.66-84.
Gazmuri, Jaime (senador). Entrevista com o autor. Nova York, 3 mai 2008. "Los secretos del espionaje político en democracia". *Qué Pasa*, n.1.852, 7 out 2006, p.12-7.
Muñoz, Heraldo. "Cold Reality Dawns in Chile". *Los Angeles Times*, 18 out 1988, p.7.
Meller, Patricio, Sergio Lehman e Rodrigo Cifuentes. "Los gobiernos de Aylwin y Pinochet, comparación de indicadores económicos y sociales". *Apuntes Cieplan*, n.118, set 1993, p.7-9.
Molina, Carlos (general). Correspondência com o autor, 5 e 6 mai 2008.
Pinochet, Augusto. Entrevista. *El Mercurio*, 11 jun 1995.
____. Entrevista a Blanca Arthur. *El Mercurio*, 6 set 1998.
____. *Camino recorrido*, vol.3, livro 2, op.cit., p.247-50.
Piñera, José (ministro do Trabalho e da Mineração durante o regime Pinochet). Conversa e correspondência eletrônica com o autor, 6 abr 2005 e 1º fev 2007.
Sanfuentes, Andrés. "La herencia económica de Pinochet". *Asuntos Públicos*, n.585, 28 dez 2006.
Williamson, John. "Latin America Needs to Modify, not Reverse, the Washington Consensus". Comunicado de imprensa, Washington, D.C., 12 mai 2003, p.2

8. Perdido em Londres (p.283-318)

"Acto por el que se decreta la prisión provisional incondicional de Augusto Pinochet y se cursa orden de captura internacional a contar del mismo". Juzgado de Instrucción n.5, Audiencia Nacional, Madri, 16 out 1998 (fotocópia, coleção do autor).
Afani, Paula. *La nuera del general*. Santiago, Editorial Maye, 2006, p.77-8.
Albright, Madeleine. In "Respect Chile on Pinochet, Albright Says". *Los Angeles Times*, 1º dez 1998, p.A8.

Anderson, Jon Lee. “The Dictator”. *The New Yorker*, 19 out 1998, p.45-57. *Ver também* entrevista de Jon Lee Anderson in www.elhistoriador.com.ar/entrevistas/l/lee_anderson.php (em espanhol).
Artaza, Mario (embaixador do Chile no Reino Unido). Conversa e correspondência eletrônica com o autor, 15 jul 2007.
Bachrach, Judy. “The Dictator and the Dead”. *Vanity Fair*, 29 jun 1999, p.126-41.
Beckett, Andy. *Pinochet en Piccadilly*. Barcelona, Tusquets Editores, 2003, p.259-94.
Black, Mary E. “Diagnosing Pinochet Syndrome”. *British Medical Journal*, 21 jan 2006.
Chadwick, Isabel. “El dolor por las víctimas”. *Newsweek en espanol*, 9 dez 1998, p.15.
Cheyre, Juan Emilio (general, ex-comandante em chefe do Exército chileno). Entre-vista com o autor. Santiago, 15 nov 2006.
Chile, Embaixada do. “Representation on Behalf of Senator Augusto Pinochet to the United Kingdom Foreign and Commonwealth Office”, n.37. Londres, 26 nov 1998 (fotocópia, coleção do autor).
“Chile’s Chance”. *Washington Post*, 3 mar 2000.
“Diligencia solicitando vía Interpol, la declaración del general Pinochet”. Juzgado Cen-tral de Instrucción n.5, Audiencia Nacional, Madri, Sumario 19/97L, 14 out 1998.
Ekaizer, Ernesto. *Yo, Augusto*. Buenos Aires, Aguilar, 2003, p.519-38, 589-95.
“Felipe González sobre el caso Pinochet”. *El Mercurio*, 16 dez 1998, p.C6.
“Frei exigió respecto por soberanía”. *El Mercurio*, 29 dez 1998, p.A1-A8.
Frei Ruiz-Tagle, Eduardo. Entrevista com o autor. Nova York, 5 fev 2008.
García Pinochet, Rodrigo. *Destino*. Santiago, Imprenta Nuevo Extremo, 2001, p.103-16.
Garzón, juiz Baltasar. Entrevistas com o autor. Nova York, 23 out 2005 e 28 jun 2006.
Garzón, Baltasar. *Un mundo sin miedo*. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 2005, p.193-9.
Governo do Chile. “Note on the Secretary of State’s Discretion Under the Extradition Act of 1989”. 27 out 1998 (fotocópia, coleção do autor).
“Homecoming for General Pinochet”. Editorial, *New York Times*, 4 mar 2000.
Human Rights Watch [Observatório da Cidadania]. “When Tyrants Tremble”. *Human Rights Watch Reports*, 1999.
“La mascarade Pinochet”. *Le Monde*, 7 mar 2000, p.15.
Lagos, Ricardo e Heraldo Muñoz. “The Pinochet Dilemma”. *Foreign Policy*,

primavera de 1999, p.26-39. Publicado na Espanha sob o título “Pinochet y la transición incompleta”. *El País*, 24 fev 1999, p.15-6.
“Líderes Khmer Rouge Lamentan Crímenes”. *El Mercurio*, 30 dez 1998. *Ver também* “Se modifica el escenario para los dictadores”. *La Hora*, 26 nov 1998, p.40.
O’Shaughnessy, Hugh. “A Murderer Among Us”. *The Guardian*, 15 out 1998, p.18.
Reino Unido, Ministério das Relações Exteriores. Carta ao senador Augusto Pinochet. Londres, 9 dez 1998 (fotocópia; coleção do autor).
____. Carta ao senador Augusto Pinochet. Londres, 9 abr 1999 (fotocópia; coleção do autor).
____. Carta ao senador Augusto Pinochet a/c embaixador do Chile. Londres, 11 jan 2000 (fotocópia; coleção do autor).
Romero, Simon. “Living in Exile Is Not What It Used to Be”. *New York Times*, 7 out 2007, p.10.
Sepúlveda, Alejandra e Pablo Sapag. *Es la prensa estúpido, La Prensa!*. Santiago, Copy-graph, 2001.
Sims, Calvin. “Jakarta Court Drops Charges Against Ailing Suharto”. *New York Times*, 29 set 2000.
Smith, Anderson W. *Temperate Chile*. Londres, Adam & Charles Black, 1899.
Thatcher, Margaret. “Speech by Lady Thatcher to a Meeting in Blackpool Organized by the Chilean Reconciliation Movement”. 6 out 1999; cópia datilografada disponível em Margaret Thatcher Foundation, Londres.
Thatcher, Margaret. Apud “Pinochet ‘Unfit to Face Trial’”. *BBC News*, 12 jan 2000, p.2.
U.S. Opinion Round-up. “General Pinochet’s Arrest Stirs Controversy”. Homepage da Federação de Cientistas Norte-Americanos, www.fas.org/irp/news/1998/10/981020-chile.html
Valdés, Juan Gabriel. “Afirmaciones finales sobre el ‘Caso Pinochet’”. *El País*, 9 mar 2000.

9. Reviravoltas da fortuna (p.319-346)

Agnic, Ozren. *Pinochet S.A., la base de la fortuna*. Santiago, RIL Editores, 2006, p.67-92.
Arancibia, Patricia. In Lilian Olivares. “Patricia Arancibia relata su entrevista

‘*post mortem*’ a Pinochet”. *La Segunda*, 11 dez 2006, p.12.
Barría, Rodrigo. “La doña”. *El Mercurio*, 14 ago 2005, p.D5.
Cardoen, Carlos. Entrevista. *La Tercera*, domingo, 14 jan 2007, p.4-7.
Carvajal, Cynthia. “Defensa de Pinochet, ‘Los delitos estãn ultraprescritos’”. *El Mercurio*, 16 mar 2006.
____. “Pinochet declará como inculpado”. *El Mercurio*, 9 nov 2005.
____. “Riggs donó a Cema y Fundación Pinochet”. *El Mercurio*, 27 dez 2006.
Carvallo, Mauricio. “El negocio de armas de Pinochet”. *El Mercurio*, 23 out 2005, p.D6.
Castillo, Benedicto. *Pinochet, el gran comisionista*. Santiago, Mare Nostrum, 2007, p.26-9.
“Caso Croacia, general asegura que Pinochet ordenó colaborar en ‘Exportación de armas’”. *La Segunda*, 11 dez 2007, p.12.
“CDE, Fortuna de Pinochet proviene de gastos reservados y venta de armas”. *El Mercurio*, 13 out 2005.
Contreras, Eduardo. *El desaforado, crónica del juicio a Pinochet en Chile*. Santiago, El Periodista, 2003, p.41-57.
Contreras, Manuel. Apud Cynthia Carvajal. “Es una ofensa gratuita (decir quemiento), una deslealtad”. *El Mercurio*, 23 mai 2006.
“Cuenta de Pinochet recibió 1 millón de dólares en abril”. *El Mercurio*, 16 ago 2005.
Fornazzari, Luis. Apud “A Pinochet nadie le había hecho preguntas tan directas en su vida”. *El Mostrador*, 20 jan 200l.
Gallardo, Eduardo. “Pinochet Stripped of Immunity on Corruption Charges”. *Miami Herald*, 20 de outubro de 2005.
Garín, Guillermo (general, ex-comandante em chefe do Exército chileno). Entrevistas com o autor. Santiago, 7 set 2006 e 16 nov 2006.
“Garín acusó motivos ‘políticos’ tras versión de pagar a Pinochet derivados de compras de tanques”. *La Tercera*, 12 jun 2006.
Guzmán, Claudia. “La palabra de un ex-Dina contra Schäfer”. *El Mercurio*, domingo, 24 jul 2005.
Guzmán, Juan. *En el borde del mundo, memorias del juez que procesó a Pinochet*. Barcelona, Editorial Anagrama, 2005.
Lavín, Joaquín. Apud Mónica Guerra. “Fuerte remezón por llamado de Lavín a hacer ‘mea culpa’”. *El Mercurio*, 14 set 2006, p.C3. “Lavín profundiza su ‘desafección’ con Pinochet”. *El Mercurio*, 9 mai 2005.
Leigh, David e Robert Evans. “BAE’s Secret £ 1M to Pinochet”. *The Guardian*, 15 set 2005.
Molina, Jorge. “Riggs paga US$ 9 millones para que retiren demanda por

Pinochet". *La Nación*, Santiago, 7 jul 2006.
O'Brien, Timothy e Larry Rohter. "The Pinochet Money Trails". *New York Times*, 13 dez 2004, p.A6.
O'Hara, Terence. "Drafts Show Allbritton's Pursuit of Pinochet". *Washington Post*, 3 mar 2005, p.E1-E3.
____. "Robert Allbritton Resigns as CEO of Riggs Ahead of Merger". *Washington Post*, 8 mar 2005, p. E1-E4.
____. "The General and His Banker". *Washington Post*, 21 mar 2005, p.1.
Pinochet, Augusto. Depoimento em tribunal chileno. Santiago, 17 nov 2005 (fotocópia, coleção do autor).
____. Entrevista a Raquel Correa. *El Mercurio*, 12 set 1993, p.D5.
____. Apud Hector Cossio. "Pinochet, 'Dios me perdonará si me excedí alguna vez, que no creo'". *La Tercera*, 17 nov 2005.
____. Apud Carolina Valenzuela. "Pinochet admite 'caída de mente' al culpar a Con-treras". *El Mercurio*, 23 nov 2005.
Pinochet, Marco Antonio. Entrevista. *La Tercera*, domingo, 20 mar 2005, p.12-3.
Pinochet Hiriart, Lucía. Entrevista a Mauricio Carvallo. *El Mercurio*, domingo, 5 fev 2006, p.D4.
"Pinochet defiende su gobierno y asume responsabilidad política 'por todo lo obrado'". *La Tercera*, domingo, 26 nov 2006.
Rodríguez, Pablo. Apud *El Mercurio*, 31 dez 2005, p.C12.
Rohter, Larry. "Colonel's Death Gives Clues to Pinochet Army Deals". *New York Times*, 19 jun 2006, p.A6.
____. "Chile's Leader Attacks Amnesty for Pinochet-Era Crimes". *New York Times*, 24 dez 2006, p.A2.
Salazar, Manuel. *Roberto Thieme, el rebelde de Patria y Libertad*. Santiago, Mare Nostrum, 2007, p.212-6.
Senado dos Estados Unidos. "Money Laundering, Enforcement and Effectiveness of the Patriot Act Case Study Involving Riggs Bank". Relatório da minoria do Subcomitê Permanente sobre Investigações. Washington, D.C., U.S. Senate, 15 jul 2004, p.17-36.
Valenzuela, Carolina. "Corte plantea que Pinochet eludió actuar a favor de religioso". *El Mercurio*, 9 dez 2006.
Wehrhahn, Mónica. "Yo, testigo de la Pinochet-Mafia". *El Mundo*, Madri, 14 ago 2005.
Zaldívar, Andrés. Apud "Pinochet y yo". *El Mercurio*, 10 dez 2006, p.D5.

10. A longa sombra de Pinochet (p.347-363)

Castañeda ,Jorge. “Why Chile Really Matters”. *Newsweek*, 27 mar 2006.

Cerc. “Informe de prensa-encuesta nacional”. Santiago, ago 2006, p.7.

Cheyre, Juan Emilio (general). “Ejército de Chile, el fin de una visión”. *La Tercera*, 5 nov 2004.

Cheyre, Juan Emilio (general). “Discurso del comandante en jefe del Ejército en el cierre del Seminario Ejército y Derechos Humanos para el Siglo XXI”. Santiago, 7 dez 2004, p.2 (fotocópia, coleção do autor).

Declarações de funcionários estrangeiros sobre a morte de Pinochet em www.emol.com, 11 dez 2006; *El Mercurio*, 12 dez 2006; *La Tercera*, 12 dez 2006 e 28 dez 2006.

“Democratic at Last”. *The Economist*, 16 set 2005.

Dorfman, Ariel. “Spitting on the Dead Dictator”. *Los Angeles Times*, 17 dez 2006.

Duke, Lynne. “Plot Thickens, Three decades After Chile’s Right-Wing Coup, His-torians Have Yet to Dot All the I’s. But One Thinks He May Have Crossed a K”. *Washington Post*, 27 fev 2005.

Goldberg, Jonah. “Iraq Needs a Pinochet”. *Los Angeles Times*, 14 dez 2006.

Larraín, Hernán. Apud “Críticas y alabanzas provoca carta póstuma del general Pinochet”. *El Mercurio*, 25 dez 2006; *ver também La Tercera*, 25 dez 2006.

Londregan, John. “Don’t Cry for Pinochet”. *Weekly Standard*, 25 dez 2006.

Maxwell, Kenneth. “The Case of the Missing Letter, in *Foreign Affairs*, Kissinger, Pinochet and Operation Condor”. *Working Papers on Latin America*, n.4. Cambridge, Mass., Harvard University, David Rockefeller Center for Latin American Studies, 2005.

Navia, Patricio. *Las grandes alamedas, el Chile post-Pinochet*. Santiago, La Tercera/Mondadori, 2004, p.17-39.

“No Ifs or Buts, Whatever the General Did for the Economy, He Was a Bad Man”. *The Economist*, 13 dez 2006.

Pinochet, Augusto. “Mensaje a mis compatriotas para ser difundido a mi falle-cimiento”, dez 2006 (fotocópia, coleção do autor).

Powell, Colin (secretário de Estado). “Remarks and Question and Answer Session with Students”. Washington, D.C., Departamento de Estado dos Estados Unidos, 31 jan 2003, transcrição, p.2.

____. “Interview on Black Entertainment Television’s Youth Town Hall”. Depar-ta-mento de Estado dos Estados Unidos, 20 fev 2003, transcrição, p.2.

Rohter, Larry. “Chile, the Rich Kid on the Block (It Starts to Feel LoneIy)”. *New*

York Times, 28 abr 2004.
Prats, María Angélica. Entrevista. *El Pais*, 18 dez 2006.
Schemo, Diana Jean. “Kissinger Assailed in Debate on Chile”. *New York Times*, 5 jun 2004.
“The Pinochet Paradox”. *Wall Street Journal*, 12 dez 2006, p.A18.
“Un funeral sui géneris”. Editorial. *La Tercera*, 13 dez 2006, p.3.
Vargas Llosa, Mario. “Las exequias de un tirano”. *El Comercio*, Lima, 17 dez 2006.
“Vaticinio que impresionó a Pinochet”. *La Segunda*, 6 dez 2006.

Créditos das imagens

1, 10, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 30, 31. © *La Nación*
2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 32, 33, 34, 35, 36. © *El Mercurio*
13. © Marcelo Montealegre
37. © EFE News Agency
24. Cortesia de Carmen Hertz
25. Cortesia de Tucapel Jiménez Fuentes
26. Cortesia de Joyce Horman
3, 15, 29. Cortesia do autor

Agradecimentos

Eu não planejei escrever este livro. Foi Bill Frucht, vice-presidente executivo da Basic Books, que surgiu com a ideia de eu contar a história da ditadura de Augusto Pinochet e seu legado a partir de uma perspectiva pessoal. Minha primeira reação foi declinar da proposta, mas, depois de um período de reflexão e da persuasão competente de Bill, aceitei o desafio. Sou-lhe grato por isso.

Também estou em dívida com Bill Frucht por seu estímulo constante e conselho abalizado ao longo de todo o processo de elaboração do livro. Agradeço também, na Basic Books, a Alix Sleight, Joshua Berman e a Katherine Scott. Meu agente literário e amigo, Scott Mendel, foi além do dever com suas sugestões incisivas e seu apoio ilimitado ao projeto.

Sou grato aos vários atores dos episódios narrados neste livro, que concordaram em compartilhar comigo seus testemunhos e opiniões sobre diversas situações que viveram. Entre eles os ex-presidentes Patricio Aylwin e Eduardo Frei Ruiz-Tagle; o ex-comandante em chefe do Exército Juan Emilio Cheyre e o ex-vice-comandante em chefe Guillermo Garín; o general da reserva Carlos Molina, os ex-ministros Enrique Correa, Fernando Léniz, Sergio Melnick e José Piñera; o senador Jaime Gazmuri; o embaixador chileno Mario Artaza e a embaixadora americana Marilyn McAfee; o juiz Baltasar Garzón; o falecido ex-congressista americano Henry Hyde; o jornalista Carlos Jorquera; o cientista político Oscar Godoy; o almirante americano da reserva Jonathan Howe; e Carlos Osorio, filho do falecido diplomata Guillermo Osorio.

Meu amigo e ex-presidente Ricardo Lagos merece uma nota especial de reconhecimento. Ele me apoiou nesta empreitada desde o primeiro momento, leu o manuscrito todo e ajudou a lembrar episódios pelos quais passamos juntos, acrescentando informações, comentários e reflexões históricas valiosos.

Tive o privilégio de entrevistar dois atores centrais na tentativa de assassinato de Pinochet em setembro de 1986, mas de lados opostos: o coronel Pedro Pablo Bustos, subchefe de segurança de Pinochet, e César Bunster, um dos organizadores-chave do atentado. Agradeço a ambos a assistência e as reflexões sinceras sobre o episódio histórico.

Joyce Horman, a viúva de Charles Horman, cidadão americano assassinado no Chile, me deu acesso aos arquivos privados do pai de Charles, Ed Horman, que manteve um registro meticuloso de suas atividades – incluindo entrevistas e

cópias de todos os documentos e correspondências – enquanto procurava o filho desaparecido e continuava sua jornada para levar seus assassinos a julgamento. Joyce me enviou uma fotografia de Charles e de seu pai para ajudar a ilustrar estas páginas. Também estou em dívida com Angela Jeria, o congressista Tucapel Jiménez Fuentes, a embaixadora Carmen Hertz e Silvia Vera, por fornecerem ou autorizarem o uso de fotografias de seus entes queridos, perdidos durante a ditadura.

Cristián Zegers, diretor do jornal *El Mercurio*, e o então diretor do *La Nación* Rodigo de Castro, permitiram que eu utilizasse fotografias de seus respectivos arquivos para ilustrar este livro. Do mesmo modo, a Fundación de Documentación y Archivo de la Vicaría de la Solidariedad forneceu fotos de algumas das vítimas do regime Pinochet. O Ministério das Relações Exteriores do Chile me concedeu acesso a seus arquivos históricos, onde descobri informações até então desconhecidas do público.

María Isabel Seguel e Claudia Aguilar me estenderam proveitosamente a mão, em especial durante as etapas iniciais de pesquisa e elaboração do livro.

Como sempre, meu mais importante apoio e fonte de inspiração foi minha esposa, Pamela, protagonista de muitas passagens desta memória de acontecimentos nos quais se envolveu por causa da minha atividade política. Ela leu o manuscrito, criticou-o com sua inteligência aguda e apresentou muitas sugestões úteis. Este livro só podia ser dedicado a ela.

Índice remissivo

Aaronovitch, David
ABC (jornal espanhol)
Abrams, Elliot, 1, 2
Academia de Guerra, 1, 2, 3, 4
Academia de Humanismo Cristão
Ação Nacional, grupo da
"Ação secreta no Chile: 1963-1973" (relatório), 1-2, 3
Acordo de Partidos pela Democracia (Concertación), 1, 2, 3, 4-5
Acordo Nacional de Transição para a Democracia, 1-2, 3-4
acordo nacional pela democracia e o consenso constitucional, 1-2
acordos de comércio livre
AD *ver* Aliança Democrática
Afeganistão, 1, 2
AFL-CIO, 1-2
África do Sul, 1, 2, 3
Afshar, dr. Farhad
agroindústria
Ahmadinejad, Mahmoud
Ahumada, Jaime
Aitken, Oscar, 1, 2, 3, 4, 5
Albright, Madeleine K., 1, 2, 3
Alegría, Fernando
Alegría, Juan
Alessandri, Arturo
Alessandri, Jorge, 1, 2, 3
Alfonsín, Raúl, 1, 2
Aliança Democrática (AD), 1-2, 3, 4, 5
Aliança MDP (Movimento Democrático Popular)
Alicia, dona
Alimentos para a Paz
Allamand, Andrés, 1, 2
Allbrinon, Joseph L.
Allende, Beatriz (filha)
Allende, Isabel (filha), 1, 2, 3
Allende, Isabel (sobrinha)
Allende, Laura
Allende, Salvador, 1, 2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10, 11, 12
derrubada de *ver* golpe de 1 de setembro de 1973
discurso na Assembleia-Geral da ONU
e Força Aérea e Marinha
eleição de, em 1970
e liderança do Partido Socialista

e o governo Nixon, 1-2, 3, 4, 5-6
e Pinochet, 1, 2-3, 4, 5-6, 7-8, 9
esposa de *ver* Bussi, Hortensia “Tencha”
Fundação Presidente Salvador Allende, 1, 2
gabinete de
morte de, 1-2, 3, 4-5
planos para um plebiscito, 1, 2, 3, 4
posse de, 1, 2-3
programa econômico de, 1, 2-3
sepultamento e novo sepultamento de, 1-2, 3
sepultamento oficial
última fala no rádio, 1-2, 3-4, 5
Almeyda, Clodomiro, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
Altamirano, Carlos (senador), 1, 2, 3, 4, 5-6, 7
alto funcionário peruano
Alucema, Juan
Alvarado, Luis, 1, 2
Alvarez, Ramón (coronel)
Alvayay, Rodrigo, 1, 2
American Friends Service Committee, 1, 2
American-Chilean Council
Amistad esquiva, Una (Muñoz)
Ananías, Mónica, 1, 2
Anderson, Jon Lee
Anderson, Pendleton & McMahon (agência de publicidade)
Angola
anistia, leis de, 1, 2, 3-4
Anistia Internacional, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Annan, Kofi, 1, 2
Anos de renovação (Kissinger)
APSI (revista)
Aquino, Corazón
Arábia Saudita
Araneda, Hugo
Araza, Mario, 1, 2
Arellano, Sergio (general), 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8, 9-10
Arenas, Mauricio (Joaquín)
Argentina, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
certificado de direitos humanos para a
guerra suja na
armas, 1, 2-3, 4-5. *Ver também* lançadores de foguetes; Estados Unidos: ajuda/ venda de armas ao Chile
Armazéns do Povo, 1, 2-3
Arriagada, Genaro, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Arrieta, Pedro, 1-2, 3, 4, 5, 6
assassinatos/execuções, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9-10, 11-12, 13-14, 15, 16-17, 18-19, 20-21, 22-23, 24-25, 26-27, 28, 29-30, 31, 32-33, 34, 35-36, 37-38, 39-40, 41, 42, 43-44, 45-46, 47, 48-49, 50, 51-52. *Ver também* golpe de 53 de setembro de 1973: mortes durante e depois; desaparecimentos; Letelier/Orlando: assassinato de; Pinochet, Augusto: tentativa de assassinato contra
Assembleia Cívica Nacional
Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), 1, 2

Associação Nacional de Empregados Fiscais (Anef)
Astorga Mário, 1, 2
Àvalos, Juan
Avanguardia Nazionale
Avanzada Nacional
Aylwin Patricio, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11
como candidato nas eleições de 1989
realizações da administração de, 1-2, 3-4
Ver também Pinochet, Augusto
Aznar, José María
Bachelet, Alberto (general)
Bachelet, Michelle, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Badiola, Sergio (general), 1, 2
Baeza, Ernesto (general), 1, 2
Baker, Howard, 1, 2, 3
Ballerino, Jorge (general), 1, 2, 3-4, 5, 6
Balza, Martín
Bañados, Adolfo
Bañados, Patricio, 1, 2
Banco Andino, 1, 2
Banco Atlántico, 1, 2
Banco Central, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Banco de Chile, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Banco de Santiago
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), 1, 2, 3
Banco Mundial, 1, 2, 3
Banks, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8. *Ver também* Riggs Bank de Washington
Baraona, Pablo, 1, 2
Barberis, Víctor, 1, 2
Barcella, Lawrence
Bárcena, Alicia
Bardón, Alvaro, 1, 2
Barnes, Harry, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Barros, Fernando, 1, 2
Barros, José Miguel
Barros, Raymundo
Bartle, Ronald David (juiz), 1, 2
Bartulín, dr. Danilo
Basov; Vasilyevich
Beasley, John
Bélgica, 1, 2
Benavides, César (general)
Berger, Carlos e Julio, 1, 2
Bergsten, C. Fred
Berlim, Muro de, 1, 2
Berlinguer, Enrico
Berrios, Eugenio, 1, 2
BHC, grupo, 1, 2, 3
Bindman, Geoffrey
Blair, Tony, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Blechman, Barry
bloqueios
Bobbio, Norberto
Boeninger, Edgardo, 1, 2, 3
boicotes, 1-2, 3
Boinazo, o movimento, 1-2
Bolaño, Roberto
Bolívia, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Bolt, Robert
Bolton, John
bombas de fragmentação
Bonilla, Oscar (general), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
morte de, 1-2
Borghese, Junio Valerio (comandante italiano)
Boutros Ghali, Boutros
Brady, Herman (general), 1, 2
Brasil, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Bray, Charles
Brejnev, Leonid, 1, 2, 3
Brigada Rolando Matus
Bringham, Thomas (lorde, chefe da Suprema Corte)
Briones, Carlos, 1, 2, 3
British Medical Journal
Brookings Institution, 1, 2, 3
Browne-Wilkinson, Nicholas (lorde)
Brunner, José Joaquin, 1, 2
Büchi, Hernán, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7, 8, 9
Bukovsky, Vladimir
Bulnes, Francisco
Bunster, César, 1, 2-3, 4, 5, 6
Bush, George H.W., 1, 2, 3, 4
Bush, George W., 1, 2, 3, 4
Bussi, Hortensia “Tencha”, 1, 2, 3, 4
Bustos, Manuel
Cáceres, Carlos, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7
Califórnia, Universidade da
Camino Recorrido (livro de Pinochet), 1, 2
campos de concentração, 1-2
Camú, Arnoldo, 1, 2, 3
canal de Beagle, disputa do, 1, 2, 3, 4
Canessa, Julio (coronel)
Cano, Eduardo (general)
Cánovas, José
Cantero, Manuel, 1, 2
Cantuarias, Gustavo (coronel)
Carabineros, 1, 2-3, 4, 5, 6, 7, 8-9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19-20, 21, 22, 23, 24
Caravana da Morte, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Cardemil, Alberto, 1, 2, 3, 4, 5
Cardoen, Carlos
Carrasco, Johnny

Carrasco, José, 1, 2
Carreño, Carlos (coronel), 1, 2, 3
Carter, Jimmy, 1, 2-3, 4, 5-6, 7, 8, 9
Caruette, Daniel
Carvajal, Oscar (cabo), 1, 2, 3, 4
Carvajal, Patricio (almirante), 1, 2-3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10
CAS. *Ver* Comitê Assessor
Cassidy, dra. Sheila
Castañeda, Jorge
Castillo, Jaime
Castresana, Carlos
Castro, Fidel, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7
Castro, Ramón (general), 1, 2, 3
Catalán, Denic
Cauas, Jorge, 1, 2, 3, 4
Cavani, Liliana
Ceballos, Edgar (coronel)
censura, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8
Central Nacional de Informações (CNI), 1, 2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18
e a tentativa de assassinato contra Pinochet, 1, 2, 3-4, 5-6, 7, 8-9
Centro de Estudos da Realidade Contemporânea (Cerc)
Centro de Estudos Econômicos e Sociais
Centro de Estudos para o Desenvolvimento
Centro de Mães (Cema), 1-2
Centro Vector de Estudos Sociais e Econômicos, 1, 2
Cerda, Carlos (juiz), 1, 2, 3
Chadwick, Andrés, 1,
Chadwick, Isabel
Chernovenko, Stephan
Cheyre, Juan Emilio (general), 1, 2, 3-4, 5-6, 7
Chicago Boys, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21
membros dos, 1-2
Chicago, Universidade de, 1. *Ver também* Chicago Boys; Friedman, Milton
Chile
Congresso, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11-12, 13, 14, 15
Conselho de Defesa do Estado, 1, 2, 3, 4
Conselho de Segurança Nacional, 1, 2, 3
Declaração de Independência do Chile
dívida, 1-2, 3-4, 5, 6-7
e Argentina, 1-2
e audiências de extradição de Pinochet, 1-2
economia, 1, 2, 3-4, 5, 6-7, 8, 9, 10, 11-12, 13-14, 15-16, 17-18, 19, 20-21, 22-23, 24-25, 26, 27-28, 29-30, 31, 32-33, 34, 35, 36-37, 38-39, 40-41, 42-43, 44, 45
e os Estados Unidos, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8-9, 10, 11, 12. *Ver também* Estados Unidos: ajuda/vendas de armas ao Chile
estado de sítio no, 1, 2, 3-4
infraestrutura
Iquique, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
loteria nacional
Ministério das Finanças

modernização do
Pisagua (povoado), 1, 2
polarização no, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8, 9, 10-11, 12-13, 14-15
Suprema Corte, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
"Chile: Alvo-chave da diplomacia soviética" (Theberge)
Chile Democrático
Chilean Tobacco Company
China
Partido Comunista Chinês
Christopher, Warren
CIA, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
e tentativa de assassinato contra Pinochet, 1-2
cianureto
Ciel *ver* Comitê de Esquerda para as Eleições Livres
Cifuentes, Rodrigo, 1-2
Cimma, Enrique Silva
Cincinato
Citibank/Citigroup, 1, 2, 3
Claro, Ricardo
Clinton, governo, 1, 2, 3-4
Clube de Paris
CNI *ver* Central Nacional de Informações
cobre, 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8-9, 10
cocaína
Cochrane, Thomas A. (almirante)
Collados, Modesto, 1-2,
Colômbia
Colonia Dignidad, propriedade
comandante Tamara *ver* Magni, Cecilia
Comando de Partidos pelo "Não", 1, 2, 3, 4, 5, 6
Comando de Telecomunicações do Exército
Comando Nacional dos Trabalhadores
Comissão de Verdade e Reconciliação
Comissão Nacional sobre Tortura e Prisão Política, 1-2
Comissão para Investigar os Crimes da Junta
Comissão Rettig, 1, 2, 3
Comitê Assessor (CAS), 1, 2, 3, 4
Comitê Consultivo da Junta, 1, 2
Comitê de Apoio às Eleições Livres no Chile
Comitê de Eleições Livres (CEL), 1, 2-3
Comité de Esquerda para as Eleições Livres (Ciel), 1, 2, 3
Comitê dos Quinze
Comitê [ecumênico] Pró-Paz
Companhia Refinadora de Açúcar de Viña del Mar
Concutelli, Pierluigi
Confederação de Trabalhadores do Cobre
Conselho de Avaliação do Exército, 1-2
Conselho de Estado
Conselho Mundial de Igrejas
Consenso de Washington, 1, 2, 3

Constable, Pamela
Constituição, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10
artigo 1, 2-3, 4
ormas da, 1, 2-3, 4-5
Contreras, Manuel (coronel), 1, 2, 3, 4, 5, 6-7, 8, 9, 10, 11-12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20-21, 22, 23, 24-25, 26-27, 28, 29-30
condenação de, 1, 2-3, 4-5
e Central Nacional de Informações
e CIA
filho de
Contreras, Marcelo
Contreras, Patricio (tenente)
controle de armas, lei de
Convergencia
Convergência Socialista, movimento
Corbyn, Jeremy
Cornejo, José
Corporação de Estudos para a América Latina (Cieplan)
Corporação de Reparação e Reconciliação
Corporação Nacional do Cobre (Codelco), 1-2
Correa, Enrique, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Correa, Raquel, 1, 2, 3, 4
Corriere de La Sera
Corte Internacional de Justiça, 1-2
Corvalán, Luis, 1, 2-3
Costa, Vasco, 1, 2
Covarrubias, Sergio (coronel)
Cowan, Glenn
Craven, Wes
crescimento econômico, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8. *Ver também* Chile: economia
crimes contra a humanidade, 1-2, 3-4, 5-6
Croácia
Cuadra, Francisco Javier, 1, 2, 3, 4
Cuadrado, Prats, Francisco
Cuba, 1, 2, 3, 4
conferência sobre a dívida externa (1985)
Movimento Nacionalista Cubano
Ver também Castro, Fidel
Cubillos, Hernán, 1, 2, 3, 4, 5
Cuevas, Héctor
Dallek, Robert
"Daniel López Show" (exposição de arte)
Danús, Luis (general), 1, 2
Danyau, César Ruiz
Davis, Nathaniel, 1, 2, 3
De Castro, Sergio, 1, 2, 3o, 4, 5, 6, 7, 8-9, 10
De Gaulle, Charles
De la Cuadra, Sergio, 1-2, 3
De Miranda, Francisco
Debray, Régis

decretos-lei, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8
Degollados¸ caso, 1-2
Del Canto, Hernán, 1, 2
Del Río, Miguel (cabo)
Del Valle, Jaime
Delle Chiaie, Stefano, 1, 2
democracia, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8, 9-10, 11-12, 13, 14-15, 16-17, 18-19, 20, 21-22, 23-24, 25-26, 27, 28, 29-30, 31-32, 33-34, 35
e milagre econômico chileno, 1-2, 3
democracia protegida, 1, 2
democratas cristãos, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17-18, 19-20, 21-22, 23-24, 25, *Ver também* Partido Socialista
Desaparecido (filme)
desaparecimentos, 1-2, 3-4, 5, 6-7, 8, 9-10, 11-12, 13, 14-15, 16-17, 18-19, 20, 21-22, 23, 24-25, 26-27, 28-29, 30-31, 32-33, 34, 35-36, 37-38, 39-40
desemprego, 1, 2-3, 4-5, 6, 7-8, 9-10, 11-12
desigualdade, 1, 2, 3
desvalorização da moeda, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9-10
Día Decisivo, El (livro de Pinochet), 1, 2, 3, 4, 5
Díaz, Eduardo (general)
Díaz, Luis
Díaz, Víctor (Enzo), 1, 2, 3
Dicomcar, grupo policial
Diez, Fernando (capitão)
Dina, polícia secreta, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7, 8, 9, 10, 11-12, 13, 14-15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22
dissolução da, 1-2, 3, 4, 5-6
operações internacionais da *ver* Operação Condor
Ver também Pinochet, Augusto
dinamite, 1-2, 3
Dinges, John, 1, 2
direitos humanos, 1, 2-3, 4, 5-6, 7, 8, 9, 10-11, 12-13, 14-15, 16-17, 18-19, 20, 21-22, 23-24, 25
certificado do presidente Reagan de melhoria das condições no Chile, 1-2, 3, 4
chefes de Estado acusados de crimes contra os direitos humanos
e reformas no Exército chileno, 1-2
dólar, moeda, 1-2, 3-4, 5
Downing Street Years, The (Thatcher)
Drake, sir Francis
Drew, John, 1, 2, 3, 4
Dubois, Pierre
Ducci, Natalia
Dukakis, Michael
Duke, Lynne
Dupré, Carlos
Durnay, René
Dziwisz, Stanislao (cardeal)
economia de livre mercado, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9-10, 11-12, 13-14, 15-16, 17, 18-19
Economist, The, 1, 2, 3
Edelstam, Harald
educação
El As, fábrica de jeans (Santiago)

El Mercurio, 1, 2, 3, 4
El Salvador, 1, 2
eleições, 1-2, 3, 4, 5-6, 7, 8-9, 10-11, 12-13, 14-15, 16-17, 18-19
de 1970
de 1976
de 1989, 1, 2, 3-4
de 1999-2000, 1-2, 3-4
de 2006
exigências para
observadores eleitorais para, 1-2, 3-4
registro eleitoral, 1-2, 3-4, 5, 6-7, 8-9
sistema binomial nas
vs. plebiscitos, 1, 2, 3, 4
Elizabeth II (rainha da Inglaterra)
Engel, Eduardo
Enriquez, Miguel
Enterprise (porta-aviões)
Equador, 1, 2
Ernesto *ver* Valenzuela, Levy, José
Errázuríz, Francisco Javier, 1, 2
Errázuriz, Hernán Felipe, 1, 2
Escalona, Camilo
Escobar, Luis Eduardo, 1, 2, 3
Escola Militar do Exército, 1, 2, 3, 4
escuta telefônica
Eslováquia
Espanha, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10, 11-12, 13-14
Corte Nacional
e Grã-Bretanha, 1-2
Fundação Salvador Allende em Madri, 1, 2
Espinoza, Pedro (coronel), 1, 2, 3, 4, 5
Estádio Nacional, 1, 2-3, 4-5, 6, 7-8, 9
estado de direito, 1, 2, 3-4, 5
Estados Unidos, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7-8, 9
ajuda/venda de armas ao Chile, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7-8
ataques terroristas de 1 de setembro, 2
Congresso, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9
Conselho de Segurança Nacional, 1, 2
Departamento de Estado, 1, 2, 3, 4-5
Departamento de Justiça, 1, 2, 3
e América Latina e Terceiro Mundo, 1-2
Escritório do Controlador da Moeda (OCC), 1, 2, 3
Food and Drug Administration (FDA)
Patriot Act
Previdência Social, 1, 2
reações da mídia à prisão de Pinochet, 1-2
recessão nos (1982), 1-2
reunião de 1 de setembro de 1973, acerca do golpe no Chile, 2
sanções contra o Chile, 1, 2
Ver também Carter, Jimmy; CIA; Kennedy, Edward; Kissinger, Henry; Nixon, Richard; Reagan, Ronald;

Chile
estatismo, 1, 2
Estévez, Jaime
Estrada, Nicanor Díaz
Estrada, Raúl
estupro
execuções *ver* assassinatos/execuções
Exército da Alemanha Ocidental, 1-2
exilados (chilenos), 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10-11, 12-13, 14-15
exportações, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7
Export-Import Bank, 1, 2, 3
Eyzaquirre, Nicolás
F-1, aviões de caça a jato, 2-3
Falabella, Salvatore
Faletto, Enzo, 1, 2
falsificações
Famae, fabricante de armas, 1, 2
FBI, 1, 2-3, 4
Fellini, Federico
Felmer, Mario e Margarita
Fernández Larios, Armando (capitão), 1, 2, 3, 4-5
Fernández Lobos, Juan
Fernández López, Mario
Fernández, Dittus, Pedro, 1-2
Fernández, Jaime
Fernández, Mariano
Fernández, Sergio, 1, 2, 3, 4, 5
Fernández-Ordoñez, Francisco
Figueroa, Carlos
Fiji, 1-2
Filipinas, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
filmes proibidos
Flisfisch, Angel
Floody, Nilo (coronel)
Flores, Fernando
Fontaine, Arturo
Força Aérea, 1, 2-3, 4-5, 6, 7
Hospital da Força Aérea
Serviço de Informações da Força Aérea
"Forças Armadas e transições políticas" (seminário), 1-2
Ford, Gerald, 1, 2, 3
Foreign Affairs (revista)
Foreign Policy (revista)
Forestier, Carlos (general), 1, 2
Fornazzari, Luis
Fortín Mapocho (jornal)
FPMR *ver* Frente Patriótica Manuel Rodríguez
França, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Franco, Francisco, 1, 2
Frei Montalva, Eduardo, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

morte de, 1, 2
Frei Ruiz-Tagle, Eduardo, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
Frente Patriótica Manuel Rodríguez (FPMR), 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8. *Ver também* Pinochet, Augusto: tentativa de assassinato contra
Fresno, Juan Francisco (cardeal), 1, 2, 3-4
Frez, Gastón (coronel/general), 1, 2
Friedman, Milton, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10
Frost, David
Fujimori, Alberto, 1, 2
Fundação Augusto Pinochet, 1, 2, 3
Fundação Presidente Salvador Allende, 1, 2
Fundo Monetário Internacional (FMI), 1, 2, 3, 4, 5-6
Fungairiño, Eduardo
futebol, jogos de
Galbraith, John Kenneth
Gamboa, Alberto "Gato"
Gana, Juan (capitão)
GAP *ver* Grupo de Amigos do Presidente
Garber, Larry
Garcés, Joan, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
García Márquez, Gabriel, 1, 2
García, Alan
García, Hugo
García, Juan Ignacio
García, Ricardo, 1, 2, 3
García-Castellón, Manuel (juiz), 1, 2
Garín, Guillermo (general), 1, 2, 3
Garretón, Manuel Antonio
Garzón, Baltasar (juiz), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12
Gazmuri, Cristián
Gazmuri, Jaime (senador), 1, 2, 3
Gelbard, Robert, 1, 2
genocídio, 1, 2, 3
Geopolitíca (livro de Pinochet)
Gilbert, Earl J.
Girardi, Cristina
Goldberg, Jonah
golpe de 1 de setembro de 1973, 2-3, 4-5, 6-7, 8-9, 10-11, 12, 13-14, 15, 16, 17-18
como feriado nacional
e formação da Junta Militar
envolvimento dos Estados Unidos no, 1, 2-3
e residentes estrangeiros
e União Soviética
líderes do, 1-2
mortes durante e depois, 1-2, 3, 4, 5-6, 7-8, 9-10, 11, 12-13, 14, 15-16, 17-18. *Ver também* Caravana da Morte
prisioneiros da Junta Militar
reunião dos comandantes em chefe depois do, 1-2
González Videla, Gabriel, 1, 2
González, Ariel

González, Felipe, 1, 2, 3
González, Rafael
González, Rolando (general)
González, Sergio (tenente-coronel)
Gorbachev, Mikhail
Gordon, Humberto (general)
Gotuzzo, Lorenzo (almirante), 1, 2, 3
Governo Provisório da República Francesa
Grã-Bretanha, 1. *Ver também* Londres; Pinochet, Augusto: prisão/extradição de; Thatcher, Margaret
Gramsci, Antonio, 1, 2
Gremialistas
greve dos patrões (1972), 1, 2
Grez, Jorge (capitão)
Grupo Chileno de Famílias de Prisioneiros Políticos Desaparecidos
Grupo de Amigos do Presidente (GAP), 1, 2, 3, 4, 5, 6-7
Grupo de Oficiais Seletos (GOS)
Grupo dos Vinte e Quatro
grupos musicais, 1-2
GSIS *ver* Muñoz, Heraldo: na Escola de Pós-Graduação em Estudos Internacionais da Universidade de Denver
Guanes, Benito (coronel paraguaio)
Guerra Fria, 1, 2
guerra Irã-Iraque
Guerra, Enrique
Guerrero, Julio (cabo), 1, 2
Guerrero, Manuel
Guevara, Che, 1, 2
Guijón, dr. Patricio
Guralnik, Dora
Gutiérrez, Ignacio
Guzmán, Jaime, 1, 2, 3
Guzmán, Juan (juiz), 1, 2, 3, 4, 5
Guzmán, Pía
habeas corpus, mandados/pedidos
Habré, Hissene
Hague, William
Haig, Alexander
Haiti
Hales, Alejandro
Hales, Patricio
Hannah, Daryl
Harberger, Arnold
Harkin, Tom
Harris, Robin
Helms, Jesse, 1, 2, 3
Helms, Richard, 1, 2, 3, 4
Hernández, Cardemio
Hernández, Mauricio (Ramiro)
Hertz, Carmen
Hewett, Andrew, 1, 2

Hiriart, Osvaldo (senador), 1. *Ver também* Pinochet, Lucía Hiriart de
Hitler, Adolph, 1, 2, 3
Hoffman (lorde)
Hogger, Henry
Hollings, Ernest
Holocausto, 1, 2
Honecker, Erich
Horman, Ed
Horman, Joyce e Charles, 1, 2
Howe, Jonathan (almirante americano)
Huber, Gerardo (coronel)
Huerta, Enrique
Huidobro, Panchita e Ramón
Huidobro, Sergio (almirante), 1, 2, 3
Humberto (membro do Partido Comunista Cubano)
Humeres, Héctor
Huneeus, Carlos
Hussein,Saddam, 1, 2
Hyde, Henry, 1, 2
Ibáñez del Campo, Carlos
Igreja católica, 1, 2-3, 4-5, 6, 7-8, 9, 10
importações, 1-2, 3, 4-5
impostos, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8
inflação, 1, 2, 3, 4-5, 6-7, 8-9, 10, 11-12
Instituto Democrático Nacional (NDI), 1, 2, 3
Insulza, José Miguel, 1, 2, 3, 4
Insunza, Jorge
International Telephone and Telegraph Company (ITT), 1, 2, 3
Interpol, 1, 2, 3, 4
Invernizze, Renato
Investigaciones, 1, 2
Irã, 1, 2, 3
“Iraque precisa de um Pinochet, O” (Goldberg)
Itália, 1, 2, 3
Iturriaga, Raúl (coronel)
Izurieta, Oscar (general)
Izurieta, Ricardo (general), 1, 2
Jacarta, Indonésia
Jagger, Bianca
Jara, Víctor, 1, 2
Jaramillo, Armando, 1, 2, 3
Jarlan, André
Jarpa, Sergio Onofre, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9-10, 11
Jaruzelski, Woijciech
Jeria, Angela, 1, 2
Jiménez, Mónica
Jiménez, Tucapel, 1, 2, 3
João Paulo II (papa), 1, 2
Joignant, Alfredo
Jones, David, 1, 2, 3

Jorquera, Carlos “Negro”, 1, 2, 3
José-Miguel
Jospin, Lionel
Judiciário, 1. *Ver também* Suprema Corte
Junta de Coordenação Revolucionária
juventude socialista
Kabila, Lawrence
Kaplan, Michael
Kasparov, Gary
Kast, Miguel, 1, 2, 3
Kay, Maurice, 1, 2
Kelly, Craig
Kelly, Roberto, 1, 2, 3, 4, 5
Kennecott Copper Company, 1, 2
Kennedy, Edward, 1, 2, 3, 4, 5
Emenda Kennedy, 1, 2
Kennedy, John
Khieu Samphan
Khmer Vermelho
Kirkpatrick, Jeane, 1, 2
Kissinger, Henry, 1, 2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Korbel, Joseph, 1, 2, 3
Kornbluh, Peter
Körner, Ernil
Korry, Edward, 1, 2
Krause, Lawrence
Krauss, Enrique, 1, 2, 3, 4
Krumm, Carlos
Kruschev, Nikita, 1, 2
Kubisch, Jack
La Disputada (mina de cobre)
La Legua
La Moneda *ver* palácio de la La Moneda
La Nación, 1, 2, 3
La Prensa
La Segunda, 1, 2, 3
La Tercera, 1, 2, 3
Labbé, Cristián
Lacelot, Jaime
Lagos, Joaquín (general)
Lagos, Mónica
Lagos, Ricardo, 1, 2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9, 10-11, 12-13, 14, 15-16, 17-18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28-29, 30, 31, 32, 33
candidatura ao Senado (1989), 1-2
esposa, Luisa Durán, 1, 2
nas eleições de 1999-2000, 1-2, 3-4
no programa de TV *De Cara al País*, 1-2
Lagos, Salinas, Ricardo
Lamont, Norman (lorde), 1, 2
lançadores de foguete, 1, 2, 3-4, 5, 6-7, 8-9

Landau, George, 1, 2, 3
Landau, Saul
Larraín, Hernán (senador)
Las Últimas Noticias
lavagem de dinheiro, 1-2, 3
Lavandero, Jorge
Lavandero, Mario (major)
Lavín, Joaquín, 1, 2-3
Lawrence, Ricardo
Laxalt, Paul
Le May, Charles, 1-2, 3
Lebed, Aleksandr
Lehmann, Sergio
Lei de Defesa Permanente da Democracia
lei marcial
Lei Orgânica das Forças Armadas
Leigh, Gustavo (general), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9-10, 11, *Ver também* Pinochet, Augusto
Leighton, Bernardo e Arrita Fresno, 1, 2
Léniz, Fernando, 1, 2-3, 4
Lennon, John, 1, 2
Letelier, Orlando, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
assassinato de, 1, 2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9, 10-11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19. *Ver também* Pinochet, Augusto: e assassinato de Letelier
reabrindo o caso referente a
última fotografia de
viúva de, 1, 2
Levin, Carl (senador)
Lewis, Clive, 1-2
Liberdade e Desenvolvimento, Instituto
Libéria
Líbia
Linea Recta, movimento
Lira, Juan Pablo, 1-2
"Livro branco da mudança do governo no Chile"
Livro branco da defesa nacional do Chile
livros expurgados, 1-2
Llidó, Antonio, 1, 2
Llosa, Mario Vargas
Londregan, John
Londres, 1, 2, 3, 4-5. *Ver também* Pinochet, Augusto: prisão/extradição de
Longueira, Pablo
López, Edmundo
López, Enrique "Quico"
Lorca, Carlos
Los Angeles Times, 1, 2, 3, 4
Los economistas y el presidente Pinochet (Fontaine)
Los asesinos del suicida (Olave)
Lowenthal, Abraham
Lüders, Rolf, 1, 2, 3, 4
Lugar, Richard

Lutz, Augusto (general), 1, 2-3, 4
morte de
Lutz, Augusto, Jr.
maçonaria
Madariaga, Mónica
Magni, Cecilia (comandante Tamara), 1, 2, 3, 4
Maira, Luis
Maluenda, María, 1, 2
Malvinas, guerra das, 1, 2, 3
Man for All Seasons, A (Bolt)
manifestação do 1º de Maio (1988), 2
Marcos, Ferdinando, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7
Mariátegui, Juan Carlos
Marinha, 1, 2, 3, 4, 5
Martner, Gonzalo
Marras, Sergio, 1, 2
Martin, Jacqueline
Martínez, Gutenberg, 1, 2
Martínez, Víctor, 1, 2
Marx (as obras de Marx, Engels e Lênin)
Massera, Emilio (almirante argentino)
Matthei, Evelyn (senadora), 1, 2, 3
Matthei, Fernando (general), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9
Maturana, Héctor (Patricio)
Matutes, Abel
Maureira, Sergio
Mauroy, Pierre
Maxwell, Kenneth
Mayorez, Isabelle
McAfee, Marilyn
McCamant, John, 1, 2
McLean, Juan (capitão), 1, 2, 3, 4
Meany, George
Medak, Peter
Meller, Patricio
Melnick, Sergio, 1, 2
Mena, Odlanier (general), 1, 2
Mendoza, César (general), 1, 2, 3
Menem, Carlos
mercado negro, 1, 2
Merino, José Toribio (almirante), 1, 2, 3-4, 5, 6, 7-8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20
Mesa de diálogo
México, 1, 2, 3, 4
Mezzano, Carlos (general)
mídia, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9-10, 11-12, 13, 14, 15, 16, 17. *Ver também* estações de rádio; televisão
Millas, Hernán
Millas, Orlando
Miller, Arthur
Minoletti, Carlos (capitão)
MIR *ver* Movimento da Esquerda Revolucionária

MIS/1-1976 (operação da Dina)
Mitterrand, François
Moffit, Ronni Karpen e Michael, 1, 2
Molina, Carlos (general), 1, 2, 3
Molina, María Verónica
Molina, Sergio
Monares, José
Mondale, Walter
Montero, Enrique (coronel), 1-2
Montero, Raúl (almirante), 1, 2
Montes, Carlos
Montiglio, Véctor (juiz), 1, 2-3
Montserrat, rede de supermercados
Moreno Ávila, Juan (Sacha)
Motley, Langhorne
Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), 1-2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13
Movimento Nacional pelas Eleições Livres (Namfrel), 1, 2
Muertos útiles (Rosenrauch)
mulheres, 1-2, 3, 4-5
Muñoz, Heraldo, 1, 2, 3-4, 5-6, 7-8, 9-10, 11-12
como delegado de ONG
como embaixador na OEA, 1, 2-3, 4-5
como embaixador na ONU, 1, 2
como secretário internacional do Partido Socialista, 1-2, 3-4
como supervisor nacional dos Armazéns do Povo, 1-2
depois do golpe, 1, 2-3, 4-5
e a campanha presidencial de Ricardo Lagos
e Augusto Pinochet, Jr.
e a esposa Pamela, 1, 2, 3-4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11-12
e a filha Paloma, 1-2
e as eleições de 1989
e exilados chilenos, 1-2
e Letelier, 1-2
empréstimo para compra de apartamento, 1-2
e o amigo Marcos, 1-2
irmãos de, 1, 2
matéria na página de opinião do *Los Angeles Times*, 1-2, 3
na Escola de Pós-Graduação em Estudos Internacionais (GSIS) da Universidade de Denver, 1, 2-3
no dia do plebiscito em 1988, 1-2
palestra sobre defesa e política externa
prisão e espancamento de, 1-2
treinamento paramilitar de, 1-2
“Vencer Pinochet no seu próprio jogo” (artigo)
Muñoz, Sergio (juiz), 1, 2
Muskatblit, Abraham
Mussolini, Benito, 1, 2, 3
Myrdal, Gunnar
Nacional Endowment for Democracy
nacionalização, 1-2, 3-4, 5-6
Nações Unidas, 1, 2-3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Comissão de Direitos Humanos, 1, 2
Convenção contra a Tortura, 1-2, 3
Naim, Moisés
Najibullah, Mohammad
Natino, Santiago
Navarro, José
Neghme, Jecar
neoliberalismo
Neruda, Pablo, 1, 2
New York Times, 1, 2, 3, 4
New Yorker
Newsweek, 1, 2, 3
Nicarágua, 1, 2, 3
Nicholls, Clive, 1-2
Nigéria, 1, 2
Nixon e Kissinger (Dallek)
Nixon, Richard, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9. *Ver também* Allende, Salvador: e governo Nixon
Noriega, Manuel
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 1-2
Noun Chen
Nuñez, Ricardo, 1, 2, 3, 4, 5
Nuño, Sergio (general), 1, 2
O'Hara, padre Dennis
O'Higgins, Bernardo, 1, 2, 3-4
O'Shaughnessy, Hugh
Oakley, Phyllis
OCC *ver* Estados Unidos, Escritório do Controlador da Moeda
Okun, Arthur
Olave, Gustavo
Olave, Soledad
Olivares, Augusto, 1, 2
Ominami, Carlos
Ono, Yoko, 1-2
Operação Albânia
Operação Colombo
Operação Condor, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Operação Século XX, 1194
Organização dos Estados Americanos (OEA)
Ortega, Daniel
Ortiz, Eduardo, 1, 2, 3
Ortúzar. Enrique
Osorio, Guillermo, 1, 2, 3
Otero, Rolando
Overseas Private Investment Corporation
Owen, Henry
Oyarzún, María Eugenia, 1, 2, 3
Palácio de la Moneda (palácio presidencial), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17
Palacios, Javier (general)
Palma, Andrés
Parada, Manuel

paradoxo da liberdade
Paraguai, 1, 2, 3
Paredes, Eduardo “Coco”, 1, 2, 3, 4
Parera, Carlos (general)
Paris, Enrique
Parkinson, Graham (juiz), 1, 2
Parra, Angel e Isabel
Partido Comunista Chileno (PCC), 1, 2, 3, 4, 5-6, 7, 8, 9-10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24
corpos de líderes encontrados, 1-2
e luta armada, 1, 2, 3-4, 5-6
e socialistas, 1-2
FPMR, braço militar, 1, 2, 3. *Ver também* Pinochet, Augusto: tentativa de assassinato contra
Leipzig, grupo, 1-2
Partido Comunista *ver* Partido Comunista Chileno
Partido da União Nacional
Partido Nacional (PN), 1, 2, 3
Partido pela Democracia (PPD), 1-2, 3-4, 5, 6-7, 8, 9-10, 11, 12
e entrada de Pinochet para o Senado, 1-2
Partido Radical, 1, 2, 3
Partido Socialista, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19-20, 21-22
comitê central, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9
como partido dividido/reunido, 1-2, 3-4, 5, 6-7
e comunistas, 1-2
e democratas cristãos, 1-2, 3, 4-5, 6, 7-8
e eleições livres, 1-2
e luta armada, 1-2
e registro eleitoral, 1-2, 3-4, 5-6
perante a entrada de Pinochet no Senado, 1-2
secretariado do interior
socialistas renovados, 1-2, 3, 4, 5
partidos políticos, 1, 2-3, 4-5, 6, 7
passaportes, 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8, 9-10
Passicot, Andrés
Pastor, Bob
Pátria e Liberdade, 1, 2, 3
Paz, Virgillio, 1, 2, 3
PEC (revista)
Pellegrin, Raúl, 1, 2, 3, 4
Pérez Yoma, Edmundo
Pérez, Sergio
Perón, Estela (“Isabelita”)
Perón, Evita
Peru, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
pesquisas de opinião, 1, 2-3
Peucazo, o protesto
Piñera, José, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Piñera, Sebastián
Pini1la (cabo), 1, 2
Pino, Oscar (general)

"pinocheques", escândalo dos, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Pinochet, Augusto, 1, 2, 3-4, 5-6, 7, 8-9, 10, 11-12, 13, 14-15, 16-17, 18-19
acusações criminais após o retorno ao Chile, 1-2
aderindo ao golpe, 1-2, 3, 4, 5-6
aposentadoria de, 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8-9, 10-11, 12
autobiografia de, 1, 2
carta póstuma de, 1-2
como candidato ao plebiscito de 1988, 1-2
como chefe do Estado-Maior do Exército
como chefe supremo, 1-2
como comandante em chefe do Exército, 1, 2-3, 4, 5-6, 7, 8-9, 10-11, 12-13, 14-15, 16-17, 18
como leitor de história
como pessoa supersticiosa
como presidente da República, 1-2, 3
como produto da polarização mundial, 1-2
"com o sangue de generais", declaração de, 1-2
como senador, 1-2, 3, 4-5
e anistia para crimes (1973-1978)
e atrocidades, 1-2, 3-4. *Ver também* Pinochet, Augusto: e tortura
e avaliação de riscos, 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8-9, 10-11
e chefes da inteligência sul-americana, 1-2
e crimes da Caravana da Morte, 1, 2
e Eduardo Frei Ruiz-Tagle, 1-2
e Gustavo Leigh, 1, 2-3, 4-5, 6, 7-8, 9-10, 11
e membros/renúncias do gabinete, 1-2, 3-4, 5, 6, 7-8
empresas de fachada abertas para, 1-2
entrevista ao *The Telegraph*
e o assassinato de Letelier, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8-9
e Operação Condor, 1-2
e Patricio Aylwin, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8-9
e pesquisas de opinião
e polícia secreta Dina, 1, 2-3, 4
e política econômica, 1-2
e políticos socialistas, 1-2
e Ricardo Lagos
esposa de *ver* Pinochet, Lucía Hiriart de
e tortura, 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8-9, 10-11
exigências de
falsas identidades de, 1, 2-3
festividades do nonagésimo primeiro aniversário de, 1-2
filhos de, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7-8, 9-10, 11, 12, 13-14. *Ver também* Pinochet Jr., Augusto; Pinochet, Marco Antonio
império financeiro ilegal de, 1-2, 3-4, 5-6
imunidade, 1, 2-3, 4-5, 6-7
infância e juventude, 1-2
líderes influenciados por
morte/cremação de, 1, 2-3, 4, 5-6, 7-8
morte do pai, 1-2
netos de, 1, 2, 3-4, 5
partidários de, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8, 9-10

primeira conferência de imprensa, 1, 2-3, 4-5
primeiras visitas à Grã-Bretanha, 1-2
prisão/extradição de, 1, 2-3, 4-5, 6-7, 8-9
propriedade de Los Boldos de, 1, 2
questões de saúde, 1, 2, 3-4, 5, 6-7, 8-9, 10-11, 12-13, 14, 15-16
reações à morte de, 1-2
ressentimento contra colegas e políticos, 1-2
rivais de, 1-2, 3, 4-5, 6-7
tentativa de assassinato contra, 1-2, 3-4, 5-6
visita às Filipinas, 1-2, 3-4
Ver também Allende, Salvador
Pinochet Jr., Augusto, 1, 2, 3, 4, 5, 6
negócios de
prisão de
Ver também "pinocheques", escândalo dos
Pinochet, Lucía Hiriart de (esposa), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15
poder sobre Augusto Pinochet, 1-2
prisão de, 1, 2
Pinochet, Marco Antonio (filho), 1, 2, 3-4, 5-6, 7, 8
prisões de, 1, 2
Pinochet, Molina, Augusto (capitão)
"Pinochet Dilemma, The" (Muñoz e Lagos)
pinochetismo, 1, 2
Pirzio-Biroli, María Eugenia
Plano de Recuperação Nacional
plebiscitos, 1-2, 3, 4-5, 6-7, 8-9, 10-11, 12, 13-14
comício da oposição em relação a (1980), 1-2
de 1988, 1-2, 3, 4, 5, 6-7, 8-9, 10-11, 12-13
planos de Allende para um plebiscito, 1, 2-3, 4-5, 6
Ver também eleições
pobreza, 1-2, 3-4
Podlech, Carlos
Poeck, Alfredo
Política, politiquería y demagogia (livro de Pinochet)
Pollack, Sidney
Polônia, 1, 2
Ponce, Exequiel
Ponce, Lerou, Julio
Ponomarev, Boris
Popper, Karl
Portales, Alfredo (general)
Portales, Carlos
Portugal, 1, 2
Powell, Colin
Prats, Carlos (general), 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16
a esposa Sofia, 1, 2, 3
manifestação diante da residência de
morte de, 1, 2, 3, 4
preços, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10, 11-12
prisões, 1-2, 3-4

privatização, 1, 2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10-11, 12-13, 14-15, 16, 17, 18-19, 20-21, 22-23, 24
Programa Nacional de Assistência à Moradia, 1-2
Projeto de Desenvolvimento Nacional (Proden)
Propper, Eugene
protestos, 1-2
de 1983-1986, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10-11, 12
Putin, Vladimir
quacres, 1, 2
Quarta Companhia de Guerra Eletrônica
Quayle, Dan
Qué Pasa (revista), 1, 2
questões trabalhistas, 1, 2-3, 4, 5, 6, 7-8, 9-10, 11, 12, 13-14, 15, 16. *Ver também* desemprego
Quintana, Carmen Gloria, 1, 2
Radio Nacional de España
rádio, estações de, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8-9, 10, 11, 12, 13
Ramírez, Joaquín (coronel)
RDM Technology
Reagan, Ronald, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8-9, 10, 11, 12, 13
Reeve, Christopher
orma agrária
Reagan, Donald
registro eleitoral *ver* Eleições
Reno, Janet
Renovação Nacional, Partido da, 1, 2, 3, 4, 5, 6
República Democrática da Alemanha (RDA)
República Democrática do Congo
residência presidencial, 1-2, 3-4
Revolta de 1 de junho de 1973, 2, 3
“Revolução em Liberdade”
Rice, Condoleezza
Riggs Bank de Washington, 1-2, 3-4, 5-6, 7-8, 9, 10
Rivera, Felipe
Robotham, Robby “Pelao” e Jaime
Rockefeller, Nelson, 1, 2
Rodríguez, Aniceto (senador)
Rodríguez, Otero, Rodrigo (Tarzan)
Rodríguez, Pablo, 1, 2, 3
Rogers, Ruth
Rogers, William D., 1, 2, 3
Rogers, William P.
Rojas, Andrés
Rojas, Patricio, 1, 2, 3, 4
Rojas, René
Rojas, Rodrigo, 1, 2, 3
Rojo, Vicente (general)
Romo, Osvaldo, 1, 2
Romualdez, Eduardo
Rómulo, Carlos, 1, 2
Rosales, Roberto (cabo)
Rosenrauch, Erich

Royal Ordnance, 1, 2
Rubin, James
Rubio, “Cacho”
Russa Federação
Russell, John
sabotagem, 1-2
Sacha *ver* Moreno Avila, Juan
Sáez, Raúl, 1, 2, 3, 4
salário mínimo, 1-2, 3
salários, 1-2, 3, 4, 5, 6, 7-8, 9
Sánchez, Marcos
Sánchez, Néstor
sanções *ver* Estados Unidos: sanções contra o Chile
Sanfuentes, Andrés
Sanfuentes, Emilio
Sartori, Giovanni
Scantlebury, Marcia
Schaad, Peter, 1, 2
Schäfer, Paul
Schaulsohn, Jorge
Schilling, Marcelo
Schnake, Erich
Schneider, René (general), 1, 2, 3
Schultz, Charlie
Schweitzer, Miguel
Scorsese, Martin
Scotland Yard, 1, 2, 3, 4, 5
Secretaria Geral da Presidência
Seguel, Enrique (coronel)
Seguel, Rodolfo, 1, 2, 3
Séguéla, Jacques
Segunda Guerra Mundial, 1, 2
Sepúlveda, Francisco “Pancho”, 1-2
Sepúlveda, José María (general), 1, 2
sequestros *ver* desaparecimentos
Shackleton, Sir Ernest
Sharpe, Mario
Shultz, George
Silva, Fernando (general)
Silva, Henríquez, Raúl (cardeal), 1, 2
Silva, Luiz Inácio “Lula” da
Simon, William, 1, 2
Sinclair, Santiago (general), 1, 2, 3
síndrome de Pinochet, 1-2
sionismo
sistema de mercado *ver* economia de livre mercado
sistemas de pensão, 1-2, 3, 4, 5-6, 7
sistemas de previdência social
Skol, Michael
sociais-democratas

Sociedade John Birch
Solari, Ricardo, 1, 2, 3-4
Solís, Alejandro (juiz), 1, 2
Somavía, Juan
Somoza, Anastasio, 1, 2
Soto, Akin, 1, 2
Soto, Mónico, 1, 2
Sotomayor, Humberto
Stange, Rodolfo (general), 1, 2, 3, 4
Stepashin, Sergei
Storil Limited
Straw, Jack, 1, 2, 3, 4, 5, 6-7
Stuardo, Julio, 1, 2
Suárez, Adolfo
Suárez, Dionisio
Subercaseaux, Elizabeth, 1, 2
subsídios, 1-2, 3-4, 5-6, 7, 8, 9
Suécia, 1, 2, 3, 4
Suharto (presidente indonésio)
Suíça, 1, 2, 3, 4, 5, 6
Suprema Corte *ver* Chile
Taiwan
Talibã
tarifas, 1-2, 3, 4
Tarzan (combatente da FPMR), 1, 2, 3, 4
Tavra, Yordan (tenente)
taxas de investimento, 1-2, 3
taxas de juros, 1, 2, 3
Taylor, Charles
Teitelboim, Volodia (senador), 1, 2
Tejas Verdes, campo, 1, 2, 3
Telegraph, The
televisão, 1, 2, 3, 4-5, 6, 7-8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
programas do "não" relativos ao plebiscito de 1988, 1-2, 3, 4-5
Ver também mídia
Temperate Chile
terceira força, tese da
terrorismo, 1, 2-3, 4-5, 6
Thatcher, Margaret, 1, 2, 3, 4, 5-6, 7, 8-9, 10, 11
e embargo de armas contra o Chile
Theberge, James, 1, 2
The Guardian, 1, 2
The Times
Thieme, Roberto
Thurmond, Strom
Tironi, Eugenio
Todman, Terence
Tohá, Carolina
Tohá, José, 1, 2, 3, 4
Tomic, Radomiro

Tomking, Donald
Toro, Luis
Torres de la Cruz, Manuel (general), 1, 2
Torres Silva, Fernando (general), 1, 2
tortura, 1, 2-3, 4, 5-6, 7-8, 9-10, 11, 12, 13-14, 15, 16-17, 18-19, 20-21, 22-23, 24-25, 26-27, 28-29
centro de tortura de Villa Grimaldi, 1, 2, 3-4, 5
técnicas empregadas, 1-2, 3-4
Ver também Pinochet, Augusto
Townley, Michael, 1, 2, 3-4, 5
esposa de
Trabucco, Eduardo, 1, 2
Três dias do condor, Os (filme)
Tribunal Especial de Serra Leoa
Troncoso, Valenzuela, Judith
Trucco, Manuel
Tyson, Brady
Ugarte, Avelina, (mãe de Pinochet), 1, 2
Ugarte, Mario Gutiérrez
União Democrática Independente (UDI), 1, 2-3, 4, 5, 6-7, 8, 9, 10, 11
União Soviética, 1, 2, 3, 4-5, 6
e vitória presidencial de Allende, 1-2
Unidade Popular, coalizão, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Unitas XXI, manobras militares, 1, 2
United Farm Worker's Union
Universidade Católica do Chile, 1, 2, 3-4, 5, 6
Universidade do Chile, 1, 2, 3
Urbina, Orlando (general)
Urrutia, Carlos (coronel norte-americano)
Urrutia, Jorge (general)
Urrutia, Matilde
Uruguai, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Urzúa, Carol (general)
Valdés, Enrique (general)
Valdés, Gabriel, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Valdés, Juan Gabriel, 1, 2, 3
Valech, Sergio (bispo)
Valenzuela, Arturo e Samuel, 1, 2, 3
Valenzuela, Bernardo
Valenzuela, Camilo (general)
Valenzuela, Guillermo
Valenzuela, Levy, José (comandante Ernesto), 1, 2
Valenzuela, Rafael (coronel)
Valenzuela, Sergio
Valle, Luciano
Van den Nieuwenhuysen, Joep
Vaticano, 1, 2. *Ver também* João Paulo II
Velasco, Belisario
Vera, Jorge
Vergara, Carlos
Vergara, Daniel

Vergara, Roger (coronel)
Vial, Gonzalo, 1, 2
Vial, Javier, 1, 2
Viaux, Roberto (general de brigada)
Vidaurrázaga, Gastón
Videla, Domingo
Videla, Jorge Rafael, 1, 2
Videla, Lurni, 1, 2
Viera-Gallo, José Antontio
Vilches, Héctor
Villalobos, Alejandro “Mickey”, 1, 2
Villepin, Dominique de
Vinciguerra, Vicenzo
Volio, Fernando
Volker, Paul
Von Hayek, Friedrich
Walesa, Lech
Walker, Ignacio
Wall Street Journal
Walters, Barbara
Walters, sir Alan
Walters, Vernon (general norte-americano), 1, 2, 3
Washington Post, 1, 2
Weekly Standard
Weisfeiler, Boris
Whitehead, John, 1, 2
Williamson, John, 1, 2, 3
Willoughby, Federico, 1, 2
Yañez, Eduardo (tenente-coronel)
Zaldivar, Andrés, 1, 2, 3, 4
Zamorano, Carlos, 1, 2, 3
Zhrinovski, Vladimir
Zincke, Jorge (general), 1, 2
Zumwalt, Elmo (almirante americano)



1. Pinochet fala à nação no Palácio de la Moneda.



2. O general Augusto Pinochet e Salvador Allende durante a cerimônia em que o presidente o nomeou comandante em chefe do Exército, em 23 de agosto de 1973. Dezoito dias depois, Pinochet derrubaria o governo Allende.



3. Cerimônia de casamento de Heraldo Muñoz e Pamela Quick, em 28 de novembro de 1972, diante de um juiz civil e testemunhas. Logo depois da cerimônia, o casal seguiu para um comício de Allende.



4. O ministro do Interior de Allende, José Tohá, ladeado pelo comandante do Exército, Carlos Prats, e pelo general Augusto Pinochet (em traje de combate e óculos escuros), durante o *putsch*fracassado conhecido como Tanquetazo, cerca de três meses antes do golpe. Pinochet só apareceu depois que Prats já havia controlado a rebelião.



5. A Junta Militar, constituída em 11 de setembro de 1973. Da esquerda para a direita: general César Mendoza (Carabineros), almirante José Toribio Merino (Marinha), general Augusto Pinochet e general Gustavo Leigh (Força Aérea). No mesmo dia, Pinochet foi nomeado presidente da Junta, alegando primazia do Exército sobre os demais setores das Forças Armadas.



6. Em 11 de setembro de 1973, o Palácio de la Moneda é bombardeado por caças jato Hawker Hunters, da Força Açrea chilena, durante o golpe de Estado contra o presidente constitucional Salvador Allende.



7. Guardas de segurança, funcionários do governo, médicos e ajudantes do presidente Allende sob

custódia, do lado de fora do La Moneda, depois de espancados e ameaçados de esmagamento por um tanque. A maioria foi torturada e executada sumariamente menos de 48 horas depois.



8. Fidel Castro e Augusto Pinochet, em cerimônia durante a visita de Fidel ao Chile, em 1971. Mais tarde o general disse que tinha sido frio e distante com o líder cubano.



9. Policiais e soldados do Exército detêm partidários de Allende em Santiago.



10. Milhares de presos políticos foram retidos no Estádio Nacional, em Santiago, depois do golpe de 1973. Grande número deles foi torturado e morto. O jornalista americano Ed Horman, pai de Charles

Horman, visitou o estádio em busca do filho, como é retratado no filme *Desaparecido*, vencedor do Oscar.



11. Os ministros da Economia, Paulo Baraona, e das Finanças, Sergio de Castro, dois dos mais importantes Chicago Boys, encarregados por Pinochet de estabilizar e reformar a economia chilena.



12. O secretário de Estado Henry Kissinger e o general Augusto Pinochet em junho de 1976, durante visita de Pinochet à Assembleia Geral da OEA. Kissinger disse ao ditador que falaria sobre direitos humanos, mas que o governo dos Estados Unidos o apoiava. Pinochet queixou-se das atividades de Orlando Letelier no exterior. Três meses depois, Letelier foi morto em Washington.



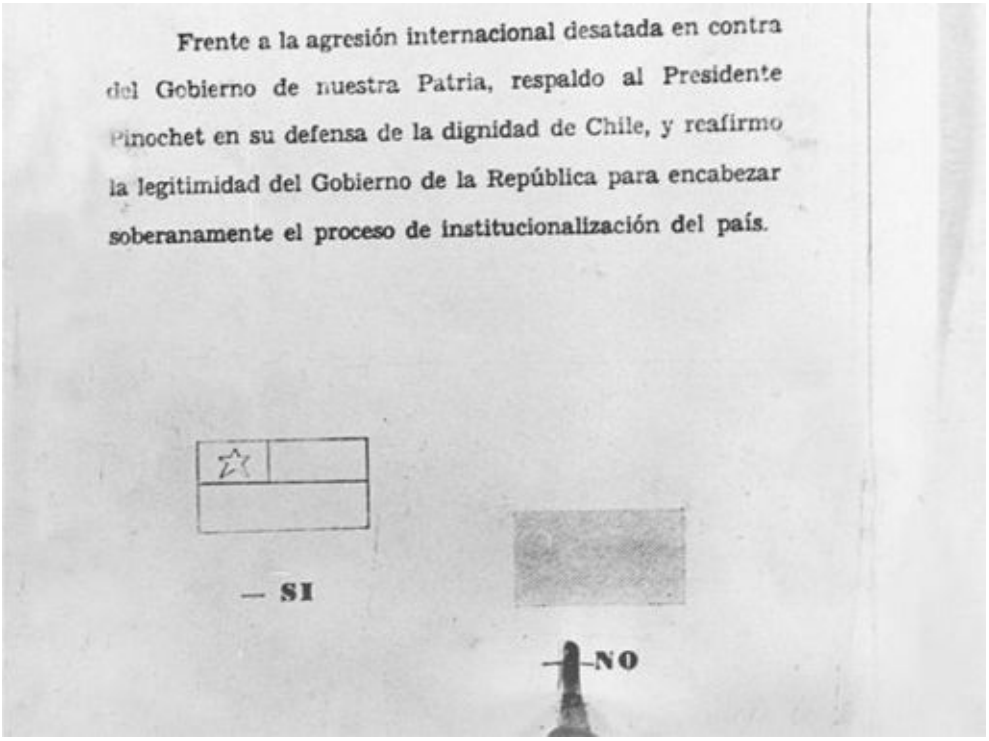
13. Orlando Letelier, ex-ministro e ex-embaixador de Allende nos Estados Unidos, fala num comício de solidariedade ao Chile no Madison Square Garden de Nova York, em 10 de setembro de 1976, menos de duas semanas antes de seu assassinato pela polícia secreta de Pinochet. Esta é a última foto de Letelier com vida.



14. O carro de Orlando Letelier depois da explosão de uma bomba plantada pela polícia secreta chilena. No atentado, além de Letelier, foi morto o professor Ronnie Karpen Moffi t.



15. Hortensia “Tencha” Bussi de Allende, viúva do presidente Salvador Allende, e Heraldo Muñoz na Cidade do México, em 1983. Exilada no México de 1973 a 1988, Tencha tornou-se respeitadíssima líder moral do movimento democrático chileno no exílio.



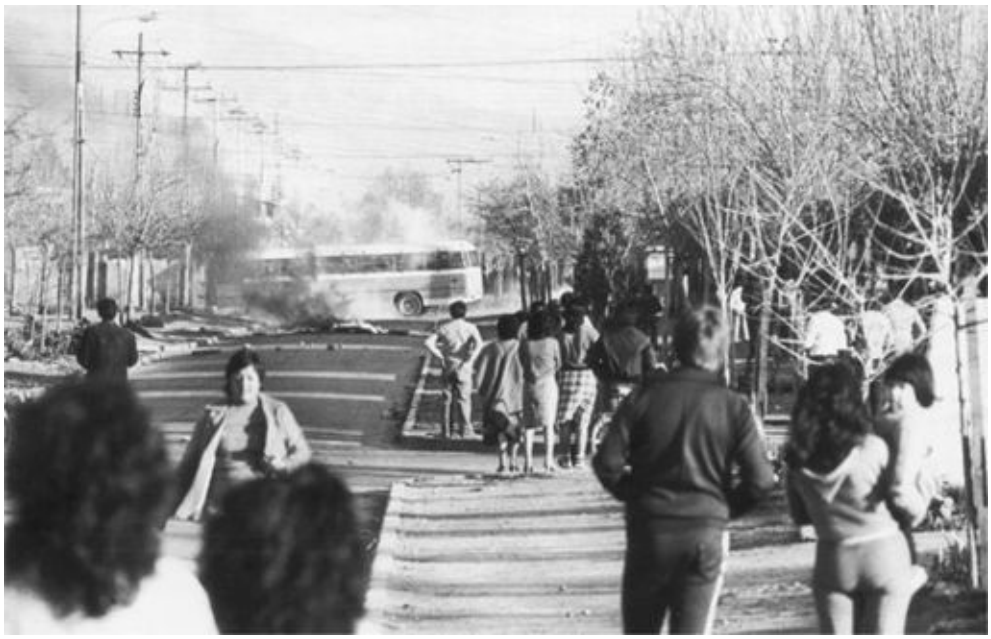
16. Em 4 de janeiro de 1978, Pinochet convocou um plebiscito, depois que a ONU condenou o Chile por violações dos direitos humanos. A cédula tinha uma bandeira chilena ao lado do “Sim” (em apoio a Pinochet) e uma bandeira negra ao lado do “Não”. Sem registros eleitorais e sob estado de emergência, não surpreende que os resultados fossem 75% de apoio a Pinochet e 20% contra ele.



17. Augusto Pinochet e sua esposa saúdam a multidão de partidários na celebração da vitória do “Sim” no referendo de 1978.



18. O ex-presidente Eduardo Frei fala num comício de oposição ao plebiscito de 1980 sobre uma nova Constituição. Heraldo Muñoz estava presente no teatro.



19. Um ônibus incendiado é usado como barricada durante os protestos contra a ditadura de Pinochet, num bairro popular de Santiago, em 12 de julho de 1983.



20. O general Oscar Bonilla, um dos primeiros conspiradores do golpe de 1973, caiu em desgraça junto a Pinochet e sua polícia secreta. Morreu num suposto acidente de helicóptero. Dois especialistas franceses, mandados pelo fabricante do aparelho para investigar o acidente, curiosamente morreram na queda de outro helicóptero.



21. O general Augusto Lutz, que tinha rusgas frequentes com o chefe da Dina, Manuel Contreras, morreu no Hospital Militar, em circunstâncias suspeitas.



22. O ex-comandante em chefe do Exército Carlos Prats. Ele confiava na lealdade de Pinochet ao governo constitucional e o recomendou a Allende para o cargo mais alto do Exército. Prats e a esposa foram assassinados num atentado terrorista a bomba perpetrado pela Dina, em Buenos Aires.



23. O general da Força Aérea Alberto Bachelet, pai da ex-presidente do Chile Michele Bachelet, foi brutalmente torturado e morreu no cativeiro em 12 de março de 1974.



24. Carlos Berger, jornalista e advogado, diretor da estação de rádio El Loa, na cidade de Chuquicamata, no norte do país, foi preso no dia do golpe e depois condenado a 60 dias de prisão por um “tribunal de guerra”. Enquanto cumpria a sentença, Berger foi sequestrado e assassinado por um contingente do Exército.



25. Tucapel Jiménez, líder sindical, diretor da Associação Nacional de Empregados Fiscais, levou um tiro na cabeça e teve a garganta cortada pela polícia secreta em 25 de fevereiro de 1982. A CNI montou uma farsa malsucedida de ocultação e matou um carpinteiro inocente, que teria deixado um “bilhete suicida” assumindo a culpa pelo assassinato do líder sindical.



26. Charles Horman e o pai, Ed. Na época do golpe, Charles morava no Chile com a esposa, Joyce. Ele foi preso pelos militares e desapareceu. Ed foi para o Chile e, na companhia de Joyce, procurou desesperadamente o filho, até encontrar seu corpo num necrotério de Santiago. Charles havia sido morto com vários tiros.



27. Lumi Videla, militante do MIR, foi presa por agentes da polícia secreta em 21 de setembro de 1974. Torturada até a morte, seu corpo foi lançado sobre os muros da embaixada italiana, que abrigava numerosos refugiados, durante toque de recolher.



28. Em Madri, em novembro de 1975, Pinochet de pé ao lado do caixão de Francisco Franco, coberto pela bandeira espanhola. O ditador chileno está rodeado por oficiais militares e guardas de segurança.



29. Patricio Aylwin, porta-voz da oposição democrática a Pinochet e líder da democracia cristã, fala numa coletiva de imprensa, em 1989, no lançamento de uma publicação de Heraldo Muñoz (ao centro). À esquerda, Ricardo Lagos, presidente do Partido pela Democracia (PPD).



30. Em 11 de março de 1990, em cerimônia no Congresso chileno, Pinochet tira a faixa presidencial para entregá-la ao então presidente do Senado, Gabriel Valdés. Este coloca a faixa no peito do presidente democraticamente eleito, Patricio Aylwin (ao centro).



31. Militar da ativa mais velho do mundo, Pinochet deixa o posto de comando do Exército em 10 de março de 1998, numa cerimônia emocionada, conduzida pelo presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle.



32. Pinochet, então senador vitalício, fala com o presidente do Senado chileno, Andrés Zaldívar, depois que se estabeleceu um acordo, com seu apoio, para retirar o dia 11 de setembro de 1973 (dia do golpe contra Allende) do calendário de feriados nacionais. Zaldívar fora exilado por Pinochet durante a ditadura.



33. A ex-primeira-ministra Margaret Thatcher visita seu amigo e ex-ditador Augusto Pinochet e a esposa em 26 de março de 1999, enquanto o general estava em prisão domiciliar em Virginia Water, Surrey, lutando contra a extradição para a Espanha. Thatcher era antiga aliada de Pinochet.



34. Depois da detenção em Londres, Augusto Pinochet chega ao Aeroporto Internacional de Santiago. Libertado por motivos de saúde, ele se levanta e anda normalmente.



35. Augusto Pinochet sorri ao receber partidários do Congresso à entrada de sua casa nos arrabaldes de Santiago, em 9 de agosto de 2000. O ex-ditador acabara de perder a imunidade para enfrentar o julgamento por abuso contra os direitos humanos.



36. Em Valparaíso, a presidente eleita Michelle Bachelet presta juramento em 11 de março de 2006, sob a orientação do presidente do Senado, Eduardo Frei Ruiz-Tagle enquanto Ricardo Lagos (ao centro) observa. O pai de Frei, Eduardo Frei Montalva, morreu em circunstâncias suspeitas no regime Pinochet. O pai de

Michelle Bachelet, general Alberto Bachelet, foi preso, torturado e morreu na prisão durante o período. Lagos também passou muito tempo na cadeia sob a ditadura.



37. Três enlutados não identificados rendem homenagem a Pinochet com a saudação nazista, no funeral do ditador, em dezembro de 2006.

Título original:
The Dictator's Shadow
(Life under Augusto Pinochet)

Tradução autorizada da primeira edição americana, publicada em 2008 por Basic Books, um membro do Perseus Books Group, de Nova York, Estados Unidos

Copyright © 2008, Heraldo Muñoz

Copyright da edição brasileira © 2010:
Jorge Zahar Editor Ltda.
rua México 31 sobreloja | 20031-144Rio de Janeiro, RJ
tel(21) 2108-0808 | fax(21) 2108-0800
editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Preparação: Angela Ramalho Vianna | Revisão: Claudia Ajuz, Joana Milli
Capa: Miriam Lerner
Fotos da capa: © Carlos Carrion/Sygma/Corbis/Corbis (DC)/LatinStock;
Horacio Villalobos/Sygma/Corbis/Corbis (DC)/LatinStock

ISBN: 978-85-378-0505-3

Arquivo ePub produzido pela **Simplíssimo Livros** - **Simplicissimus Book Farm**